História do Brasil nos velhos mapas
Jaime Cortesão
Este he o marco dantre castella z portugall

ÍNDICE

Págs.

PREFÁCIO 5

I PARTE — A TERRA E O HOMEM 9

Cap. I — *Fundamentos geográficos do Estado brasileiro* 11

Cap. II — *Fundamentos pré-históricos: o aborígene nas suas relações com a terra* 21

Cap. III — *O português e a formação territorial e política do Brasil* 45

II PARTE — AS GRANDES ESCOLAS CARTOGRÁFICAS DO OCIDENTE 75

III PARTE — O DESCOBRIMENTO E O MITO DA ILHA-BRASIL 109

Cap. I — *O Tratado de Tordesilhas e a sua expressão cartográfica* 111

Apêndice Documental 161

Cap. II — *O descobrimento dos litorais e os primeiros mapas do Brasil* 181

a) O mapa de Ferrer e o planisfério de Cantino 181

b) O planisfério de Hamy 225

c) O planisfério de Caverio 238

d) O planisfério de Vesconte de Maggiolo 268

e) Mapas de Marini (1512) e Barbolan (1514) 271

f) Carta do Brasil de Lopo Homem (1519) e Kunstmann IV (1519) 286

g) As Cartas de Diogo Ribeiro (1525-1529) e a de Gaspar Viegas (1534) e a sua influência na cartografia espanhola e francesa 322

h) O meridiano de Tordesilhas nos mapas de Lopez de Velasco (1574) 332

IV PARTE — REALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E EXPANSÃO DO MITO 337

Cap. I — *O mito da Ilha Brasil e a integração territorial do Estado* 339

a) Cartografia da Ilha-Brasil 342

b) As origens indígenas e a literatura geográfica 349

c) O mapa de Bartolomeu Velho (1561) 360

Cap. II — *As primeiras bandeiras à busca dos limites insulares* 365

a) As expedições de Aleixo Garcia e Antônio Rodrigues nas suas relações com o mapa de Bartolomeu Velho 367

Págs.

b) As expedições de Bruzza de Espinosa, de Braz Cubas e Jerônimo Leitão nos mapas de Bartolomeu Velho e Luís Teixeira 373

c) O primeiro atlas do Brasil — Atlas-roteiro de Luiz Teixeira (c. 1574) 379

d) As expedições de Gabriel Soares de Sousa e André Fernandes à busca da Lagoa Eupana 388

Cap. III — *Descobrimento e ocupação do vale amazônico* 399

A cartografia amazônica durante o século XVII 412

Apêndice Documental 421

CONTEÚDO DO 2º VOLUME 435

ILUSTRAÇÕES (*)

(*) O presente volume foi entregue pelo Prof. Jaime Cortesão ao Instituto Rio-Branco, antes do seu regresso definitivo a Portugal. No decorrer dos trabalhos, extraviaram-se várias das ilustrações que acompanhavam o texto. Graças à valiosa cooperação da Sra. Isa Adonias, chefe da Mapoteca do Itamaraty, foi possível recompor em sua quase totalidade os mapas e desenhos, mediante os recursos do próprio acervo daquela seção que conserva muitos espécimes reconstituídos sob a orientação do Prof. Cortesão.

PREFÁCIO

Uma História do Brasil nos Velhos Mapas será, por definição e primazia, uma história do descobrimento, formação e soberania territorial do Brasil, exemplificada a cada passo pela cartografia antiga, comparada com a moderna.

O estudioso poderá seguir neste livro o relato ou a interpretação do historiador, cotejando-a com os documentos típicos, que são ao mesmo tempo a imagem viva do passado. Não se perca de vista que o Brasil é o único Estado do planêta, cujo descobrimento e, por conseqüência, formação territorial se prolongam desde os primórdios da sua história até aos nossos dias; e que sendo depois da Rússia o país de mais variada e complexa história de fronteiras, é também aquêle em que os velhos mapas mais e melhor serviram de títulos justificativos de descobrimento, ocupação e posse, nos litígios de soberania com os demais Estados da América do Sul, — circunstâncias singulares que permitem escrever também esta obra, singular no seu gênero.

Estado algum, dentre os Estados contemporâneos, tem a sua história política tão intimamente ligada à história da geografia e da cartografia. Êste fato mais fàcilmente se apreende, quando nos lembramos do papel primacial que desempenhou na história política do Brasil um Barão do Rio Branco, geógrafo e historiador da geografia e da cartografia, assim como seus grandes precursores ou êmulos em glória — o Barão da Ponte Ribeiro, Joaquim Caetano da Silva e Joaquim Nabuco.

Cada um dêsses diplomatas — e citamos apenas os exemplos mais típicos — teve que realizar ensaios de histórias da cartografia de regiões determinadas do Brasil, ou melhor da América do Sul, para esclarecer e comprovar fatos de descobrimento e justa posse dêsses territórios pelo Estado brasileiro. Em a *História do Brasil nos velhos Mapas,* tentamos fundir e alargar sistemàticamente aquêles esforços a todo o território brasileiro e desde as origens do seu passado, procurando ao mesmo tempo traçar as bases geo-políticas da sua formação.

Se tôdas as obras respondem ou devem responder a um problema, esta pretende ser a resposta às seguintes perguntas: — Constitui o Brasil uma entidade geográfica, suficientemente diferenciada em relação aos demais Estados da América do Sul? A sua história obedecerá também a um desenvolvimento econômico, social e político próprios, com base naquela diferenciação geográfica? Que sistema de princípios e títulos jurídicos, legitimam e asseguram a base geográfica do Estado?

O mesmo título da obra está definindo os seus limites. História nos *velhos mapas* tem que cingir-se mais ou menos estreitamente ao período da cartografia antiga. Embora vaga, esta expressão intuitivamente se concebe como referida com predominância ao período colonial. Se prolongamos além dessa época esta história do Brasil, é mais porque os *velhos mapas* também, por sua vez, têm a sua história. De simples reflexo ou efeito do passado passam com freqüência a ser título, base e causa nos problemas da formação territorial do país, quando êstes se transformam em pleitos diplomáticos de soberania, resolvidos por arbitragem ou negociação pacífica.

Matéria tão vasta, quanto o vasto território de que se ocupa, propusemo-nos nesta obra reduzi-la a uma síntese ordenada, ainda que num ou noutro ponto mais desenvolvida, dos nossos cursos de *História da cartografia do Brasil*, e de *História da formação territorial do Brasil*, dados e repetidos em anos sucessivos, no Itamaraty, de 1944 a 1950.

Procuramos, tanto quanto possível, e não foi empenho pequeno ou fácil, cingir-nos às linhas mestras da formação do edifício gigantesco do Brasil, pondo sempre em relêvo a parte primordial que a geografia teve na sua formação etnográfica, econômica, cultural e política.

Na primeira parte desta obra ilustramos o texto com vários mapas que não se referem à cartografia antiga e pertencem mais especìficamente à geografia física do oceano ou à etnografia dos continentes. Obedecemos, neste caso, a duas necessidades: dar ao comum dos leitores, menos versados naqueles temas, as noções de base e método geográfico que lhes permitam entrar no conhecimento de certos fatôres, até há pouco tempo desatendidos, mas que auxiliam a compreender o processo dos descobrimentos portuguêses e, em especial, na América do Sul; e evitar-lhes o trabalho ou suprir-lhes a impossibilidade de cotejar o texto com as imagens gráficas que só nas obras da especialidade se podem encontrar.

Numa grande parte, a interpretação das cartas antigas da América do Sul e, em particular do Brasil, tem que fazer-se à luz dêsses conhecimentos e imagens.

Limitada, pois, aos objetivos que acabamos de definir, não espere o leitor encontrar aqui a continuidade duma história administrativa ou política do Brasil, abrangendo sistemàticamente todo o seu passado. Obra geral, mas de tipo monográfico, estritamente prêsa à história da cartografia portuguêsa, que, por exemplo, durante a segunda metade do século XVII e o primeiro quartel do seguinte, entrou numa espécie de colapso, não pode deixar de apresentar soluções de continuidade, que correspondem a outras tantas depressões na curva da produção daquela ciência em Portugal.

Instituto Rio-Branco
1957

I PARTE

A TERRA E O HOMEM

I

FUNDAMENTOS GEOGRÁFICOS DO ESTADO BRASILEIRO

É um engano supor-se, como se tem afirmado, que as relações entre o homem e a terra brasileira se dividem em duas fases profundamente diversas, se não opostas: a era pré-cabralina, ou seja a do aborígene no seu estado puro, senhor único das costas, das selvas e dos rios; e a da colonização pelos adventícios. Embora na primeira daquelas fases o homem fôsse obrigado a adaptar-se submissamente à Natureza, na segunda, malgrado o poder de iniciativa criadora dos colonizadores, a história da expansão do homem continua a decalcar-se sôbre certos caracteres de posição do Brasil no planêta e certas linhas gerais da sua hidrografia, relêvo e revestimento vegetal, tão fortes e originais são, em seu conjunto, essas características nesta parte do continente.

Com efeito, raras vêzes a história duma nação, e não apenas a sua pré-história, foi tão visìvelmente moldada sôbre o quadro geográfico, como a do Brasil. Visìvelmente, repetimos. Já porque o seu território era pouco menos de virgem, quando se abriu à exploração e colonização dos portuguêses, já porque o Tratado de Tordesilhas (1494), que atribuiu quase tôda a América do Sul aos castelhanos, serviu de reagente, patenteando quanto as virtualidades da terra condicionam a formação dos Estados.

O traço geográfico fundamental, que imprimiu caráter à história do Brasil, é a sua posição no hemisfério e no Atlântico meridional. O Brasil participa, forçosamente, de certos caracteres de posição comuns à América do Sul, mas desde logo se distancia dos demais países dêste continente, pelas suas relações atlânticas com a Europa e a África.

Se é certo que a América do Sul se distingue pela sua grande orientalidade em relação à do Norte, o território do Brasil acentuando êsse caráter avança, em forma de imenso promontório, na direção do nordeste, ao encontro do Velho Mundo e, em particular,

de Portugal, promontório da Europa, na direção oposta de sudoeste. Enquanto Lima, uma das capitais mais ocidentais da América do Sul está situada sôbre o mesmo meridiano que Washington, o Recife fica a menos de 18° de longitude de Cabo Verde, ponto mais ocidental da costa africana.

Conjuntamente cêrca da Europa e da África e em zona tropical, à exceção dum quarto das suas terras que pertence à região temperada austral, os ventos e correntes acentuavam extremamente aquelas relações de proximidade, facilitando, tanto à ida como no regresso, as comunicações entre os três continentes, e predestinando assim a futura nação a uma tríplice influência e a realizar a síntese de três raças e três culturas diferentes.

Habituados a pensar o mundo pela visão das cartas geográficas, não nos damos suficiente conta de que os agentes físicos da superfície dos oceanos modificavam muito, noutros séculos, as relações de proximidade entre os continentes. E como nos vamos ocupar essencialmente da história da geografia ou duma história ìntimamente prêsa à geografia, convém objetivar mais os fatos de condicionalismo físico da navegação à vela no Atlântico, entre os séculos XV e XVIII.

Recordemos antes de mais nada quanto as zonas dos alísios, entre as quais o Brasil fica situado, são tranqüilas e isentas de grandes tempestades quando comparadas com as dos ventos dominantes e de alta pressão atmosférica no Atlântico Norte. Além disso, estradas fáceis de navegação colocavam Portugal próximo do Brasil; e as costas do Gôlfo da Guiné e as de Angola muito mais próximas do Brasil do que de Portugal. Exemplifiquemos: as estradas dos ventos alísios do NE e das correntes equatoriais do norte do Brasil estabeleciam ligação direta e fácil entre o Velho e o Nôvo Mundo, entre Portugal e o Brasil; enquanto o sistema das correntes da Guiana e do Gôlfo e dos ventos dominantes do SO facilitavam as viagens de retôrno, ainda que mais demoradas, do Nôvo Mundo e do Brasil para a Europa. Um sistema correspondente de ventos e correntes no Atlântico Sul, constituído pela corrente equatorial do Sul, os ventos dominantes do SO, os alisados do Sudeste e a corrente de Benguela facilitava enormemente as viagens de ida e volta entre o Brasil e a África (Ver mapas de ventos e correntes, figs. ns. I e II).

Para que os leitores possam compreender melhor a importância dêstes fatos, esbocemos agora estas relações de distância, enunciando-as em dias de viagem. E dizemos esboçar, porquanto

o tempo de duração dos trajetos, a que nos vamos referir, representa apenas uma média provável entre números oscilantes, conforme as variações de fôrça dos agentes que o determinam.(1)

As viagens de Lisboa a Pôrto Seguro demoravam 40 dias; e 60 para uma latitude igual nas costas de África. De Lisboa ao Rio de Janeiro ou de Lisboa à Mina, no Gôlfo da Guiné, (o que, no segundo caso, representa 25° de latitude a menos) os navios levavam os mesmos 40 dias de viagem; e 35 dias de Lisboa a Pernambuco, enquanto eram necessários 60, ou seja quase o dôbro, para alcançar uma latitude igual na África.

Êstes números patenteiam, ao que nos parece, suficientemente as vantagens de posição do Brasil sôbre a África em relação a Portugal. Procuremos evidenciar êstes fatos sob outro aspecto. Entre Lisboa e as costas do Gôlfo da Guiné ou Angola as viagens em navio à vela duravam cêrca de 60 dias, quer na ida, quer no regresso; da Baía de Todos os Santos a Loanda ou ao Gôlfo da Guiné, demandavam entre 15 a 20 dias e outros tantos no regresso. Quer dizer: os grandes portos do Brasil como a Bahia, o Recife e o Rio de Janeiro, estavam a um têrço da distância, medida em tempo, de Lisboa às costas do Gôlfo da Guiné e Angola. (Ver fig. III com o mapa das derrotas dos navios à vela no Atlântico). Estas relações numéricas mostram, por uma forma evidente, que Portugal estava muito mais próximo do Brasil do que das costas do Gôlfo da Guiné ou de Angola, o que tornava o descobrimento do Brasil uma conseqüência natural e lógica da experiência e conhecimento das influências dos ventos e correntes nas viagens dos navios à vela; e explicam igualmente as razões predominantes porque a África negra se tornou um complemento humano e econômico do Brasil durante as épocas da produção do açúcar e da mineração do ouro e dos diamantes.

Para terminarmos com as influências mais notórias dos agentes físicos à superfície do Atlântico na história do Brasil, observe-se ainda que a direção oposta entre as correntes da Guiana e a do Brasil facilitava as viagens no sentido de cada uma delas, mas dificultava ou impedia o regresso na direção contrária, — fato muito mais exclusivo na corrente das Guianas.

Dos caracteres da posição do Brasil, de que nos estamos ocupando, resulta outro fato capital, cujo enunciado basta para deixar advinhar a enorme importância que êle viria a ter sôbre a tendência dos homens a integrar o território no Estado. Quando

(1) Fizemos êstes cálculos conforme os dados fornecidos por G. Schott em *Geographie des Atlantischen Ozean*, Hamburg, 1926, e principalmente os mapas comparativos, no final do *Seegelhandbuch für den Atlantischen Ozean*, Hamburgo, 1910.

se examina um mapa das grandes formações vegetais da América do Sul, conclui-se que os limites do Brasil se ajustam quase inteiramente aos da floresta tropical de planície naquele continente.

Se observarmos por outro lado uma carta orográfica da América do Sul, verificamos que êste continente abrange sob o ponto de vista do relêvo, três zonas longitudinais diferentes, levemente encurvadas, e que se inserem, por assim dizer, umas nas outras, de ocidente para oriente. A mais estreita e longa é formada pela Cordilheira andina, que se ergue desde o Mar das Antilhas até ao sul da Patagônia; a segunda, por imensas planícies, correspondentes às bacias, que se continuam de norte a sul, do Orinoco, amazônica e platina; a terceira, pelo bloco dos planaltos das Guianas, Central e do Sul do Brasil, dividido ao Norte pelo Amazonas.

Como as formações humanas e culturais se adaptam às grandes formações vegetais, demoremo-nos um pouco sôbre os caracteres da zona da floresta tropical de planície, na qual assenta hoje, o Estado brasileiro. Aqui a posição e o espaço, os dois grandes elementos na formação do Estado, segundo Ratzel, explicam-se uma pelo outro. A posição do Brasil nos trópicos úmidos, por oposição à África mais sêca e árida, ocasiona, não só a vastidão da floresta, mas a sua riqueza em grandes cursos de água, os quais foram, durante milênios, a primeira e única possibilidade de circular nesse espaço. Com efeito, um dos mais extraordinários conjuntos hidrográficos do planêta, moldado por sua vez sôbre o relêvo do continente, e abrangendo a mais vasta unidade vegetal das Américas, envolve a área da floresta tropical num imenso arco e sistema de circulação fluvial. Essa coordenação lógica, de tamanha importância na formação geográfica do Brasil, avulta luminosamente, quando sobrepomos ao mapa orográfico geral da América do Sul o das suas grandes formações vegetais. (V. fig. IV.)

Ao norte a selva tropical estende-se, de lado a lado, sôbre o continente; mas dir-se-ia que, depois de chocar nos Andes, se insinua pelos meandros do vale do Guaporé, bordeja pela esquerda o Paraguai e se espraia no Paraná até ir salpicar em largas manchas o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Todo êste revestimento de florestas se apoia, repetimos, sôbre o triplo sistema dos planaltos Guianense, Central e do Sul. A separá-lo da alterosa massa andina, formando faixa isoladora, desce igualmente do norte ao sul, desde os *llanos* do Orinoco ao estuário do Prata, uma série contínua de terrenos de aluvião que, ao sul, nas latitudes do Chaco se empapa de pantanais, *bañados*, lagoas e *esteros*, *ladeando* e medeiando o Paraguai, que abre fundo acesso até ao coração do continente.

Êsse agregado harmônico de planaltos e planícies de aluvião, contrastando tão fortemente pelo relêvo e a vegetação com os países da cordilheira andina, possui, para extremá-lo dêstes ainda mais, uma rêde fluvial, infinitamente mais rica, e única no planêta, em abundância de ramificações e correspondências de traçado. Não só as duas bacias, amazônica e platina, correm perpendicularmente uma à outra, mas a segunda desdobra-se ainda em dois grandes cursos, o Paraguai e o Paraná, cuja direção geral é respectivamente paralela às costas pacífica e atlântica. Dessa disposição resultam duas conseqüências de enorme alcance para a história da expansão do homem neste continente: enquanto os afluentes laterais dos dois ramos do Prata abrem estradas desde o Atlântico aos Andes, os mesmos Paraná e Paraguai, pelos seus troncos e afluentes terminais, vão encontrar-se com os maiores tributários da margem direita do Amazonas e com o Tocantins, rasgando outras tantas vias fluviais até ao Norte do continente.

Por outro lado, o declive total do ramo principal do Amazonas, que se desenvolve através da planície e numa direção esquemàtica leste-oeste, não ultrapassa, malgrado tratar-se do maior rio do planêta, 76 metros desde a base dos Andes até ao Oceano. Ao entrar no território brasileiro atual, em Tabatinga, já o declive do grande rio não excede 60 metros; e como êsse braço principal não tem nenhuma queda a interrompê-lo, pode ser navegado em tôda a sua extensão. Êste fato, só por si, explica em grande parte as razões pelas quais o Amazonas se tornou o eixo principal da expansão portuguêsa para oeste, que não só atingiu as faldas dos Andes, mas, trepando os seus afluentes, logrou espraiar-se por duas têrças partes da imensa bacia. Favorecidos por essa facilidade de penetração, breve os portuguêses subiram até aos contrafortes andinos, traçando assim o segundo lado dum triângulo, que implicava uma hipotenusa vastíssima.

Outra das particularidades do relêvo foi eminentemente favorável à penetração do território. Referimo-nos à disposição recíproca das cadeias central e litorais, aquela, *grosso modo*, perpendicular a estas, permitindo assim — caso singularíssimo — que a bacia do Prata se aproxime tanto do Atlântico, nas suas origens, que o Tietê, afluente do Paraná, nasça a 15 quilômetros da baía de Santos. Capistrano de Abreu chamou a atenção para a importância que teve desde as origens na história do Brasil o curso do Tietê, pela sua posição e direção. A sua proximidade do Atlântico permitiu que os primeiros colonos, galgando a Serra do Mar, viessem estabelecer-se sôbre o planalto, nas suas margens. O seu curso, pois os colonos não tinham que subi-lo mas descê-lo, favoreceu a penetração do interior; finalmente, a confluência no Paraná fa-

cilitou o contato com os afluentes do Paraguai. São Paulo, criação, em boa parte, do Tietê, e Belém do Pará, criação do Amazonas, tornaram-se com o tempo os dois grandes cais de embarque dos portuguêses nas suas viagens de exploração e expansão por quase todo o interior do Brasil.

Pela mesma razão da disposição das cadeias central e litorâneas do Brasil, os maiores rios intermédios entre o Amazonas e o Prata — o Parnaíba, o São Francisco e o Paraíba do Sul — desenvolvem seus cursos paralelamente à costa, estabelecendo ligações entre esta e completando a quase anastomose hidrográfica, e, por conseqüência, o sistema orgânico de estradas naturais, verdadeiras artérias, que percorrem e vivificam o imenso território.

Um geógrafo e cartógrafo ilustre, o General Jaguaribe de Matos, defendeu a opinião de que alguns dêstes rios comunicam diretamente entre si pelos seus tributários, formando verdadeiras ilhas. Seja como fôr, êsse fenômeno, ainda quando reduzido às relações de proximidade entre as cabeceiras dos rios, assume, a nosso ver, importância fundamental para o estudo da formação e distribuição das tribos primitivas sôbre o continente, assim como, mais tarde, para o traçado das bandeiras. É fato averiguado que índios e bandeirantes varavam por terra as canoas, dum rio para outro, nas regiões de vertentes.

Analisando um mapa, bastante minucioso, da América do Sul, poderíamos inscrever em retângulo, quatro grandes zonas de conexão ou enlace fluvial: ao norte, a que envolvesse a região do Cassiquiare e os demais enlaces entre o Negro e o Orinoco, o Branco e o Essequibo; na parte central do continente, outro e maior, abrangendo o vasto leque das terminações do Paraguai, nas suas conexões com os afluentes ou subafluentes do Amazonas, desde o Guapaí, em território boliviano, até ao Rio das Mortes, tributário do Araguaia; mais a leste um retângulo, inscrevendo a zona de trijunção entre os afluentes do Parnaíba, do Tocantins e do São Francisco; finalmente, um pequeno quadrilátero, que encerrasse a zona de trijunção entre o Rio do Sono (Tocantins), o Rio Prêto (São Francisco) e as cabeceiras do Parnaíba.

Em região de florestas cerradas, onde, como é sabido, os rios são as únicas estradas, estas relações de proximidade forçosamente haviam de facilitar a passagem duma para as outras bacias fluviais e, *a priori*, poderemos supor que a esta unidade geográfica da zona de floresta de planície, tão fortemente enlaçada e vivificada por um sistema arterial rico de anastomoses, supondo igualmente uma unidade econômica, viesse algum dia a corresponder uma unidade humana e cultural.

Sôbre êste vasto espaço continental, situado nos trópicos úmidos e rodeado, insularmente, pelo sistema hidrográfico platino-amazônico, de traços muito vigorosos, destacavam-se de onde em onde, certas zonas de relêvo áspero, declive abrupto ou profunda depressão, que opunham fortes obstáculos à expansão humana e a que chamaremos *faixas ou centros formadores de fronteira*. Enunciemos por agora as mais características: ao norte, a linha de serras que se estende desde a de Tumucumaque até à de Parima, passando pela de Roraima; a noroeste, as cachoeiras do Uaupés e do Japurá; a oeste, o trecho encachoeirado do Madeira; as vastas depressões alagadiças da planície de Santa Cruz de la Sierra e do Grande Pantanal; finalmente, o Salto das Sete Quedas sôbre o Paraná, o Salto do Iguaçu e o Salto Grande do Uruguai. (V. figura n. V.)

Foi o geógrafo alemão Brandt um dos primeiros, segundo cremos, a chamar a atenção para alguns dêstes acidentes geográficos, a que chamou "pontos liminais" e "términos de navegação", considerados como base da formação de fronteiras naturais.

Sem desconhecermos a precariedade crescente das chamadas fronteiras naturais e o descrédito que êsse fato trouxe àquele velho conceito, não devemos esquecer que a expressão se refere a um período histórico em que êsses marcos liminais constituíam, na realidade, sólidos obstáculos à penetração do homem, verdadeiras cidadelas, à sombra das quais, dum ou doutro lado era fácil defender o território.

Por nossa parte, pois, não hesitamos em aceitar a opinião de Brandt, embora com as progressivas limitações, impostas pelo condicionamento histórico. Teremos, muitas vêzes, na seqüência desta obra ocasião de constatar que estas faixas e centros formadores de fronteira, não só opuseram uma barreira, muito difícil de transpor, à expansão bandeirante, mas se tornavam igualmente o término ou marco liminar das negociações diplomáticas, quando pela primeira vez se tentou definir o corpo do Estado brasileiro.

Da combinação dos caracteres de posição com os de relêvo resulta que o Brasil se pode dividir em três grandes regiões botânico-geográficas: a equatorial, a do litoral e a do sertão central e do sul. A primeira é constituída pela bacia do Amazonas, onde a umidade e o calor favorecem o desenvolvimento da floresta virgem, rica de essências, de especiarias, de plantas medicinais e tinturiais; a segunda, zona do litoral, que se estende desde o Estado de Pernambuco ao do Rio Grande do Sul, se bem que região de floresta tropical, oferecia planícies à agricultura; a terceira, a do sertão, zona planáltica dos campos, dos cerrados e das catingas, era cor-

tada por uma longa faixa, no sentido leste-oeste, de terrenos auríferos, e oferecia, conforme a latitude e a altitude, imensas e variadas possibilidades às atividades econômicas. A primeira foi fàcilmente devassada através do rio-mar; a segunda, como era natural, abordada e colonizada em primeiro lugar; e a última, só volvidos séculos, explorada a fundo.

Por que razão? Se a riqueza mineral do Brasil foi um dos fatôres naturais que mais contribuíram para a sua evolução histórica, êsses tesouros, escondidos e disseminados em regiões vastíssimas, demandaram séculos de explorações porfiadíssimas. O português chegou ao Brasil, como aliás o castelhano às Antilhas, alucinado pela miragem do ouro e dos produtos orientais. Um preconceito geográfico, a crença de que os metais e as pedras preciosas eram apanágio das zonas tropicais, redobrou no adventício o ardor com que buscaram na terra descoberta o ouro e as pedrarias. Da carta de Pero Vaz de Caminha se conclui que logo Pedro Álvares Cabral e os seus companheiros interrogaram os tupiniquins de Pôrto Seguro sôbre a existência do ouro na terra de Vera Cruz.

Próvida, no entanto, a Natureza assegurara, contra o sôfrego e inoportuno desígnio, a expansão portuguêsa. As maiores riquezas minerais do território concentravam-se nos Estados do planalto central — Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso — espécie de tôrre de menagem de vastíssimo castelo, defendido na costa pela dupla muralha da floresta tropical e da Serra do Mar. Assim, ao colono foi necessário, de entrada, jungir-se às outras possibilidades, que ofereciam o solo e o clima. Bem diferente houvera sido o destino político do Brasil, tão cedo investido pelas cobiças do estrangeiro, se as suas riquezas minerais não estivessem tão avaramente guardadas pela Natureza; se as minas de ouro e diamantes fôssem mais fàcilmente abordáveis; e se, durante os séculos XVI e XVII, as tentativas de colonização francesa e holandêsa tivessem sido coroadas pelo esplêndido achado!

Entre as conseqüências históricas de posição, acentuadas pelos agentes físicos do Atlântico, devemos enumerar: o descobrimento pelos portuguêses; as fáceis comunicações entre a metrópole e a colônia; as comunicações facílimas do Brasil com Angola e Guiné, por oposição às da metrópole com as mesmas costas; a incorporação étnica e econômica do negro africano; e o intenso comércio dos grandes portos brasileiros com o Golfo da Guiné e com Angola, nos séculos XVII e XVIII.

Essas vantagens de posição tiveram, como reverso, a vulnerabilidade do Brasil aos assaltos inimigos, que, por sua vez, acen-

tuou a tendência da metrópole a uma política de isolamento e aldeamento da colônia. Por outro lado, a divergência de direção entre as correntes da Guiana e do Brasil, a primeira das quais de rumo irreversível, opôs-se à comunicação entre o Norte e o Sul da colônia, provocando a formação dos dois Estados, o do Maranhão e o do Brasil, pròpriamente dito. Advirta-se, todavia, que a chamada corrente do Brasil facilitou muito, em compensação, as comunicações da Bahia e principalmente do Rio de Janeiro com o Rio da Prata.

Também, nem tudo na terra bravia foram vantagens. A Serra do Mar e os rios do planalto, muito encachoeirados, demoraram e tornaram áspera e mortífera a penetração do interior. Além disso, a selva densa, a pululação dos insetos ou, por forma mais geral, duma fauna daninha, a fácil e periódica erosão do solo pelas chuvas tropicais e, em tantos casos, a conseqüente pobreza em húmus, males exacerbados pelas diferenças e inclemências do clima, tornaram extremamente laboriosa e precária a agricultura, muito mais das espécies européias, necessitando e generalizando o processo da queimada, itinerante, à maneira dos índios, forma depredatória, que não foi sem graves danos em certas regiões.

Em resumo, os caracteres de posição e relêvo, que fundiam num conjunto harmônico vastas planícies de aluvião e zonas de planalto médio, envolvido por um sistema hidrográfico insulante; e a existência duma faixa intermédia de terrenos auríferos na direção leste-oeste, provocaram e favoreceram a formação do maior Estado nos trópicos úmidos, com fronteiras naturais e com base econômica na indústria açucareira (fatalidade juntamente imposta pela história e pela terra), na expansão pecuária de planalto e na rápida eclosão do ciclo do ouro, que veio a fixar as fronteiras do *Far-West* e preparar a independência política do Brasil.

Resta-nos, para terminar, definir a nossa posição quanto ao problema das influências do meio geográfico sôbre o homem. Começamos êste Capítulo afirmando que não era possível dividir em dois períodos, totalmente distintos ou opostos, as relações do homem com a terra nesta parte do continente, durante os séculos passados: um do aborígene, forçado a adaptar-se com submissão ao meio geográfico; outro, o do colono, de livres iniciativas, que moldaram a natureza à sua vontade criadora.

Se, de fato, assim não sucedeu, o homem não deixou de afirmar, de muitas maneiras, que nesta obra teremos ocasião de estudar, uma capacidade de interpretação e superação das condições naturais, que o libertaram progressivamente da pesada determinação do mundo físico.

Um ilustre historiador francês, Fernand Braudel, criou um neologismo, a *geo-história,* com que designa a espécie, a seu ver, muito lata, de fatos, acontecidos *au ralenti* dos séculos, e através dos quais o homem se molda à terra, ou antes a terra molda os grandes movimentos humanos. Aliás, Braudel confessa as influências da escola alemã de geografia humana e política na sua formação de historiador.

Por nossa parte, nesse debate, inclinamo-nos muito mais para a escola francesa do que para a germânica. De há muito seguimos a corrente científica e filosófica de Vidal de La Blache, Lucien Febvre e Demangeon, embora não desdenhemos e, ao contrário, nos aproveitemos, nesta obra, de algumas das lúcidas vistas de Ratzel e dos seus continuadores.

Na velha luta entre o Homem e a Terra, sôbre que se levantam os mais fundos alicerces da história, concedemos progressivamente mais importância ao homem como fator histórico, ao passo que êle se afasta dos estádios primitivos de cultura. Nas primeiras idades culturais, o homem obedece estritamente às condições impostas pela natureza. Pré-história e geo-história confundem-se. Depois, e pouco a pouco, submete à sua vontade e esfôrço a terra; e elabora ou pode elaborar sôbre ela, com livre criação, as mais audaciosas construções humanas e políticas.

Sirva-nos a poesia, ou melhor, um poema de significado eminentemente histórico, para dar melhor expressão a êste pensamento. Camões definiu com gênio um dêsses momentos capitais na história da luta do homem com o planêta: aquêle em que o herói, que é todo um povo — *Os Lusíadas* — vence pela excedência criadora da vontade, o gigante Adamastor, o Cabo ignoto e tormentoso, personificação da Natureza hostil, que dividia dois Oceanos e separava várias civilizações, dando assim o primeiro e grandioso passo para a unificação da humanidade.

Não ignoramos que a liberdade se realiza, aqui, à custa da obediência às leis naturais. Mas é no esfôrço de as conhecer e superar, em nome e na consciência dum superior interêsse humano, com a abdicação dos móveis e instintos imediatos, que reside a parte de criação livre.

Se é inegável que a pré-história sul-americana se molda flagrantemente sôbre o solo, não faltarão, no decorrer desta obra, outros fatos que testemunhem a capacidade do homem para se elevar, em nome de interêsses superiores, acima das meras determinações do instinto e da Natureza.

II

FUNDAMENTOS PRÉ-HISTÓRICOS: O ABORÍGENE NAS SUAS RELAÇÕES COM A TERRA

À unidade geográfica da ilha de floresta tropical de planície, limitada pelos grandes desníveis do terreno, correspondia uma unidade econômica, realizada ou a realizar, quando os portuguêses aportaram às costas do Brasil: a zona da mandioca, do algodão e do milho. A esta unidade geográfica e econômica correspondeu, na pré-história, uma unidade humana, formada por um conjunto de tribos, caracterizada por uma cultura típica de floresta tropical, e da qual devemos destacar duas formações culturais concêntricas, que envolviam êsses vastos territórios: o dos tupi-guarani e o dos aruaque.

Essa cultura definia-se tanto pelos traços próprios, como pelo contraste com as culturas dos outros grupos do continente. Por forma geral, as raças aborígenes e pré-colombianas da América do Sul agrupavam-se em três grandes regiões, muito diferentes entre si: a andina, a oeste; a dos pampas, ao sul; e a da floresta tropical, ao norte e ao centro. Assim pode ver-se no mapa de Wissler, o ilustre etnólogo americano, sôbre as áreas de cultura indígena (V. fig. n. VI).

Dentro desta última e vasta área vamos considerar as duas grandes formações culturais dos tupi-guarani e dos aruaque, e, em especial a primeira, por ter sido aquela, com a qual o português entrou mais rápida e intensamente em contato e a que maior influência veio a ter na formação territorial do Estado e no hibridismo étnico de certos grupos brasileiros. Tentaremos caracterizar essas duas culturas, mas demorando-nos apenas nos aspectos que lhes são comuns e se ligam ìntimamente a esta história.

Opinou Rodolfo Garcia, na sua *Etnografia Brasileira*, que o centro de irradiação dos tupi-guarani teria sido o território situado entre o Médio Paraná e o Alto Paraguai. Alfred Métraux alarga para o norte e leste essa região. De qualquer forma, podemos referir-nos aos movimentos de penetração, quer das tribos

dos tupi, quer dos aruaque, històricamente documentados. Realizado um trabalho secular de adaptação ao meio ambiente, no coração do atual Brasil, os tupi difundiram-se sôbre o continente americano por vagas sucessivas: a primeira na direção do Amazonas e do Baixo-Xingu; a segunda, ainda na direção do Amazonas, cuja bacia ocuparam entre o Purus e o Napo; a terceira, e mais considerável, na direção da bacia do Paraguai, ao mesmo tempo que se dava a invasão do litoral atlântico, quer do norte para o sul, quer do oeste para leste. Ao tempo em que os portuguêses pela primeira vez aportaram às costas brasileiras, ainda êste último movimento de migração se estava realizando. No interior das terras, estabelecimentos dos tupi seguiam-se desde a Lagoa dos Patos até ao Amazonas. Outras deslocações dêsse grupo cultural, estudadas por Erland Nordenskjöld, provam a sua extrema mobilidade, principalmente ao longo dos rios, pois eram, na relatividade dos seus meios, grandes navegadores.

Ao mesmo tempo, partindo da América antilhana, os aruaque, maiores navegadores ainda que os tupi-guarani, invadiam o Negro, espalhavam-se pela bacia do Amazonas e, subindo o Madeira, alcançavam a região do Alto e Médio Paraguai.

Nomadismo, em país tropical rico de cursos de água e de floresta, implicava como modo de subsistência essencial, a pesca, a caça e a colheita de frutos. Não obstante, é certo que êsses índios exercitavam uma agricultura de queimada, por meio da qual já tinham selecionado as mais úteis dentre as plantas dessa parte do continente. Assim, cultivavam, para citar apenas as principais, a mandioca, o milho, o algodão e o fumo. Estacionados ainda na Idade da Pedra, utilizavam para confeccionar seus instrumentos apenas a pedra, a madeira e o osso. Nus, tatuados e enfeitados com penas de aves, viviam em pequenas aldeias de malocas, dormindo em rêdes tecidas de algodão.

Tanto como nestes elementos de cultura, o tupi se distinguia do europeu pela ignorância de certos conhecimentos e técnicas rudimentares: o ameríndio do Brasil não utilizava os metais para fabricar os instrumentos, nem a pedra ou a taipa na vivenda; não possuía animais domésticos, como recurso de alimentação ou auxiliar do trabalho; desconhecia igualmente a roda e a vela, primeiros artifícios mecânicos, tão libertadores do esfôrço humano.

O que diferenciava essencialmente o ameríndio brasileiro do europeu e havia de constituir os seus motivos de atração ou repulsão recíproca, era: quanto ao regime econômico, o seu modo de produção, tão estreitamente limitado ao meio geográfico, o primitivismo técnico e o nomadismo ou semi-nomadismo; quanto à orga-

nização social, a tribo, como tipo principal de agremiação, e o comunismo dos bens, — os dois fatos gerando uma psicologia e uma ética próprias.

Mas, de todos os traços da cultura do ameríndio do Brasil, os que mais interessam ao nosso caso são os conhecimentos topográficos, a capacidade de representar o espaço percorrido e, como conseqüência, a cultura geográfica inerente a essas faculdades excepcionais. Antes de estudarmos o ameríndio brasileiro, sob êsse aspecto cultural, devemos considerar que êsses traços fundamentais são comuns a outros povos primitivos, nômades ou semi-nômades, cujos conhecimentos geográficos guiaram muitas vêzes os exploradores noutras regiões dos outros continentes.

Assim, Champlain, nos começos do século XVII, guiou-se, nas explorações do atual nordeste dos Estados Unidos, por esboços cartográficos dos indígenas expressamente traçados para aquêle fim. Nos começos do século XIX, Parry e Ross foram orientados pela mesma forma nas regiões polares; nesse mesmo século, Largeau guiou-se, no Saara, por mapas traçados na areia pelos nativos; e o mesmo sucedeu com Clapperton no Médio Níger, ou com o Príncipe Kropotkine, que, nas suas explorações da Transbaicália, foi auxiliado pelas informações e representações cartográficas dos tunguzes.

Êsses e outros exploradores concordam em assinalar nos primitivos duas faculdades máximas, que os extremam do homem sedentário: aquilo a que se chamou a *visão telescópica*, capacidade para lobrigar ao longe vultos ou acidentes, que escapam totalmente à vista, ainda a mais aguda, do homem civilizado; e uma extraordinária memória visual. A essas duas faculdades devem os primitivos seu grande sentido topográfico e a possibilidade de reproduzir gràficamente os caracteres mais salientes do meio geográfico em que vivem ou que percorrem.

Um cartólogo russo, B.F. ADLER, discípulo de RATZEL, publicou, em 1910, uma obra com o título *Maps of primitive peoples*, notabilíssimo trabalho, em que analisa, servido por uma documentação colhida em todos os continentes, o problema de que nos estamos ocupando. Depois de referir-se à enorme capacidade visual dos primitivos, observa que alguns dêles, como os buriatas, que habitam no nordeste da Sibéria, e os esquimaus, se orientam de dia pelo sol, e de noite pelas estrelas, de que possuem notável conhecimento. Mas, acima de tudo, estuda os mapas dêsses povos, quer traçados na areia; quer com tinta ou sangue, em madeira, papel ou couro; quer esculpidos em relêvo ou tecidos com varas e fibras vegetais.

Tendo, por nosso lado, procurado estabelecer uma relação de causa entre o gênero de vida dos povos primitivos e as suas capacidades de orientação e representação cartográfica, julgamos poder concluir que essas faculdades estão na razão direta da grandeza do espaço em que aquêles povos se movem, e na inversa da sua densidade em relação ao território. Ou, por outras palavras, a cartografia dos primitivos é uma arte vital, que se desenvolve com as possibilidades e a extensão do nomadismo.

De fato, o maior número de observações e as mais interessantes do sábio russo, dizem respeito aos siberianos, aos esquimaus, aos habitantes do Saara, e de alguns dos pequenos arquipélagos perdidos na imensidade do Pacífico. Em qualquer dos casos trata-se de áreas vastíssimas onde se movem grupos sociais, extremamente rarefeitos. Tomemos um exemplo típico: o arquipélago de Marshall, cujos 12.000 habitantes se espalham por dois grupos de ilhas, que ocupam um espaço de cêrca de 500.000 quilômetros quadrados. Êstes insulanos do Pacífico teciam, ainda não há muitos anos, as suas cartas com fibras vegetais em cuja rêde situavam as unidades insulares, figuradas por conchas ou seixos de tamanho maior ou menor; e dêsse modo fabricavam cartas gerais do arquipélago, parciais de um grupo de ilhas, e outras, em que indicavam a direção das correntes marítimas. Êsses notabilíssimos mapas, dos quais muitos estudiosos se ocuparam até hoje, guardam-se em vários museus do mundo, como modelos excepcionais da cultura topográfica dos primitivos.

Estabelecida esta lei da produção cartográfica entre os primitivos, até onde a palavra lei é legítima na matéria, e sabendo-se que alguns poucos milhões de ameríndios se moviam, durante os séculos XVI e XVII, numa zona de floresta de planície que pode calcular-se, aproximadamente, em 10.000.000 de quilômetros quadrados, mas servida por um vasto sistema fluvial, rico de conexões, poder-se-ia, *a priori*, concluir que êsses primitivos, quando em plena liberdade de movimentos ou forçados a alargar o círculo das suas migrações pela intrusão dos portuguêses, fôssem dotados daquelas mesmas capacidades dos siberianos, esquimaus ou marshallianos. E o mesmo Adler, depois de citar os mapas dos primitivos sul-americanos, recolhidos por Von den Steinen Ehrenreich, Schmidt e Koch-Grünberg, todos viajantes do século passado, com exceção do último, conclui que essas produções não ficam longe das melhores dos povos nômades doutros continentes. Mas é certo que Adler não conheceu algumas representações cartográficas, dum valor excepcional, dêsses mesmos ameríndios.

De que os índios brasileiros possuíam nos séculos XVI e XVII, as notáveis qualidades de orientação, comuns aos primitivos, não escasseiam provas. Gabriel Soares gaba nos tupinambá o sentido maravilhoso de orientação, que fazia dêles os guias, por excelência, no sertão. O mesmo Soares, Cardim, Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, unânimemente se referem à facilidade dos tupinambá em percorrer velocìssimamente trajetos de centenas de léguas. E Gabriel Soares, confirmado por Cardim, observa: "Têm os tupinambá grande conhecimento da terra, por onde andam pondo o rosto no sol, por que se governam, com o que atinam grandes caminhos pelo deserto, que nunca andaram ..." E conta a seguir o caso de dois tupinambá, degredados da Bahia para o Rio de Janeiro aonde foram conduzidos, por mar, e dali fugiram, regressando isoladamente e pelo mato, por caminhos de mais de 300 léguas, à sua aldeia, cêrca da então metrópole do Brasil. (1).

O que se diz duma tribo dos tupinambá, pode aplicar-se à família tupi em geral, fato da maior importância, sabendo-se que o tupi foi o aliado, o parente, o auxiliar direto dos portuguêses, nos seus movimentos de expansão e, em particular, dos bandeirantes de S. Paulo. Ficamos sabendo, assim, que os tupinambá se guiavam pelo curso do sol. Não utilizariam também as estrelas nos percursos noturnos?

Sob êsse aspecto, assume a maior importância o depoimento de Claude D'Abbeville, referido igualmente aos tupinambá, mas, neste caso, do Maranhão, para onde desde o sul, espontâneamente ou fugindo aos portuguêses, tinham emigrado. A acreditarmos na informação do capuchinho francês, os tupinambá não só observavam "o giro do sol e a rota que segue entre os dois trópicos", mas tinham a noção de haver partido dum país de grandes florestas, situado no trópico de Capricórnio. Aqui trata-se, é evidente, duma interpretação do cronista, e possìvelmente duma noção social inerente à tribo, no seu movimento migratório, ao longo da costa, do sul em direção ao Equador. Não menos importantes são as notícias que nos dá sôbre os conhecimentos que êsses índios tinham de vários planetas, estrelas de primeira grandeza e constelações que designavam por diferentes nomes, quase todos de animais.

RODOLFO GARCIA, que fêz um sábio estudo sôbre essa parte da obra do velho cronista, conseguiu identificar algumas dessas constelações, como a "Seichu", com as Plêiades ou Sete Estrelo, e observa que também os tupi do Sul davam a essa constelação o nome de "Eichu". (2)

---

(1) V. Tratado Descritivo do Brasil cap. CLXVI.

(2) V. C. D'ABBEVILLE, *História da Missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão*, tradução de Sérgio Milliet, introdução e notas de Rodolfo Garcia, pág. 246.

Entre os tupinambá, como entre os demais povos primitivos, a que já nos referimos, êstes começos de uma ciência astronômica obedeciam apenas, é claro, a necessidade prática de orientação. E êste fato basta para avaliarmos das capacidades e da extensão das deslocações dos tupinambá, naquela época.

Para melhor se compreender o alcance dêsses conhecimentos, observe-se que aquelas deslocações dos tupinambá se realizaram entre os dois trópicos; e recorde-se que os árabes, povo de navegação intertropical, utilizavam também como guias noturnos as constelações ou seja a chamada rosa sideral. (1)

Foram os povos do Norte os primeiros a guiar-se por uma só constelação, a Ursa Menor, e pela estrêla Polar; e os portuguêses os primeiros a fixar como guia dos nautas, no hemisfério austral, o Cruzeiro do Sul. Acrescente-se que, dentre as poucas técnicas introduzidas pelos portuguêses entre os tupi, uma das primeiras foi a de servir-se, para orientação em terra ou no mar, duma constelação polar, o Cruzeiro ou Cruz do Sul, como de princípio foi chamada. É êsse um dos mais valiosos testemunhos de Claude D'Abbeville; e para êle chamamos a atenção. Ficamos sabendo assim que os tupinambá designavam essa constelação por "Criçá" ou "Curuçá", no tupi, alteração indígena, como é sabido, da palavra portuguêsa "Cruz". E como foram bastante reduzidas as palavras portuguêsas introduzidas no tupi durante o primeiro século, concluiremos que a assimilação dêsse asterismo, de origem adventícia, obedeceu a uma necessidade e iniciação cultural de caráter astronômico, e de que êsse processo de orientação, comum aos povos do Norte, era desconhecido entre os ameríndios do Brasil que se moviam, como os árabes, numa região intertropical.

A essa astronomia de orientação correspondeu lògicamente entre os aborígenes brasileiros uma aguda consciência do espaço geográfico e a capacidade para o representar. Dessa arte de expressão plástica e cartográfica do território, semelhante à dos outros povos primitivos, não nos restam testemunhos diretos do século de Quinhentos. Mas as referências nesse sentido de Yves d'Evreux, nos começos do século XVII, aos tupinambá do Maranhão, que acabavam de perfazer um imenso movimento migratório, referem-se, é evidente, a uma velha herança cultural, resultado de experiências seculares e reavivada na tribo, durante o século anterior. Dizia, pois, o missionário francês daqueles ameríndios que todos se recordavam com grande exatidão de quanto

---

(1) V. Gabriel Ferrand, «*Introduction à l'astronomie nautique arabe*», Paris, 1928, pág. 118 e seg.

viam e ouviam, e que traçavam na areia, com a ponta do dedo, uma "geografia ou descrição natural", com a qual acompanhavam as suas narrativas.

Dos séculos seguintes não escasseiam exemplos. Cortaremos a ordem cronológica para nos referirmos, por mais elucidativo e típico, ao caso de VON DEN STEINEN, que orientou a segunda das suas expedições às nascentes do Xingu em 1887-88, por uma carta de um índio, caso particularmente interessante, pois, em sua opinião, os índios em questão não tinham ainda sofrido a menor influência de civilizados. (1)

Êste caso, semelhante a tantos outros de exploradores que foram guiados noutros continentes pelos mapas dos primitivos, tem o mérito de evidenciar desde já as vantagens que a arte cartográfica dos ameríndios do Brasil podia ter representado desde o século de Quinhentos para os portuguêses, nas suas primeiras tentativas de devassar o sertão brasileiro. (V. fig. n. VII.)

Outro explorador, e êsse do Norte do Brasil, KOCH-GRÜNBERG, refere também que viu um Tauripã desenhar o curso completo do Cuquenau, com seus setenta afluentes, assim como o perfil das serras de Roraima e Cuquenau. (2)

E também êsse testemunho fornece uma nova idéia da complexidade das noções geográficas que os ameríndios brasileiros poderiam, noutros tempos, haver transmitido aos exploradores portuguêses.

Do século XVIII não faltam testemunhos, na maior parte de origem portuguêsa, dessas possibilidades. Em 1727, o Governador do Rio de Janeiro remetia para Lisboa um mapa, feito pelo jesuíta Padre Luís de Albuquerque, representando a costa desde Santa Catarina até ao Rio da Prata, e na qual iam situadas as aldeias das Missões espanholas dos tape, conforme um mapa feito por um dêsses índios ao mesmo Padre. (3)

Em sua "Cartografia jesuítica del Rio de la Plata" também o Padre Furlong Cardiff S.J. publica um mapa, composto por um índio guarani em começos do mesmo século, representando a situação dos povos missionários e dos caminhos que os ligavam ao atual território do Paraguai.

---

(1) VON DEN STEINEN, *Durch Central-Brazilien*, Leipzig, 1886, pág. 213-14; e *Unter den Naturvölkern Zentral-Braziliens*, Berlim, 1894, pág. 153, 246-47.

(2) KOCH-GRÜNBERG, *Zwie Jahre unter den Indianern*, I, (Berlim, 1909), pág. 90.

(3) «Publicações do Arquivo Nacional», Rio de Janeiro, t. XV, pág. 227.

Na segunda metade dêsse mesmo século, nas cartas dos demarcadores de limites estabelecidos pelos Tratados de 1750 e 1777, algumas das quais publicadas por Joaquim Nabuco, encontram-se, com freqüência, longos traçados de rios, feitos exclusiva e declaradamente por informações indígenas. Mas os mais notáveis exemplos da arte cartográfica dos ameríndios brasileiros constam da obra do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, o ilustre explorador e naturalista, a quem se tem chamado o *Humboldt* brasileiro, e que, desde 1783 a 1792, por iniciativa da Metrópole, explorou a Amazônia e as regiões do Alto-Paraguai.

Conta êle que, perguntando a um índio morador no Rio Branco, quantos e quais os seus afluentes, tomou êle uma corda de piaçá, com a qual formou o tronco principal do rio; a um e outro lado foi prendendo tantos filamentos quantos os seus tributários, dando-lhes as voltas e as distâncias próprias duns a outros, e, por fim, tantos nós quantas as aldeias de índios nas posições respectivas e em todos êsses cursos. Doutra vez, na mesma região, um índio macuxi, pegando-lhe do bastão, desenhou na areia o mesmo rio. O naturalista tomou então duma pena e tinta e convidou-o a repetir no papel êsse traçado, ao que êle se prestou, riscando um mapa, "onde as cordilheiras eram marcadas por sucessivas séries de ângulos mais ou menos agudos e as malocas dos gentios, por círculos maiores ou menores." (1)

Se acrescentarmos que os índios do Alto-Xingu, segundo Von den Steinen, indicavam as cachoeiras com linhas transversais, aqui temos uma arte cartográfica tão desenvolvida, que utilizava convenções semelhantes às atuais.

Com razão e lucidez escreve Sérgio Buarque de Holanda a propósito destas convenções: "Ao lado do detalhe preciso ou pitoresco, exagerado aqui e ali pela surprêsa, há em alguns dêsses desenhos indício de um aproveitamento rigoroso da experiência anterior, em esquemas onde tudo visa a utilidade. Para tanto é indispensável a existência duma verdadeira elaboração mental, de um poder de abstração, que não se concilia fàcilmente com certas generalizações ainda correntes acêrca de "*mentalidade primitiva*". E referindo-se a um dos mapas obtidos por Von den Steinen, acrescenta: "O desenho chega a libertar-se, muitas vêzes, da pura imagem visual. Na queda de água, representada por meio de um círculo, no Rio Batovi, designado com uma linha quebrada, que não pretende reproduzir tôdas as sinuosidades do curso, mas tão sò-

(1) V. «Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia», 1934, págs. 47-48; e «Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa», t. X, p. 1.

mente indicar sua irregularidade extrema e com isso acautelar o viajante inexperiente, atingem-se sem mais rodeios as finalidades informativas e rememorativas requeridas de tais processos". (1)

Observe-se agora que todos êstes grupos estavam, durante os séculos XVIII e XIX, sob êste aspecto, e devido ao confinamento progressivo impôsto pela ocupação portuguêsa, no caminho da regressão cultural. Pode, pois, sem temeridade concluir-se que, nos dois séculos anteriores, o índio da zona de floresta tropical possuía uma consciência do espaço bem mais vasta e uma arte, não menos perfeita, de o representar.

Supomos que estas considerações, desde já e só por si, prestam uma importância nova à participação do índio na expansão geográfica dos portuguêses e, em particular, das bandeiras paulistas, na América do Sul. Astronomia incipiente, representação plástica ou cartográfica do território não passam de manifestações do mesmo e maravilhoso sentido de orientação. Sentido vital e orgânico, superlativo do instinto das aves migradouras. Como outros povos nômades, os primitivos habitantes do Brasil foram verdadeiras bússolas e mapas vivos.

Conhecidos êstes traços fundamentais da cultura dos ameríndios da zona de floresta tropical, convém averiguar agora se essa arte vital se inscreveu, por qualquer forma, sôbre o território e de que modo ela pôde servir ao explorador europeu ou ao mestiço, produto da fusão dos adventícios com as aborígenes.

Quando os primeiros portuguêses se estabeleceram nas costas do Brasil, não tardaram, por certo, a dar-se conta da cultura geográfica dos seus primitivos habitantes, tão notória ela devia ser. Sabemos hoje que os aborígenes haviam traçado as suas trilhas — *a pés* — ao longo de vastas áreas; e se aproveitavam igualmente dos sistemas fluviais, como duma rêde de caminhos. Como sempre, em tudo o que se relaciona com a etnografia indígena, também as relações dos jesuítas nos descrevem o índio como auxiliar precioso do branco nas suas deslocações. Já citamos, a êsse propósito, o testemunho de Gabriel Soares de Sousa. Seja a vez agora do Padre Fernão Cardim, seu ilustre contemporâneo. Numa das suas relações, hoje impressas com o título de "Tratado da Terra e gente

---

(1) V. o notabilíssimo estudo «*Índios e mamelucos na expansão paulista*», publicado in «Anais do Museu Paulista», t. XIII. 1949, pág. 183. Convém esclarecer que SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA e o autor desta obra escreveram quase simultâneamente e independentemente um do outro sôbre o mesmo tema. Mas tôdas as fontes utilizadas por nós, e os respectivos conceitos, vinham sendo citados e expostos desde 1944, no nosso curso de *História da Cartografia do Brasil*, dado no Itamaraty naquele ano, e em artigos sucessivos, publicados sob o título comum de «Introdução à História das Bandeiras», durante os anos de 1947-48, no jornal «A Manhã», do Rio e "O Estado de São Paulo», de São Paulo.

do Brasil", o célebre missionário, que escrevia na segunda metade de Quinhentos, dá, no seu estilo enxuto, um índice rápido, em que não se perde palavra, das capacidades e têmpera viajora dos índios:

"Vêem sobremaneira, porque à légua enxergam qualquer coisa e da mesma maneira ouvem; atinam muito: regendo-se pelo sol, vão a tôdas as partes que querem, duzentas e trezentas léguas, por matos espessos, sem errar ponto; andam muito e sempre de galope, e principalmente com cargas; nenhum a cavalo os pode alcançar; são grandes pescadores e nadadores, nem temem mar nem ondas, e aturam um dia e noite nadando, e o mesmo fazem remando, às vêzes sem comer".

Embora daqui se depreendam as inestimáveis faculdades e préstimos do índio como auxiliar das emprêsas de exploração geográfica, sentido excepcional de orientação, rapidez velocíssima no andar e infatigável resistência física, Cardim não fala dos caminhos dos indígenas. Em compensação, muitos outros jesuítas, entre os quais é justo assinalar os Padres Montoya e Lozano, espanhóis, e o português Simão de Vasconcelos, repetidamente se referem ao chamado caminho de S. Tomé e às pegadas do Apóstolo das Índias que, segundo êles, se encontravam gravadas na pedra em vários pontos do continente. Recordemos a propósito que, segundo Adler, na obra citada, os sinais gráficos de pegadas, nos mapas dos primitivos, indicavam "a direção do movimento".

Êsse caminho, cujo trajeto foi estudado por Washington Luís e a que os índios chamavam *piabiru* corria, segundo o Padre Montoya, tôda a terra, a duzentas léguas da costa, e desde S. Paulo para o Sul. Por outros testemunhos sabe-se que êle se bifurcava, quer em direção à Cananéia e à costa de Santa Catarina, quer em direção ao Paraná, para daí, segundo Lozano, pelos tributários do Paraguai se continuar até ao Peru.

Sérgio Buarque de Holanda, embora admitindo a existência do *piabiru* e de outros caminhos traçados pelos indígenas, de que os bandeirantes vieram a aproveitar-se, faz certas restrições às idéias mais correntes a respeito. "Será talvez exagerado — escreve — imaginar um traçado inteiramente fixo para as trilhas de índios, usadas depois pelos bandeirantes. É bem conhecida a instabilidade de algumas destas primitivas vias de comunicação, sobretudo quando surja uma interrupção mais ou menos prolongada no seu uso. Assim, cada viagem tomaria, de certo modo, a aparência de uma exploração nova, de um nôvo trabalho de engenharia. Todavia a escolha cuidadosa, pelos indígenas, dos lugares mais apropriados ao trânsito, preservava ao menos a direção geral do tra-

çado e garantia, nos lugares acidentados, a passagem obrigatória por determinados sítios, que serviam de balisa ao longo do trajeto." (1)

Mas o mesmo autor cita logo a seguir o fato de que algumas antigas trilhas indígenas aparecem em velhos documentos como traço de referência para determinar as datas de terras, como sucedeu com o caminho dos guaianás, que, em fins do século XVI, serviu a Martim de Sá na sua expedição às regiões correspondentes ao sueste do atual território de Minas Gerais.

Sempre que os índios seguiam êsses caminhos nos grandes percursos através do continente, eram forçados a construir canoas, para atravessar, baixar ou subir correntes. Mas foi na vastíssima rêde do Amazonas que mais desenvolveram as técnicas da navegação fluvial. Também aí o português, ao chegar, encontrou em pleno desenvolvimento uma cultura náutica inteiramente apropriada ao meio geográfico e, mais uma vez, um jesuíta, por certo uma das maiores glórias da Companhia de Jesus, o Padre Antônio Vieira, nos deixou, numa das suas admiráveis cartas, informes preciosos sôbre os proveitos que o português soube tirar dessa cultura.

Na sua conhecida relação sôbre a expedição ao Tocantins, em 1654, depois que descreveu a forma das canoas e a maneira de as construir, calafetar, brear, toldar e velejar, com árvores, fibras e resinas da floresta, conclui:

"Aqui será bem que se note que os índios são os que fazem as canoas, as toldam, as calafetam, os que as velejam, os que as remam e muitas vêzes, como veremos, os que as levam às costas, e, se se há-de marchar por terra, os que lhes levam as cargas e ainda as armas às costas".

Chamemos desde já a atenção para êsse conhecido fato de levar às costas as canoas, operação que se tornava indispensável para evitar cachoeiras ou passar de um rio a outro, transportando-as por terra.

Duas grandes famílias culturais corresponderam predominantemente a êste sistema de caminhos: no Sul os tupi-guarani, às trilhas por terra, como o *piabiru*; no Norte, os aruaque, à rêde, quase exclusivamente fluvial, do Amazonas. PAUL RADIN, no relance geral que fêz das origens e tipos culturais dos índios sul-americanos, diz, para caracterizar os tupi-guarani, que êles desenvolveram com perfeição "a técnica de cobrir longas distâncias em tempo relativamente curto". (2)

---

(1) *Ibidem*, pág. 192-193.

(2) PAUL RADIN, «*Indians of South America*», New York, 1942, pág. 75.

Da mesma sorte, definiu os aruaque, pela sua cultura náutica, como típicos construtores e tripulantes de canoa inteiriça, de casca e balsa. (1)

É certo que Métraux reivindica para todos os tupi-guarani o apelido de *fenícios da América do Sul*, que Hervás reservou para os omáguas, aos quais considerava os mais hábeis navegadores do continente.

Pioneiros culturais, ainda que afins, os tupi-guarani e os aruaque, uns partindo do Prata, outros do Amazonas, completaram em sentido inverso o circuito continental das suas longas migrações, penetrando-se e transmitindo-se influências culturais. Os aruaque estendiam-se desde o Orinoco, pelo vale do Amazonas e do Madeira-Mamoré e Guaporé até ao Alto e Médio Paraguai. De mais largo âmbito, o circuito cultural dos tupi-guarani, ainda que adensado no Prata, abrangia com breves soluções de continuidade, tôda a vasta unidade geográfica da floresta tropical, excetuando a área Orinoco-Essequibo-Negro, baluarte dos aruaque e caribe. A importância maior do circuito cultural tupi-guarani, na história da formação territorial do Brasil, explica-se pela sua ocupação do litoral, desde o atual Rio Grande do Sul até às Guianas, e pelas relações intertribais até aos Andes e ao Marañon, ou Alto-Amazonas.

Ora, êstes círculos culturais não eram estáticos. Com maior ou menor intensidade, a zona de floresta tropical foi teatro, durante os séculos pré-históricos e históricos, de vastas migrações de tribos, em especial dos tupi-guarani. Métraux, que a êsses fatos dedicou substancial monografia, conclui por afirmar que os tupi-guarani se movimentaram em grandes deslocações, não só durante os séculos XV e XVI, mas também nos quatro séculos seguintes e quase até aos nossos dias, em regiões e direções diversas, ora para fugir ao domínio português, ora atrás da "crença obstinada na existência dum Paraíso Terrestre, para além do Atlântico, ou no interior dum continente, a oeste". Gente inquieta, dotada duma mobilidade extrema, correndo em tôdas as direções do continente à busca da liberdade e do Paraíso impossível, longo tempo, dela restou um vasto arquipélago de tribos, disseminadas pela zona de floresta, à semelhança dêsses outros arquipélagos que, solitàriamente, testemunham nos oceanos os antigos cataclismos, que afundaram continentes.

Mas ao lado dessas grandes correntes migratórias, houve no continente, de tribo a tribo, uma osmose contínua de trocas comer-

(1) *Ibidem*, pág. 26 e seg.

ciais e culturais. Dois etnólogos e sociólogos modernos chegam a considerar êste fato como característico dos povos primitivos da América do Sul; e afirmam que as trocas de tribo a tribo foram aqui determinadas, não só pelas considerações geográficas, mas ainda pela proveniência e diferenciação cultural dos artigos trocados. (1)

Para atingir mais objetivamente os fundamentos pré-históricos e indígenas da expansão portuguêsa, seria, pois, necessário estudar, nas suas linhas gerais, as relações dêsse perpétuo ondular de culturas sôbre o território. Quais os traços característicos da geografia do continente, assimilados pelos índios e transmitidos, sob forma de técnica circulatória, aos portuguêses?

Um sábio etnólogo sueco, ERLAND NORDENSKJÖLD, que alia à vastidão dos informes eruditos ou colhidos diretamente no terreno, a inexcedível segurança de métodos e penetração crítica, estudou, num ensaio muito notável, a difusão de alguns dos elementos culturais introduzidos na América meridional pelos europeus, desde a sua chegada, tais como as galinhas, a banana, o ferro e os objetos com êle fabricados — facas, machados, anzóis, agulhas, tesouras e armas de fogo. (2)

NORDENSKJÖLD organizou para cada um dêsses elementos culturais um mapa com a distribuição das respectivas palavras aborígenes, diversas de tribo para tribo, ao qual sobrepôs, em todos os casos, a carta em papel transparente, da localização dessas tribos sôbre o território. Êsse contínuo mecanismo permite seguir em cada mapa e para cada elemento cultural a área da sua difusão por tôdas e cada uma das raças indígenas, conforme os vocábulos respectivos e seus afins.

Por uma conveniência de simplificação e adequação ao nosso caso, limitamo-nos a estudar aqui a localização dos fatos, que se relacionam com as tribos daqueles dois círculos culturais de maior expansão no território: os tupi-guarani e os aruaque.

Duma forma geral, pode afirmar-se, analisando aquêles mapas, que a maior parte daqueles elementos culturais seguiu, desde os princípios do século de Quinhentos, as estradas flúvio-terrestres, que iam do trecho da costa compreendido entre S. Vicente e a ilha de Santa Catarina, por terra, ou pelo Iguaçu, o Pequiri e o Tietê, ao Paraná e ao Paraguai, e das últimas ramificações dêste rio pelo Guapaí ou o Guaporé e o Madeira, até ao Amazonas e às Guianas.

---

(1) A. SIEBER and F. H. MUELLER, «*The Social Life of primitive man*», 1941, pág. 336.

(2) ERLAND NORDENSKJÖLD, «*Deductions suggested by the geographical distribution of some post-columbian words used by the Indians of South America*», nº 5 de «*Comparative ethnographical studies*», Goteborg, 1922.

Desta regra devemos excetuar os galináceos. "Enquanto, escreve Nordenskjöld, muitos dos guarani desde o Paraguai à Guiana, possuem palavras semelhantes para designar a banana (paco, pacoba) etc., as armas de fogo (*mboca, mocaba*) *as agulhas* (*aui*), as facas (*quise*) etc., e as tesouras (*yetapa*), a designação das aves domésticas difere de localidade para localidade. A explicação que apresento dêste fato é que as aves domésticas foram disseminadas por várias vias e numa época anterior à dos outros elementos culturais pós-colombinos".

Introduzidos, provàvelmente em 1502, na Cananéia, os galináceos já haviam alcançado os Andes, segundo aquêle etnólogo cêrca de 1513, data em que o futuro usurpador do trono incaico toma o nome de Ataualpa, isto é, o galo — tão grande a impressão e o prestígio alcançado naquele império pela formosa ave, que anuncia o sol. Quando os espanhóis atingiram a zona do Alto-Amazonas já aí encontraram a mesma ave e com êsse mesmo nome de Ataualpa.

Esta rapidez na disseminação dum elemento cultural prova quanto eram rápidas e ativas as comunicações através do continente, ainda no caso mais difícil, quando tinham de galgar os Andes; e fornecem — fato da maior importância — o esquema pré-histórico, sôbre que se fundou a expedição de Aleixo Garcia que, cêrca de 1522, tendo partido das costas do atual Estado de Santa Catarina, logrou alcançar os Andes. Mas, examinando os mapas de NORDENSKJÖLD, se vê que a disseminação dos restantes elementos culturais — e são a maioria — se fêz pela zona dos enlaces fluviais, que assinalamos, entre os dois leques das ramificações terminais do Paraguai e do Madeira.

Da mesma sorte, a difusão de certas palavras como *Chicá* ou *sicá*, para designar os galináceos, se fêz, aproveitando a zona de trijunção do Parnaíba com o Tocantins e o S. Francisco; a distribuição do vocábulo *kitese*, para designar o ferro, prova que os aborígenes conheciam a zona de conexão entre o Paraná, o São Francisco e o Tocantins, da mesma sorte que a difusão de certas palavras, como *takara* e *karaka*, onomatopéias para designar galináceos, patenteia que ela se fêz através do enlace fluvial Negro-Orinoco, ou como *arakabussa* (arcabuz) pelo Essequibo — Rio Branco. Duma análise geral dos mapas de NORDENSKJÖLD se conclui também que os tupi-guarani e os aruaque eram ripários, isto é, viviam à beira do mar ou nas margens dos rios, os quais aproveitavam para circular; e que a difusão por via indígena daqueles elementos culturais se ajusta à construção insular do território.

Desde já esta difusão ripária e circular dos índios tupi-guarani explica a designação de *língua geral*, dada ao seu idioma, e permite vislumbrar a importância que êle assumiu na expansão dos luso-brasileiros e na unificação do território.

Cabe neste ponto pôr um problema: não explicará a *língua geral*, já em bôca de portuguêses, a difusão de certos elementos culturais pós-colombianos? NORDENSKJÖLD responderá:

> "Os portuguêses, que usavam a língua guarani como uma espécie de língua franca ou *língua geral*, contribuíram possìvelmente para a vasta distribuição das palavras dos guarani, que designavam elementos culturais pós-colombianos. Mas a imensa disseminação de certas palavras pós-colombianas não pode ser invariàvelmente explicada pela *língua geral*, mas apenas pelas extensas peregrinações dos guarani durante a primeira parte do século XVI".

Mais adiante exemplifica, fazendo notar que a vasta difusão de palavras como *paco, pacoba*, para designar banana; *mboca, mocaba*, para as armas de fogo, apenas e sem dúvida se explica pelas extensas migrações dos guarani; e, "em especial, a distribuição da palavra *yetapá* (tesoura) por essas migrações, quando da região platina passaram ao Amazonas, baixando o Madeira".

Desta série de fatos podemos concluir que às zonas de enlaces fluviais, tal como anteriormente as definimos, corresponderam outras tantas zonas de enlace e, em certos casos, de fusão cultural. Os indígenas, para percorrer o território ou trocar produtos de culturas diferentes passavam, com muita freqüência, das cabeceiras dum rio ou dum sistema fluvial às do outro. Para isso utilizavam as canoas de casca, fàcilmente transportáveis às costas ou inteiriças e excavadas em tronco de árvore, que transportavam também a dorso, ou faziam rolar em toros de madeira. Às canoas mais pesadas, segundo GABRIEL SOARES DE SOUSA, puxavam com o cipó-embé, extremamente resistente, para as varar em terra. (1)

A estas zonas de enlace fluvial, chamavam os portuguêses os *varadouros*. Sôbre essas grandes encruzilhadas de caminhos terrestres e hidrográficos, se encontravam as tribos indígenas e se transmitiram elementos próprios ou importados, mitos e conhecimentos geográficos, criando do mesmo passo a noção dos circuitos fluviais, que insulavam e unificavam o território.

(1) V. GABRIEL SOARES DE SOUSA, *Tratado Descritivo do Brasil*, cap. LXXVI.

Quando os portuguêses aportam ao Brasil e se fixam nos seus litorais, a pré-história continua, durante os primeiros séculos, as suas lentas e obscuras elaborações, desde o Atlântico aos Andes, entre o Prata e o Amazonas.

Seguramente, em muitos casos, realizou-se, mais que a simples troca, a fusão íntima das culturas, pela formação dum patrimônio de língua, técnicas, crenças, conhecimentos e mitos, comuns a tribos de diversa origem. Foi êste o caso muito freqüente das tribos pertencentes a um círculo cultural, vencidas e assimiladas por tribos dum círculo cultural diferente. Dêsse fato temos exemplo típico nos índios chané (família aruaque) e nos chiriguano (família guarani) da região entre o Alto Guapaí (bacia amazônica) e o Alto Pilcomaio (bacia platina). Foi NORDENSKJÖLD o primeiro a descobrir a família étnica e cultural dos índios chané, pois verificou que, não obstante estarem culturalmente guaranizados, havia quatro séculos, ainda falavam entre si o aruaque. Quando ALEIXO GARCIA, cêrca de 1523, alcançou aquela região, já encontrou os chiriguano e os chané intimamente enlaçados sôbre o território. (1)

As nossas investigações permitem-nos afirmar também que o bilingüismo e o trilingüismo e, por conseqüência, a fusão de culturas, era freqüente em várias tribos do Alto-Paraguai. Numa relação inédita do PADRE DIOGO FERRER sôbre a geografia e a etnografia do Itatim, redigida em 1733, informa êsse missionário jesuíta que várias tribos do Alto-Paraguai falavam, além da língua própria, "uma ou duas línguas universais", uma das quais se depreende fôsse a dos guarani e a outra, porventura, a dos aruaque. (2)

Povos dotados de uma grande capacidade de expansão, não possuiriam os tupi-guarani e os aruaque uma cultura geográfica, ainda que rudimentar, correspondente à sua área de deslocação? E não haveriam comunicado entre si êsses conhecimentos, como nos casos de fusão étnica e cultural, a que acabamos de aludir, transmitindo aos adventícios uma noção de unidade maciça do território, incompatível com o Tratado de Tordesilhas?

Se desejamos aquilatar da colaboração do índio nas bandeiras e, por forma mais geral, na formação territorial do Brasil, quer sob a forma mítica, quer científica, devemos dar mais um passo no estudo da cultura dos indígenas e averiguar quais as suas noções geográficas sôbre o território percorrido.

---

(1) «The Guarani Invasion of the Inca Empire in the Sixteenth Century, an Historical migration» em «Geographical Review», vol. IV, New York, 1917.

(2) B.N.R.J., seção de Ms., Coleção de Angelis, Ânua do Padre DIOGO FERRER para o Provincial do Paraguai, de 21, VII, 1633. — 1-29-7-23.

Quando falamos em geografia dos índios, afastamos, é óbvio, a idéia que se liga às ciências geográficas, tal como hoje as podemos realizar. Trata-se duma cultura de primitivos, alheios a tôda a ciência de posição pròpriamente dita, e aos métodos e instrumentos para medir, com precisão, o espaço, — restrição que jamais devemos perder de vista. Não obstante, e, como vamos ver, êles possuíam certas noções de geografia física, econômica e política, de um vasto alcance, e que podiam orientar e positivamente orientaram muitas expedições exploradoras.

Vamos escolher os exemplos mais típicos da extensão de conhecimentos e mitos geográficos entre os indígenas da América do Sul.

Os tripulantes da armada de D. Nuno Manoel e Cristóvão de Haro, que, em 1513 e 1514, descobriu o Prata; os náufragos da armada de Diogo de Solis, que, desde 1516, estacionaram na ilha de Santa Catarina e litoral próximo; os tripulantes da armada de Sebastião Caboto, que, em 1528, penetraram no estuário do Prata e no Paraná; e os companheiros de Martim Afonso de Sousa, ainda no Rio de Janeiro, em 1531, todos depararam, entre os aborígenes, notícias insistentes e unânimes da existência para oeste duma *Serra de Prata* e de um *Rei Branco*, o qual governava um vasto império próspero em riquezas. É hoje fato assente que os aborígenes do vale platino e da "Costa da prata" (como Eugênio de Castro chamou à porção de litoral que se estende desde o Rio de Janeiro ao estuário platino) possuíam notícias mais ou menos exatas sôbre o império do Inca (o Rei Branco) e sua localização a oeste.

Desejamos apenas objetivar êste fato com o mais extraordinário dos documentos que se lhe referem — a célebre carta de Luís Ramirez, companheiro de Caboto, que informava seu pai, em 1527, de que os quirandi, à entrada do Paraná, lhes deram "mucha relacion de la sierra y del rey blanco . . . Estos nos dijeron que en la otra parte de la sierra confinava con la mar, y segun dician crecia y minguava mucho y muy subito, y segun la relacion que dan, el señor capitan general piensa que es la Mar del Sur, (o Pacífico): y a ser asi, no menos tiene este descubrimiento que el de la Sierra de la Plata por el gran servicio que Su Magestad en ello recebira". (1)

Êste passo não deixa dúvida sôbre o conhecimento pelos índios do Prata, não só do império, mas também, da existência do Pacífico, e, por comparação com as marés do Atlântico, do fenômeno do

---

(1) V. Toribio de Medina, *Sebastian Caboto*, t. II, *in fine*.

raz-de-maré, o qual nas costas do Peru e Chile atinge freqüência e proporções de cataclismo, desconhecidas no resto do planêta, a não ser no Japão. (1)

Nessa mesma carta informava Luís Ramirez que: "Aqui con nosotros esta otra generacion, que son nuestros amigos, los cuales se llaman guaranis...: estos señorean gran parte desta India y confinan con los que habitan en la sierra". Desta informação, inteiramente acorde com o que dissemos sôbre as vias de difusão cultural, podemos concluir que os tupi-guarani haviam sido os criadores da cultura geográfica desta área inter-oceânica. (V. fig. n. VIII)

A esta área de cultura geográfica, de formação guarani, podemos acrescentar outra, não menos vasta e essa tupi. Assinalamos atrás que os índios do Maranhão, segundo Claude D'Abbeville, guardavam a memória da existência de grandes florestas na região do trópico do Capricórnio, donde haviam emigrado, fugindo aos portuguêses, para as regiões do Equador; e mostravam igual conhecimento da região da costa, que se estende até ao Norte do Amazonas. Yves D'Evreux, outro dos capuchinhos franceses da mesma missão, acrescentava dos mesmos índios ou, seja, dos tupinambá que: "quatrocentas ou quinhentas léguas nada são para êles"; e contava o caso de um principal, que morava "muito acima" no Rio Amazonas, donde viera visitar os seus parentes ao Pará e daí ao Maranhão, o qual, para regressar às ultimas terras dos tupinambá, necessitava duas luas, quer dizer, dois meses lunares. (2)

E com razão MÉTRAUX identifica êste principal como pertencente aos tupinambarana, que habitavam a ilha do mesmo nome, junto à foz do Madeira.

Ao chegar a êste mesmo lugar, em 1639, o Padre Cristóbal de Acuña, que acompanhou Pedro Teixeira na descida do Amazonas, ouviu daqueles índios a história da emigração dilatadíssima, que até ali os trouxera. Fugindo à proximidade dos portuguêses (por conseqüência, duma região do litoral), haviam passado pelas cabeceiras de vários rios cêrca da grande serrania ocidental e, chegados às nascentes do Madeira, baixaram todo o curso do rio até à sua foz. Que êste último fato seja verdadeiro não se pode duvidar, pois os tupinambá deram a Cristóbal da Acuña e aos portuguêses a noção de que, no próprio dizer do cronista jesuíta, "por êle (o Rio Madeira) e mais depressa que por qualquer outra parte se há-de des-

---

(1) V. CAMILLE VALLAUX, *Geographie Générale des Mers*, Paris, 1939, págs. 184-186.

(2) V. YVES D'EVREUX, «*Voyage dans le Nord du Brésil, fait durant les annés 1613 et 1614*», Leipzig et Paris, 1874, cap. VII et VIII.

cobrir saída para os mais próximos rios da comarca de Potosi", o que é rigorosamente exato, e representa uma notabilíssima antecipação às explorações posteriores.

Porventura, os índios resumiram, numa só, um ciclo de migrações dos tupi-guarani, iniciadas com os índios chiriguano que, ainda no século XV, começaram a emigrar das margens do Paraná para as faldas dos Andes, na região das nascentes do Rio Grande ou Guapaí, afluente do Madeira, e que se continuaram por êste rio até ao Amazonas, pelo menos desde os meados do século XVI.

Índios do grupo tupi, que houvessem partido dos litorais brasileiros, e passando pelas cabeceiras do Marañon, chegassem à sua foz, tinham que habitar, dentro do condicionamento geográfico e histórico, que tornava possível a viagem, nas regiões da capitania de S. Vicente, ou muito próximas. E aquêle principal tupinambarana, que fôra visitar os seus parentes ao Pará e Maranhão, bem podia, somando os seus conhecimentos aos dêstes últimos, ter uma noção, ainda que vaga, do imenso circuito atlântico-platino-amazônico, sôbre que assenta o Brasil atual.

Certas noções, bastante exatas, que os portuguêses muito cedo tiveram daquelas possibilidades de circular em tôrno da zona de floresta tropical, só podem explicar-se por informações indígenas. É o caso de Diogo Nunes, aventureiro português, que, em 1538, fêz uma viagem ao país de Machifaro, vizinho dos omágua (família tupi-guarani) no Alto Amazonas. Numa espécie de plano, endereçado, cêrca de 1554, ao rei D. João III, de Portugal, em que aconselhava a conquista daquela região, indicava êle, como um dos caminhos a seguir para comunicar com o Alto-Amazonas: "indo por S. Vicente, atravessando as cabeçadas (espanholismo, por as cabeceiras dos rios) do Brasil".(1)

Esta noção assemelha-se muito à que os tupinambarana transmitiram ao Padre Cristóbal de Acuña; mas, sôbre ser anterior de quase um século, completa-se com a indicação dum ponto de partida. E ainda quando Diogo Nunes houvesse percorrido êsses

---

(1) Êste interessante documento foi publicado na *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, t. III, pág. 367. Havia sido antes publicado por VARNHAGEN, na Revista do I.H.G.B., t. II. Ùltimamente CARLOS DRUMOND tornou a publicá-lo no nº 1 da *Revista de História*, S. Paulo, 1950, acompanhado dum estudo — «A Carta de Diogo Nunes e a migração tupi-guarani para o Peru». O autor está de acôrdo com Métraux em supor que essa migração tenha partido de Pernambuco. À luz da geografia e da própria história, essa interpretação dos textos parece-nos francamente inadmissível. Advirta-se ainda o leitor de que a leitura e transcrição, publicada por Varnhagen na R.I.H.G.B., é muito inferior à da H.C.P.B., pois, inclusivamente, apresenta mutilações do texto.

caminhos, em parte ou na totalidade, como parece depreender-se de certo documento publicado por Capistrano, só o poderia ter alcançado com o auxílio dos indígenas[1].

Conhecimento mais vasto, e que só pode explicar-se por informações da mesma fonte é o que, em 1618, Simão Estácio da Silveira, revelava no seu memorial, dirigido ao Rei, — *Intentos da jornada do Pará:* "Êste rio Pará, a que chamamos das Amazonas, dizia êle, tem dois nascimentos, um do rio Orellana . . . nasce em Quito e serras do Novo Reino de Granada . . .; outro, que chamam do Maranhão . . . nasce um pouco ao Norte do Serro de Potosi, nas serras do Peru . . ., e correndo mais de 700 léguas ao nordeste . . . se ajunta com o de Orellana mais de 400 léguas antes de entrar no mar . . .". (2)

Dois anos após a fundação de Belém, já ali se conhecia, no seu traçado geral, como dêsse texto claramente se conclui, o curso do Madeira, até ao nascimento. Ao que supomos, os tupinambá do Pará haviam assimilado êsse conhecimento dos seus irmãos de raça e cultura, os tupinambarana.

Neste caso, tribos tupinambá vindas do Sul, ao longo do litoral, encontram-se com outras tribos da mesma família cultural, partidas provàvelmente da mesma região, mas descrevendo nas suas viagens pelo interior do continente um arco de círculo, que vinha encerrar todo um circuito de migrações atlântico-platino-amazônico, fundindo assim no mesmo patrimônio os seus conhecimentos geográficos.

Se os tupi-guarani possuíam uma tão vasta consciência do espaço, também os aruaque revelaram aos primeiros europeus, que entraram com êles em contato, um conhecimento muito exato da região, banhada pelo Negro e o Orinoco, onde as suas tribos se adensavam mais. Assim, quando Pedro Teixeira, em 1637, subiu o Amazonas até ao Napo, adquiriu em caminho, segundo informam ALONSO ROJAS e o PADRE CRISTÓBAL DE ACUÑA, e maiormente se conclui do mapa do Amazonas, que o pilôto da expedição traçou em Quito, os mais extraordinários e exatos conhecimentos sôbre o curso do Negro, a sua pronunciada direção para oeste, a situação das nascentes respectivas e a comunicação com o Orinoco. (3)

---

(1) V. VARNHAGEN, *História Geral do Brasil*, t. I, pág. 258.

(2) B.N.R.J., Anais — t. XXVI, pág. 362.

(3) Os textos de ROJAS e ACUÑA, podem ler-se em Melo Leitão, «Descobrimento do Rio Amazonas», pág. 96 e 251; o mapa, em Marcos Jimenez de la Espada, *Viaje del capitan Pedro Teixeira, no «Boletin de la Sociedad Geografica de Madrid»*, t. XII.

Aliás, esta noção das ligações entre o Negro e o Orinoco, já fôra revelada pelo Padre Joseph Acosta, na sua *História natural y Moral de Indias,* (1591) e aparece num mapa português (c. 1628), que atribuímos a João Teixeira, fôlha de um atlas ignorado, mas obra prima da cartografia portuguêsa, do século XVII, que encontramos e identificamos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e a que adiante, mais de espaço, havemos de referir-nos. Em qualquer caso, é muito anterior à exploração e conhecimento direto dos europeus, que só veio a realizar-se no século XVIII. E não só está de acôrdo com o condicionalismo geográfico a que nos temos referido, mas com o depoimento de Oviedo, que, nos meados de Quinhentos, se refere com admiração às longas estradas comerciais dos aruaque, às suas grandes frotas de canoas e dilatadas viagens de cêrca de 2.000 quilômetros. (1)

Se o Negro e o Orinoco estavam fisicamente ligados um ao outro, a ponto de Heriarte os considerar, em meados do século XVII, como um rio único, formado de dois braços, um que desaguava no Amazonas, outro no Oceano, os aruaque, que os habitavam, mantinham com as tribos do Madeira um intenso comércio, que se estendia até aos "lagos de Araguaris" (2) na atual Guiana brasileira. Amazonas, Madeira e Negro formavam um grande cruzamento de estradas fluviais, sôbre as quais os aruaque haviam estendido uma unidade econômica vastíssima, que ia do Orinoco e da Guiana ao Marañon e ao Alto e Médio Paraguai.

Formações culturais afins, os tupi-guarani e os aruaque, haviam-se fundido sôbre muitos lugares dêsse vasto contôrno, pelo sangue e a cultura. Mas os segundos tinham, em muitos casos, adotado o idioma dos primeiros, que já antes da chegada dos brancos, começara a ser *língua geral,* isto é, instrumento de unificação social e cultural.

Considerada em si e em relação com o seu meio, esta cultura representava um prólogo feito de experiências multisseculares, que havia facilitado enormemente os primeiros ensaios de adaptação dos portuguêses à vida nos trópicos.

Aos aborígenes deve o adventício, sob o ponto de vista econômico: a agricultura da mandioca e do milho; a técnica da pesca e a seleção das espécies comestíveis; o tecido de algodão; a rêde; o fumo; o mate; o cacau e a utilização da borracha. Bastará frizar-

---

(1) Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez, *História General y natural de las Indias,* Valladolid, 1554, Livro XXIV, cap. XVII.

(2) Maurício de Heriarte, *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Curupá e Rio das Amazonas, in* Varnhagen, *História Geral do Brasil,* 3ª edição integral, III tomo, pág. 211-217.

se que a mandioca se tornou a base da alimentação do colono português; o algodão, a do seu vestuário; a rêde, a peça mais típica do seu mobiliário doméstico; e o fumo, o seu excitante mais usado, não só no Brasil, mas, depois, na Europa, e logo em todo o mundo.

Ao ameríndio deve ainda o adventício, sob o ponto de vista técnico, além de vários métodos de proteção, defesa e subsistência durante as marchas a pé (1), uma técnica própria de construção naval e navegação fluvial; vastos conhecimentos geográficos do território; e traçados cartográficos que, embora representassem uma arte de primitivos, auxiliaram poderosamente a expansão portuguêsa no continente.

Espalhados por tôda a costa, onde os portuguêses assentaram os seus estabelecimentos durante o primeiro século, o seu idioma, promovido a língua comum, serviu aos exploradores, aos mercadores e missionários de instrumento de penetração. Além disso, como se propagou a tôda a bacia do Amazonas e outras partes do território, a *língua geral* tornou-se um instrumento de unificação.

Malgrado os enormes serviços que prestaram a expansão portuguêsa na América do Sul, os tupi mostraram escasso préstimo, durante os primeiros séculos da colonização, para auxiliar os primeiros colonos no cultivo da cana e no fabrico do açúcar. O nomadismo e o primitivismo técnicos tornavam-nos incapazes para o trabalho sedentário e continuado. Os portuguêses viram-se, pois, obrigados, a exemplo dos castelhanos, a importar a mão-de-obra africana, por meio das comunicações diretas com o gôlfo da Guiné e Angola.

O modo de produção dos negros estava, por sua vez e de forma geral, numa fase de transição do nomadismo para a vida sedentária, e mais próximo desta que daquela. Em muitas regiões da África, como na costa ocidental, desde Senegal ao Niger e por todo o Sudão, — precisamente as regiões que forneceram maior número de mão-de-obra escrava no Brasil — o negro atingira até o grande urbanismo. A uma agricultura mais rica que a dos tupi, em processos e plantas cultivadas — o milho, o inhame, o arroz, o feijão, a cana de açúcar — juntava a utilização dos animais: o boi, a cabra, a ovelha e a galinha para alimentação, e o burro e o cavalo (Sudão e Guiné), como meio de transporte. Conhecia e utilizava os metais e sabiam preparar o cobre e o ouro. Alguns povos da costa ocidental possuíam igualmente indústrias muito desenvolvidas de tecidos de algodão e palma, que utilizavam como vestuário ou adôrno. Outros, como os negros do Benim, produziam verda-

---

(1) V. Sérgio Buarque de Holanda, trabalho e revista citados.

deiras obras primas em artes, como a escultura. O modo de produção era, pois, mais avançado que os dos tupi. E, se acrescentarmos que em tôda a África existia um comércio intenso de povo a povo e o uso de búzios e conchas como moeda, teremos dito o bastante para se aquilatar do grau muito superior da cultura econômica dos negros africanos, em relação à daqueles ameríndios, a que excediam também em cultura artística.

Pelo que respeita à organização social, os negros africanos estavam no período de transição da tribo para o Estado unitário e do comunismo agrícola para a propriedade individual, nos centros urbanos, alimentados pelo comércio e a indústria. Não obstante, a unidade social mais típica era a tribo; e mesmo o Estado, quando existia, representava mais uma associação de tribos do que uma hierarquização de classe, como entre os povos europeus. Êste sedentarismo, embora incipiente, limitava, não obstante, o sentido de orientação dos negros e as suas capacidades cartográficas, em que foram seguramente muito inferiores aos ameríndios.

A vida tribal, que condicionava a forma da propriedade e a organização política rudimentar, gerava por sua vez uma psicologia de comunidade, que dominava a mentalidade do africano. Sob êsse ponto de vista, ameríndios do Brasil e negros da África aproximavam-se. Cada indivíduo, muito mais que uma entidade distinta, era uma parte integrante da tribo, sôbre quem pesavam todos os prejuízos, interêsses e sentimentos de grupo. O ato dum só responsabilizava a todos. Prisioneiros dêsse mundo subjetivo, mediam os atos dos brancos por êsse mesmo cânone. E êstes tampouco sabiam, por via de regra, distinguir entre o seu código de princípios e o dessa outra humanidade.

Apesar dêstes lados negativos, em relação ao branco e ao negro, a cultura indígena e a *língua geral,* produtos da unidade geográfica e econômica, representavam uma fôrça poderosa de agregação política. De tal sorte que ao começar o século de Quinhentos já os tupi-guarani prefiguravam, sôbre o território, a fundação colonial dos portuguêses na América do Sul.

III

O PORTUGUÊS E A FORMAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO BRASIL

O português de Quinhentos, diferenciava-se profundamente do índio. Distanciava-os, muito mais que o espaço, o tempo; a idade cultural. E nessas divergências, por vêzes insanáveis, se originaram muitos dos conflitos entre as duas raças.

Mas também — e muito mais no caso dos tupi — os dois, em certos aspectos culturais, se assemelhavam. E essas coincidências foram, desde os primeiros tempos, base de entendimento e, logo, fusão harmônica de raça e até de culturas.

Contava o português, a mais que o índio, algumas dezenas de milênios. Tinha os cabelos brancos das Idades, que vão do machado de pedra ao Evangelho. Era, pela herança recebida e a vivência própria, um ser infinitamente mais evoluído, sábio e humano. Deixava atrás de si Atenas, Roma e Jerusalém. E trazia consigo os frutos dos descobrimentos do planêta, epopéia e drama em que fôra o principal herói e ator. Por sua vez, Lisboa tornara-se a metrópole, e o português, uma antecipação do cidadão do Mundo.

Mas para o tema que nos ocupa, não importam menos que as diferenças os pontos de aproximação e de contato, ainda que escassos, entre os dois mundos humanos, postos, em 1500, frente a frente.

Considerado nas suas relações estritas com a expansão territorial, caracterizava-se o índio e em particular o tupi, já o vimos, pela mobilidade e a técnica de percorrer longos espaços em tempo curto; pela capacidade de orientação, servida por uma astronomia incipiente; pela consciência do espaço e a facilidade de o representar, sob a forma plástica e cartográfica. Raça vigorosa, guerreira, semi-nômade, o tupi-guarani movia-se no continente em busca do Paraíso terreal. "Coisa de bárbaros" — comentava Heriarte. Lógica dum estilo de vida, — diremos nós — o nomadismo transcendera da economia para a esfera das crenças. Transformara-se

num ideal religioso. Mas, verdadeiramente, êsse estranho Adão, anterior ao pecado original e ao recato pudico, já dispunha para as suas correrias dum paraíso tépido, com as dimensões dum mundo, e onde podia entregar-se, em plena liberdade, à vida dos instintos.

E, se os demais círculos culturais, que partilhavam a floresta tropical viviam em deslocamento, nenhum outro se extremara como o dos tupi-guarani nas técnicas de deslocação, nem erguera o nomadismo à categoria transcendente. Vivendo num mundo de selvas, em que algumas estradas eram como braços de mar, corpo onde as artérias avultavam desmedidamente, os tupi criaram uma cultura essencialmente espacial.

Tôdas essas capacidades, que assinalaram e extremaram o tupi-guarani entre os demais povoadores do continente, vamos encontrar no português. Mas nêle em grau superlativo. O que no aborígene era instinto, volve-se no português em consciência refletida; o que era técnica rude de primitivos, em ciência, verificada pela experiência; o que era crença supersticiosa, com raízes mergulhadas na bruteza, em sublimidades dum cristianismo franciscano, que abraça a Natureza e a Humanidade.

Se a mobilidade distinguia o tupi, a mobilidade distinguia também o português. Mobilidade física, social e histórica.

É curioso observar que a mesma impressão causada pelo tupi ao Padre Fernão Cardim — "andam muito e sempre de galope" — causaram os portuguêses às raças contemplativas e hieráticas do Oriente. Quando êsse nôvo ser branco, barbado, vestido de ferro e prêso de inquietação, aportou aos países do Índico, foi um pasmo. Para aquêles povos, cujo ideal religioso alcançara expressão suprema na imagem do Buda, obesa e impassível, aquêle semi-deus agitado que vinha do Mar, perturbou, como um pesadelo trágico, a sonolência suave dos orientais.

Eis como no *Rajávali*, crônica cingalesa, se relata a chegada dos portuguêses a Ceilão: "No mês de abril de 1522, sucedeu que chegou a Colombo um navio de Portugal; e el-rei foi informado de que havia no pôrto uma raça de gente muito branca e bela, que tinha botas e chapéus de bronze e nunca estava parada no mesmo lugar".

Por êste padrão mediram tudo o mais. O pão, ou melhor, o biscoito duro das armadas, o vinho tinto, a artilharia tonitroante dos portuguêses, tôdas estas terríveis novidades, foram transmitidas ao rei de Ceilão em forma mística: "Êles comem — acrescentava o *Rajávali* — uma espécie de pedra branca, e bebem sangue;

e têm peças que fazem maior estrondo que o trovão; e um projétil disparado duma delas, depois de percorrer uma légua, pode desmoronar um castelo de mármore".

Esta impressão, ao mesmo tempo maravilhosa e terrífica, causada pelos portuguêses, não foi privativa dos habitantes de Ceilão. Mais ou menos, êsse frêmito de assombro e de terror deve ter percorrido todo o Oriente. E dêle se guarda na arte japonêsa memória igualmente flagrante e pitoresca.

Quando os portuguêses chegaram ao Japão, o arquipélago, em plena dissolução do feudalismo, dividia-se em pequenos principados, cujas côrtes, à maneira das cidades italianas do Renascimento, rivalizavam no cultivo das belas-artes e, mais que tôdas, da pintura. Em museus japonêses e europeus conservam-se alguns biombos pintados da segunda metade de Quinhentos e princípios do século seguinte, em que, malgrado as variações do pormenor, se repete o mesmo e igual motivo, que foi então a grande sensação: a chegada duma nau portuguêsa, com o desembarque do capitão, caminhando protegido pelo alto pára-sol, seguido pela comitiva dos acólitos e dos serviçais, que transportam, à maneira do Oriente, os ricos presentes para os senhores indígenas. Dêstes, que se vêem, por vêzes, sentados bùdicamente em estrados de aparato, a calma digna contrasta com os movimentos bruscos e as feições fortemente expressivas dos forasteiros. Mas em quase tôdas essas peças, alguns dos portuguêses correm. Correm vertiginosamente. Gesticulam com desespêro. E num dêsses biombos, que se guarda (ou guardava) na Universidade de Quioto, um grupo, ao que parece de fidalgos, não corre, voa desabaladamente pela praia, a pé ou a galope dos cavalos.

A êstes homens, sequiosos de espaço, chamavam os japonêses "os bárbaros do sul". E dêles deixaram esta deliciosa caricatura dos "namban byôbu" — os *biombos dos bárbaros*. Os bárbaros apressados, que não sabiam saborear a vida, devagar, como quem bebe um licor, aos goles.

Rápidos em terra, os portuguêses não sulcavam o mar menos velozes. Na arte náutica de percorrer longas distâncias em tempo curto, levavam a primazia aos demais povos. Foram êles que dos pesados barcos da navegação mediterrânea ou dos mares nórdicos, naus, galés, urcas ou carracas, nomes só por si pesados, fizeram os finos e ágeis veleiros da navegação atlântica: as caravelas. A forma alongada, a ausência do castelo de proa, o tipo e a disposição do aparelho — a vela latina — e mais tarde a sua alternação com o pano redondo, tornaram a caravela essencialmente aero-hidrodinâmica. Os modernos estudos sôbre a aerodinâmica da vela, de Eiffel, Marconi e Manfred Curry, vieram demonstrar que os por-

tuguêses, alongando e estreitando a vela latina até lhe dar a forma duma asa ponteaguda, se aproximaram notàvelmente do tipo mais apto para aproveitar a aspiração e a pressão do vento. (1) Por isso a caravela foi, não só o navio típico, mas também o mais veloz da Era dos Descobrimentos.

Foi Lopes de Mendonça o primeiro a afirmar que a criação da caravela pertencia aos portuguêses. Posteriormente uma série de historiadores e marinheiros, não portuguêses, aceitaram essa conclusão. Merecem destacar-se, dentre os castelhanos, FERNANDEZ DURO e JULIO GUILLÉN; entre os franceses, LA ROËRIE e VIVIELLE. "Os portuguêses, concluíram êstes dois últimos e grandes especialistas na história da arquitetura naval, inventaram a caravela de aparelho duplo: velas quadrangulares para as singraduras de vento à popa; velas latinas para avançar contra ventos ponteiros. Sem esta combinação, é provável que os navegadores não tivessem aprendido a descer e remontar a eterna corrente dos alísios". (2)

Todos os autôres reconhecem, como qualidade suprema da caravela, a de poder navegar chegada ao vento, isto é, bolinar com ventos ponteiros. Já ESCALANTE DE MENDOZA, pilôto espanhol, que escrevia em 1575, anotava que os portuguêses utilizavam as caravelas "para sus propositos y usos de navegar barloventeando con viento escaso por sus puntas y cabos; para estes efetos fue y es la mejor invencion que hasta estes nuestros tiempos se ha hallado..." (3) Outros lhe gabam o pequeno calado e a ligeireza. Encareciam alguns a facilidade da manobra. Outros ainda observam que por suas formas afinadas resistiam melhor ao abatimento da derrota, *à dérive*, como dizem os franceses. (V. fig. n. IX).

Com possuir tantas e tão raras virtudes, pois se extremava em ligeireza, na facilidade em voltear, em tornear cabos, remontar correntes, resistir no alto mar ao abatimento e mais que tudo navegar contra o vento ou aproveitar ventos escassos, há que acrescentar à lista outra vantagem: era duplamente econômica pela brevidade nas derrotas e pelo número reduzido de tripulantes que exigia.

JULIO GUILLÉN, depois de reconhecer a prioridade portuguêsa na construção e uso: "La caravela comenzo a uzarse en España en el segundo quarto del signo XV, y seguramente a imitación de los portugueses", pretende reivindicar para o seu país a utilização do aparelho duplo, que êstes navios começaram a usar na segunda me-

---

(1) V. QUIRINO DA FONSECA, *A caravela portuguêsa*, Coimbra, 1934. pág. 79.

(2) V. G. DE LA ROËRIE et J. VIVIELLE, «*Navires et marins de la rame à l'hélice*», Paris, 1930, t. I, pág. IV.

(3) ESCALANTE DE MENDOZA, «*Itenerario de la Navegación de los mares y tierras occidentales*», ms. 3104 da Biblioteca Nacional de Madri.

tade daquele século: as velas latinas para navegar chegado ao vento; as quadrangulares, isto é o *pano redondo*, como então se dizia, para o vento largo à popa. [1]

Vários autôres atribuíram a primazia dêsse processo a Colombo. Gago Coutinho, desde 1928, combate essa opinião, fazendo ver, com razão, que as experiências portuguêsas no Atlântico ocidental e na primeira viagem ao Cabo da Boa Esperança, teriam impôsto, com anterioridade a Colombo, aquela prática. Esta opinião foi, como vimos, aceita por La Roërie e Vivielle.

Muitos dos historiadores dos descobrimentos esquecem que, desde o segundo quartel do século XV, os portuguêses freqüentavam com regularidade, imposta pela colonização, o mar dos Açôres, mar particularmente bravo e contrastado dos ventos, onde as caravelas estavam longe de encontrar a regularidade e amenidade dos alísios do NE. Se acrescentarmos que desde os começos da segunda metade do século XV, os portuguêses, com base nos Açôres, começaram a abalançar-se ao Atlântico ocidental em direção à América do Norte; e que, nas viagens de regresso do Gôlfo da Guiné e das costas da África meridional, incluindo o Cabo da Boa Esperança, tinham forçosamente que afastar-se muito das costas e cursar o golfão ao norte do Equador, até ganhar os ventos dominantes do SO, convencemo-nos que de longa data o condicionalismo físico os haveria forçado àquela alternação de aparelho nas caravelas.

Depois do que temos dito, ressai que o tipo da caravela, evoluído até a última afinação do aparelho duplo, foi levado a êste acabamento pela disposição peculiar do Atlântico, desenvolvido em latitude. Arrancada às humildes fainas da pesca e duma estreita cabotagem, utilizou-se primeiro para remontar ao longo da costa de África, a corrente dos alísios do NE, e por êsse motivo afinou a forma alongada e multiplicou o pano; e, apenas a necessidade de fugir à costa, povoada de recifes, de brumas e violentas ressacas, afastou os navegantes para o largo, até descobrirem a freqüência dos ventos dominantes do SO, completou a sua adaptação ao Atlântico, com a combinação do pano latino e do redondo. As experiências do Atlântico Sul não fizeram mais que confirmar a eleição da caravela como tipo atlântico de navio descobridor. As condições da navegação nas costas da América Meridional, do Cabo de S. Roque para o Sul, assemelhavam-se, a largos traços, àquelas que os primeiros navegantes portuguêses encontraram, ao iniciar o périplo africano, e assim se explica que, durante todo o século de Quinhentos e mais de metade do seguinte, a caravela e o caravelão (ca-

---

(1) Julio Guillén y Tato, «*La caravela Santa María*», 1927, pág. 15-16.

ravela pequena) fôssem os navios prediletos dos portuguêses e luso-brasileiros nas suas viagens, de pôrto a pôrto, no Brasil e entre o Brasil e o Rio da Prata. (V. fig. n. X).

De tôdas as vantagens que oferecia a caravela, a mais fecunda em resultados era a que lhe permitia navegar chegada ao vento e remontar com facilidade as duas correntes dos alísios do NE e do SE, cada uma das quais cursa o Atlântico através de mais de 40° de latitude. Para melhor fixar esta vantagem precisemos com números. As boas caravelas podiam navegar a cinco quartas no vento, isto é, sendo o vento NE, podiam seguir o rumo N. 1/4 de NO e E 1/4 do SE; sendo o alísio do SE, nos rumos E 1/4 do NE e S 1/4 do SO.(1)

Calcula CHARCOT, na obra citada, que a velocidade das caravelas fôsse em média, de 8 nós, ou seja, oito milhas por hora, o que representaria um bom andamento. O depoimento dum contemporâneo de Colombo confirma largamente aquela suposição: "Los marineros tienen que el comun andar de una carabela en un dia son 200 millas, de quatro en legua".(2)

Enquanto as caravelas andavam em média 50 léguas por dia, as naus, com o vento esperto pela pôpa, caminhavam 32-35 léguas e, com vento fresco, de bolina, apenas 25. Assim calculava Gaspar Manoel, um dos melhores pilotos e roteiristas portuguêses da segunda metade do século XVI, referindo-se às excelentes naus daqueles tempos.(3)

Êstes números valem e resumem os melhores louvores e mostram à evidência quanto os portuguêses, rápidos em terra, se tornaram velocíssimos no mar.

Utilizada a princípio na pesca e na cabotagem, sob forma fruste e reduzida no velame, tudo leva a crer que terminou a adaptação às suas condições de nave atlântica do Descobrimento, durante o segundo quartel do século XV. É de então que data, como iremos ver, a sua rápida adoção pelos países marítimos do Ocidente. Mas êsse pronto afinamento, em obediência às novas condições físicas, implica tanto um notável adestramento geral da indústria portuguêsa da construção naval, como a extensão dessa excelência construtora a outros tipos.

Pode considerar-se que, ao findar a Idade Média, os dois problemas náuticos mais instantes eram: a modificação das formas

(1) Vejam-se sôbre êste particular J. B. CHACOT, *«Christophe Colomb, vu par un marin»*, 1928, pág. 71; e LA ROËRIE et VIVIELLE, *obra cit.*, T. II, pág. 235.

(2) BERNARDEZ, *«Historia de los Reyes Catolicos»*, cap. CXXVI.

(3) V. GABRIEL PEREIRA, *«Roteiros portuguêses da viagem de Lisboa à Índia, dos séculos XVI e XVII»*, 1898, pág. 76.

e do aparelho em vista à melhoria da manobra, em mares diversos e mais vastos; e o aumento da tonelagem, necessitado pelo desenvolvimento da produção e das trocas internacionais.

Condições especiais impeliam os portuguêses a ocupar-se naturalmente dêsses problemas.

Assim como a caravela nasceu nas costas de Portugal das dificuldades de entrar em barras estreitas com ventos de quadrante norte ou travessias, assim o gênero de vida característico da nação determinou o aperfeiçoamento doutros tipos de barcos. O comércio marítimo à distância, com base na agricultura e nas indústrias extrativas, que distinguiu o tráfico e a produção portuguêsa, desde os começos da nacionalidade, e, por conseqüência, a necessidade de transportar produtos de grande volume e preço relativamente diminuto, como o vinho e o sal, tinham conduzido desde o século XIV ao aumento progressivo da tonelagem. Para isso concorreu notàvelmente a legislação fernandina, a qual continha em embrião, com anterioridade de séculos, como observa Oliveira Martins: "a franquia do embandeiramento, os *prêmios de construção,* os prêmios de navegação, os seguros mútuos, a estatística naval e a inspeção técnica".(1)

Ora, os prêmios de construção destinavam-se aos armadores que mandassem construir naus de mais de cem tonéis, isto é, eram verdadeiros prêmios ao aumento da tonelagem. E, enquanto em Portugal essa legislação data de 1377, e foi constantemente renovada durante um século, Gênova e Veneza, só em 1478, a Espanha, em 1495, e a França cêrca do mesmo ano, adotavam tal medida. (2)

Outra circunstância contribuiu para afiançar a tendência ao aumento de tonelagem: os grandes navios formavam sempre a primeira linha nas batalhas navais, cujo pêso maior suportavam. Daí o preço que os inglêses, durante a Guerra dos Cem anos, deram ao auxílio das naus portuguêsas, que tomaram parte brilhante nas campanhas de 1386 e 1415-18. Na primeira destas, a esquadra portuguêsa, composta de dezoito naus e seis galés, sob o comando de Afonso Furtado e em companhia de João de Lancastre, teve a primazia nas operações do Sena e das paragens de Brest. Em 1415, Henrique V bloqueava o Sena com uma esquadra muito po-

---

(1) O. MARTINS, *Portugal nos Mares. Comércio marítimo português,* T.I. Veja-se igualmente GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV, t. IV,* págs. 198-203, sôbre a contínua aplicação e renovação dessa lei durante um século.

(2) V. CHARLES DE LA RONCIÈRE, *Histoire de la Marine Française,* t. I, pág. 245 e II, págs. 464-66; CAPMANY, *Memorias sobre la marina de Barcelona,* t. IV, p. 395; D'ALBERTIS, *Le construzioni navale e l'arte della navigazione al tempo de Cristoforo Colombo,* in *Colombiana,* parte IV, vol. I, pág. 79.

derosa, na qual figuravam, segundo os documentos citados por La Roncière, duzentas naus portuguêsas; em 1418-19, de nôvo uma esquadra portuguêsa, em que dominavam as naus, sob o comando de João Vaz de Almada, tomava parte principal no longo bloqueio e tomada de Ruão. É de notar que o auxílio português constava, na sua quase totalidade, de naus. E estas eram os mesmos navios mercantes de transporte, que em tempo de paz faziam as carreiras dos portos do Norte e em especial da Flandres. Documentos da época atestam o alto aprêço em que os inglêses tinham a qualidade destas embarcações. E já nesse tempo, isto é, no reinado de D. João I, os Duques de Borgonha — e o cosmopolitismo dos seus portos davam-lhes tôda a facilidade na escolha, recrutavam carpinteiros portuguêses para fazer construir os seus navios. (1)

Mas o simples fato do aumento progressivo da tonelagem, impôsto pelo gênero e o desenvolvimento da produção nacional e fomentado por uma sábia legislação, implicava o aumento do número das cobertas e o fracionamento do aparelho. Nisto, os portuguêses retomavam e prosseguiam o impulso que vinha do Mediterrâneo. A caravela, por conseqüência, é a obra-prima duma escola de construção naval. Não nasce isoladamente, mas como criação feliz duma indústria na curva ascencional do desenvolvimento.

Restam muitos testemunhos escritos do grande prestígio de que a caravela gozou e da sua rápida adoção pelos países marítimos do Ocidente. Já Nicolau V, na bula de 8 de janeiro de 1454, pela qual concede a D. Afonso V e ao Infante D. Henrique o monopólio do comércio com as costas africanas "até aos índios", faz o elogio do esfôrço do *Navegador* e dos "seus navios velocíssimos chamados caravelas" (*in velocissimis navis, caravellis nuncupatis*). (2) E poucos anos depois, Luís de Cadamosto, que visitara a Guiné em caravelas portuguêsas durante os anos de 1455 e 1457, proclamava nas suas célebres *Navegações*: "essendo le caravelle di Portugallo i megliori navili sopra il mare di vele . . ."

Mais valiosas referências atestam o prestígio alcançado por essa primeira criação genuìnamente atlântica. Duma forma geral pode afirmar-se que uma invenção corresponde tanto melhor às necessidades do seu tempo, quanto mais ràpidamente o seu uso se difunde. Sob êsse ponto de vista, os testemunhos são eloqüentes.

---

(1) V. La Roncière, *obra cit.*, t. II, pág. 89 e seg.; Nicolas, *History of the Royal Navy*, tomo II, pág. 303, nota 2; *Chronicon Anglie*, pág. 365; *The forty-fourth annual report of the deputy Keeper of the public records*, 1833, pág. 582; — Conde de Vila Franca, *D. João I e a Aliança inglêsa*, passim; — Souza Viterbo, *Artes e Artistas de Portugal*.

(2) *Alguns Documentos*, pág. 16.

Já vimos que, segundo Guillén, os castelhanos começaram a utilizar a caravela, à imitação dos portuguêses, no segundo quartel do século XV. A contigüidade dos portos andaluzes com os do Algarve e a relativa freqüência das expedições que os navegantes daqueles portos muito cedo começaram a realizar em direção à Guiné, no encalço dos portuguêses, explicam a precocidade na adoção. Os mesmos obstáculos e dificuldades da navegação na costa do Saara e da Guiné os forçavam a imitar o tipo mais próprio para as dominar.

Pela mesma época, e aqui podemos precisar a data, a marinha dos mares do Norte adotava a caravela. Em 1440, carpinteiros portuguêses construiam, por mandado de Felipe, o Bom, "uma grande nau e uma caravela" (*carveille*) na Écluse, pôrto de Bruges. [1]

Desta vez aparecem juntos os dois tipos de embarcação, demandados pelas necessidades da época e em cuja construção os portuguêses primavam: a nau de grande tonelagem e a caravela.

Mas a construção duma caravela no pôrto onde então mais afluíam navios de todos os países marítimos da Europa, equivalia, salvas as distâncias, à apresentação dos tipos novos de construção nas exposições internacionais do nosso tempo. A imitação e a difusão deviam ser rápidas. Com efeito, no mesmo pôrto da Écluse, em 1457, fundeavam, ao lado de 19 caravelas do Duque de Borgonha, 41 da Bretanha, 3 escocesas, 1 espanhola e uma outra da Normândia. [2]

Em França, e pouco depois, um documento oficial proclamava as razões dêste fenômeno. Em 1464, uma advertência sôbre as viagens de longo curso chamava a atenção para as vantagens das caravelas de Espanha, Portugal e Bretanha, pois são os melhores navios à vela para navegar à bolina contra ventos contrários, por oposição aos pesados navios da Alemanha, Holanda, Zelândia e Inglaterra, "os quais podem ter grandes atrazos, pois, se encontram ventos contrários, lhes é forçoso voltar à próxima terra da sua partida". [3]

O redator da advertência exprimia por maneira flagrante a revolução operada pelas caravelas nos métodos da navegação. E mesmo o Papa Alexandre VI, depois do regresso de Colombo da

---

(1) JAL, «*Archéologie Navale*», t. II, pág. 140.

(2) *Archives du Nord* (*de França*) B 3537. *Inventaire sommaire*, por Finot, t. VIII, pág. 291.

(3) *Archives départementales du Nord*, B 3537, *Inventaire sommaire* por Finot, pág. 297.

sua primeira viagem e de êle próprio fazer a partilha dos mundos novos, que portuguêses e espanhóis acabavam de revelar, obedeceu ao mesmo impulso de preferência pelo nôvo instrumentos que permitira tais descobrimentos, pois, em 1494, mandava comprar duas caravelas portuguêsas. ([1])

De fato, para conhecer as caravelas portuguêsas havia que comprá-las, pois, como ENRIQUE LOPES DE MENDONÇA evidenciou, desde D. João II que em Portugal se consideravam secretos os planos de construção da caravela e se proibia, sob graves penas, a sua venda para o estrangeiro. ([2])

Malgrado estas disposições, a venda clandestina de caravelas portuguêsas nos mesmos portos estrangeiros, visitados pelos seus proprietários, ou a construção por carpinteiros portuguêses, fato de que falam também os documentos em relação à Espanha e França, devem ter sido os dois meios mais usuais da difusão daquele tipo, que depois os construtores de cada país procuraram imitar.

Antoine de Conflans, navegador francês que, em 1544, comandou um dos navios da expedição de Roberval ao Canadá, escrevia, em 1522, que os construtores francêses de Boulogne, Dieppe, S. Valéry, Fécamp, Rouen, da Bretanha ou da Guiena, ou seja da costa atlântica da França, "copiavam" os navios portuguêses que chamavam "navires à caravelle". ([3])

Charles de la Roncière, que cita muitos dos documentos que acabamos de aduzir, conclui que a revolução capital do século XV, em navegação, consistiu na difusão, nas marinhas setentrionais, dos "tipos hispano-levantinos", que permitiram a tôdas as nações oceânicas as navegações de longo curso. ([4])

Mas a designação de hispano-levantinos, aplicada a êsses navios, não pode, depois do que acabamos de dizer, considerar-se feliz, visto que de *levantinos* não representavam mais que uma tradição cultural e um impulso náutico, e como *hispanos* se tomava o todo pela parte. É inegável que mais objetivo fôra dizer simplesmente que a difusão dos tipos de navios, criados pelos portuguêses, explica, em parte, a revolução capital operada durante o século

(1) V. LA RONCIÈRE, *obra cit.*, t. II, pág. 468.

(2) LOPES DE MENDONÇA, *Estudos sôbre navios portuguêses nos séculos XV e XVI*, pág. 7, *in* "*Memórias da Comissão portuguêsa do Centenário do Descobrimento da América*», 1893.

(3) Ms. cit. por JAL, nos «*Annales maritimes*», julho de 1842.

(4) V. *Obra cit.*, t. II, pág. 476.

XV, na navegação dos países oceânicos. E dizemos em parte, porque outros métodos portuguêses de navegação, a que havemos ainda de referir-nos, contribuíram para essa revolução.

Êstes fatos, em seu conjunto, foram até hoje desconhecidos. Não obstante, é impossível compreender a história dos Descobrimentos portuguêses e, em particular, do Brasil, sem têrmos presente a superioridade técnica dos portuguêses na construção de novos tipos navais e a sua categoria de mestres dos demais povos navegadores, começando pelos espanhóis, nas artes náuticas.

Ao paralelo, que estamos traçando entre os aborígenes e, mais designadamente os tupi e os aruaque, importava conhecer e fundamentar, no pormenor, quanto os portuguêses atingiram, nos séculos XV e começos do seguinte, o superlativo nas técnicas da expansão por mar. Igualmente nos interessa mostrar que essa capacidade de criação nas artes da construção naval se não limitou ao período até agora estudado.

Com efeito, durante o século XVI, continuou em Portugal a evolução dos tipos náuticos, principalmente pelo que respeita ao aumento da tonelagem e suas conseqüências: a multiplicação do aparelho, das cobertas e dos alojamentos. Apenas os portuguêses, dobrado o Cabo das Tormentas, alcançaram a Índia e iniciaram o tráfico do Oriente, e com êle a maior carreira comercial conhecida até àquela data, o problema da tonelagem punha-se de nôvo com multiplicada agudeza. A bem dizer, já antes, com o comércio dos arquipélagos atlânticos, da Guiné e da Mina, se haviam começado a sentir as vantagens de aumentar a tonelagem. É também certo que, já em 1474, D. Afonso V renovara e ampliara a legislação fernandina de fomento à construção naval. Por carta de 4 de novembro daquele ano e, por conseqüência, ainda com anterioridade às repúblicas italianas, à Espanha e à França, êsse rei concedia, além de várias liberdades e franquias, durante o prazo de dez anos, aos construtores das naus de mais de cem tonéis "tantas coroas quantas toneladas levar debaixo do primeiro tilhado, segundo dantes era ordenado", e acrescentava: "que onde por cada tonelada haviam uma coroa, hajam de aqui por diante duas coroas" (1).

Não obstante estas sábias disposições, o comum das naus não deveria exceder algumas escassas centenas de toneladas. Assim pode concluir-se da *Crônica de El-Rei D. João II*, na qual Garcia de Resende conta que o monarca mandara fazer "uma nau de mil tonéis, a mais forte, a melhor acabada e a maior que nunca até então fôr vista . . . e tinha tantas bombardas grossas e outras arti-

(1) A respectiva carta régia pode ler-se em Lopes de Mendonça, obra antes cit.

lharias, que foi muito falado nela em muitas partes". Êste passo leva a crer igualmente que em tempos dêsse monarca, falecido em 1495, os portuguêses continuavam a ter a primazia na tonelagem das grandes naus e na sua excelência para a guerra.

A excepcionalidade daquele caso pode inferir-se também da circunstância de que só em 1558 essa tonelagem era atingida para viagens de mais longo curso, com a nau *Garça*, em que o vice-rei D. Constantino de Bragança embarcou para a Índia, e a maior que até então se vira nesta carreira, segundo informa Diogo do Couto. (1)

Na opinião de Lopes de Mendonça, até àquela época as naus da Índia orçavam por 500 a 600 toneladas.

Vários motivos impeliram, entretanto, ao aumento da arqueação. Fernão de Oliveira, o célebre engenheiro naval dos meados do século XVI, optava abertamente pelas naus grandes para a carreira da Índia, por três razões, que explanava na sua *Fábrica das Naus:* a primeira, porque dão mais lucro, pois o custo do porte aumenta com a diminuição das despesas; a segunda, porque são mais aptas a suportar os grandes embates do mar, como os do canal de Moçambique; a terceira, porque oferecem maior segurança contra os assaltos dos corsários. (2)

É, pois, na segunda metade daquele século, que as naus da carreira da Índia, que, na primeira viagem do Gama, não excediam 200 toneladas, atingem e ultrapassam em breve as 2.000. Os galeões ou *carracas* da carreira da Índia, dos fins do século XVI e do primeiro quartel do seguinte, chegaram a ter alojamento para mais de 1.000 homens e 1.000 toneladas de carga. Em 1634, o Padre Fournier descrevia com admiração êsse tipo de navio, pormenorizando que as carracas portuguêsas eram de 1.500 a 2.000 toneladas e às vêzes mais; calavam dez braças de água; tinham quatro pontes ou andares; armavam-se de trinta e cinco ou quarenta peças, tais como *esperas (espoir)* (3) *e pedreiros* (pierrier), e transportavam 600 a 1.100 homens entre marinheiros e soldados. Destas embarcações gigantescas para a época, acrescentava e comentava o ilustre hidrógrafo: "De sorte que são os maiores navios do mundo, ao que se julga..." (4)

Mas, ao atingir esta grandeza, já as naus portuguêsas haviam excedido o limite da tonelagem compatível com a segurança. Em

---

(1) *Década VII*, cap. III.

(2) A respectiva passagem vem citada em Lopes de Mendonça, *obra cit*, pág. 9.

(3) *Espera*, no português dêsse tempo significava o mesmo que esfera, fato certamente ignorado pelo Padre Fournier.

(4) J. Fournier, «*Hydrographie*», 1634, pág. 182.

1614, ainda o espanhol Tomé Cano proclamava que as melhores fábricas de naus eram a de Biscaia e a de Portugal, mas parecendo inclinar-se para a última. ([1])

Poucos anos volvidos, já começavam os clamores contra a excessiva tonelagem dos navios da carreira da Índia, que se tinham por defeituosos, e regressava-se às embarcações mais pequenas.

Calcula LOPES DE MENDONÇA, na obra citada, que, para havermos, em tonelagem atual, os números fornecidos pelas crônicas e documentos antigos, se torna mister duplicá-los. Sendo assim, as carracas portuguêsas chegavam a ultrapassar as 4.000 toneladas de hoje. Ora, pràticamente, com a construção em madeira, é impossível ultrapassar os 75 metros de comprimento e as 4.000 toneladas de arqueação. ([2])

Seja como fôr, os portuguêses tinham resolvido até ao máximo e por cêrca de três séculos, ainda que em separado, os dois problemas da velocidade e do arqueamento.

Só no século XIX, desde que a madeira foi abandonada pelo ferro, e, depois de 1880, pelo aço, e se iniciou a navegação a vapor, volveram a aparecer as grandes inovações na construção, permitindo desde então resolver conjuntamente aquêles dois problemas.

Mas, desde o último quartel do século XIV até ao primeiro do século XVII, durante cêrca de dois séculos e meio, os portuguêses mantiveram galhardamente a iniciativa e a capacidade renovadora nas artes da construção naval.

Esta capacidade construtiva e inventiva dos portuguêses, esta aptidão a adaptar-se e tirar partido das novas circunstâncias que lhe oferecia a diversidade dos meios físicos e das condições econômicas, não podia deixar de dar seus frutos no Brasil, país tão rico de estradas fluviais. Enganar-se-ia, não obstante, quem supusesse que os seus tipos navais puderam adaptar-se, de maneira uniforme, no litoral e nos rios brasileiros. Se na costa, durante séculos, dominou a caravela e o caravelão, que no descobrimento do Amazonas e no comércio com o Prata desempenharam um papel primacial, o caso mudou de figura nos rios do interior. Nos rios de planalto, alguns terrìvelmente encaichoeirados, como o Tietê, do qual José Custódio de Sá e Faria comentava: "bem se pode dizer que todo êle é uma contínua cachoeira", os primeiros exploradores, longo tempo tiveram que cingir-se de perto aos tipos primitivos de embarcação, usados pelos aborígenes, a canoa de casca e a mono-

---

(1) TOMÉ CANO, «*Arte de fabricar naus*», 1611, fol. 20 e 23.

(2) V. CAMILLE VALLAUX, «*Géographie Générale des Mers*», Paris, 1933, pág. 503.

xila, de fundo chato, capazes de saltar itaipavas e ser varadas, fàcilmente, por terra. Só mais tarde, com a era das *monções*, êsses rudes barcos sofreram algumas modificações de importância. (1)

Bem diferente o caso do Amazonas, onde as *ubás* dos indígenas foram ràpidamente transformadas, de forma a utilizar um agente natural, até aí inaproveitado pelos índios, os ventos alísios do NE, que sopram no vale amazônico desde a foz até um pouco além do Rio Negro.

Quando, em agôsto de 1743, La Condamine, na sua descida do Amazonas, deixou as missões dos jesuítas espanhóis e entrou nas dos carmelitas portuguêses, com razão ficou surpreendido e manifesta a surprêsa na *Relation Abregée* da sua viagem: "As canoas usadas pelos portuguêses e que nós utilizamos, para baixar o rio, desde a aldeia de S. Paulo, são muito maiores e mais cômodas que as canoas índias, em que navegamos através das missões espanholas." Quer dizer, os jesuítas espanhóis haviam-se limitado a adotar o meio de transporte fluvial dos aborígenes, em todo o seu primitivismo. Os portuguêses, ao invés, transformaram a canoa indígena que encontraram num tipo nôvo, adaptado às condições especiais da navegação no Rio-Mar. E Condamine exemplifica com o tronco de árvore, que nas canoas índias forma todo o corpo do barco, e nas portuguêsas, não constitue mais do que a quilha; com o tipo e a posição do leme; com os dois mastros e as velas que lhe permitem remontar o rio a favor do vento leste; e com a grandeza muito maior dessas embarcações algumas das quais exigem quarenta remadores. E o grande astrônomo francês conta o caso dum capitão, igualmente francês, que tendo fretado um dêsses bergantins de tamanho médio, conseguiu fazer, em seis dias, com alguns poucos marinheiros, a jornada do Pará a Caiena.

Esta mobilidade e riqueza de meios para mover-se obedeceram, quer nos primitivos, quer nos civilizados, a causas e teve conseqüências. Moviam-se alguns escassos milhões de índios num espaço continental, que mediava entre selva e água. Corriam a pé ou voavam nas canoas, como dizia Thevet. E para orientar-se sôbre os longos caminhos das suas migrações, aprenderam a guiar-se pelos astros. Criaram uma incipiente astronomia de orientação.

Bem mais diminutos, pois não excediam um milhão e duzentas mil almas, na era dos Descobrimentos, os portuguêses habitavam um estreito anfiteatro debruçado sôbre o Atlântico e à esquina do planêta, donde partem as grandes estradas de ventos e correntes. Navegadores de longo curso e de alto-mar, nos espaços marítimos

(1) V. a propósito a excelente monografia de SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, *Monções*, Rio de Janeiro, 1945, cap. II.

mais vastos que os de terra, e onde os astros, únicos pontos de reparo, se ocultam ou velam, e as correntes aéreas e marítimas obrigam o navio a declinar, os portuguêses criaram, não só a arte de navegar pelos astros, mas a escola cartográfica dos Descobrimentos e traçaram mapas, por onde êles e os demais povos puderam guiar-se com relativa segurança. Em vez da milha dos navegadores mediterrâneos, serviram-se da légua marítima, ou seja o quádruplo daquela, como escala dos mapas. Além das telas de rumos das cartas de marear, catalãs e italianas, introduziram nelas o primeiro meridiano e o Equador, graduados, tornando assim possível a localização de qualquer lugar pela sua latitude e longitude. Mediram o planêta; fizeram pela primeira vez aquilo a que, nos *Lusíadas* Camões chamou: "compassar a universal pintura", ou seja traçar os lineamentos conjuntos dos continentes em suas mútuas posições no globo.

Mas a esta parte das suas criações voltaremos mais de espaço. no capítulo seguinte, em que havemos de ocupar-nos da escola portuguêsa de cartografia.

Continuemos a traçar o paralelo entre o português e o aborígene, mas agora não só em relação a certas afinidades com o tupi e o aruaque, mas por alguns caracteres de posição com os espanhóis. Não só a mobilidade aproximava o índio do português. Outro laço e mais forte facilitou a união das duas raças: a poderosa sexualidade do segundo, a que as ameríndias, de modo algum, se mostraram indiferentes. "Foram sexualidades exaltadas, escreveu Gilberto Freyre, as dos dois povos, que primeiro se encontraram nesta parte da América: o português e a mulher indígena".

Para exprimir a violência do instinto sexual no bandeirante, Capistrano de Abreu não desdenhou utilizar aquela grossa expressão do suspeitíssimo jesuíta Padre Montoya: "un cabron en un corral de cabras", testemunho odioso, que pretendia fazer da índia a vítima inocente do erotismo desenfreado do invasor. Que lhe responda outro jesuíta, o Padre Anchieta, bem mais puro de alma e sereno de palavra, quando, ao abordar o escabroso tema, afirma das índias: "As mulheres andam nuas e não sabem se negar a ninguém, mas até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com êles nas rêdes, porque têm por honra dormir com os cristãos".

Mas êsse fato, assim expresso, pouco diz. Há que reagir contra essa maneira simplista de encarar o problema. Os instintos não passam de raízes de uma árvore que também desabrocha flôres e amadurece frutos. Desta vez para melhor esclarecer o problema,

parece-nos conveniente analisá-lo, como dissemos, nas relações entre o português e as mulheres indígenas, e por oposição ao espanhol. E utilizando o testemunho dos próprios espanhóis.

Nenhum historiador, digno dêste nome, poderá hoje abalançar-se a estudar e definir qualquer período do passado das sociedades humanas, sem o relacionar com os fatôres econômicos. Mas haveria que considerar com a mesma fôrça dum impulso primário, gerador da história, tanto o instinto de conservação do indivíduo, como o da conservação da espécie. Uma teoria vitalista da história deveria atender a tôdas as raízes da vida e às suas sublimações: dum lado, aquêle primeiro instinto, que conduz ao trabalho, fonte de liberdade e dignidade humana; do outro, o instinto que leva à consciência da espécie e ao sentimento do amor, que fundo, universaliza e irmana.

Comecemos pela raiz. Um psiquiatra célebre, Freud, a quem Gide chamou, com flagrância, "um imbecil de gênio", pôs em relêvo, ainda que excessivo, a importância na físio-e-nosografia humana, daquilo que apelidou de *libido*. Êsse ponto de vista, quando liberto das tendências fatalistas de escola, está igualmente destinado a esclarecer com viva luz certos mistérios do passado. É o que, a nosso ver, sucede na história dos povos peninsulares.

Há certos modos de vida e circunstâncias históricas, que, quando prolongados, acentuam a sexualidade e favorecem o desenvolvimento, na sua plenitude, do varão.

É inegável que um estado de guerra permanente acaba por desenvolver em todo um povo, quando alheio ao serviço mercenário, os instintos e as qualidades másculas: a resistência e a fôrça de ânimo, a rapidez na ação, o amor do risco, a capacidade de sacrifício e o sentimento da honra. Foi o que sucedeu na Espanha da Reconquista, cujo estado de guerra entre cristãos e muçulmanos se prolongou por oito séculos. Já a belicosidade anárquica do feudalismo havia terminado com as Cruzadas, e estas com a perda dos principados e praças fortes dos cristãos na Ásia-Menor, e ainda êsse mesmo espírito e ação se prolongaram, por quase três séculos, na Península.

Êsse permanente condicionalismo histórico de todo um povo em guerra deu ao homem peninsular uma feição própria: a virilidade, exaltada pelo sentimento máximo da dignidade varonil, que, nas duas grandes línguas peninsulares, se traduz por *hombria* e *hombridade,* palavra específica, que encarna a consciência austera dos direitos e dos deveres do homem.

Sexualidade e hombridade, com o andar dos tempos, revestiram no espanhol da meseta e no português da beira-mar, formas e expressões diversas. Por que? Ambiente físico, etnia, gênero de vida diferentes? Provàvelmente cada um dêsses fatôres contribuiu com sua parte para diferenciar os dois ou, melhor, os vários ramos da estirpe ibérica.

Em Portugal, ao que supomos, a maior percentagem de sangue celta, adoçando a aspereza feroz do ibérico, a altimetria moderada, a riqueza fluvial e pluvial, a maior percentagem em terras de agro verde e perspectivas bucólicas; e, talvez mais que tudo, o contato com o mar, moldaram em matéria mais plástica o peninsular ocidental.

O Mar deu ao português personalidade e independência política. Pelo Mar a grei respirou. O Mar lhe abriu caminhos. O Mar foi o teatro principal das suas ações e a maior das suas fontes de compreensão, amorabilidade e universalismo.

Enraizada neste conjunto de fatôres e afinada pelas experiências e múltiplos contatos com os povos estranhos e o demorado apartamento das viagens, a *libido* portuguêsa desabrochou em cordialidade humana, tolerância étnica e democrática, amorabilidade e acentuação, quer da virilidade, quer da feminilidade.

É, precisamente durante a primeira metade do século de Quinhentos, quando já tinha quatro séculos de experiências marítimas, que o português alcança a consciência da sua personalidade de amoroso, com tanto orgulho expressa na comédia *Eufrosina*. Aí Jorge Ferreira de Vasconcelos define o português como o tipo do namorado e amante ideal, por oposição aos outros povos. A acreditarmos no grande escritor quinhentista, o italiano, em amor, é dissimulado e tirano; o francês, volúvel e vingativo; o alemão, frio e enganador. "Só o português, declara êle, âmago e timbre dos espanhóis e grimpa de tôdas as nações, como atilado, gentil, galante e nobre espôso, compadece todos os efeitos do amor puro". O "bom português, de sua natural constelação apurado no amor, qual foi el-Rey D. Pedro . . ." é terno, fiel, saudoso e, por sua dama acomete todos os perigos.

Assim, à uma, entre séria e risonha, mais risonha do que séria, o retrata também a literatura espanhola; e, ora como paladino e mártir do amor e fidelidade à pátria pela pena de Calderon, em *El Príncipe Constante;* ora como o sombrio herói do amor e fidelidade à mulher amada no drama de Inez de Castro, de Lope de Vega; ora caricaturado em mil epigramas, como aquêle suposto e sarcástico epitáfio dum português: "Não morreu às mãos de nenhum castelhano, mas, sim, do amor".

Na literatura hispânica de tema americano, e desde o século de Quinhentos, o mesmo fenômeno se observa. E o que ressalta da multiplicidade dos testemunhos, bem longe do "cabron" e do "inimigo del genero humano", pintado pela pena ressentida de Montoya, é um português humano com os índios, ternamente amoroso com as índias e dotado dum sentimento muito próprio de compreensão e respeito pela mulher. Citemos alguns exemplos e apenas os mais típicos. Não são raras, nos velhos cronistas espanhóis da Conquista na América, as referências à atitude humana do português com o aborígene. Porventura, a primeira, por ordem cronológica dos acontecimentos relatados, seja a da *Relação* da viagem do *Adelantado* Cabeça de Vaca ao Alto-Paraguai, em 1543. Aí encontrou o célebre viajante muito viva ainda entre os índios a memória da expedição de Aleixo Garcia, que ali passara vinte anos antes, a caminho do império dos Incas. Os índios chané receberam cordialmente o capitão espanhol, a quem informaram de "que ellos eran muy alegres y muy amigos de cristianos por el buen tratamiento que les habia hecho Garcia, quando los trujo de su tierra", afirmação repetida, em têrmos semelhantes, pelos índios de outras tribos.

Numa velha relação do Padre Rodrigo de la Fuente, escrita em 1532, sôbre o descobrimento das jazidas de prata do Serro de Potosi, dá-se como primeiro anunciador dêsse manancial, que iria revolucionar a economia da América e do mundo, o índio Gualpa, que fôra criado dum soldado português, de nome Cardoso. Contava o índio, à laia de prólogo à sua história, que um dia aquêle soldado, seu amo, o mandara de Potosi com um carta para uns soldados espanhóis que estavam em Chuquiavo. Êstes irritados com os dizeres ou as novas da carta, descarregaram a sua cólera sôbre o índio, a quem atiraram cães, que o derribaram e morderam. Tão graves foram as feridas que o índio estêve à morte. Sabedor do caso, Cardoso dirigiu-se a Chuquiavo à busca do seu criado. Êste, escreve o cronista, "contóle el trabajo grande que por su mandado habia padecido, de lo cual (el portugues) recebió grandissima alteracion y fué a buscar a los que le habian hecho tan mala obra; combatió con ellos en el campo; mató al uno y al otro herió muy mal y les quitó las armas, cosa con que obrigó a su criado Gualpa".

E o cronista acrescenta: "Dijome que no le habia engañado su corazon, quando puso en su animo de servir a este soldado Cardoso, parecendole que, entre muchos que vido, tenia mas valor en su persona".(1)

---

(1) Jiménez de la Espada, «*Relaciones Geográficas de Indias*», t. II, pág. 80.

Mas é evidente que, na palavra de Gualpa, se trata, por oposição, dum valor de ordem afetiva, que considerava como próprias as ofensas feitas ao índio, seu criado.

Humano com os índios, o português distinguia-se também dos espanhóis no seu comportamento com as índias. Não faltam em cronistas e até poetas da América espanhola retratos do português enamorado, semelhantes àqueles que corriam na Espanha. Frei Juan de Castellanos traça nas suas *Elegias de Varones ilustres de Indias* (1580), dedicadas aos conquistadores da Nova Granada, uma dessas caricaturas do português enamorado, mas neste caso, por um "índia bozal, mas vien dispuesta" à qual entre outros e ternos galanteios, chamava de "minha Dafne", mitologema bem mais apropriado a dama do Paço, que a uma aborígene das selvas.

Não foram poucos os portuguêses que serviram e se distinguiram na conquista da Nova Granada e na fundação de Bogotá, ao lado do Almirante Ximenes de Quesada e outros capitães espanhóis. Nessa, como em tôdas as emprêsas da conquista espanhola na América. Mas, entre os seus irmãos ibéricos da meseta, o português permaneceu igual a si próprio. E o que há de significativo no caso narrado por Castellanos, nas insulsas oitava-rimas das *Elegias,* é que o seu herói se comporta com a índia com a mesma ternura e gentileza de namorado, que lhe eram proverbiais na Europa.

Ainda descontando a acentuação do traço caricatural, e até por isso mesmo, o que fica é a permanência duma *libido,* afinada por experiências seculares em doçura lírica. E ocorre perguntar: seriam as mulheres aborígenes indiferentes a esta espécie de tributo à sua condição e beleza? Responder pela negativa seria negar, do mesmo passo, tôda a unidade da natureza humana.

Mas um caso típico e passado também, a quando a conquista de Nova Granada, vem completar o quadro esboçado por Castellanos. Entre os portuguêses que acompanharam Quesada e mais se extremaram no valor e na lealdade, contava-se um Lazaro Fontes, cuja vida e romanescas aventuras foram relatadas pelo ilustre historiador colombiano, Eduardo Pozada, em seu livro *Narraciones.* Cingimo-nos aqui ao essencial. Movido pelo ciume das proezas de Fontes, ou manejado por intrigas, Quesada condenou à morte o português, pena que, a pedido dos seus antigos companheiros, foi comutada em banimento para uma tribo de índios antropófagos — o que, ao fim de contas, longe de aliviar, agravava a sentença. Mas, chegado ao lugar do exílio, Lazaro Fontes soube por tal forma enamorar a índia Zoratama que esta convenceu o cacique da tribo de que a causa do destêrro fôra a defesa dos índios, assu-

mida pelo português. Recebido, pois, como aliado, Lazaro Fontes teve mais tarde ocasião de prestar ao Governador-Almirante serviço e prova de lealdade tal, por intermédio de Zoratama, que o ríspido Quesada o chamou de nôvo a Santa Fé.

Porventura, mais explícita será a comparação entre as atitudes do espanhol e do português em relação ao mesmo caso. Tornou-se tristemente famosa na história da expansão dos espanhóis na América a célebre expedição, que, em 1571, baixou o Amazonas, a princípio sob o comando de Pedro de Ursua e, pouco depois, de Aguirre, o sanguinário tirano que traçou no Rio-Mar uma esteira de assassínios. Um ilustre historiador espanhol, Emiliano Jos, dedicou a êsse fato uma notável monografia, sob o título de *La Expedicion de Ursua al Dorado y la rebellion de Lope de Aguirre*, apoiada em várias relações inéditas, dentre as quais sobressai a de Custódio Fernandes, um dos portuguêses que haviam tomado parte na espantosa emprêsa. Ora, só lendo êste último relato, se compreende que uma das causas da longa tragédia foi a presença da mestiça D. Inez, senhora de tão rara formosura, que passava por ser então a mulher mais bela do Peru. Ursua e Inez haviam-se enamorado a tal ponto que o infeliz capitão resolvera levar consigo a amante na viagem ao Dourado. Em volta dela, acende-se ao longo da viagem, um tumulto de paixões, competências e ciumes. E os assassinatos, a começar pelo de Ursua, sucedem-se, numa longa lista, até ao da formosa protagonista da tragédia.

Tôdas as relações de testemunhas espanholas calam ou só por acidente se referem a êstes fatos. Dentre todos apenas Custódio Fernandes lhes dá o devido lugar no seu relato e tem palavras de piedade compreensiva para a aflição dessa pobre mulher: "Querer encarecer aqui o que D. Inez sentiu, quando viu assassinado a Pedro de Ursua, seria um nunca acabar. Porém mêta cada um a mão no peito e sentirá o que a pobre senhora, quando uns lhe chamavam p . . . e outros que ela matara o Governador com seus feitiços. A tudo a senhora calava, pois chorar lhe era impossível".

Dentre as dez relações, umas anteriormente conhecidas, outras reveladas por Emiliano Jos, só na de Custódio Fernandes passa êste sôpro de piedade e respeito pela mulher ultrajada, êste irmanar-se com o próximo, êste "mêta cada um a mão no peito", para sentir a dor alheia.

É costume de antropólogos e sociólogos explicar a tendência que o português mostrou, na sua história colonial, a unir-se sexualmente com as raças indígenas, por motivos de ordem étnica, pois o luso, bem antes de mestiçar-se na América, como na Ásia ou na África, já representava um produto de hibridismo milenário. Mas

o espanhol está nas mesmas condições; e não faltam testemunhos que atribuem ao português sôbre os demais povos colonizadores, incluindo os seus irmãos ibéricos, uma benignidade bem maior de comportamento, sob todos os aspectos, com as raças submetidas.

Admite GILBERTO FREYRE que as rebeliões dos escravos negros "não tenham sido em nenhum tempo tão numerosas ou violentas no Brasil como em outras regiões da América, talvez porque o tratamento dado pelos portuguêses aos escravos e, mais tarde pelos brasileiros, provocasse menos o desejo de rebelião da parte dos oprimidos". E acrescenta por forma mais terminante: "E outra não é a conclusão dos historiadores e sociólogos brasileiros que melhor têm estudado a história social da região agrária e escravocrata, pelos meios mais objetivos e imparciais de estudo".(1) Cita a propósito várias opiniões de viajantes e observadores estrangeiros, mas todos da época do Império, à exceção do inglês Koster, que viveu muitos anos, como é sabido, no Norte do Brasil, nos começos do século XIX.

A êsses testemunhos queremos, de nossa parte, acrescentar algumas opiniões, que não são menos valiosas, e têm o mérito de referir-se a um âmbito histórico mais recuado ou vasto. Ensinava Hegel, nas suas lições universitárias, que a debilidade de caráter dos ameríndios foram a causa de que se tenham levado para a América os negros, muito mais acessíveis à cultura européia que os indígenas. E comentava: "Os portuguêses foram mais humanos que os holandeses, os espanhóis, e os inglêses. Por esta razão houve sempre nas costas do Brasil mais facilidades para a aquisição da liberdade e existiu, em verdade, um grande número de negros livres. Entre êles deve citar-se o médico negro, Dr. Kingera, cujos esforços deram a conhecer o quinino aos europeus. Conta um inglês que no amplo círculo dos seus conhecimentos, deparou freqüentemente com negros, que eram hábeis operários e também religiosos, médicos, etc."(2).

Outra opinião, não menos interessante, é a do historiador Edgard Prestage: "Deve dizer-se que, segundo o testemunho de Azurara (sec. XV) os senhores tratavam os cativos, como outros quaisquer servidores, ensinando ofícios aos mais moços, dando-lhes liberdade e casando-os com mulheres portuguêsas. Quase todos se tornaram cristãos e foram absorvidos pela população branca. Aos portuguêses não repugnava o sangue negro, de modo

---

(1) GILBERTO FREYRE, «*Interpretação do Brasil*», tradução de OLÍVIO MONTENEGRO, Rio de Janeiro, 1947, pág. 108.

(2) HEGEL, «*Lecciones sobre la filosofia de la Historia Universal*», trad. do alemão por J. GAOS, t. I, Madri, 1928, pág. 179.

que a *escravatura raramente assumia entre êles o duro aspecto que teve, quando praticada pelas raças norte-européias*". [1] O sublinhado é nosso, pois merece relêvo a opinião do sábio professor inglês, que implìcitamente condena, por comparação, o comportamento dos seus compatriotas para com os escravos negros.

Acreditamos, pois, que ao lado da tolerância étnica e democrática, que aproximou o português dos outros povos, influiu profundamente na sua atitude com as raças indígenas e os escravos negros a diferença de formação e caráter, mais humano e compassivo, que o distingue dos espanhóis. Malgrado uns e outros pertencerem à mesma família histórica, não devemos esquecer ainda outras divergências fundamentais entre os dois povos, que explicam a divisão do continente em América espanhola e América portuguêsa e as grandes diferenças que as opuseram no passado. E não se estranhe que, para caracterizar êsses dois povos, tomemos por paradigma as suas duas grandes obras primas literárias. "A poesia — disse Burckhardt, fornece à história uma imagem do que há de eterno em cada povo". E o grande historiador e pensador acrescentava que a epopéia, mais que os outros gêneros literários, ilustra o poder que têm os povos de se representar e definir a si próprios como tipos de humanidade.

Pode, com efeito, dizer-se de alguns poemas ou criações literárias, em geral, que êles são os testemunhos históricos mais vivos e representativos dos povos, em certas épocas do passado. Tudo o que nas outras fontes escritas se apresenta fragmentário e disperso, balbuciado ou submerso na torrente dos fatos sem substância, ali aparece em pura essência, na síntese das coisas que não morrem.

Nesse caso estão os *Lusíadas* e o *D. Quixote*. Não há personalidade, por mais forte, ou fato, por mais importante, na história de Portugal e de Espanha, tão representativos dêsses povos como essas duas obras de arte. Embora complementares, pois as duas são criações do mesmo espírito e civilização ibérica; e nem o espírito lusíada foi estranho aos castelhanos, nem o quixotismo aos portuguêses, elas não deixam de exprimir aquilo que em cada um dêsses povos se opõe ao outro, vistos em separado,

Quando se comparam entre si essas duas obras mais representativas das letras de Portugal e de Espanha, um contraste logo ressalta: o D. Quixote é o drama dum indivíduo; *Os Lusíadas*, a epopéia dum povo.

---

(1) E. PRESTAGE, *in* «*Travel and Travellers of the Middle Ages*», edited by Arthur Percival Newton, London, 1923.

Não é por mero acaso que essas duas obras ostentam títulos opostos: a primeira, um nome, no singular, e diferenciado pela classe, a naturalidade e uma rara faculdade — *El ingenioso hidalgo Dom Quijote de la Mancha* —; a outra um nome coletivo, *Os Lusíadas,* em que todos os portuguêses democràticamente se igualam e unem para formar a mesma pátria, sublimada até ao superlativo épico.

O indivíduo Quixote é o símbolo da personalidade solitária, afeiçoada pela estirpe, a cultura e a árida meseta; mas tão rico de fantasia, tão engenhoso, que povoa de espectros, amáveis ou trágicos, a solidão da sua alma e da estepe manchega.

No polo oposto, *Os Lusíadas* são todo e um mesmo povo, todo composto de heróis, todos moldados pela Cavalaria, mas obedecendo e sujeitando o que há em cada um de individual e solitário à mesma ação, disciplina e lei comum. A mesma antítese íntima, o primeiro momento dialético do poema, passa-se no íntimo da nação e chama-se *O velho do Restelo.*

Mas aqui o Velho, isto é, o passado, em desacôrdo com a sua época, é superado pelo apêlo e a visão do futuro. Os homens partem, unidos pela mesma fé pragmática. O *Adamastor,* mito de todo um povo em luta com a Natureza, segundo momento dialético da epopéia, é vencido e ultrapassado.

Poder-se-ia objetar que o poema de Camões e a novela de Cervantes marcam apenas duas horas sucessivas no relógio ibérico e, por conseqüência, comuns aos dois povos. É certo. E por isso sustentamos que as duas obras são complementares e representativas da mesma cultura peninsular. Mas nem um castelhano poderia escrever a epopéia sublime, nem um português a novela amarga e modelar, que vai ser, por êsse desacôrdo fundamental entre o homem e o seu meio, o tipo e madre de tôdas as novelas. O drama do cavaleiro andante torna-se o drama de tôda a humanidade. E tem nas letras a mesma precedência genesíaca que Adão e Eva, em relação à humanidade bíblica.

É por essas razões que numa e noutra das duas grandes criações ibéricas, malgrado o seu fundo de inspiração comum, se espelha cristalinamente o que diferencia, na história, cada uma delas.

Retrata-se a Espanha no D. Quixote, porque é a pátria do homem solitário, do individualismo, levado até à exasperação feroz. A Espanha vê-se no indivíduo, pátria de indivíduos, acima de tudo ciosos da liberdade individual, nas suas relações com a vida. Em povo algum, como na Espanha, êsse conceito alcançou tão forte e dramática expressão política no ideal anarquista, suprema afirmação do indivíduo contra o Estado.

Na sua mesma ação o D. Quixote, herói libertador, reveste caráter e sentido anarquista. Recordam-se os leitores, por certo, daquela cena da libertação dos galeotes. Iam cavaleiro e escudeiro, estrada-fora, entregues a seus ambiciosos devaneios. Eis senão, quando, apontam ao longe doze condenados às galés, duramente algemados e conduzidos por guardas armados. Conhecida a história de cada um dos criminosos, D. Quixote, antes de recorrer à fôrça, procura convencer o comissário da escolta a que liberte os presos.

Com grande cortezia, começa por convidar todos os guardas a que soltem os galeotes e os deixem partir em paz, "porque parece duro hacer esclavos a los que Dios y naturaleza hizo libres".

Até aqui o fidalgo limita-se a considerar a liberdade como um dom de ordem divina e natural. Mas logo, partindo dêste fundamento, nega ao homem o direito de violar a liberdade alheia, em nome dum conceito abstrato de justiça, ou seja, em nome do Estado. E é então que D. Quixote profere estas palavras memoráveis: "Cuanto mas, señores guardas, que estos pobres no han cometido nada contra vos otros. Allà se lo haya cada uno con su pecado; Dios hay en el cielo que no se descuida de castigar al malo, ni de premiar al bueno, y no es bien que los hombres honrados sean verdugos de los otros hombres, no yendoles nada en ello".

E como, nem comissário, nem guardas se deixam convencer, o cavaleiro investe de lança em riste e solta os presos.

D. Quixote admite, sim, a justiça imediata, o desfôrço espontâneo de indivíduo para indivíduo. Mas que alguém julgue e castigue o criminoso, em nome dum código abstrato e coletivo, tornando-se o verdugo do próximo, isso não: — não é próprio de homens honrados. Só Deus tem direito a julgar e castigar. Mas ainda aqui trata-se dum ato de fé, de fôro íntimo e individual.

Bem diferente é o homem de *Os Lusíadas*. Também Camões, obedecendo a essa tendência plástica, que impele os povos, ao atingir a maioridade, a definir e encarnar um nôvo tipo de humanidade, retrata no poema o protótipo ideal do português. Mas êste, ainda que moldado também no mesmo barro da Cavalaria, afirma conjuntamente Deus e o Estado; junta no mesmo ideal a Fé e o Império. O lusíada tipo é Egas Moniz, símbolo da lealdade ao Senhor, que vai entregar-se ao imperador de Castela, em nome da razão do Estado, para salvar o Rei e o nascente reino. O lusíada é Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável, santificado, em nome de Deus e em nome da Pátria, que resgatou das ameaças de Castela. O lusíada é o Infante Santo, santificado também porque

se deixou morrer nas masmorras de Fez, em nome da razão de Estado, isto é, para que Ceuta não se entregue aos mouros. Lusíadas são todos os que, disciplinada e unitàriamente, realizam pelo descobrimento e a criação política, o Império, quer dizer, o Estado português, em três oceanos e quatro continentes. E, bem ao invés do Quixote, que remete a justiça para uma instância transcendente, em *Os Lusíadas* louva-se a dureza justiceira del Rei D. Pedro, o Cru, e verbera-se a brandura remissa do monarca, seu filho, Dom Fernando.

O lusíada é, pois, e por oposição ao cavaleiro anarquista, encarnado em D. Quixote, um cidadão, um ser essencialmente socializado e politizado, moldado pelos ideais e a disciplina do Estado, que se realiza, a cada hora e em tôda parte, no e pelo Império. Estado minúsculo, êsse milhão e pouco de habitantes não houvera realizado a sua expansão no mundo, se os não fundisse no mesmo laço aquêle sentimento unitário de nação, que aos portuguêses dá uma densidade política muito maior que a dos seus irmãos ibéricos.

Transplantados para a América, espanhóis e portuguêses prolongaram aqui o seu conceito fundamental de vida: quixotesco, ou lusíada. O conquistador e a conquista de iniciativa própria e anárquica; a riqueza e a espantosa afirmação das personalidades, tantas vêzes em guerra com o Estado; a abdicação do poder civil em mãos da Igreja; a individuação das províncias, marcam profundamente a história da América espanhola. Por seu lado, o português na América mostra-se infinitamente mais social, disciplinado, unitário, obediente ao Senhor e ao Estado, e sempre pronto a defender a soberania civil contra as instituições teocráticas: e essa é a base e o segrêdo das suas realizações americanas. Francisco ou Gonzalo Pizarro, Pedrarias Dávila, Francisco Carvajal, Almagro ou Lope de Aguirre, heróis da conquista livre ou protótipos de individualismo feroz e anárquico, que atearam na América espanhola o incêndio das guerras civis, não encontram sombra de paralelo na história da expansão portuguêsa no Brasil.

Êste contraste do português considerado como ser político, intensamente evoluído, pode observar-se com violência maior, quando por oposição a outros povos, como os muçulmanos do Índico, vasto império econômico, mas formado por aglomerações dispersas, dèbilmente organizadas e unidas apenas pela fé religiosa. É particularmente eloqüente, a êsse respeito, o depoimento do cronista muçulmano Zinadim, do século XVI, ao explicar o êxito dos portuguêses no Oriente: "Os franges (portuguêses) caíram como um só homem sôbre os muçulmanos com tôdas as suas fôrças. Porque êles, não obstante a grande distância a que se acham de

seus príncipes, não desobedecem aos seus capitães, e, ainda que haja desinteligências entre êles, nunca se ouviu dizer que um dos seus capitães fôra assassinado por cobiça do poder. E, na verdade, êles, graças a estas qualidades, apesar do seu pequeno número, conseguiram sugeitar as populações do Malabar e outras, aproveitando-se das rivalidades e competições dos soldados e capitães muçulmanos"...(1)

Por tôda parte, o português triunfou, graças a estas qualidades, com tanta autoridade expressas pelo cronista árabe. Para se compreender a história dos portuguêses no Brasil, devíamos ter sempre presente essa realidade psicológica e social, definida por oposição ao caráter, ora inorgânico ora teocrático da expansão espanhola, cujas iniciativas, passado o século XVI, pertenceram quase sempre às províncias espanholas da Companhia de Jesus, na América.

À excelência nas artes e técnicas navais, poder de compreensão e simpatia humana, sexualidade e amorabilidade intensas, disciplina e sentido da unidade nacional, juntava o português um excepcional sentido do espaço e das suas possibilidades, o *raumsinn*, de que falava Ratzel. Essa consciência do espaço, rica, como vimos, nos primitivos, perde-se, por via de regra, no civilizado. Mas os portuguêses readquiriram-na e multiplicaram-na, com a sua expansão sôbre o planêta e em especial pelas navegações oceânicas.

Enriquecido por essa faculdade, o português de Quatrocentos e de Quinhentos pensava cosmogràficamente. Via cada entidade geográfica nos seus caracteres distintivos e relacionava-a com o globo. Teve, desde logo, uma alta compreensão das vantagens de posição do seu país à esquina dum continente e à beira das estradas de ventos e correntes, que levavam aos demais. E visionou o mundo nos seus valores de interconfiguração e posição.

Amadurecido pelas experiências marítimas, com anterioridade aos outros povos europeus, a inteligência dos fatos da geo-política impulsionou seguramente, muito mais que os fatôres econômicos, as suas grandes emprêsas de expansão. Reputamos esta primazia da maior importância, para se avaliar do sentido da história portuguêsa na América, como na África ou na Ásia.

Ao nosso ver, são as razões de visão cosmográfica, ou seja, a visão de cada região do globo nas suas relações com a totalidade, que explicam, em grande parte, a iniciativa portuguêsa de descobrir e levar a têrmo o descobrimento do caminho marítimo para

---

(1) *«História dos portuguêses no «Malabar»*, por ZINADIM, traduzida e editada por David Lopes, pág. 48-49.

a Índia; a política de D. João II durante as negociações de Tordesilhas; a reação a êsse Tratado que levou à criação do mito da Ilha-Brasil; e mais tarde às negociações do Tratado de Madri, que procurou identificar o Estado brasileiro com essa Ilha.

Por muitos e estreitos laços o descobrimento e a história do Brasil se prendem ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia e à história do império português, no Índico. Quais as razões que, no plano da razão ou da inteligência dos fatos, levaram os portuguêses ao Oriente?

Que os dirigentes portuguêses tivessem compreendido a urgência que representava para a Europa e a Cristandade abrir outra rota ao tráfico dos produtos orientais, ilaqueado nas estradas do Nilo, da Ásia Menor e do Mar Negro, vibrando do mesmo passo um golpe mortal no poderio ameaçador do Islam, estamos certos. Mas, assumindo êsse pesadíssimo encargo, êles passaram a exercer uma função, muito mais de interêsse cosmopolita, do que direta e estritamente exigida pela economia nacional.

Portugal, ao iniciar no século XV os Grandes Descobrimentos era, é certo, um país de comércio marítimo à distância, mas com base na agricultura, e não nas indústrias. Sua vida urbana, por isso mesmo pouco intensa, não exigia a larga importação de produtos ricos, próprios do tráfico oriental. Não estava sequer diretamente ligado, como as repúblicas de Veneza e Gênova, ao comércio dos portos do Levante, empórios dêsses produtos. Não possuía, pois, interêsse direto, nem preparação econômica e comercial bastante, que o aconselhassem à emprêsa, desmedida ademais em relação ao seu débil volume social, de descobrir o caminho marítimo para a Índia e fundar o império do Oriente. Apenas a posição geográfica lhe oferecia vantagens inigualáveis; e a experiência náutica duma marinha mercante, adestrada em viagens de longo curso no Atlântico Norte, um instrumento essencial e capaz de aperfeiçoar-se.

Esta ausência de solicitação econômica, nacional, e de preparação para o alto comércio veio a dar à *carreira da Índia* o caráter de intermediária entre a Flandres e as repúblicas da Itália, dum lado, e, do outro, os povos do Oriente; e continha em si o germe fatal dos descalabros portuguêses no Oriente.

Portugal compreendera, sim, que as estradas marítimas de que era o cais, por excelência, prolongavam virtualmente o seu domínio nos mares e além dos mares; e que só a realização dessas possibilidades oceânicas e transoceânicas, lhe daria a sua plenitude política. Compreendeu, sim, que se não atingisse a superação dum Estado, confinadamente hispânico, pela expansão marítima e colonial

e, ao contrário, abandonasse êsse encargo à nação vizinha e mais poderosa, ficaria reduzido, em futuro mais ou menos próximo, à simples condição duma província subalterna, fornecedora da mão-de-obra náutica ao estado único da Ibéria. Compreendeu, numa palavra, que só poderia perdurar, tornando-se uma potência marítima e ultramarina, de que o pequeno reino peninsular fôsse a metrópole.

Ao abalançar-se, pois, ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia, os dirigentes portuguêses identificavam Portugal com a Europa, ou melhor, com a Cristandade, assumindo o encargo que assegurava a sua independência política de nação e enaltecia o seu renome, mas excedia as suas fôrças, possibilidades e necessidades econômicas.

A história de Portugal, malgrado tratar-se da mais pequena nação do Ocidente europeu, só pode compreender-se quando amplamente integrada no plano cosmopolita. Estamos em face — insistimos — dum fenômeno histórico, em que os fatôres econômicos locais cedem a primazia à inteligência pura dos fatos de geo-política intercontinental e às relações econômicas de produção, entendidas e realizadas por uma excedência livre e épica do espírito, que, aliás, teve o seu correspondente no domínio das crenças.

Cedo a tendência a pensar cosmogràficamente os fatos da expansão assinalou os descobrimentos portuguêses. Já o Infante Dom Henrique admitia, como hipótese de estudo e experiência, a existência dum continente entre a Europa e a África. Diogo Gomes, um dos seus navegantes, afirmava na sua *Relação*, a propósito do descobrimento dos Açôres (c. 1427): "Naquele tempo o Infante D. Henrique desejando conhecer as regiões afastadas do oceano ocidental, para saber se havia ilhas ou terra firme (isto é um continente), além da descrição de Ptolomeu, enviou caravelas a buscar terras".

A êste conceito da existência possível de terras entre a Europa ocidental e o Oriente asiático, deram os portuguêses a forma mítica da Antilha, vasta ilha ou terra continental, que figura em tantos mapas desde a metade do século XV, no Atlântico e até no Pacífico. FERNANDO COLOMBO, na obra que dedicou à memória de seu pai e referindo-se às notas dêste, atribuía a designação de Antilha, como espécie cartográfica, aos portuguêses[1]; e muitos autôres e mapas a identificavam com a ilha lendária das *Sete Cidades*, também criação portuguêsa, como sucede na célebre carta

(1) FERNANDO COLOMBO, *"Le Historie delle vita e dei fatti di Cristoforo Colombo»*, Venetia, 1571, cap. IX.

de Toscanelli ao cônego Fernão Martins, em 1474. Noutros mapas da primeira metade de Quinhentos, os nomes, quer de Antilhas, quer de Sete Cidades, aparecem para designar, como havemos de ver, terras continentais e mal conhecidas da América ou espaços inteiramente desconhecidos do Pacífico. O mito continua apenas o seu valor de hipótese cosmográfica, pré-figuração dum mundo mais vasto, de harmonia com mais vasta experiência e cultura náutica dos portuguêses (V. fig. nº XI).

A Antilha e as Sete Cidades assimiladas na mesma formação geográfica, não são mero produto da fantasia, mas representam, a nosso ver, o eco dos descobrimentos normandos na América do Norte, e da cristianização dos habitantes da Groenlândia, poetizado pela imaginação popular e visto à luz das concepções cosmográficas dos fins da Idade Média. [1] E, ainda que da lenda e da hipótese científica, revela um avanço sôbre a concepção de Ptolomeu, difundida pelo Cardeal d'Ailly, e retomada por Toscanelli, inspiradores de Colombo, pois, ao contrário desta, se prende a uma realidade geográfica e humana.

A Antilha e as Sete Cidades anunciam um Novo Mundo, sob a forma mítica da mesma sorte que o reino do *Preste João* disfarçava nas vestes lendárias o império cristão da Abissínia. Também as grandes realidades da formação territorial do Brasil foram precedidas por mitos geográficos, verdadeiros estímulos e planos de ação, que denunciam, por forma nova, as grandes qualidades do português, como povo construtor de Estado.

Ninguém como JULIO DE MESQUITA FILHO fêz justiça a essas qualidades. Segundo êle, "o tipo humano que a assombrosa epopéia

---

(1) Demoradas escavações arqueológicas, terminadas em 1921, levaram à conclusão de que a população cristã de origem normanda persistiu na Groenlândia, contràriamente ao que se pensava, até fins do século XV, durante o qual, pelo menos um dos seus portos foi visitado por uma navegação clandestina de caráter comercial. E dizemos clandestina, porque os reis da Noruega se reservavam o monopólio da navegação e do comércio com a Groenlândia. Nalgumas centenas de tumultos descobertos em Herjolfnes, na ponta sul-ocidental da Ilha, encontram-se indumentos em moda, durante o século XV, na Europa ocidental. Fato curioso: uma das peças descobertas tem a mesma forma e aparente contextura dos grandes barretes cônicos, com que se cobrem alguns dos personagens das tábuas de Nuno Gonçalves, aproximadamente de 1465. (Nordlund *Buried Norsemen at Herjolfenes-An archéological and historical study en Meddelelser am Gronland,* 1924, t. LXVII. A referência ao barrete e a respectiva fotografia podem ver-se à pág. 180-182. E é evidente que esta mesma difusão duma indústria do vestuário, supõe uma difusão correspondente, mas no sentido inverso, de conhecimentos geográficos. Pela permanência desta população se explica que Nicolau V, por um breve datado de 1448, se ocupasse das medidas necessárias para socorrer a Igreja da Groenlândia — prova também de que as notícias sôbre a existência duma população cristã naquela ilha durante o século XV, alcançaram vários países da Europa. Não é crível que os portuguêses, freqüentando com grande assiduidade o Mar do Norte, lugar de convergência duma navegação cosmopolita, e dotados, além disso, dêsse poder de ávida assimilação, que precede ou acompanha os movimentos de expansão, desconhecessem as notícias sôbre a existência da Groenlândia cristã, e das terras ocidentais que lhe são quase contíguas.

(dos portuguêses) cria, é idêntico a si mesmo, quer surja dos mares da Índia, da China e do Japão, quer emerja das sombrias florestas que das praias de S. Vicente galgam a serra do Mar para estender-se interminàvelmente pelo planalto central a dentro". E o sociólogo das bandeiras define como virtualidades expansionistas do português, o seu grande poder de adaptação biogenético, e, mais que tudo, "o instinto político que o levava em tôdas as latitudes a imprimir a seus feitos e gestos um cunho nìtidamente construtivo". [1]

Acrescentemos para terminar que, se os tupi-guarani emprestaram ao nomadismo a fôrça dum objetivo ideal, os portuguêses deram à sua expansão no mundo uma sanção e finalidade religiosa. Nêles, "a fé e o império", confundiram-se. Nêles um cristianismo franciscano, muito fraterno e muito português, fundia no mesmo amor a Natureza e os homens, todos os homens, de tôdas as raças. Nem supomos destituído de significação profunda que, durante a época da expansão portuguêsa por mar, desde os alvores de Quatrocentos, o culto específico e absorvente do povo português tenha sido o do Espírito-Santo, do fogo divino que acende o proselitismo dos apóstolos, e sob a forma da investidura popular do *Império*.

Querem etnólogos modernos que o *hybridvigor*, o revigoramento pela mestiçagem, se dê entre os povos que possuem "harmonia racial". Os portuguêses diferiam muito dos índios, exceto na base vital e orgânica da mobilidade intensa e do sentido do espaço. Formados na exploração do planêta, haviam sublimado o sentido de orientação dos primitivos; e, quando se uniram a êstes pelo sangue, deram à cultura sábia a fôrça irresistível dos instintos.

Tudo poderá encerrar-se nesta síntese: o êxito de certos cruzamentos no Brasil, como no caso típico do bandeirante paulista, assenta neste fato: portuguêses e tupis acertavam o passo.

---

(1) Julio de Mesquita Filho, *Ensaios Sul-americanos*, S. Paulo, 1946, pág. 143-44.

II PARTE

AS GRANDES ESCOLAS CARTOGRÁFICAS DO OCIDENTE

A feição muito particular desta obra exige que nos ocupemos, com alguma demora, da história e caracteres das principais escolas cartográficas do Ocidente, ligadas com a história do Brasil. E antes de nenhuma outra, a portuguêsa. Nascida das escolas catalã e italiana da Idade Média, essencialmente mediterrâneas, a escola portuguêsa de cartografia foi o fruto de experiências oceânicas e, por conseqüência, diversas e mais vastas; e influiu, por sua vez, nas demais escolas das nações do Ocidente. Torna-se, pois, necessário esboçar antes o processo de formação e influências da arte náutica portuguêsa, de que a cartografia é corolário.

Criado o tipo de barco próprio para os Descobrimentos, — a caravela — e engolfados os navegantes no mar ou distanciados dos portos de largada em terras longínquas, tiveram que resolver um problema nôvo e instante: determinar cientìficamente a posição dum navio em pleno mar ou a do lugar de arribada para o fixar no mapa.

Os grandes e continuados espaços líquidos que lhes ficavam de permeio, após uma longa viagem, impossibilitavam os processos comuns de mensuração pelos padrões lineares, a milha e a légua, e obrigaram os navegantes a recorrer ao método ptolomaico de relacionar a terra com a posição dos astros, para assim obter a latitude e a longitude das novas costas descobertas, medidas em graus de círculo. A seguir restava ainda calcular o valor do grau em milhas ou em léguas.

Os portuguêses, a quem êsses problemas se apresentaram, durante o correr da primeira metade do século de Quatrocentos, recorreram então ao astrolábio e ao quadrante, que utilizaram primeiro em terra, depois a bordo, para observar as latitudes. Graças a êsse nôvo método, puderam realizar as primeiras navegações de alto-mar, longe das costas, sem o perigo de se perderem, e também fixar nas cartas de marear a posição das novas terras descobertas, em relação ao Equador.

No mundo ocidental, banhado pelo Atlântico, e cujas costas se desenvolvem no sentido de norte a sul, e, por conseqüência, em latitude, e cujos espaços marítimos intermédios, na direção leste-oeste, não podem comparar-se em extensão aos dos outros oceanos, êste passo era o primeiro em importância.

O problema da longitude só veio a tornar-se agudo, após o descobrimento das terras americanas e das dificuldades políticas criadas pelo Tratado de Tordesilhas. Tratava-se de marcar com segurança os limites da esfera de soberania de cada uma das duas nações ibéricas; e defender, em certos casos, a posse de territórios de pequena extensão, como as ilhas Molucas, mas duma grande importância pelo valor dos seus produtos. Só um método científico para determinar a longitude poderia resolver êsses problemas; e foi por isso que a procura da solução respectiva entrou em plena atividade, durante e após a viagem de Magalhães.

Até 1912, supunha-se que os métodos astronômicos e o uso do astrolábio para o cálculo das latitudes se devia à ciência alemã e a Martin Behaim, que os introduzira em Portugal. Ora, naquele ano, Joaquim Bensaúde publicava o seu livro *L'Astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, seguido em 1921 por *A arte de navegação dos portuguêses*, de Luciano Pereira da Silva, obras que destruíram completamente aquela velha opinião, que perdurava à sombra do nome tão prestigioso de Humboldt.

Para fazer o cálculo das latitudes os portuguêses começaram por utilizar a estrêla polar. Havia séculos, sabe-se hoje, que o uso do astrolábio fôra divulgado pelos árabes, para êsse fim, na Península ibérica; e nós próprios descobrimos uma obra de tema astronômico, em português, da primeira metade do século XIV, em que se encontra uma definição de latitude, que implica o uso do astrolábio, e uma lista de latitudes, entre as quais, as de Lisboa, Santarém e Coimbra. (1)

O mérito do Infante D. Henrique e dos seus colaboradores foi, sim, o de adaptar às necessidades da navegação um instrumento e uma técnica, já antes conhecidos dos astrólogos árabes e judeus, peninsulares.

Contudo, a estrêla polar, só visível de noite e por céu claro, oculta-se no hemisfério austral; e o Cruzeiro do Sul, de observação mais difícil, não a podia substituir. Quando os portuguêses atravessaram o Equador, tornou-se mais sensível, como é lógico, a necessidade de encontrar um nôvo método para observar as latitudes, quer de noite, quer de dia, e em qualquer região do globo. Foi durante o reinado de D. João II, isto é, quando as explorações para além do Equador tomaram maior importância, que se descobriu em Portugal, graças aos esforços do soberano, e se começou a empregar nas

---

(1) V. J. CORTESÃO, *Influência dos Descobrimentos portuguêses na História da Civilização*, *in* «História de Portugal», edição monumental, sob a direção de Damião Peres, t. IV, Barcelos, 1932, pág. 196-205.

viagens marítimas, o processo de cálculo da latitude por meio da altura do sol ao meio-dia, com o qual se resolveu êsse problema. (V. fig. nº XII).

Obtida a altura meridiana do sol, era ainda necessário conhecer a sua declinação para poder calcular a latitude do lugar de observação. E, como o valor da declinação do sol para cada dia pode ser calculado antecipadamente, tratou-se de construir tábuas de declinação do sol para uso dos marinheiros. Supôs-se durante muito tempo que fôra Behaim que fizera conhecer aos conselheiros técnicos de D. João II as tábuas de declinação de Regiomontano, assim como se lhe devia a introdução do astrolábio para medir a altura do sol. CLERC-RAMPAL, reproduzindo esta versão, comentou: "Êste progresso marca uma época na história da navegação. Finalmente, os marinheiros possuíam um guia seguro e válido para um e outro hemisfério, e que lhes dava, combinado com a bússola, a segurança de jamais se perderem". (1)

Por seu lado, os historiadores alemães, desde Humboldt, reivindicavam para a sua pátria a glória de ter dado a indispensável base científica às navegações, na época dos grandes Descobrimentos.

Joaquim Bensaúde destruiu essa lenda. A obra, que citamos, baseia-se principalmente no *Regimento do Astrolábio*, impresso no comêço do século XVI, e de que existe um exemplar único na Biblioteca de Munique. Trata-se dum verdadeiro manual de ciência náutica para uso dos marinheiros portuguêses. Além do regimento da estrêla polar, contém igualmente o regimento para observar a latitude pela altura do sol ao meio-dia, redigido pelos técnicos portuguêses, a pedido de D. João II. Pela análise das tábuas de declinação que acompanham êsse regimento, chegou-se à inabalável conclusão de que elas provinham, não de qualquer obra de Regiomontano, mas do *Almanach Perpetuum* (1473-78) do judeu espanhol ABRAÃO ZACUTO, que vivera em Portugal desde 1492. Sabe-se hoje que a redação do *Regimento do Astrolábio* é anterior ao ano de 1485, durante o qual se organizou uma expedição especial às costas da Guiné, para calcular as latitudes por êsse método, e provàvelmente anterior ao ano de 1483, porque nessa data era utilizado por Colombo a bordo de navios portuguêses da carreira da Guiné. O método de observar as latitudes pela altura do sol ao meio-dia dá-nos a verdadeira chave de todos os grandes descobrimentos desde o fim do século XV; e foi êle também que permitiu

---

(1) CLERC-RAMPAL, *L'évolution des méthodes et des instruments de navigation* in «Revue maritime», Paris, 1921.

traçar o contôrno geral das terras descobertas. Com razão, pois, CLERC-RAMPAL faz começar com êsse método aquilo a que chamou o *período astronômico* da navegação, que se prolonga até ao século XX; e que os alemães, desde Humboldt, lhe atribuem o impulso definitivo, dado posteriormente a tôdas as grandes navegações.

As nossas investigações levam-nos à conclusão de que a expansão posterior das demais nações se baseia, de forma direta ou indireta, sôbre o conjunto das experiências, conhecimentos e técnicas, que acabamos de mencionar.

A prioridade dos portuguêses na criação da navegação astronômica está hoje definitivamente estabelecida. O eminente historiador da geografia, LUCIEN GALLOIS, escreveu, a propósito do livro de Joaquim Bensaúde, "*L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes:* "Vemos hoje com evidência que foi em Portugal que se praticaram, pela primeira vez no Ocidente, os processos de direção do navio pela observação dos astros, sem os quais teria sido impossível empreender expedições tão aventurosas. De Portugal passaram para a Espanha. Na sua "*Summa de Geographia*" (1519), Fernandez Enciso copia passagens inteiras do *Regimento de Munich* (manual português de arte náutica para uso de pilotos). Um pilôto português, Francisco Faleiro, escreve para uso dos espanhóis o mais importante tratado de navegação até então aparecido, o *Tratado del Esphera e del arte de navegar* (1535). Essas duas obras contêm naturalmente tábuas de declinação do sol; podemos acrescentar que êsses processos passaram também para a França, pois que a "*Cosmographie*", de Alphonse de Saintonge (1544), que não passa duma adaptação da obra de Enciso, reproduz as tábuas, calculadas para o ciclo de quatro anos do *Regimento* (português) de Évora.(1)

A isto devemos acrescentar algumas considerações que se nos afiguram de importância e fazer igualmente uma retificação. Os espanhóis não foram os únicos a tirar proveito da ciência portuguêsa. Sôbre navios portuguêses, que faziam a viagem da Guiné, experimentou Colombo pela primeira vez, como se depreende das suas próprias notas, o cálculo da latitude pela altura meridiana do Sol. Numa das suas numerosas anotações manuscritas, à margem dos livros que ia lendo, escreveu: "Muitas vêzes navegando de Lisboa na direção do Sul, para a Guiné, tracei cuidadosamente a rota percorrida, como é de uso entre pilotos e marinheiros. Além

---

(1) L. GALLOIS, *Les Portugais et l'Astronomie nautique à l'Epoque des grandes découvertes*, in «Annales de géographie», julho de 1914.

disso, muitas vêzes tomei a altura do Sol com o quadrante e outros instrumentos e achei que os resultados concordavam com os de Alfrangano, isto é, que a cada grau correspondem 56 2/3 milhas . . ." [1]

Desta nota duas conclusões podem tirar-se: a importância das navegações portuguêsas na formação náutica de Colombo; e a sua modesta sabedoria de aprendiz, pois calculava o grau terrestre em 56 2/3 milhas, errando por mais de 27 quilômetros, ao passo que Duarte Pacheco, seu contemporâneo, lhe atribuía o valor de 18 léguas marítimas, ou sejam 72 milhas, apenas com êrro de 4 quilômetros e meio [2].

Foi também sem dúvida sôbre navios portuguêses — e aqui o fato interessa muito a esta obra — que Vespúcio aprendeu os métodos científicos de navegação, que introduziu depois em Castela, quando foi nomeado Pilôto-Mor dêsse país. Nada mais instrutivo, para se averiguar do estado da ciência náutica em Espanha, do que os têrmos dessa nomeação, feita a 6 de agôsto de 1508 pela rainha D. Joana. Da carta respectiva se conclui irrefragàvelmente que todos os pilotos espanhóis dêsse tempo ignoravam os métodos de navegação astronômica, e que as suas cartas de marear sofriam, como conseqüência, dessa desastrosa ignorância. [3]

---

(1) O texto desta nota em latim pode ler-se em *Raccolta di documenti e studi (Colombiana)*, Parte I, vol. III, Série C, nº 490.

(2) V. LUCIANO PEREIRA DA SILVA, *A arte de navegar dos portuguêses*, em *História da Colonização do Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias, t. I, Pôrto, 1922.

(3) Transcrevemos aqui as palavras da Rainha, tão eloqüentes se nos afiguram para ilustrar a prioridade e a influência náutica portuguêsa na Península e pôr de aviso os leitores sôbre a genuidade histórica de certos e decantados descobrimentos dos espanhóis: «Por cuanto a nuestra noticia es venido y por experiencia habemos visto que por no ser los pilotos tan espertos como seria menester, ni tan instrutos en lo que deben saber que les baste para regir y gobernar los navios que navegan en los viajes que se hacen por el mar Océano, à las nuestras islas y tierra firme, que tenemos en la parte de las Indias, y por defecto dellos *y de no saber como se han de regir y gobernar y de no tener fundamento para saber tomar por el cuadrante y astrolabio el altura ni saber la cuenta dello les han acaecido muchos yerros*, y las gentes que debajo de su gobernacion navegan han pasado mucho peligro de que nuestro Señor ha sido deservido, y en nuestra hacienda y de los mercadores que alla contratan se ha recebido mucho daño y perdida; y por remediar lo susodicho y porque es necesario que asi para la dicha navegacion, como para otras navegaciones, que con ayuda de nuestro Señor, esperamos hacer para descobrir otras tierras, es necesario que haya personas mas espertas y mejor fundadas y que sepan las cosas necesarias para las tales navegaciones, y los que debajo dellos fueren puedan ir mas seguramente, es nuestra merced y voluntad, y *mandamos que todos los pilotos de nuestros reinos y señorios*, que agora son o seran de aqui adelante, que quisieren ir por pilotos en la dicha navegacion de las dichas islas y tierra firme, que tenemos a la parte de las Indias, y otras partes en el mar Océano, *sean instruidos y sepan lo que es necesario de saber en el cuadrante y astrolabio, para que junta la pratica con la teoria* se puedan aprovechar dello en los dichos viajes que hicieren en las dichas partes, y que sin lo saber no puedan ir en los dichos navios por pilotos, ni ganar soldadas por pillotage ni los mercadores se puedan concertar con ellos para que sean los pilotos, ni los maestros los puedan recebir en los navios sin que primero sean examinados por vos Americo Vespucci, nuestro piloto mayor y le sea dada por vos carta de examina-

Dêste extraordinário documento se infere que, em 1508, ainda os pilotos espanhóis ignoravam total, ou quase totalmente, os métodos astronômicos de navegação, em que os portuguêses já eram mestres; e que as suas cartas, em virtude de tal ignorância, diferiam muito umas das outras. Aliás, de pouco lhes valeram os ensinamentos de Vespúcio, cujo cabedal científico, na matéria, era bastante reduzido. O pilôto-mor pouco viveu após a sua nomeação. Por sua morte, em 1510, foi nomeado para ocupar êsse cargo, e malgrado a repugnância em admitir estrangeiros, e sobretudo portuguêses, em tais serviços, o português João Dias de Solis. E até meados do século XVI, a Espanha permaneceu tributária da ciência náutica portuguêsa, em comandantes de expedições, pilotos, cartógrafos e cosmógrafos, embora também na primeira metade dêsse mesmo século apareçam, com freqüência, nomes de navegantes portuguêses na história das grandes emprêsas castelhanas.

Pelo que respeita à difusão em França da ciência náutica dos portuguêses, as nossas investigações permitem-nos acrescentar alguns informes às averiguações de Gallois. Muito anterior à obra de João Afonso de Saintonge, deparamos uma tradução do Regimento português para tomar a altura do sol ao meio-dia, acompanhado das tábuas de declinação do Regimento de Munique, no *Routier* de Antoine de Conflans (1522), manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris. Enquanto que o manuscrito da *Cosmographie*, de Saintonge (1544), adaptação da obra de Enciso, contém apenas rudimentos muito breves de ciência náutica, o manuscrito chamado de Rouen (1545-48), também da Biblioteca Nacional de Paris, abrange a maior parte dos regimentos portuguêses, literalmente

cion y aprobacion de como saben cada uno dellos lo susodicho... E asi mesmo nos he fecha relacion que hay muchos padrones de cartas de diversos maestros que han puesto y asentado las tierras y islas de las Indias a Nos pertenescientes, que por nuestro mandado nuevamente han sido, descubiertas, los cuales están entre si muy diferentes los unos de los otros, asi en la derrota, como en el asentimiento de las tierras, lo cual puede causar muchos inconvenientes; y porque haya orden en todo, es nuestra merced y mandamos que se haga un padron general; y porque se haga mas cierto, mandamos a los nuestros oficiales de la casa de la Contrataction de Sevilla, que hagan juntar todos nuestros pilotos, los mas habiles que se hallaren en la tierra a la sason y en presencia de vos, el dicho Americo Vespucci, nuestro piloto mayor, se ordene se haga un padron de todas las tierras y islas de las Indias que hasta hoy se han descubierto pertenescientes a los nuestros reinos y señorios, y sobre las razones y consulta dellos, y al acuerdo de vos, el dicho nuestro piloto mayor, se haga un padron general, el cual se llame el *Padron Real*, por el cual todos los pilotos se hayan de regir y gobernar... *Otrosi mandamos que ninguno de los nuestros pilotos que navegaren por el mar Océano, de aqui adelante no vayan sin su cuadrante o astrolabio y el regimento para ello*, sopena que el que lo contrario hiciere sea inhabil para usar el dicho oficio por tanto tiempo cuanto nuestra merced fuere y no lo puedan tornar a usar sin nuestra especial licencia...»

Esta carta, cujo manuscrito existe no Arquivo de Simancas, foi várias vêzes publicada, v.g. por Varnhagen em *Le premier voyage de Americo Vespucci*, Viena, 1869, Apendice 2, doc. nº 9. Mas até hoje poucos têm refletido nos seus eloqüentes dizeres.

traduzidos, com algumas notas e desenvolvimentos, que o tornam fonte preciosa para o estudo da ciência náutica portuguêsa. Acrescentemos ainda que Jean Parmentier, na Relação da sua viagem às Índias, em 1522, em que foi acompanhado por um intérprete português, se refere à operação de tomar a altura do sol, "com as declinações dos portuguêses", segundo as suas próprias palavras.

Podemos, pois, afirmar que a penetração dos conhecimentos náuticos dos portuguêses em França foi muito mais rápida e completa do que supôs Gallois. Contudo, a sua difusão neste país não se fêz apenas por meio dos manuscritos particulares e de pilôto a pilôto, mas também pela tradução de obra clássica, devida ao pilôto espanhol Pedro de Medina. Do seu tratado *Arte de Navegar* (1545), afirma o autor no prólogo ser o primeiro livro impresso dêsse gênero; mas, acrescentamos nós, com mais verdade, o primeiro que teve uma larga difusão na Europa. Com efeito, êsse manual foi traduzido em francês, em inglês, em italiano e em alemão; mas, não obstante aquela afirmação de MEDINA, LUCIANO PEREIRA DA SILVA demonstrou que os métodos de navegação expostos no seu livro são todos de origem portuguêsa e que o autor utilizou sobretudo a obra anterior e impressa, o *Tratado del Esphera y del arte de Navegar* (1535) do pilôto português Francisco Faleiro, ao serviço de Espanha desde 1518 (1).

A *Arte de Navegar* foi traduzida para o francês em 1553, por Nicolas Nicolai, geógrafo e cosmógrafo de Henrique II, para servir de guia aos navios francêses, conforme a declaração do tradutor, na sua dedicatória ao rei. Completando as indicações bibliográficas de Brunet com a nota de algumas edições, que encontramos na Biblioteca Nacional de Paris, chegamos à conclusão de que êsse livro teve em França, desde 1553 até 1628, pelo menos nove edições. Conhecem-se igualmente do mesmo livro três edições italianas, duas edições inglêsas e uma alemã.

Todavia, na Inglaterra, a difusão da ciência náutica portuguêsa fêz-se pelo *Breve Compendio del Sphera y del Arte de Navegar* (1551) do espanhol Martin Cortes, o qual, como Joaquim Bensaúde observou, copiou também os regimentos portuguêses. (2)

Traduzido, em 1571, por Richard Eden, esta obra alcançou em Inglaterra, conforme tivemos ocasião de verificar, dez edições até ao ano de 1609. Um dos primeiros autôres inglêses que se ocupou dos problemas da ciência náutica, William Bourne, apro-

(1) LUCIANO PEREIRA DA SILVA, o *Regimiento de Navegacion*, in «Boletim da Biblioteca da Universidade, vol. VII, Coimbra, 1924.

(2) JOAQUIM BENSAUDE, *L'Astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, Berne, 1912, págs. 138. 142-164.

veitou-se largamente da obra de Cortes, que, aliás, cita com freqüência. Foi-nos possível estudar, no British Museum, a obra de Bourne, *A Regiment for the Sea*, na sua primeira edição (1573), muito rara, e constatamos, com efeito, que ela reproduz, através dos ensinamentos de Cortes, os métodos e conhecimentos náuticos dos portuguêses.

A obra de Bourne que foi, ao lado do manual de Cortes, um dos livros que serviram à instrução da marinha inglêsa, teve, desde 1573 até 1643, pelo menos sete edições.

Ao lado de Bourne, devemos citar o nome do célebre matemático e astrólogo inglês, John Dee (1527-1607), o qual, durante a segunda metade do século XVI, se ocupou igualmente dos problemas científicos da navegação. É sabido que John Dee foi uma espécie de conselheiro técnico na preparação de muitas explorações marítimas, organizadas no seu tempo. Eis o que, a tal propósito, informa o professor Taylor: "Sabemos que, no seu regresso do continente, em 1551, êle se tornou íntimo dos filhos e do genro do duque de Northumberland e que ajudou Richard Chancellor (escolhido como pilôto-mor para a primeira viagem ao Ártico) a preparar os necessários instrumentos e tábuas náuticas. Ora, é preciso notar que John Dee, devido as circunstâncias que nos são inteiramente desconhecidas, havia travado íntimas relações de amizade com o grande português, seu contemporâneo, Pedro Nunes, e através da sua carreira de conselheiro junto duma longa série de exploradores inglêses, constatamos que êle seguiu os princípios estabelecidos nas grandes obras sôbre ciência náutica, de Pedro Nunes. Três dêsses livros — *De Erratis Orontii, De Crepusculis*, e *De Navigatione*, encontravam-se na biblioteca de John Dee; e é bem possível que o quadrante de cinco pés e a balestilha de dez pés, fôssem graduados segundo o princípio de Pedro Nunes..." [1]

A difusão dos manuais de Medina e de Cortes e, com êles, da ciência náutica portuguêsa, alcançou também a Holanda, favorecida, neste caso, pelo domínio espanhol nesse país. Contudo, o veículo mais certo de difusão dêsses conhecimentos nos Países-Baixos, foi a obra de Jan Huyghen van Linschoten — *Itinerario. Voyagie naar Oost ofte Portugaels Indien*, publicado em 1596, em flamengo; em inglês, em 1598; em tradução latina, em 1599; e em francesa, em 1610, o qual continha igualmente, com um regimento da altura do sol ao meio-dia, os elementos essenciais da ciência náutica portuguêsa. Êsse livro teve, como se pode calcular, uma influência que foi além da pátria do seu autor.

(1) Prof. G. Q. R. Taylor, *The english debt to Portuguese nautical science in the 16th century*, comunicação apresentada ao I Congresso de História da Expansão Portuguêsa no Mundo, Lisboa, 1938, pág. 3.

Com efeito, foi enorme o papel que a coletânea de Linschoten desempenhou na formação náutica dos grandes povos colonizadores, enquanto não começaram a publicar-se originais portuguêses mais atualizados. No *Itinerario* reuniam-se, com os regimentos, os roteiros de quase todos os mares, muitos mapas geográficos e listas de latitudes, um conjunto precioso de noções de ciência náutica e hidrografia em todos os oceanos e de geografia matemática do planêta.

O alemão Gerhard Schott, um dos maiores, senão a maior autoridade contemporânea, no que respeita à geografia física do Atlântico, faz ressair a importância do livro de Linschoten, afirmando que, durante um século, *êle foi a única obra que serviu de guia aos marinheiros nas suas viagens ao Oriente.* ([1])

Contudo cala o fato essencial para a história da geografia, ou seja a origem portuguêsa de todos êsses conhecimentos, forma discreta de anexar o esfôrço lusitano ao "espaço vital" da cultura germânica.

Aliás, a importância, atribuída por Schott ao *Itinerário* de Linschoten durante o século XVII, é um tanto exagerada. Desde os começos dêsse século que os roteiros portuguêses, em maior número e muito atualizados, começaram a ser publicados pelos próprios roteiristas portuguêses e logo traduzidos para línguas estrangeiras. É o que sucedeu, por exemplo, com a *Hidrographia* de Manuel de Figueiredo, acompanhada de *Roteiros de Portugal para a Índia e Malaca segundo Vicente Rodrigues, pilôto-mor e agora novamente pelos pilotos modernos. Com mais os Roteiros do Brasil, Rio da Prata, Guiné, S. Tomé e Angola, Índias,* que foram publicados sucessivamente em 1608, 1614, 1625 e 1632. Com efeito, êsse livro foi traduzido para o francês por Nicolas le Bon e, pelo menos — o que para nosso caso assume notável importância, em holandês, na parte relativa ao Brasil. ([2])

Também na obra célebre de Thévenot, *Relation de divers voyages curieux,* editada sucessivamente em 1663, 1664 e 1696, figuram além das descrições de viagens pròpriamente ditas, alguns roteiros portuguêses, como os de Vicente Rodrigues e Aleixo da Mota, e algumas notáveis cartas geográficas de João Teixeira Albernaz. E o próprio tradutor proclama no prefácio da sua cole-

---

(1) G. Schott, *Geographie des Atlantischen Ozeans,* Hamburg, 1926, pág. 22.

(2) A primeira dessas versões tem por titulo *Hydrographie ou Examen traduit de Portugais en Français et augmenté para Nicolas le Bon de Dieppe.* (sem designação do local e ano de impressão, mas da primeira metade do século XVII). Da segunda, vimos cópia fotográfica de exemplar raríssimo, na biblioteca do nosso amigo o Ministro Ruy Ribeiro do Couto.

tânea, dirigindo-se ao Rei e falando dos navegadores franceses: "êles encontrarão nos roteiros e nas cartas dos portuguêses tudo o que cêrca de dois séculos de navegações e muitos naufrágios lhes ensinaram para traçar sôbre o mar a rota dum tão longo caminho".

A ciência náutica dos portuguêses, como é de razão, explica as transformações e desenvolvimentos da ciência e arte cartográficas durante a segunda metade do século XV e primeira do seguinte, e os enormes progressos da representação do globo, na época dos grandes Descobrimentos e nos séculos que se lhe seguem.

Na verdade, durante essa época, dá-se uma verdadeira revolução na ciência e na arte cartográfica. Na ciência, pela introdução das latitudes observadas, do meridiano graduado nas cartas e do cálculo do valor do grau terrestre, o que permite uma representação muito mais exata da superfície do planêta. Na arte, pela formação e generalização daquilo a que chamaremos o *estilo naturalista*.

Desgraçadamente não possuímos os monumentos indispensáveis da cartografia portuguêsa de Quatrocentos, para traçar completamente a linha dessa evolução. A única carta portuguêsa do século XV, que nos é conhecida, e que deve datar de c. 1471, ainda não apresenta o meridiano graduado, o que, todavia, não permite afirmar que não existissem a essa data cartas medidas em graus terrestres. Malgrado essa carência, o desenho da costa da África, desde o estreito de Gibraltar até ao Rio do Lago, no fundo do Gôlfo da Guiné, com os arquipélagos dos Açôres, Madeira, Canárias e Cabo Verde, bastante bem situados, revela já uma extraordinária mestria cartográfica. (1)

Aquela própria correção de traçado e posições faz supor que seja o fruto da navegação pelos métodos astronômicos. Mas, de qualquer sorte, desde os começos do século XVI, tôda a cartografia portuguêsa se compõe essencialmente de cartas de marear referidas a um meridiano graduado e esboçando progressivamente os contornos litorâneos do globo.

Como as antigas cartas catalãs e italianas continham, por via de regra, uma escala de milhas, graduado que foi um meridiano em 360º, era necessário calcular o valor do grau terrestre para ajustar os dois elementos da medição. Os portuguêses, cujas viagens eram oceânicas e de longo curso, adotaram, em vez da milha, a légua, igual a quatro milhas, e pròximamente equivalente aos seis quilômetros de hoje. E em léguas calcularam com grande exatidão o

---

(1) Êste notável monumento cartográfico foi publicado, em excelente reprodução, acompanhada dum estudo por A. Fontoura da Costa, em *Uma carta náutica portuguêsa anônima de c. 1471*, Lisboa, 1940.

valor do grau. O mais aproximado dos valores atribuídos ao grau, durante a época dos grandes Descobrimentos, foi, como dissemos, o de Duarte Pacheco, que o avaliava em 18 léguas; mas a maioria dos navegantes portuguêses reduziam-no na prática a 17,5 léguas. A carta de c. 1471, embora não contenha meridiano graduado tem duas escalas de léguas; e concluiu Fontoura da Costa que elas eram de 17,5 ao grau.

A introdução do meridiano graduado representa, na opinião geral, a maior inovação da arte da cartografia dos séculos XV e XVI. E ainda no primeiro quartel do século de Quinhentos, cartógrafos portuguêses, como os Reineis, ensaiaram as primeiras cartas com paralelos graduados. (1)

Por sua vez, o primeiro documento cartográfico sôbre os grandes descobrimentos no Atlântico e no Índico, que nos seja conhecido, e em que apareça o Equador graduado, é uma carta portuguêsa existente na Biblioteca de Munique, de c. 1519, pois se liga evidentemente com o problema da posição do arquipélago das Molucas, e nela não figura ainda nenhum dos resultados tão notáveis da primeira circunavegação do globo. (V. fig. nº XIII). O extraordinário interêsse desta carta deriva precisamente dêsse fato: representa a base científica essencial, e já com grande aproximação, sob que assentou a emprêsa de Magalhães. (2)

A divisão da carta pelos dois círculos máximos e a mensuração do globo permitiram desde então as primeiras tentativas de representação científica dos contornos gerais do planêta, iniciada com a viagem do português Fernão de Magalhães.

Não ficaram por aqui as inovações introduzidas pelos portuguêses na cartografia. Pedro Nunes, cujo nônio encontrou aplicação, pelo menos durante o século XVIII, nos instrumentos de navegação por métodos astronômicos, preparou também, muito pròvàvelmente com a sua teoria da loxodromia, publicada em 1537, a chamada projeção de Mercator, empregada pela primeira vez, em 1569, por aquêle cartógrafo holandês. Pelo menos a Pedro Nunes cabe a primazia na resolução do problema, ainda que sem aplicação direta à cartografia. (3)

---

(1) V. JEAN DÉNUCÉ, *Les origines de la cartographie portugaise et les cartes de Reinel*, Gand, 1908, pág. 110.

(2) É conhecida geralmente por carta *Kunstmann IV* e atribuida a Jorge Reinel por Armando Cortesão, que a publica com o nº V no II volume de «*Cartografia e cartógrafos portuguêses dos séculos XV e XVI*».

(3) V. LUCIANO PEREIRA DA SILVA, *A arte de navegar dos portuguêses*, in «*História da colonização portuguêsa no Brasil*», t. I.

Muitas cartas geográficas portuguêsas do século XVI, como o célebre atlas de Lopo Homem, de 1519, cimélio da Biblioteca Nacional de Paris, são obras primas de estilo cartográfico e artístico. Quais as características dêsse estilo? Recentemente dois historiadores da cartografia, o belga D. Gernez e o alemão Winter ocuparam-se do novo estilo cartográfico, criado pelos portuguêses e, em seguida, generalizado a tôda a cartografia; e procuraram defini-lo. (1)

Observa Gernez que, "enquanto os grandes cartógrafos italianos do século XV desenhavam as costas por forma esquemática, em arcos de círculo, apresentando, com freqüência, um corte, correspondente à foz dum rio, os portuguêses chegaram a dar ao desenho do litoral um traçado mais conforme ao verdadeiro traçado das costas". Melhoria igual se observa, a seu ver, na representação da foz dos rios. Por forma geral, pode dizer-se que, "o traçado da costa se tornou mais conforme com a natureza".

Winter observa, de seu lado, que os portuguêses introduziram, como inovações estilísticas, a margem larga em forma de fita ou de várias linhas paralelas circundando a carta; a demarcação das costas marítimas acompanhadas por uma linha colorida, e de alguns acidentes, coloridos por outra forma; e, sobretudo, a rosa-dos-ventos, com a flor-de-lis, apontando para o norte, símbolo "que, após uma longa resistência, é adotado também pelos italianos, no século XVI e, finalmente, por todos os povos até hoje".

Mais interessante é a observação de Gernez de que "sôbre as cartas costeiras portuguêsas de grande escala, se nota uma particularidade destinada a facilitar a faina do marinheiro: *a vista da costa, tal como se vê do largo é desenhada sôbre a carta, coincidindo a base do desenho com a da linha litorânea*". Supõe Gernez que os primeiros planos costeiros, conhecidos até à data, pertencem aos roteiros de D. João de Castro. Mas Armando Cortesão publicou, em 1939, algumas notabilíssimas vistas das costas das ilhas das Flôres, Solor e Sumbava, no arquipélago Malaio, executadas pelo pilôto Francisco Rodrigues, durante a viagem do descobrimento das Molucas, levado a cabo por Antônio de Abreu, em 1512, por conseqüência com grande anterioridade a D. João de Castro. Uma dessas vistas, da ilha das Flôres, possui um singular valor artístico, pois representa uma forma sintética de reproduzir

---

(1) D. GERNEZ, *Importance de l'oeuvre hydrographique et de l'oeuvre cartographique des Portugais au XVe et au XVIe Siècles;* Heinrich Winter, *Die portugiesischen Karten der Entdeckungszeit, insbesondere die deutschen Stücke,* em *Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de História dos Descobrimentos e Colonização,* t. I, seção I: *Descobrimentos marítimos,* Lisboa, 1940, págs. 483 a 536.

a opulenta natureza da ilha com estranho sabor modernista. Outras dessas vistas reproduzem silhuetas de indígenas, suas moradas, um templo cercado por uma paliçada, cenas de caça, etc. (1)

Observe-se que nenhuma dessas vistas obedece ao mesmo tipo. Antes foram desenhadas, com livre intenção realista e alheias a qualquer padrão, o que nos convence de que Francisco Rodrigues estava em plena fase de criação duma nova forma e estilo cartográfico, a que poderemos, pelas razões aludidas, chamar de *estilo naturalista*. Acrescenta Gernez que êsse modo de representação foi adotado mais tarde pelos neerlandeses, espanhóis e inglêses.

Nós diremos mais latamente que êle está na base dos livros de vistas de costas, que acompanham as *Instruções Náuticas* dos serviços hidrográficos de vários países; e que, antes de chegar às admiráveis vistas panorâmicas das cartas holandesas do século XVII, atravessou por uma larga evolução na cartografia portuguêsa, marcada sucessivamente por Francisco Rodrigues, D. João de Castro, Luís Teixeira e por seu filho João Teixeira.

Por outro lado, como observa Winter, os portuguêses são os primeiros a renunciar aos desenhos decorativos que enxameavam no interior das cartas, italianas, catalãs e francesas, — efígies de soberanos, palácios, animais, legendas descritivas, despojando-as do caráter subjetivo, para as transformar em documento objetivo. Nós diremos antes, que, os portuguêses foram os primeiros que tentaram passar da arte à ciência cartográfica, antecipando-se dessa forma à cartografia francesa do século XVIII.

Tanto Gernez como Winter chamam ainda a atenção para o fato de que os portuguêses introduziram igualmente o conceito do meridiano inclinado e da rosa-dos-ventos inclinada, para indicar o desvio magnético, quando êle é tão grande, como sucede nas costas da Terra Nova e do Labrador.

Não obstante esta profunda renovação da ciência na arte cartográfica, erraríamos se encarássemos as cartas portuguêsas dos séculos XVI e XVII, como documentos estritamente científicos e traçados com perfeita boa-fé. Pelo contrário: há sempre que estudá-los com a certeza de que êles obedecem, com freqüência, a propósitos, quer escondendo o conhecimento de territórios de soberania duvidosa, quer viciando as respectivas coordenadas, para incluir

(1) ARMANDO CORTESÃO, *O descobrimento da Australásia*, em *História da Expansão portuguêsa no Mundo*, Lisboa, t. II, 1939. Mais tarde o autor reproduziu um número maior dessas vistas, isoladamente ou em conjunto panorâmico, acompanhadas de minuciosas descrições e comentários, em *The suma Oriental of Tomé Pires and the book of Francisco Rodrigues*, 2 tomos, Londres, 1944.

determinadas regiões no hemisfério atribuído aos portuguêses pelo Tratado de Tordesilhas. Assim, umas vêzes as cartas pecam por carência, outras por deturpações propositadas, e nos dois casos com propósito político.

Dêsses dois vícios é exemplo típico a carta portuguêsa anônima de 1502, incorretamente chamada de Cantino, a que adiante havemos de referir-nos mais de espaço, e a quase totalidade das cartas portuguêsas do Brasil até aos meados do século XVIII. Acrescente-se desde já que de vício igual, e com os mesmos objetivos, sofre a cartografia espanhola, do que é caso típico o atlas de Lopez de Velasco, de c. 1574.

Malgrado êstes senões, as cartas portuguêsas do século de Quinhentos e seguintes constituem um *Corpus* documental de primeira ordem, até hoje muito pouco explorado, no estudo do descobrimento dos litorais e do interior da América do Sul, quer como peças únicas e essenciais, quer acessórias. No primeiro dêstes casos está a carta de Lopo Homem, de 1519, cuja análise, como veremos, revela explorações desconhecidas, por exemplo, no delta amazônico, e ignoradas tentativas de colonização, como na região do Rio de Janeiro.

Outra prevenção deve acompanhar o estudo das cartas quinhentistas e muito mais das que podem datar-se do princípio do século: o seu caráter, por assim dizer, caricatural. De propósito visitamos uma determinada região do litoral brasileiro, acompanhado das primeiras cartas respectivas, para nos darmos conta do processo gradual da sua representação. Podemos assim observar que elas começam por fixar e exagerar os traços mais salientes do relêvo. A evolução da cartografia duma região particularmente articulada e complexa, como a que vai do Cabo Frio à Ponta de Joatinga, permite ao que supomos, entrever as tendências gerais da representação cartográfica.

As cartas começam por fixar os traços mais característicos da região, em relação com as necessidades práticas e primárias dos nautas: em primeiro lugar, a direção geral, leste-oeste da costa; depois, a forma mais notória do litoral — Baía dos Reis; logo, o ponto mais saliente do relêvo — o Pico do Frade (mapa de Caverio). Só depois disto, surge, na carta de Lopo Homem (1519), a perfeita individuação da baía de Guanabara e das ilhas que cerram a dupla baía de Sepetiba e dos Reis.

Mas nessa carta dá-se ainda um relêvo desproporcionado às regiões mais conhecidas ou úteis de conhecer, de sorte que a representação parcial de certos acidentes excede em muito a escala

geral da carta. Assim a baía do Rio de Janeiro ocupa no mapa de Lopo Homem o dôbro do espaço reservado à baía dupla de Sepetiba e dos Reis, quando escassamente lhe devia caber um têrço, — o que eleva a seis vêzes mais as proporções relativas da primeira.

Como a ciência cartográfica foi reflexo e complemento da ciência náutica e hidrográfica, breve durante o século de Quinhentos, os demais povos navegadores imitaram os modelos portuguêses e procuraram assimilar-lhes a técnica e os resultados. Os portuguêses, se nos começos do século XV haviam aprendido a arte cartográfica na escola catalã e italiana, tornaram-se, por sua vez, os mestres dos cartógrafos espanhóis, franceses, holandeses e inglêses.

O mesmo historiador da geografia, Gernez, diz: "Pode afirmar-se que os cartógrafos espanhóis foram discípulos diretos dos cartógrafos portuguêses, muitos dos quais se passaram à Espanha, onde trabalharam e se tornaram mestres na sua ciência".

Os nomes de João Dias de Solis, Jorge Reinel, Diogo Ribeiro e Jorge Luís, entre outros, ilustram essa afirmação; e o exame das cartas espanholas, por exemplo, de Garcia de Torreño ou Diego Gutierrez, dá-lhe a melhor confirmação. Estilo, concepção científica, morfologia geral dos continentes, nomenclatura e outras inovações de origem lusa aparecem em bloco na reduzida cartografia espanhola do século XVI e perpetuam-se no seguinte. Assim, Gernez recorda que Diego Gutierrez traçou o meridiano auxiliar, conforme alguns cartógrafos portuguêses, numa das suas cartas, e cita ainda alguns exemplos de atlas de cartas costeiras, com as vistas das costa, desenhadas à maneira portuguêsa. Acrescentemos — fato não menos importante — que nas cartas de Gutierrez e de Sebastião Caboto, cartógrafo italiano ao serviço da Espanha, as costas do Brasil figuram com enorme e calculado êrro de deslocação para leste, segundo o modêlo das cartas portuguêsas, mas tão contrário aos interêsses espanhóis.

Da influência portuguêsa sôbre a cartografia francesa do século XVI, se ocuparam já muitos historiadores, como Harrisse e Charles de la Roncière; e é tão evidente que não merece maior desenvolvimento neste relance de conjunto. Recordemos apenas que as cartas francesas de Desceliers, Desliens, Vallard e Rose, todos pertencentes à chamada escola luso-normanda de Dieppe, se limitam quase sempre a copiar tão estritamente as cartas portuguêsas, que as mesmas legendas figuram na língua original, mas com erros de transcrição, que denunciam a obediência cega ao protótipo.

Observa la Roncière que até depois das viagens de Giovanni da Verrazano às costas da América do Norte, em 1524-27, à custa de mercadores lioneses, as cartas francesas, como por exemplo, as de Vallard (1546) ou Desceliers (1553), em vez da nomenclatura, semi-italiana, semifrancesa, dada pelo navegador florentino, adotam uma nomenclatura de origem portuguêsa e espanhola. (1)

Gernez chama ainda a atenção para o fato de que as obras, aliás pouco numerosas, de cartógrafos bretões, santongenses e bascos, dos séculos XVI e XVII, obedecem tôdas aos modelos portuguêses, e cita, como exemplo, as cartas do bretão G. Brouscon, a carta de Samuel de Champlain (1610) e as dos bascos Denis de Rotis (1674) e Detcheverry (1689), as duas últimas com um meridiano inclinado, quer para as regiões da Terra Nova, quer da Nova Escóssia.

Não foi menor a influência portuguêsa sôbre a escola cartográfica holandesa, embora esta última tenha sido a primeira a enriquecer-se de novos métodos científicos e a adquirir certas particularidades de estilo e primores de execução, que durante o século XVII lhe dão a primazia entre as demais.

Ocuparam-se dêsse fato, em especial, J. Denucé e D. Gernez, em vários trabalhos. (2)

Gernez, que mais detidamente se ocupou do assunto, afirma que, em matéria de cartografia, os marinheiros dos Países-Baixos, "tomaram tudo dos portuguêses, cuja influência se mostra nas cartas costeiras e é històricamente certa, para as cartas roteiras dos oceanos". As primeiras cartas costeiras neerlandesas que se conhecem — os desenhos manuscritos de Direk Zael (c. 1576) — apresentam semelhanças flagrantes com as cartas de D. João de Castro, de 1538. Êsse característico processo português de representar as vistas das costas observa-se igualmente nas primeiras cartas náuticas gravadas por neerlandeses, as do *Spieghel des Zeevaerdt* de Lucas Jansz. Waghenaer (1584) e "em tôdas as cartas de numerosos livros de mar neerlandeses do século XVII".

As relações diretas entre os cartógrafos portuguêses e holandeses datam, pelo menos, dos fins do século XVI. A 20 de fe-

---

(1) Charles de la Roncière, *Reflets de la cartographie portugaise sur la cartographie Dieppoise de la Renaissance*, em «*Memórias e comunicações*» apresentadas ao Congresso de «História dos Descobrimentos e Colonização», t. I, Lisboa, 1940, pág. 477-485.

(2) V. D. Gernez, *L'Influence portugaise sur la cartographie nautique neerlandaise du XVI siècle*, em «Annales de Géographie», 15 janvier 1937, além do estudo já citado; e J. Denucé e D. Gernez, *Le Livre de mer, manuscrit de la Bibliothèque Communale d'Anvers*, n. B 29168, Anvers, 1936. Encontram-se também muitas notas de interêsse em J. Denucé, *Oud Nederlandsche Kartmakers in betrekking met Plantijn*, 2 t. Antwerpen — Den Haag, 1912-13.

vereiro de 1592, Luís Teixeira escrevia a Abraão Ortélio, em espanhol, notificando-lhe o envio de cartas da China e do Japão: "Afuera otras muchas que tengo y le mandaré como le dirá el señor portador, y le prometo de hazer su livro muy copioso . . ." (1)

Mas já antes dessa data, desde 1584, Ortélio se aproveitava dos seus atlas de cartas portuguêsas de Luís Teixeira.

Naquele mesmo ano de 1592 os Estados Gerais das Províncias Unidas Neerlandesas davam licença exclusiva a Cornelis Claez., impressor de Amsterdam, "para imprimir ou traçar à pena as vinte e cinco cartas náuticas particulares, que, graças aos bons ofícios de Petrus Plancius, mas à sua custa, obteve de Bartolomeu Lasso. . . "A resolução dos Estados Gerais acrescentava que essas cartas náuticas "abrangiam tôdas as cartas marítimas do conjunto da terra" e aquêle que as havia recolhido "tinha adquirido, além disso, por escrito, claramente redigidos em língua espanhola, os segredos da navegação para as Índias Orientais, a África, a China e outras terras". (2)

Atendendo a que a grande maioria dêsses roteiros se relaciona com regiões descobertas pelos portuguêses e que a literatura dêsse gênero era, por via de regra, de origem portuguêsa, é mais natural que o redator da resolução dos Estados Gerais tenha dito língua espanhola, na suposição de que a soberania política (Portugal estava então sob o domínio filipino) implicava unidade de língua. Gernez admite até que tôda essa documentação náutica e cartográfica tivesse sido transmitida a Petrus Plancius por Linschoten, o qual, desde 1592, se encontrava em Lisboa, onde havia chegado depois de sua estada em Goa durante seis anos e mais dois nos Açôres.

As cartas do cartógrafo português Bartolomeu Lasso, a que se refere a resolução dos Estados Gerais, desapareceram, mas a comparação com outras cartas conhecidas dêsse cartógrafo levou vários estudiosos como Wieder e Armando Cortesão a afirmarem a sua influência sôbre as cartas de Plancius ou as de Linschoten, incluídas na primeira edição do *Itinerário*. (3)

Tem, pois, os maiores visos de probabilidade a hipótese de que Linschoten haja adquirido uma grande parte dos "segredos da

---

(1) V.A. CORTESÃO, *Cartografia e cartógrafos portuguêses dos séculos XV e XVI*, t. II, pág. 266 e seg.

(2) Cit. por GERNEZ em *Importance de l'oeuvre hydrographique et de l'oeuvre cartographique des portugais au XV et au XVI siècle*.

(3) F.C. WIEDER, *Monumenta cartographica*, reproductions of unique and rare maps, plans and views in the actual size of the originals; accompanied by cartographical monographs. Edited by... Librarian of the University of Leiden. The Hague, vol. II, 1927; e A. CORTESÃO, obra cit. t. II, pág. 298.

navegação" dos portuguêses, por intermédio de Bartolomeu Lasso. Mas não devemos tomar essa como a única fonte das suas informações. Tendo vivido cêrca de dez anos em Goa, nos Açôres e em Portugal, numa época em que os laços da soberania nacional, devido à perda da independência, se haviam afrouxado, era fácil a Linschoten coligir textos náuticos ou cartográficos de várias procedências. Armando Cortesão faz notar, aliás, que as cartas da Ásia de Linschoten não se podem explicar apenas pela influência dos modelos conhecidos de Lasso.

Há igualmente a distinguir entre a primeira edição flamenga do *Itinerário* e as que se lhe seguiram, no original e nas versões latinas, inglêsa e francesa, acrescentadas e alteradas, quer no texto, quer na parte cartográfica. Mas as cartas de Petrus Plancius e Arnold Florentin van Langeren, que figuram nas edições flamengas de 1596, 1605, 1614, 1623 e 1645; nas francesas de 1610, 1619 e 1638; e inglêsa de 1598, assim como a de J.B. Vrients, na edição latina de 1599, acusam uma irrecusável e predominante influência portuguêsa. [1]

Observamos essas cartas na parte que respeita ao Brasil: elas obedecem, sem dúvida, a um ou mais dos protótipos portuguêses de Bartolomeu Lasso, Vaz Dourado ou Luís Teixeira, na característica arrumação da costa, na morfologia e nomenclatura geral.

Essa influência não se limita às cartas publicadas com as edições do *Itinerário*. Pelo que ao Brasil se refere, é muito mais interessante observar que não só as muitas cartas de Abraão Ortélio, Cornelis de Jode, Mercator e Jodocus Hondius, anteriores a 1624, representam o Brasil conforme os protótipos portuguêses, na sua lição integral, mas ainda depois daquela data, isto é, depois que os holandeses iniciaram a ocupação duma parte das capitanias brasileiras, a cartografia dos Hondius, Blaeu, de Witt, etc., excetuando pequenas alterações locais, continua a obedecer à influência portuguêsa, não só dos cartógrafos do século XVI, mas de João Teixeira e de João Teixeira Albernaz, cujos atlas pertencem todos ao século seguinte.

Mas êsses fatos, pelo seu maior interêsse e relação com esta obra, merecem mais demorada análise e serão tratados no capítulo que dedicamos à ocupação holandesa.

Para finalizar com êste relance geral sôbre as influências da cartografia portuguêsa, acrescente-se que as cartas do Oceano Índico e do Pacífico, traçados pelos cartógrafos portuguêses Tei-

---

(1) V. Barão do Rio Branco, *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française, Atlas contenant un choix de cartes antérieures au Traité conclu à Utrecht...*, Paris, 1900, onde aquelas cartas vêm reproduzidas.

xeiras, durante o século XVII, figuram igualmente nas várias edições das *Relations des divers voyages*, de Thévenot, a que já nos referimos.

Por estas razões, um ilustre historiador britânico da expansão portuguêsa e inglêsa no Oriente, C.R. Boxer, afirma que é evidentíssima a influência dos cartógrafos portuguêses na cartografia européia durante o século XVI, (poderíamos acrescentar, XVII) da África, da Ásia, e da América, e que porventura, "o seu mais flagrante exemplo sejam os explêndidos mapas e cartas lusitanos, reproduzidos por Linschoten no seu *Itinerário* e que serviram por longo tempo de *vade-mecum* aos navegadores do Oriente". [1]

Dêste rápido relance podemos concluir que tôdas as grandes nações marítimas e colonizadoras que, desde o século XV, seguiram na esteira de Portugal, aprenderam na escola náutica dos portuguêses, cuja ciência constituiu a base fundamental da expansão da Europa sôbre o globo.

Êsse fato é mais evidente em relação à Espanha, porque, malgrado a dualidade política, houve sempre entre os dois povos uma estreita comunidade de cultura. Portuguêses e espanhóis foram, através dos séculos, mùtuamente tributários nesse domínio. Se a primazia pertenceu, em muitos outros aspectos, aos demais povos peninsulares, como os catelhanos e os catalãs, no que respeita a ciência náutica, na sua mais ampla acepção, ela coube aos portuguêses.

Num trabalho recente fizemos ver quanto os navegadores portuguêses tomaram uma parte ativíssima num descobrimento, cujos feitos se diriam estritamente vinculados à Espanha. [2]

Os nomes de Diogo Gomes, João Rodrigues Cabrilho, Lopo Homem, André de Vasconcelos, André do Campo, Sebastião Sermenho, que com os espanhóis tão elevadamente colaboraram no descobrimento, exploração e representação cartográfica do atual território dos Estados Unidos, são apenas o símbolo daquela mestria e proeminência dos portuguêses, que está na origem histórica de todos os povos americanos. Êles ilustram num diminuto campo geográfico, inteiramente estranho à soberania e às diretrizes da expansão portuguêsa, a universalidade da cultura náutica portuguêsa, a sua tendência a estender-se a todo o planêta.

Diz-se com freqüência que o Renascimento dos séculos XV e XVI tem por causas principais a invenção e a difusão da imprensa e o renascimento literário e artístico que da Itália se espalhou aos

---

(1) In «The Mariner's Mirror»; London, January, 1936, pág. 121.

(2) Jaime Cortesão, *Os portuguêses no descobrimento dos Estados-Unidos*, Lisboa, 1949.

outros povos. Com melhoria de razão se poderia afirmar que o Renascimento é a *época astronômica da navegação* e do descobribrimento do Mundo; e que foram os portuguêses que ensinaram os outros povos a soletrar a carta do planêta.

Não obstante, observando-se a cartografia portuguêsa, no sentido do seu conjunto e evolução, durante os séculos de Quinhentos e Seiscentos, constata-se que ela obedeceu estritamente a fins políticos e práticos. Aos cartógrafos portuguêses, salvo escassas exceções, não preocuparam grandes propósitos de ordem teórica e especulativa. E o próprio caso de Pedro Nunes, verdadeiro gênio matemático, aplicado aos problemas mais elevados da náutica do seu tempo, representa uma atitude de espírito, pouco menos de excepcional, e de que os pilotos e cartógrafos portuguêses não tiraram as últimas conseqüências.

Essa honra coube aos sábios e cartógrafos flamengos e, mais designadamente a Mercator; e por isso a escola de cartografia holandesa segue-se à portuguêsa durante o século XVII, em primazia e brilho. Foi, com efeito, um matemático e geógrafo flamengo, Gerhard Kremer (1512-1594), mais conhecido pelo nome latino de Mercator, que iniciou a grande escola holandesa de cartografia, e, aproveitando os resultados das experiências geográficas e cartográficas dos portuguêses e as elaborações dos alemães sôbre o sistema de Ptolomeu, criou a projeção que tem o seu nome, a mais original das projeções do século de Quinhentos.

Como é sabido a Holanda, e maiormente Antuérpia, haviam-se tornado, nos começos do século XVI, o grande mercado da Europa. Principal entreposto das especiarias, trazidas pelos portuguêses do Oriente, como do pau-de-tinta, vindo do Brasil, vassala da Espanha, situada entre a França, a Inglaterra e a Alemanha, e muito freqüentada pelos mercadores italianos, Antuérpia tornou-se um centro de fusão de culturas, da qual Mercator foi, em matéria cartográfica, o mais completo exemplo e representante.

Além dessa excepcional posição geográfica dos Países-Baixos e das vantagens resultantes, outras circunstâncias favoreceram o desenvolvimento e a supremacia da cartografia holandesa, durante o século de Seiscentos: em primeiro lugar, a independência política, conquistada em guerra com a Espanha, desde os fins do século XVI e a hegemonia como potência marítima até aos fins do século XVII; a capacidade de abstração comum às raças germânicas; e o seu gênio artístico, caracterizado pelo realismo analítico, que está na base do seu estilo cartográfico e esplendor decorativo.

Mas foi sobretudo a independência política e a hegemonia marítima que provocaram o desenvolvimento da cartografia holan-

desa, como instrumento de expansão, ilustração de planos de conquista e visionação dos objetivos. O grande favor comercial, que obtiveram os magníficos atlas e cartas holandesas, explica-se também pela grande crise de expansão das potências marítimas do Ocidente da Europa, às quais aquêle instrumento não era menos necessário.

O grande mérito de Mercator foi o de continuar o esfôrço português para libertar a cartografia da influência de Ptolomeu e realizar a síntese das experiências e especulações cartográficas do seu tempo, criando a projeção do seu nome. O sistema de meridianos e paralelos da Terra pode ser fàcilmente desenhado sôbre um globo mas, em princípio, é absurdo pretender representar sôbre um plano a superfície do planêta, que é esférica. É pois indispensável recorrer às convenções, ou seja às projeções.

A primeira destas convenções, a da carta plana quadrada, foi criada pelos portuguêses em tempo do Infante D. Henrique; Pedro Nunes, o grande matemático português, refletiu profundamente e escreveu sôbre os seus inconvenientes e a maneira de os suprir, e Mercator criou a sua nova projeção sôbre os princípios de Pedro Nunes. Dois eméritos historiadores portuguêses da geografia e da arte de navegar na época dos grandes Descobrimentos, Luciano Pereira da Silva e Gago Coutinho, escreveram sôbre êsse problema com a sua grande competência de especialistas.

Eis o que a propósito disse Luciano Pereira da Silva; "Depois que as naus portuguêsas navegaram ao sul da linha equinocial, as longitudes contaram-se no Equador e, portanto, em graus de círculo máximo como as latiudes. Assim se chegou à *carta plana quadrada,* que é uma projeção cilíndrica equidistante, em que o cilindro de projeção é tangente à esfera terrestre, ao longo do Equador.

O uso da carta plana mostrou que a rêde das linhas retas dos rumos se não harmonizava com a graduação das coordenadas geográficas. A causa dos erros da carta começou a ser estudada por Pedro Nunes, em cujo tempo havia queixas gerais contra ela, como êle próprio declara. Estudando a natureza da curva descrita pelo navio, quando prossegue sempre num rumo constante e corta portanto sob o mesmo ângulo os meridianos sucessivos, curva a que depois se chamou loxodromia, viu que ela não era um arco de círculo máximo, mas sim uma espiral, linha torsa ou de dupla curvatura, e que só em dois casos especiais era plana: quando o rumo seguido era o de norte-sul, caso em que é um círculo máximo, um meridiano; e quando o rumo era de leste-oeste, caso em que é um círculo menor, um paralelo... Assim as loxodromias foram estudadas pela primeira vez, em 1537, por Pedro Nunes, que trata de explicar os erros da carta plana e tenta corrigi-los".

Pedro Nunes supôs que a solução estaria nas cartas de Ptolomeu das 26 regiões especiais, isto é, de pequenos quarteirões: "Mas o melhor — dizia o célebre matemático português, no seu *Tratado em defensa da carta de marear* — seria, para escusarmos todos êstes trabalhos, que fizéssemos a carta de muitos quarteirões, de bom compasso grande, nos quais guardemos a proporção do meridiano ao paralelo do meio, como faz Ptolomeu nas Tábuas das províncias, porque assim ficariam tôdas as longuras, alturas e rotas no certo . . ."

Como se vê, Pedro Nunes esboçava o princípio da carta retangular, que veio a ser o das *cartas reduzidas* ou de *latitudes crescidas,* de Mercator.

"A solução, comenta Pereira da Silva, não estava, porém, no atlas de Ptolomeu. A carta de marear precisava de modificação diferente, que foi a que apareceu na célebre carta de Mercator, de 1569. Os graus dos paralelos vão sendo, na esfera, cada vez menores, desde o Equador para os polos; mas como na carta plana-quadrada êles são sempre iguais ao grau do Equador, segue-se que, na carta, os graus de longitude vão sendo aumentados cada vez mais na direção dos polos. Os graus de latitude, porém, marcados nos meridianos, são todos de igual grandeza. Mercator, na carta de 1569, vai aumentando os graus de latitude a partir do Equador na mesma proporção em que crescem os de longitude. Assim a carta plana-quadrada foi reformada, saindo dela a nova carta de latitudes crescidas, que é a projeção cilíndrica isogônica, chamada de Mercator. Sendo a projeção isogônica, isto é, conservando-se nela os mesmos ângulos que as linhas fazem sôbre a esfera, as loxodromias, visto cortarem os meridianos sob o mesmo ângulo, também na carta cortarão as retas paralelas, que o representam, com ângulo igual, e portanto, transformar-se-ão em linhas retas". Mais adiante Luciano Pereira da Silva, com sua grande autoridade, afirma: "Pedro Nunes concorreu para a transformação que a carta de marear tinha de sofrer, com o estudo fundamental: a teoria do rumo ou loxodromias, que êle foi o primeiro a apresentar".[1]

Por sua vez Gago Coutinho escreveu: "Há mais analogia entre as cartas retangulares de Pedro Nunes e as de Mercator, do que entre o princípio português do nônio, — com os seus múltiplos arcos concêntricos — e o de *Vernier* francês".[2]

---

(1) LUCIANO PEREIRA DA SILVA, *A arte de navegar dos portuguêses,* em "História da Colonização portuguêsa do Brasil», t. I, pág. 93-4.

(2) GAGO COUTINHO, *Cartas de navegar retangulares,* separata dos «Anais do Club Militar Naval», Lisboa, 1949, pág. 14.

Não deixa de ser interessante saber as condições que levaram Pedro Nunes a êste estudo. Martim Afonso de Sousa, a exemplo de D. João de Castro ou de D. Afonso de Albuquerque, prestava solícita atenção aos problemas da náutica, que se lhe apresentavam durante as viagens. Ora, regressando êle da sua expedição às costas do Brasil, apresentou a Pedro Nunes certas dúvidas que lhe suscitara a navegação que acabava de fazer. Tinha êle observado que em qualquer parte onde se achasse, nascia-lhe o sol em leste nos dias dos equinócios, quando êsse astro andava no Equador. Desta observação Martim Afonso concluía que, se fôsse com a proa do navio sempre em leste, devia ir ter ao Equador, o que não sucedia, pois, num rumo constante de leste, o navio seguia um paralelo.

Eis o problema que levou o matemático Pedro Nunes, solicitado pelo navegador, ao estudo dos rumos ou loxodromias. Por sua vez, dessas conclusões teóricas se aproveitou o cartógrafo flamengo que, em 1541, traçou com rigor num globo as curvas do rumo, e, em 1568, alterou a escala das latitudes, de modo que estas curvas fôssem rigorosamente transformadas em linha reta sôbre a carta. (V. fig. nº XIV).

Mais uma vez os progressos da técnica foram solicitados pelas urgências econômicas, — neste caso, o transporte dos produtos através do globo por via marítima. E Lisboa e Antuérpia eram então os dois grandes portos, onde êsses problemas revestiam forma cosmopolita, e o segundo dêles, aquêle onde convergiam os vários elementos para a sua solução.

A projeção de Mercator tem várias vantagens, a mais importante das quais, e, para os usos da navegação, a de que as loxodromias são representadas sôbre a carta por linhas retas. Mas não deixa também de apresentar inconvenientes. Assim, como a escala varia para grandes extensões, a forma de certas áreas apresenta-se grandemente desproporcionada e desfigurada. Por exemplo, no mapa-múndi, em projeção de Mercator, a Groenlândia é maior do que a América do Sul, quando sôbre o globo tem apenas um oitavo dessa grandeza.

No estudo antes citado, Gago Coutinho revela, não obstante, que nem os alvitres de Pedro Nunes, nem as criações de Mercator, entusiasmaram os pilotos portuguêses. "Provàvelmente, acrescenta, porque a adoção da carta retangular não tinha para os antigos navegadores a importância que modernamente, à simples vista, somos levados a atribuir-lhe". Os navegadores portuguêses, afirma êle, continuaram a navegar com a carta quadrada, ainda muito depois de se ter divulgado o uso da carta de latitudes crescidas, de

Mercator. É o que se pode concluir da *Arte prática de navegar*, de Manuel Pimentel, obra publicada em 1699, e sucessivamente em várias edições durante o século XVIII, e ainda em 1819.

Na primeira dessas edições lê-se, com efeito: "Êste livro é principalmente para os portuguêses, que estão acostumados à carta plana de graus iguais. Ajuntei o uso da carta reduzida e as tábuas loxodrômicas dos holandeses, por me pedirem alguns pilotos espanhóis, que estão acostumados a êste modo", donde igualmente se conclui que os espanhóis continuavam a ler pelos livros de arte e ciência náutica dos portuguêses.

Outros caracteres distinguem a escola da cartografia holandesa, por oposição à portuguêsa. A cartografia portuguêsa foi obra de Estado, estreitamente vigiada, padronizada e, com freqüência, secreta. A holandesa foi, ao contrário, de iniciativa livre e particular, mercantil e divulgadora. Enquanto a primeira se nos apresenta, principalmente durante a sua época de esplendor, como obra de criação direta, manuscrita, e rica de estilos pessoais, a holandesa tornou-se cartografia impressa e, quase sempre, impessoal. Os atlas e cartas holandesas são trabalhos de oficina. Cada grande casa editora tinha o seu corpo de desenhadores, calígrafos, gravadores e coloristas, o que torna extremamente difícil a atribuição das peças respectivas. Jodocùs Hondius e Willem Jansz Blaeu traçaram ainda muitas das suas cartas, mas os seus continuadores limitaram-se cada vez mais a repetir as edições precedentes.

Além disso, a primeira teve um caráter essencialmente experimental e criador; a segunda foi quase sempre rotineira. Tendo bebido nos mananciais portuguêses e espanhóis a informação geográfica e cartográfica sôbre as novas terras descobertas na África, Ásia e América, a escola holandesa só introduz verdadeiras e importantes inovações na representação do planêta, pelo que respeita ao extremo Oriente, arquipélago malaio e Austrália. Quanto ao Brasil, as linhas gerais de arrumação da costa e as da sua delimitação pelas bacias fluviais do Amazonas e do Prata, são essencialmente de influência portuguêsa e, em parte, espanhola. Como exemplo típico de representação arcáica e do Nôvo-Mundo, lembremos, para a América do Norte, a ilha da Califórnia, e, para o Brasil, a fusão dos rios Amazonas e Maranhão, que perdura na cartografia holandesa até à segunda metade do século XVII. As chapas de cobre, sôbre que as cartas se gravavam, transmitiam-se de geração em geração, como material gráfico precioso, facilitando assim os arcaismos.

Finalmente, na cartografia holandesa a decoração tomou a parte primacial em prejuízo da objetividade e renovação científica.

A evolução deu-se, principalmente, sob o ponto de vista do efeito artístico e em detrimento da criação de novos tipos cartográficos ou do seu aperfeiçoamento. Multiplicaram-se as alegorias e as cartelas decorativas. E com o objetivo mercantil de fazer dos atlas obras de arte, aplicou-se o estilo de vida flamengo, principalmente pelo que respeita ao tipo de vivenda, à representação dos mais variados povos em todo o mundo. Hoje os colecionadores buscam os atlas flamengos, mais como obra de arte, que são muitas vêzes, do que como documentos para a história da geografia.

Não obstante, com Mercator, grande inovador na cartografia, o caso foi diferente. No seu mapa-múndi de 1569, êle mostra-se na posse das melhores informações geográficas do seu tempo. Assim é que, nessa carta, a Nova Guiné aparece pela primeira vez separada dum vasto continente austral, tal como, na realidade, sucede entre essa ilha e a Austrália. Esta mesma noção aparece também pela primeira vez na literatura geográfica na "Relação do Maluco" (arquipélago das Molucas), escrita no mesmo ano de 1569, pelo governador português, Gabriel Rebelo.

Mercator não publicou o atlas das suas cartas, mas induziu seu amigo Abraão Hortélio a fazê-lo, como fêz, em 1570. Êste reimprimiu em dezenas de edições sucessivas o Atlas daquela data, acrescido, é certo, de várias cartas, mas reproduzindo, em compensação, nas suas linhas gerais a geografia de Mercator, a sua divisão do mundo por um meridiano que passava pelas Canárias, os seus acertos e os seus erros. Pelo que respeita ao Brasil, adiante teremos ocasião de estudar o protótipo de Mercator e de o comparar com as cartas portuguêsas de Lopo Homem e Gaspar Viegas. O mesmo faremos também com os protótipos da numerosíssima cartografia holandesa referente ao Brasil, do século XVII.

Após a escola holandesa, a francesa. Mas na França, só durante o século XVIII, aparece uma escola de cartografia, perfeita e superiormente caracterizada. No século XVI a cartografia francesa e, em especial a de Dieppe, sofreu, como vimos, a influência muito marcada dos cartógrafos portuguêses. Ao chegar o século XVII, ainda que sem abandonar a influência lusitana, ela obedeceu às inspirações da escola holandesa.

No entanto, é durante êste século que a cartografia francesa começa a tomar impulso próprio com a obra da família Sanson, cujo chefe Nicolas Sanson d'Abbeville (1600-1667) era de origem flamenga. Protegido por altas personalidades, que lhe admiravam os talentos, a começar pelo Cardeal de Richelieu, nomeado professor de geografia de Luís XIII e geógrafo do Rei, êle foi não só cartó-

grafo, mas geógrafo, na mais elevada acepção da palavra, tendo preparado com seus filhos a renovação que, depois da sua morte, veio a operar-se na geografia.

Continuaram-lhe a obra seus filhos Nicolas (1626-1648) e Guillaume (1628-1703), seu genro Pierre Duval, seu neto Gilles Robert de Vaugondy (1688-1766) e o seu bisneto Didier Robert de Vaugondy (1723-1786), que foram igualmente geógrafos do rei. Essa dinastia de cartógrafos, quase tão duradoura no tempo como a dos Teixeiras em Portugal, prolongou-se até aos fins do século XVIII e influiu ainda no seguinte.

Os mapas dos Sanson, embora se filiem na escola holandesa, anunciam já uma atitude crítica em relação aos dados geográficos recebidos, ao mesmo tempo que começam a abandonar a preocupação decorativa. Mas a grande reforma introduzida pelos franceses na cartografia deve-se às observações de longitude, começadas pela Academia Francesa nos fins do século XVII, sob a direção de Jean Dominique Cassini, astrônomo italiano, chefe duma dinastia de astrônomos ligados aos problemas da longitude, nas suas conexões com a cartografia.

Como é sabido, a longitude é igual à diferença dos tempos dum mesmo fenômeno astronômico produzido no lugar de origem das longitudes, ou seja do primeiro meridiano, e no ponto de observação. Conhecida de longa data esta definição teórica, buscou-se a aplicá-la durante os fins do século XV, na prática. Foi então que alguns navegadores, quer portuguêses quer espanhóis, experimentaram o método dos eclipses lunares. Os resultados de tais observações, poucas e sujeitas a erros grosseiros, mostraram-se medíocres. Dois séculos e meio foram necessários para remediar os atrazos da astronomia, a insuficiência dos instrumentos de ótica e da arte de relojoaria, e alcançar uma solução satisfatória.

Nesse intervalo, à falta de um método eficaz e, por conseguinte, de cartas marítimas de longitudes observadas, os erros de direção do navio, as demoras das viagens e os naufrágios multiplicaram-se, principalmente no Pacífico, cujos arquipélagos ou ilhas estão separados uns dos outros por espaços vastíssimos. Marguet, no estudo que dedicou à história do problema da longitude, refere-se a muitos dêsses casos, alguns dos quais funestos, e às insuficiências dos mapas, cujas longitudes, durante os séculos XVI e XVII, só por exceção eram exatas. [1]

Ora, o Pacífico ficava na sua quase totalidade, conforme o traçado de Tordesilhas, situado no hemisfério atribuído à Espanha.

---

(1) F. MARGUET, *Histoire Générale de la Navegation du XV au XX siècle*, Paris, 1931, pág. 28 e seg.

Lógico fôra que ao govêrno espanhol cedo preocupasse o cálculo das longitudes, pois o problema da soberania territorial entre portuguêses e espanhóis, ainda durante o período filipino, foi causa de mútuas suspeitas e graves conflitos entre as duas nações.

Não é pois de estranhar que, em 1600, Felipe III tenha oferecido um prêmio de 120.000 piastras a quem descobrisse um processo seguro de observar as longitudes; e 5.000 ducados de renda perpétua ao português Luís da Fonseca Coutinho, que se vangloriava de possuir o segrêdo da observação da longitude, por meio duma agulha fixa, que inventara. Um pouco mais tarde, os Estados Gerais da Holanda ofereciam, por seu lado, com o mesmo objetivo, 30.000 florins.

As tentadoras ofertas não deram resultado. Sem embargo, desde a primeira década do século de Seiscentos, Galileu havia descoberto o processo científico, que podia levar e levou a uma solução, muito aproximada, do problema. Em 1610, o sábio florentino realizava a primeira observação dos quatro primeiros satélites de Júpiter; e de seguida teve a idéia de que, por serem muito freqüentes os eclipses dos astros que havia descoberto, era possível resolver com êles o problema das longitudes. Logo em setembro de 1612, o govêrno toscano, por meio do seu embaixador em Madri, oferecia a Felipe III, de Espanha, comunicação do processo de Galileu, a trôco de certos privilégios do comércio das Índias. Mas o govêrno espanhol a quem, porventura, não seduziu a imiscuição dos italianos no tráfico da América, com infração do seu estrito sistema de monopólio, furtou-se a prosseguir as negociações.

Só meio século mais tarde, com a publicação das *Efemérides* de Dominique Cassini, para o ano de 1668, a solução do problema entrou no caminho prático. A partir de 1690, a Academia de Ciências de Paris começava a publicar o almanaque "Connaissances des Temps", que fornecia os instantes dos eclipses do primeiro satélite de Júpiter, calculados segundo as tábuas de Cassini; e, só em 1730, o mesmo almanaque acrescentava as efemérides dos outros três satélites, descobertos por Galileu.

Entretanto, e ao mesmo tempo que Cassini, Huyghens procurava adaptar o relógio de pêndulo e o de mola espiral de sua criação às necessidades dos navegantes. Depois de estudos e aperfeiçoamentos sucessivos, por volta de 1730, o seu relógio oscilatório permitia resultados semelhantes ou melhores de que o processo de observação dos eclípses dos satélites de Júpiter.

De qualquer sorte a Luís XIV, e ainda durante o século XVII, cabe a glória de haver pela primeira vez ordenado várias observa-

ções de longitudes, na Europa, na África e na América, tarefa desempenhada, entre outros, pelos astrônomos Varins, Deshayes e Glos. (1)

Mas as primeiras experiências, quer por um, quer por outro processo, não deram resultados muito animadores.

Também na Inglaterra, como era de esperar, a solução do problema merecia a maior atenção. Em 1714, a Câmara inglêsa dos Comuns votava o célebre *Ato* sôbre as longitudes; nomeava-se uma comissão para estudar e decidir sôbre possíveis inventos; e atribuíam-se os prêmios aliciantes de 10.000 libras esterlinas a quem assegurasse observações das longitudes com um grau de aproximação, 20.000 a quem as calculasse com aproximação de meio grau, e 15.000 com aproximação intermédia. O *Ato* de 1714 é considerado, pela enorme repercussão que alcançou, como sendo a base de tôdas as tentativas posteriores, sempre auxiliadas pelo *Board of Longitudes*, e que terminaram, em 1765, pelas experiências realizadas no Atlântico com o cronômetro de Harrison, que permitiu enfim observações com erros ínfimos de fração de grau.

Acrescente-se que, em França, no ano seguinte de 1715, o Conselheiro Rouillé de Meslay legava à Academia Real das Ciências um patrimônio destinado a dois prêmios com objetivo semelhante

Malgrado a imperfeição dos dois processos, desde o tempo de Luis XIV foi possível começar a corrigir erros de longitudes muito grosseiros que deformavam as cartas geográficas anteriores. Logo se reconheceu que os próprios mapas do Mediterrâneo, não obstante as navegações diárias que há milenios o sulcavam, sofriam dum êrro de 9 graus por excesso, no sentido de paralelo. Ainda assim, já em 1722, Rodouay, numa viagem da Terra Nova para Brest, servindo-se de três relógios, bastante bons, obteve resultados perfeitamente práticos. E em 1726, os primeiros relógios de Harrison davam variações, muito ligeiras, ao fim do mês.

Embora na Inglaterra o problema acabasse por alcançar a solução mais completa e prática, obtida durante o século XVIII, a França teve a precedência e primazia na aplicação do método astronômico à cartografia. Êsse fato merece o maior relêvo nesta obra, pois foi, sob a influência da ciência francesa, quer sob a espécie das cartas topográficas, quer da cartografia de longitudes observadas, que em Portugal se operou, no reinado de D. João V, uma completa renovação da escola de cartografia. Chamamos desde já a atenção para êsse fato que vai ter a maior importância na

(1) V. DELAMBRE, «*Histoire de l'Astronomie moderne*», t. II, págs. 118-141.

história do Brasil, ligada com os seus *velhos mapas,* — planos de fortalezas e cidades, cartas topográficas, mapas de caminhos, cartas hidrográficas ou de fronteiras.

O cartógrafo françês, que melhor representou êste período de renovação da cartografia, foi Guillaume Delisle (1675-1726). A Delisle se deve haver introduzido, a instigações de Cassini, as primeiras metódicas e seguras alterações das cartas geográficas, por meio das longitudes observadas. Uma das cartas de Delisle, acompanhada como foi dum trabalho demonstrativo, teve a maior repercussão e influência em Portugal.

A 27 de novembro de 1720, Delisle, que já então era "Primeiro geógrafo do Rei", leu perante a Academia Real das Ciências de Paris um trabalho com o título de "Détermination géographique de la situation et de l'étendue des differentes parties de la Terre". Obra revolucionária e que marca época na história da geografia representava a primeira tentativa para remodelar tôda a carta da Terra, reunindo num só mapa as alterações de posição, obtidas com as longitudes observadas, por meios astronômicos, desde a observação do eclipse da lua de 23 de setembro de 1517, na América e na Europa, até aos eclipses dos satélites de Júpiter que, havia meio século, numerosos astrônomos observavam nos quatro grandes continentes. Embora lida naquele ano, a "Dissertação" do grande geográfo só foi publicada em 1722, acompanhada do mapa respectivo.

A um simples relance sôbre essa carta, na parte que respeita à América do Sul, cortada pelo meridiano de Tordesilhas, uma conclusão se tirava: as cartas portuguêsas pecavam por grosseiros êrros de posição e abrangiam indevidamente na esfera da soberania lusitana vastos territórios, que de direito deviam pertencer à Espanha. Não contente de corrigir os êrros de posição, Guillaume Delisle denunciava, com rude franqueza, as suas conseqüências politicas.

Mais adiante voltaremos com demora a êsse assunto. Baste-nos por agora dizer que, a impressão de alarme, causada em Portugal pela notícia das afirmações do "primeiro geógrafo" de França, se procurou imediatamente renovar os atrasados processos da cartografia nacional adaptando-a aos mais avançados métodos astronômicos. Em 1721, o Engenheiro-mor, Manuel de Azevedo Fortes, que iria ser a alma da renovação dos estudos da geografia e da cartografia topográfica em Portugal, apresentava à Real Academia de História o seu *Tratado do modo o mais fácil e exato de fazer as cartas geográficas assim da terra como do mar, e tirar as plantas das praças,* — obra impressa no ano seguinte e que se tor-

nou o manual de ensino dos engenheiros e cartógrafos portuguêses. No mesmo ano de 1722, em que saía a lume a "Dissertação" de Delisle, D. João V fazia contratar em Itália, para servir em Portugal, os dois astrônomos João Batista Carbone e Domingos Capaci, que iria começar no reino as observações das longitudes pelos métodos astronômicos.

Para montar observatórios, obter os instrumentos mais modernos, entre os quais o relógio de longitude, e as novas cartas de longitudes observadas, D. João V serviu-se largamente de sábios e construtores franceses e inglêses. Durante o ano de 1724, por intermédio de D. Luís da Cunha, a êsse tempo embaixador em Paris, entrava ao serviço do govêrno português o novo astro da geografia e da cartografia francesa, que dentro em pouco iria suceder a Delisle, Jean Baptiste Bourguignon d'Anville (1697-1782), aquêle que, durante o século XVIII, verdadeiramente caracteriza, completa e simboliza a escola francêsa de cartografia. Geógrafo, historiador e cartógrafo, nomeado, após a morte de Delisle, Primeiro Geógrafo do Rei, membro da Academia das Ciências e da Academia das Inscrições, deixou várias e valiosas obras sôbre geografia e história e algumas centenas de cartas geográficas. Estas últimas, realizadas mediante uma copiosíssima documentação, obtida, graças aos seus esforços, em todos os países cultos, e que se guarda na Biblioteca Nacional de Paris, representam um grande esfôrço de depuração científica e contribuíram poderosamente para os progressos da geografia e da cartografia. As suas cartas, cingidas quanto possível à realidade observada, permitiram pela primeira vez chegar a conclusão do muito que se ignorava sôbre o interior dos grandes continentes, onde assinalam vastos espaços em branco. Adiante e na IV parte desta obra teremos ocasião de estudar algumas cartas suas do Brasil, que lhes foram encomendadas por D. Luís da Cunha, e se ligam estreitamente com os antecedentes e as negociações do Tratado de Madri. (V. fig. n. XV).

Para terminar comparemos a cartografia francesa com a holandesa, para melhor caracterizar a primeira. Enquanto a cartografia holandesa, malgrado os grandes avanços introduzidos por Mercator na ciência cartográfica, foi essencialmente obra de mercadores, que visavam o lucro e não se pejaram de perpetuar nos seus atlas erros grosseiros, a cartografia francesa foi trabalho de sábios, que tinham em mira a verdade científica e o avanço da ciência.

Se os atlas holandeses e suas cartas procuraram, por motivos comerciais, transformar-se em obras de arte, substituindo o amor à realidade científica, pelo gôsto das fantasias e alegorias decorativas, as cartas francesas ostentaram — é a palavra — com freqüência, grandes espaços vazios na figuração dos continentes, para assi-

nalar assim o seu desconhecimento dos dados reais e seu estrito zêlo pela exatidão. As cartas holandesas limitaram-se quase sempre à cópia servil uma das outras; as francesas representam, por assim dizer, o gráfico da evolução dos conhecimentos geográficos durante o século XVIII, sempre que êles não foram segredos de Estado, como aconteceu com a geografia do Brasil.

Finalmente, enquanto a cartografia holandesa, foi obra de iniciativa particular, a francesa tornou-se, em grande parte, obra de Estado, protegida por Ministros, como Richelieu e o Conde de Maurepas, subsidiada pelo Rei e entregue a homens de elevada classe social, muitas vêzes, como no caso de d'Anville, pertencentes às maiores associações científicas de França e do estrangeiro.

Embora seguida de perto pela Inglaterra, esta renovação da cartografia realiza-se principalmente em França, durante o chamado *Século da Razão*. É levada a cabo sob o sígno de Descartes. Faz parte do movimento racionalista, que prepara o advento dos Enciclopedistas e da Revolução.

III PARTE

O DESCOBRIMENTO E O MITO DA ILHA BRASIL

I

O TRATADO DE TORDESILHAS E A SUA EXPRESSÃO CARTOGRÁFICA

Um ato político de caráter internacional antecede a expansão portuguêsa na América e preside aos três primeiros séculos da história do Brasil: o Tratado de Tordesilhas, celebrado a 7 de junho de 1494, na pequena cidade castelhana daquele nome, entre D. João II, de Portugal, e os Reis Católicos, de Espanha. Sôbre ser a chave da política portuguêsa na América durante êste vasto período, a êsse ato diplomático prende-se ainda um dos mais debatidos problemas históricos dos últimos tempos: o do descobrimento pré-colombiano da América e pré-cabralino do Brasil. Além disso, a cartografia dos três primeiros séculos da história do Brasil liga-se ìntimamente ao problema da situação exata do célebre meridiano que regulava a partilha, negociada em Tordesilhas. Somos, pois, levados a tratar com demora do célebre convênio e dos seus problemas.

Alguns fatos, averiguadamente históricos, quase sempre desatendidos por desconhecimento ou descaso, é indispensável relembrar para se compreender, no seu verdadeiro significado, o Tratado de Tordesilhas. Não se esqueça, em primeiro lugar, que a prioridade da ciência náutica, geográfica e cartográfica da Era dos Grandes Descobrimentos cabe aos portuguêses. Dêsse fato capital já nos ocupamos no III capítulo da 1ª Parte desta obra.

Advirta-se igualmente que portuguêses e espanhóis, ou melhor Colombo, buscavam, como objetivo supremo dos seus descobrimentos, alcançar a Índia das especiarias e realizar o monopólio do tráfico Oriental, mas só os portuguêses tinham, à data da elaboração do Tratado, algumas idéias concretas ou muito aproximadas sôbre a situação e a realidade geográfica da Índia.

Desde a chegada de Colombo da sua primeira viagem e descobrimento das Antilhas até à celebração do tratado definitivo de partilha, os monarcas espanhóis e os portuguêses buscaram com

ardor enganar-se mùtuamente, amparados os primeiros no secreto favor do Papa espanhol Alexandre VI, e os segundos nos seus conhecimentos, infinitamente maiores, sôbre a estrutura geral do globo.

A êste rápido esbôço do condicionalismo que presidiu às negociações do Tratado há que acrescentar alguns esclarecimentos. Quando a Espanha, em 1492, se lançou à primeira grande emprêsa de descobrimento, guiada pelo gênio de Colombo, já havia três quartos de século que os portuguêses tinham iniciado as suas viagens de longo curso e ao largo do Oceano desconhecido. Nessa continuada e tantas vêzes dramática experiência, criaram êles uma ciência náutica própria, e acomodada, como vimos, ao condicionamento do Atlântico.

Se todos os pilotos portuguêses dessa época estavam mais ou menos habilitados a especular sôbre o problema das relações da terra com os astros e da morfologia geral do globo, especialmente no que respeita à proporção entre a Terra e as águas, zonas climáticas e sua habitabilidade, êsses temas eram objeto de profundas cogitações, hipóteses e estudo por parte dos grandes navegadores e capitães, de formação mais culta. Em breve, para êsses homens, representantes duma cultura excepcionalmente avançada para o seu tempo, as concepções geográficas dos Antigos, em especial de Ptolomeu, ruíram por terra; e é freqüente ver os cosmógrafos, cartógrafos e navegantes portuguêses, através dos escritos dessa época, numa atitude científica, revolucionária e anunciadora das verdades futuras.

O representante mais acabado em Portugal, ao findar o século XV, dêsse nôvo tipo social de navegante-cosmógrafo, profundamente absorvido pelos problemas da náutica e da geografia, que os descobrimentos dia a dia suscitavam, é Duarte Pacheco. E um fato, que devemos relembrar, dá a medida da ciência geográfica lusitana, naquela época: Duarte Pacheco calculava o valor do grau terrestre em 18 léguas, ou seja 106,56 quilômetros, com êrro por carência de 4% (o valor é de 111 quilômetros), enquanto Colombo, seu contemporâneo, adotava o valor de 56 milhas e 2/3, isto é, pouco mais de 14 léguas e um pouco menos de 84 quilômetros. Pacheco errava por 4 quilômetros e meio; Colombo, por mais de 27.

Além disso, o grande navegador genovês inclinava-se para as idéias de Ptolomeu sôbre a proximidade entre a Europa e a Ásia. Como é sabido, o grande geógrafo alexandrino distendia êsse continente para leste, de tal sorte que entre a sua extremidade oriental e o ocidente europeu mediavam apenas 180°, quando, na verdade, a distância é de 229°. Toscanelli, o célebre geógrafo florentino, um

dos inspiradores de Colombo, aumentava o êrro, reduzindo a 130° a distância entre os dois continentes. Era esta a concepção de Colombo, agravada ainda pelo diminuto valor que atribuía ao grau terrestre.

Sôbre êstes espantosos desvios de cálculo fundou o genovês a sua emprêsa e a convicção posterior de que as pequenas Antilhas faziam parte da Índia asiática. Não obstante, desde o século anterior existiam os elementos necessários para corrigir aquêles erros. Pelo menos, desde 1381, já no Atlas do judeu catalão Abraão Cresques, a distância entre a Ásia e a Europa aparecia aumentada para 244°, por conseqüência, com um êrro de 15°. Mas desta vez por exesso. Em 1460, no mapa-múndi do veneziano Fra Mauro essa mesma distância era de 238° e, no genovês de 1457, de 224°; no primeiro caso, com um êrro de 9°, no segundo, de 5°, por carência. Os cartógrafos mediterrâneos, ao contato da cultura árabe, haviam-se aproximado notàvelmente da verdade. Ora, mestre Jaime de Maiorca, nome cristianizado do judeu Jafuda Cresques, que, a pedido do Infante D. Henrique iniciou, c. de 1420, os portuguêses na arte cartográfica, era filho do autor daquela mesma carta de 1381; o planisfério de Fra Mauro, de 1460, que apresenta a Ásia com dimensões tão próximas da verdade, foi encomendado pelo monarca português, D. Afonso V, ou melhor, por aquêle Infante, alguns anos antes, ao cartógrafo de Veneza; e, quanto à carta genovesa de 1457, as íntimas relações então existentes entre Portugal e Gênova deixam supor que ela não fôra igualmente ignorada dos cosmógrafos portuguêses.

Foi esta a cultura que serviu de base à escola náutica e cartográfica do Infante D. Henrique e do seu continuador D. João II, aos quais se deve o impulso definitivo que levou ao conhecimento total do planêta e elevou a geografia, durante o século XV, à altura duma ciência.

Em 1486, aquêle monarca enviava, por terra, Pero da Covilhã e Afonso de Paiva a visitar os portos asiáticos até Calecute e os africanos até Sofala. Segundo Castanheda, que escrevia nos meados do século seguinte, o primeiro dos dois viajantes marcou sôbre um planisfério, que levava, e reenviou a D. João II, os novos dados geográficos por êle adquiridos. Não é audacioso supor que a sabedoria dos cartógrafos medievais sôbre o Oriente asiático recebesse, então, novas confirmações e amplos esclarecimentos.

Com efeito, no primeiro capítulo da edição *princeps* do Livro I da sua *História da Índia* (1551), Castanheda afirma que "Pero da Covilhã se foi (do Cairo) para a Índia em uma nau de mouros de Cananor e chegado à Índia viu Calecute e a ilha de Goa, e

informou-se bem da especiaria que havia na Índia e da que vinha de fora, e assim dos lugares da Índia de que pôs todos os nomes na carta que levava, ainda que mal escritos". E mais adiante acrescenta: "E despediu logo Joseph (um dos judeus que D. João II mandara à sua procura) com cartas para El-Rei, em que lhe contava o que vira da Índia e de Sofala, e a carta em que tinha postos os nomes dos lugares em que fôra". Êste último período foi suprimido na segundo edição (1554) da *História da Índia*. Tem-se discutido, por conseguinte, se a carta de marear, acrescentada por Covilhã com os nomes geográficos da Índia e as suas posições, chegou ou não às mãos do Rei, tanto mais que os restantes cronistas contemporâneos calam também êsse fato. O Conde de Ficalho, que dedicou às viagens de Pero da Covilhã magistral monografia, comenta a propósito: "D. João II, prudente e cauteloso como era, devia guardar para si e para um estreitíssimo círculo de conselheiros, o Duque de Beja, D. Diogo Ortiz e pouco mais, as notícias que recebesse a tal respeito. Compreende-se, pois, que nem mesmo os que o serviam de perto, como Garcia de Rezende, tivessem conhecimento da carta; e muito menos o teriam os que andavam mais afastados da Côrte e escreveram já passados alguns anos".

O Conde de Ficalho apoia-se neste caso naquilo a que temos chamado *a política de segrêdo*. Por afirmação declarada ou por omissão, os cronistas da época justificam inteiramente as suas reflexões. Como é sabido, em 1522, o Pe. Francisco Álvares encontrou na Abissínia Pero da Covilhã, a quem o Négus não permitira, no século anterior, a saída do seu reino. Álvares ouviu de confissão o velho emissário de D. João II, como êle próprio conta na sua *Verdadeira informação do Preste João*. O extraordinário viajante revelou-lhe que D. João II lhe pedira "em grande segrêdo"; "ir descobrir e saber do Preste João e onde se acham a canela e as outras especiarias que daquelas partes iam a Veneza". Acrescentemos que Rui de Pina, na crônica do mesmo Rei, de quem foi secretário, fala da viagem de Pero da Covilhã, mas atribui-lhe apenas como objetivo estabelecer relações de amizade e comércio com o Preste João. O que D. João II escondia — torna-se patente — era o objetivo comercial, que se propunha violar dois monopólios, o de Veneza e o do sultanato mameluco do Egito, notícia que não podia deixar de alarmar, ao máximo, os interessados. O mesmo Rui de Pina, que conheceu a viagem de Bartolomeu Dias, como se depreende da sua crônica, não fala expressamente dessa emprêsa e dos seus resultados, sem embargo de tratar-se dum dos fatos culminantes do reinado de D. João II. Existia, por conseqüência, uma política de segrêdo, o que só os cegos ou os obstinados, o que vale o mesmo, não conseguem lobrigar.

Com razão, por conseguinte, conclui o Conde de Ficalho: "Considerando, porém, a carta em si e nas condições em que foi escrita, e entregue... encontramos todos os motivos para acreditar que chegou ao seu destino. A carta foi entregue no Cairo ao judeu José, um viajante experimentado, que já antes fôra a Bagdad com as caravanas da Síria e voltara dali a Portugal, que havia sido mandado pelo Rei em busca de notícias e tinha todo o interêsse pessoal em lhas trazer. A viagem do Cairo a Lisboa era simples e fácil. A não se dar, portanto, uma circunstância qualquer acidental, que ninguém menciona, não havia razão alguma para que o mensageiro ou a carta se extraviassem no caminho. Considerando agora o conteúdo da carta, poderemos também concluir com alguma plausibilidade que ela foi entregue, meses depois de ser escrita, influiu nas determinações de D. João II, quando êste no fim do seu reinado preparou a expedição à Índia, e nas determinações de D. Manuel, quando êste, no princípio do seu, efetivamente a despachou. Há, sobretudo, uma circunstância que nos leva a esta persuasão. Vasco da Gama não foi vagamente enviado em busca da Índia, foi diretamente dirigido a Calecute(1).

Em Portugal, graças a êstes conhecimentos geográficos e cartográficos e ao valor atribuído ao grau, eram por certo conhecidas as dimensões aproximadas da Ásia. Observe-se ainda que, já em 1488, após o regresso de Bartolomeu Dias da sua viagem até ao Rio do Infante, para lá do Cabo da Boa Esperança, havia igualmente a certeza de que êsse era o verdadeiro caminho marítimo para a Índia.

Assim, as concepções geográficas dos portuguêses assentavam sôbre um mundo maior de um quarto que o de Colombo; sôbre uma Ásia muito menor em extensão; e sôbre a segura possibilidade de a alcançar diretamente desde a Europa, contornando a África pelo Sul.

Quando o genovês tomava a ilha de Cuba pelo continente asiático, o êrro sôbre êsse paralelo atingia cêrca de 180°, por escassez, ou seja de metade do perímetro do planêta.

Esta diferença fundamental entre a sabedoria dos cosmógrafos portuguêses, lentamente preparada e adquirida na experiência, e as tradições ptolomaicas, em que persistiam Colombo e a Côrte castelhana, explica o conceito duns e de outros sôbre as chamadas Índias do Atlântico e serve de quadro indispensável às negociações

---

(1) *Viagens de Pedro da Covilhã*, pág. 120-121. ARMANDO CORTESÃO chega a essa mesma conclusão no seu notável estudo *«O descobrimento da Australásia e a questão das Molucas»*, in «História da expansão portuguêsa no Mundo». t. II, pág. 133.

do Tratado de Tordesilhas. Desde já podemos afirmar: quando D. João II, em 1494, firmava o célebre convênio, bem sabia que o verdadeiro caminho da Índia, por êle tão ardorosamente buscado, lhe estava garantido; e que entre as ilhas descobertas por Colombo e a Ásia, que ambos ambicionavam, mediava um hemisfério.

As negociações que conduziram ao Tratado de Tordesilhas decorrem imediatamente do fato da primeira viagem de Colombo; e não se poderá compreender inteiramente êsse convênio, sem o incluirmos na série dos esforços que os Reis de Espanha e de Portugal fizeram no sentido de se limitarem mùtuamente a extensão das soberanias respectivas.

Como é sabido, o navegador genovês, no seu regresso das Antilhas, passou pelos Açôres e por Lisboa, onde chegou a 4 de março de 1493. Ouçamos o que relata Rui de Pina, testemunha contemporânea da maior importância, pois foi um dos dois embaixadores que D. João II enviou aos Reis Católicos naquele mesmo ano. No capítulo XCV da sua *Crônica de El-Rei D. João II*, diz êle:

"No ano seguinte de 1493, estando El-Rei no lugar do Val do Paraíso..., por causa das grandes pestilências que nos lugares principais daquela comarca havia, a seis dias de março, arribou ao Restelo em Lisboa, Cristóvão Colombo, italiano, que vinha do descobrimento das ilhas de Cipango e Antilha, que por mandado dos Reis de Castela tinha feito, da qual terra trazia consigo as primeiras mostras de gente, ouro, e algumas coisas que nelas havia. E sendo El-Rei logo avisado, o mandou ir ante si e mostrou por isso receber nojo e sentimento, assim por crer que o dito era feito dentro dos mares e têrmos de seu senhorio da Guiné, em que se oferecia defensão, como por que o dito Almirante, por ser de condição um pouco alevantado e no recontamento de suas coisas excedia sempre os têrmos da verdade, fêz esta coisa em ouro e prata e riquezas muito maior do que era. Especialmente acusava El-Rei de negligente por se escusar de êle por míngua de crédito e autoridade, à cêrca dêste descobrimento para que primeiro o viera requerer. E conquanto El-Rei foi cometido que houvesse por bem de o ali matarem, porque com sua morte o prosseguimento desta emprêsa à cêrca dos Reis de Castela, por falecimento do descobridor se acabaria; e que se poderia fazer sem suspeita do seu consentimento e mandado porquanto, por êle ser descortês e alvoraçado, podiam com êle travar por maneira que cada um dêstes defeitos parecesse a verdadeira causa da sua morte. Mas El-Rei, como era Príncipe muito temente a Deus, não sòmente o defendeu, mas antes lhe fêz honra e mercê, e com ela o despediu".

Garcia de Rezende, escrivão da puridade de D. João II, e que tantos e eloqüentes pormenores dá sôbre estas negociações, reproduz quase textualmente as expressões de Rui de Pina, o que acrescenta, a nosso ver, a autoridade do texto. Colombo, por sua vez, corrobora no seu Diário os fatos essenciais assinalados por Pina, ainda que acrescentando algumas particularidades de menor interêsse para a história, mas que podiam servir de vanglória ao Almirante. Não obstante êsse desenvolvimento, o fato de maior interêsse apontado na crônica de Rui de Pina, é confirmado pelo jornal de bordo de Colombo.

"El-Rei, escrevia êle, le mandó recibir a los principales de su casa muy honradamente, y El-Rey también le recibió con mucha honra, y le hizo mucho favor y mandó sentar y habló muy bien, ofereciendole todo lo que a los Reys de Castilla y a su servicio compliese complidamente, y mas que por cosa suya; y mostró haber mucho plazer del viaje haber habido buen termino y se haber hecho; mas que entendia que en la capitulacion que habia entre los Reyes y el que aquella conquista le pertencia, a lo qual respondió el Almirante que no habia bisto la capitulacion, ni sabia otra cosa sino que los Reyes le habian mandado que no fuese a la Mina ni en toda Guinea, y que asi se habia mandado apregonar en todos los puertos del Andaluzia antes que para el viaje partiese. El Rey graciosamente respondió que tenia el por cierto que no habria en esto menester terceros". (1)

Não só o Rei reivindica imediatamente a posse das terras descobertas, mas se nega a discutir o caso com o genovês. Nisto não há necessidade de terceiros, quer dizer, êle entende tratar do caso diretamente com o Reis Católicos. Aquela reivindicação, feita desde logo por D. João II, é o primeiro na série dos atos diplomáticos que haviam de terminar com o Tratado de Tordesilhas. Às palavras seguiram-se os atos. D. João II, para mostrar com clareza aos Reis católicos a interpretação que dava às capitulações de 1480, mandou imediatamente preparar uma armada ou propalou que o fazia, colocando a expedição sob o comando de D. Francisco de Almeida, o mesmo que já combatera na hoste dos Reis Católicos na tomada de Granada e que viria a ser mais tarde o primeiro Vice-Rei da Índia; e anuncia a sua intenção de enviar aquela frota a tomar posse das terras descobertas por Colombo. Esta notícia, dada pelo mesmo cronista Rui de Pina, é confirmada e ampliada por um documento castelhano contemporâneo, de origem oficial, e a que havemos de referir-nos com vagar. Aí se diz, com efeito, que o mo-

(1) V. Diário da primeira viagem, publicada em Navarrete, *Colleccion de viajes...*, t. I, e em *Raccolta Colombiana*, p. I, vol. I.

narca português "se movió con mucha priesa a enbiar una armada suy a esas yslas y tierras firmes. La qual navigacion y trato y maneras de las gentes de aquellas tierras con gran diligencia procuró de saber por formas y artes de los pilotos y marineros y gentes que venian con el dicho Almirante, a los quales hizo mercedes y dadivas de dineros y allende desto mando sacar los marineros portugueses que venian con el dicho Almirante para que fuesen pilotos de la dicha armada y la llevasen por ese mesmo camino a las dichas yslas y tierras firmes y le informasen mas enteramente de todo." (1)

Sabe-se, com efeito, que havia alguns portuguêses na pequena frota de Colombo. Sumariando, D. João II, na ocasião em que Colombo lhe relatou que vinha de terras do Atlântico Ocidental, a que o genovês chamava as Índias, reagiu imediatamente: declarando ao Almirante que as terras descobertas lhe pertenciam, em virtude das capitulações celebradas com os Reis Católicos em 1480; recusando-se a discutir esta sua opinião com Cristóvão Colombo e dando-lhe a entender que o problema da soberania, em litígio, teria de resolver-se entre êle e os soberanos espanhóis; mandando preparar ou fazendo constar que preparava uma armada, sob o comando dum dos mais prestigiosos fidalgos portuguêses dêsse tempo, para tomar posse daquelas terras; e, procurando, enfim, por meio de subôrno ou pressão moral informar-se junto dos tripulantes espanhóis e portuguêses sôbre os descobrimentos realizados por Colombo.

Resta saber até que ponto as capitulações de 1480 podiam servir de fundamento a tais reclamações. Pelo tratado de pazes celebrado entre D. Afonso V de Portugal e os Reis Católicos, êstes "prometieron de agora para en todo tiempo... no turbaran, molestaram, ni inquietaran de fecho ni de direcho... los dichos señores Rei y Principe de Portugal... la posesion y casi posesion en que estan en todos los tratos, tierras, rescates de Guinea, con sus minas de oro, y quales quier otras yslas, costas tierras descobiertas y por descobrir y por fallar, yslas de la Madera, Puerto Santo y Desierta y todas las yslas de los Azores y yslas de las Flores, y todas las yslas que agora tienem descobriertas y quales quier otras yslas que se fallaren o conquirieren de las yslas de Canarias para bajo contra Guinea..." (2)

A expressão "das ilhas das Canárias para baixo contra Guiné" é demasiadamente vaga para base duma reclamação. Temos de convir, entretanto, que se, ao tempo da celebração do Tratado, Dom João II tivesse qualquer conhecimento secreto da existência de

(1) V. «Coleccion General de documentos relativos a las Islas Filipinas», t. V, 1923, pág. 217-226.

(2) V. *Alguns Documentos*, pág. 42.

terras a Ocidente, não era natural que o deixasse adivinhar nas capitulações, dada a violenta intrusão dos castelhanos nos tratos da Guiné, por meio de várias expedições marítimas, durante a Guerra da Sucessão. Seja como fôr, conhecem-se outros dois documentos, pouco posteriores àquele, e em que é visível o esfôrço para esclarecer ou alargar os têrmos aludidos. Apenas um mês volvido, a 6 de abril dêsse ano de 1480, D. Afonso V publicava, sob inspiração do filho, uma carta pela qual concedia aos capitães que o Príncipe D. João enviasse à Guiné, poderes para deitar ao mar "sem outra ordem nem figura de juízo", todos os marinheiros encontrados em quaisquer caravelas ou navios de qualquer gente de Espanha ou de qualquer país que fôsse para ou viessem da Guiné ou ali se encontrassem, além das marcas que pelo assento da capitulação das pazes feitas entre os nossos reinos e os de Castela são apontadas e declaradas, as quais marcas e têrmos são das Canárias para baixo e adiante contra Guiné". [1]

A frase — adiante das Canárias contra Guiné — aqui acrescentada, não pretenderia significar a Ocidente daquele arquipélago? Um ano depois, a pedido do monarca português, o Papa Sixto IV confirmava, por bula de 21 de julho de 1481, não só as concessões anteriores de Nicolau V e Calixto III sôbre as terras descobertas pelos monarcas portuguêses, mas as capitulações de pazes de D. Afonso V com os Reis Católicos, na parte em que se referiam àquele assunto. Mas aí a tradução do texto das capitulações aparece visìvelmente alargado pela forma seguinte: *"ad insulis de Canaria, ultra et citra in conspectu Guinea"*, ou seja, *desde as ilhas Canárias, daquém e além em face da Guiné*. Há uma tal divergência entre esta versão e a sucinta frase das capitulações que não podemos deixar de admitir a hipótese de que ela se fizesse não sôbre a letra expressa do tratado, mas conforme a interpretação capciosa e secreta que lhe dava o Príncipe D. João, ao qual, não se esqueça, cabia desde 1471 a direção da emprêsa dos descobrimentos e a administração das terras descobertas.

Ora, a expressão "daquém e além em frente da Guiné", admite o possível encontro de terras ao Ocidente da Guiné, designação geográfica que nesse tempo envolvia a África meridional ao sul de Cabo Verde. Devemos, pois, admitir que D. João II tencionava amparar-se no texto da bula (e é sabido como elas se conseguiam) e reivindicava a posse das terras descobertas por Colombo, como se fôssem "em frente da Guiné". A confirmar esta hipótese, lembremos que as cartas de doação de terras a descobrir a ocidente,

---

(1) *Ibidem*, pág. 45.

conseguidas por D. Afonso V, mas durante a administração de seu filho, excluíam sempre os mares ao sul de Cabo Verde ou da Guiné. (1)

Resta saber se os fatos seguintes confirmam ou desmentem esta interpretação da atitude do monarca na histórica entrevista de Val do Paraíso. Para isso comecemos por fazer um balanço sumário dos atos diplomáticos que precedem a celebração do Tratado de Tordesilhas, para tentarmos penetrar, passo a passo, no pensamento íntimo e nos desígnios secretos dos negociadores. Há que frisar que duma parte e doutra o monarca português e os espanhóis se esforçaram o mais possível por esconder o seu jôgo. Garcia de Rezende, secretário particular de D. João II, conta na sua crônica do mesmo Rei que o monarca pagava secretamente os conselheiros mais íntimos dos Reis Católicos e assim conhecia as suas intenções com antecedência bastante para prevenir os seus embaixadores em Espanha, por meio dum serviço de postas muito rápido, que tinha organizado para isso. Por sua parte, os Reis Católicos, como veremos, não deixaram de utilizar processos equivalentes. Trata-se, dum lado e doutro, duma luta na sombra. Convém ainda, para compreender o encadeamento das negociações, conhecer o papel desempenhado pelo Papa Alexandre VI e estabelecer, com a exatidão possível, o quadro cronológico dos fatos que se relacionam com a sua intervenção no conflito de soberania ultramarina entre as duas coroas ibéricas.

Em 1916, o historiador belga VAN DER LINDEN, publicava em *The American Historical Review*, um excelente estudo, muito bem documentado, sôbre as bulas de Alexandre VI, que antecederam o Tratado de Tordesilhas. Vamos resumir as conclusões dêsse estudo, de tão grande interêsse para êste trabalho. (2)

Antes de mais nada, concluiu o historiador belga que se não trata de bulas solenes, apresentadas em Consistório ou bulas pròpriamente ditas, mas *brevia bullata*, isto é, cartas acompanhadas de bula, emanadas apenas da Câmara Apostólica, ao passo que as primeiras provêm da Chancelaria da Santa Sé. Êste fato é da maior importância para se compreenderem a seqüência das negociações e o significado do Tratado.

Mas VAN DER LINDEN averiguou ainda que duas dessas bulas foram falsamente datadas, como se demonstra pelo exame conjunto dos seus originais e do registo de expedição do Vaticano, o

(1) V. JAIME CORTESÃO, *Los Portugueses*, em «Historia da América», ed. Salvat, tomo III, 1947, pág. 718-723.

(2) VAN DER LINDEN, *Alexandre VI and the demarcation of the maritime and colonial domains of Spain and Portugal* (1493-94) in *American Historical Review*, vol. XVI.

que deixa supor a cumplicidade do Papa nos desígnios dos Reis Católicos. Convém desde já frisar: ao contrário do que até aqui se tem suposto, elas representam, não o resultado duma mediação entre os dois Estados litigantes, mas apenas uma série de concessões feitas a um dêles, — a Espanha; além disso, foram em grande parte, senão na totalidade, redigidas na chancelaria de D. Fernando e D. Isabel, sob as sugestões de Colombo, que era consultado para êste fim; finalmente constituem sucessivos alargamentos de soberania atribuídos aos Reis Católicos. Alexandre VI, de naturalidade aragonesa, extremamente favorecido pelos Reis Católicos, era nesse tempo um instrumento nas suas mãos. Muito ao invés do que se tem dito, o conflito entre os dois Estados foi agravado por essas bulas e apenas por meios diplomáticos solucionado, chegando Portugal, como veremos, a repudiar expressamente a intervenção do Papa.

O ilustre historiador belga, não obstante ter observado que o conhecimento das verdadeiras datas em que as bulas foram expedidas permite situar com mais exatidão as outras fontes diplomáticas e narrativas e constitui sólida base para estudar o seu alcance; malgrado ter observado com estranheza a originalidade de certas disposições na última das bulas que estudou, conclui que "les sources présentes ne nous permettent pas de découvrir avec certitude les raisons par lesquelles les deux bulles ont été antedatées".

Van der Linden não conheceu, é certo, uma série de fontes que vamos utilizar; e não lhe foi possível, por conseguinte, alcançar todo o significado do fato que descobrira. Vamos ver, por nossa parte, que, formando o quadro cronológico dos fatos conhecidos, êles encerram um encadeamento lógico e se esclarece vivamente a marcha e o sentido das negociações. Podemos dividir os esforços diplomáticos que terminaram com o Tratado de Tordesilhas em três fases, que vamos indicar no seu esquema cronológico, para depois as estudar no seu desenvolvimento íntimo.

Vejamos o que se passa na primeira fase. A 13 de março de 1493, Colombo largava de Lisboa para Palos; e logo a 5 de abril D. João II enviava Rui de Sande, do seu Conselho, como Embaixador aos Reis Católicos (1).

Por seu lado os Reis Católicos obtêm durante o mês de abril a concessão da bula "*inter coetera*" de 3 de maio, a qual, segundo as averiguações de Van der Linden, saiu ainda durante o mês de abril da Câmara Apostólica. A 22 de abril, os Reis Católicos enviavam, por sua vez, a Lopo de Herrera, como Embaixador ao Rei de

(1) V. Zurita, *Historia del Rey D. Fernando*, fol. 30 r. e v.; e Herrera, *História General de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del mar Océano*, dec. I, livro II, cap. V e VIII.

Portugal e antes da chegada de Rui de Sande. Os dois emissários cruzaram-se no caminho, fato que contribuiu para a demora das negociações. Ao mesmo tempo os Reis Católicos davam ordem para que se preparasse uma armada contra a do monarca português. ([1])

Posteriores a êstes acontecimentos, seguem-se as bulas "*inter coetera*", datada de 4 de maio, mas que sabemos pelo estudo de Van Der Linden que foi expedida apenas em junho e a "*Eximiae*" de 3 de maio, mas apenas expedida em julho. ([2])

É de supor, pelo cuidado pôsto em dissimular a sua data verdadeira, que essas bulas se prendam aos resultados da troca das primeiras embaixadas dos fins de abril aos começos de maio.

Interrompidas durante dois ou três meses, as negociações entram numa segunda fase em agôsto dêsse ano. Pouco antes do dia 14 dêste mês, deve ter chegado a Barcelona, onde então se encontravam os Reis Católicos, a segunda embaixada portuguêsa, formada pelo doutor Pero Diniz do dezembargo de El-Rei e Juiz dos seus feitos e Rui de Pina, secretário de D. João II. Só há poucos anos se conhece a carta que os dois embaixadores dirigiram aos Reis Católicos, em nome do monarca português, escrita em Barcelona a 14 de agôsto de 1493. Foi publicada numa coleção espanhola de documentos, mas por tal forma estropiada que nos foi necessário estudar o original respectivo no Arquivo de Índias de Sevilha. ([3]) Damos o texto por extenso no apêndice a êste capítulo.

A esta segunda parte das negociações deve corresponder a Bula *Dudum siquidem*, de 26 de setembro do mesmo ano, mas cujo registo de saída foi impossível a Van Der Linden encontrar nos arquivos do Vaticano.

Entretanto, tinham chegado a Portugal Pero de Ayala e Garcia de Carvajal, embaixadores dos Reis Católicos, mas uns e outros, portuguêses e espanhóis, regressaram aos seus países, sem ter chegado a qualquer conclusão. ([4])

A terceira embaixada portuguêsa, que inicia e leva a cabo a terceira e última fase das negociações, composta de Rui de Sousa, D. João de Sousa, seu filho, Aires de Almeida e alguns técnicos e

---

(1) V. Zurita, *ibidem;* e Carta dos Reis Católicos ao Duque de Medina Sidonia, mandando-lhe preparar tôdas as caravelas que havia nas suas terras (2 de maio de 1493) em Navarrete, *obra cit.*, vol. II, pág. 22-23.

(2) Servimo-nos dos textos em latim das duas bulas «*Inter coetera*» de 3 e 4 de maio e da *Dudum siquidem* de 26 de setembro, publicados na «Colleccion general de documentos relativos a las Islas Filipinas», Barcelona, 1918, t. 1, doc. I, II e IV. A *Eximiae* de 3 de maio pode ler-se em Heywood, *Documenta selecta e Tabulario secreto vaticano*, 1894.

(3) «Coleccion General de documentos relativos a las Islas Filipinas», t. I, doc. n.º 3.

(4) Rui de Pina, Crônica de El-Rei D. João II, cap. LXVI.

outros fidalgos agregados, só parte em março de 1494. Desta vez êstes embaixadores conseguem negociar e assinar, a 7 de junho dêsse mesmo ano, o Tratado de Tordesilhas. Rui de Pina, que tinha feito parte da segunda embaixada, afirma na sua crônica que por êsse contrato as duas partes ficaram tranqüilas e contentes; e Rezende, que era, repetimos, secretário de D. João II, acrescenta que o Rei se mostrou satisfeito com a vinda dos embaixadores, aos quais recebeu muito afetuosamente e com muitas honras. (1)

Ora, como o primeiro ato do Rei de Portugal, após a chegada de Colombo, fôra mandar equipar uma armada e fazer grandes preparativos militares em todo o reino, com ameaça de guerra aos soberanos de Aragão e Castela, (2) parece lícito concluir que êle visava um objetivo de mais alto interêsse e que o conseguira pelos meios diplomáticos, visto que se extremou nas honras com os embaixadores.

Para esclarecermos esta atitude do Rei deve refletir-se em que D. João II não conhecia, pelo menos ao princípio, a posição exata das terras visitadas por Colombo, posição essa que tanto os Reis Católicos, como o navegante genovês, faziam todo o possível por esconder. A 5 de setembro de 1493, Fernando e Isabel escreviam a Cristóvão Colombo, dizendo-lhe, entre outras coisas, que não lhes parecia possível chegar a um acôrdo com os embaixadores portuguêses (os da segunda embaixada) "porque êsses embaixadores não estão informados do que nos pertence"; e, antes disso, em carta de 18 de agôsto, êsses mesmos monarcas recomendavam ao navegador genovês que, ao partir para a segunda viagem, se afastasse do Cabo de S. Vicente e da costa de Portugal, a fim de que os portuguêses não se inteirassem do caminho que levava, recomendação repetida na segunda carta. (3)

Segundo Rui de Pina e Garcia de Rezende, o primeiro dos quais fêz parte da segunda embaixada, D. João II supunha que a emprêsa de Colombo se tinha realizado "dentro dos mares e terras dos seus domínios da Guiné". E se os Reis Católicos procuravam esconder o mais possível a posição das novas terras descobertas, o soberano português não era mais explícito em revelar os seus intuitos. Sente-se com clareza que os monarcas em litígio manobravam com as maiores cautelas, guardando-se mùtuamente de declarar os seus desígnios.

---

(1) Rui de Pina, *ibidem;* Garcia de Rezende, *ibidem*, cap. CLXVI.

(2) Rui de Pina, *ibidem*, cap. LXIII e LXVI.

(3) V. Navarrete, *ibidem*, t. II. págs. 110 e 123.

Quando os monarcas espanhóis pediram, pois, a primeira Bula *Inter coetera*, de 3 de maio, o Rei de Portugal não enviara ainda o seu embaixador e não havia, por conseqüência, formulado as suas reclamações. Ao mesmo tempo que em Roma agenciavam a concessão desta bula, os Reis Católicos enviavam a Portugal Lopo de Herrera, seu embaixador. Pela referida carta de Pero Diniz e Rui de Pina aos monarcas espanhóis sabemos que aquêle emissário levava a incumbência de pedir a D. João II: "mandasse dar pregões e pôr defesa para que nenhumas caravelas e navios de seus reinos e fora dêles fôssem ao que ora tinha descoberto e achado no mar Oceano D. Cristóvão Colombo"; e, além disto, que não quisesse êle próprio "enviar seus navios que tinha prestes para mandar descobrir, pois cá se dizia que sua alteza os mandava armar para irem ao que tinha achado e descoberto o dito almirante..."

Da análise da primeira bula de 3 de maio pode, ao que nos parece, concluir-se que os Reis Católicos pediram ao Papa que obstasse, por meio de certas concessões, aos intentos do monarca português, manifestados logo após a chegada de Colombo a Lisboa. Por essa bula Alexandre VI concede-lhes a soberania sôbre as terras e as ilhas antes desconhecidas, agora descobertas por Cristóvão Colombo a ocidente, na direção da Índia, no mar Oceano, assim como quaisquer terras ou ilhas, ainda não descobertas nessa direção, desde que não estivessem a êsse tempo sob o domínio temporal de qualquer príncipe cristão. Embora dum largo âmbito, estas expressões pecam ainda por vagas.

O desígnio dos soberanos espanhóis é claro: procuram remover por meios diplomáticos as ameaças e os propósitos de D. João II de mandar navios a reconhecer ou ocupar as terras descobertas por Colombo, que êles sabem estar situadas no Atlântico Ocidental e supõem próximas do continente asiático.

Por seu lado, D. João II, que pôde provàvelmente localizar com maior ou menor aproximação a quarta ocidental de bússula, aonde a agulha apontava as ilhas descobertas pelo Almirante, graças aos informes sacados a pêso de ouro aos tripulantes espanhóis e portuguêses da armada descobridora, muda de tática, como vamos ver.

Pela mesma carta de Pero Diniz e Rui de Pina sabemos que D. João II respondeu aos Reis Católicos: quanto ao mandar lançar pregões para que nenhuns navios de seu reino fôssem às terras descobertas por Colombo, se Lopo de Herrera tivesse poder bastante, para em nome dos Reis Católicos mandar proclamar pregões semelhantes nos portos espanhóis, de boa mente êle folgara de fazer o mesmo. Como Lopo de Herrera não levara tal poder, êle não o

fizera, pelos grandes inconvenientes que daí podiam resultar. Quanto ao outro pedido para que êle próprio, Rei de Portugal, não enviasse navios a reconhecer as terras descobertas por Colombo, respondeu que: "ainda que tivesse ordenado aos navios que fôssem descobrir o que a êle bem pertence e mui alongado daquilo que o dito Almirante lhe disse que tinha descoberto... lhe prouve, ainda que o faça com assaz gasto seu e grande desaviamento de seu serviço, de mandar sobreestar êsses navios". Mas apenas por dois meses; e ao mesmo tempo acrescentava que o fazia porque Lopo de Herrera lhe afirmara que os Reis Católicos fariam o mesmo. Quer dizer, o Rei conserva em suspenso sua ameaça, em tom misterioso.

Mas antes das conversas com Herrera partira Rui de Sande, o primeiro embaixador português, que deve ter chegado a Barcelona, por fins de abril. E propunha, segundo informam os cronistas Herrera e Zurita, que os Reis Católicos continuassem os seus descobrimentos, a partir das Canárias, na direção do Ocidente, mas sem ultrapassar êsse arquipélago para o Sul; e pedindo-lhes para ordenar ao Almirante que observasse êste convênio, na certeza de que o monarca português ordenaria também aos seus navios, quando partissem a descobrir, que não ultrapassassem êsse limite para o lado do Norte. (1)

D. João II, como se vê, já não invoca as capitulações de 1480, como fizera na entrevista com o Almirante em Vale do Paraíso. Sabe que as novas terras descobertas não são nos mares da Guiné; e procura reservar-se o direito de navegação e comércio em tôda a zona tropical, fazendo para êsse efeito a primeira, ainda que vaga, sugestão de uma linha divisória.

À luz desta proposta compreendem-se melhor as bulas seguintes, concedidas pelo Papa, conforme a nova cronologia, revelada por Van Der Linden. Aconselhados por Colombo, os Reis Católicos rejeitam a proposta e pedem em junho dêsse mesmo ano ao Papa uma nova bula que modifique e alargue os têrmos da primeira. Alexandre VI acede e surge nesse mês de junho uma bula antedatada de 4 de maio, pela qual o Pontífice concede aos Reis Católicos tôdas as ilhas e terras firmes descobertas ou a descobrir a partir duma linha, passando a 100 léguas de qualquer das ilhas dos Açôres ou Cabo Verde, desde o polo Ártico ou Antártico, para o Ocidente e o Sul, se não pertencerem a qualquer outro Rei ou príncipe cristão até aos começos do ano de 1493, sem embargo de qualquer outra concessão apostólica em sentido contrário.

---

(1) V. Herrera, *obra cit.*, década I, Livro II. cap. V; e Zurita, *História del Rey D. Fernando*.

No mês seguinte, isto é, em julho, o Papa expede uma nova bula, antedatada de 3 de maio, e na qual se repetem as expressões das duas bulas anteriores, mas agora sublinhando a expressão — "na direção do meio-dia", ou seja do Sul, e estabelecendo ainda que os Reis Católicos possam usar sôbre os seus novos territórios os mesmos direitos que a Santa Sé havia concedido aos Reis de Portugal, disposição que se omitia na bula precedente.

O encadeamento lógico mostra que estas duas bulas, pelo seu conteúdo e a simulação das datas, formam contrapartida e resposta às reclamações do Rei de Portugal.

D. João II pretendia obter o monopólio da navegação e do comércio nas regiões tropicais? E sugeria como linha divisória um paralelo passando pelo arquipélago das Canárias? A bula de 4 de maio, em resposta, exclui tôda a possibilidade dêsse monopólio e fixa, ao invés, uma linha divisória, que lhe fecha as navegações no sentido do Ocidente.

O monarca português apoiava ou podia de futuro apoiar as suas reclamações sôbre bulas papais anteriores? A bula de 4 de maio responde, anulando tôdas essas disposições.

Em que data haveria esta última bula chegado ao conhecimento de D. João II? Sabe-se que já era conhecida em Barcelona a 19 de julho e foi enviada a Colombo a 14 de agôsto dêsse mesmo ano de 1493.(1) Como o monarca português tinha, entre os próprios conselheiros dos Reis Católicos, alguns solícitos informadores, que estipendiava generosamente, o que sabemos pelo seu moço de escrivaninha Garcia de Rezende, não tardaria por certo a ter conhecimento da bula chamada de 4 de maio, talvez em começos de agôsto, mas por certo após a partida dos seus embaixadores, PERO DINIZ e RUI DE PINA, os quais a 4 dêsse mês já estavam no Aragão a caminho de Barcelona(2). E, na verdade, pelo que nos deixa entrever a carta dos dois emissários e os dizeres do cronista ANTONIO DE HERRERA, a mensagem que aquêles levavam pouco mais era que o desenvolvimento e ratificação, em têrmos mais precisos, da resposta dada ao primeiro emissário dos Reis Católicos e da mensagem enviada pelo primeiro embaixador, RUI DE SANDE. O que significa que a segunda fase das negociações, em que vamos agora entrar, pouco difere, na substância, da primeira.

Há, não obstante, um trecho na carta, com que os dois embaixadores iniciaram as suas negociações, a qual foi por certo ditada

(1) V. VAN DER LINDEN, Artigo e revista citados.

(2) V. Carta dos Reis Católicos a D. Juan de Fonseca, de 4 de agôsto de 1494, em Navarrete, *obra cit.*, t. II, págs. 92-93.

nos seus tópicos essenciais por D. João II, que merece atenção particular. Referimo-nos à resposta dada ao pedido dos Reis Católicos para que El-Rei D. João II não enviasse "seus navios que tinha prestes para mandar descobrir", pois se dizia em Espanha que o soberano português os mandara para ir às terras descobertas por Colombo. A isto D. João II acede, porque LOPO DE HERRERA e RUI DE SANDE, êste no seu regresso, lhe asseguraram que os Reis Católicos fariam o mesmo. Mas por dois meses, e com a condição de que se tome dentro dêsse prazo o assento desejado. Apesar de que, afirma o monarca, as terras alvejadas por essa expedição não são as mesmas descobertas por Colombo: "posto que... fôssem descobrir ao que sua Alteza (D. João II) bem pertence e mui alongado daquilo que o dito Almirante disse a Sua Alteza que tinha descoberto".

Onde estavam então situadas essas terras, tão alongadas das outras, mas que pertenciam ao soberano? Observe-se que êle não diz, como poderia ter feito, se quisesse tranqüilizar inteiramente os Reis Católicos, que os seus navios iriam simplesmente à Mina ou à Guiné, em África.

Além disso, os dois emissários traziam uma incumbência, ratificação da proposta de Rui de Sande, que bastou a alguns dos conselheiros ou técnicos dos Reis Católicos, para os pôr no caminho de decifrar êste enigma. Segundo o cronista Herrera, os novos embaixadores foram bastante mais concretos ao repetir a proposta feita na primeira fase das negociações e pelo primeiro embaixador:

"Y tratando sobre esta pretension proponian que seria buen medio que el mar Oceano se partiese entre las dos Coronas por una linea, tomada desde las Canarias contra el Poniente, por ramos e linea derecha, y que todas las mares, islas y tierras desde aquella linea derecha al Poniente, hasta el Norte, fuesen de los reinos de Castilla y de Leon, fuera de las islas que entonces poseia el Rey de Portugal en aquella parte; y que todos aquellos mares, islas y tierras restantes, que se allasen desde aquella linea, hacia el mediodia, fuesen del Rey de Portugal, salvando las islas de Canarias que eran de la Corona de Castilla".(1)

Por esta proposta, é claro, ficavam os castelhanos inteirados de que D. João II pretendia a posse de tôdas as terras tropicais, ao sul dum paralelo que passava pelas Canárias; e, como ninguém lhe disputava as regiões africanas abrangidas por essa linha, era de suspeitar que se tratasse de algumas ilhas ou terra firme, colocadas a ocidente da África. E se o Rei defendia por via diplomática e

(1) V. HERRERA, *obra cit.*, dec. I, livro II, cap. VIII.

ameaça de guerra a posse duma terra ao sul do paralelo das Canárias, que não era África e ao mesmo tempo estava "mui alongada das ilhas descobertas por Colombo", não se tornava necessário uma agudeza extrema para concluir que essas terras deveriam ficar a ocidente da África, para o sul. Não é, pois, inteiramente de estranhar que, a 5 de setembro de 1493, ou seja pouco depois dos embaixadores portuguêses formularem a sua proposta, os Reis Católicos escrevessem a Colombo dizendo:

"Y porque, despues de la venida de los portugueses, en la platica que con ellos se ha habido, algunos quieren decir que lo que hay en medio desde la punta que los portugueses llaman de Buena Esperanza, que está en la rota que ahora ellos llevan por la Mina del Oro y Guinea abajo, hasta la raya que vos deciste que debia venir en la bula del Papa, piensan que poderá haber islas y aun tierra firme, que, segun en la parte del sol que está, se cree que seran muy provechosas y mas ricas que todas las otras; y porque sabemos que desto sabeis vos mas que otro alguno, vos rogamos que luego nos envieis vuestro parecer en ello, porque si conviere y os paresciere que aquello es tal negocio qual aca piensan que será, se emiende la bula; por esso, por servicio nuestro vos rogamos que luego nos los escribais". (1)

Antes de mais, nòte-se que dêstes dizeres irrefragàvelmente se conclui que o meridiano a cem léguas dos Açôres da bula de 4 de maio fôra indicado por Colombo; e que os Reis Católicos continuam a pedir ao Almirante a sua opinião para, se necessário fôr, se emendar a bula. Isto prova à saciedade quanto Alexandre VI era um instrumento em mãos dos Reis de Castela e Aragão.

Observe-se agora que a localização e a natureza das supostas terras defendidas dor D. João II, se tornam mais precisas nesta carta: tratava-se, coforme se dizia, de "islas y aun tierra firme", quer dizer, continental, situadas ao sul ("en la parte del sol") a ocidente da África, mas cuja partilha ou, porventura, posse plena pelo monarca português, a linha de demarcação a cem léguas, não evitaria.

Como haveriam os conselheiros ou técnicos dos Reis Católicos chegado a essa conclusão? Pelas conversas com os portuguêses, "en la platica que con ellos se ha habido", e conversas certamente relacionadas com uma ou outra das linhas de demarcação. Ora, com efeito, o meridiano traçado a cem léguas de qualquer das ilhas dos Açôres ou Cabo Verde, sabido que a Ilha das Flôres, a mais ocidental do primeiro daqueles arquipélagos, está colocada mais

(1) V. Navarrete, *obra cit.*, II, pág. 124.

6º a oeste da ilha de Santo Antão, a mais ocidental de Cabo Verde, incluia na zona portuguêsa uma faixa do nordeste brasileiro (V. fig. nº XVI).

Aqui surgem dois novos conceitos extremamente singulares: a hipótese da existência dum continente tão próximo da África; e a precisão de que estava situado a menos de cem léguas dum meridiano que passasse pela Ilha das Flôres.

Não nos cansaremos de frisar: D. João II envolveu no maior e mais calculado segrêdo, como atrás vimos, as suas expedições em busca do caminho marítimo para as Índias. E não deve esquecer-se igualmente que tanto os Reis Católicos como o monarca português se propunham êsse mesmo objetivo de descobrir por mar as Índias.

Estamos assim em face de duas hipóteses: D. João II conhecia, ou não, em setembro de 1493 a existência de terras continentais sul-americanas. No estado atual dêste problema crítico, posição de dúvida em face de duas hipóteses, manda a lógica dizer que a primeira é mais viável. Há uma aproximação tão grande e singular no realismo geográfico que à razão repugna atribuí-la ao acaso. O maior obstáculo à verossimilhança desta hipótese está no crédito concedido aos cronistas de Portugal. Mas, serventuários submissos ou secundários do Estado, é certo que êles ignoravam muitos fatos dos mais relevantes ou calavam os que sabiam, conforme a conveniência política dos monarcas, que os estipendiavam.

Podemos, pois, desde já admitir como hipótese viável, que D. João II defendesse conscientemente, em setembro de 1493, a posse de terras continentais sul-americanas. Devemos, por conseguinte, buscar com o maior cuidado se no decorrer das negociações algum fato acrescenta ou diminui a vialibilidade dessa hipótese.

Se o monarca português defendia a posse de terras no hemisfério austral e a ocidente da África, a demarcação da bula de 4 de maio deveria representar para êle um clarão de esperança, e, mais do que uma primeira vantagem, a base para futuras negociações. E se não medite-se. Pela primeira bula *Inter coetera*, de 3 de maio, o Papa concedia aos Reis Católicos a soberania sôbre tôdas as terras e ilhas desconhecidas antes da viagem de Colombo para ocidente, no mar Oceano, e na direção da Índia, desde que não estivessem até àquela data sob o domínio temporal de qualquer príncipe cristão. Pràticamente os soberanos espanhóis ficavam possuindo tôdas as terras a ocidente do meridiano da ilha das Flôres. Pela demarcação da bula de 4 de maio já D. João II ganhava, em virtude dos seus primeiros protestos e ameaças, 100 léguas de Oceano, dentro das quais como vimos, se incluía já uma faixa do nordeste do Brasil.

Ora, no momento em que os Reis Católicos, a 5 de setembro, comunicavam a Colombo as suas suspeitas sôbre a existência daquelas terras, tinha-se observado entre as duas Côrtes, como hoje diríamos, — um comêço de *détente*. Essa nuança psicológica, característica das negociações diplomáticas complicadas, no momento em que progridem num sentido positivo, fôra constatada pelos Reis Católicos, que a transmitiam como um fato seguro a Colombo. NAVARRETE publicou uma série de cartas dos dois monarcas espanhóis, escritas durante êste período a Colombo e a Juan Fonseca, o futuro e célebre Bispo de Burgos, ao qual já então fôra dado o encargo dos negócios da Índia, e que esclarecem muito o desenvolvimento das negociações. Da leitura dessa correspondência se conclui que a inquietação dos monarcas espanhóis sôbre a posse das terras descobertas por Colombo, diminui consideràvelmente depois das conversas tidas com os dois embaixadores portuguêses. Em duas cartas escritas ao Almirante, a 5 de setembro, diziam os Reis Católicos: "En el negócio de Portugal no se há tomado con estos que aqui estan determinacion, aun que yo creo que el-Rey se llegará a razon en ello". E noutra confirmavam: "Esperamos que nos concertaremos con el-Rey de Portugal".(1)

Ao que parece, pois, das conversas com os dois embaixadores portuguêses e da publicação da bula de 4 de maio, que delimitava as soberanias pelo meridiano a 100 léguas a ocidente da Ilha das Flôres, tinha resultado certo esclarecimento do problema que tudo leva a suspeitar fôsse de ordem cosmográfica.

Seria pois interessante conhecer quais as personalidades castelhanas ou aragonesas, que, além dos Reis Católicos, estiveram envolvidas, de qualquer modo, nas conversas com os embaixadores portuguêses. Ora, a documentação existente permite-nos objetivar, com grande aproximação, o processo que levou os soberanos espanhóis à suspeita de que D. João II conhecesse e possuísse terras a ocidente de África abrangidas por aquêle primeiro meridiano. A 14 de agôsto, como vimos, os embaixadores portuguêses já estavam em Barcelona. A 18 dêsse mês os Reis Católicos informavam Colombo: "Aqui son venidos sus embajadores (de D. João II)... y aun no se ha comenzado a platicar en los negocios, porque en sus visitaciones se han pasado estos dias. Luego se entenderá con ellos". (2)

Só depois dêste dia, mas certamente pouco depois, começaram as conversações entre os embaixadores portuguêses e os soberanos e pessoas do seu Conselho. Sem dúvida, a 26 de agôsto, se tinha

(1) V. NAVARRETE, *obra cit.*, II, pág. 96-97.
(2) *Idem, ibidem*, págs. 96-97.

já entrado no vivo da questão. PERO DINIZ e RUI DE PINA, depois de entregarem a carta a que nos temos referido, em nome de D. João II, foram por certo inteirados dos dizeres da nova bula, a qual vinha pôr em bases muito novas o problema. Êles próprios deveriam entrever a solução. Que se passou então? Como reagiram os dois embaixadores? O que sabemos é que, naquela data de 26 de agôsto, o Cardeal de Espanha e Arcebispo de Toledo, D. Pedro de Mendoza, do Conselho de Suas Majestades, escreve de Barcelona ao célebre cosmógrafo JAIME FERRER, ordenando-lhe que "vista esta letra nuestra partais y vengais aqui a Barcelona: y traed con vos el mapa-mundi y otros instrumientos, se teneis, tocantes a cosmografia". [1]

Não será a única vez que o nome do cosmógrafo catalão apareça neste trabalho ligado às negociações entre Portugal e Espanha sôbre a partilha do mundo desconhecido. E é lícito supor desde já que a chamada do cosmógrafo, com o pedido de trazer os seus instrumentos de trabalho, se prenda com as primeiras conversas havidas entre os Reis Católicos e os seus conselheiros dum lado, e, do outro, os embaixadores portuguêses. Êstes, há que admitir, deixaram levantar em suas palavras, adrede ou não, uma ponta do véu que encobria os objetivos do monarca português. Mais tarde um dos próprios embaixadores, Rui de Pina, escreveria:

"Para o qual (pediam os soberanos espanhóis a D. João II) enviasse a êles seus embaixadores e procuradores... pelo qual El-Rei desistiu de enviar a dita armada; e sôbre isso ordenou logo por seus embaixadores e procuradores, ao Doutor PERO DIAS e RUI DE PINA, que *da verdade bem avisados e instrutos* foram aos ditos reis que eram em Barcelona...". [2]

A frase "da verdade bem avisados" deixa supor não só que as negociações visavam um objetivo de qualquer modo secreto, mas que os embaixadores estavam na posse do segrêdo. Por tática ou por imprudência, e adiante veremos que a primeira hipótese não é inviável, êles induziram os espanhóis em suspeitas. Jaime Ferrer, chamado — e não podia tardar, pois vivia cêrca de Barcelona, — confirmou as suspeitas e avolumou, a sua importância. Um fato nos permite, com efeito, apontá-lo como o mais autorizado inspirador dos Reis Católicos, naquela conjuntura. A êle deve pertencer a opinião

(1) Uma parte da notável correspondência do cosmógrafo catalão com os Reis Católicos e outras altas personalidades foi publicada em «*Sentencias Catholicas* del Divi Poeta Florenti compilades per lo prodentissim mossen Jaume Ferrer de Blanes, MDXLV. *in fine*», obra raríssima de que possuímos um dos cem exemplares da tiragem facsimilada, em Barcelona (1922).

(2) V. RUI DE PINA, *Crônica de D. João II*, cap. LXVI.

que ditou, na carta de 5 de setembro dos soberanos espanhóis, aquela expressão: "islas y aun tierra firme, que, segun en la parte del sol que esta, se cree que seran muy provechosas y mas ricas que todas las otras. . ."

Enquanto Colombo estava nas Antilhas pela segunda vez, Jaime Ferrer, a pedido da Rainha, escreveu ao Almirante, a 5 de agôsto de 1495, uma carta em cuja transcrição nos deteremos, tão elucidativa se nos afigura para o nosso caso:

"Y a vos señor, mando por esta opposita parte de Oriente a Poniente tanto que por divina voluntad soys llegado en Oriente y en las extremas partes de India superior. . . y porque, señor, la Reina nuestra señora me mando que yo escribiese a vuestra señoria de mi intencion: por esto escribo mi parecer en esta y digo que la vuelta del Equinocio son las cosas grandes y de precio como son piedras finas y oro y especias y drogaria; y esto es lo que puedo yo decir a cerca desto por la mucha platica que tendo en Levante, en el Alcayre (Cairo) y Damas (Damasco) y porque soy lapidario y siempre me plugo investigar en aquellas partes de los que de alla vienen de que Clima y Provincia traen las ditas cosas; y lo mas que pudo sentir de muchos Indos y Arabes y Ethiopes es que la mayor parte de las cosas buenas vienen de region muy caliente donde los moradores de alla son negros o loros; y porende segun mi juicio haste que vuestra señoria halle la gente tal no hallara abundancia de las dichas cosas. Bien que de todo esto vos, señor, sabeis mas dormiendo que yo veilando." [1]

Esta carta permite estabelecer alguns fatos duma certa importância. Por ela, em primeiro lugar, se vê a alta conta, o que veremos também por outras fontes, em que os Reis Católicos tinham o saber do cosmógrafo catalão, judeu converso, lapidário e homem muito viajado, a quem pediam para orientar o Almirante nas suas explorações. Em segundo lugar, e sabido êste elevado conceito dos soberanos, não erraremos atribuindo a Jaime Ferrer a principal responsabilidade naquelas suspeitas e opiniões sôbre a riqueza das "islas y tierra firme". Finalmente, conclui-se que Jaime Ferrer também supunha que Colombo atingira de verdade a parte oriental da Ásia.

O fato de podermos apontar o cosmógrafo catalão como inspirador dos Reis Católicos, ao escreverem a célebre carta de 5 de setembro, poucos dias depois da chamada de Jaime Ferrer a Barcelona, não se nos afigura destituído de interêsse. Ao contrário, dá relêvo ao trecho daquela carta, por nós citado. Os soberanos não

(1) *Idem, ibidem.*

transmitiam a Colombo uma suspeita vulgar ou impensada. A conclusão saíra da mente dum cosmógrafo, que decerto confrontara certos dizeres dos embaixadores portuguêses com a figuração ptolomaica da Terra, que Jaime Ferrer teria em seu mapa-múndi. A êsse tempo, os descobrimentos portuguêses, que tinham revelado uma África muito mais prolongada para o sul do que haviam pensado os cosmógrafos antigos, permitiam imaginar uma nova distribuição das terras à superfície do planêta. A hipótese, pois, da existência duma terra continental, no hemisfério austral e a ocidente da África, independente da Índia, pròpriamente dita, mas abrangida pelo meridiano da bula chamada de 4 de maio, passa duma simples suspeita, aventada por motivo de conversas, a conseqüência de razoamentos de caráter científico.

Aliás, e por enquanto, na evolução das negociações, tudo se passa como se o Rei defendesse a posse de terras austrais, a ocidente de África e desconhecidas de Ptolomeu. Ao receber da bôca de Colombo as primeiras notícias sôbre o descobrimento de terras a ocidente, e na ignorância da sua posição exata, D. João II admite que elas lhe pertençam pelas capitulações de 1480, isto é, que entrem, como diz PINA, "nos têrmos e domínios do mar da Guiné". Mas breve, informado por alguns dos próprios tripulantes da armada de Colombo, logra situar aproximadamente aquelas terras: e então propõe a partilha por meio dum paralelo, passando pelas Canárias, que reservasse a Castela as terras ocidentais descobertas pelo genovês. Finalmente, o Papa faz, a pedido dos Reis Católicos e sob a indicação de Colombo, a primeira delimitação por um meridiano. E há um momento de *détente*. Os Reis Católicos concluem que o monarca português pretenda reservar-se a soberania sôbre terras misteriosas situadas a ocidente de África; e sentem a possibilidade de chegar a um acôrdo.

Por que não se concertaram desde logo? Porque as instruções de PERO DINIZ e RUI DE PINA não previam a hipótese da delimitação concedida pela bula de 4 de maio. Os próprios monarcas espanhóis, em carta de 5 de setembro, a Juan Fonseca declaravam: "hasta ahora no se ha tomado asiento alguno (com os embaixadores portuguêses) y creemos que habran de consultar con el-Rey de Portugal en el negocio".(1) E na verdade, o juiz do desembargo real e o secretário do rei, desde que se entrava numa solução de base cosmográfica, meridianos, rumos, mediações do globo, não bastavam. Haveria que fazer intervir os técnicos da navegação e da cosmografia; e só êste fato bastaria a indicar que se entrava na terceira

(1) V. NAVARRETE, *ibidem*, *II*, pág. 306-307.

fase das negociações. E muito mais depois que a embaixada de PERO DINIZ e RUI DE PINA atingiu as últimas conseqüências, a que nos vamos referir.

Com efeito, uma quarta e última bula, datada de 26 de setembro de 1493, que vinha terminar, por forma extraordinária, a série de condescendências do Papa Alexandre VI aos pedidos de D. Fernando e D. Isabel, deve ligar-se diretamente àquela segunda embaixada portuguêsa.

Quem inspirou essa bula? Não se pode duvidar que mais duma vez tenha sido Colombo. Não só, como vimos, pela carta de 5 de setembro dos soberanos espanhóis ao seu Almirante, se vê que a idéia do meridiano da bula chamada de 4 de maio lhe pertence, mas os monarcas, comunicando-lhe suas graves suspeitas, instam com êle para que envie imediatamente o seu parecer, "porque se conviene. . . se emiende la bula". Acresce que na carta de 5 de setembro a Juan Fonseca os Reis Católicos proclamavam: "Y cuanto mas platicamos en este negócio mas conoscemos cuanto grande fue el servicio que (Colon) nos hizo; y que en ello el sabe mas que todos y asi se deve todo remetir a elle. . ." (1).

Não se conhece a resposta de Colombo ao pedido dos soberanos, mas não pode imaginar-se, em face dêste parecer, que a bula de 26 de setembro se redigisse sem as suas indicações. Devemos, pois, ter por certo que o Almirante inspirou a redação daquela bula, a qual contém, como iremos ver, um grande número de novas e surpreendentes cláusulas.

Até ao presente não se encontrou ainda nos registros do Vaticano menção da saída dêsse documento. Mas era quase impossível, com os escassos meios de comunicação dessa época, no curto prazo de vinte e um dias, desde que os Reis enviaram a carta de Barcelona a Sevilha, houvesse tempo de obter a opinião do Almirante, enviar as instruções para Roma, redigir a bula e expedi-la, muito mais se entrarmos em linha de conta com as prováveis dilações burocráticas na Cúria romana. Por outro lado, como se torna inadmissível a hipótese de que se expedissem as instruções para Roma, sem conhecer a opinião do Almirante, não será temerário concluir-se que a bula de 26 de setembro foi igualmente antedatada.

Por mais estranho que se nos afigure esta manifesta cumplicidade de Alexandre VI com os ambiciosos desígnios dos soberanos espanhóis, é certo que não escasseavam sólidas razões para semelhante atitude. Alexandre VI que, por sua parte, já possuia dezesseis bispados e numerosas abadias em Espanha, recebia ainda

(1) *Idem, ibidem.*

por essa altura um elevado prêmio às suas benevolências. Seu filho, o célebre César Borgia, era brindado com o bispado de Valência que rendia 16.000 ducados por ano.(1)

A bula de 26 de setembro, *Dudum siquidem*, publicada por Navarrete em castelhano, segundo a tradução de Gracian, começa por fazer uma referência às doações anteriores, que dá por inclusas e ratificadas, e acrescenta: "mas porque podria acaecer que los nuncios, capitanes o vasallos vuestros, navegando hacia el Ocidente por el mediodia... tocasen a las partes orientales y hallasen islas y tierras firmes que huviesen sido o fueren de la India... estendemos y ampliamos la donacion... a todas y qualesquier islas y tierras firmes halladas y por hallar, descubiertas y por descubrir que, navegando o caminando hacia el Ocidente o el Mediodia, son o fueren o aparecieren, ora esteen en las partes ocidentales o meridionales y orientales y de la India..." A seguir a bula comina, sob pena de excomunhão, a tôdas e quaisquer pessoas "que en ninguna manera presuman ir o enviar a las partes sobre dichas a navegar, pescar o inquirir islas o tierras firmes por qualquer respecto o color, sin expresa licencia vuestra y de vuestros herederos y sucesores sobredichos. No obstante las constituciones y ordenaciones apostolicas y qualesquier donaciones por Nos o Nuestros predecesores hechas a qualesquier reyes, principes, infantes o qualesquier otras personas o ordenes y milicias, de las sobre dichas partes, mares, islas y tierras o alguna parte dellas, ora sean por qualesquier causas, aunque sean de piedad o de fe, o redempcion de cautivos... aunque por aventura alguna vez aquellos a quien las tales donaciones y conceciones fuesen hechas o sus nuncios navegasen alli".

Esta bula, que representa uma escandalosa anuência aos desejos dos Reis Católicos, pelas revogações que inclui e os seus extraordinários têrmos, não mereceu até aqui a devida atenção dos historiadores. Mas é evidente que ela se liga às conversações com os dois embaixadores portuguêses e às suspeitas por êles levantadas da existência de terras a ocidente, desconhecidas dos Reis Católicos ou, mais objetivamente, de Colombo.

Desta vez, a bula não só elimina a partilha por meio do meridiano a 100 léguas dos Açôres e de Cabo Verde e se regressa aos largos têrmos da primeira bula *Inter coetera* de 3 de maio, mas o Pontífice revoga tôdas as concessões dos seus antecessores ao Infante D. Henrique, mestre da Ordem de Cristo, a D. Afonso V e a D. João II, e anula quaisquer títulos de posse que resultassem do

---

(1) V. MAGNAGHI, *Il planisfero della Biblioteca del Re in Torino*, Firenze, 1929, pág. 34; e GREGOROVIUS, «*Lucrece Borgia*», I, pág. 129.

próprio descobrimento de terras a Ocidente e dos fatos daí resultantes, como seria, — caso inaudito — motivos de piedade ou de fé, ou redenção de cativos.

Ora, algumas destas exclusões, como seja pescar e remir cativos, só podem referir-se a terras prèviamente conhecidas, e muito mais a última, que não só implicava o conhecimento anterior da região, mas a descida em terra e o conflito com os indígenas. Semelhantes cláusulas seriam inúteis se obedecessem a meras hipóteses sem qualquer fundamento. O alargamento da doação e a revogação de tôdas as concessões feitas pelos Pontífices anteriores aos portuguêses, com a única exceção das terras que estivessem na sua posse real e efetiva, bastava amplamente para assegurar e dilatar os direitos dos Reis Católicos. Aquelas restrições são por tal forma individuantes e objetivas que só podem responder a objeções feitas pelos embaixadores portuguêses, indicando tais motivos, ou a presunção do ânimo de Colombo que pudessem ser formuladas.

Sem podermos, por falta de documentos, fixar o encadeamento completo das causas que motivaram o singular texto da bula de 26 de setembro, o que não pode negar-se, quanto a nós, é que esta representa, além duma precaução contra o conhecimento português de terras austrais a ocidente de África, um eco de viagens ou tentativas de viagens anteriores dos portuguêses à região do Nordeste da América do Norte, quer êle repercutisse apenas na mente cautelosa do Almirante, quer resultasse de reclamações veladas dos próprios embaixadores portuguêses. Outros fatos podiam ter aconselhado Colombo também a insinuar aquelas cláusulas. Da correspondência trocada entre êle e os Reis Católicos consta que um e outros recebiam aviso da partida de navios portuguêses na direção do Ocidente. Tanto os monarcas como o seu Almirante se mostravam muito inquietos com essas largadas, cujo destino não conheciam ao certo. O Almirante comunica até aos Reis sua intenção de mandar alguns dos seus navios em busca duma caravela portuguêsa, que partira da Ilha da Madeira. (1)

Interrogados sôbre êste fato, os dois embaixadores portuguêses, longe de o desmentir, confirmaram-no, alegando — estranha alegação! — que o Rei enviara atrás dela outras três caravelas para a tomarem. (2)

É muito de estranhar que os embaixadores portuguêses tivessem não só confirmado o fato, mas aduzido uma aleatória que não podia senão agravar as suspeitas. Certo é que aquela revelação dos

(1) V. NAVARRETE, *obra cit.*, II, pág. 109.

(2) *Idem, ibidem*, pág. 121.

embaixadores havia de inquietar sobremaneira Colombo e levá-lo à suposição de que os navios do Rei português navegassem por mais de que um rumo do ocidente para realizar vastas explorações no Atlântico. Mais uma vez há que pôr a questão: as confirmações dos embaixadores portuguêses teriam sido feitas de boa-fé, mas representando nesse caso uma falta de tato, ou de caso pensado, para alimentar a inquietação dos monarcas e forçá-los a um arranjo rápido? Inclinamo-nos para esta segunda hipótese. Não se nos afigura lógico ou natural que o Rei escolhesse emissários tão desastrados e incontinentes que descaíssem à primeira pergunta numa declaração tão inquietante.

Aliás, sabido que D. João II se informou da posição e natureza das novas terras e ganhou ao seu serviço os tripulantes portuguêses da armada de Colombo para servirem de guia numa expedição a essas mesmas regiões, custa a crer que o astucioso monarca não levasse o seu intento ao fim, tanto mais que não lhe faltavam navios e os melhores navegadores do tempo.

Rui de Pina atribui o malôgro das negociações nesta segunda parte, aquela em que êle próprio interveio, ao propósito deliberado dos Reis Católicos: "Porque antes de finalmente sôbre a dita conquista e ilhas e terras se concordarem, quiseram secundàriamente ser certificados da inteira verdade das ditas ilhas e terras que já eram descobertas, e das coisas que nelas havia, para o que tinham já enviado os seus navios, que ainda não eram tornados: porque segundo fôsse a estima delas, assim se concordariam insistindo ou desistindo. E, porém, para dilatarem o negócio sem conclusão até êsse tempo, tomaram por achaque de enviar, como enviaram, a El-Rei, a resposta de sua embaixada por D. Pedro de Ayala e por Garcia Lopes de Carvajal, seus embaixadores e procuradores para o caso. Os quais acharam El-Rei em Lisboa; e tais meios e apontamentos fizeram e tão inimigos da razão que a tenção que os ditos Reis tiveram para dilatar pareceu clara e manifesta". [1]

A 26 de setembro, a quando a suposta expedição da bula *Dudum siquidem*, partia Colombo com uma armada, composta desta vez de 16 navios, expressamente numerosa e preparada para a hipótese de qualquer encontro com navios portuguêses. Ao mesmo tempo aquela bula (se é que alguma vez os monarcas espanhóis a produziram e não se tratava duma última *ratio*, a alegar em caso extremo) arrebatava aos portuguêses a possibilidade sequer de reclamar a posse das terras que, porventura, houvessem descoberto a ocidente.

---

(1) *Obra cit.*, cap. LXVI.

Tanto a atitude dos Reis Católicos, como a docilidade de Alexandre VI aos seus desígnios, haviam de irritar profundamente D. João II. Sem embargo, não damos por certo que a culpa do malôgro das negociações coubesse exclusivamente aos Reis Católicos. Não só o soberano português enredara D. Fernando e D. Isabel numa teia de suspeitas nada propícias a aclarar o problema, mas também desde que êstes não aceitaram, como era natural, a proposta da delimitação por um paralelo, era necessário a D. João II considerar o litígio em bases novas. A Juan Fonseca e a Colombo escreviam os soberanos espanhóis informando de que se não tinha chegado a qualquer concêrto com os embaixadores portuguêses, por que êstes necessitavam de falar com o seu rei. Esta é, por certo, outra das causas do malôgro das negociações neste momento. E, se não temos dúvida em que os Reis Católicos desejavam obter novos informes sôbre as terras descobertas, a lógica, implícita nos fatos e no gênio político de D. João II, leva a crer que também êle desejava completar os seus informes geográficos sôbre as regiões a ocidente do Atlântico para poder continuar as negociações com melhor conhecimento de causa.

Durante o mês de setembro de 1493, Pero Diniz e Rui de Pina devem ter regressado a Portugal, enquanto os embaixadores espanhóis Garcia de Carvajal e Pedro de Ayala procediam de tal jeito que D. João II dizia que a embaixada dos Reis Católicos não tinha pés nem cabeça, aludindo a que um dos emissários era coxo e ao outro claudicava o senso. E também êstes regressaram a Espanha sem qualquer resultado positivo.

Resumindo: durante a primeira e a segunda fase das negociações, tudo leva a crer que o objetivo principal, mas oculto, dos esforços diplomáticos de D. João II junto dos soberanos espanhóis tenha sido o de reservar-se o descobrimento definitivo e o monopólio comercial do caminho marítimo para a Índia pelo Cabo da Boa Esperança, para o que por vários meios provocou a suspeita de que defendia apenas a posse de terras a ocidente de África. Resta sòmente averiguar se êle tinha ou não qualquer notícia da existência dessas terras.

Enquanto dum lado e doutro se trocavam duas embaixadas em menos de seis meses, a terceira e última embaixada portuguêsa só volvido meio ano reatava as negociações com os soberanos espanhóis. Que se passara neste intervalo? A Castela haviam chegado as notícias das primeiras explorações realizadas pelo Almirante durante a sua segunda expedição. Mas estas pouco mais adiantavam sob o ponto de vista geográfico, pois o navegante genovês não excedera o golfo e o arquipélago das Antilhas, dédalo de grandes e

pequenas ilhas, difíceis de explorar, desenvolvido no sentido da longitude, circunstância que contribuiu grandemente para manter Colombo e os castelhanos na primitiva ilusão de que se encontravam no Extremo Oriente da Ásia.

E em Portugal que se passava? A acreditar em Rui de Pina esperava-se igualmente pelos resultados da segunda viagem de Colombo. Diz o cronista: "Aos quais Reis de Castela, depois de serem da substância e posição das ditas ilhas e terras e coisas delas por os segundos seus navios bem avisados e certificados, El-rei (D. João II) tornou a enviar por seus embaixadores e procuradores sôbre a concórdia da dita conquista". (1)

A crença em que estavam os Reis Católicos de que as terras descobertas por Colombo representavam "o princípio do Oriente" ou da Ásia, conforme os próprios dizeres do Almirante no diário da terceira viagem, não só fôra, é evidente, o motivo da recusa à proposta de D. João II de partilharem as soberanias por meio dum paralelo, mas havia de continuar a ser para aquêles soberanos a diretriz profunda das negociações. E se, acaso, durante as suas explorações o Almirante se houvesse convencido de que, ao contrário, tinha alcançado um novo continente que o separava da Ásia, e a notícia houvesse chegado a tempo aos Reis Católicos, é lícito supor que êste fato traria uma orientação e uma solução muito diversas ao conflito.

Um documento de excepcional valor, e por nós pela primeira vez aproveitado, esclarece em definitivo êste problema. Em 1923, saia a público no V e último volume da "Coleccion géneral de documentos relativos a las Islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias", um documento com o título seguinte: "Informacion sobre el derecho que tenien los Reyes Catolicos a las Indias e Islas del Mar Oceano y acerca de las diferencias que tenian con el Rey D. Manuel de Portugal por la propriedad de dichas islas". A importância excepcional dêsse texto obriga-nos a analisá-lo com demora.

O documento não está datado; e não passa duma cópia do respectivo original, feita em Simancas a 24 de dezembro de 1680. Esta data nos indica, só por si, o motivo que levou a copiá-lo. Naquele ano, precisamente, iniciava-se o conflito, que se arrastou entre castelhanos e portuguêses em volta da Colônia do Sacramento, e que durante um século renovou atualidade ao Tratado de Tordesilhas. O documento representa, com efeito, uma tentativa de interpretação jurídica daquele tratado, cujo teor, aliás,

(1) Obra e cap. cit.

difìcilmente podia aproveitar ao debate travado durante o século XVII. O investigador que o inseriu na Coleccion assinou-lhe uma data entre os dois extremos de 1495 a 1503. Mas uma leitura superficial basta para mostrar que o têrmo *post quem* se pode avançar até 1499. Com efeito, a *diferencia* entre os Reis Católicos e El-Rei D. Manuel de Portugal, a que se refere o título, resultou do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, levado a cabo por Vasco da Gama, fato êste conhecido na Europa apenas no mês de julho de 1499. Quanto ao têrmo *ante quem* há que retrocedê-lo até àquele ano ou pelo menos ao mês de março de 1500. Vejamos porquê.

No alegado jurídico, a que nos estamos referindo, faz-se uma história sucinta das negociações que terminaram pelo Tratado de Tordesilhas, cujos têrmos se invocam para chegar à conclusão de que a partilha dizia respeito apenas ao Oceano Atlântico; e que os portuguêses não poderiam, pela letra do convênio, ultrapassar o Cabo da Boa Esperança na direção do Oriente. Mas, proclama o alegado, não obstante a generosidade dos Reis Católicos: "Ahora el serenissimo Rei de Portugal D. Manuel no haviendo respecto al dicho asiento hecho con el Rey D. Juan que Dios haya, que tanto tiempo habia guardado y mandado que no navegasen sus naos adelante del dicho limite, Cabo de Buena Esperança, porque hasta alli comprehendia la dicha donacion del Santo Padre, como dicho es, ha mandado navegar a sus naos grandissimo numero de legoas al Oriente atravessando Arabia, Persia e India hasta llegar casi adonde habian llegado las naos de los sobredichos Rey e Reyna".(1)

Aqui temos claramente exposto o motivo principal da *diferencia* com El-Rei D. Manuel: o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, realizado por Vasco da Gama. E o alegado acrescenta que o convênio de Tordesilhas se referia apenas ao Mar Oceano: "Y esta es la verdad: el mar Oceano es entre Africa, España y las tierras de Indias; el tiene de la parte del poniente las Indias y de la parte del Levante Africa y España". E como conseqüência da partilha celebrada em 1494 aos Reis Católicos "no quedo de la dicha mar Oceana hasta llegar a la tierra firme e islas que estan al poniente de ella salvo la mitad".

Estas últimas afirmações levam à conclusão de que o articulante escrevia antes de se conhecer na Europa o descobrimento que invalidava uma e outra concepção. Isto quer dizer que aquêle documento deve ser, como se verá, anterior ao conhecimento em

---

(1) V. doc. nº 3, no *Apêndice final* da obra cit.

Lisboa do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Mas, analisando o texto, há que recuar ainda esta data. Antes de mais nada, os próprios têrmos em que se fala no descobrimento do caminho marítimo para a Índia: "Ahora el serenissimo rey de Portugal... ha mandado a sus naos..." Refere-se a um acontecimento que acaba de realizar-se. Depois, a forma como se contam os resultados da viagem: "... grandisimo numero de legoas al Oriente atravesando Arabia, Persia e India hasta llegar casi adonde havian llegado las naos de los sobreditos rey e reyna" denunciam um conhecimento muito precário da viagem do Gama. Arábia, Pérsia e Índia são as designações geográficas que o *Rei Venturoso* acrescentou desde logo aos seus títulos e que já utiliza na carta para o Cardeal Protetor, datada de 24 de setembro de 1499; e o têrmo último assinalado à expedição "hasta llegar casi adonde habian llegado las naos" de Colombo, revela o alarme da primeira hora e a ignorância dos resultados reais da expedição, que não ultrapassara a costa ocidental da península industânica, bem longe, por conseqüência, da famosa ilha Cipango, para empregarmos a lição geográfica de Ptolomeu, única que podia inspirar os dizeres do documento. Na referida carta ao Cardeal Protetor sôbre a emprêsa de Cabral, já D. Manuel fixava o têrmo último alcançado pela emprêsa, — a cidade de Calecute — acrescentando apenas informes sôbre "a ilha Taprobana, a qual la chamam Ceilão", a 150 léguas daquela cidade.(1) Ora, em fins de 1499 ou começos de 1500, aos monarcas espanhóis informados pelos seus representantes em Roma ou pelos espiões que mantinham em Lisboa, fôra impossível supor tão largo âmbito à viagem do Gama. Finalmente, o pensamento de reclamar perante o monarca português contra o grandioso feito que punha a Europa em comunicação direta com o Oriente, só pode compreender-se imediatamente após a chegada da expedição. Deixar, a seguir à comunicação oficial de D. Manuel, largar segunda armada sem protesto, fôra aceitar os fatos como legítimos. Lembremos que D. João II, em circunstâncias semelhantes, protestou perante Colombo apenas ouviu da sua bôca a notícia de seus descobrimentos e nunca mais deixou de reclamar, em nome dos seus direitos, até à celebração do Tratado de Tordesilhas.

A intenção que ditou o alegado em questão é, pois, evidentemente anterior à partida da segunda armada para a Índia, ou seja a de Cabral, em março de 1500. Esta constatação, como veremos, tem um grande interêsse. Acrescente-se ainda que, no regresso da armada de Cabral, D. Manuel escrevia aos Reis Católicos anunciando-lhes o descobrimento do Brasil e os resultados da viagem

---

(1) *Ibidem*, II, pág. 165-167.

à Índia, e alegava que: "Depois da chegada das ditas naus, estando para notificar tudo a Vossas Senhorias, Pero Lopes de Padilha me disse que folgarieis de saber as novas de como as coisas dela (da armada) sucederam..." (1) isto representa que o protesto esboçado no documento em análise tinha morrido ao nascer. Concluindo: a sua redação nunca terá excedido os dois primeiros meses de 1500, mas data mais provàvelmente dos últimos do ano anterior. Nesse ano ressoava por tôda a Cristandade a glória do feito de Vasco da Gama, que era comunicado a tôdas as cidades e vilas do reino, ao Sumo Pontífice, ao Sacro Colégio, aos Reis Católicos e celebrado com festas públicas em Lisboa e por todo o país. (2)

Podemos, pois, concluir seguramente: ao assinarem em Arévalo o Tratado de Tordesilhas, os Reis Católicos estavam convencidos de que o "Mar oceano es entre África, España y las tierras de Indias", ou por outras palavras, que não existia um continente entre a África e a Ásia. Chegado à ilha de Haiti, depois de haver descoberto um grande número das pequenas Antilhas, Colombo escrevia a 30 de janeiro de 1494 um extenso memorial aos Reis Católicos, o qual chegou ao conhecimento daquele soberano a 24 de março do mesmo ano. (3) Nesse memorial Colombo tranquilizava plenamente D. Fernando e D. Isabel: "A Dios ha placido darme tal gracia para su servicio que hasta aqui no hallo yo menos ni se ha hallado en cosa alguna de lo que yo escrebi y dije y afirmé a sus Altezas en los dias pasados, antes por gracia de Dios espero que aun muy mas claramente y muy presto por la obra parecerá, porque las cosas de especeria en solas las orillas del mar, sin haber entrado dentro en la tierra, se halla tal rastro y principios della, que es razon que se esperen muy mejores fines, y esto mismo en las minas del oro, porque con solo dos que fueron a descobrir cada uno por su parte sin detenerse alla, porque era poca gente, se han descubierto tantos rios, tan poblados de oro, que qualquier de los que lo vieron y cojieron solamente con las manos por muestra, vinieron tan alegres y dicen tantas cosas de la abundancia de ello, que yo tengo empacho de las decir y escrebir a Sua Alteza".

Os monarcas podiam, pois, estar tranqüilos. A abundância espantosa de ouro e a excelente promessa das especiarias, constituíam mais uma prova de que Colombo tinha atingido as Índias.

---

(1) V. João de Barros, *Décadas da Ásia*, dec. I, livro IV, cap. XI, e livro V, cap. I, e Teixeira Dragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, págs. 218-220.

(2) V. Pedro Martir d'Anghiera, *De orbe Novo*, carta ao Cardeal Ascânio Sforza, *Década* I, Livro II.

(3) V. *Relaciones y cartas de Cristobal Colon*, Madri, 1907, t. CLXIV de «Biblioteca Classica», pág. 205-206.

Sob êsses auspícios se entabularam e concluíram as negociações entre delegados espanhóis e portuguêses. D. João II não podia ignorar, em abril dêsse ano, as boas e esperançosas novas trazidas por Antônio de Tôrres, mensageiro do Almirante. Ora, como o acôrdo final celebrado entre os negociadores excluía a proposta da demarcação de soberanias por meio dum paralelo, mas aceitava a partilha por meio dum meridiano, tal como estipulara, sob a inspiração de Colombo, a bula de 4 de maio, cabe perguntar: estaria D. João II igualmente convencido que as Antilhas eram o princípio da Índia?

Se nos inclinássemos pela afirmativa, haveríamos de admitir o absurdo de que o monarca tivesse desistido do projeto tão longamente ambicionado e amadurecido, verdadeiro fulcro da política nacional, de alcançar o Oriente e monopolizar o seu comércio. Absurdo, que tanto mais repugna à mente, quanto Bartolomeu Dias e Pero da Covilhã haviam dado ao monarca a certeza de poder alcançar a Índia, dobrando o Cabo da Boa Esperança. Ponhamos a questão e não antecipemos a resposta, na certeza de que êste é um dos problemas cruciais levantados pelas negociações do Tratado, tal como as acabamos de ver iluminadas pelas falsas seguranças de Colombo e dos Reis Católicos.

Consideremos, até onde nos é possível, as condições em que se desenrolaram os debates; e, antes de mais, que a mudança dum paralelo para um meridiano punha o problema em têrmos cosmográficos. Dir-se-ia à primeira vista que o número redondo de 100 léguas a ocidente dos Açôres, fixado na bula de Alexandre VI, era puramente arbitrário. Não é assim. O primeiro a chamar a atenção para o fato, foi HUMBOLDT. ([1]) Segundo Colombo, a 100 léguas dos Açôres, observava-se uma grande mudança nos fenômenos físicos à superfície do Atlântico, de tal sorte que o meridiano respectivo estabelecia a separação entre o Ocidente e Oriente, tornava-se o limite ideal entre dois mundos. ([2])

Posta a questão nestes têrmos, compreende-se melhor o cuidado que D. João II teve na escolha de seus embaixadores para negociar o tratado final. Êles representavam, de fato, uma soma de capacidades, admiràvelmente selecionadas para aquêle efeito. RUI DE PINA, nesta matéria o mais autorizado dos cronistas, pois fizera parte da embaixada anterior e escreveu a carta de crença para êstes embaixadores, informa-nos que desta vez os representantes do monarca, enviados a Espanha, eram Rui de Sousa, João de Sousa,

(1) HUMBOLDT, *Cosmos*. ed. francesa, Paris, 1848, liv. II, cap. VI, pág. 335.

(2) *Ibidem*, pág. 282-284.

seu filho, Aires de Almada e Estêvão Vaz, por escrivão, — "pessoas do reino de bom saber, grande confiança e muita autoridade". A competência e o prestígio davam, na realidade, um grande realce à embaixada, a qual foi acompanhada, como era de costume para as missões mais solenes, por uma comitiva de fidalgos, entre os quais D. Garcia de Albuquerque, filho do conde Penamacor e Pero Moniz. (1) Assistiram igualmente aos embaixadores e assinaram o tratado, como testemunhas, João Soares de Sequeira, Rui de Lemos e Duarte Pacheco.

Não nos é possível fixar inteiramente os méritos de cada um dos embaixadores de D. João II, mas de alguns sabemos o bastante para formar um juízo sôbre o caráter e a importância da delegação. Rui de Sousa, Senhor de Sagres e Beringal, devia ser então, além de capitão e navegante de extremado valor, o mais experimentado dos diplomatas portuguêses. Conta Garcia de Rezende na sua *Crônica de D. João II* alguns fatos que evidenciam, além da sua grande astúcia, a alta conta e estima em que o tinha o monarca. (2) E Damião de Góis, na *Crônica do Príncipe D. João*, relata outro fato não menos eloqüente. Em 1475, recebeu Rui de Sousa o encargo de levar a D. Isabel de Castela e D. Fernando de Aragão, os futuros Reis Católicos, a declaração de guerra, por parte de D. Afonso V. Eis como o cronista traça as qualidades que recomendaram Rui de Sousa para tão espinhosa missão: "... e porque o representar desta embaixada requeria muita prudência e constância de ânimo, sem mêdo, sem espanto de teatros, nem coroas reais, elegeu para isso Rui de Sousa, pessoa que além da sua antiga nobreza era muito sagaz e bom cortesão". (3) Rui de Sousa fôra igualmente enviado, em companhia do doutor João de Elvas, no comêço do reinado de D. João II, como embaixador à Inglaterra. Ali se dirigira, "por mar mui honradamente para mostrar o direito e título, que El-Rei tinha no senhorio da Guiné, para que defendesse e não desse lugar que em seu reino se fizessem armadas, nem consentisse algumas pessoas armar contra Guiné". (4)

Tendo mostrado as suas altas capacidades na diplomacia, Rui de Sousa, um dos capitães que mais se haviam distinguido na bata-

---

(1) V. em Garcia de Rezende, *Cancioneiro Geral*, ed. Gonçalves Guimarães, III vol., pág. 356, a «Sátira a Pero Moniz e D. Garcia de Albuquerque, quando foram com D. João de Sousa a Castela, que foi por Embaixador»; V. também *Arquivo Histórico Português*, vol. III, pág. 51.

(2) Garcia de Rezende, *Crônica de D. João II*, cap. CLXXII e CLXXIII.

(3) Damião de Góis, *Crônica do Príncipe D. João*, cap. XLIV.

(4) Rui de Pina, *Crônica de D. João II*, cap. VII.

lha de Toro, comandara também e levara a feliz têrmo a armada e a missão que, em 1491, D. João II enviou ao Congo com os primeiros missionários e artífices. (1)

Outro dos delegados, Estêvão Vaz, secretário de D. João II e mais tarde feitor da casa da Guiné e da Índia, não era igualmente desconhecido dos Reis Católicos. Já fôra a Castela como embaixador sôbre a questão das restituições aos filhos do Duque de Bragança. Outro fato o tornava conhecido dos soberanos espanhóis e credor da sua simpatia. Em 1486, durante o cêrco de Málaga, D. Fernando e D. Isabel viram-se na contingência de abandonar o assédio por falta de pólvora; e mandaram pedir a D. João II que lhes valesse com alguma, na difícil conjuntura. "Ao que El-Rei, escreve Rui de Pina, com grande trigança e mui nobremente, logo satisfez, porque mandou armar uma caravela, na qual lhes enviou por Estêvão Vaz, pessoa a êle mui aceite e de grande confiança, uma grande soma de pólvora e salitre de graça, com verdadeiro oferecimento da sua pessoa e de seu reino e coisas dêle, para o que em necessidade de emprêsa tão santa e tão meritória lhes cumprisse. Com a qual coisa os ditos Reis... assim se favoreceram... que a cidade daí a poucos dias... logo tomaram. E assim o enviaram logo dizer a El-Rei pelo dito Estêvão Vaz, a quem por isso fizeram honra e muita mercê". (2)

Papel não menos importante teve, por certo, nas negociações, Duarte Pacheco. Homem de tamanha confiança de D. João II que fazia parte da sua guarda pessoal, assinalava-o, mais que tudo, para aquela missão a circunstância de ser o maior cosmógrafo português e um dos mais experimentados navegadores do seu tempo. Os trabalhos de Luciano Pereira da Silva e Duarte Leite estabeleceram que, nessa dupla qualidade, Duarte Pacheco chegara não só à medida mais exata do grau terrestre, até então e ainda durante muito tempo calculada, mas também a avaliações de longitude, notáveis pela aproximação, considerados os escassos meios que então se possuíam para calcular essa coordenada. (3) Ano a ano cresce o interêsse pela sua obra, — *Esmeraldo de Situ Orbis*, o mais valioso trabalho sôbre a geografia das novas terras descobertas, dos começos do século XVI.

Quanto aos demais acompanhantes da embaixada pouco nos foi possível averiguar. Mas estas referências bastam a pôr de ma-

(1) *Idem, ibidem*, cap. 88 e seg.

(2) *Idem, ibidem*, cap. XXIII e XXVIII.

(3) V. Luciano Pereira da Silva, *Duarte Pacheco, precursor de Cabral* em *História da Colonização portuguêsa no Brasil*, t. I; e Duarte Leite, *Duarte Pacheco e o Brasil* e *Os limites primitivos do Brasil*, em *Descobridores do Brasil*, Pôrto, 1931.

nifesto o cuidado do monarca na escolha dos seus representantes. Jamais tão seleta e numerosa embaixada saíra de Portugal para pôrto estrangeiro. Compunha-se de veteranos da diplomacia, da guerra e das navegações; e entre êles o primeiro diplomata português daquele século e um dos maiores cosmógrafos e navegadores do seu tempo.

Do lado dos Reis Católicos assinaram o Tratado, como seus representantes, D. Anrique Anriques, mordomo-mor; D. Guterre de Cardenas, comendador-mor de Leão e contador-mor; e o doutor Rodrigo Maldonado de Talavera, — todos do Conselho Real. Ignoramos que títulos pudessem recomendar os dois primeiros, que não fôssem a sua elevada gerarquia e a confiança que mereciam dos soberanos, para tomar parte nas negociações. Estamo um pouco mais adiantados quanto ao doutor Rodrigo Maldonado. Dêste, e por seu próprio testemunho, sabemos que foi um dos membros da célebre Junta de Salamanca, composta de "sábios, letrados e marinheiros", que examinou, cêrca de 1487, o projeto de Colombo de descobrir a Índia pelo Ocidente. Conforme os seus próprios dizeres numa deposição dos *pleitos*, a 26 de fevereiro de 1515, todos os membros daquela comissão "concordaron que era imposible ser verdad lo que el diccho Almirante decia". Mas, vencido àquela data pelos fatos, acrescentava o doutor Maldonado que o Almirante porfiou nos seus intentos e "plugo a Nuestro Señor que acertó en lo que decia".[1] Se àquela data, confundido tardiamente a realidade com uma simples hipótese, êle aderira ao pensamento de Colombo, muito mais comungaria dêsse conceito à data das negociações do Tratado.

Ignoramos se Jaime Ferrer tomou ou não igualmente parte nas conversas com os delegados portuguêses. Fôsse como fôsse, o certo é que também êle, como vimos, aceitava a opinião do Almirante, que identificava as Antilhas com o fim do Oriente ou das Índias. Em conclusão: a concepção geográfica de Colombo, ou melhor dizendo, de Toscanelli, era a que dominava no Conselho dos Reis Católicos e que serviu, por conseqüência, de base científica às negociações por parte dos castelhanos.

A acreditar no testemunho de Las Casas, os Reis Católicos haviam convocado para o efeito "muchas personas, que sabian de cosmografia e astrologia, puesto que habia harto pocos entonces en aquellos reynos, y las personas de la mar que se pudieron haber (no pude saber los nombres dellas...)". E a seguir, cronista insus-

---

(1) Veja-se o texto respectivo em Vignaud, *Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb*, vol. II, pág. 598.

peitíssimo, comenta: "... y alli envió el-Rey de Portugal las suyas, que debian tener, a lo que yo juzgué, mas experiencia de aquellas artes, al menos de las cosas de la mar que las nuestras". [1]

A carta de poder e procuração dada aos embaixadores portuguêses e inclusa no texto do Tratado foi passada em Lisboa a 8 de março de 1494; e a 18 dêste mês, segundo afirma o Visconde de Santarém, teria o monarca assinado as instruções que deu a Rui de Sousa. [2]

Não sabemos quando partiram os embaixadores de Portugal, nem quando chegaram a Medina del Campo, onde, desde os fins de março, se encontravam os Reis Católicos. Mas por outras circunstâncias acreditamos que não chegaram ali antes do fim de abril. Em carta a Colombo, escrita de Medina del Campo a 13 dêsse mês, os Reis Católicos respondem sumàriamente às notícias que o Almirante lhes enviara por Antônio de Tôrres, e não fazem a menor referência à chegada de embaixadores portuguêses. [3] E Pedro Martir, que acompanhava então a côrte castelhana, ao redigir o segundo livro da I *Década*, ou seja a carta ao Cardeal Antonio Sforza, conta-lhe como, a 4 de abril, Antônio de Tôrres chegara a Medina com as primeiras novas da segunda viagem de Colombo; e, não obstante, datar a missiva de 29 de abril, não faz como seria natural, se o soubesse, a menor referência à chegada dos embaixadores portuguêses, que vinham, aliás, para discutir os direitos da coroa castelhana às terras novamente descobertas. [4]

Só a 5 de junho do mesmo ano os Reis Católicos assinam a carta de crença dos seus procuradores, os quais, volvidos apenas dois dias, a 7 dêsse mês, firmavam o tratado de Tordesilhas, que tomou o nome da pequena cidade, sôbre o Douro, onde foi celebrado êsse último ato das negociações. Em qualquer caso, as conversas preliminares pouco mais de um mês terão durado.

Sôbre a forma como se desenrolaram estas rápidas negociações pouco ou nada sabemos. Uma notícia de Garcia de Rezende na sua crônica de D. João II, faria suspeitar que fôssem laboriosas. Organisara o monarca português um serviço tal, de postas, que podia brevíssimamente ser informado do decorrer dos trabalhos; e, como havia peitado alguns dos membros do Conselho dos Reis Católicos, era tão prontamente informado das objeções a opor aos portuguêses pelos delegados espanhóis, que tinha tempo de avisar os seus embaixadores do que em tal dia lhes diriam e do que êles

---

(1) Las Casas, *Historia de las Indias*, cap. LXXXVII.

(2) Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, t. I. pág. 390 e seg.

(3) V. NAVARRETE, *obra cit.*, t. II, págs. 115-116.

(4) Obra cit., Década I, T. II.

deveriam responder.[1] Supomos que neste caso o cronista exagerasse, pois o curto espaço de tempo demandado pelas negociações, não dava lugar a um intenso vai-vem de postas.

Qual teria sido a base das reclamações dos portuguêses? Dum fato estamos certos: D. João II continuava a reivindicar os seus direitos às terras descobertas e a descobrir por Colombo. Na própria carta de poder e procuração aos seus embaixadores êle o afirma por forma categórica e que merece transcrever-se e sublinhar-se:

"Por quanto, por mandado dos mui altos e mui excelentes e poderosos príncipes El-Rei D. Fernando e Rainha D. Isabel... foram descobertas e achadas novamente algumas ilhas e poderiam ao diante descobrir e achar outras ilhas e terras, sôbre as quais umas e outras, achadas e por achar, *pelo direito e razão que nello temos* poderiam sobrevir entre nós todos e nossos reinos e senhorios subditos e naturais dêles debates e diferenças..." [2]

Mas a própria carta de procuração vai mais longe; e nela se fixa não só a razão do litígio, mas o processo para resolvê-lo. Ao partir de Portugal, como iremos ver, os embaixadores de D. João II já levavam consigo a solução que havia de resolver as diferenças. A acreditarmos nos próprios têrmos da carta do monarca português, tratar-se-ia apenas da partilha do Atlântico. Sublinhamos êste fato, que supomos de real importância para se compreender o alcance final do convênio.

"... A nós praz ..., continua a carta, por se buscar, procurar e conservar maior paz e mais firme concórdia e assossego que o mar em que *as ditas ilhas estão e foram achadas se parta e demarque* entre nós todos em alguma boa, certa e limitada maneira".

E os procuradores ficavam encarregados de concertar uma "*demarcação e concórdia sôbre o mar Oceano, ilhas e terra firme que nele houverem* por aquêles rumos de ventos e graus do norte e do sol e por aquelas partes, divisões e lugares do ceu e do mar e da terra, que vos bem parecer".

Dêste último passo da carta de procuração se depreende que no ânimo de D. João II já estava assente não só o caráter científico da demarcação, mas também a base em que devia fazer-se, isto é, por meio dum meridiano. A frase "por aquêles rumos de ventos e graus do norte e do sol" não pode deixar de referir-se à maneira de determinar a longitude por meio de rumos e alturas, isto é, de latitudes, aquêles dados pela bússola, estas pelo astrolábio e a

(1) Obra cit., cap. CLXVIII.

(2) Transcrevemos do original português, por nós encontrado no Arquivo de Índias de Sevilha e que publicamos na integra no fim dêste capitulo.

observação da estrêla ou a do sol ao meio-dia.(1) Assim começa a compreender-se melhor a função essencial que competia a Duarte Pacheco nas negociações: e só a sua presença marcava desde logo uma superioridade sôbre os delegados espanhóis, sabido como nenhum dêles podia comparar-se ao Aquiles lusitano em saber náutico e geográfico. Os cosmógrafos que assistiam aos Reis Católicos poderiam mostrar-se doutíssimos na literatura geográfica e cosmográfica da Antiguidade. Mas Duarte Pacheco era um criador de ciência, cujo saber se fundava em longas e trabalhosas experiências pessoais, de todo alheias aos primeiros.

Além da carta de crença de D. João II e das ilações do próprio tratado, um único documento coevo, o alegado imediatamente escrito após o regresso de Vasco da Gama e a que já nos referimos, nos elucida sôbre as negociações. Por êle podemos concluir que os castelhanos tomaram verdadeiramente à letra os dizeres da carta de crença de D. João II:

"La dicha diferencia, segun en la dicha escriptura dice, no era salvo sobre el descobrir de las islas y tierras que hay en el mar oceano y esta es la verdad: el mar oceano es entre Africa, España y las tierras de la India...".

E segundo êsse mesmo documento El-Rei D. João mandou dizer pelos seus embaixadores:

"El tenia las islas de los Azores e aquellas de Cabo Verde y otras en el dicho mar oceano y que sus naos navegavan y descobrian en el; que habia sido agraviado que el Santo Padre le hubiese asi encerrado que no pudiese el enviar allende de las dichas cien legoas al poniente a navegar y descobrir".

E Pedro Martir de Anghiera, que acompanhava então a côrte, dizia em princípios de 1500, exatamente a propósito do Tratado de Tordesilhas que "o Rei de Portugal pùblicamente afirmava ser da sua competência descobrir aquelas terras desconhecidas", que Colombo descobrira ou se propunha descobrir. (2)

Os testemunhos do alegado jurídico e de Pedro Martir concordam, como acabamos de ver, com os dizeres da carta de D. João II. Êste continuou, não há dúvida, a disputar ostensivamente aos Reis Católicos as terras banhadas pelo Atlântico ocidental. Em nome do quê? Seguramente, em nome das várias bulas, desde a de Nicolau V, de 8 de janeiro de 1454, até à de Inocêncio VIII, de 12 de setembro de 1484, concedidas sucessivamente ao Infante D. Henrique, como governador da Ordem de Cristo, a D. Afonso V

(1) V. L. Pereira da Silva, *Arte de Navegar dos Portuguêses*, em *História da Colonização Portuguêsa no Brasil*, t. I, pág. 74-75, 91-92.

(2) Pedro Martir de Anghiera, *De orbe novo*, Década II. T. VIII.

e D. João II, e nas quais a doação das terras a descobrir se alargava até aos índios ou às terras dos índios, — *usque ad Indos*. Da mesma bula de 25 de setembro de 1493, concedida aos Reis Católicos, se infere que o monarca reclamava em nome dessas bulas, pois o Pontífice anula tôdas as concessões anteriores feitas a monarcas ou a ordens militares, indiscutível referência, no último caso, ao Infante D. Henrique e à Ordem de Cristo.

HARRISSE, o historiador que dedicou mais atenção ao Tratado de Tordesilhas, supõe também que essa tenha sido a base da disputa (1). E crê ainda que o monarca continuasse a alegar as capitulações de 1480, dando à expressão "têrmos e mares da Guiné" a lata acessão a que já nos referimos. Sôbre o objetivo supremo da sua política, — o descobrimento do caminho marítimo para a Índia pelo Oriente e o monopólio do tráfico oriental, o monarca português não insinuara uma palavra sequer que o fizesse suspeitar. O debate travou-se tão sòmente sôbre as zonas de navegação e conquista em relação ao Atlântico. Assim êle induzia os monarcas espanhóis em êrro, ocultando-lhe o seu propósito fundamental. Esta constatação, que as estipulações do convênio plenamente confirmam, tem, repetimos, a maior importância para se avaliarem, quer os objetivos finais, quer os conhecimentos geográficos de D. João II e dos seus conselheiros, que, do seu lado, foram a base do Tratado.

Que dispõe o convênio?

Que se trace uma linha direita de polo a polo, a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, para a parte do poente, por graus ou outra maneira, e que tudo o que foi ou fôr achado, ao oriente desta ilha, pertença a Portugal; e, ao ocidente, a Castela. Os procuradores das duas partes comprometeram-se, além disso, a que os respectivos soberanos não enviariam a fazer descobrimentos, comércio ou conquistas, fora daqueles têrmos estipulados no Tratado. E, se por acaso os navios castelhanos ou portuguêses viessem a descobrir terras nas zonas respectivamente alheias, elas ficariam para os soberanos a quem de direito, nos têrmos do convênio, pertenciam.

O tratado estipulava, todavia, uma limitação no tempo e no espaço a esta última cláusula. Porque, dizia-se, poderia acontecer que os navios dos Reis Católicos tivessem encontrado até vinte dias do mês de junho algumas ilhas e terra firme dentro do limite convencionado, assentava-se em que tôdas as terras encontradas e descobertas pelos navios castelhanos dentro das primeiras 250 das 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, ficassem para o reino de Portugal, mas tôdas as que se encontrassem, dentro daquele prazo e das 120 léguas restantes, pertencessem aos monarcas espanhóis.

---

(1) HARRISSE, *The Diplomatic History of America*, (1452-1494), London, 1897, pág. 8.

Estabelecia-se também que dentro dos primeiros dez meses contados desde a data dessa capitulação, os monarcas, dum lado e doutro, enviariam duas ou quatro caravelas que se juntassem na ilha da Grande Canária, levando a bordo astrólogos e pilotos, em número igual. Juntos os navios, continuariam dali o seu caminho para as ilhas de Cabo Verde donde "tomariam sua derrota direita ao poente até às ditas 370 léguas" e ali onde se acabassem se fizesse o ponto e sinal por graus do sol ou do norte ou por singraduras de léguas; "e se caso fôr que a dita raia e limite de polo a polo, como dito é, topar em alguma ilha ou terra firme, que no comêço de tal ilha ou terra... se faça algum sinal ou tôrre e que em direito do tal sinal ou tôrre se continuem daí em diante outros sinais pela tal ilha ou terra em direito da dita raia, os quais partam o que a cada uma das partes pertencer dela. E que os súditos das ditas partes não sejam ousados os uns de passar à parte dos outros..." Acrescentava-se, não obstante, que os navios castelhanos para ir à zona que lhes era atribuída podiam atravessar pelos mares que cabiam a Portugal, sem qualquer contradição dos soberanos portuguêses.

Um extraordinário compromisso terminava o convênio. Os procuradores, em nome do respectivo soberano, juraram não pedir absolvição, nem relaxação do juramento do tratado ao Santo Padre, nem a qualquer legado ou prelado, e, ainda que de motu próprio lha dessem, não usar dela, antes suplicarem ao Sumo Pontífice que confirmasse e aprovasse a capitulação. Finalmente, os procuradores obrigaram-se a que os soberanos ratificassem o convênio dentro dos primeiros cem dias seguintes, depois de assinado por êles. Com efeito o tratado, concluído em Tordesilhas a 7 de junho, foi ratificado pelos Reis Católicos em Arévalo a 2 de julho, e por D. João II. em Setubal, a 5 de setembro de 1494.

A cláusula fundamental do convênio era a que estabelecia a linha divisória a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. Tem-se dito e repetido que D. João II ganhava por esta forma 270 léguas sôbre o primitivo meridiano da bula chamada de 4 de maio. Não é assim. Desde que se tomava como ponto de partida para medir aquela distância apenas o arquipélago de Cabo Verde e não o dos Açôres, o ganho tornava-se mais escasso. E que o monarca português tenha escolhido como ponto de partida aquêle e não êste arquipélago, colocado mais a ocidente, afigura-se-nos um ponto digno de consideração.

A que propósito vinha o número de 370 léguas? Vários historiadores e geógrafos têm afirmado que os negociadores procuraram dividir por essa forma o Atlântico em duas zonas de navegação

sensìvelmente iguais.[1] O alegado a que nos temos referido vem confirmar essa suposição. Ali se diz que, como conseqüência do tratado, "no quedó de la dicha mar oceana hasta llegar a la tierra firme e islas que estan al poniente della (linha de demarcação) salvo la mitad; y que sea verdad que la diferencia no era ni fuera, salvo en el dicho mar oceano segun aqui esta dividido. . ."

Considerava-se então que o comêço das Índias, descobertas por Colombo, era a Espanhola ou ilha de Haiti. Resta, pois, saber se a linha de demarcação a 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde dividia o Oceano que medeia entre êste arquipélago e aquela ilha em duas partes aproximadamente iguais. A primeira dificuldade está em saber de qual das ilhas caboverdeanas se começavam a contar as 370 léguas; e a segunda, se elas se contavam sôbre o paralelo desta ilha ou sôbre o Equador.

A lógica, implícita nas negociações e nos têrmos do convênio, visto que se fala das ilhas de Cabo Verde, em bloco; que D. João II disputava para si uma zona maior de navegação do Atlântico; e se buscava partilhá-lo em duas partes iguais, mandava que a medição se fizesse desde a ponta ocidental da ilha mais ocidental do arquipélago caboverdeano, ou seja de Santo Antão, até a ponta mais oriental da ilha de Haiti. A contagem das léguas e, por conseqüência, do grau, tinha que fazer-se sôbre o paralelo daquela ilha, que distava, aliás, apenas 39' da parte mais austral da Espanhola. Se adotarmos, pois, o paralelo de 17º 4' lat. N., que tal é a latitude setentrional da ilha de Santo Antão, e tomando como medida as 18 léguas que Duarte Pacheco atribui ao grau equatorial, o que corresponde para aquêle círculo a cêrca de 17, 21 léguas, as 370 léguas dariam 21º 30', os quais somados à longitude da ponta oeste de Santo Antão arrumavam o meridiano de partilha por 46º, 52'. [2] Acrescentem-se a êstes mais 21º 30' e teremos 68º 22'; e como a longitude oriental extrema da ilha do Haiti é de 68º 35' o êrro de cálculo da metade do espaço avaliado não chegava a 7'.

Sem podermos afirmar categòricamente que aquêles fôssem os dados do problema a resolver, esta nos parece a hipótese mais provável. Mas tão excepcional justeza no cálculo suporia não só a real sabedoria cosmográfica de Duarte Pacheco, esta averiguada, mas um conhecimento extraordinàriamente seguro da longitude da

---

(1) V. por ex. CHARLES DE LANNOY, em *Histoire de l'Expansion Coloniale des peuples Européens (Portugal et Espagne)*, Bruxelles, 1907, pág. 54; e ROGER B. MERRIMAN, *The rise of the spanish empire*, New York, 1918, t. II, pág. 203.

(2) Cálculo de Henrique Lopes de Mendonça, em *Do Restelo a Vera Cruz, na História da Colonização Portuguêsa no Brasil*, t. II, pág. 56.

ponta oriental da Espanhola, como resultado das primeiras observações de Colombo e de seus pilotos, o que por muitas razões se nos afigura extremamente duvidoso.

Aliás, não temos — repetimos — qualquer certeza quanto às restantes bases do cálculo. A começar pela ilha a servir de ponto de partida para a contagem das léguas, o testemunho coevo, mais próximo do ano em que foi celebrado o convênio, é o de Jaime Ferrer, de março ou abril de 1495. Consultado pelos Reis Católicos sôbre a maneira de fazer a demarcação, diz êle que a contagem começava a fazer-se da ilha que está no meio, ou fôsse a do Fogo. Assim o entendia igualmente, em 1518, Fernandez Enciso, que nomeia expressamente aquela ilha, o que pende a crer numa tradição existente em Espanha fixando aquêle têrmo e por aquela forma, como entendia HARRISSE. (1)

Mas supondo ainda que a medição se fizesse originàriamente da ilha do Fogo, o êrro continuava a ser relativamente escasso, muito mais se atendermos a pobreza dos meios contemporâneos para calcular as longitudes. Nada se opõe, por conseguinte, à afirmação implícita no alegado de 1499 ou 1500: o número de 370 léguas correspondeu a uma tentativa para dividir em duas partes aproximadamente iguais o Oceano Atlântico entre o arquipélago de Cabo Verde e a Ilha de Haiti. Às negociações para a partilha do mundo a descobrir teria, assim, presidido uma espécie de justiça salomônica.

Sem embargo dessa constatação, não é de presumir que o número das 370 léguas, provàvelmente resultante duma transação dificultosa, alvejasse na mente de D. João II a estrita partilha do Atlântico. Sabido, como sabemos, que o alvo essencial do monarca português era o monopólio do tráfico oriental e em particular das especiarias, forçoso nos é pensar que D. João II tivesse ponderado os possíveis efeitos duma partilha no hemisfério oposto, por um contra-meridiano; e que os seus conhecimentos do Oriente e do Extremo Oriente, adquiridos nas cartas árabes de marear e transmitidos por Pero da Covilhã bastassem a dar-lhe uma segura esperança de que aquêle círculo ficasse, como ficava, a oriente das célebres ilhas Molucas e de Banda, verdadeira e rica mina das mais raras e caras especiarias. De há muito defendemos esta opinião (2),

(1) O texto aludido pode ler-se em HARRISSE, *Biblioteca Americana Vetustissima*, n. 97, pág 167, extraído de F. Enciso, *Suma de Geografia*; v. igualmente Harrisse, *The Diplomatic History of America*, pág. 103 e seg.

(2) JAIME CORTESÃO, *Le traité de Tordesillas et la découverte de l'Amérique* (communication lue au XXII Congrès International des Américanistes tenu à Rome en septembre 1926). V. igualmente Joaquim Bensaúde, *l'Astronomie nautique...*, págs. 206 e 207 e L. Pereira da Silva, *Duarte Pacheco precursor do Brasil*, pág. 5 e seg.

partilhada por ARMANDO CORTESÃO, que estudou com grande atenção e proficiência o aspecto cartográfico do problema. [1]

É certo que o tratado continha uma pequena restrição no tempo e no espaço, como já dissemos, quanto a esta divisória, que reduzia de 120 léguas para tôdas as terras que Colombo acaso descobrisse até 20 de junho dêsse ano, ou seja treze dias depois da assinatura do tratado. É que os Reis Católicos, quando o Almirante partira a 25 de setembro do ano anterior, tinham-lhe recomendado com afinco, como informam Pedro Martir e Las Casas, que explorasse e ocupasse, o mais depressa possível, o continente da Índia, no receio de que os navios de D. João II se antecipassem nesse tarefa. [2] À cláusula, que deve ter sido incluída a pedido dos delegados castelhanos, não se oporia D. João II, pois ainda quando Colombo houvesse realizado os descobrimentos dentro daqueles limites, ela aproveitaria ao monarca português, no caso de uma partilha no hemisfério oposto.

Quanto à estipulação, segundo a qual, volvidos dez meses depois da assinatura do tratado, se enviariam navios com peritos a fazer a demarcação, não pode haver a menor dúvida de que os monarcas espanhóis se empenharam sinceramente em cumprir, por sua parte, aquela cláusula. Pouco tempo volvido sôbre a ratificação do Tratado, os Reis Católicos deram-se conta das graves dificuldades de ordem técnica, que embaraçavam a realização daquela tarefa, como se vê pela carta que a 16 de agôsto de 1494, escreveram a Colombo. Desta vez e sem dúvida, tentaram êles socorrer-se das luzes e préstimos de Jaime Ferrer, cujos notáveis pareceres sôbre a matéria se conhecem. [3]

Sob proposta de D. João II, feita por intermédio de Estêvão Vaz, os Reis Católicos anuíram a que se realizasse prèviamente uma junta de astrólogos e pilotos, castelhanos e portuguêses, a reunir em Badajoz e Elvas, para resolver sôbre a melhor maneira de levar a têrmo a difícil cláusula. [4] Os monarcas espanhóis chegaram a publicar duas cartas patentes com as instruções para aquela reunião, a realizar-se sucessivamente em julho e setembro de 1495. [5]

Não resta, pois, a menor dúvida de que os Reis Católicos se empenharam em dar cumprimento àquela cláusula do Tratado.

---

(1) ARMANDO CORTESÃO, *O descobrimento da Australásia* e a *«Questão das Molucas»* em *História da Expansão portuguêsa no Mundo*, t. II, pág. 130 e seg.

(2) V. PEDRO MARTIR DE ANGHIERA, *De Orbe novo*, Década I, L. III.

(3) JAIME FERRER, *obra cit.*

(4) V. NAVARRETE, *ibidem*, t. III, págs. 486-488.

(5) NAVARRETE, *ibidem*, t. II, pág. 101 e seg.; e *História da Colonização Portuguêsa no Brasil*, t. II, pág. 336-337.

Numerosos documentos públicos e privados o atestam. O mesmo não podemos dizer quanto a D. João II. Nem um só indício nos ficou da sua boa vontade. E, como não se conhece, ao contrário do que era natural, carta patente em português, semelhante à dos soberanos espanhóis, e nem em julho nem em setembro dêsse ano se reuniu a junta preparatória, podemos suspeitar de que D. João II, por motivos inconfessáveis, foi dilatando o cumprimento do Tratado naquele ponto.

Na fé estrita de Colombo, Las Casas e, na sua esteira, Luciano Pereira da Silva, afirmaram que a causa do impedimento fôra a morte de D. João II. Mas êste morreu a 25 de outubro daquele ano, e conservou até à última hora a lucidez do espírito e o vigilante cuidado pelos negócios do Estado. Essa razão não impedia que passasse a carta patente e a junta se tivesse reunido em setembro. E muito menos que D. Manuel o fizesse, sendo certo que nunca semelhante junta chegou a reunir-se, nem êste soberano, depois da viagem de Cabral, reclamou dos Reis Católicos, como era seu dever, a demarcação nas terras do Brasil.

Resta esclarecer um ponto. Como surgiu a idéia de estender o meridiano de Tordesilhas ao outro hemisfério? Porventura, no Tratado existe qualquer frase que sugira a partilha das terras a descobrir em todo o globo, por meio dum contra-meridiano, como se pretendeu mais tarde? Por forma alguma. Nada no texto, pròpriamente dito, sugere tal idéia. De começo aos Reis Católicos deve ter sorrido a idéia de estender o seu domínio de fato a todo o Oriente, desde as Antilhas até ao Cabo da Boa Esperança. Pelo menos Jaime Ferrer, no seu parecer, não só diz que o meridiano deve traçar-se apenas no hemisfério ocidental, mas saca também a conclusão dêsse fato: a posse do Oriente até à África caberá àqueles que primeiro lá chegarem. "Y por esto es menester (dizia êle) hacer una linea recta en latitud de polo a polo *solamente en este nuestro hemisferio*, intersecando el dicho paralelo (das ilhas de Cabo Verde) . . . y todo el que se hallare dentro desta linea a mano esquierda la vuelta de la Guinea sera del Rey de Portugal; y la otra parte *por el ocidente hasta tornar por oriente la vuelta del Sino Arabico, será de los Reyes nuestros señores, si sus navios primero alla navegaren*: y esto es lo que yo entiendo de la capitulacion hecha por SS. AA. con El-Rey de Portugal".

Só mais tarde, depois que os portuguêses alcançaram as Molucas, os fatos aconselharam o Imperador Carlos V a buscar aquela interpretação. Não podemos duvidar de que a partilha do Atlântico, em face de tudo o que alegamos, se fizesse na base de meio por meio. E aí, segundo cremos, deve estar a origem daquela ampliação.

Propondo a partilha por essa forma, D. João II abria um habilidoso precedente: deixava desde logo no ânimo dos Reis Católicos a sugestão para uma divisória igual, no caso mais que provável dos interêsses das duas coroas se encontrarem e colidirem no outro hemisfério. E, feita a partilha do Atlântico sôbre aquela base de meio por meio, era impossível que ao espírito de D. João II e dos seus cosmógrafos, tão preocupados com as dimensões do globo, como é lícito supor dos sucessivos valores que deram ao grau, não acudisse a idéia de alargar a partilha por aquela forma. Admitimos até que a demarcação naquela base se apresentasse de início ao espírito do monarca português com as suas futuras e inevitáveis conseqüências.

Mas a D. João II, se defendia conjuntamente, como objetivo essencial, o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e, como objetivo secundário, a posse de terras ao ocidente de África, convinha deixar esta última suspeita no ânimo dos Reis Católicos, para lhes ocultar, quanto possível, o objetivo primeiro e fundamental, sem precisar demasiadamente a posição e importância das terras atlânticas, cuja posse, porventura, ambicionasse. Revelar a existência real dessas terras, ou seja dum continente a ocidente de África, seria provocar extemporânea e imprudentemente no espírito dos monarcas espanhóis a suspeita de que as terras descobertas desejariam outra espécie de partilha. Era em extremo perigoso arrancar-lhes semelhante ilusão. O melhor seria colocá-los mais tarde perante um fato consumado. A política portuguêsa tinha que ser, por conseguinte, nuançada de cautelas sàbiamente calculadas.

Como conseqüência do Tratado, D. João II reservava para Portugal, não só a verdadeira rota das Índias, mas uma grande parte do Brasil atual. Segundo recentes e autorizados cálculos de Gago Coutinho, o meridiano de Tordesilhas, contado sôbre o paralelo desde a ponta mais ocidental da Ilha de Santo Antão, passaria a 37° 30' de longitude ocidental, isto é, cortaria o Brasil pela Baía de Maracanã, ao norte, e por Iguape, ao sul.

Ao celebrar-se o Tratado, informa o cronista Rui de Pina, tanto os Reis de Espanha como o de Portugal se deram por plenamente satisfeitos. Por quê? Os primeiros, seguramente na convicção de que ficavam senhores da rota para a Índia; o segundo, porque estava certo de que poderia completar muito em breve o seu descobrimento. Mas o desenrolar das negociações — e havemos de voltar a êsse tema — leva a crer que D. João II desejava partilhar terras novas a ocidente.

Só quando mais tarde, em 1498, Vasco da Gama voltou da Índia, os Reis Católicos tiveram a consciência do lôgro em que haviam caído. E que essa foi a impressão em Castela, não resta

dúvida. Claramente se exprime êsse pensamento no alegado tantas vêzes citado. Ao enumerar as razões, segundo as quais no Tratado se fazia apenas a divisão do Atlântico, ali se diz: "Y asi mismo se prueba porque no es de creer que SS. AA. dieron estas dichas 270 legoas para que el dicho Señor Rey de Portugal o sus naos entrasen ni navegasen por otra puerta ni entrada indirecta, porque claro es se puede decir que fué engaño, por haberse hecho contra la intencion del dicho asiento y en quebrantamiento del". E mais adeante acrescenta: "La tercera (razon) es que El-Rey y la Reyna de Castilla y de Aragon le dieron las dichas 270 legoas... porque tubiese que navegar y descobrir y porque no tubiese el que está en Asia, Arabia, Persia e India, ni en las islas que son al austro de sus tierras, de que ya tenian donacion y pocesion; y se creeron que el o sus sucesores no habrian de guardar el dicho asiento y... habian de entrar en el resto por formas cautelosas y atajos y contraminas, SS. AA. enbiarian luego sus naos por Asia, en India, Persia, Arabia y en la Mar Bermeja y en Africa hasta el Cabo de Boa Esperança".

O articulante, depois de declarar os Reis Católicos vítimas da astúcia portuguêsa, supunha ingênuamente que era emprêsa fácil fazer seguir os navios desde as Antilhas pela Ásia e a Índia até ao Cabo da Boa Esperança. O perigo do descobrimento português da Índia pelo Oriente não podia, todavia, deixar de ser encarado por um escasso círculo de pessoas mais entendidas ou informadas sôbre os descobrimentos geográficos dos portuguêses, como Jaime Ferrer, o qual, já vimos, admitia a hipótese de que êles pudessem navegar antes dos castelhanos nessas regiões.

Cabe neste ponto pôr a questão que o leitor certamente já formulou: por que não prosseguiram os Reis Católicos a demanda enunciada no alegado e não consentiram que o seu desgôsto tomasse qualquer aspecto de reclamação e hostilidade pública? Não se esqueça que, em outubro de 1497, D. Manuel desposava a princesa D. Isabel, filha primogênita dos soberanos espanhóis; e que, por falecimento do Príncipe D. João, os novos soberanos portuguêses herdaram as coroas de Aragão e Castela. Em abril de 1498, eram jurados o Rei e Rainha de Portugal, em Toledo, herdeiros dos reinos de Castela e, em junho seguinte, em Saragoça, eram igualmente jurados herdeiros dos reinos de Aragão. Nesta cidade, em agôsto seguinte, a Rainha D. Isabel dava à luz um filho e morria de parto. O Príncipe D. Miguel, assim nascido, que ficou em companhia dos avós, em Castela, falecia por sua vez em Granada, a 20 de junho de 1500; mas o rei D. Manuel, seu pai, casava a 30 de outubro dêsse mesmo ano com a Infanta D. Maria, igualmente filha dos Reis Católicos.

Como haviam os soberanos espanhóis de disputar a posse de terras que, naquele momento e em última análise, deviam pertencer ao seu próprio herdeiro?

Que o primeiro impulso nesse sentido existiu, já o sabemos. Provàvelmente, D. Fernando e D. Isabel pensaram em apoiar-se, mais que tudo, na bula de 26 de setembro, *Dudum siquidem*. E o próprio D. Manuel, ao que parece, não estava tão seguro dos seus direitos que não temesse uma reação por parte de Espanha. Em carta de 28 de agôsto de 1499, acompanhada de outras missivas para o Sumo Pontífice e o Sacro Colégio, anunciando o descobrimento do Gama, insinuava o soberano ao Cardeal Protetor de Portugal estas eloqüentes palavras: "E certo por esta cousa redundar em louvor do Senhor Deus e exaltação de sua santa fé, serviço da Sé Apostólica e proveito da república cristã, e assim à honra do Santo Padre, por ser em seus dias, e dêsse sacrossantíssimo Colégio, devem Sua Santidade e Vossas Reverendíssimas Paternidades mostrar pùblicamente não menos alegria e dar por isso muitos louvores a Deus. Outrossim, como quer que por doações mui largamente tenhamos o senhorio e domínio de tudo por nós achado, de guisa que pouco necessário pareça mais nada, porém muito nos prazerá e afetuosamente vos rogamos que depois de dadas nossas cartas ao Santo Padre e ao Colégio queirais falando nisso, como de vosso, ao menos por mostra dalgum novo contentamento para nós em coisa tão nova e de tão grande e novo merecimento, haver de Sua Santidade nova aprovação e outorga disso, na melhor forma que parecer..." (1).

O certo é que o Papa Alexandre VI, ou por ter igualmente o sentimento de que fôra logrado, ou porque sabia da amarga desilusão dos monarcas espanhóis, não quis publicar nova bula "de aprovação e outorga". Mas tanto a dolorosa surprêsa experimentada em Espanha, como a inquietação de D. Manuel, nos provam que o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e o monopólio do tráfico do Oriente eram o supremo objetivo, quer da política portuguêsa, quer da espanhola.

Sob o ponto de vista das terras a ocidente de África, o convênio, não obstante representar uma obra prima do gênio diplomático de D. João II, nasceu caduco. Basta examinar uma carta da América do Sul cindida pelo meridiano de Tordesilhas, ainda quando êste se alargasse até à ilha de Santa Catarina e ao delta amazônico, para se concluir que o território reservado aos portuguêses não oferecia base suficiente e viável à formação dum Estado.

(1) Publicado na HCPB, t. II, pág. 336-337.

Assim delimitado, êsse território ficava ilaqueado e oprimido pelas duas bacias do Tocantins e do Paraná, excelentes vias de acesso e assédio, em mãos de inimigos, para o invadir e conquistar. Ao sul a estreita faixa de terra desde o Rio de Janeiro até ao litoral do atual Estado de Santa Catarina, mais que nenhuma outra seria inviável, como parte dum Estado independente. Por outro lado, o meridiano de Tordesilhas amputava com violência a vasta unidade geográfica e econômica, rodeada como uma ilha pelas bacias fluviais do Paraguai e do Madeira. O mesmo se pode afirmar com a humanidade indígena (os tupi-guarani e os aruaque) que a habitava e oferecia tão notável contraste cultural com os quíchua e aimara dos planaltos andinos.

Ou os espanhóis, baixando o Amazonas e seus afluentes, dum lado, e do outro, subindo o Paraná, restabeleciam aquela unidade, expulsando os portuguêses da sua legítima mas inviável faixa ocidental; ou os segundos, aliados aos antigos possuidores da terra e seguindo o caminho oposto, realizavam a unidade da grande Ilha Brasil, amazônica-platina.

Desde o comêço do século de Quinhentos que essa inviabilidade do Tratado levou os portuguêses a falsear a representação do Brasil nas cartas geográficas, à sombra das dificuldades em calcular por um método seguro as longitudes, quer diminuindo consideràvelmente a distância entre o nordeste brasileiro e o arquipélago de Cabo Verde, quer destendendo a chamada costa leste-oeste no sentido do oriente, — os dois processos obedecendo ao mesmo objetivo de incluir na zona de soberania própria uma parte da América do Sul, mais vasta do que permitia a posição aproximada da célebre linha demarcadora.

De seu lado os espanhóis, por motivos semelhantes, procuraram situar o meridiano de Tordesilhas de forma a reduzir o mais possível o hemisfério de soberania portuguêsa, quer na América do Sul, quer no Extremo Oriente. Diga-se desde já que êstes levaram vantagem àqueles no excesso da fraude. No decorrer dêste trabalho teremos ocasião de apontar numerosos casos de cartas viciadas, quer portuguêsas, quer espanholas, por aquêle motivo. Baste-nos por agora a exemplificação com os casos típicos dos mapas de Vaz Dourado e a comparação entre as cartas portuguêsas de Luís Teixeira e espanhola de Lopez de Velasco, de c. 1574 (V. figs. n. XVII e XVIII).

APÊNDICE DOCUMENTAL

MEMORIA Y PETICION DEL DOCTOR PERO DIEZ Y DE RUY DE PINA EMBAIXADORES DEL REY DE PORTUGAL EN QUE DICEN A LOS REYES CATOLICOS LO QUE EL REY DE PORTUGAL LES MANDO QUE LES DIXESSEN DE SU PARTE CERCA DE LA DISPUTA QUE AVIA ENTRE LOS REYS SOBRE LAS INDIAS DEL MAR OCEANO QUE SE AVIAN DESCUBIERTO. DIERONLA EN BARCELONA A XIII DE AGOSTO DE MCCCCXCIII

Muyto altos muyto excellentes e podrosos principes Reis e señores:

Ho que ho muyto alto, muyto excellente e podroso princepe El Rey de Portugal nosso señor manda a nos doutor pero diis do seu desembarguo e juiz dos seus fectos e Ruy de pina cavaleiro de sua casa e seu secretario que digamos a vossas altezas da sua parte e por virtude de suas cartas de crēça he o que se segue:

que bem se lembrarõ vossas altezas que os dias passados rreçebeo huuma vossa carta de crença por lopo de ferreira vosso contyno o quall por virtude della finalmente lhe disse alguumas cousas antre as quaes principalmente lhe requereo da parte de vossas altezas que sua alteza mandasse dar pregoões e poer defesa por que alguumas caravellas e navios de seus Reynos e fora delles nom fossem ao que ora em vosso nome tynha descuberto e achado no mar oceano dom chris-povam collon vosso almyrante E que acerqua desto sua muy Real señoria screpveo a vossas altezas que se ho dicto lopo de ferreira levara poder abastante de vossas altezas pera em seu nome mandar dar outros semelhantes pregoões nos portos de vossos Reynos e señorios que certo sua alteza pera comprazer a vosso Requerimento folgara de ho fazer por alguum tempo asy larguo e convynhavel em que antre vossas altezas e a ssua se podesse bem assentar e limytar os mares, ylhas e terras a que os navios e gentes de vossas altezas podessem hir. Pero que em outra maneira pareçia que os dictos pregoões e defesa se nom podiam bem dar e poer, sem dello se seguyrem grandes inconvenientes, pello quall asy por desfallecimento do dicto poder como principalmente por que sua alteza sabe que em seus Reynos e señorios se nom podyam armar a abytalhar navios de seus naturaaes e estrangeiros que com a ajuda de deus ho nõ torve e defenda como muy inteira-

mente fara e viendo sobrisso que consyrada esta segurãça dello se nõ seguya nẽ podia seguyr a vossas altezas nẽ a seu servyço alguum prejuizo ouve por bẽ de sobresseer nos dictos pregões e defesa pello dicto modo atee primeyro nos envyar a vossas altezas como ẽvia com seu poder abastante pera despois de se tomar nesta cousa certo assento e determynado entonçes se sabera bem os pregões e defesa que de huuma parte e da outra se ham de dar asy se darẽ e comprirem por que seja sẽpre salvo e seguro o que a vossas altezas e a sua neste caso pertençer, que porem sua alteza pede e Roga muy afectuosamente a vossas altezas que vista a necesydade e importançia desta cousa queyrã ou mandem loguo entender nello cõ nosco por que este negocio se concluda sem dilaçom E que sua alteza espera ẽ deus nosso señor e cõfya asy da muyta verdade, consciẽçia e justiça de vossas altezas que estas cousas se façam e assentem assy bẽ e cõ tãto praser e acordo de todos que a paz, hirmyndade e grande amor que antre vos ha nom myngue antes se acrecente muyto mais e conserve pera sempre.

Outrosy que o dicto lopo de ferreira Requereo tambẽ sua alteza da parte de vossas altezas que nom quesesse envyar seus navios que tynha prestes pera mandar descobrir, porque ca se dezia que sua alteza os mandava armar pera hirẽ ao que tynha achado e descuberto o dicto almyrante e que sualteza Respondeo ẽtam a vossas altezas o que tambẽ lhẽvia por nos dyzer que posto que tevesse ordenados navios que fossem descobrir ao que a sualteza bem pertençe e muy allongados daquello que o dicto almyrante disse a sualteza que tynha descuberto e mandasse a sseus capitaães e gentes do mar que asy ho fezessẽ e comprissem sob grandes penas, que porem por nom parecer, ẽvyando sua alteza os dictos navios em tal tempo e sobre vosso Requerymẽto, que antre vos todos que vos tanto amaaes, avia alguuma deferença, o que nosso señor nom queira prouve a sua alteza ainda que fosse com assaz gasto seu e grande desavyamento de seu serviço de mandar sobreseer os dictos navios que asy tinha prestes e foy contente por evytar esta sospeita e por cõprazer a vossas altezas, mandallos deteer por dous meses contados despois desta nossa chegada a vossas altezas e que assy ho fara e manthera inteiramente, por que a sua alteza pareçe que o dicto tempo he asy boõ e conveniente para nelle com ajuda de deus em todo se tomar antre todos boõ assento e cõcordia como deseja e espera, em nosso señor que asy se faça.

E que por esta causa por que pareça que sam em todo conformes vossas vontades e que vossas altezas nõ obram o cõtrayro do que lhe mandam requerer e do que sua alteza lhe prouve fazer por amor de vossas altezas lhes pede e Roga muy afectuosamente

que asy mesmo emquanto nesta cousa se nõ toma antre vossas altezas e a ssua o dicto assento mandem sobreseer quaesquer gentes e navios seus que esteverẽ prestes ou forem determinados em qualquer maneira hir ao que o dicto almyrante descobrio e achou porque esto he cousa justa e muy necessarea por cõservaçõ de vossa paz, amyzade e amor, ça em outra maneira se poderiã desso seguyr outros inconvenientes e descontentamẽtos antre vos todos, o que vossas altezas e a sua por todos Respeitos nom devieis querer e que nesta cousa vossas altezas nõ devem poer duvyda asy por ser muyta rrazõ como por asy lho dizer o dicto lopo de ferreira que vosas altezas asy o fariam e que Ruy de sande despois que ora foy fãbem asy lho disse da parte de vossas altezas, em barcellona a xiiij de de (sic) agosto anno de myl ciiij lxxxxiij.

Pero dijz Rui de pyna

TRATADO DE TORDESILHAS, SEGUNDO O ORIGINAL EM PORTUGUÊS, EXISTENTE NO ARQUIVO DE INDIAS, DE SEVILHA

DOM JOHAM PER GRAÇA DE DEUS Rey de purtugual e dos alguarves daquem e dalem mar em africa e Señor de guinee. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que per Ruy de Sousa, Señor das vilas de sagres e biringel e dom Joham de Sousa seu filho, nosso almotace mor E o licenciado aires dalmada Corregedor dos fectos civees em nossa corte e do nosso desembargo, todos do nosso conselho que enviamos com nossa embaixada e poder aos muy altos e e muj excelentes e poderosos dom fernando e dona Isabel per graça de deus Rey e Raynha de Castella, de liam, daragã, de cizillia, de grada e etc. nossos mujtos amados e prezados Irmaãos, sobre a deferêça do que a nos e a elles pertence, do que tee sete dias do mes de Junho da feitura desta capitulaçom estava por descobrir no mar oceano, foy tractado e capitulado por nos e ẽ nosso nome per vertude do seu poder com os dittos Rey e Raynha de castella nossos irmaãos e com dom anrrique anrriquez seu mordomo moor e dom goterre de cardenas Comendador moor de liam e seu contador moor E o doctor Rodrigo maldonado todos do seu conselho E em seu nome por vertude do seu poder. Na qual dita capitulaçã os ditos nossos embaixadores e procuradores antre as outras cousas prometerã que dentro de certo termo em ella conconthiudo Nos outorgariamos, confirmarjamos, jurarjamos, retificariamos e aprovarjamos a dita Capitullaçã por nossa pesoa. E querendo nos comprir e comprindo todo o que asy ẽ nosso nome foy assentado, capitulado e outorgado acerca do suso dito, Mandamos trazer ante nos a dita scriptura da dita capitullaçõ e asento pera a veer e examinar, o theor da quel de verbo a verba he este que se segue:

EM NOME DE DEUS todo poderoso, padre, filho e spiritu sancto, tres pesoas realmente distintas e apartadas e huma soo essencia divina Manifesto e notorjo seja A todos quantos este publico stormento virem como na villa de tordesilhas a sete dias do mes de junho anno do nascimento de nosso Señor Jeshu Cristo de mil quatrocentos noventa e quatro annos em presença de nos os Secretarios scripvaães e notarios publicos adiante escriptos stando presentes os honrrados dõ anrrique anrriquez mordomo moor dos

muj altos e muy poderosos principes os Señores dom fernando e dona Isabel por graça de deus Rey e Raynha de castella, de liam, de aragã, de cizilia, de grada e etc E dom goterre de cardenas contador moor dos dictos Señores Rey e Raynha E o doctor Rodrigo maldonado todos do conselho dos ditos Sẽores Rey e Raynha de castella, de lion, daragam, de cezilia, de grada e etc., seus procuradores abastantes de huma parte E os honrrados Ruy de Sousa señor de sagres e de biringel e dom Joham de Sousa seu filho almotace moor do muy alto e muj excelente Señor o Señor dõ Joham pella graça de deus Rey de purtugual e dos algarves daquem e dalem mar ẽ africa e Señor de guinee E anes dalmada Corregedor dos fectos civees ẽ sua corte e do seu desembargo todos do conselho do dito Señor Ruy de purtugual E seus embaixadores e procuradores abastantes, segundo ambas as ditas partes o mostrarã pellas cartas de poderes e procuraçõees dos ditos Señores seus constituintes, das quaes seu theor de verbo a verbo he este que se segue:

DOM FERNANDO e DONA ISABEL pella graça de deus Rey e Raynha de castella, de liam, daragã, de cezilia, de grada, de toledo, de Valença, de galiza, de malhorca, de sevilha, de cerdenha, de cordova, de corcega, de murcia, de Jahem, do algarve, daljazira, de gibaltar, das ilhas de canarea, conde e condessa de barcellona e Señores de bizcaya e de molina, duques dathenas e de neopatria, condes de rrosselham e de cerdonia (sic), Marqueses de oristam e de goçiano Por quanto o serenissimo Rey de purtugal, nosso muy caro e muj amado Irmaão enviou a nos por seus embaixadores e procuradores Ruy de sousa, cujas sam as villas de sagrees e biringel E dom Joham de sousa seu almotace moor E aires dalmada seu Corregedor dos fectos civees ẽ sua corte e do seu desembargo, todos do seu conselho pera praticar e tomar asento e concordia com nos ou cõ nossos embaixadores e procuradores em nosso nome sobre a deferença que ãtre nos e o dito Serenissimo Rey de purtugual nosso Irmaão ha sobre o que a nos e a elle pertençe do que athagora esta por descobrir no mar oçiano. Porẽ confiando de vos dom anrrique anrriquez nosso mordomo moor e dom goterre de cardenas comendador moor de liam, nosso contador moor E o doctor Rodrigo maldonado todos do nosso conselho que sooes taaes pessoas que guardares nosso serviço e bem e fielmente farees o que per nos vos for mãdado e emcomendado, per esta presente carta vos damos todo nosso poder comprido ẽ aquela mais aucta[1] forma que podemos e em tal caso se requere spicialmente pera que por nos e ẽ nosso nome e de nossos herdeiros e socesores e da todos nossos Regnos e Señorios sub dictos e naturaes delles possaes tractar con-

(1) No texto espanhol lê-se «abta».

cordar e asentar e fazer tracto e concordia cõ os ditos embaixadores do dito Serenissimo Rey de purtugual nosso Irmaão em seu nome qual quer concerto, asento, limitaçã, demarcaçã e concordio sobre o que dito he, pollos ventos e graaos do norte e do sol e per aquellas partes, divjsões e lugares do çeeo e do mar e da terra que a vos bem visto for, e asy vos damos o dito poder pera que posaes deixar ao dito Rey de purtugal e a seos Regnos e socesores todollos mares, ilhas e terras que forẽ e esteverẽ dentro de qualquer limitaçã e demarcaçã que com elle ficarẽ e quedarẽ. E outrossy vos damos o dito poder pera que ẽ nosso nome e de nossos herdeiros e socesores de nossos regnos e Señorios subditos e naturaes delles posaes concordar e asentar e receber e aceitar do dito Rey de purtugual e dos ditos seos embaixadores e procuradores ẽ seu nome que todollos mares, ilhas e terras que forẽ e steverẽ dentro da limitaçã e demarcaçã de costas mares e ilhas e terras que quedarẽ e ficarẽ com nos e cõ nossos socesores pera que seiam nossos e de nosso Señorio e conquista e assy de nossos Regnos e socesores delles cõ aquellas limitações e excepções e com todallas outras clausulas e decrarações que a vos outros bem visto for. E pera que sobre todo o que dito he e pera cada huma cousa e parte dello e sobre o a ello tocante ou dello dependente ou a ello anexo e cõnexo em qual quer maneira posaes fazer e outorgar, concordar, tractar e receber e aaceeptar ẽ nosso nome e dos ditos nossos herdeiros e socesores e de todos nossos Regnos e Señorios sub ditos e naturaes delles quaes quer Capitulações, contractos e scripturas cõ quaes quer vinculos, actos, modos condições e obrigações e stipulações, penas e sumisõees e renunciaçõees que vos outros quiserdes e bem visto vos for, e sobre ello posaees fazer e outorgar, facaees e outorgaaes todallas cousas e cada huma dellas de qualquer natureza e qualidade, gravidade e importãçia que seja ou seer possa, ainda que seiam taes que por sua condiçã requeirã outro nosso asignado e spicial mandado e de que se devese de feito e de dereito fazer singular e expressa mẽçã e que nos seendo presentes poderiamos fazer e outorgar e receber. Outrossy vos damos poder comprido pera que posaees jurar e jurees ẽ nosas almas que nos e nosos herdeiros e socesores subditos e naturaees e vasallos aquiridos e por aquirir teremos, guardaremos e compriremos E que teram, guardarã e compriram realmente e cõ effecto todo o que vos outros assy asentardes, capitulardes, jurardes e outorgardes e afirmardes cesante toda cautela, fraude, engano e fiction e simulaçã, E asy possaees ẽ nosos nomes capitular, sigurar e prometer que nos ẽ pesoa siguraremos, juraremos, prometeremos e outorgaremos e firmaremos todo o que vos outros ẽ nosso nome acerca do que dito he segurardes e prometerdes e capitulardes dentro daquelle termo de tempo que vos bem

parecer e a que llo guardaremos e compriremos realmente e com efecto e sob as condiçõees, pennas e obrigaçõees contheudas no contracto das pazes antre nos e o dito serenissimo Rey nosso Irmaão fectas e concordadas e sob todallas outras que vos outros prometerdes e asentardes As quaes des agora prometemos de pagar se nellas encorrermos. Pera o qual todo e cada huma cousa e parte dello vos damos o dito poder cõ livre e geral administraçam E prometemos e seguramos por nossa fee e palavra real de teer, guardar e cõprir, nós e nossos herdeiros e socesores todo o que por vos otros acerca do que dito he ẽ qual quer forma e maneira for fecto, capitulado e jurado e prometido. E prometemos de o aver por firme, rato e grato, stavel e valedoiro agora e ẽ todo tempo e sempre jamajs E que nõ hiremos, nem vinremos contra ello, nem contra parte alguma dello, nos nẽ nosos herdeiros e socesores por nos nẽ por outras antre postas pesoas directe nẽ indirecte sob alguma collor nem cousa em Juizo nẽ fora delle sob obrigaçã expressa que para ello fazemos de todos nossos beẽs patrimoniaees e fiscaaes E outros quaees quer de nosos vasallos e subditos e naturaees movees e raizes avidos e por aver. por firmeza do qual mandamos dar esta nossa carta de poder. A qual firmamos de nosos nomes e mandamos sellar com nosso seelo dada na villa de tordesilhas a cinquo dias do mes de Junho. Anno do nacimento de nosso señor Jesu Christo de mjl quatrocentos noventa e quatroannos. Yo. El Rey. Yo. la Reyna. Yo Fernam dalvarez de Toledo secretario del Rey e da Raynha nossos Señores a fiz escrepver por seu mandado.

DOM JOHAM per graça de deus Rey de purtugual e dos alguarves daquẽ e dalem mar em africa e Señor de guinee. A quantos esta nosa carta de poder e procuraçã virem fazemos saber que por quanto por mandado dos muj altos e muj excelentes e poderosos principes El Rey dom fernando e Raynha dona Isabel, Rey e Raynha de castella, de liom, daragã, de cezilia, de grada e etc. Nossos mujtos amados e prezados Irmaãos forã descubertas e achadas novamente algumas ilhas e poderã ao diante descubrijr e achar outras ilhas e terras sobre as quaes humas e as outras achadas e por achar pollo direito e rezã que nello temos poderiam sobre vijr antre nos todos e nossos Regnos e Señorios, subditos e naturaes delles debates e deferenças que nosso Señor non consinta, A nos praz pollo grande amor e amizade que antre nos todos ha E por se buscar, procurar e conservar maior paz e mais firme concordia e asosego Que o mar ẽ que as ditas ilhas stam e forã achadas se parta e demarque antre nos todos em alguuma booa, certa e limitada maneira. E por que nos ao presente nõ podemos nello entender em pessoa Comfiando, de vos Ruy de sousa Señor de sagres e biringel E dom Joham de sousa nosso almotace moor E aires dalmada Cor-

regedor dos fectos civees em nossa corte e do nosso desembargo, todos do nosso conselho, Per esta presente carta vos damos todo noso comprido poder e autorjdade e spicial mandado e vos fazemos e constituimos a todos juntamente e a dous de vos e a huum in solido, Se os outros em qual quer maneira forẽ Impididos nossos embaixadores e procuradores, Com aquella mais auta forma que podemos e em tal caso se requere geeral e spicialmente, em tal maneira que a gerelidade nõ derrogue a specialidade, nẽ a specialidade a gerelidade pera que per nos e ẽ noso nome e de nossos herdeiros e socesores e de todos nossos Regnos e Señorios subditos e naturaes delles posaaes tractar, concordar, asentar e fazer, tractees, concordes e asentees e façaees com os ditos Rey e Raynha de castella nossos Irmaãos ou cõ quem pera ello seu poder tenha qualquer concerto, assento e limitaçã, demarcaçã e concordia sobre o mar oceano, Ilhas e terra firme que nelle ouverã por aquelles Rumos de vẽntos e graaos do norte e do sol e por aquellas partes, divisoees e lugares do çeeo e do mar e da terra que vos bom parecer E asy vos damos o dito poder pera que posaees leixar e leixees aos ditos Rey e Raynha e a seos Regnos e socesores todollos mares, ilhas e terras que forẽ e steverẽ dentro de qual quer limitaçã e demarcaçã que con os dictos Rey e Raynha ficarem. E assy vos damos o dito poder pera ẽ nosso nome e de nossos herdeiros e socesores e de todos nossos Regnos e Señorjos, subditos e naturaees delles posaees com os ditos Rey e Raynha Ou os seos procuradores concordar, asentar e receber e aceptar que todollos mares, ilhas e terras, que forẽ e esteverẽ dentro da limitaçã e demarcaçã de costas, mares, ilhas, terras que cõ nos e nossos socesores ficarẽ sejã nossos e de nosso Señorio e conquista e assy de nossos regnos e socesores delles cõ aquellas limitaçõees e excepçõees de nosas ilhas e cõ todallas outras clausulas e decrarações que vos bem parecer. O qual dito poder damos a vos os ditos Ruy de sousa e dom Johã de sousa e aires dalmada para que sobre todo o que dito he e sobre cada huma cousa e parte dello e sobre o a ello tocante e dello dependente e a ello anexo e com nexo ẽ qual quer maneira posaees fazer, outorgar, concordar, tractar e distractar e receber e aceptar ẽ nosso nome e dos ditos nossos herdeiros e socesores e de todos nosos Regnos e Señorios, subditos e naturaees delles. Quaes quer capitulus (sic) e contractos e scripturas com quaes quer vinculos, pactos, modos, cõdiçõees e obrigaçõees e stipulaçõees, penas e sumissõees e renunciaçõees que vos quiserdes e a vos bem visto for e sobre elo posaees fazer e outorgar e façaees e outorgues todallas cousas e cada huma dellas de qual quer natureza, qualidade e gravidade e Importancia que seja ou seer posam posto que sejam taes que sua condiçã requeiriã outro nosso singular e special mandado e de que se devese

de fecto e de dereito fazer singular e expresa mençam E que nos sendo presente poderiamos fazer e outorgar e receber. E outrossy vos damos poder conprido para que posaees jurar e jurees ẽ nossa alma que nos e nosos herdeiros e socesores e subditos e naturaees e vasallos aquiridos e por aquirir teremos, guardaremos e conpriremos, terã, guardarã, comprirã realmente e con effecto todo o que vos assy asentardes, Capitulardes e Jurardes e outorgardes e firmardes, Cesante toda cautella, fraude, engano e fingimento. E asy posaees ẽ nosso nome Capitullar, segurar e prometer que nos ẽ pesoa seguraremos, juraremos, prometeremos e firmaremos todo o que vos no sobre dito nome acerqua do que dito he, segurardes, prometerdes e capitullardes dentro daquelle termos de tempo que vos bem parecer e que o guardaremos e compriremos realmente e cõ effecto sob as condições, penas e obrigaçõees conthiudas no contracto das pazes antre nos feitas e concordadas e sob todallas outras que vos prometerdes e asentardes no dito nome. As quaes des agora prometemos de pagar e pagaremos realmente e com efecto se nellas concorremos. Pera o qual todo e cada huma cousa e parte dello vos damos o dito poder cõ livre e geral administraçã e prometemos e seguramos por nosa fee real de teer, guardar e comprir e assy nossos herdeiros e socesores todo o que per vos acerca do que dito he, em qual quer forma e maneira for fecto, Capitullado e Jurado e prometido e prometemos de o aver por firme, rato, grato, stavel e valioso des de agora pera todo sempre E que nõ hiremos nem vinremos, nẽ hirã, nẽ vinrã contra ello nẽ contra parte alguma dello em tempo alguum nẽ por alguma maneira por nos nẽ por sy, nẽ por antre postas pesoas direite nẽ Indireite sob alguma collor ou cousa ẽ jujzo, nẽ fora delle sob obrigaçã expresa que para ello fazemos dos ditos nossos Regnos e Señorios e de todollos outros nossos beẽs patrimoniaees e fiscaees e outros quaes quer de nossos vasallos e subditos e naturaees, movees e de rajz, avido e por aver. E em testemunho e fee do qual vos mandamos dar esta nosa carta firmada per nos e seellada de nosso seello, dada ẽ nosa cidade de lixboa a büj dias de março. Ruy de pina a fez. Anno do naçimento de noso Señor Jeshu Christo de mjl quatrocentos noventa e quatro annos. El Rey.

E LOGO os ditos procuradores dos ditos Señores Rey e Raynha de castella, de liam, daragam, de cezilia, de grada e etc. E do dito Señor Rey de purtugal e dos algarves e etc. Diseram que por quanto antre os ditos Señores seos constituintes ha certa deferença sobre o que a cada huma das ditas partes pertence do que atha oje dia da fectura desta capitullaçõ estaa por descobrir no mar ociano. Porẽ que elles por bem de paz e concordia e por conservaçã do divido e amor que o dito Señor Rey de purtugal tem cõ os ditos Seño-

res Rey e Rainha de castella e daragã e etc. A suas altezas praz e os ditos seos procuradores ẽ seu nome e por virtude dos ditos seus poderes outorgarã e consentirã que se faça e asyne pollo dito mar oceano huma Raya ou linha direita de poolo a poollo, *scilicet*, do pollo artico ao pollo antartico que he de norte a sul. A qual Raya ou linha se aja de dar e dê direita, como dito he a trezentas e setenta legoas das ilhas do cabo verde pera a parte do ponente por graaos ou por outra maneira como milhor e mais prestes se possa dar de maneira que nõ seiam mais E que todo o que the qui he achado e descuberto e daqui adiante se achar e descubrir por o dito Señor Rey de purtugual e por seos navios, asy ilhas como terra firme des a dita raya e linha dada na forma suso dita hyndo polla dita parte do levaãte dentro da dita raya aa parte do levãte ou do norte ou do sul della tanto que nõ seja atravesando a dita raya, que esto seja e fique e pertẽçã ao dito Señor Rey de purtugual e a seus socesores pera sempre jamais; E que todo ho outro, assy ilhas como terra firme achadas e por achar descubertas e por descubrir que som ou forẽ achadas pellos ditos Señores Rey e Raynha de castella e daragã e etc. e per seos navios des a dita raya dada na forma suso dita hindo por a dita parte do ponente depois de pasada a dita raia pera o ponente ou ao norte ou sul della que todo seja e fique e pertença aos ditos Señores Rey e Raynha de castella e de liam e etc. E a seus socesores pera sempre jamais.

ITEM, os ditos procuradores prometeram e segurarã por virtude dos ditos poderes(1) que doje em diante nõ emviarã navios alguos, scilicet, os ditos Señores Rey e Raynha de castella, de liam e daragã e etc. por esta parte da raia aa parte do levante aquẽ da data raia que fica pera o dito Señor Rey de purtugal e dos algarves e etc. Nem o dito Señor Rey de purtugal aa outra parte da dita raia que fica pera os ditos Señores Rey e Raynha de castella e daragã e etc. a descobrir e buscar terras nem ilhas algumas nen a contractar nẽ a rresgatar nẽ a conquistar em maneira alguma. Pero que se acontecer que hindo assy aaquẽ da dita Raya os ditos navios dos ditos Señores Rey e Raynha de castella, de liam e daragã e etc. achasem quaes quer ilhas ou terras ẽ o que assy fica pera o dito Señor Rey de purtugal que aquelo tal seja e fique pera o dito Señor Rey de purtugal e pera seos herdeiros pera sempre jamais e suas altezas lho ajam de mandar logo dar e entregar. E se os navios do dito Señor Rey de purtugal acharẽ quaes quer ilhas e terras na parte dos ditos Señores Rey e Raynha de castella, de liam e daragã e etc. Que todo o tal seja e fique pera os ditos Señores Rey e Raynha de

(1) Esta última frase desde «por virtude...» foi riscada com um traço no original, mas mantem-se no texto em castelhano.

castella, de liam e daragã e etc. E pera seos herdeiros pera sempre jamais. E que o dito Señor Rey de purtugal lho aja logo de mandar dar e entregar.

ITEM, pera que a dita linha ou Raya da dita partiçã se aja de dar e dee dereita e mais certa que seer poder pollas dittas trezentas e setenta legoas das ditas ilhas do cabo verde aa parte do ponente como dito he, he concordado e asentado pollos ditos procuradores dambas as ditas partes que dentro de dez meses[1] primeiros seguintes contados do dia da feitura desta Capitullaçõ os ditos Señores seus constituintes ajam de emvjar duas ou quatro caravellas, scilicet, huma ou duas de[2] cada parte ou mais ou menos segundo se acordar pellas ditas partes que sam necesarias. As quaes pera o dito tempo sejam iuntas na ilha da gram canarja E enviem ẽ ellas cada huma das ditas partes pesoas assy pillotos como strologos e marinheiros e quaes quer outras pesoas que convenhã. Pero que sejam tantos de huma parte como da outra e que algumas pesoas dos ditos pilotos e estrologos e marinheyros e pesoas que saibam que emviarõ[3] os ditos Señores Rey e Raynha de castella, de liam e daragam e etc. vaão no navio ou navios que enviar o dito Señor Rey de purtugal e dos algarves e etc. E assy meesmo algumas das ditas pesoas que emviar o dicto Señor Rey de purtugal vaão no navio ou navios q enviarẽ os ditos Señores Rey e Raynha de castella e daragã tantos de huma parte como da outra pera que juntamente posam milhor veer e reconhecer o mar e os rumos e ventos e graaos do sol e norte e assinar as legoas sobre dictas tanto que pera fazer o sinalamento e limite cõcorram todos juntos os que forẽ nos ditos navios que enviarẽ ambas as ditas partes (4) e levarẽ seus poderes. Os quaees ditos navios todos juntamẽte continuem seu caminho aas ditas ilhas do cabo verde e dali tomarã sua rota direita ao ponẽte athe as ditas trezentas e setenta leguas medidas como as ditas pessoas, que asy forẽ, acordarẽ que se devem midir sem perjuizo da sditas partes. E aly donde se acabarẽ se faça o ponto e signal que convenha por graaos do sol ou do norte ou por singraduras de legoas, ou como melhor se poderẽ concordar. A qual dita raya asinem desde o dito poolo artico ao dito poolo antartico que he de norte a sul como dito he. E aquilo que assinarẽ o escrevam e firmen de seos nomes as ditas pesoas que assy forẽ emviadas por ambas as ditas partes. Os quaees ham

(1) No original acrescentou-se um arremêdo grosseiro de mão apontando para esta palavra.

(2) Um arremêdo de mão acrescentado segura uma linha que aponta nesta direção.

(3) A frase «que enviarõ» não foi traduzida para o texto espanhol.

(4) Todo o trecho que se refere à operação do «sinalamento», tem ao lado um arremêdo de mão que aponta.

de levar faculdade e poder das ditas partes, cada huum da sua (1) pera fazer o dito sinal e limitaçã e feita por elles seendo todos comformes, que seja avida por signal e limitaçã perpetuamente pera sempre jamais, para que as ditas partes nẽ alguma dellas nẽ seos socesores pera sempre iamais non a posam contradizer, nem tirar, nẽ remover ẽ tempo algum nẽ per alguma maneira que seja ou seer posa.

E SE caso for que a dita raia e limite de poolo a poollo como dito he topar ẽ alguma ilha ou terra firme, que ao começo de tal ilha ou terra que asy for achada honde tocar a dita raia se faça alguum sinal ou torre e que em direito do tal signal ou torre se continuẽ dahy ẽ diante outros sinaees pella tal ilha ou terra ẽ direito da dita raia. Os quaees partam o que a cada huma das partes pertencer della. E que os subditos das ditas partes nõ seiam ousados os huuns de pasar aa parte dos outros, nẽ os outros aa dos outros passando o dito sinal ou limite ẽ a tal ilha ou terra.

ITEM por quanto pera hirẽ os navios dos ditos señores Rey e Raynha de castella, de liom, daragã e etc. desde seus Regnos e señorios aa dita sua parte aalem da dita raya na maneira que dito he, he forçado que ajam de pasar pellos mares desta parte da raya que ficã pera o dito Señor Rey de purtugual, Porẽ he concordado e asentado que os ditos navios dos ditos Señores Rey e Raynha de castella e de lion e daragã e etc. posã hir e vijr e vaão e venham livre, segura e pacificamente sem cõtradiçã alguma pellos ditos mares que fiquã cõ o dito Señor Rey de Purtugual dentro da dita Raya em todo tempo e cada e cando suas altezas e seus socesores que serẽ e por bem teverẽ os quaees vaão per seos caminhos direitos e rotas desde seos Reynos pera qualquer parte do que esta dentro da sua raya e limite honde quiserẽ emvjar a descobrir e conquistar e a contractar e que levẽ seos caminhos direitos por honde elles acordarõ da hijr pera qualquer cousa da dita sua parte e daquelles nõ possam apartarse Salvo o que o tempo contrayro os fezer apartar tanto que nõ tomẽ nẽ ocupem, antes de pasar a dita raya cousa alguma do que for achado pollo dito Señor Rey de purtugual ẽ a dita sua parte E se alguma cousa acharẽ os ditos seus navios ante de passar a dita raya como dito he, Que aquello seia pera o dito Señor Rey de putugal e suas altezas lho aiam logo de mandar dar e entregar. (2)

E POR que podera sear que os navios e gentes dos ditos Señores Rey e Raynha de castella e daragã e etc. ou por sua parte

(1) De novo um arremêdo de mão aponta para esta parte do texto.

(2) Todo o trecho sôbre esta restituição está igualmente apontado por um arremêdo de mão.

averã achado ataa vinte dias deste mes de junho ẽ que stamos da fectura desta capitullaçõ algumas ilhas e terra firme dentro da dita raya que se ha de fazer de polo a poolo por linha direita ẽ fim das ditas trezentas e satẽta legoas, contadas des as ditas ilhas do cabo verde ao ponente como dito he, concordado e asentado por tirar toda duvida, que todallas ilhas e terra firme que seiã achadas e descubertas ẽ qualquer maneira, tha os ditos vinte dias deste dito mes de Junho, ainda que sejam achadas pollos navios e gentes dos ditos Señores Rey e Raynha de castella e daragã e etc. contanto que seian dentro das duzentas e cincoenta legoas primeiras das ditas trezentas e setenta legoas, cõtadas des as ditas ilhas de cabo verde ao ponente pera a dita raya, Em qualquer parte dellas pera os ditos poolos, que seiam achadas dentro das ditas duzentas e cincoenta legoas fazendosse huma raya ou linha direita de poolo a poolo honde se acabarẽ as ditas duzentas e cincoenta legoas sejam e fiquẽ pera o dito Señor Rey de purtugal e dos algarves e etc. e pera seus socesores e regnos pera sempre jamais E que todallas ilhas e terra firme que the os ditos vinte dias deste mes de Junho ẽ que estamos ẽ que estamos (sic) sejam achadas e descubertas pollos navios dos ditos Señores Rey e Raynha de castella e daragão e etc e per suas gentes ou ẽ outra qual quer maneira, dentro das outras cento e vinte legoas que ficam pera comprimẽnto das ditas trezentas e`setenta legoas em q̃ ha dacabar a dita raya que se ha de fazer de poolo a poolo como dito he, em qual quer parte das ditas cento e vinte legoas pera os ditos poolos que sejam achadas atha o ditto dia sejam e fiquẽ pera os ditos Señores Rey e Raynha de castella e daragã e etc. e pera seus socesores e seus Regnos pera sempre jamais como he e ha de seer seu o que he ou for achado aalem da dita Raya das ditas trezentas e setenta legoas q̃ ficam pera suas altezas, como dito he, ainda que as ditas cento e vinte legoas sam dentro da dita raia das ditas trezentas e setenta legoas que ficam pera o dito Señor Rey de purtugal e dos algarves e etc. como dito he E se tha os ditos vinte dias deste dito mes de junho nõ sam achadas pollos ditos navios de suas altezas cousa alguma dentro das cento e vinte legoas e dali adiante o acharẽ que seia pera o dito señor Rey de purtugal como no capitolo suso scripto he contheudo.

O QUAL todo que dito he e cada huma cousa e parte dello os ditos dom anrrique amrriquez mordomo moor e dom goterre de cardenes (sic) contador moor e o doctor Rodrigo maldonado procuradores dos ditos muy altos e muy poderosos principes os Señores Rey e Raynha de castella e de lion, daragã, de cezillia, de grada e etc. per virtude do dito seu poder q̃ em çima vay emcorporado E

os ditos Ruy de sousa e dom Joham de sousa seu filho e aires dalmada procuradores e embaixadores do dito muy alto e muy excelente principe o Señor Rey de purtugal e dos algarves daquẽ e dalem mar ẽ africa e Señor de guinee, E por virtude do dito seu poder que emçima vay emcorporado, Prometerã, segurarã ẽ nome dos ditos seos constituintes que elles e seos socesores e reynos e señorios pera sempre jamais teram e gardarã e compriram Realmente e cõ effecto cessante todo fraude, cautella e emgano, fiçion e simulaçõ, todo o conthiudo nesta capitullaçõ e cada huma cousa e parte dello. E quiserã e outorgarã que todo o conthiudo nesta dita Capitulaçã e cada huma cousa e parte dello seia guardado e comprido e executado como se ha de guardar e comprir e executar todo o conthiudo na Capitullaçõ das pazes fectas e asentadas antre os ditos Señores Rey e Raynha de castella e daragã e etc. E o Señor dom afonso Rey de purtugal que sancta gloria aja. E o dito Señor Rey que agora he de purtugal seu filho seendo princepe o anno que pasou de mil iiijclXXIX annos. E sob aquellas meesmas pennas, vincolos, firmezas e obrigaçõees segundo e na maneira que na dita capitulaçã das ditas pazes se contem. E obriganse que as ditas partes, nẽ alguma delas, nẽ seos sucesores pera sempre jamais nõ hiram, nã vinrã contra o que de suso he dito e specificado, nem contra cousa alguma nẽ parte dello direite nẽ indireite, nem por outra maneira alguma ẽ tempo alguum, nem por alguma maneira pensada ou nom pensada, que seja ou seer possa, Sob as penas conthiudas na dita Capitulaçõ das ditas pazes. E a pena pagada ou nõ pagada ou graciosamẽte remitida. Que esta obrigaçõ, capitullaçõ e asento seja e fique firme, stavell e valedoira pera sempre jamais. Pera o qual todo assy teer e guardar e comprir e paguar Os ditos procuradores ẽ nome dos ditos seus constituintes obrigaram os beẽs cada huum da dita sua parte, movees e Rayzes patrimoniaes e fiscaes e de seos suditos e vasallos avidos e por aver E renunçiarã quaes quer lex e dereitos de q̃ se podem aproveitar as ditas partes de cada huma dellas pera hir ou vijr contra o suso dito, ou contra alguma parte dello E por maior segurjdade e firmeza do suso dito, jurarã a deos e a sancta maria e ao sinal da cruz † em que poserã suas maãos direitas e as palavras dos sanctos evangelhos honde quer que mais largo sam scriptos, nas almas dos ditos seos constituintes que elles e cada huum delles teram e gardarã e comprirã todo o suso dito e cada huma cousa e parte dello realmente e com effecto, Cessante todo fraude e cautella e engano, fiction e simulaçõ e nõ a contradirã ẽ tempo alguum nẽ per alguuma maneira. Sob o qual dito Juramento Jurarã de nõ pidir absoluçam nẽ relaxaçõ delle ao nosso muy sancto padre nẽ a outro nenhum legado nẽ prelado q̃ lha posa dar E ajnda que proprio moto lha dem

nõ usaram della. Antes por esta presente Capitulaçõ, supplicã no dito nome ao nosso muj sancto padre que aa sua santidade praza comfirmar e aprovar esta dita Capitulaçom, segundo ẽ ella se contem E mandãdo espidir sobre ello suas bullas aas partes ou a qual quer dellas q̃ lhas pidir E mandãdo emcorporar ẽ ellas o theor desta Capitulaçã poendo suas censuras aos que contra ella forẽ ou passarẽ em qual quer tempo que seja ou seer posa. E assy meesmo os ditos procuradores no dito nome se obrigarã sob a dita penna e Juramento que dentro de Cem dias primeiros seguintes contados des o dia da fecta desta capitulaçõ daram a huuma parte a outra e a outra aa outra aprovaçã e retificaçã [1] desta dita capitullaçã escriptas em purgaminho e firmadas dos nomes dos ditos Señores seus constituintes e seeladas com seus seelos de chumbo pendentes. E na scriptura que ouverẽ de dar os ditos Señores Rey e Raynha de castella e daragã e etc. aja de firmar, cõsentir e outorgar O muj sclareçido e illustrissimo Señor Prjncepe dom Joham seu filho do qual todo que dito he outorgarã duas scripturas de huum theor, tal huma como a outra, as quaes firmarã de seus nomes e as outorgarã ante os secretarjos e scripvaães afundo scriptos, pera cada huma das partes a sua e qual quer que parecer valha como se ambas de duas parecesem que forã fectas e outorgadas na dita villa de tordesilhas o dia mes e anno susoditos. Dom anrrique comendador moor, Ruy de Sousa, Dom Joham de sousa, o doutor Rodrigo maldonado, Licentiatus arias. Testemunhas que forã presentes que virã [2] aqui firmar seos nomes aos ditos procuradores e embaixadores e outorgar o suso dito e fazer o dito Juramẽto O comendador Pedro de lion E o comendador fernando de torres vizinhos da villa de valhodolid E o comẽdador fernando de gomara [3] comendador de zagra e çinete continos da casa dos ditos Señores Rey e Raynha de castella nossos Señores E Joham Soares de Sequeira e ruy leme E duarte pacheco continuus (sic) da casa do Señor Rey de purtugal pera ello chamados. E eu fernam dalverez de tolledo secretarjo del Rey e da Rainha nossos Señores e do seu conselho e seu scripvam da camara e notario publico ẽ sua corte e em todos seus regnos e Señorjos fuy presente a todo o que dito he ẽ huum cõ as ditas testemunhas E com estevam vaaz secretario do dito Señor Rey de purtugual que por autoridade que os ditos Rey e Raynha nossos Señores lhe derã para dar fee deste auto ẽ seos regnos que foy assy meesmo presente ao que dito he e de rogo e outorgamento de todos os ditos procuradores e embaixadores que ẽ minha presença e sua aqui firmarã seos nomes, este publico estrumẽto de ca-

(1) No original espanhol lê-se mais corretamente: *ratificacion.*

(2) No original espanhol lê-se mais corretamente: «que vieron».

(3) No original espanhol lê-se: «Gamarre».

pitulaçã fiz escrepver. O qual vay escripto nestas seis folhas de papel de prego inteyro escriptas de ambas partes com esta ẽ que vaão os nomes dos sobre ditos e meu signal e em fim de cada plana assynado do synal do meu nome e do sinal do dito stevam Vaaz E porẽ fiz aqui este meu sinal que he tal em testemunho de verdade. Fernam dalvarez. E eu dito stevam vaaz, que per autoridade que os ditos Señores Rey e Rainha de castella, de lion e etc. me derã pera fazer publico ẽ todos seos Reinos e Señorios Juntamente cõ o dito fernã dalvarez arrogo e requerimento dos ditos embaixadores e procuradores a todo presente fuy e por fee e certidam dello aqui de meu publico sinal asinei que tal he. A qual dita scriptura dasento e capitulaçõ e concordia açima ẽcorporada, vista e entendida per nos a aprovamos, louvamos, confirmamos, outorgamos e Retificamos e prometemos de teer, guardar e comprir todo o suso dito nella conthiudo e cada huma cousa e parte dello Realmente e cõ effecto Cessante todo fraude, cautella, ficiom e simulaçõ e de nõ hĩjr nem vijr contra ello nẽ contra parte dello ẽ tempo alguum nem por alguma maneira que seja ou seer possa. E por maior firmeza iuramos a deus e a sancta maria e aas palavras dos sanctos evangelhos honde quer que mais largamente sam scriptas. E ao sinal da + ẽ que corporalmente posemos nossa maão direita em presença de fernam duque destrada meestre salla do muj illustre princepe dom Joham nosso mujto amado e prezado sobrinho, que os ditos Rey e Raynha de castella, de lion, daragã e etc. nossos Irmaãos a nos pera ello enviarã de o asy teer, guardar e comprir e cada huma cousa e parte do que a nos Incumbe realmente e cõ effecto como dito he por nos e por nossos herdeiros e socesores e por os ditos nossos Regnos e Señorios, subditos e naturaes delles sob as penas, obrigaçoões, vinculos e renunciações no dito contracto de capitulaçam e concordia, emçima scripto conthiudas. E por certidam e corroboraçõ do quall asinamos esta nossa carta do nosso signal e a mandamos seelar do nosso seelo do chumbo pendente ẽ fios de seda de cores, dada na villa de setuvel, a Cinquo dias do mes de setembro, Joham Roiz a fez, Anno do naçimento de nosso Señor Jeshus Christo de mjl iiijclRiiij anos

El Rey

II

O DESCOBRIMENTO DOS LITORAIS E OS PRIMEIROS MAPAS DO BRASIL

O Mapa de Ferrer e o Planisfério de Cantino

Uma das conclusões mais evidentes a sacar da história das negociações de Tordesilhas é a de que a base do êxito português, ao firmar o convênio, foi a política de segrêdo. E esta segura inferência abre a porta à hipótese de que outros fatos se escondam por detrás da mesma tática.

Cabe, com efeito, perguntar: visaria D. João II apenas a posse do caminho marítimo para a Índia pelo cabo da Boa Esperança? Os historiadores portuguêses, acompanhados hoje por alguns historiadores estrangeiros, unânimemente afirmam o contrário. Discrepam apenas por nuanças de opinião. Citaremos tão só os mais ilustres e autorizados, ainda que não os primeiros a fazer a afirmação: JOAQUIM BENSAUDE, LUCIANO PEREIRA DA SILVA e DUARTE LEITE.

O primeiro representa aquilo a que poderemos chamar uma opinião extremista; o último, a moderada. Entende aquêle não só que o objetivo do monarca português durante as negociações de Tordesilhas era reservar-se o caminho do cabo da Boa Esperança e juntamente a posse do Brasil, mas que D. João II conhecia a existência do continente americano e "tenait ces regions en reserve et aussi longtemps qu'il fallait pour utiliser au bon moment l'appât doré des Indes Occidentales".(1) Funda-se o ilustre historiador na célebre carta de D. João II, de 20 de março de 1488, tantas vêzes citada e reproduzida, em que o monarca respondendo a Colombo o convida a ir para Portugal, onde os seus talentos eram necessários e seriam aproveitados. Semelhante carta em mãos de navegante genovês serviria de armadilha junto dos Reis Católicos, de forma a impeli-los para o Ocidente.

---

(1) JOAQUIM BENSAÚDE, *Lacunes et surprises de l'Histoire des Découvertes maritimes*, 1930, pg. 301.

Assim, por sua vez, julga DUARTE LEITE o resultado do tratado: "ficou pois Castela arredada do Oriente e entretida com suas falsas Índias Ocidentais". E mais adiante explica dêste modo as razões da demarcação: "É evidente que o perspicaz príncipe não visava apenas ganhar duzentas léguas de água do mar; tal faixa líquida de direito estava franca a quaisquer navios, e, por larga que fôsse, nada adiantava a seus projetos. O que êle queria, era impedir que passassem à potência rival as terras situadas para cá da divisória, das quais tinha indícios suficientes".[1]

Sem aceitarmos a tese de Bensaúde, segundo a qual D. João II provocara a aceitação pelos Reis Católicos do projeto de Colombo, destituída, ao que nos parece, de base lógica e documental, tão pouco nos parece suficiente, como justificação da atitude do monarca, que êle tivesse "indícios suficientes", o que, aliás, envolve grave contradição dos têrmos. *Indícios* e apenas indícios nunca, a nosso ver, poderiam ser *suficientes* para determinar a sua enérgica política.

Por nossa parte, pomos a questão desta forma: ou D. João II conhecia a existência de terras continentais ao Ocidente e a sua posição, mais ou menos aproximada, em relação à Ásia, e se propunha na partilha reservar-se o caminho do cabo Boa Esperança e o monopólio do tráfego oriental, ou tôda a sua conduta nos debates com os Reis Católicos é absurda.

Não sendo assim, o que fôra lícito esperar teria sido que o soberano português, logo após o regresso de Colombo da sua primeira viagem, ou quando menos após a celebração do Tratado de Tordesilhas, enviasse uma expedição à Índia pelo caminho oposto, o do cabo da Boa Esperança. Muito ao invés, Vasco da Gama só parte para a Índia, mais de quatro anos após o regresso de Colombo da primeira viagem. E mais de três depois da celebração do Tratado de Tordesilhas, — em qualquer dos casos, tempo suficiente para o navegador genovês, admitindo sempre que a Amércia não existia, ter levado a cabo uma segunda expedição que o conduzisse a litorais asiáticos, cuja distância ao certo era desconhecida, mas se acreditava não ser muito afastada.

Dir-se-ia que a morte do monarca pode ter causado uma interrupção na seqüência dos descobrimentos. Mas D. João II morreu cêrca de ano e meio depois do regresso de Colombo. Dificuldades financeiras? Não: o ouro da Mina dava largamente para equipar a expedição. Carência de navios ou de marinheiros? Muito menos: os nautas portuguêses formavam então um escol numeroso e incomparável.

---

(1) DUARTE LEITE, *Descobridores do Brasil*, pg. 217.

Por conseqüência, e dentro daquela hipótese, a demora da partida de Vasco da Gama é absurda.

Outro tanto diremos quanto à forma numérica como se estabeleceu a demarcação. Se o monarca português, ao propor como linha de partilha o paralelo das ilhas Canárias, pretendia apenas reservar-se o caminho para as Índias pelo oriente, por que não aceitara a primeira divisória meridiana a cem léguas a oeste do Cabo Verde ou dos Açôres? O afastamento de 370 léguas para ocidente não podia aparecer-lhe com nenhuma vantagem no caso em que ignorasse a existência de terras abrangidas por essa linha, e poderia, ao contrário, acarretar-lhe sérios inconvenientes. Temos que chamar a atenção para as idéias da época sôbre a extensão da Ásia e o valor em léguas do grau equatorial, que serviu de base aos cálculos do rei português, para poder compreender os perigos que a deslocação da divisória comportava para a política portuguêsa.

Pelo que respeita ao valor do grau, sabemos que Duarte Pacheco o avaliava em 18 léguas, com um êrro de 4% a menos sôbre o valor real, de 111 quilômetros. Todos os outros cosmógrafos, e em geral os marinheiros, o supunham ainda menor. Os portuguêses, pois, ainda que tendo idéias bastante exatas sôbre as dimensões do globo, julgavam-no mais pequeno do que êle era em realidade. E ainda quando alterassem as medidas de Ptolomeu, corrigidas por êsse nôvo cálculo, a extensão da Ásia lhes apareceria maior do que é de fato.

Ora, o que os portuguêses ganhavam no ocidente com a deslocação da divisória meridiana, podiam perder do lado oposto dessa linha, no oriente. Mais tarde discutiu-se muito a quem, se aos espanhóis, se aos portuguêses, cabiam as Molucas, que hoje sabemos com certeza caírem dentro do hemisfério que o tratado reservava aos últimos. Ora, já dissemos que dadas as preocupações dos portuguêses quanto à medição do globo e à base em que se fizera a demarcação do Oceano, fôra impossível que ao espírito de D. João II não acudisse a idéia duma futura partilha de outro hemisfério. E, postos os dados de que dispunha o monarca português, ou seja uma extensão exagerada da Ásia na direção do oriente e um valor reduzido do grau, era forçoso que a deslocação da divisória para ocidente se apresentasse ao espírito do monarca como suscetível de trazer muito graves conseqüências. Para fazermos uma idéia dos temores que poderiam assaltar o espírito de D. João II, basta lembrar que Enciso afirmava, em 1519, dirigindo-se a Carlos V, que o hemisfério atribuído ao imperador alcançava até às bocas do Ganges. (1)

(1) V. NAVARRETE, *obra citada*, tomo II, pg. 98.

De nôvo, além de absurdo, perigoso.

Demais por que se furtou D. João II à tentativa de medição, volvidos os dez meses após a assinatura do tratado, e se reservou por nôvo convênio a oportunidade de o fazer mais tarde, quando, ao contrário, todo o seu interêsse mandava que se assegurasse quanto antes da existência de terras no seu hemisfério, afirmando sôbre elas a soberania portuguêsa?

Ainda, mais uma vez, absurdo.

Finalmente, como compreender que, só volvidos seis anos sôbre a assinatura do tratado, os navios de Cabral descobrissem "por acaso" as terras americanas abrangidas pela divisória? Será lícito supor uma tão escassa curiosidade, depois de tão acesa competição? Por que não começar por aí, se êste fôra o único objetivo confessado das negociações? E se os navios do Gama levavam a cabo, em 1497, a emprêsa do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, durante o qual realizaram, num salto de três meses, longe da terra, a travessia desde a ilha Santiago de Cabo Verde até à baía de Santa Helena, por que ter guardado para tão tarde a facílima experiência de descobrir terras a 370 léguas a ocidente do meridiano do arquipélago de Cabo Verde?

Não é êste, por certo, o menor nesta série de absurdos.

Mas admitamos, por hipótese, que D. João II, ao contrário, conhecia, por descobrimento anterior dos seus navios, a existência de regiões continentais ao ocidente e entre elas o Brasil. Tanto as negociações do tratado como a conduta posterior dos dois monarcas se iluminam de uma viva luz e ganham sentido e encadeamento lógico.

Fazendo recuar o meridiano, obtinha D. João II a posse duma vasta região, rica de possibilidades e que oferecia desde logo a vantagem de lhe dar dêste lado do Atlântico um ponto de apoio para a defesa da carreira da Índia.

Que êle escondesse êsse conhecimento e demorasse a sua revelação era de elementar prudência. Descobrir o Brasil, isto é, a existência dum nôvo mundo a ocidente, já observamos, era levantar em Castela não só a suspeita de que as terras exploradas por Colombo não pertenciam à Índia, mas também que fôssem totalmene ignotas e formando mundo à parte. Seria, antes de consumar o descobrimento do verdadeiro caminho para a Índia, provocar no ânimo dos Reis Católicos uma perigosa reação. Importava, pois, começar por ali, como realmente se fêz. A D. João II não convinha realizá-lo mais cedo: fôra descobrir o jôgo com evidência e crueza demasiada, e

com tanto mais risco, quanto os soberanos espanhóis não tivessem ainda, como fruto de mais vastas explorações na América, o sentimento de uma compensação.

O monarca, quando morreu, já tinha, ao que afirma João de Barros, começado os preparativos para a expedição do Gama, que deveria ter partido em 1496. Só largou no ano seguinte. A D. Manuel também não convinha fazê-lo, antes de assegurar o seu casamento com a Princesa D. Isabel, o que cerrava entre as duas coroas tão apertados laços de família e representava tais direitos à coroa castelhana, que se tornava extremamente difícil a rutura.

Mas, revelado o verdadeiro caminho marítimo para a Índia, e adquirida a certeza de que os soberanos espanhóis aceitavam o fato, já não haveria perigo em revelar, por sua vez, a existência do Brasil. Lògicamente, êste tinha que seguir-se àquele fato. E assim foi. A primeira armada que largou para a Índia, após o regresso do Gama, descobriu o Brasil — por milagroso acaso, como insinuava D. Manuel aos seus "amados paes".

Se a ignorância da existência de um nôvo mundo nos pensamentos de D. João II leva a uma tão cerrada cadeia de absurdos e, ao contrário, a hipótese dêsse conhecimento dá as negociações do tratado e à conduta imediata dos monarcas portuguêses uma cabal e perfeita explicação, manda a lógica aceitá-la como verossímil, e muito mais, quando a suspeita dêsse conhecimento se depreendeu das próprias palavras dos negociadores tão claramente que os mesmos conselheiros dos Reis Católicos o acreditaram.

Outros fatos dão, a nosso ver, a maior viabilidade a esta hipótese.

Fizemos notar atrás que Jaime Ferrer teria sido o técnico que lançou no ânimo dos soberanos hespanhóis a suspeita de que os portuguêses conheciam em 1493 a existência de terras austrais a ocidente da África, abrangidas pelo meridiano que passava a cem léguas das ilhas dos Açôres. Com efeito, o sagacíssimo lapidário e cosmógrafo catalão ficara convencido da existência daquelas terras. No seu primeiro parecer de 27 de janeiro de 1495, Jaime Ferrer diz aos Reis Católicos que lhes envia juntamente um mapa múndi para ilustrar a sua opinião, "y porque mas claramente sea vista", acrescenta êle, "la distancia de las dichas 370 legoas quanto se extende por linea occidental partiendo del dicho Cabo Verde, por esto he yo intercecado de polo a polo la dicha distancia con lineas coloradas, que en el equinócio distan 23 grados; y con angulos agudos las dichas líneas [que] corresponden a los polos del mundo en esta figura y todo el que sea travesado de lineas amarillas sea el que

pertenece al illustrisimo rei de Portugal, la buelta del polo Antartico. Y esta distancia do mar termina las dichas 370 legoas que son 20 grados como suso dicho es".(1)

Como na transcrição de NAVARRETE, acompanhada de uma pequena gravura, texto e imagem nos pareceram inexplicáveis, demo-nos ao cuidado de verificar o parecer no próprio livro de Ferrer, publicado depois de sua morte.(2) O que ali se vê reproduzido é um fuso de esfera compreendido entre o meridiano das ilhas de Cabo Verde e o meridiano colocado a 370 léguas a ocidente delas, tendo marcado com linhas, que deveriam ser amarelas no original, a zona portuguêsa ao Sul do paralelo do arquipélago. Isso nos permitiu fazer no texto a pequena correção, que lhe aclara o sentido. JAIME FERRER, por conseqüência, tinha como certo que o monarca português defendia a posse duma zona austral. Não há, observe-se, no seu parecer, quer no texto, quer no esquema que o acompanha, qualquer referência ou indicação de terras boreais, como fôra lógico, se êle fizesse um traçado puramente hipotético (V. fig. n. XIX).

O pequeno esbôço de JAIME FERRER representa, pois, ainda que apenas em potência, a primeira expressão cartográfica da existência do Brasil. E se um cartógrafo espanhol se dava a esta espécie de figuração conjetural, não passaria, quando menos, pela mente dos portuguêses uma idéia semelhante?

Naquele primeiro parecer, como se vê, ainda o cosmógrafo catalão adotava a medição ptolomaica do grau e traçava esquemàticamente o meridiano a 23° a ocidente. No segundo parecer, dado em Madri, já depois dos conciliábulos com os outros cosmógrafos, ali reunidos, adota o valor de Eratóstenes, e traça o meridiano a 18° a ocidente do arquipélago, com sensível dano para as pretensões portuguêsas. Aí aponta êle duas maneiras de fazer a contagem das léguas. Conforme a segunda, uma nau partiria das ilhas do Cabo Verde, por linha ocidental, até que por votos de marinheiros entendidos duma e doutra parte, houvessem avançado as 370 léguas, "y después de ser concordas que muden camiño por linea recta la vuelta del polo Antártico y todo lo que fallaren a mano ysquierda la vuelta de la Guinea sea del rei de Portugal".

De nôvo o cosmógrafo catalão refere as pretensões portuguêsas apenas às regiões antárticas e desta vez por forma que envolve uma certa convicção da existência de terras na zona demarcada.

---

(1) JAUME FERRER, *obra citada.*

(2) V. NAVARRETE, *obra citada,* tomo 2.°, pg. 98.

Cristóvão Colombo, no Diário da sua terceira viagem, em 1498, é muito mais explícito. Dois passos dêsse Diário têm sido mais que uma vez citados pelos historiadores portuguêses, em apoio da opinião do que D. João II tinha indícios da existência de terras a sudoeste do arquipélago de Cabo Verde. Os dois trechos são de fato extremamente eloqüentes e não os únicos que interessam no seu *Diário*. Partido das ilhas Canárias, Colombo tomou a direção do arquipélago de Cabo Verde, e chegou a 27 de junho de 1498 à ilha da Boa Vista, donde passou à de Santiago, tendo se demorado ao todo uns oito dias a tomar refresco nas duas ilhas. Num dos últimos dias da sua estada em Santiago, como lhe pareceu que a ilha era enfermiça, pois a marinhagem começava a adoecer, resolveu partir, sem levar dali o gado vacum para a Espanhola, como os Reis Católicos lhe haviam ordenado. E Las Casas, transcrevendo o *Diário*, acrescenta:

"Torna el almirante a decir que quiere ir al Austro, porque entiende con ayuda de la Santissima Trinidad hallar islas y tierras con que Dios sea servido y sus Altezas y la cristiandad hayan placer, y que quiere ver cual era la intencion del rei D. Juan de Portugal, que decia que al Austro havia tierra firme; y por esto dice que tuvo diferencias con los Reyes de Castilla y, enfin, dice que se concluyó que el rei de Portugal hubiece 370 legoas de las islas de los Azores y Cabo Verde del Oeste al fin del Norte, de polo a polo; y dice mas que tenia el dicho rei D. Juan por cierto que dentro de sus limites habia de hallar cosas y tierras famosas. Vinieranle a ver ciertos principales de aquella isla de Santiago y dijeranlo que al Sudoeste de la isla del Fuego, que es una de las mismas de Cabo Verde, que está desta 12 legoas, se veia una isla y que el Rei D. Juan tenia gran inclinacion de enviar a descobrir al Sudoeste... [1]

Destaquemos os três fatos mais interessantes contidos neste passo:

a) D. João II, que morreu em 1495, tinha grande inclinação, segundo informavam testemunhas tão fidedignas, como os habitantes de Santiago, escala forçada no Arquipélago, de enviar a descobrir ao Sudoeste;

b) D. João II afirmava que ao Austro havia terra firme. Note-se que êle não diz ilhas ou simplesmente terras, mas um continente, o que está de acôrdo com a carta dos Reis Católicos, de 5 de setembro de 1493, a Colombo.

c) Finalmente, por êsse motivo, o monarca lusitano tivera diferenças com os Reis Católicos, que terminaram pela demarca-

(1) Las Casas, *Historia de las Indias*, libro I, Cap. CXXX.

ção das 370 léguas, dentro das quais D. João II tinha por certo que havia coisas e terras famosas.

A 4 de julho o almirante manda alçar as velas e, continua Las Casas: "Mandó governar por la via del Sudoeste, que es camino que lleva desde aquellas islas al Austro y Mediodia, en nombre, dice el, de la Santa e individua Trinidad, porque entonces estaria Leste-Oeste con la tierra de la Sierra Leona y Cabo de Santa Ana; en Guinea, que es debajo de la linea equinocial, donde dice que debajo de aquello paralelo del mundo se halla mas oro y cosas de valor; y despues navegarian, placiendo a Nuestro Señor, al poniente e de ahi pasaria a esta Espanhola, en el cual camino veria la opinion del rei D. Juan, suso dicha".(1)

Daqui um nôvo fato resulta:

d) O almirante ao partir de Santiago tomou a direção de Sudoeste.

Las Casas, que extratava do Diário de bordo, resumiu aqui os fatos. Mas FERNANDO COLOMBO, o célebre filho e historiador do almirante, que eliminou todos aquêles trechos, malgrado o manifesto interêsse que tinham para a história, acrescenta alguma coisa sôbre o rumo. Diz êle: "Mas, porque entre aquelas ilhas são muito grandes as correntes em direção do Norte e Noroeste, não pôde caminhar como queria, de modo que, ainda no sábado, 7 de julho, diz êle que estava à vista da ilha do Fogo, que é uma das ilhas do Cabo Verde".(2)

Nôvo fato se apura:

e) O almirante tomou mais provàvelmente o rumo do Sudoeste, não da ilha de Santiago, mas do Fogo (tanto mais que a explicação das correntes, geogràficamente falsa, deve pertencer a Fernando Colombo) para conhecer por esta forma "La opinion del Rei D. Juan".

A prova de que êste testemunho do almirante devia ter então uma importância singularíssima está em que FERNANDO COLOMBO eliminou das *Histórias* êstes passos, que podiam, em verdade, esclarecer as preocupações e os objetivos reais do navegante durante a sua terceira viagem. Por que desconhecesse o *Diário* de bordo e seguisse apenas a relação da viagem o resumo daquele que o almirante enviou aos soberanos? Não, porque chega a ser mais copioso do que Las Casas, na transcrição de certas passagens do *Diário*, que se referem à estada do pai no arquipélago. Mas todos

---

(1) *Ibidem.*

(2) FERNANDO COLOMBO, *Le historie della vita dei fatti di Cristoforo Colombo*, cap. LXVI.

aqueles eloqüentes fatos, que obscureciam um tanto a glória de Colombo, como descobridor da América, êle eliminou.

Mais do que isto: foi sôbre uma das passagens omitidas que êle arquitetou a falsa história duma caravela que o rei teria enviado secretamente das ilhas de Cabo Verde na direção do ocidente, para tentar a realização do projeto, que Colombo lhe propusera. "Tamanho ódio tomou, acrescenta D. Fernando, o navegador genovês àquela nação, que deliberou partir com seu filho para Castela". Mas é evidentíssimo que se houvesse a menor sombra de verdade na historieta, o loquaz almirante não deixaria de referi-la naquele passo, nem Las Casas e Fernando Colombo de a transcrever.

Fernando Colombo não foi o único a usar tais processos. Há pior em nossos dias. Um historiador italiano, contemporâneo, RINALDO CADDEO, que fêz uma tentativa de edição crítica das *Histôrias*, e que naturalmente coteja a cada passo com a lição de Las Casas, ao chegar àquele passo em que o almirante notifica que se dirige para sudoeste, não contente de calar os passos transcritos por Las Casas, explica os desígnios de seu pai desta forma: "O designio de Colombo de navegar sôbre a linha do Equador para aproar a terras mais austraes do que aquelas que até então tinha descoberto, correspondia às idéias do tempo, isto é, que o ouro, as pedras preciosas, as especiarias amadureciam melhor e se encontravam com maior abundância nas zonas quentes. Dêste parecer era também o único cosmógrafo, que tinha então a Espanha, JAIME FERRER..." [1]

Esta estranha atitude crítica, já condenável no século XVI, tem um alto mérito: denuncia igualmente a importância do testemunho do almirante. Êste era tão eloqüente, que o crítico contemporâneo, mais cioso da glória pátria que da verdade científica, não contente com omitir, desmente os propósitos confessados do almirante, para os filiar apenas nas superstições geográficas da época, partilhadas, aliás, com o genovês por JAIME FERRER. E para em tudo repetir a façanha crítica do filho de Colombo, o panegerista de hoje, a quem não falta erudição, nem sagacidade, mas, sim, a eqüidade indispensável ao historiador, simula dar crédito à historieta da caravela secreta, que agrava com virulentos comentários ao suposto procedimento de D. João II. [2]

A terceira expedição de Colombo representa, pois, — não há negá-lo — uma tentativa de verificação experimental dos objetivos de D. João II durante as negociações que levaram ao Tratado de Tordesilhas, não só por desejo do almirante, mas também dos Reis

---

(1) RINALDO CADDEO, *Le historie...*, Milano, 1930, tomo II, pg. 81.

(2) *Ibidem*, Tomo I, págs. 93-94.

Católicos, que lhe tinham ordenado levasse gado vacum das ilhas de Cabo Verde para a Espanhola. Pelo que respeita ao almirante, êle próprio o confessa sem ambages. Simplesmente o seu itinerário supõe, como se depreende da seqüência do seu *Diário*, o conhecimento teórico dos dados da experiência: o rumo Sudoeste, — caminho náutico, note-se bem, para as terras austrais; a posição das terras portuguêsas ao sul muito próximo do equador, o qual não convinha por êsse motivo ultrapassar; a necessidade de buscar a zona castelhana sôbre êste círculo; e a certeza de que a sueste do Haiti se encontravam terras, que existiam igualmente ao sul daquela ilha.

Muito ao contrário do que esperava, Cristóvão Colombo teve que torcer caminho, e só encontrou ilhas e terra firme por 10° de lat. N. Aos reis, na relação da viagem, que lhes enviou, ao dar conta das terras que descobrira, comentava: "...y creo que esta tierra, *que aca mandaran decubrir Vuestras Altezas* (o sublinhado é nosso) sea grandisima y aya otras muchas en el Austro de que jamas se hube noticia".

Por detrás desta, como do conjunto das notas do almirante, sente-se que êle tinha a visão dum continente que se extendia desde as terras de Paria até para lá do Equador. Tudo hipótese? Ou intuição genial, hipótese bem mais hipotética, do que se abusou e continua a abusar?

Poderia aqui dizer-se, e já se disse, que Colombo buscava, nesta direção, a terra das Índias. (1) Hipótese inteiramente inadmissível. E o esclarecimento dêsse problema ilumina de nova luz o desígnio do almirante. Tudo o que o navegador pensava sôbre a situação da Ásia se filiava na concepção ptolomaica. E esta não permitia de forma alguma supor a existência de continente a sueste da ilha do Haiti. Basta lançar um olhar sôbre as cartas que podiam informar a viagem de Colombo, tôdas de concepção ptolomaica, ou o globo de Martinho de Boemia, traçado sôbre a carta de Paulo Toscanelli, o qual se inspirou também no cosmógrafo alexandrino, para se concluir pela inanidade de tal hipótese.

Não, o seu itinerário supõe uma concepção revolucionária dentro da ciência geográfica daquele tempo. Concepção entrevista já por Jaime Ferrer, através das inconfidências dos embaixadores portuguêses. O que êle sabia ou suspeitava era inconfessável. Tratava-se verdadeiramente dum Nôvo Mundo. Na relação aos Reis Católicos êle deixa advinhar êsse pensamento, que deitava por terra

---

(1) P. MÁRTIR D'ANGHIERA, *Mundo nuevo*, edição resumida, tradução italiana e notas de Temistocle Celotti, Milano, 1930, pg. 167.

as suas primeiras concepções. A grande revelação implicava para o navegador um drama íntimo, uma luta entre a afirmação da verdade geográfica e as suas conveniências políticas.

Assim, o que durante as negociações para o tratado se tornara suspeita e para JAIME FERRER, em 1495, certeza, ainda que um tanto indeterminada quanto à posição, vem a fixar-se, em 1498, com a exatidão que permitia a ciência náutica daquele tempo.

Eis as razões que nos levam a dar tão grande importância ao pequeno esbôço cartográfico de JAIME FERRER. Certamente Colombo não o desconheceu. E êle terá representado em relação à sua terceira viagem o mesmo que a carta de Toscanelli, em relação à primeira.

Estas as razões que nos levam a ligar uma tão grande importância ao pequeno esbôço cartográfico de JAIME FERRER. Não se trata pròpriamente duma carta do Brasil, mas duma carta da suposição corrente sôbre a existência das terras, a que corresponde o Brasil. As coordenadas que situam essa vaga parte do planêta são apenas conceptuais e lógicas. Não foram determinadas pela observação direta. Êsse mapa corresponde a um estado de espírito característico daqueles tempos, feito de ansiosa espectativa, suposições mais ou menos incertas e relances de visão aguda, provocados pela política sigilosa de D. João II, que arquitetava na sombra o império português.

Mas é de observar que êsse esbôço, com tôdas as suas incertezas, se baseava em inconfidências diplomáticas, cujo alcance na sua plenitude, desconhecemos, acrescidas talvez de novas revelações e que, em qualquer caso, determinaram o roteiro da terceira viagem de Colombo, aquela que o levou pela primeira vez a abordar costas continentais da América do Sul.

Na peugada dêstes indícios, tão eloqüentes, vários historiadores tentaram rastear as emprêsas, que podiam ter levado ao descobrimento pré-cabralino do Brasil. O único testemunho autorizado dum navegante português que se refira a um descobrimento próprio da América, num ano anterior a 1500, é o de Duarte Pacheco, que, no *Esmeraldo de Situ orbis*, afirma que, em 1498, foi mandado por el-rei D. Manuel a descobrir a "parte ocidental" ou a "quarta parte". Embora os trechos daquela obra, relativos à América sejam do maior interêsse, Pacheco refere-se por forma sibilina ao seu descobrimento, sem apontar expressamente o lugar ou lugares das costas que abordou.

Como desejamos evitar o mais possível a introdução no texto de casos discutíveis e cingir-nos quase sempre aos fatos históricos

de base cartográfica, não entraremos aqui na análise da debatida viagem de Duarte Pacheco. Mas não queremos deixar de mencionar os estudos que nos últimos tempos, a nosso ver, mais concorreram para esclarecer o problema do descobrimento pré-cabralino do Brasil.

Gago Coutinho, a quem poderemos chamar o criador do *método náutico* específico, aplicado sistemàticamente à história dos Descobrimentos, e a quem uma longa experiência da navegação à vela no Atlântico dá a maior autoridade, tendo estudado entre outras as derrotas de Bartolomeu Dias, em 1486, de Vasco da Gama, em 1497, e a de Pedro Álvares Cabral, em 1500, à luz não só do condicionalismo físico, mas náutico, chegou à conclusão luminosa de que aquelas duas últimas viagens implicavam o conhecimento prévio das condições de navegação no Atlântico Sul, assim como da existência de terras a sudoeste, antes de 1497.

Numa notável conferência com o título de *O descobrimento do Brasil*, realizada no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1943, Gago Coutinho defendeu com grande lucidez e objetividade técnica a tese de que as duas derrotas do Gama e do Cabral, de traçado oposto na região equatorial, mas em perfeita harmonia com as Instruções Náuticas ou as *Pilot Charts* contemporâneas, que mandam variar essa derrota, conforme a época do ano, assim como o fato do grosso das duas armadas se compor de naus e não de caravelas, assentaram sôbre experiências anteriores da travessia do Atlântico Sul. "Só de um reconhecimento prévio, escreveu êle, se poderia ter concluído que para, da ilha de Santiago, se não ir esbarrar, a sotavento, na costa do Brasil, bastava procurar cortar o Equador cêrca da longitude do arquipélago de Cabo Verde. No inverno, essa viagem para o sul seria *direta;* ao passo que, no verão, por causa do vento contrário da *monção do sul,* seria necessário contorná-lo, indo de bordada à Costa da Guiné. Êste fato, incontestado, confirma a conjectura lógica de que o Gama já em 1497 sabia que, se o não fizesse, isto é, se cortasse de *Santiago para o sul,* comprometia a sua passagem para além do Equador, indo esbarrar em terra firme, cor*rida* para Oeste, o futuro Brasil".

E mais adiante: "Assim o fato material de Gama não ter tomado "a volta do mar" na Mina, mas na Serra Leoa — volta que o levou a cêrca de 800 léguas da costa de África — confirma a conjectura de que, em 1497, já se sabia que era praticável uma *nova rota,* muito diferente da de Dias, e *mais curta* que a da Mina. Sabia-se que havia passagem larga por Oeste, sem receio de que os ventos do Atlântico Sul *ensacassem* os navios na *terra firme,* que era a sua margem ocidental. Se assim não fôsse, Gama teria preferido a rota que cortava pelo Atlântico Central.

Vê-se, pois, que, da aproximação náutica das rotas de Dias e Gama, ressalta a certeza de já ter sido descoberta a costa mais a *barlavento* e a nascente do Brasil, em data anterior a 1497, ano em que o Gama partiu de Lisboa. Tal conhecimento, tão complexo, não podia ter sido *advinhado*: fôra investigado".

Não menos eloqüente é que Vasco da Gama tenha aconselhado a Cabral, nas suas *Instruções*, uma rota contrária a sua, ou seja o "caminho pelo Sul até que dando o vento escasso", isto é, vento de proa, seguissem para sudoeste, "na volta do mar, até meterem o Cabo da Boa Esperança em leste franco". E Gago Coutinho comenta: "Ora bem sabemos que os pilotos do Gama não cometeram, em agôsto de 1497, o êrro de adotar a rota do Sul, seguida em março pelos de Cabral. Gama foi "em Leste". Assim o seu conselho não podia ter resultado da sua experiência na viagem de 1497. Donde há a concluir, mais uma vez, que o regimen de ventos e a rota mais adequada a ganhar a *altura do Cabo*, tanto no verão como no inverno, foram descobertos independentemente da viagem de 1497. O fato de as rotas de Gama e Cabral coincidirem com as duas rotas diferentes — de verão e de inverno — aconselhadas pelos roteiros de agora, exclui a hipótese de terem ambas resultado de *acaso* ou *advinhação*. Houvera, incontestàvelmente, viagens anteriores... tendo por fim uma prévia exploração da região que ficava ao Sudoeste do Cabo Verde, e que não era visitada pelas naus que regressavam da Mina".

Sôbre a utilização preferente de naus e caravelas nessas duas viagens, observa ainda Gago Coutinho: "a confiança com que, a bordo de navios de panos *redondos* — impróprios para reconhecimentos — tanto Gama como Cabral se lançaram na complicada travessia do Atlântico Sul, pelo largo da África, denuncia claramente, pelo menos aos técnicos náuticos, um conhecimento dêsse mar nas diferentes épocas do ano. Tal conhecimento envolve — repito — tanto o dos *ventos* como o das *terras*, que poderiam impedir às naus sua passagem para o Sul. Tanto Gama, como Cabral, ambos se afastaram da costa de Pernambuco, evitando o risco de lá *ensacarem* as suas naus, por causa do vento, ainda do *Sueste*, que lá domina".

E como conclusão final, afirma: das rotas traçadas por Gama e Cabral há pois a concluir que, durante uma prévia exploração do quadrante Sudoeste do Atlântico — anterior a 1497 — fôra encontrada no Atlântico Ocidental a Costa do Brasil, descobrindo-se também qual a rota a seguir para a *barlaventear*, e passar para o Cabo. (Confronte-se o mapa da fig. n. XX de Gago Coutinho, cuja reprodução nos foi amàvelmente concedida pelo autor).

De há muito partilhamos a opinião de Gago Coutinho. O descobrimento de Cabral mais justamente se deve chamar um reconhecimento para efeitos de publicação oficial. E o mesmo estudo da viagem nos levou a ratificar com novas observações aquelas conclusões.

Cabral partiu a 9 de março de 1500 de Lisboa. Depois de atravessar o arquipélago das Canárias, a armada baixou até às ilhas de Cabo Verde. No dia 23, chegada que foi à vista de São Nicolau e depois de um dia à busca de uma nau perdida, continuou sua rota. Pero Vaz de Caminha, na sua célebre *Carta*, diz textualmente: "e assim seguimos nosso caminho por êste mar de longo até terça-feira de oitavas de Pascoa que... topamos alguns sinais de terra...".

Alguns comentadores da Carta, a começar por João Ribeiro, pensaram ver em "mar de longo" uma locução própria para significar mar de ocidente. Nós mostramos, com exemplos bastantes, que a locução adverbial *de longo* é conexa a *seguimos* e não a *mar*.(1) Seguir, ir, correr *de longo*, quando aplicado à navegação queria dizer navegar a direito numa grande extensão. A expressão na pena de Caminha não implicava um rumo — o do ocidente — mas acrescenta à idéia de movimento a de continuidade direta e progressiva.

Dêsse passo e desta interpretação, a única possível, é lícito concluir que, o "nosso caminho", ou seja a rota da armada desde São Nicolau até os mares de Santa Cruz, estava no plano do comandante e fôra realizada com seqüência normal, sem contratempo, nem desvio. Mas aqui devemos pôr o problema seguinte: possuíram os navegantes da armada cabralina a consciência de quanto se haviam afastado para Oeste? Não teriam sofrido o arrasto das correntes equatoriais, quer do Norte, quer a do Sul, sem haverem dado conta do fenômeno?

Na *Carta* do escrivão da armada se encontra uma parte da resposta: "estando da dita ilha cêrca de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam". Acrescentando a esta estimativa a medição da latitude, que os pilotos observavam diàriamente a bordo com o astrolábio, dispunham êles de elementos para calcular, por sua vez, o afastamento para Oeste. E pela Carta do Mestre João (2), sabemos que desde Lisboa, a todo o longo da viagem, os pilotos de tôdas as naus vieram medindo a latitude, quer com o astrolábio, quer com as

---

(1) V. JAIME CORTESÃO, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, 1943, pgs. 74 e 259 e seguintes.

(2) *Ibidem*, pág. 350.

tábuas da Índia, espécie de balestilha usada pelos árabes no Índico e dali trazida pelo Gama, para comparar a eficácia dos dois instrumentos.

DUARTE LEITE, combinando a estimativa do caminho percorrido até Pôrto Seguro (690 léguas) com as latitudes arbitradas pelos portuguêses a São Nicolau (16° 40' N.) e a Pôrto Seguro (17° S.) e o valor que atribuíam ao grau terrestre (17,5 léguas) conclui: "isto conduz... ao rumo de S. 31° 14' 0 e a 358 léguas, como afastamento em longitude, que representam 20° 27' ". [1]

Chamamos pela primeira vez a atenção para o grande interêsse dêste fato. Da averiguação de DUARTE LEITE conclui-se que os pilotos de Pedro Álvares Cabral supunham ter viajado num rumo próximo do Sudoeste — quarta do Sul, quando na verdade fôra mais próximo do Sul — Sudoeste; e exageravam de cinco graus e meio aproximadamente, o afastamento da rota para Oeste. Ponhamos o problema em têrmos de geografia contemporânea: quando Cabral aportou a Pôrto Seguro, supunha-se num lugar, cujas coordenadas coincidiriam hoje aproximadamente com as da cidade de Brasília, já na metade ocidental do Estado de Minas Gerais, cêrca da margem direita do S. Francisco. Outro documento contemporâneo, a carta de Vespúcio, escrita de Cabo Verde, a 4 de junho de 1501, confirma as nossas deduções. O navegante florentino, que ali se encontrou com dois dos navios de Cabral, que regressavam da Índia, informa que a armada, na ida, navegou desde as ilhas de Cabo Verde no rumo de Su-Sudoeste (*per il vento che i dice fra mezzodi e libeccio*) e, depois de 20 dias de viagem, encontrou uma terra, a cêrca de 700 léguas (*circa a settecento leghe*). [2]

Torna-se assim patente que Pedro Álvares Cabral e os seus pilotos tinham não só a consciência unânime do afastamento da frota para Oeste mas, longe de o subestimar, por ignorância do impulso dos agentes naturais, o exageravam. Desta sorte, cai pela base a hipótese de uma arribada casual provocada pela violência das correntes. E como, por outro lado, a navegação foi *de longo*, quer dizer, sem voltas, como sucedia nas proximidades do golfo da Guiné, temos de concluir, mais uma vez, que o afastamento para Oeste foi intencional.

Se o desvio da rota para Oeste foi, pois, consciente e, mais do que isso excessivo em relação às instruções do Gama, considerado o exagêro da estimativa dos pilotos, forçoso se torna considerar

---

(1) V. DUARTE LEITE, *O Mais antigo mapa do Brasil*, em *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, II, pgs. 264.

(2) V. JAIME CORTESÃO, *A expedição de Pedro Álvares Cabral*, págs. 299-300.

que Pedro Álvares se propunha qualquer objetivo complementar, que não o da simples derrota para a Índia. Que buscava então Cabral, afastando-se deliberadamente dêsse caminho, tal como nessa época o concebiam os maiores navegantes portuguêses?

A resposta a esta questão devemos buscá-la à luz das cláusulas do Tratado de Tordesilhas, que dividiam o Atlântico ou melhor tentavam dividi-lo ao meio, por um meridiano que passava a 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde.

Quando meditamos nas longas e secretas intrigas, que relatámos e que acompanharam nas duas Côrtes peninsulares e junto da Santa Sé a veemente pugna, de que resultou o celebérrimo convênio; de que, em 1498, Cristóvão Colombo, movido, como confessa, pelas disposições dêsse contrato e a interpretação que lhe dava D. João II, mudava o rumo aos seus descobrimentos e, pela primeira vez, avistava a terra firme da América; e que nesse mesmo ano, Duarte Pacheco era igualmente incumbido por D. Manuel de explorar o ocidente, "a quarta parte do mundo", e, finalmente, que Gaspar Côrte Real partia também para o ocidente, ao mesmo tempo que Cabral, a explorar as terras setentrionais do Nôvo Mundo, à sombra do apoio e das expressas doações reais, torna-se claro, lógico e necessário que Pedro Álvares, desviando-se para Oeste, procurasse realizar um reconhecimento do Atlântico Meridional, com fins de reivindicação oficial da posse de terras dentro dos limites do tratado de Tordesilhas.

É dentro dêsse ambiente de competição pela partilha do mundo e da urgente necessidade de tomar as posições de direito, onde quer que existissem, muito mais onde sobrelevassem grandes interêsses, como nos mares que levavam à Índia, que devemos entender a rota de Cabral até às terras de Santa Cruz.

Ora, a missiva de Pero Vaz de Caminha — advertimos nós — não só refere o descobrimento de Vera Cruz como fato natural e dentro de uma rota prévia e seguramente traçada e percorrida, mas — já o iremos ver — dela se infere que Pedro Álvares julgava ter abordado uma terra inteiramente nova e alheia quer à cultura da África, quer da Ásia.

Entretanto, desde às 3 horas da tarde do dia 22 a armada começara a avistar um grande monte a que o capitão-mor pôs o nome de "Monte Pascoal" e a terra — "a terra de Vera Cruz". No dia seguinte, 23 de abril, deu-se o primeiro e fugaz contato com os aborígenes. Na noite, o sueste obrigou a armada a seguir à procura de uma abrigada, ao longo da costa, na direção do Norte. E a cêrca de 10 léguas acharam os navios o pôrto que buscavam, onde amainaram.

É então que se dá um dos mais significativos episódios, contado por Caminha. Um dos pilotos, ao sondar o pôrto, tomou de uma almadia dois mancebos aborígenes, que trouxe para a nau capitânia. Apesar de ser noite, procedeu-se, à luz das tochas, aquilo que poderíamos chamar o *exame cultural* dos indígenas.

Em grande parte, a cena do confronto junto ao recife de Pôrto Seguro reproduziu, com as variantes do momento e do lugar, episódios anteriores, desenrolados em outras latitudes e muito conhecidos de alguns dos capitães e mareantes da armada de Cabral. Assim, quando o Gama, em 1497, chegou à Baía de Santa Helena, na costa ocidental da África, próximo ao Cabo da Boa Esperança, também um dos aborígenes foi tomado e levado à nau do capitão-mor, que o pôs consigo à mesa, o fêz deitar, e no dia seguinte "o vestiu muito bem e o mandou pôr em terra". Nesse mesmo dia, Vasco da Gama foi a terra e aos negros aborígenes que vieram à praia "mostrou-lhes muitas mercadorias para saber se havia naquela terra alguma daquelas coisas, e as mercadorias eram *canela* e *cravo* e *aljofar* e *ouro* e assim outras coisas; e êles não entenderam daquelas mercadorias nada, como homens que nunca as viram..." [1]

Por via de regra, os navegantes, ao chegar a um terra nova, começavam por fazer interrogar os indígenas pelos intérpretes que levavam a bordo, mas, sempre que não podiam entender-se na mesma língua, todos os meios de comunicação como o gesto, os pequenos presentes, a música e a dança serviam para manifestar aos aborígenes os sentimentos amistosos dos portuguêses. Interrogatórios e dádivas se mencionam, com freqüência, no *Roteiro* da viagem do Gama. E não deixaremos de lembrar que na Aguada de São Braz o próprio Gama dançou nos batéis, ao som das trombetas, com os seus marinheiros, enquanto os negros bailavam em terra ao som das flautas.

Quem se dê ao trabalho de ler com atenção a *Carta* de Caminha, observará de seguida, quer uma estreita semelhança entre êstes episódios e aquêles que se desenrolam durante os nove dias que a armada de Cabral se demorou em Pôrto Seguro, quer duas surpreendentes carências. Com efeito, o minucioso Caminha não fala de qualquer interrogatório dos indígenas, por algum ou alguns dos intérpretes que iam a bordo. E, não obstante, o desentendimento certo entre uns e outros, a cada nova chamada de escravos guineus ou angolanos, de intérpretes do árabe, de indiático, e mais que todos, do judeu poliglota Gaspar da Índia, teria sido um dos mais curiosos e impressionantes episódios a narrar. Êste fato fôra

---

(1) *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, ed. Herculano, Lisboa, 1861, pgs. 5 — 6.

tão natural e lógico que João de Barros — note-se bem — desconhecendo as fontes diretas do descobrimento, faz abordar a armada de Cabral por 10° de lat. S. e imagina que os aborígenes foram imediatamente interrogados por um grumete, negro da Guiné, e por outros que sabiam o árabe, e como é natural, sem resultado.

Carência não menos estranha é que os portuguêses não tivessem procurado indagar, como o Gama em Santa Helena, se os aborígenas de Vera Cruz conheciam as especiarias. Relatando o exame cultural feito aos dois mancebos, na noite de 24 de abril, narra Caminha as reações dos indígenas perante os objetos de ouro e prata; e, ora a familiaridade com um papagaio, ora a indiferença com um carneiro, ora o pasmo e quase receio com uma galinha, que sucessivamente lhes mostraram; depois o pouco aprêço pelas iguarias, o vinho e a água de bordo; e, por fim, o entusiasmo infantil mostrado a um rosário de contas brancas.

Mas, quanto às especiarias, principal objetivo econômico da viagem, nem uma só palavra em tôda a *Carta*. Todavia, quando, no dia 26, Cabral vai a terra, Pero Vaz não deixa de anotar, a propósito de certo episódio com um velho indígena: "sem o nunca ninguém entender, nem êle a nós quantas coisas se lhe preguntaram de ouro, que nós desejávamos saber se havia na terra". Ouro, apenas. O mesmo ouro que Cristóvão Colombo encontrara e anunciara, como existindo mais ao Norte em abundância.

E, como Pero Vaz de Caminha reflete na *Carta* o ambiente espiritual da gente mais culta da armada, a cujo número pertencia, aquelas duas carências fazem supor, não só que Pedro Álvares Cabral e os seus companheiros acreditavam ter abordado a uma terra nova, sem qualquer relação com a África e a Ásia, mas que, ao avistá-la, já tinham essa noção prévia. Ou, por outras palavras, que a existência da terra lhes era conhecida.

Hoje e graças à publicação de novos documentos, a que adiante nos referiremos, pode concluir-se que Pedro Álvares e os seus capitães trouxeram de sua viagem mais do que a suspeita, a persuasão de ter descoberto, com a terra de Vera Cruz, um Mundo Nôvo, quer geográfico, quer humano.

Resta-nos esclarecer o problema da identificação do ancoradouro da armada, a que Pedro Álvares Cabral deu o nome de Pôrto Seguro, do Ilhéu, onde se rezou a primeira missa e, finalmente do ponto da praia, onde se assentou a cruz, símbolo da posse da terra e se rezou a segunda missa com a assistência dos aborígenes.

Em obra nossa, editada pelo Itamaraty, com o título de "Cabral e as origens do Brasil (ensaio de topografia histórica)", em 1944, estudamos com minúcia, à luz da *Carta* de Caminha e da cartografia quinhentista e setecentista, êste problema. Dessa obra vamos extratar as seguintes conclusões:

I — O último ancoradouro da armada em terras brasileiras foi na atual baía Cabrália, a cêrca de quilômetro e meio da Coroa Vermelha e por detrás dos recifes do mesmo nome.

II — A parte da costa mais próxima dêsse ancoradouro é precisamente a foz do Mutari e as praias que imediatamente a ladeiam — por êsse motivo, as primeiras e únicas freqüentadas pelas tripulações do prudentíssimo Cabral.

III — Na primeira incerteza sôbre a atitude do aborígene, Pedro Álvares Cabral evitou o desembarque em terra firme, contentando-se com uma visita, no dia 25 de abril, ao ilhéu da Coroa Vermelha, onde fêz no dia seguinte, rezar a primeira missa, ainda por motivo de segurança.

IV — As duas visitas àquele ilhéu fizeram-se à hora propícia da baixa-mar e muito próximo das águas vivas — medida ditada pela prudência e a sabedoria náutica e que explica até certo ponto a denominação antinômica de "Ilhéu Grande", dada por Caminha à Coroa Vermelha.

V — Quando se realizaram as cerimônias da manhã do dia 1 de maio, após uma semana de estada na baía Cabralia, Caminha conhecia perfeitamente o esquema topográfico do baixo Mutari, sem o que é impossível entender essa parte da sua narrativa e reconstituir o pequeno trajeto feito pelos portuguêses, desde que desembarcaram e atravessaram o rio à busca da Cruz, para de seguida o cursar de nôvo junto da foz e realizar, à pequena distância, a cerimônia da posse.

VI — Com êsse conhecimento, hoje tornado possível, principalmente, pelos mapas de Luís Teixeira (c. 1574) e da Marinha Brasileira (1940) tão concordes, pode afirmar-se que a Cruz ficou assente na praia, a cêrca de 300 metros, a oeste — noroeste da foz do Mutari.

VII — Em memória desta cerimônia e talvez pela sujestão do símbolo ali presente, rio de Santa Cruz, pôrto de Santa Cruz e povoação de Santa Cruz se chamaram, durante o século XVI, o Mutari, a baía Cabrália e o povoado que assentou sucessivamente, conforme se averigua da cartografia histórica, nas duas margens daquele rio.

VIII — Desde o descobrimento de Cabral, em 1500, até à década de 1570 em que surgem e se repetem novos depoimentos

sôbre o lugar do último ancoradouro, perpetuaram-se nas margens do Mutari os testemunhos vivos da arribada da frota descobridora e das cerimônias desenroladas no local.

IX — Essa tradição conservada, através de dois séculos, num grande número de mapas e roteiros e, para maior objetividade, no *Roteiro-atlas* de Luís Teixeira (c. 1574) coincide nas suas linhas gerais com a *Carta* de Caminha. (V. o mapa da fig. n. XXI).

Mais adiante e conforme a ordem cronológica, voltaremos a êste estudo relacionando as cartas, que nos serviram para estas identificações, com os fatos afora relatados.

Temos até aqui partido da história para a cartografia. Chegou o momento de inverter os têrmos, ou seja de partir da cartografia para a história.

Três monumentos cartográficos principais se referem aos primeiros anos da exploração dos litorais brasileiros: o planisfério português, chamado de Cantino, o planisfério, chamado Hamy, e o de Caverio. Começaremos pelo chamado de Cantino, porque dos três é o único seguramente datável, mas não porque o suponhamos o primeiro a ser traçado.

Tratando-se de uma das primeiras cartas conhecidas do Brasil, e aquela em que se encontram, em germe, as primeiras soluções a certos problemas levantados em tôrno da interpretação do Tratado de Tordesilhas e do conceito do Nôvo Mundo, entendemos conveniente, e a título excepcional, fazer uma descrição de tôda a carta e resumir todos os informes que ela fornece em relação ao Brasil, à célebre linha divisória e à proporção entre os mares e as terras conhecidas. No fim faremos o balanço crítico dêsses informes para pôr em relêvo a importância desta carta em relação à história da geografia da América, e, em especial, do Brasil.

Sôbre o canto inferior esquerdo dêste mapa lê-se: "Carta de nauigar par le Isola nouame. te tr.... in le parte de l'India: dono Alberto Cantino Al Sr. Duca Hercole". Excetuando esta legenda e alguns raros topônimos em caligrafia completamente distinta, tôdas as demais legendas, designações e nomenclaturas são em português.

Hércules d'Este, duque de Ferrara, interessado em conhecer com segurança as notícias sùbitamente difundidas sôbre os grandes descobrimentos dos portuguêses no Atlântico e no Índico, pois ameaçavam romper o equilíbrio político das potências européias, em especial das repúblicas italianas; e subvertiam as noções geográficas da Antiguidade e da Idade Média, enviou à Lisboa, em 1501, o seu agente secreto Alberto Cantino. Êste já conhecia Portugal, onde anteriormente negociara.

Ora Ângelo Trevisan, secretário do *oratore* veneziano em Espanha, Domenico Pisani, em carta escrita daquêle país para a Itália, a 10 de agôsto de 1501, queixava-se de que não era possível obter qualquer mapa com a viagem de Pedro Álvares Cabral, porque o rei de Portugal castigava com a pena de morte quem divulgasse aquêle documento. (1)

Devemos concluir, por conseqüência, que Alberto Cantino teve de subornar um cartógrafo português, do qual obteve uma cópia do padrão oficial ou melhor de um dos padrões oficiais, conforme é lícito presumir pela riqueza dos informes contidos no planisfério. Em carta ao próprio duque de Ferrara, Cantino anunciava, a 19 de novembro de 1502, o envio da carta, acrescentando que a pagara pela soma de 12 ducados de ouro, o que denuncia juntamente a clandestinidade do negócio e o valor que se atribuía ao objeto anunciado. É o que, aliás, se deduz dos mesmos dizeres da epístola: "Vero é che dicta Charta in portogallo a me de *pacto facto* (o sublinhado é nosso) mi costo Ducati dodice d'oro in oro. . . la Charta é di tal sorte et spero che in tal manera piacerà a V. Exa. che non gli serà molesto haver per epsa exbursato dicta quantitate. . ." (2).

A 17 de outubro de 1501, Cantino escrevia igualmente a Hercules d'Este uma carta muito interessante, dando-lhe conta da viagem de Gaspar Côrte Real à América do Norte. (3) Planisfério e correspondência não deixam dúvidas sôbre a espécie de atividades a que Cantino se entregava em Portugal. Estamos, pois, em presença de um mapa extraído clandestinamente de Portugal, de cujos arquivos reais foi copiado, o que singularmente lhe aumenta o valor.

Da sua correspondência conclui-se que Alberto Cantino deve ter partido em fins de outubro de Lisboa para a Itália, levando consigo o precioso mapa. "Por outro lado, — elucida Duarte Leite — o mapa já assinala a ilha da Ascenção, descoberta por João da Nova em 20 de maio de 1501; e, como êste capitão-mor regressou a Lisboa em 13 de setembro de 1502, fixaremos entre esta data e o fim de outubro seguinte a conclusão do planisfério, o mais admirável dos monumentos cartográficos que nos restam dos primeiros dois lustros do século XVI". (4)

---

(1) V. Berchet, «Fonti italiane por la scoperta del Nuevo Mondo», em *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. I, pg. 47.

(2) V. *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. I, pág. 153.

(3) Publicada por Ernesto do Cantu em «Os Portos Reais», Ponta Delgada, 1882.

(4) V. Duarte Leite, *Descobridores do Brasil*, Pôrto, 1931, pág. 198.

Provàvelmente o mapa reflete uma grande parte dos conhecimentos geográficos dos portuguêses à data da sua feitura. Embora se não possa afirmar que estejam ali consignados todos os resultados dos descobrimentos portuguêses contemporâneos, o traçado da carta contém algumas revelações que excedem o relato das crônicas — e é essa a parte que mais interessa a esta obra — e que levanta outros tantos problemas da história da geografia.

Para concluir: embora a espionagem de Cantino, sob o ponto de vista da história da geografia, tenha sido benemérita, a autoria da carta é totalmente portuguêsa. O hoje célebre planisfério guardava-se no palácio ducal de Módena, donde, em 1859, por ocasião de tumultos políticos locais, foi subtraído por mão desconhecida. Volvidos alguns anos, Giuseppi Boni, diretor da biblioteca Estense de Módena, passando diante de uma salsicharia da mesma cidade viu com pasmo aquela carta forrando um anteparo do estabelecimento. Entendendo que se tratava de uma peça histórica de importância, comprou ao salsicheiro o precioso pergaminho que doou depois à biblioteca da sua direção, onde se encontra atualmente.

Compõe-se o extraordinário monumento de várias fôlhas de pergaminho, coladas, lado a lado, sôbre uma tela, medindo no conjunto 1,05m x 2,20m. Carta plana quadrada, enorme, e ricamente iluminada, tem o centro de construção a meio do continente africano, onde figura uma grande rosa-dos-ventos. Tanto esta, como outras 30, que servem de fecho à rêde dos rumos, que recobre a carta, ostentam no rumo leste a Cruz de Cristo.

O planisfério representa em conjunto os contornos do Velho e do Nôvo Mundo, nas partes então conhecidas. Salvo raras exceções, o trabalho do cartógrafo resume-se no desenho dos litorais. Algumas indicações sôbre a geografia física, econômica ou política do interior dos continentes devem excetuar-se, principalmente no Velho Mundo.

Da Europa falta o contôrno dos países setentrionais e o próprio mar Báltico se apresenta sumária e errôneamente debuxado — insuficiência comum à cartografia da primeira metade dêsse século. O perímetro total da África está desenhado com bastante exatidão para a época. Os portuguêses haviam terminado o périplo respectivo no ano anterior. Se excetuarmos a grande deslocação para o Oeste da costa ocidental africana desde o Gôlfo de Biafra até ao Cabo da Boa Esperança e a figuração em extremo sumária do Mar Vermelho, a representação cartográfica de todo êste continente, em seu conjunto, um ano volvido sôbre o seu descobrimento, põe de manifesto o estado de madurez a que chegara a ciência náutica portuguêsa e honra os cartógrafos lusitanos.

Já a representação da Ásia é mais precária. Concebida, em seu conjunto, sôbre as observações diretas dos portuguêses, pelo que respeita ao Índico ocidental, e sôbre as cartas náuticas dos árabes, pelo que toca ao Oriental, apresenta raros acertos, muita fantasia e algumas extraordinárias revelações, se considerarmos a época em que foi desenhada. A costa Ocidental do Indostão, visitada àquela data por três armadas portuguêsas, respectivamente do Gama, de Cabral e de João da Nova, está sofrìvelmente delineada e em sensível progresso em relação às cartas medievais anteriores. As costas do Gôlfo de Bengala, são mais sumàriamente esboçadas, ao passo que as da Indochina e a da China, posto que diferentes da concepção ptolomaica, se afastam muito do traçado real.

A grande revelação do desenho geral da Ásia está em que as suas costas orientais são banhadas por um oceano em livre comunicação com o Índico. Êsse oceano — o Pacífico — aparece ali com a extranha designação de "Oceanus Oriideroriẽtalis". Foi esta a leitura que obtivemos muito cuidadosamente sôbre a fotogravura de Stevenson, a que adiante nos referimos. DUARTE LEITE leu erradamente: "Oceanus Occideroriẽtalis", a que chama "palavra desusada, cujo evidente significado é que êste mar banha simultâneamente o Extremo Oriente e quaisquer terras a poente da Europa".(1) Mas admitimos que à grafia real corresponda um êrro de cópia e que no original se lêsse conforme a interpretação de Duarte Leite. Seja como fôr, esta individuação do oceano, banhando as costas orientais da Ásia, e em comunicação com o Índico, em oposição a concepção ptolomaica, só pode assentar em experiências de navegadores árabes, e transmitidas provàvelmente pelas suas cartas. Mais adiante voltaremos ao assunto.

Que o mapa de Cantino pelo que respeita ao Índico Oriental, ao Pacífico e à Ásia Meridional, se inspirou abundantemente nas cartas árabes por outras razões se prova. Antes de mais nada vários lugares desde o Gôlfo de Bengala até às costas da China têm ao lado inscrita a latitude em polegadas (*pulgadas*) correspondentes às *isbas*, medida que servia aos árabes para contar a latitude. É o que sucede com "Catiguam", "Cançem", "Champocachim", "Chinacochim" e "Quiritiria". Além disso, abundantes legendas sôbre tôda essa parte da Ásia, banhada pelo Índico Oriental, fornecem seguros informes sôbre a geografia econômica da região. Assinalemos que por três vêzes se menciona o "brasill", como produto local na ilha de Timrona, em "Champocachim" e em "China-

(1) V. D. LEITE, *O mais antigo mapa do Brasil*, em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, t. II, pág. 237.

cochim", nos dois últimos casos, associado ao "laquer", goma-laca. Acrescente-se também que na legenda sôbre Malaca já se fala da "terra dos chins".

Não são em menor número as legendas que completam o traçado do continente africano, algumas das quais revelando fatos, por certo conservados em segrêdo pelo Estado. Assim, por baixo da Serra Leoa lê-se:

"Em esta Serra Leoa à muito ouro este he o mais fino que ay em nenhuma parte e traemlo para Portugal e muitos escravos. . ."

E a seguir por baixo do Castela da Mina:

"Donde traçem ao muyto escelente principe dom Manuell, Rey de Portugall, cada ano doze caravelas com ouro: Traze cada caravera (sic) hua co outra XXV mill pesos douro. Val cada pesso (sic) quinentos reaes e mais traem muytos escravos e pimenta e outras cousas de muyto proveito".

E ainda na costa oriental da África:

"Saffalla. Aqui he a mina douro em que ay (?) muyta abundancia delle mais que em outra nenhua parte e he descoberta por el Rey de Portugall".

Estas legendas, tão contrárias à tradicional política de segrêdo comercial, acentuam o caráter clandestino da carta.

Passemos agora à América. A primeira singularidade da carta pelo que respeita ao Nôvo Mundo é que se vê pela primeira vez, em carta conhecida, traçado o meridiano de Tordesilhas. E, ao longo dêle, a seguinte legenda:

"Este he o marco dantre Castella e Purtugall".

Mal colocadas a Leste desta linha, vêm-se a Groenlândia, muito próxima da Europa e a parte da Terra Nova explorada por Gaspar Côrte Real. A Oeste dessa linha, além das Antilhas, arrumadas com os erros de posição do mapa de Juan de la Cosa, aparece uma porção da costa Oriental dos Estados Unidos, que se acredita ter sido descoberta 10 anos mais tarde pelos castelhanos. Finalmente, vê-se um vasto trecho da América Meridional, cortada no têrço oriental pela linha divisória, e que vai desde as costas da Venezuela, visitadas em 1499 por Alonso de Hojeda, e se prolonga até às terras de Santa Cruz, desenhadas até cêrca de 39° de lat. S., ainda que muito incorretamente na parte mais austral, orientada com êrro grosseiro no rumo Sueste.

Merecem menção especial as legendas, que se referem à parte americana do planisfério. Comecemos pelo Norte. Junto da costa Oriental da Groenlândia lê-se:

"Esta terra he descober (ta) per mandado (do) muy escelentissimo Principe Dom Manuel Rey de Portugal a qual se cre ser esta a ponta d'Asia. E os que a descobriam nam chegarõ a terra mas viranla e nam viram senam serras muyto espessas pollo quall segun a opiniyon dos cosmofricos se cre ser a ponta d'Asia".

Ao lado da Terra Nova vê-se a seguinte legenda:

"Esta terra he descoberta per mandado do muy alto excelentissimo principe Rey dom Manuell Rey de Portugall a qual descobrio Gaspar de Corte Real cavalleiro na cassa do dito Rey, o qual quãdo a descobrio mandou hum nauio com certos omes e mulheres que achou na dita terra e elle ficou com outro nauio e nunca mais veo e crese que he perdido e aqui ha muitos mastos".

. Sob o grupo insular das Antilhas, lê-se em grandes caracteres: "Has Antilhas del Rey de Castella" e, ao lado sobre a direita, a seguinte legenda em caracteres mais pequenos "descobertas por Colombo almirante que es delas aquelas ditas ilhas se descobriral per mandado do muyto poderoso principe Rey dom Fernando Rey de Castella".

Uma singularidade chama a atenção quando se observa a nomenclatura, que acompanha a costa brasileira. Algumas das designações geográficas estão escritas em letra cortesã, como aliás, a quase totalidade da toponímia do mapa e tôdas as legendas, concluindo quantos historiadores se ocuparam demoradamente do planisfério que estas últimas representam um acréscimo posterior à confecção geral da carta, mas traçado por segunda mão.

Em letra cortesã, além de uma legenda, de que adiante nos ocuparemos, encontram-se apenas dois nomes: "Cabo de San Jorge" e "porto seguro", sôbre cada um de cujos lugares se divisam bandeiras portuguesas. "Estas inscrições — comenta Duarte Leite — limitam evidentemente o único trecho da costa cuja exploração estava assinalada no protótipo que presidiu à feitura do planisfério" (1). Em cursivo, de tendência processual se lêem as restantes designações: "Cabo de Sã Jorge", repetido e à esquerda do primeiro, sôbre um remendo colado ao mapa: "Quaresma", assinalando uma ilha próxima do continente, em latitude não muito superior à daquele cabo; e seguidamente: "sam miguel", "Rio de sã fran°", "A baia de todos sanctos", "Rio de brasil", à esquerda e abaixo de "porto seguro", finalmente, "Cabo de Scta. Marta".

(1) *Ibidem*, pág. 263.

Acrescentemos que, sob a designação "porto seguro" se lê a seguinte e longa legenda, em letra cortesã:

"A vera cruz + chamada per nome a qual achou pedra-luares cabral fidalgo da cassa del Rey de Portugall e elle a descobrio indo por capitã-moor de quatorze naos que o dito Rey mandava a caliqut y en el caminho indo topou com esta terra a qual terra se cree ser terra firme em a qual a muyta gente de descricam nuos omes e molheres como suas mais os pario sam mais brancos que bacos e teem os cabellos muytos corredios foi descoberta esta dita terra em a era de quinhentos".

A primeira conclusão a tirar da diferença entre os caracteres desta parte das inscrições é que duas mãos distintas colaboraram no trabalho da designação toponímica. Supuseram alguns poder afirmar que os nomes em cursivo descuidado se deviam atribuir à interferência de Américo Vespúcio e se ligavam à chamada terceira das suas viagens, quer dizer à expedição portuguêsa de 1501—1502.

A isto ha que obtemperar que outras designações se encontram em tal cursivo no planisfério, algumas das quais não têm evidentemente a menor ligação com aquela viagem. Assim, no Arquipélago de Cabo Verde lêem-se: "Sã Tiago", e "ilha du Fogo"; mais ao sul. no Gôlfo de Biafra. "F po" (ilha de Fernando Pó) e "ilha du principe"; um pouco à direita do Cabo da Boa Esperança "aguada de sã jorge", designação esta que em vão se buscaria noutros mapas. Lê-se igualmente a misteriosa palavra "Japgla", ao lado da ilha da costa africana a que Duarte Pacheco, no *Esmeraldo* chama dos Idolos. Ora, é evidente que algumas das designações geográficas que acabamos de enumerar, se não a totalidade, nada têm que ver com a expedição de 1501; nem fato algum faz supor que Vespúcio houvesse viajado ao longo da parte do continente africano, situada ao sul da Serra Leoa. É, pois, pelo menos temerário atribuir-lhe a autoria das inscrições em cursivo vulgar.

Duarte Leite, que defende esta última opinião, supõe, não obstante, que o misterioso escriba fôsse italiano. Mas a repetição da grafia "illa" permitiria apenas dizer que se trata dalguém familiarizado com o castelhano, embora "San Miquel" revele afinidade com aquêle idioma.

Para terminar com a análise dos caracteres externos do planisfério, na parte que se refere ao Brasil, assinalemos um fato excepcionalíssimo, e a que atribuímos grande importância. O cartólogo italiano, Bellio, foi o primeiro a apontar essa singularidade. "Tôda a costa — escreveu êle na *Raccolta Colombiana* — desde o ponto em que é cortada pela linha de demarcação até um ponto

ao sul onde está assinalada "A baía de todos os sanctos" foi corrigida, fato que resulta da inspeção da carta ... A costa era desenhada muito mais a dentro e foi colado por cima um pedaço de fino pergaminho sôbre o qual se desenhou o contôrno com as respectivas indicações. Pode-se porém deduzir com segurança de quanto tenha sido retificado o desenho da costa. O cabo de S. Jorge, ponto mais a oriente, deve ter sido afastado cêrca de vinte e cinco milímetros".

Funda-se Bellio, para fazer esta última afirmação, na situação das duas designações em caracteres diferentes do mesmo cabo, e no prolongamento e ligeira inflexão da bandeira, que assinala o lugar respectivo.

Da duplicidade paleográfica e de figuração, conjugada com as escassas referências em crônicas ou documentos avulsos às viagens dos portuguêses por aquêle tempo, tirou Duarte Leite as seguintes conclusões originais: a dupla representação e a toponímia na parte correspondente ao Brasil é fruto de quatro viagens: 1ª a de Cabral (1500), a quem se devem as designações de Pôrto Seguro e Vera Cruz; 2ª a de Gaspar de Lemos (1500), destacado da armada de Cabral para vir trazer a D. Manuel a nova do descobrimento, e à qual se deverá atribuir uma primeira figuração angular e esquemática[1]; 3ª a expedição de João da Nova à Índia (1501), à qual se devem as duas designações de Cabo de S. Jorge e ilha de Ascensão, que figura em pleno Atlântico, com a sua latitude de cêrca de 8°; 4ª uma expedição, enviada ao Brasil, sob o comando de Fernão de Noronha (1501-1502), a mesma em que viajou Vespúcio, e à qual se liga, quer a imagem sobreposta do ângulo do Nordeste brasileiro, quer a restante nomenclatura da costa, escrita em cursivo vulgar.

Quanto à primeira destas conclusões, não há que dizer. O mesmo com a segunda não sucede. Que o mensageiro de Cabral tivesse costeado o litoral desde Pôrto Seguro até às imediações do Cabo de Santo Agostinho, sempre ou parcialmente à vista da costa, não pode haver dúvidas. Exigem-no a lógica da missão do navegador e a dos agentes naturais oceânicos. Antes que ninguém, agudamente o viu Aires do Casal: "Como a costa corre ao mesmo rumo, escrevia êle, que o nosso correio, necessàriamente devia navegar, e êle tinha interêsse (e provàvelmente recomendações de Pedro Álvares Cabral) em saber até que altura a terra se estendia para o Norte, nada é tão verossimil e natural como avistá-la êle

(1) O artista tinha desenhado, acima de Pôrto Seguro, uma linha de costa direita no rumo nordeste até à primitiva situação do Cabo, onde pôs a bandeira portuguêsa; neste ponto inclinou o contôrno em ângulo obtuso, encaminhando-o ao marco.

muitas vêzes até ao cabo de S. Roque, se é que a não levou sempre à vista até esta paragem, porque as águas nesta monção empurram para a terra".

Nestas condições e, se êle fôsse o descobridor dêsse longo trato de costa, não se compreende que ficasse com essa visão tão singularmente esquemática da nova terra. Perceber a direção geral, ainda que sumária, duma porção tão vasta de continente, não se faz sem a observação, pelo menos dalgum dos acidentes morfológicos. E tão pouco, navegador algum, havendo navegado pela primeira vez num percurso de centenas de léguas à beira dum continente, trouxe dêle essa imagem infantil de duas enormes retas cortando-se em ângulo obtuso. Não há exemplo algum duma tal representação gráfica de terras novas vistas por um descobridor; e muito menos êste fenômeno de primitivismo cartográfico nos parece compatível com os navegadores e pilotos portuguêses dos começos do século XVI.

O que interessava, sim, era conhecer o traçado oculto sob o pergaminho, o que Bellio não pôde realizar à simples inspeção. Impõe-se um exame radiográfico, pois aquêle traçado deve representar uma concepção geográfica ou mais antiga, ou que não era útil divulgar.

O exame das cartas chamadas de Hamy e Caverio, de que adiante nos ocuparemos, contemporâneas desta ou pouco posteriores, levam-nos a suspeitar que a primeira delas representa na parte que nos ocupa, o traçado oculto da carta de Cantino, assim como a segunda, o visível.

Por outro lado, é incompreensível que um navegador, que tivesse a ventura espantosa de descobrir tão vasta realidade continental, numa viagem — e seria o caso de Gaspar de Lemos — não houvesse aplicado qualquer designação geográfica às terras entrevistas. E se, muito próximo do vértice do vasto ângulo costeiro, o cartógrafo escreveu "Cabo de San Jorge" em letra cortesã, isto é, por ocasião da primeira e quase total fatura da carta, por que não atribuir pelo menos àquele capitão aquêle chamadoiro?

Duarte Leite, que se recusa a admitir essa hipótese, pondera com certa razão que a nomenclatura hagiográfica era imposta, por via de regra, colocando os acidentes geográficos, sob a invocação do santo correspondente ao dia do descobrimento, e tendo examinado cuidadosamente os almanaques portuguêses dessa época, concluiu que uma tal designação não podia caber a Gaspar de Lemos. O dia de São Jorge é a 23 de abril e, tendo aquêle capitão partido de Pôrto Seguro a 1 ou 2 de maio, não é admissível que, apenas depois de um ano, atingisse aquelas paragens.

Estabelecida esta impossibilidade, aliás, sempre relativa, haveria duas hipóteses a considerar: aquela designação era anterior ou posterior à viagem de Gaspar de Lemos. Duarte Leite não considerou sequer a primeira hipótese: buscou, por conseqüência, a explicação nas expedições portuguêsas ao Brasil, posteriores àquela viagem e anteriores à fatura do mapa, o qual saiu de Portugal para a Itália, o mais tardar, nos começos de novembro. Nestas condições haveria a considerar a expedição de Vespúcio, única que se conhece haver demandado diretamente o Brasil naquele prazo. Mas não só a toponímia restante, que parece ligar-se a esta expedição, está em cursivo vulgar e o cabo de São Jorge em letra cortesã, mas também aqui o calendário relutava.

Se não podia tratar-se, no entender daquele historiador, duma expedição anterior a Gaspar de Lemos, nem daquela a que acabamos de referir-nos, é porque teria havido uma outra intercalada entre as duas ou contemporânea da segunda.

Essa, em sua opinião, foi a expedição de João da Nova em 1501.

Para tal asserção funda-se DUARTE LEITE em certo passo das *Lendas da India* de GASPAR CORREIA, o qual escreve dessa expedição: "Polo regimento da navegação que os pilotos levavam fizerão seu caminho ao longo da costa do Brasil que era já toda descoberta por muytos navios que lá iam tratar, e forão de longo até o Cabo de Santo Agostinho, e dahi forão atravessando para o Cabo da Boa Esperança com grande vigia dos ventos que os não levarão bons, com que passarão o cabo sem o ver, porque forão muito ao mar. . ." (1).

Combinando êste trecho com o de João de Barros, que atribui o descobrimento da ilha da Ascensão a João da Nova, conclui Duarte Leite que a designação de *Cabo de São Jorge* pertence ao mesmo navegador.

Supomos esta conclusão sem fundamento sério. Primeiramente, GASPAR CORREIA é o único dos cronistas de quinhentos a fazer semelhante afirmação; e sôbre ser o único, o de menos autoridade para todos os descobrimentos dessa época. Bastará lembrar o acervo de fantasias e inexatidões que maculam as suas narrativas sôbre as viagens de Bartolomeu Dias, de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral. *Testis unus, testis nullus*, muito mais neste caso.

---

(1) V. GASPAR CORREIA, *Lendas da India*, ed. da Academia das Ciências de Lisboa, t. I, pg. 235.

A esta consideração de metodologia geral, a análise do mesmo texto prova que êle é produto da fantasia do cronista, — ou seja *testis nullissimus*. Primeiramente, todos os documentos contemporâneos desautorizam a afirmação de que o regimento dos pilotos mandasse fazer a navegação ao longo da costa do Brasil. Em segundo lugar, ainda, quando por hipótese, se desse o contrário, fôra extremamente difícil, quando não impossível, navegar ao longo da costa do Brasil desde latitudes próximas do Equador e na direção do Cabo de Santo Agostinho. Aliás para estas afirmações inverossímeis, funda-se o cronista num suposto, que não merece mais crédito que o restante: o de que a costa do Brasil "era já toda descoberta por muytos navios que lá ião tratar". Finalmente, Correia afirma que a pequena frota passou o Cabo da Boa Esperança, muito de largo, sem o ver, o que é contrariado pelos demais cronistas, como Castanheda e Barros, mais dignos de crédito, e segundo os quais os navios de João da Nova foram surgir à aguada de S. Braz, um pouco adiante daquele promontório.

A esta série de informes ou melhor redundâncias, pouco dignas de crédito ou sequer de atenção, acresce que do texto do cronista mais se infere uma travessia direta do Cabo de Santo Agostinho para o da Boa Esperança, do que o desvio pela ilha da Ascensão, a cujo descobrimento não se faz a menor referência.

Para agarrar pelos cabelos a passagem das *Lendas*, em que se estriba Duarte Leite?

Alguns cronistas atribuem o descobrimento das ilhas da Ascensão e de Santa Helena a João da Nova. E o planisfério de Cantino (ainda que em legenda e designação estropiada) já inscreve a primeira. Ora a designação da ilha da Ascensão é difìcilmente explicável que não seja pela habitual lógica do calendário. Em 1501, o dia da Ascensão foi a 13 de maio, e, em 1502, ano em que João da Nova regressou, a 21 do mesmo mês. Mas, como a armada chegou a Lisboa a 11 de setembro, na última hipótese teria gasto entre aquela ilha e esta cidade 129 dias, o que a Duarte Leite, e com razão, parece inverossímil.

Quanto à data da partida, infere-se duma carta de Pasqualigo, escrita, em outubro de 1502, que teria sido a 10 de março do ano anterior, ao passo que João de Barros e Damião de Góis lhe atribuem o dia 5 do mesmo mês. Nesta última hipótese, os navios de João da Nova teriam necessitado cêrta de 70 dias de viagem, com uma única escala no arquipélago de Cabo Verde, até a ilha da Ascensão, o que a Duarte Leite se afigura franca-

mente inadmissível. "Seria, pois, escreve, de abandonar a hipótese de descoberta em 13 de maio, se a não viesse amparar a escala de Vera Cruz, cuja existência fica assim confirmada. Ela explica perfeitamente a diferença. João da Nova alcançou o arquipélago de Cabo Verde nas proximidades de 20 de março e Vera Cruz não longe de 20 de abril, dando cêrca de um mês para a travessia do Atlântico, como aconteceu a Cabral. Em seguida tomou o rumo de Leste, em demanda do litoral africano, com a esperança de encontrar a armada de Cabral tornada da Índia, que, em verdade, dobrou o Cabo a 22 de maio. A Ascensão dista 8° do Equador e está afastada perto de 290 léguas da costa brasileira; ora, em 17 dias era fácil navegá-las e encontrar a ilha em 13 de maio".

Basta examinar um mapa para se ver que esta viagem que supõe uma derrota esquemática em ângulo agudo, com o vértice no Cabo Santo Agostinho, é pouco verossimil. Demais se o navegante tinha empenho, aliás natural, em encontrar-se com os navios de Cabral, frustrava essa oportunidade, pois buscando as costas brasileiras se afastava da rota de regresso, mais que provável, dêsse navegante. Com efeito, para encontrar a armada de Cabral, o mais seguro seria navegar desde o arquipélago de Cabo Verde para o Sul, como aliás, aconselhava Duarte Pacheco, no *Esmeraldo,* ainda em 1508.

Por essa rota, trazidos pelos alisados de sueste, viriam, como vieram, os navios de Cabral. Simplesmente êsses ventos, tão favoráveis a essa rota de regresso, se oporiam grandemente à rota de ida, no sentido contrário. Se acrescentarmos que, por êsse caminho, João da Nova teria que cortar em fins de abril a zona das calmas na sua maior largura, — causa de tão longas demoras para a navegação à vela nessa época — explica-se perfeitamente que êsse navegante necessitasse de sessenta e tantos dias para alcançar a ilha da Ascensão. Temos, pois, por mais provável, que a pequena ilha fôsse, com efeito, descoberta por João da Nova, em 13 de maio de 1501, em viagem direta desde o arquipélago de Cabo Verde. Dentro do condicionalismo da geografia física do Atlântico, esta se nos afigura a explicação razoável.

Em conclusão: a designação de "Cabo de Sam Jorge", se não é de Gaspar de Lemos, deverá atribuir-se a qualquer expedição anterior à de 1501-1502, que não seja a de João da Nova, nem aquela última, cujo comando D. Leite atribui a Fernão de Loronha.

Pedro Alvares Cabral, ao aportar a Pôrto Seguro, sabia com certa exatidão não só a latitude da terra descoberta, mas o afasta-

mento da sua rota para oeste. Com efeito, os portuguêses conheciam então com bastante aproximação a latitude de S. Nicolau, última terra vista, antes de aportar a Vera Cruz, e determinaram igualmente, com pequeno êrro, em 17° a latitude de Pôrto Seguro. Como, por outro lado, os pilotos da armada calculavam a distância entre S. Nicolau e o ponto em que avistaram o Monte Pascoal, em 660,670 léguas, dispunham de elementos bastante aproximados para calcular a longitude daquele lugar.

"Essa estimativa, escreveu Lopes de Mendonça, referindo-se àquele número exarado na carta de Caminha, faz honra à perícia dos pilotos. Com efeito, entre o ponto médio do arquipélago de Cabo Verde e a paragem de Pôrto Seguro (diferença de latitude 34°, afastamento 16°), a distância anda por 37°,5' equivalente a 675 léguas de 18 de grau".[1]. Supõe aquêle ilustre historiador e marinheiro que os pilotos da armada de Cabral atribuíam ao grau 18 léguas. Ora é sabido que a medida comum por êsse tempo entre os nautas portuguêses era 17,5 léguas ao grau. Mas acrescentando àquele cômputo as 20 léguas que distavam até Pôrto Seguro, e adotando esta última medida do grau, o resultado vem a ser aproximadamente o mesmo.

Partindo dêstes últimos números, escreve Duarte Leite, "Os portuguêses arbitravam a S. Nicolau, com êrro pequeníssimo, a latitude de 16° 40' N.[2]. A latitude do meio da ilha difere da indicada uns 5' e a de Pôrto Seguro fôra medida em 17° S.; donde se infere que os dois lugares diferiam de 33° 40' na direção norte-sul, ou 590 léguas, aceitando que o grau contava 17,5. Isto conduz, com a rota de 690 léguas, ao rumo de S. 31° 14'; e a 358 léguas como apartamento em longitude, que representam 20° 27'. Ora no mapa de Cantino o excesso de longitude da Baía sôbre a ilha não excede uns 9°, sendo, pois, a divergência superior a 11°. (O excesso é realmente duns 15°. A diferença de longitude entre Lisboa e Pôrto Seguro, que anda por 30°, é no mapa reduzida a 21° 5'. Entre Lisboa e a ponta ocidental de Santo Antão há 15° 25' em longitude, ampliados em Cantino a 18°. Admitindo que a posição de Pôrto Seguro foi referida a Lisboa, haveria, pois, a reduzir no cálculo do texto 2° 35', ainda assim insuficientes para explicar a divergência apontada).

Não há aqui sòmente imperfeição do cartógrafo ou defeito do sistema de representação adotado, porque ainda mesmo que a extensão da derrota se tenha de diminuir a 665 léguas, ficaria redu-

---

(1) V. *In Historia da Colonização Portuguêsa do Brasil*, t. II, pg. 64.

(2) V. Duarte Leite, *Esmeraldo*, pg. 37.

zida a cêrca de 15º a diferença de longitude, e o vício do traçado não deixaria de ser considerável. Somos, pois, forçados a admitir que êle foi propositadamente introduzido para afirmar nìtidamente a inclusão de Vera Cruz nos domínios assegurados a Portugal pelo tratado de Tordesilhas. D. Manuel, e assim mesmo o descobridor, mostrou-se desde logo convencido de que as terras novas lhe pertenciam; e tinha razão. O tratado concedia-lhe 370 léguas em longitude, que êle contava da ponta mais ocidental da ilha de Santo Antão; se lhe acrescentarmos 25, distância desta à ponta leste de S. Nicolau, teremos 395, mais que o afastamento acima calculado. Quando, sob D. João III e Carlos V, se ventilou entre as duas coroas a questão acesa das Molucas, as cartas geográficas portuguêsas não ofereciam segurança; as que se destinavam a uso externo eram patriòticamente falseadas. Parece que, antes disso, e tratando-se da América, já sucedia o mesmo, pois se à inexata localização das descobertas de Côrte Real não é lícito atribuir fraude, ela transparece na de Vera Cruz. Cantino imaginava levar a seu amo a verdadeira imagem das regiões novamente descobertas, e, todavia, ela já ia inquinada em favor da causa portuguêsa".(1)

Comecemos por observar que D. Leite admite implìcitamente a possibilidade de que o êrro de longitude de Sto. Antão seja casual e involuntário, quer por insuficiência dos pilotos que a calcularam, quer dos cartógrafos, que tentaram fixá-la sôbre o mapa. Mas não é assim. Prova-o a evolução da cartografia do arquipélago de Cabo Verde, hoje fácil de estudar, graças à abundância de documentos, ùltimamente publicados. E porque êste problema tem particular importância para avaliarmos da forma ou das formas como os portuguêses aplicavam as prescrições do Tratado de Tordesilhas, no que respeita aos limites do Brasil vamos tentar esclarecê-lo.

A direção geral das ilhas do grupo de Barlavento do arquipélago de Cabo Verde, ou seja de S. Nicolau, Sta. Luzia, São Vicente e Sto. Antão é oesnoroeste — essueste, assim como as do grupo de Sotavento, — Brava, Fogo, Santiago, Maio, Boavista e Sal — é nornordeste — susudoeste. Os mais antigos mapas, que registram estas ilhas, apresentam os dois grupos, escaladas as ilhas de norte a sul, e em duas filas paralelas, ainda que deslocando a Brava e o Fogo para o grupo de Barlavento. É o que se vê nos dois mapas de Benincasa de 1468, 1469 e 1471 e mais tìpicamente

---

(1) V. *O mais antigo mapa do Brasil, História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, t. II, págs. 264-66.

no de 1473. Êste último deve ter sido, aliás, o protótipo mais divulgado, pois Benincasa o repete na carta de 1473, de Veneza, na de 1473, do *British Museum*, e na de 1474, de Veneza. (1)

Entretanto já a primeira carta portuguêsa — de c. 1471 — hoje conhecida e publicada por Fontoura da Costa em luxuosa edição, em 1940, — representava tanto as ilhas de Sotavento como as de Barlavento, numa posição muito mais correta, embora o contôrno destas últimas seja ainda representado por forma muito imperfeita. Na chamada carta de Colombo, de c. 1492, publicada por Charles de la Roncière, a orientação geral do grupo de Barlavento é ainda mais perfeita, embora o cartógrafo haja introduzido modificações na nomenclatura e número das ilhas.

Por outro lado, nestes dois últimos mapas a posição geral das ilhas, em relação à costa africana, aproxima-se muito das verdadeiras distâncias.

Que a evolução da cartografia do arquipélago, e por conseqüência, da posição das ilhas respectivas, umas em relação às outras e tôdas em relação à costa africana, havia atingido o grau máximo de perfeição, compatível com o estado da ciência náutica nessa época, outros documentos o provam. Assim, no primeiro roteiro português conhecido, e que deve datar dos começos do último quartel do século XV, (2), não só a orientação geral das ilhas do grupo de Barlavento é dada como sendo noroeste-sueste, e, por conseqüência, com relativa exatidão, mas a posição dêste grupo em relação ao de Sotavento e dos dois à costa africana é apresentada por forma muito aproximada da realidade (3). *O livro de rotear* avalia a distância entre a ilha de Santiago e o Cabo dos Matos em 105 léguas; e DUARTE PACHECO, no *Esmeraldo* (em 1505), a distância entre Santiago e o Cabo Verde em 100 léguas, com grande aproximação.

Ora, sucede que no mapa de Cantino, e em todos os que lhe são próximos em data, como veremos, a orientação geral das ilhas do grupo de Barlavento é grosseiramente dada, quase leste-oeste; e exageradas as distâncias entre uma ilha e outra, entre o grupo de Barlavento e o de Sotavento e, finalmente, entre os dois e a costa africana, que lhe fica fronteira, a oriente. Tratar-se-á neste caso, duma inferioridade casual do cartógrafo? Um precioso testemunho,

---

(1) *Cartas das ilhas de Cabo Verde, de Valentim Fernandes*, F. DA COSTA, 1939, pág. 56 — mapas comparados.

(2) V. VALENTIM FERNANDES, *O livro de rotear*, publicado pela Academia Portuguêsa da História em 1940.

(3) V. *O livro de rotear*, págs. 214-215.

contemporâneo, o de Valentim Fernandes nos permite afirmar que o autor português da chamada carta de Cantino se limitou a copiar com a exatidão, que lhe era possível, o mapa-padrão dos serviços hidrográficos portuguêses daquele tempo. Referimo-nos às Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508), acompanhadas duma descrição e estudadas e publicadas em 1939 por Foutoura da Costa. O mesmo editor do trabalho de Fernandes afirma que aquelas cartas reproduzem os modelos do protótipo oficial da época. E basta comparar, uma a uma, as ilhas do mapa de Cantino com as de Fernandes, posteriores de alguns anos, para se concluir que umas e outras reproduzem o mesmo protótipo. Infelizmente V. Fernandes, cuidoso de nos conservar a imagem de cada uma das ilhas, consideradas isoladamente, não nos deixou um mapa de conjunto. Há, pois, que suprir essa falta com os dados fornecidos pela descrição das ilhas. Diz Valentim Fernandes que a ilha do Fogo dista do Cabo Verde 110 léguas, com um êrro por excesso de seis léguas; que o Fogo jaz a oeste quarta de sudoeste da ilha de Santiago 12 léguas, com um êrro por excesso de três léguas; que a ilha de S. Nicolau jaz ao norte da ilha Brava, quando é ao norte do Fogo, com um êrro por excesso na longitude de c. duas léguas; que a ilha de Santa Luzia jaz a oeste dos ilhéus Branco e Razo cinco léguas, com um êrro por excesso de três e meia léguas; e, finalmente, que a ilha de Santo Antão jaz a oeste de São Vicente, com um êrro por excesso de meia légua(1).

Se, com estas indicações traçássemos a carta do arquipélago de Cabo Verde, na parte que nos interessa, chegar-se-ia à conclusão de que a posição geral do arquipélago em relação à costa africana, a do grupo de Barlavento em relação ao de Sotavento, e a arrumação de cada uma das ilhas do primeiro dêstes grupos, entre si, sofrem dos mesmos vícios que a figuração da carta de Cantino.

Outro contemporâneo, e êsse o mais abalizado entre os geógrafos, navegantes e cosmógrafos portuguêses do seu tempo, mostra, em certo particular, surpreendente acôrdo com a descrição de Valentim Fernandes, no que se refere à arrumação das ilhas do grupo de Barlavento. Ao descrever o arquipélago no seu *Esmeraldo,* DUARTE PACHECO afirma: "... as ilhas de São Nicolau, Santo Antão, São Vicente e Santa Luzia, tôdas estas quatro estão em dezesseis graus e quarenta minutos de ladeza (latitude) da equinocial contra o setentrional polo".

---

(1) V. Obra cit., pg. 50 a 53.

Êste cálculo, exato só em relação à ilha de São Nicolau representa um êrro tão grosseiro em Duarte Pacheco (que demais havia de conhecer o arquipélago e a sua cartográfia) e tanto em contraste com as cartas portuguêsas de 1471, de Soligo, de 1486, e chamada de Colombo de c. 1492 e com o *Livro de rotear,* mas tão de acôrdo com o mapa de Cantino e a descrição de VALENTIM FERNANDES, que não podemos deixar de nos convencer que Pacheco e os dois últimos reproduziam uma fraude oficial.

Não nos convencemos, aliás, que o êrro de 2° 35′, na posição da ponta ocidental de Santo Antão, denunciado por D. Leite, se deva lançar por inteiro à conta de fraude. Provàvelmente deve partilhar-se entre a insuficiência dos métodos para avaliar a longitude e o propósito de a agravar, em benefício dos interêsses portuguêses, observando sempre que os portuguêses podiam e deviam ter medido muitas vêzes as distâncias das ilhas do arquipélago em relação às ilhas das Canárias, à costa fronteira da África, e, finalmente, aos Açôres, nas suas viagens de regresso a Portugal, isto é, dispunham de vários meios para corrigir, sucessivamente, até à perfeição possível, as longitudes respectivas.

Conclusões:

1°) O cálculo de afastamento para oeste, feito pelos pilotos de Cabral, seria excessivo, segundo análise de Duarte Leite, com êrro de 5° 35′ sôbre o verdadeiro;

2°) Na carta de Cantino o êrro, em vez de 5° 35′, por excesso, é de c. 6°, por carência, sôbre o verdadeiro.

3°) Afastando Santo Antão, afastava-se igualmente o meridiano para oeste e incluíam-se mais 2° 35′ de terras, e aproximando do arquipélago a costa brasileira 6°, incluíam-se outros tantos;

4°) Estas fraudes jogavam apenas em relação ao meridiano de Santo Antão, mas não ao meridiano de Lisboa, supondo que êste fôsse o meridiano 0, o que implicava um deslocamento, de compensação da África e da Ásia, para leste;

5°) Nas conexões entre as Índias de Castela e o Brasil, divididos na carta pelo *marco,* há que atender a que os portuguêses estavam convencidos, pela lógica dos êrros involuntários, de realizar uma fraude de 10 ou 11 graus. D. Leite deve, pois, estar na razão, quando identifica o *Rio Grande* e o *Golfo Fremoso* da carta de Cantino, com o Orinoco e o Essequibo. Erra, apenas, segundo cremos, quando supõe a linha que na carta de Cantino

une o Gôlfo Fremoso ao Cabo de São Jorge como meramente convencional. O marco divisório corta, no mapa de Cantino, a América Meridional, a 6º de lat. N, e a c. 19º de long. O. do Cabo de São Jorge, coordenadas, que jogam entre si muito aproximadamente com as da fraude. Aquêle traçado obedece, pois, ao que supomos, a um processo lógico de construção;

6º) O afastamento para leste das costas brasileiras devia, dissemos nós, produzir um deslocamento igual das costas africanas e asiáticas, na mesma direção, no caso de se tratar duma fraude. Com efeito, como o planisfério-padrão dos serviços hidrográficos de Lisboa servia de carta de marear e os pilotos, passadas as ilhas de Cabo Verde, avistavam com freqüência as costas brasileiras, aquêle êrro de compensação tornava-se necessário, pois de contrário, um êrro único dificultava muito, na prática, a manobra da montagem do Cabo da Boa Esperança.

A análise dos mapas de Cantino e de Caverio, que se lhe aproxima muito, parece mostrar que assim sucedeu. Um cartógrafo inglês Edward Heawood teve a idéia de justapor o mapa de Caverio a um planisfério contemporâneo da mesma escala. [1]

Devemos observar, não obstante, que a justaposição dum sôbre o outro não foi, a nosso ver, acertada. Heawood tomou para ponto de partida exclusivo a justaposição, aliás, imperfeita, das costas da Península, num e noutro dos dois mapas. Melhor fôra ter partido das linhas gerais do contôrno do Mediterrâneo, origem de todos os desenvolvimentos sucessivos da cartografia quinhentista e até medieval.

Acresce que, tanto no mapa de Cantino como no de Caverio, as latitudes da costa setentrional da África estão progressivamente remontadas, de ocidente para oriente, atingindo no delta do Nilo erros de c. 6º por excesso. Êstes desvios provinham da carta de marear medieval do mediterrâneo, acabada no século XIV e servilmente copiada durante o século XV e parte do seguinte. O êrro originava-se, aliás, na variação da agulha magnética no Mediterrâneo, a qual durante o século XIV noroesteava naquele mar. [2] Feitas estas correções, o êrro geral de afastamento para leste das costas ocidentais e orientais africanas, como, aliás, da Península Industânica, já então visitada pelos portuguêses, aproxima-se muito mais do êrro voluntário de afastamento para leste das costas brasileiras.

(1) V. *The World Map before and after Magellan's Voyage*, em *The Geographical Journal, June* 1921, pg. 437.

(2) V. Antonio Barbosa, *Origens e evolução da cartografia portuguêsa*, 1938.

Mas teria havido de fato propósito nesse desvio das costas africanas? A dúvida, como iremos ver, é legítima. Com efeito, se examinarmos as cartas de África, anteriores às duas de Cantino e de Caverio, tão afins, poderemos constatar que aquêle êrro vinha de longe. Já na carta portuguêsa de 1471, a costa do gôlfo da Guiné desde o Cabo das Palmas para oriente está desviada para Leste cerca de 4°. Na chamada carta de Colombo êsse êrro persiste e agrava-se. Na carta de Henricus Martellus de 1489, como no pequeno mapa múndi anexo à carta anterior, e em que se inscrevem já os resultados da viagem de Bartolomeu Dias, aquêles desvios sobem a tal ponto que o Cabo da Boa Esperança fica muito a Leste do Meridiano de Alexandria. É em resultado da viagem do Gama que se atinge um melhor equilíbrio no sistema geral das longitudes africanas. Sob êsse ponto de vista, o exame das longitudes da África, nas cartas quinhentistas, é pródigo em resultados.

Como é sabido, a largura da África sob o Equador é pròximamente igual à sua altura desde êste círculo máximo ao Cabo da Boa Esperança; ou, por outras palavras, a longitude do ponto da costa da África oriental, colocado sob o Equador referido ao meridiano do ponto da costa ocidental, igualmente colocado, é ligeiramente menor em minutos que o número de graus correspondente à latitude do Cabo da Boa Esperança. Sôbre o vasto triângulo limitado pelo Equador e as costas africanas, que se lhe seguem para o Sul, mantem-se êste equilíbrio de longitudes.

Se compararmos agora as longitudes da África austral com as da África setentrional, o desequilíbrio é grande. O Cabo da Boa Esperança, no mapa de Cantino, como no de Caverio, está quase sob o meridiano de Alexandria, por conseqüência com um êrro de afastamento para Leste, superior a 11°. Mas é evidente que o trabalho de relacionação das longitudes dos litorais africanos tinha que multiplicar êstes êrros pelo que respeita à posição dos litorais do Gôlfo da Guiné nas suas relações com as costas setentrionais da África. Assim o Cabo das Palmas está deslocado para Leste cêrca de 4° e a foz do Niger c. de 9°. Mais uma vez o *Esmeraldo* de DUARTE PACHECO nos permite afirmar que estas longitudes tão viciadas correspondem às da carta-padrão dos portuguêses, no princípio do século XVI. "Neste promontório (do Cabo da Boa Esperança) — escrevia PACHECO entre 1505 e 1508 — faz África fim da parte do mar Oceano e por aqui se divide da Ásia e dêste lugar correndo por cima da terra direitamente ao Norte ... até vir ter em Damieta no mar do Egito ..." "e sua

largura (da África) é de Trípoli de Berberia, indo direitamente ao meio-dia (ao sul), atravessando tôda África em largura quinhentas léguas".(1)

Aqui o êrro é, pois, de c. 8° de desvio para Leste.

Se êstes erros vinham de longe e haviam atingido o máximo antes da viagem do Gama e no de Cantino tinham diminuído, poderíamos supor que se estava dando um processo lento de correção. Mas no planisfério de Juan de la Cosa, feito em 1500 segundo a legenda do mapa, mas que deve ser cópia posterior, o Cabo da Boa Esperança está mais corretamente colocado do que no de Cantino. Houve, pois, regressão. É igualmente de estranhar que as longitudes da África austral estejam tão corretamente representadas entre si e tão mal em relação às demais. Finalmente o mesmo cartógrafo inglês, Heawood, a que já nos referimos, observa que no mapa de Caverio, tão semelhante ao de Cantino, se deu o encurtamento geral da Ásia. Como explicar êste nôvo fato? Ouçamos aquêle autor: "Podemos ver, porventura, aqui o resultado de motivos políticos tanto no encurtamento da extensão do Mundo Antigo como no desvio para Leste da América do Sul, pois o resultado num e noutro caso, era incluir uma parte maior das novas terras descobertas dentro do hemisfério português."(2)

Provado que assim foi quanto à América austral, tudo leva a crer que estejamos em face duma deformação geral do mundo, espécie de caricatura geográfica, com fins de soberania política.

Só a comparação com outros mapas e a possível persistência e evolução do processo nos poderá ratificar nesta opinião. É o que veremos noutras cartas.

Observemos, apenas, mais que no mapa de Cantino, o Mar Vermelho aparece representado por forma diferente e menos correta do que na tábua IV da África de Ptolomeu. Não só o extremo norte dêsse estreito gôlfo está situado a uma enorme distância do curso do Nilo e, por conseqüência, de Alexandria, mas a sua direção geral apresenta-se com uma curvatura em S invertido, isto é, muito deformada.

Não obstante, o desenho da grande avançada somálica representa um notável progresso sôbre a figuração ptolomaica, e a metade austral do Mar Vermelho está bosquejada com sofrível aproximação. Num e noutro caso, o ignorado cartógrafo portu-

---

(1) V. *Esmeraldo*, pg. 143.

(2) *Ibidem*, pg. 437.

guês do mapa, chamado de Cantino, aproveitou com os resultados da viagem de Diogo Dias, irmão de Bartolomeu, e que, desgarrado da armada de Cabral, teve ocasião de explorar aquelas regiões.

Esta deformação no desenho e situação do Mar Vermelho era, aliás, a conseqüência forçosa do deslocamento para Leste de tôda a África austral. E, se neste momento os erros enormes de longitude das suas costas ocidentais em relação ao litoral mediterrâneo da África podem imputar-se à falta de dados experimentais, já nos anos subseqüentes o mesmo não sucederá. O Mar Vermelho vai tornar-se, como veremos, uma espécie de fiel na balança das fraudes cartográficas portuguêsas.

Quanto ao problema das equivalências geográficas parecem-nos difíceis de identificar, quer o *Cabo de São Jorge*, quer o *Cabo de Santa Marta*.

Em tudo mais aceitamos as identificações correntes, exceto no que respeita ao *Rio de brasil*. Para nos referirmos apenas ao último dos cartólogos, que estudaram o assunto, ouçamos o que escreveu Duarte Leite: "O *Rio de brasil* está pôsto em 17°, defrontando Pôrto Seguro, o que denota proximidade da baía Cabrália, onde afluem vários cursos dágua de pouca monta. Hesitamos entre o das Cachoeiras ou Buranhém e o Sernambitiba (Rio de Santa Cruz ou de S. João de Tiba). Os expedicionários encontraram aí grande cópia de pau-brasil, a matéria tintorial, que deu o nome definitivo aos enormes domínios portuguêses da América Austral".(1)

Mas, as fotografias de Stevenson, com as quais trabalhou DUARTE LEITE, não deixam, neste particular, ensejo a dúvidas. Aí se vê claramente que o *Rio do brasil* não defronta Pôrto Seguro. Pelo contrário, está colocado abaixo da baía Cabrália, entre duas bocas de rios, mas visìvelmente muito mais próximo da inferior.

Na carta está igualmente representada a massa de recifes, que medeia entre o João de Tiba e o Buranhém, o que o mesmo cartólogo assinala.(2)

Ora, comparando neste ponto o mapa de Cantino com a carta das baías Cabrália e de Pôrto Seguro, levantada pela Marinha Brasileira, em 1940, onde aquela corda de recifes pode identificar-se, não resta dúvida de que o *Rio de brasil*, que lhes fica ao sul, é o atual Buranhém.

---

(1) V. *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, t. II, pg. 273.
(2) V. *Ibidem*, pg. 264.

Cremos desta sorte poder concluir que êle foi avistado pela armada de Cabral, mas designado apenas numa expedição posterior, realizada entre a segunda metade de 1500 e a segunda de 1502.

Pela primeira vez, em carta conhecida aparece sôbre território brasileiro a palavra *brasil*. Assim, na mesma carta, em que se assinala o descobrimento oficial do Brasil, figura entre *Pôrto Seguro* e a *Vera Cruz*, o *rio de brasil*, germe onde se escondia o nome futuro da nação.

Que êsse rio fôsse o Buranhém auxilia a explicar que, volvidas três décadas, Pedro de Campo Tourinho houvesse fixado na sua foz a metrópole da sua atribulada capitania.

Destas considerações de morfologia e posição dos continentes entre si, devemos elevar-nos às da proporção entre as terras e os mares e da dimensão do globo, no mapa de Cantino.

Dissemos atrás que a Ásia termina a oriente num Oceano, designado como *Oriideroriẽtalis*, e uma e outro independentes das novas terras descobertas por Colombo e pelos portuguêses no Atlântico.

Esta forma de figurar a Ásia e as terras americanas, às margens do Pacífico e às do Atlântico representa, só por si, um conceito geográfico, inteiramente nôvo em relação ao de Colombo. Êste morreu na convicção de que as próprias terras de Honduras e Panamá por êle exploradas em fins de 1502, e começos de 1503, pertenciam à Ásia. E assim as representava, em data posterior, seu irmão Bartolomeu, num esbôço cartográfico.

Ao contrário, — e há que insistir na afirmação, — Ásia e terras novas atlânticas aparecem inteiramente diferenciadas no planisfério português de 1502.

Tão significativa como a designação de *oriideroriẽtalis*, que nós supomos êrro de cópia por *occideroriẽtalis*, ou simplesmente *oriẽtalis*, figura, um pouco ao sul desta designação mas ao norte do Equador, o *Oceanus Orientalis*, enquanto o mar que banha as Antilhas e as costas continentais a oeste de Cuba ostenta o nome de *Oceanus Occidẽtalis*.

Mas não fornecerá o planisfério mais nenhum elemento para avaliarmos o grau de diferenciação atribuído pelo cartógrafo àqueles Oceanos e às terras por êles banhadas?

Duarte Leite, estudando as medidas dimensionais do mapa, escreve:

"O mapa, que ao norte mal excede o círculo ártico e, ao sul, pouco mais se estende além do Cabo da Boa Esperança, também

está incompleto no sentido transversal. Comparando o âmbito equatorial com a largura da faixa tropical, verifica-se que só estão representados 257° dos 360° da circunsferência total do globo; *faltam portanto 103°, mais da quarta parte.* É o espaço ainda desconhecido, compreendido entre a China, acêrca da qual já na Europa circulavam as notícias de Marco Polo e o Nôvo Mundo descoberto havia 10 anos. É o Oceano Pacífico..." (1)

E mais adiante reflete:

"Em 1501 era voz corrente nas tripulações recém-chegadas da América do Norte que o Nôvo Mundo formava um extenso continente seguido desde o hemisfério boreal até ao austral; no mapa de Cantino de 1502, vemos entre a Ásia e quaisquer terras ao leste o *Oceanus Occideroriẽtalis* desde 67° N. até 88° S. *É, pois, evidente que os portuguêses sabiam que a Índia, a China e o Cipango de Marco Polo não só estavam extremamente afastados da Europa, mas também não se ligavam às terras recém-descobertas, interpostas como barreira entre a Ásia e a Europa ou África".* (2). (O sublinhado nos dois passos é nosso.)

Êste conceito da diferenciação geográfica das terras novas descobertas no Atlântico, em relação à Ásia, tem na célebre carta de Pero Vaz de Caminha o seu complemento, na caracterização da flora, da fauna e, mais que tudo, do indígena do Brasil.

Em nosso livro *A Carta de Pero Vaz de Caminha,* cremos ter mostrado que o célebre escrivão da armada de Cabral definiu a Terra de Vera Cruz como uma entidade nova e singular, sob o ponto de vista naturalístico e humano, em relação, quer à África quer à Ásia. E concluímos:

"Verdadeiramente é na carta de Caminha que alvorece o conceito do Nôvo Mundo. Do Nôvo Mundo, na sua parte mais transcendente — a humana. Nem nos iludamos sôbre a expressão geográfica, em que êle fecha a epístola: "dêste Pôrto Seguro da vossa ilha de Vera Cruz". O vocábulo *ilha* tinha então, como outros de caráter geográfico, significação mais lata. Muitos anos mais tarde, Benedetto Bordone no seu *Isolario* (1524), falando das ilhas da América, escrevia "Terra di Santa Croce o vero Mundo Nuovo fu la prima di tutto queste isole che trovata fusse..." definindo a seguir o Mundo Nôvo e austral, como uma ilha separada da América do Norte.

---

(1) *Ibidem,* pg. 235.

(2) *Ibidem,* pg. 245.

Não se esqueça também que o primeiro nome, *Terra de Vera Cruz,* impôsto por Cabral, se liga mais à Terra firme e com que era uso designar os continentes, do que a uma ilha, no significado atual.

O "pilôto anônimo", em sua Relação, ao referir-se à Terra de Vera Cruz diria: "A terra é grande, porém não podemos saber se era ilha ou terra firme, ainda que nos inclinamos a esta última opinião pelo seu tamanho". Mas Domenico Pisani, transmitindo de Lisboa para Veneza a 27 de julho de 1501, as novas colhidas entre os tripulantes do primeiro navio chegado, — a *Anunciada* — armado por Bartolomeu Marchioni e D. Álvaro de Bragança, é mais explícito: "Acima do Cabo da Boa Esperança, para as bandas do sudoeste, descobriram uma terra nova. Chamam-na a *terra dos papagaios,* por serem do tamanho de um braço, dos quais viram dois. *Julgam que esta terra é terra firme,* pois correram pela costa 2.000 milhas e mais, e não encontraram fim".[1]

Observe-se ainda que no planisfério de Cantino, à nova terra, não se chama ilha, expressão tão vulgar na carta, mas apenas "a Vera Cruz".

Combinando êstes dados com as revelações da carta de Cantino sôbre a estrutura geral do globo e a proporção entre as terras e os mares, compreende-se melhor certo passo duma carta de Bartolomeu Marchioni.

Bartolomeu Marchioni, mercador florentino, dissemos nós, o mais opulento de todos os estrangeiros que então viviam em Lisboa, ìntimamente relacionado com o monarca e com todos os negócios da emprêsa ultramarina dos portuguêses, e, por conseqüência, na melhor situação para lhe conhecer os segredos, escrevia para Florença, em julho de 1501, logo após a chegada de Cabral, dando novas sôbre o resultado da expedição. Nessa carta, depois de haver mencionado o que se refere pròpriamente à Índia e à nova mina de ouro (Sofala) informa: "*Êste rei* (D. Manuel) *descobriu nesta* (viagem) *um nôvo mundo, mas é perigoso navegar no âmbito dêsses mares.* Êles trouxeram muitas espécies de aves e animais, que nos são desconhecidos e, muitas vêzes, como os que foram descritos por Plínio na sua história. Julgava-se que eram falsidades, mas hoje vê-se que o seu relato era verdadeiro". E já numa carta anterior, Marchioni, noticiando a chegada do navio *Anunciada,* da armada de Cabral, se referia a Plínio e às aves estranhas, mencionando, como espécie maravilhosa, dois

---

(1) Obra citada, pgs. 110-111.

grandes papagaios de várias côres, medindo um braço e meio de comprimento. Eram, evidentemente, duas das araras que tanto impressionaram os tripulantes da armada de Cabral e os seus contemporâneos (e, agora acrescentamos, as mesmas que orlam com suas côres vibrantes a costa da Vera Cruz, no mapa de Cantino). Êste conjunto de referências não deixa a menor dúvida de que o Nôvo Mundo, a que se refere Marchioni, é o da Terra da Vera Cruz, isto é, o Brasil". [1]

Para êste conceito do Nôvo Mundo, trazido pela armada de Cabral, concorreu o planisfério de Cantino com a expressão geográfica, inteiramente oposta à concepção de Colombo.

Sem entrar no problema da autencidade das cartas de Vespúcio, êste só no regresso da sua viagem, em 1502, às costas do Brasil, e em armada portuguêsa, teria falado de Nôvo Mundo, na sua epístola, conhecida com o nome de *Mundus Novus*.

Mas nós cremos haver provado que êsse conceito foi criado, entre 1500 e 1501, pelos portuguêses, durante a viagem de Cabral e, principalmente, como expressão do descobrimento do Brasil.

Resta-nos apenas acrescentar que os 103 graus da esfera terrestre que na carta de Cantino não são representados chegam folgadamente para a parte do planêta então totalmente desconhecida. Se, na representação cantineana, descontarmos os erros propositadamente introduzidos e que serviam de apoucar as distâncias, poderemos concluir, que os serviços hidrográficos portuguêses, em 1502, possuíam já uma idéia aproximada sôbre as dimensões do globo e a posição dos continentes conhecidos, entre si.

Êste fato representa, em relação ao conceito de Colombo, a verdadeira revolução geográfica do Renascimento.

De tudo o que dissemos extraímos as seguintes conclusões finais:

I — O mapa de Cantino, seguramente viciado, de caso pensado, na representação geral do planêta, conserva os sinais evidentes da fraude cartográfica no que se refere à figuração dupla do Brasil e à sua posição em relação ao Velho Mundo.

II — A designação "Cabo de Sam Jorge" não pode explicar-se, segundo a costumada lógica do calendário, por nenhuma das expedições conhecidas, que se realizaram entre 1500 e 1502.

III — O Brasil, como nomenclatura geográfica, de origem econômica, nasceu às margens do Rio Buranhém, em 1501.

---

(1) Obra citada, pg. 84.

IV — O Nôvo Mundo, como expressão continental, interposta entre dois oceanos, — o mais revolucionário dos conceitos geográficos do Renascimento — é de origem portuguêsa e não vespuciana, pois se prende à viagem de Cabral e aparece pela primeira vez no planisfério, chamado de Cantino. (1)

Duarte Leite, em *O mais antigo mapa do Brasil*, — capítulo da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, tomo II, pgs. 225 a 281, também reproduz várias fotogravuras de Stevenson, em especial, as que dizem respeito ao Brasil.

Armando Cortesão dá no II volume da sua *Cartografia e cartógrafo portuguêses dos séculos XV e XVI*, em Estampa II, a fotogravura de todo o planisfério, suficiente para um estudo geral, mas não para a leitura das legendas e da quase totalidade da nomenclatura. O mesmo podemos dizer da fotogravura publicada na *História da Expansão Portuguêsa no Mundo*, dirigida por Antônio Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, tomo I. Lisboa, 1937, pg. 240.

O Planisfério de Hamy

Estabelecida com segurança a data do planisfério de Cantino, e esclarecido o significado dessa carta, podemos estudar agora um outro mapa, cuja data e, por conseqüência, o valor constituem problemas extremamente difíceis de resolver.

Por "Carta do Dr. Hamy" ou "Carta de King" se conhece vulgarmente um planisfério anônimo, mas de origem italiana, do princípio do século XVI, que pertenceu em tempos ao viajante inglês das regiões árticas Dr. Philip Parker King, tendo sido estudado pela primeira vez pelo Dr. E. T. Hamy. Destas duas circunstâncias provêm aquêles nomes.

O Dr. Hamy no seu trabalho sôbre essa carta (2), afirma como do próprio título se conclui, tratar-se de uma carta portuguêsa a que atribui a data de 1502, mas admitindo que possa ser anterior a êste ano.

---

(1) A melhor reprodução do mapa de Cantino, até hoje publicada, é, segundo cremos, a série das fotogravuras recolhidas por Luther Stevenson na sua coleção *Maps Illustrating early discoveries and explorations in America*. New Brunswick, 1903-06. Paul Gottschalk reproduziu todo o planisfério da obra anterior, em vinte e nove fôlhas (Plates LIII a LXXXII) no seu livro *The earliest diplomatic documents on America. The Papal bulls of 1943 and the treaty of Tordesillas reproduced and translated. With historical and explanatory notes;* Berlim 1927.

(2) *Notice sur une mappemonde portugaise anonyme de 1502, recemment découverte à Londres*, publicado no *Bulletin de geographie historique* nº 4, 1886.

Posteriormente HARRISSE (1) e AMAT DE S. FILIPPE (2) baseando-se no exame da nomenclatura afirmaram que a carta era de autoria italiana. DUARTE LEITE, por sua vez (3) chega à conclusão de que se trata de um trabalho italiano, embora feito em Portugal, em data posterior a 1504 e, provàvelmente, em 1506.

Não obstante esta conclusão quando se compara o planisfério de Hamy com os de Cantino e de Caverio, vê-se ao contrário, que, de um modo geral, o mundo do mapa em questão pertence a uma forma muito mais antiquada e de filiação ainda estreitamente ptolomaica. Além disso, o planisfério de Hamy aproxima-se singularmente, no que respeita à África e a Ásia, do planisfério de La Cosa. Embora a êste último falte a parte da Ásia que se extende ao oriente do Ganges, num e noutro figura a mesma ilha Taprobana, de configuração fantástica, e a oriente do que deveria ser a península industânica. No mapa de La Cosa, onde deveria figurar o Indostão, lê-se apenas, a oriente do estuário do Indo, a seguinte legenda: "Tierra descubierta por el Rey don Manuel Rey de Portugal". É certo que o planisfério de Hamy representa neste ponto um ligeiro progresso. A costa a oriente do Indo avança em ligeira saliência, sôbre a qual se lê apenas: "*Colochuti*" (Calecute). Mas, assim como nesta carta figuram a oeste da África duas grandes ilhas "Madagascar" e "Tangibar", também no planisfério de La Cosa se vêem as mesmas ilhas, com forma mais grosseira, mas semelhante, e a mesma nomenclatura, ainda que invertida.

Tão semelhante neste ponto ao mapa de La Cosa diverge profundamente dos mapas de Cantino e de Caverio, no que respeita à península dos Somalis e à posição, direção e configuração geral do Mar Vermelho. Na análise, que fizemos ao mapa de Cantino, observamos que data de então, isto é, de 1502, uma evolução na cartografia daquele mar, cuja representação se afasta gradualmente do modêlo ptolomaico, não só na forma, mas sobretudo na direção e posição, esta deslocada rasgadamente para leste, êrro que acarretava os demais. Ora, mais uma vez o Mar-Vermelho do planisfério de Hamy copia estreitamente o modêlo da tábua IV da África de Ptolomeu, aproximando-se nisto do mapa de La Cosa, menos fiel no tipo e mais irregular no debuxo,

---

(1) V. HARRISSE, *The discovery of North America*, pg. 431.

(2) V. Amat de S. Filippe, *Recenti ritrovementi di carte nautiche in Parigi, in Londra e in Firenze.*

(3) V. DUARTE LEITE, *A exploração do litoral do Brasil na primeira década do século XVI*, em H. C. P. B., t. II, pgs. 426 e seguintes.

e afastando-se por forma notável dos mapas de Cantino e de Caverio e de tôdas as cartas portuguêsas ou de origem portuguêsa, posteriores em data. O mesmo poderemos dizer quanto à península dos Somalis, cuja acanhada estrutura ptolomaica diverge do prolongamento real, sensìvelmente reproduzido no mapa de Cantino, e nos seguintes.

Aqui a fidelidade a Ptolomeu é mais de notar-se, pois o debuxo de Cantino obedecia às modificações introduzidas no padrão português, após o reconhecimento de Diogo Dias, capitão duma das naus da armada de Cabral, que foi ter, desgarrada, a Mogadoxo e visitou, segundo afirmam os cronistas, o Mar Vermelho. Com efeito, a carta de Cantino não só inscreve já Brava, Pate e Mogadoxo, mas ainda Bárbora e Meca, da qual dá uma latitude em graus, muito aproximada — 21°30' lat. N. — da realidade e elucida em legenda sôbre o grande tráfico da cidade e produtos respectivos. Sôbre a costa da Abissínia figura igualmente na carta de Cantino uma legenda a qual, ainda que pouco menos que ilegível, deve referir-se a uma das ilhas mais importantes que ladeiam o litoral africano no Mar Vermelho. Se acrescentarmos que, na sua metade inferior, o desenho do Mar Vermelho excede em correção o modêlo ptolomaico, cremos ter dito o suficiente para dar por certo o depoimento dos cronistas. Diogo Dias — tudo leva a crer — terá sido o primeiro português que penetrou com navio português no Mar Vermelho e provàvelmente até as alturas de Meca, cuja latitude, como vimos, a legenda do planisfério de Cantino assinala em graus, quando noutros casos, em que o cartógrafo guiou-se por informações árabes, aquela coordenada é indicada em polegadas.

Tôda a nomenclatura, legendas e demais indicações da carta de Cantino, referentes à Península dos Somalis e ao Mar Vermelho, faltam no planisfério de Hamy. Se relembrarmos que também na península industânica apenas aparece a designação "Colechute", é difícil acreditar que êste planisfério seja de fatura posterior ao regresso da armada de Cabral a Lisboa, já que lhe faltam tôdas as novidades hidrográficas recolhidas por aquela expedição no Índico e que dão valor tão notável ao planisfério de Cantino.

Poderia, é certo, aventar-se a hipótese de que o cartógrafo anônimo, tendo obtido uma carta portuguêsa, se resolvesse a aproveitar apenas do nôvo padrão aquilo que fôra totalmente desconhecido de Ptolomeu e que lhe parecesse lícito admitir sem reserva. Mas, como vimos atrás, a deslocação para leste do Mar Ver-

melho aparece nos mapas do século XVI em estreita conexão com igual desvio das costas orientais e ocidentais da África, ao Sul do Equador. Ora sucede que, pelo contrário, a longitude do Cabo da Boa Esperança é dada mais corretamente no planisfério de Hamy que nos de Cantino e ainda mais de Caverio. Com efeito, aquêle promontório aparece ali a 4 ou 5 graus a oeste do meridiano de Alexandria, progresso relativo que se estende à posição de todos os lugares das costas ocidental e oriental do continente, ao sul da Equinocial.

Em contraste com êste progresso, a latitude do Cabo da Boa Esperança está remontada uns 4 graus para o norte, êrro que se repete nos litorais até ao Equador.

A êste propósito devemos observar que o planisfério de Hamy é cortado por dois Equadores, um dos quais alcança a África ocidental um pouco ao norte do Cabo de Lopo Gonçalves (Lopez) e se dirige para o ocidente, em direção ao Nôvo Mundo, e outro que atinge a África oriental, um pouco ao norte de Melinde e se dirige para oriente até aos últimos confins do globo, representados. A diferença entre um e outro Equador orça por 4 graus, do que resultou um encurtamento geral das latitudes da costa ocidental, a partir do Cabo da Boa Esperança até ao Equador, e um desnível entre as latitudes dêsses lugares e as da costa oriental.

NORDENSKJÖLD, que estudou, como vimos, êste planisfério, crê que êle representa um trabalho original, com as irregularidades que não chegaram a ser polidas por uma última revisão. Supõe aquêle eminente historiador da cartografia que a existência de duas linhas equatoriais divergentes se deve à circunstância de que as observações dos navegadores até encontrarem Melinde, desde a parte euro-africana da carta, por um lado, e da parte afro-asiática, por outro, não se ajustaram e não houve tempo de as combinar para êste mapa. (1)

Certamente por êsse motivo, Nordenskjold afirma mais do que uma vez que a carta foi desenhada depois da primeira viagem do Gama e faz ràpidamente notar a disparidade entre a figuração relativamente correta da África Austral, tão copiosa de nomenclatura, e a persistência da tradição ptlomaica na parte que se refere à Ásia, com exclusão dos escassos informes trazidos por aquêle descobridor. (2)

---

(1) V. NORDENSKJÖLD, *Periplus*, pág. 129 a.

(2) *Ibidem*, pgs. 129 a e 149 b.

É certo que, como observa a cartólogo suéco, a África Austral ostenta uma nomenclatura geográfica copiosíssima. Demo-nos ao trabalho de fazer a comparação da nomenclatura da costa, entre o Rio do Infante, cujo nome ainda pertence à expedição de Bartolomeu Dias, e Melinde, limite das explorações do Gama, nas cartas de Hamy, Cantino e Caverio. A de Hamy ostenta 34 nomes, a de Cantino 17, e a de Caverio 49.

Pareceria, à primeira vista, que esta circunstância invalidaria a presunção de NORDENSKJÖLD quanto às estritas relações entre o planisfério de Hamy e a viagem do Gama. Mas o estudo da nomenclatura da costa oriental africana naquela carta leva à convicção de que tôda ela se filia nessa viagem. Assim "Terra do natal", "Pescaria", "aguada da boa paz" e "Padrão de S. Rafael", nomenclatura do Gama, que aparece em Hamy, falta em Cantino. (1)

---

(1) Damos a seguir o quadro dessas nomenclaturas.

HAMY	CANTINO	CAVERIO
	Rio do infante	Rodo infante
		Rio
		Cabo
		rio sam tomé
	Praia	Praia
p. primeira	c. primeiro	
ilha de san xp:stofa		ilheo de san cristofa
		cortada
		golfo boscho
terra do natall		terra do natal
pescarias		pórto da pescaria
pª de Sta. Lucia		" de Sta. Lucia
		tiram das mesas
modos dosoro	rio dos medões	rio dos medões
terra dos fumos		
		serra mas
		ponta de medons
		terra chrinios
rio da lagôa	rio da lagôa	rio do lago
rio dos reis		g. de com raios
agua da bonna passa		rio dagoada
		barciras
c. das correntes	cabo das correntes	cabo das corentesa
c. da pescaria		gonffo das manchas
		'' de meras
c. de picell		cabo de pichel
igeo cicatixoava		ilhas de sam sebastiam

A nomenclatura do mapa de Caverio foi reproduzida da obra de STEVENSON, *Marine World Chart of Nicolo de Canerio Januensis*, 1502 (circa) — A critical study with fac simile by Edward Luther Stevenson, Ph. D., Professor of History in Rutgers College — Issued the joint auspices of the American Geographical Society and the Hispanic Society of America, New York, 1908. Aí se pode ler igualmente a nomenclatura do planisfério de Cantino. Esta última que podemos estudar em boas fotogravuras do original está com freqüência adulterada, quer por má leitura, quer por desconhecimento do português.

Quanto à nomenclatura da carta de Hamy — conseguimos lê-la na carta parcial da África que acompanha o seu estudo — *Notice sur une mappemonde portugaise anonyme de 1502, récemment découverte à Londres*, publicado na sua coletânea — *Études historiques et géographiques*, Paris, 1896.

A primeira conclusão a tirar da comparação da leitura é que o planisfério de Hamy é muito mais rico que o de Cantino na parte das designações geográficas, que vão até Melinde, como já frisa-

HAMY	CANTINO	CAVERIO
sam vistiam	cabo de sam sebastiam	ilhas de sam sebastiam
zafalla soffalla	Cafalla	
	legenda	legenda mais reduzida
rio de vinceso		rio de sam vicenso
rio de bon signalo	rio dos bons sinaes	rio de bono futaes
padrã de san rafaell		padro de sam raffael
questo avemo visto		bareiras
insullas primeiras	ilhas primeiras	insulla primera
igeo do lago		cabo das ilhas
mõcaincoa		ilhas de Ste. maricha
		ilhetas
		curaes
mosenbichi	moçambique	moncanbiqui
monquiquo		
rio de feravesso	rio de fernam veloso	rio de fernam velloso
		furna
p. asoutado		ilhas de açoutado
cabesa de Scª		ilhas das palmas
cavo de Sc°	ilhas de Sam Lazaro	
		ilhas das cabeças
		rio de sam pantaleoni
quilloa	Quillua	quiloa
ilha deseches		ilhas desertas
ilha de daxo	Zamzibar	
baxo	baixos de sam raffael	baixos de sam raffael
ponta redonda		terra de baixos
baxo dapre lochio		
moncacha	monbaça	moncacha
		butual
melindi	melinde	mellinde
MELINDE		Aqui he el rey de melinde.

mos. Estudando demoradamente essa nomenclatura, convencemo-nos de que ela se relaciona tôda com a viagem do Gama e que o próprio debuxo das costas da África Oriental, até na parte percorrida por êsse navegador, corresponde ao tipo primitivo e não modificado pelos resultados da viagem de Pedro Álvares Cabral e João da Nova.

Quanto à nomenclatura observemos, por exemplo, que na carta de Hamy figura a *p. asoutado*, correspondente à ilha do Açoutado, nome dado pelo Gama, à ilha Quisiva, do arquipélago das Ilhas de Querimba.(1) Essa designação geográfica não figura no planisfério de Cantino. No de Caverio figura da seguinte forma — *Ilhas de acurado;* na carta Waldseemüller (1507), com a de *insula acurado,* e no Ptolomeu de Estrasburgo (1513) como *Insule arurado.* O toponímico desaparece depois das cartas geográficas. Houve, por conseqüência, um estropiamento progressivo, o que mais leva a crer que a carta de Hamy reproduz um protótipo mais antigo.

Observe-se também que Sofala aparece em Hamy com duas designações seguidas — *Zafalla* e *Soffala,* o que parece indicar que a segunda ainda não havia adquirido os seus direitos de cidade. Hamy supõe que o mapa-múndi é posterior a agôsto de 1501; data em que regressou Sancho de Tovar, sota-capitão da armada de Cabral, e a quem êste encarregara de visitar Sofala no regresso. Mas a verdade é que o Gama não podia deixar de ter conhecimento da localização aproximada daquela povoação, quer pelos pilotos mouros, quer pelas suas cartas. Aliás, se compararmos, neste particular, a carta de Hamy com as de Cantino e de Caverio, ver-se-á que o desenho da costa nessa região é muito diferente da primeira para a segunda. Na primeira, a de Hamy, aparece entre *igeo da cicatixoava* e o *padrão de san rafaell,* um imenso cordão de recifes ao longo da costa, e em frente de Sofala, que falta inteiramente na segunda. Também na primeira se não vê nenhuma das duas pequenas ilhas que há junto da costa, cêrca da atual Sofala, já mencionadas na *Relação* (da viagem de Cabral) *do pilôto anônimo,* ao contrário do que sucede naquelas outras cartas.

Finalmente, o Preste João — *Prete Jam* aparece figurado na carta de Hamy, ao sul dos montes da Lua e não muito distante do ponto da costa, onde figura *Mosenbichi,* ainda que no interior

---

(1) V. *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama,* 1497-1499, por ALVARO VELHO, com notas de FONTOURA DA COSTA, edição da Agência Geral das Colônias, 1940, pgs. 28 e 116.

da África meridional. Ora o *Roteiro* de Álvaro Velho, a quem já nos referimos, relata que em Moçambique "nos disseram que o *Preste João estava dali perto* . . . muito dentro pelo sertão . . ." [1] *Roteiro* de Álvaro Velho e carta de Hamy estão, pois, em perfeito acôrdo. Ao invés, na carta de Cantino, que reflete os conhecimentos trazidos por Diogo Dias de Mogadoxo e do Mar Vermelho, a *Terra do preste Joham* figura muito mais corretamente, no interior da África, mas em latitudes da península dos Somalis.

O conjunto destas razões convence-nos de que a África, assim como a Ásia, do mapa de Hamy se inspiram ùnicamente na viagem do Gama e são anteriores ao regresso de Cabral.

Outras razões nos confirmam nesta opinião. Se a carta fôsse posterior à viagem do Gama, ou se derivasse de fontes mais amplas, fôra muito de estranhar que o cartógrafo não alcançasse mais que a nomenclatura da costa africana até Melinde, e da Ásia se limitasse a inscrever Calecute, na sua posição aproximada, e Malaca, pèssimamente colocada. Certas novidades geográficas muito características, como a longa fita do arquipélago das Maldivas, ou a nomenclatura asiática, tão numerosa, da carta de Cantino, uma e outra, frutos da expedição de Cabral, faltam na carta de Hamy. Além disso, a coexistência dos dois equadores, denunciadora duma fase cartográfica intermédia entre a concepção ptolomaica e a das novas experiências portuguêsas é, por assim dizer, o sinal gráfico da primitiva incerteza nos conhecimentos; e tanto a longitude mais exata das costas ocidentais da África, anterior, por conseqüência, à fraude dos grandes deslocamentos, assim como o êrro mais grosseiro na latitude do Cabo da Boa Esperança nos convencem de que o cartógrafo não pôde utilizar padrão algum que inscrevesse conhecimentos geográficos posteriores à viagem do Gama. Quando muito poderíamos admitir a hipótese de que a nomenclatura da África oriental fôsse posteriormente acrescentada.

Divergente e inferior à carta de Cantino, a carta de Hamy ainda que superior em nomenclatura de uma parte da África, coincide singularmente, como já observamos, com a carta de La Cosa, pelo que respeita à representação da parte da Ásia, banhada pelo Índico e às ilhas dêste Oceano. O mesmo poderemos afirmar no que toca às longitudes da costa ocidental da África, semelhante num e noutro mapa, e à latitude do Cabo da Boa Esperança, cujo êrro é muito aproximado nos dois mapas. Não obstante estas aproximações, o desenho da costa oriental de África, na carta de

---

(1) Edição cit., pg. 22.

Hamy, representa um notável progresso sôbre a de La Cosa. A melhoria é, porventura, mais notável na parte da nomenclatura.(1) Assim ao norte do rio do Infante, muito mal situado, tôda a nomenclatura, ainda que numerosa, é puramente fantástica, pôsto que entre o rio do Infante e o Cabo da Boa Esperança não seja muito melhor. Mas, pondo de parte a toponímia, não há dúvida que o debuxo dessa parte do continente africano nos permite concluir que La Cosa dispôs de fontes inferiores às do cartógrafo italiano da carta de Hamy, parecendo, pois, provável que esta última esteja situada cronològicamente entre a carta daquele, que tem a data de 1500, e a de Cantino, seguramente terminada em 1502. Êsse discronismo entre as três cartas não é menor na parte que se refere ao Nôvo Mundo. A carta de Hamy, além da *Terra Laboratoris*, que deve identificar-se mais com a costa oriental da Groenlândia, do que com a atual Terra do Labrador, inclui a ocidente e sudoeste desta, a *Terra Cortereal*, com mais uma única designação geográfica, a de *capo raso*. Esta nomenclatura filia-se, porventura, na viagem de Gaspar Côrte Real, de 1500, começada depois de maio dêste ano e da qual só houve notícias nos seus últimos meses.

Juan de la Cosa inscreve apenas na sua carta os descobrimentos de Cabot e desconhece aquêles. Cantino revela conhecimentos muito mais completos sôbre a Groenlândia — o que mais uma vez nos leva a situar cronològicamente a carta de Hamy entre estas duas. Pelo que respeita ao grupo das Antilhas, a divergência é pequena entre as cartas de La Cosa e de Hamy, se excetuarmos que na primeira, Cuba já aparece delineada com forma insular. Duarte Leite supõe, aliás, que se trata neste ponto dum acrescentamento. A nós afigura-se-nos que o desenho de Cuba, na extremidade ocidental, representa mais uma hipótese do cartógrafo que uma representação da realidade, tão afastadas estão uma da outra. Se agora compararmos o desenho e arrumação geral das Antilhas nos mapas de Hamy e de Cantino, concluiremos que neste há ligeiras melhorias, como, por exemplo, no que se refere às Baamas, muito mais corretamente situadas que no de Hamy, em que aparecem em fiada linear e na mesma direção. Mais uma vez somos levados, pois, a concluir que o mapa de Hamy deve ser anterior ao de Cantino.

Onde a divergência mais se acentua entre as três cartas é na parte da América austral. Ainda que em qualquer delas a re-

---

(1) Servimo-nos para êsse estudo da reprodução impressa no *Periplus* de NORDENSKJÖLD, bastante nítida.

presentação dêste continente seja imperfeitíssima, não se pode negar uma acentuada melhoria na carta de Hamy sôbre a de La Cosa.

Quanto às relações entre a carta de Cantino e a de Hamy, o problema é muito mais complexo. O que desde logo fixa a atenção são os caracteres seguintes, de divergência entre uma e outra:

1º) Na carta de Hamy observa-se a descontinuidade dum longo hiato entre a costa mais setentrional da América do Sul e a parte pròpriamente brasileira. Ao invés, na carta de Cantino, a linha da costa é continuada entre um e outro traço.

2º) Notável é igualmente a divergência nas latitudes dêsses dois trechos da costa da América do Sul, entre uma e outra carta. Na de Cantino são por forma geral muito mais exatas, a não ser na parte convencional de ligação entre as costas descobertas pelos espanhóis, dum lado, e pelos portuguêses do outro. Na de Hamy os dois trechos descontínuos estão remontados ao Norte, na parte setentrional da América do Sul, uns 8 ou 10 graus, aproximadamente; na brasileira pròpriamente dita, cêrca de 4. Pelo que diz respeito à primeira, o êrro enorme de latitude reproduz os erros similares das cartas espanholas, que deslocavam as Antilhas e as costas próximas da América para o Norte, como pode ver-se no mapa de La Cosa. Pelo que diz respeito à costa brasileira, buscaremos adiante descortinar as razões do êrro de posição.

3º) Ao passo que à parte da costa brasileira corresponde um único traçado na carta de Hamy, na de Cantino ao contrário, existem dois traçados, o segundo dos quais sôbre um pedaço de pergaminho que esconde o primeiro quase totalmente. Do sobreposto pode apenas dizer-se com segurança que a extremidade mais oriental do Brasil está muito mais arrumada a leste, por conseqüência, com maior êrro de posição, mas que a orientação geral é mais perfeita.

4º) Ao passo que êsse traçado na carta de Hamy se orienta desde a extremidade mais oriental para o Sul na direção geral nor-noroeste-su-sudoeste até cêrca de 34º de lat. S., na de Cantino, desde o trópico de Capricórnio para o Sul a costa dirige-se arbitràriamente até uma latitude semelhante à da carta de Hamy, na direção Sueste.

5º) Finalmente o êrro de longitude da costa brasileira em relação ao meridiano da ilha de Santo Antão, sempre de afastamento para leste, é maior no primitivo traçado da carta de Cantino, do que na carta de Hamy.

Vejamos, um por um, o que podemos concluir dêstes caráteres de divergência. Pelo que diz respeito ao primeiro, a descontinuidade entre os dois trôços da costa sul-americana leva a supor que se trata dum traçado primitivo, tanto mais quanto o hiato era muito grande, devido ao êrro enorme da latitude do trôço mais setentrional. Pelo que ao segundo dêsses caracteres respeita, também a quase exatidão geral das latitudes na carta de Cantino leva à mesma conclusão: isto é, que a de Hamy lhe é anterior. Nesta última, vimos que os erros de latitude da parte setentrional da América do Sul, já corrigidos na de Cantino, são de origem espanhola, argumento que não se poderia invocar para a parte pròpriamente brasileira.

Comparando-se, no entanto, as latitudes da costa brasileira com as da costa ocidental da África verifica-se que o êrro de latitudes é o mesmo. A coincidência é demasiada, segundo se nos afigura, para que se possa atribuir a mera casualidade. O que nos parece lícito concluir é que o desenho da África austral se fêz conjuntamente com o do litoral brasileiro; e que os dois pertencem a um mesmo padrão, o que, sem dúvida, constitui mais uma forte presunção para supormos que o de Hamy seja anterior ao de Cantino.

Quanto à terceira das divergências, a direção geral das costas brasileiras, na carta de Hamy coincide com a parte visível do primitivo traçado, subposto ao remendo de pergaminho, na carta de Cantino. Mais uma vez somos levados a concluir que o traçado daquela carta representa uma primeira fase na história da cartografia brasileira. Tudo leva a crer, por outro lado, que a modificação introduzida na carta de Cantino representa o fruto duma ou mais expedições ao Brasil, posteriores à data da confecção da carta de Hamy. E como o esbôço do hemisfério austral nesta carta se fêz conjuntamente e, na parte da África meridional, é anterior à expedição de Cabral, somos levados lògicamente a concluir que o traçado das costas brasileiras é igualmente anterior a esta viagem, ou melhor, ao regresso dos navios a Lisboa. Vejamos quanto à quarta divergência. Pareceria à primeira vista que a maior exatidão na orientação das costas, na carta de Hamy, poderia servir de argumento contra a sua anterioridade em relação à de Cantino.

Mas é lícito filiar os erros de direção nesta última no propósito evidente de falsificar as longitudes por interêsse político relacionado com o traçado de Tordesilhas. Supomos que, neste particular, a evolução da fraude obedeceu aos conhecimentos pro-

gressivos dos lineamentos gerais da América do Sul. Sabido pelos navegantes da expedição de 1501-1502 que a parte mais austral dêste continente ficava manifestamente a ocidente da linha de demarcação, o interêsse dos portuguêses mandava ocultar êsse fato e manter os espanhóis na convicção contrária. De outra forma, conhecida por êstes a situação exata das costas ao sul da ilha de Santa Catarina, não tardariam a dirigir para ali suas atenções a reivindicar a posse daquelas regiões e a extender os seus estabelecimentos até essa parte do Nôvo Mundo. Não é difícil de compreender que os portuguêses tivessem o maior interêsse em retardar êsse momento. A pronta vizinhança dos espanhóis nas duas zonas por onde passava a linha de demarcação não podia deixar de acarretar conflitos muito espinhosos de soberania entre as duas coroas. A história posterior da colonização das duas nações peninsulares naquela região nevrálgica, cuja divisória só por aproximação se podia determinar, demonstra, à saciedade, que os portuguêses procediam com prudência, praticando aquela política. Não esqueçamos que a pequena nação portuguêsa, cuja população, naquela época, orçava por um milhão e duzentos mil habitantes, cêrca de metade da do Rio de Janeiro, em nossos dias, e cêrca dum décimo da população espanhola, durante o mesmo período, se via então a braços com o dificílimo problema de extender e firmar a sua soberania sôbre o perímetro vastíssimo da África ocidental e oriental e da Ásia meridional. O seu interêsse estava em retardar o mais possível todos os conflitos com a sua poderosa rival na colonização do Nôvo Mundo e em evitar a divisão das escassas fôrças, que mal chegavam para a gigantesca tarefa que se propunha realizar naqueles dois continentes. Adiante veremos que o debuxo e a direção das costas brasileiras nas cartas geográficas estrangeiras, até 1516, continua a ser mais ou menos decalcado sôbre o protótipo da carta de Hamy. E, como é evidente que durante êsse período os portuguêses tiveram tempo de sobra para corrigir aquêle traçado, introduzindo-lhe o desvio da costa para sudoeste, entre o Cabo Frio e a Cananéia, devemos concluir que os serviços hidrográficos da metrópole continuavam a esconder os seus conhecimentos, tão favoráveis aos espanhóis, sôbre os lineamentos gerais das costas orientais da América do Sul.

O mesmo traçado da carta de Hamy é tão elementar e viciado que devemos admitir uma de duas hipóteses: ou os cartógrafos portuguêses conheciam o verdadeiro e o ocultavam, ou aquêle grosseiro debuxo correspondia a uma fase dos descobrimentos em que a ciência náutica e cartográfica dos portuguêses estava menos avançada. Inclinamo-nos para a última.

Não ignoramos que estas conclusões implicam a dum descobrimento pré-cabralino e muito vasto do Brasil. Tampouco desconhecemos que se trata duma conjetura; mas, em face do estado atual do problema do descobrimento do Brasil, afirmar que o traçado de Hamy é posterior de alguns anos à viagem de Cabral ou simplesmente pós-cabralino, não passa doutra conjetura, menos provável que a primeira. Não devemos esquecer que a história é a menos científica das ciências, e há muitos casos em que a ambição do historiador não pode ir além das conjeturas mais prováveis. Fixar a data da carta de Hamy posteriormente à viagem de Cabral, porque sôbre esta existe maior número de documentos, equivale a uma petição de princípio.

Funda-se ainda DUARTE LEITE, para datar a carta de Hamy de cêrca de 1506, em que o mesmo traçado aparece em cartas provadamente posteriores e com uma nomenclatura pertencente a viagens decorridas entre 1500 e 1506. Mas é certo que tôdas as suas conclusões sôbre as datas da nomenclatura brasileira nas cartas dos princípios do século XVI, assentes nas seqüências cronológicas das festas dos santos nos calendários da época, não passam de conjeturas, e, ainda quando correspondessem a uma seriação hagiológica de almanaque, tanto podiam referir-se a um ano ou a uma série de anos, como a outra. E, ainda dando de barato que a nomenclatura brasileira daquelas cartas se deva atribuir às expedições decorrentes entre 1500 e 1506, nada prova que elas não fôssem posteriormente apostas ao traçado primitivo. Aliás, muitas das identificações geográficas daqueles nomes, feitas por Duarte Leite, não passam de meras hipóteses. Os erros enormes de latitude, que implicam quase sempre essas identificações, tendem mais a acreditar que os nomes referidos foram aplicados arbitràriamente a um traçado anterior.

Em conclusão: no estado atual do problema, parece mais provável que a carta de Hamy seja anterior ao regresso de Cabral a Lisboa, o que implica, dada a extensão das costas ali assinaladas, um ou mais descobrimentos anteriores. A viagem de regresso do navio de Gaspar de Lemos, em 1500, não poderia explicar tão vasto conhecimento.

Êste protótipo elementar Hamy-Cantino influi na cartografia européia até à carta de Waldseemüller, de 1516. Só em 1519 aparece um nôvo protótipo da figuração do planêta e, em especial do Brasil, que marque época na história da cartografia. Referimo-nos à carta de Lopo Homem. Mas esta representa um estágio tão avançado na evolução dos conhecimentos geográficos da América

em geral e, em particular, do Brasil, em tamanho contraste com a escassez de notícias geográficas capazes de explicar aquêle avanço, que devemos, à laia de prólogo, estudar ainda alguma das cartas mais típicas que lhe são anteriores, como a de Caverio e a de Marini. Ainda mais a primeira levanta alguns problemas de ordem geral cuja solução interessa muito à história da cartografia e do descobrimento dos litorais durante a primeira metade do século de Quinhentos.

O PLANISFÉRIO DE CAVERIO

Em 1890, o prof. Ernesto Gallois, um dos mais notáveis dentre os especialistas francêses da história da geografia, revelava no "Bulletin de la Société de Géographie de Lyon", num estudo com o título de "Une nouvelle carte du XVI^e^ siècle, le Portulam de Nicolas de Canerio", a existência dum nôvo e notável planisfério encontrado em Paris, nos Arquivos do Serviço Hidrográfico da Marinha, e que ostenta no ângulo inferior esquerdo a seguinte legenda — "Opus nicolay de canerio ianuensis". Há, pois, razão para chamar-lhe, com mais propriedade que para o mapa de Cantino, planisfério de Caverio, cartógrafo genovês, como se depreende da legenda.

Após a revelação desta carta, foram muitos os estudiosos da cartografia antiga que renovaram o seu exame, merecendo citar-se em primeiro lugar Stevenson, que lhe dedicou uma monografia, acompanhada dum atlas, com reproduções fotográficas, em 10 fôlhas. (1)

Sôbre o autor e a história dêste monumento cartográfico nada mais se conhece. Mas é tão evidente a influência portuguêsa nêsse planisfério, que pode afirmar-se, sem a menor dúvida, tratar-se duma cópia, por vêzes muito grosseira, dum protótipo português, chegando alguns autôres a inclinar-se para que ela tenha sido executada em Lisboa. (2) Ao contrário, Gallois julga impossível

---

(1) «Marine World Chart of Nicolo de Canerio Januensis 1502, (circa) — A critical study with fac-simile by Edward Luther Stevenson, Ph. D., Professor of History in Rutgers College — Issued the joint auspices of the American Geographical Society and The Hispanic Society» New York, 1908, de que existe um exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Veja-se também DUARTE LEITE, «A exploração do litoral do Brasil na primeira década do século XVI», em *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, tomo II, pgs. 427 e seg.

(2) Harrisse, «The Discovery of North America», pág. 273, e Denucé, «Les origines de la cartographie portugaise et les cartes des Reinel», Gand, 1908; Gabriel Marcel, «Reproductions de Cartes et de globes, relatifs à la découverte de l'Amérique, du XVI au XVIII siècles», Paris, 1893; e Gabriel Pereira, «Importância da cartografia portuguêsa, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», 1903.

que essa carta houvesse sido copiada naquela cidade e supõe que foi executada na Itália e muito provàvelmente em Gênova, "segundo modelos, vindos de Portugal, tão apreciados àquela data pelos italianos". Afigura-se-nos ocioso prolongar o debate, pois o planisfério de Caverio, traçado em Lisboa ou em Gênova, reproduz seguramente um modêlo ou modelos portuguêses. Êsse é o único fato de certeza evidente a registrar. Quanto às suas relações com a carta de Cantino, da qual alguns cartólogos a dizem mera cópia, já iremos ver que êsse é o mais interessante dos problemas que se lhe ligam.

A semelhança da carta de Cantino, o planisfério de Caverio é uma carta plana quadrada, composta de várias fôlhas de pergaminho, coladas umas às outras num todo, cujas dimensões são 1,15 x 2,25m. O de Cantino mede 1,05 x 2,20m. Provém a ligeira divergência de que a primeira abrange maior espaço do hemisfério austral e se alarga por mais alguns graus de longitude para ocidente, pois a escala é sensìvelmente a mesma. No centro da construção, colocado, como no de Cantino, a meio do continente africano, ostenta em vez duma rosa-de-ventos, como naquele, um hemisfério terrestre de linhas obscuras, circundado pelos sete céus do sistema ptolomaico, tal como se vê na carta de Frau Mauro e na carta de Paris atribuída por Charles de La Roncière a Colombo. Por esta primeira divergência êste planisfério aparenta-se a um tipo de cartas, ligeiramente anterior ao de Cantino, mas italiano de origem.

Iluminado em proporção menor do que aquêle último, êle contém sete troncos-de-léguas e uma escala de latitudes na margem esquerda da carta. Como ornamentação de interêsse e significado histórico, a mais que o de Cantino, as costas de África austral aparecem no planisfério de Caverio ornadas de dez grandes padrões com as armas de Portugal, quatro dos quais na costa ocidental, um cêrca do Cabo da Boa Esperança e os cinco restantes na costa oriental, correspondendo com grande aproximação aos padrões colocados sucessivamente por Diogo Cão, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama.

Por mais diretamente ligadas com o tema desta obra transcrevem-se a seguir as legendas que se referem à América. Ao lado do gôlfo das Antilhas lê-se:

"has antilhas del Rey de castella descoberta por collombo ioneize almirante que es de id aquales (sic) ditas insullas se descobriram per mandado de muito alto et(?) poderoso principe Rey dom Fernando Rey de Castella".

Ao norte da América do Sul lê-se: "Toda esta terra he descoberta per mandado del Rey de castella..."

Começando por altura do Rio de Santa Luzia, em plena costa leste do Brasil, lê-se ainda:

"a uera crus chamada per nome a quall acham pedaluares cabral fidalgo da cassa del Rey de portugall e aelle descobrio indo per capitanio do XIIIJ naues que rey mandaua a calicut ie nel caracho induto per com esta terra a qual terra secrem esser terra fierme em a qual ha muita gente de descriçã vam nuos omes e mulieres como suas mais os pario sum mais brancos".

Comparando estas legendas com as do mapa de Cantino, conclui-se que o genovês as copiou dum protótipo semelhante àquele, estropiando-as consideràvelmente. A única divergência, digna de menção entre as duas séries de legendas, é que no texto daquela que se refere ao descobrimento das Antilhas, se acrescentou a Colombo a designação "ienoeise" (genovês), o que se explica fàcilmente pela origem comum do navegante e do cartógrafo. Mais um argumento contra os que pretendem atribuir outras nacionalidades ao Almirante.

Assinalemos, todavia, que cêrca do ângulo superior da carta, no Extremo Oriente, se vê uma ilha oriental, que tem escrito a meio "cingerina y", possível eco do conhecimento do Japão, acompanhado da seguinte legenda:

"Chinginrina esta ilha he multo rica et sum xpãos e daqui vam as proceranas a mallaqua et aqui a benioim et linalor et almisquer".

No Mapa de Cantino não figuram nem ilha, nem legenda, — primeira novidade que poderá fazer avançar sôbre a de Cantino à data do planisfério de Caverio.

Já no traçado da África, em suas conexões com a Ásia, assim como no da América, a carta diverge, ainda que ligeiramente, da de Cantino. A primeira dessas divergências refere-se à direção geral das costas do Mar Vermelho quase leste-oeste na carta de Caverio e, por conseqüência, com êrro enorme. Não obstante, a forma da península dos Somalis aproxima-se do traçado cantiniano posterior à viagem do Cabral. O desenho do Mar Vermelho era, por assim dizer, o índice do desvio para leste da África Meridional. Ou havia que situá-lo, para lhe conservar uma direção mais exata, muito longe do istmo de Suez, e com seu desconhecimento — e é o que sucede no planisfério de Cantino —, ou falsear grosseiramente a direção, como acontece com o de Ca-

verio, distendendo-o por esta forma em longitude, para não abolir o caráter de gravidade daquele istmo. São dois processos igualmente viciosos de resolver o mesmo problema das conexões do traçado entre a África setentrional e a austral. Os dois tipos de traçado do Mar Vermelho perduram na cartografia posterior, como, por exemplo, o de Caverio, nas cartas de Diogo Ribeiro de 1527 e 1529, o de Cantino, nas cartas de Lopo e de Diogo Homem, respectivamente de 1554 e 1558. [1]

Notemos desde já que a persistência do êrro nestas últimas se prolonga até vinte anos depois da exploração do Mar Vermelho em 1538-39, por D. João de Castro, que lhe fixou a direção e o debuxo, nas suas cartas, com notável exatidão. De tudo isso devemos concluir que os dois traçados coexistiram, sendo difícil destrinçar qual dêles seja o primeiro em data.

Outras divergências de traçado assinalam a carta de Caverio em relação à de Cantino. Enquanto nesta última se vê apenas a avançada oriental da Flórida, na de Caverio aparece delineado, ainda que grosseiramente, o Gôlfo do México, e a prolongação para o sul, por forma sumaríssima, das costas da América Central. Não obstante, a representação das Antilhas e a sua posição, dum lado em relação à Flórida, e, do outro, à América austral, é semelhante nas duas cartas.

Já pelo que diz respeito ao traçado das costas brasileiras, ou melhor, da parte da América austral, incluída no hemisfério português, as diferenças de traçado são notáveis. Dir-se-ia, nêste particular, que êle representa um compromisso entre a carta de Hamy e a de Cantino. Se os dois trôços da costa, descontínuos naquela, aparecem reunidos e com os mesmos erros de direção e latitudes que na de Cantino, a parte mais ocidental, desde um suposto Cabo de Sto. Agostinho até às alturas da Baía de Todos os Santos, aproxima-se do traçado da carta de Hamy e, por conseqüência, da primitiva representação da carta de Cantino. Daí para o sul, o desenho da costa, morfològicamente igual ao da carta de Hamy, inflete ligeiramente para leste, conservando, por assim dizer, um meio têrmo entre a carta de Hamy e a de Cantino.

Na carta de Caverio como, aliás, na de Hamy, não figura o meridiano de Tordesilhas. Como, não obstante, o traçado da parte da costa onde passa aquela divisória é semelhante nos três monumentos cartográficos, podemos imaginá-la traçada por forma a passar no mesmo ponto do litoral sul-americano. Nestas condi-

(1) V. as respectivas reproduções em A. Cortesão, «*Cartografia e cartógrafos portuguêses dos séculos XV e XVI*, t. II.

ções aquêle meridiano fica menos desviado para leste que em qualquer das duas outras cartas. É certo que, na carta de Hamy, a larga descontinuidade entre os dois trôços da costa representada altera muito os têrmos da comparação. Mas, quando comparado o planisfério de Caverio ao de Cantino, não há dúvida que nêste último as costas brasileiras foram desviadas de alguns graus para oeste, em relação ao primeiro.

Seríamos por esta razão tentados, tentados apenas, a situar cronològicamente a carta de Caverio entre a de Hamy e a de Cantino pois, tanto pelo traçado como pela posição das costas brasileiras, esta última parece representar uma fase mais evoluída na fraude cartográfica.

Mas falta-nos examinar um último elemento diferencial que pode mais seguramente servir para fixar a data desta carta: a sua nomenclatura geográfica, muito mais rica na costa brasileira que a de Cantino. Fundando-se nesta nomenclatura e na cronologia conhecida dos descobrimentos, Duarte Leite supôs-se autorizado a afirmar que o planisfério de Caverio não é anterior a 1505-1506. (1)

Como iremos ver, não existe fundamento sério para tal asserção. Antes de mais, não só os cronistas, como é sabido, são totalmente omissos sôbre algumas das expedições enviadas ao Brasil nos primeiros anos de Quinhentos, mas não é lícito esquecer que o objetivo dessas expedições podia aconselhar a Coroa a torná-las secretas, dificultando também o seu conhecimento aos espiões estrangeiros, que em Lisboa procuravam informes por conta das suas côrtes. Da viagem de retôrno do navio de Gaspar de Lemos, desde Pôrto Seguro até Lisboa, nada saberíamos de positivo, se não fôsse o achado providencial da carta de Pero Vaz de Caminha, a qual viajou naquela nau; e o mesmo poderíamos dizer da expedição de 1501-1502, se não houvesse navegado a bordo dum dos seus navios o florentino Américo Vespúcio, origem de tôdas as notícias que possuímos sôbre essa emprêsa, durante mais de quatro séculos. Assim, nunca *in limine*, é lícito afastar a hipótese de que se tenha realizado nos primeiros anos do descobrimento, uma viagem, não referida pelos cronistas oficiais, ou da qual não tenha subsistido traço noutra espécie de fontes. Mas, já iremos ver que existem documentos bastantes para afirmar, quando menos, a existência duma expedição às costas do Brasil pouco posterior à de Cabral e até hoje ignorada.

---

(1) «A exploração do litoral brasileiro na primeira década do século XVI» em *História da Colonização Portuguêsa no Brasil*, t. II, pgs. 397-400.

Antes de encararmos êsse aspecto do problema, vejamos qual a nomenclatura da carta de Caverio. Ei-la de norte para o sul:

Sam Rocho
Santa Maria de gracia
Monte de Sam vicenso
S.ta Maria de rabida
Cabo S.ta croxe
Sam michel
Rio de sam francesco
Vazia baril
Rio de perera
Serra de S.ta maria de gracia
Rio de caxa
porto real
Rio de Sam ieronimo
Rio de oido
Rio de mezo
Monte fregosso
baia de tuti li santi
Rio de Sam iacomo
Rio de S.to agustino
Rio de S.ta lena
Rio de sexmos
Rio de vergine
Rio de sam ioam
porto seguro
bareras vermeias
Rio de brazil
harossa
monte passgual
Rio de S.ta lucia
Serra de sam tome
Alapego de sam paullo
Rio de refens
baia de reis
pinachullo detentio
Rio iordam
Rio de scto. antonio
porto de sam sebastiam
porto de sam vicenso
Rio de Cananor

Dêstes 39 nomes geográficos, apenas quatro — *Sam michel, sam francesco, baia de tuti li santi,* e *porto seguro,* são comuns às cartas de Cantino e de Caverio. Na primeira destas cartas figuram, não obstante, mais três nomes geográficos que não aparecem na de Caverio: *Cabo de Sam Jorge, Quaresma* (Ilha de Fernão de Loronha) e *Cabo de Sc.ᵗᵃ Marta.* Devemos observar, no entanto, que a designação *Cabo de Sc.ᵗᵃ Croxe* (Cabo de Santa Cruz) designa na carta de Caverio a mesma extrema saliência oriental do continente austral, figurado, e a que na carta de Cantino corresponde o nome de *Cabo de Sam Jorge.*

Excetuando igualmente a Ilha *Quaresma,* que não figura com êsse ou outro nome na de Caverio, existem nesta última a mais que na de Cantino, 33 ou 34 novos nomes, correspondentes a outros tantos acidentes geográficos, conforme identifiquemos ou não o Cabo de *Sct.ᵗᵃ Marta* de Cantino com qualquer outro acidente geográfico nomeado na de Caverio. É desde já inegável que esta riqueza toponímica constitui fortíssima presunção de que a carta de Caverio seja posterior à de Cantino. Com efeito, é lícito supor que êste notável acréscimo de nomenclatura corresponda a uma ou mais expedições realizadas sucessivamente após a de Cabral, ou posteriores à de 1501-1502, em que viajou Vespúcio, tanto mais quanto é inegável que a carta de Cantino foi terminada após o regresso desta última expedição.

Duarte Leite fixa, como vimos, a data desta carta em 1505-1506, partindo da análise da nomenclatura estudada à luz das escassas notícias existentes sôbre as primeiras expedições realizadas às costas do Brasil. Já tivemos igualmente ocasião de nos referir ao processo hagiográfico de fixar a data do descobrimento de cada um dos acidentes geográficos designados pelo nome de santos, e cuja aplicação, pelo que respeita à história do descobrimento do Brasil, foi iniciada por Varnhagen, largamente ampliado por Harrisse, e adotado, com alguma reserva, por Duarte Leite. À data atribuída por Duarte Leite à carta de Caverio, há desde já que fazer as seguintes observações:

I — Aquêle historiador toma, como já observamos, por fato assente, que antes de Cabral não tenha havido qualquer outra expedição às costas brasileiras, o que não está provado.

II — Não entra em linha de conta com a possibilidade, melhor diriamos probabilidade, de que a caravela de Gaspar de Lemos destacada da armada de Cabral para levar a El-Rei D. Manuel a nova do achamento, tivesse impôsto nomes aos acidentes geográficos avistados no regresso.

III — Fixa arbitràriamente a latitude de 23" austrais, como último ponto alcançado pela expedição de 1501-1502, assim como os possíveis resultados geográficos doutras expedições.

Varnhagen e Harrisse tentaram ligar a nomenclatura de Caverio à expedição de 1501-1502, identificando a data de cada descobrimento pela festa dos santos, sempre que o nome do acidente geográfico era de origem litúrgica. À lista cronológica, assim formada, chamou Harrisse *The Vespucian data*, e a êsse processo de designação *praxe litúrgica*.

Já Duarte Leite observou:

I — que "Nem sempre é lícito concluir do santo para uma data única". Em apôio desta afirmação alega que, segundo o almanaque do *Regimento de Munique* (c. 1509), Santo Agostinho é celebrado a 28 de agôsto e a 28 de fevereiro; S. Miguel, a 29 de setembro e a 8 de maio; Santo Antônio (de Lisboa), a 13 de junho, Santo Antônio (abade) a 17 de janeiro, e a trasladação de Santo Antônio a 15 de fevereiro; S. Vicente (mártir) a 22 de janeiro, S. Vicente (pregador) a 5 de abril, e a trasladação de S. Vicente a 15 de setembro. Isto pelo que diz respeito apenas aos santos que se ligam com a nomenclatura de Caverio. Quanto a outros, não escasseiam igualmente exemplos: S. Jorge, a 23 de abril e 17 de novembro; Santo Ambrósio, a 4 de abril e 7 de dezembro; Santa Inês, a 21 e 28 de janeiro; Santa Helena, a 15 de abril e 17 de agôsto (*Regimento de Évora*), a 21 de maio (*Regimento de Munique*), 22 de maio (*Regimento de Évora*). Além dos numerosos dias votados ao culto da Virgem assinale-se ainda que, naqueles calendários, S. Paulo tem cinco e S. João treze dias comemorativos.

Entre os calendários dos Regimentos de Munique e de Évora, há várias divergências de datas. Mas, se nos fôsse possível consultar todos os calendários usados a bordo das armadas descobridoras, é provável que essas divergências se multiplicassem, o que torna muito precário êste método de identificação cronológica.

II — É ainda Duarte Leite que cita alguns casos de omissão à chamada *praxe litúrgica*. "Poderíamos supor, por exemplo, escreve êle, que o Monte Pascoal fôra descoberto por Cabral durante a semana pascal, e Vera Cruz, a 3 de maio, em que se celebra a Invenção da Cruz ou achado do Santo Lenho; Gaspar Correia chega mesmo a dizer que o nome da terra nasceu desta data. Sabe-se, no entanto, pela carta de Vaz de Caminha, que o grande capitão avistou o monte em 22 de abril, 10 dias depois do domingo

de Páscoa, tendo partido para a África a 2 de maio, sem que durante a sua estada houvesse festa de Igreja celebrando a Cruz. No dia 22 de abril o calendário inscrevia S. Sotério e S. Gaio, nomes estranhos, rebuscados em velhos cartapácios, que mal soavam a ouvidos portuguêses. Se o achado demora mais um dia, ficariam os novos domínios plausìvelmente sob guarda do heróico e popular S. Jorge. No repertório abundavam personagens de nome arrevezado, tais como *Alpheu, Leodegário, Gutheberto, Quiricio, Policrônio* e outros de igual jaez, santos inteiramente alheios às crenças do comum; e compreende-se que os capitães (quando não os clérigos da expedição), no lance de batisar terras recém-descobertas, lhes substituíssem outros de sua especial devoção".

III — DUARTE LEITE lembra ainda que em certos casos, pode ter acontecido darem-se aos acidentes geográficos os nomes das naus (ou caravelas) que primeiro os avistavam.(1)

IV — Por sua vez, Luciano Pereira da Silva admite a hipótese plausível de que certos nomes fôssem devidos a voto ou promessa feita em dias anteriores, em ocasião de perigo no mar. Assim, no Roteiro da viagem de Vasco da Gama lê-se que o Almirante apelidou de Santa Helena uma angra na costa da África Ocidental, já próximo do Cabo da Boa Esperança, à qual aportou a 8 de novembro, ao fim da lònga travessia pelo golfão, desde S. Tiago de Cabo Verde. Ora, aquêle dia não é, que se saiba, votado àquela santa. Lembra L. PEREIRA DA SILVA que os navegantes sofreram a 18 de agôsto, dia que lhe é consagrado, forte tormenta, o que os teria levado a dar aquêle nome ao primeiro pôrto avistado.(2)

V — Temos razões para supor, por nosso lado, que certos nomes de origem litúrgica se aplicavam também quando se tratava de santo ou festa muito popular e o descobrimento se fazia em dia próximo da respectiva celebração. Assim vemos que Álvaro Velho, ou quem quer que fôsse o redator do "Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama (1497-99)", se refere à tormenta do dia 12 de dezembro de 1497, entre a Angra de S. Braz e a Terra de Natal, como tendo sido em véspera de Santa Luzia.(3) E afigura-se-nos muito provável que a Ponta de Santa Luzia, a qual nalguns mapas dos primeiros anos do século XVI, como no de Hamy, fi-

---

(1) Tôdas estas considerações podem ler-se em *O mais antigo mapa do Brasil* em *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, t. II, pgs. 269-270

(2) L. PEREIRA DA SILVA, «*Horas Serenas, álbum literário e artístico*», pg. 219.

(3) V. «*Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*», ed. Fontoura da Costa, pg. 14.

gura com aquêle nome, logo a seguir à Terra de Natal e à Costa da Pescaria, deva aquela designação a esta viagem e se ligue com a tormenta do dia 12 de dezembro.

Da mesma forma o Rio de Reis foi descoberto pelo Gama em 11 de janeiro, isto é, cinco dias depois da celebração daquela festa; e estamos convencidos que aquêle nome lhe foi impôsto durante aquela viagem. Não só figura igualmente nas primeiras cartas do século XVI, como na de Hamy, mas, após a viagem do Gama e por espaço de muitas anos, nenhuma armada se ocupou da exploração dessa parte da costa — o que deixou de ter interêsse imediato — e, por conseqüência, da sua designação geográfica.

VI — Acontecia também que o próprio monarca encarregava os navegantes de impor certas designações, sob a invocação de santos da sua devoção. Mais uma vez o Roteiro aludido nos fornecera eloqüente exemplo. O descobridor do caminho marítimo para a Índia, quando no regresso a Portugal, largou de Calecute, aportou a 15 de setembro de 1498 a "uns ilhéus que estavam obra de duas léguas da terra". E continua Álvaro Velho: "aqui lançamos um batel fora e pusemos um padrão em um dos ditos ilheus, ao qual puseram o nome o *Padrão de Santa Maria.* Isto porque El-Rei dissera ao capitão que pusesse três *padrões* e que a um pusesse o nome de *S. Rafael;* e ao outro de *S. Gabriel;* e ao outro de *Santa Maria,* assim que com êste acabamos de os pôr todos três". (1)

Acrescentemos apenas que os ilhéus se ficaram chamando de Santa Maria, por conseqüência, fora de qualquer correlação de calendário; e ainda hoje nas cartas inglêsas êles figuram com a designação de *St. Mary Islands.*

Desta resenha se pode inferir quanto é temerário concluir dos nomes dos santos ou festividades religiosas, impostos aos acidentes geográficos, a data do respectivo descobrimento ou das cartas geográficas que os inscrevem.

VII — Há que entrar ainda em linha de conta com outro fato: as viagens não se faziam necessàriamente numa direção constante e por forma progressiva. Por vêzes, forçados pelas correntes, os ventos contrários ou as tormentas, os navios recuavam e acontecia avistarem trechos de terra por onde haviam passado ao largo e após haverem descoberto outros pontos mais avançados do litoral, no sentido do rumo da viagem. Voltemos à primeira viagem do Gama. O grande navegador, no percurso da ida, e entre o Cabo

(1) *Ibidem,* pg. 70.

da Boa Esperança e o Rio do Cobre, duas vêzes retrocedeu, forçado pela violência da corrente do Canal de Moçambique. Citamos êste exemplo, porque pertence, por assim dizer, à história clássica das viagens e a rota do Gama tem sido estudada e traçada com freqüência. [1]

Citemos ainda outro exemplo e pelos mesmos motivos. A armada de Martim Afonso de Sousa que, desde 1531 a 1532, explorou as costas do Brasil, também, e por mais de uma vez, foi forçada pela violência dos agentes naturais a recuar para, em seguida, refazer o mesmo caminho quando se dirigia para o Rio da Prata. O minucioso *Diário* de Pero Lopes de Sousa, o irmão do capitão-mor e comandante dum dos navios da expedição, permite-nos seguir, com relativa segurança, essas evoluções da armada. Com efeito, a frota, entre os dias 29 de março de 1531 e 15 de abril do mesmo ano, avançou desde a latitude do Rio das Contas até ao Rio Pardo, para recuar até ao ponto de partida. O mesmo lhe sucedeu nas costas do Rio Grande do Sul e numa extensão maior, entre os dias 3 e 10 de outubro daquele mesmo ano. [2]

Além disso, nem todos os navios duma mesma armada percorriam os mesmos trechos das costas simultâneamente. Desgarradas uma das outras, naus ou caravelas faziam e refaziam, com freqüência, as mesmas rotas mais perto ou mais longe das costas, em dias, quando não, em meses diferentes, e por certo mais que uma vez sucederia batizarem com nomes diferentes os mesmos lugares ou lugares diversos com os mesmos nomes e, como se tratava de nomenclatura hagiográfica, fora da mesma série cronológica, para maior confusão de futuros historiadores e cartólogos.

VIII — Finalmente, não podemos ter por forçoso que, em todos os casos, cada cartógrafo inscrevesse tôda a nomenclatura contemporânea, e, principalmente, a que resultava das novas expedições. Sucedia até que certas cartas se limitavam a inscrever o traçado das novas regiões descobertas, mas inteiramente carentes da nomenclatura respectiva. É o que sucede com a carta de Hamy para a parte dos litorais da América austral, ou a carta de Estêvão Gomes (1525) para as costas orientais da América do Norte. Fora dêstes casos extremos, pode igualmente afirmar-se que certas cartas — e é o caso da carta de Cantino — se limitavam a assinalar das expedições mais recentes um que outro resultado, se é que aos

---

(1) V. *ibidem*, os mapas geral e parciais da viagem, págs. 84-85.

(2) V. Cte. EUGÊNIO DE CASTRO, *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa, 1530-32*, ed. da Comissão Brasileira dos Centenários Portuguêses de 1940, 2° t., e em especial, as cartas ns. 4 e 6.

cartógrafos era dado inteirarem-se das novas aquisições geográficas de tôdas as expedições e a tôdas as terras novamente exploradas.

Aliás, a Duarte Leite não escapou esta consideração prudencial, embora nem sempre se tenha inspirado nela: "Podia ter havido omissão de nomes em Cantino, já que os dêle foram acrescentados à última hora no planisfério, depois de o ter findo o cartógrafo. Sem dúvida, o comandante Fernão de Loronha impôs vários outros e bem podia suceder que alguns transitassem para os nossos mapas (refere-se Duarte Leite aos mapas posteriores ao de Cantino), mas nem todos quantos aí se lêem pertencem ao número, como é fácil provar". (1)

Resta-nos apenas acrescentar que, havendo uma estação mais propícia para as viagens de exploração nas costas da América austral, os percursos de muitas delas se realizaram ou podiam ter-se realizado nos mesmos meses e sôbre os mesmos trechos da costa. É o que sucede muito aproximadamente com as três expedições de 1501-1502, 1502-1503 e 1503-1504, que percorreram, na ida, costas brasileiras, durante a segunda metade de 1501, 1502 e 1503; e, no regresso, durante a primeira metade dos anos seguintes, as teriam ou não percorrido igualmente. Êste quadro das limitações impostas pela história geral dos descobrimentos portuguêses e, em especial do Brasil, ao método hagiográfico de datar os mapas, basta para nos convencer de que muito difìcilmente se pode ir além duma cronologia conjetural.

Duarte Leite, a quem mais uma vez hemos de referir-nos, pois a êle se devem nos últimos tempos os mais acurados estudos sôbre os primitivos monumentos cartográficos do Brasil, chega a estas conclusões: "O processo cômodo de separar na carta geográfica uns tantos nomes, agrupando-os ordenamente para deduzir sua filiação em determinada exploração costeira, é arbitrário e pode conduzir a conclusões e resultados extravagantes. O seu uso só verdadeiramente se legitima quando a carta consigna apenas, além dos dados cujo proveniência não sofra contestação, tão sòmente, denominações suscetíveis de se ajustar topográfica e cronològicamente a uma viagem única".

Ora, como as fontes escritas sôbre a nomenclatura geográfica do Brasil, nos primeiros anos do século XVI, são extremamente precárias e o ajuste entre a topografia e a cronologia, por isso mesmo, difícil de referir-se a uma viagem única, é pouco menos

(1) D. Leite, *A exploração do litoral do Brasil na primeira década do século XVI*, em *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, t. II, pág. 398.

que impossível fixar com segurança a data de um mapa naquela época. No rigor crítico vamos, pois, mais longe que aquêle cartólogo, e as nossas conclusões terão que ser lògicamente diferentes.

Observa êle que a concordância de lugar e tempo, que reputa essencial, não autoriza a tentativa de Varnhagen para explicar a nomenclatura brasileira. Assim, S. Jerônimo, 30 de setembro (carta de Caverio) está na ordem cronológica entre S. Miguel (Cantino e Caverio), e S. Francisco (Cantino), separados por um dia, do primeiro, e por quatro, do segundo. Lembra êle também que na carta de Vaz Dourado o Rio de S. Jerônimo fica ao sul dos outros dois. Dentro desta explicação o navegador teria ido, num relance, de S. Miguel a S. Jerônimo, para retroceder mais lentamente a S. Francisco e retomar em seguida o caminho do sul. Observa ainda que o rio das Onze mil Virgens (Caverio), 21 de outubro, deveria ter sido descoberto antes da Baía de Todos os Santos (Cantino e Caverio), 1 de novembro, não obstante ser mais meridional. A viagem, comenta êle, teria sido feita aos ziguezagues, o que não se lhe afigura digno de crédito.

A estas observações poderia responder Varnhagen, como já anteriormente observamos, não ser forçoso que os descobrimentos duma expedição se ajustem, constantemente, segundo uma progressão contínua no espaço e no tempo. A navios retardatários, uns em relação aos outros, poderia caber a atribuição de designações a acidentes geográficos deixados em claro pela vanguarda da expedição. Poderia, igualmente, acontecer que êsses houvessem sido vistos e nomeados pelos primeiros e segundos navios em datas sucessivas com nomes diferentes, mas prevalecessem uns ou outros por meras razões de hierarquia, conforme o capitão-mor seguisse nos primeiros ou nos segundos.

Aponta Duarte Leite erros análogos que, a seu ver, viciam a lista de Harrisse. Assim, Rio de Santa Helena (Caverio), 18 de agôsto, deve ter sido visitado antes dos de S. Miguel (Cantino e Caverio), 29 de setembro, S. Francisco (Cantino), 4 de outubro, S. Jerônimo (Caverio), 30 de setembro, e Santo Agostinho (Caverio), 28 de agôsto. Mas êste último está situado ao sul de todos êles. Nessa lista a ordem dos quatro rios é topográfica mas não cronológica, porque, nesta, Santo Agostinho precede os outros santos. E Duarte Leite conclui: "Se a relação de Varnhagen claudica, esta é de todo inválida. O seu autor, embora menos fascinado por Vespúcio que o seu predecessor brasileiro, quer lhe dar a paternidade de tôdas as designações; todavia, fato singular, não inclui nelas o Cabo de Santo Agostinho, descoberto a 28 de

agôsto, que é o único lugar nomeado na terceira edição da *Lettera*. É que lhe seria impossível explicar, se o fizesse, a descoberta no mesmo dia do Cabo e do Rio de Santo Agostinho, que estão muito distantes".

O único dêstes argumentos, que tem visos de validez, é o que se refere ao Cabo e Rio de Santo Agostinho, pois não seria natural que a mesma expedição desse o mesmo nome a dois acidentes geográficos diferentes. Neste caso, com efeito, ùnicamente seria prova bastante um documento que ligasse aquela dupla designação à viagem de 1501-1502, em que viajou Vespúcio.

Também a DUARTE LEITE êste argumento merece primazia. Lembra êle que as expedições à Índia tocavam por vêzes em Vera Cruz, a partir de 1500, em paragens diversas, e podiam originar denominações que se conservassem. "As que foram exclusivamente empreendidas ao Brasil, comenta êle, partiam sensìvelmente na mesma época do ano, e até as brasileiras de Vespúcio desaferraram ambas em 10 de maio, consoante a duvidosa *Lettera;* deviam chegar ao destino nos mesmos meses e não admira que nas cartas apareçam santos nêles comemorados, embora as inscrições não se refiram a uma única viagem. [1]

Ao fim e ao cabo, podemos igualmente adotar como regra orientadora que a aplicação do método hagiográfico só verdadeiramente se legitima quando a carta consigna, além de dados cuja proveniência não sofre contestação, apenas denominações que possam ajustar-se topográfica e cronològicamente a uma viagem única. E acabamos de ver que a sua aplicação pode sofrer maiores dificuldades ou restrições do que as muitas imaginadas pelo próprio autor da regra.

Embora longas, estas reflexões têm o mérito de esclarecer um problema essencial na história da cartografia do Brasil, durante a primeira metade de Quinhentos.

Vejamos agora se é lícito chegar a alguma conclusão, baseada na regra enunciada.

DUARTE LEITE isolou, atendendo aos princípios por êle expostos, todos os nomes hagiográficos ou de possível alusão cronológica, de entre todos os do mapa de Caverio, para os reunir em

---

(1) Todos êstes passos resumidos ou transcritos de DUARTE LEITE pertencem ao seu capítulo — *O mais antigo mapa do Brasil*, em *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, t. II, pgs. 270-71. Nêles acrescentamos, por vêzes, para melhor compreensão do texto a indicação da carta onde figura o nome e a data da festa do santo respectivo, servindo-nos para isso das atribuições do mesmo autor e no mesmo trabalho.

séries cronológicas e referí-los de seguida a três ou mais expedições e por essa forma datar aquêle monumento cartográfico. Eis como distribui êsses nomes:

NOMES	LORONHA	LORONHA OU COELHO	COELHO	COELHO OU OUTROS.
Santa Maria de Gracia			15 de agosto	
Sam Rocho			16 de agosto	
Monte de sam vincenso				22 de jan 5 de abril
Sta. Maria de Rabida			15 de agosto	
Cabo sta. Croxe	14 de setembro			
Sam michel	29 de setembro			
Rio de sam francesco	4 de outubro			
Serra de sta. Maria de gracia				2 de julho, 15 de agosto e 8 de setembro.
Porto Real		26 de outubro		
Rio de sam ieronimo			30 de setembro	
Baia de tuti li santi	1 de novembro			
Rio de sam iacomo				25 de julho
Rio de sto agustino				28 de agosto
Rio de sta. Lena				17 de agosto
Rio de vergine			21 de outubro	
Rio de sam ioam			14 de novembro	
Rio de sta. Lucia			13 de dezembro	
Serra de sam tome			21 de dezembro	
Alapago de sam Paulo				30 de junho, 22 de março e 10 de janeiro
Baía de reis			6 de janeiro	
Pinachollo detentio				25 de fevereiro
Rio iordam			13 de janeiro	
Rio de sto Antonio			17 de janeiro	
Porto de sam sebastiam			20 de janeiro	
Porto de sam vicenso			22 de janeiro	
Rio de cananor				29 de fevereiro

A um primeiro exame se vê que a divisão em quatro colunas não tem razão de ser. Com efeito numa delas, como a designação "Loronha ou Coelho", inscreve Duarte Leite apenas a data integrada de 26 de *outubro?*, referida a *Pôrto Real*. Por quê? Esclarece o ilustre cartólogo que "O qualificativo *real* sugere que o descobrimento do lugar se realizou em data relacionada com el-Rei D. Manuel, ocorrendo desde logo as do aniversário do nascimento ou da aclamação. A primeira é de 31 de maio, mas neste mês não andariam navios por êstes lados, a segunda é de 26 de outubro, à qual não vemos objeção. Hesitamos quanto ao ano. É possível que fôsse 1501 . . . Mas a ausência em Cantino é embaraço para aceitar 1501, e preferimos 1503. Pode acontecer que a foz do Rio Real já tivesse sido vista, e até batizada, no primeiro ano, e fôsse crismada no outro, a 26 de outubro, pois as explorações se faziam nos mesmos meses e não respeitavam as designações anteriores".

Tôdas estas conjeturas são por tal forma inconsistentes e até contraditórias que teria sido preferível eliminar o Rio ou Pôrto Real da lista das designações geográficas suscetíveis de fornecer qualquer indicação sôbre a carta. Que a designação sugira data relacionada com el-rei D. Manuel, é possível. Mas trata-se duma conjetura, sem fundamento seguro. Mais certo seria dizer que re-

presentou homenagem ao monarca, mas sem referência possível a qualquer data. Não merecia, pois, a pena referí-la a séries cronológicas. Mas, dando de barato que a hipótese não seja de recusar-se totalmente, a ausência do nome em Cantino não seria embaraço forçoso para desligar o dia do mês, do ano de 1501, visto que o mesmo autor tem por certo que o comandante da expedição de 1501-02 (que identifica sem motivo válido com Fernão de Loronha) aplicou à costa brasileira nomenclatura mais numerosa que a daquela carta. Se, por outro lado, a foz do Rio Real já podia ter sido avistada e até batizada com outro nome, durante a expedição de 1501-1502, tão pouco serve de argumento a ausência do nome em Cantino. Em conclusão: sôbre base tão vaga é mais lógico não complicar o problema e eliminar simplesmente da lista o Rio Real, de tão hipotética data.

De entre os outros nomes de origem, meramente bíblica, que o autor hesita em atribuir a um ou outro ano, afigura-se-nos que alguns são igualmente de eliminar. É o caso de *Pinachullo detentio*. Como é sabido, Joaquim Caetano da Silva supôs que êste nome se referia à detenção ou demora de Gonçalo Coelho, comandante da expedição de 1503-1504, em determinado lugar da costa, que teria sido o Rio de Janeiro, — opinião esta subscrita por Varnhagen. Mas o chamado mapa anônimo de Turim (1523), publicado por Stevenson na sua coleção dos *Maps illustrating early discoveries and explorations in América,* insere, em vez daquela, uma designação muito mais plausível — *pináculo da tentação.* Em boa verdade, o espetáculo de algum morro que dominasse de muito alto a costa, fàcilmente haveria sugerido ao pilôto, capitão ou clérigo, aquela designação de inspiração bíblica. E isto sem necessidade de recorrer mais uma vez ao calendário.

Duarte Leite vai, não obstante, mais longe: "Ora avistando da costa um píncaro singularmente elevado, algum dos expedicionários mais versado no Nôvo Testamento, plausìvelmente um dos clérigos que sempre os acompanharam, lembrou-se da passagem: é possível mesmo que o fato se desse no 1° domingo da quaresma do ano, em cuja missa a Igreja manda ler a perícope do capítulo IV do Evangelho de S. Mateus, em que se descreve o jejum quadragesimal de Cristo e as tentações então sofridas. Se assim sucedeu, e em 1504, o dia do batismo do pináculo foi a 25 de fevereiro."

Uma simples inspiração de ordem poética ou religiosa, sem referência litúrgica, pode e deve explicar, a nosso ver, mais naturalmente a designação. E, se a data varia com o ano, mais uma razão para não enredar a questão com problemas insolúveis. Pelo

que respeita a nomes tão vulgares em Portugal, como S. Vicente, Sta. Maria da Graça ou da Arrábida e S. Tiago (San iacomo), é sempre duvidoso que o nome se ligue forçosamente ao calendário e não ao navio que realizou o descobrimento, mas, admissível, houvesse sido imposto simplesmente por motivos duma devoção particular do descobridor.

Dum outro êrro sofre, a nosso ver, a distribuição cronológica de DUARTE LEITE: não considerar a hipótese de uma série de descobrimentos na ordem cronológica inversa realizada pelos navios, no seu regresso.

Segundo cremos, a nomenclatura hagiográfica de Caverio poderia distribuir-se em três séries cronológicas, a primeira das quais:

Cabo de Sta. Croxe	14 de setembro
Sam michel	29 de setembro
Rio de sam francesco	4 de outubro
Rio de tuti li santi	1 de novembro
Rio de sam ioam	14 de novembro
Rio de sta. lucia	13 de dezembro
Serra de sam tomé	21 de dezembro
Baie de reis	6 de janeiro
Rio iordam	13 de janeiro
Rio de sto. Antonio	17 de janeiro
Porto de sam sebastiam	20 de janeiro
Porto de sam vicenso	22 de janeiro
Rio de cananor	17 de fevereiro de 1502?

Tôda esta série cronológica se poderia filiar na expedição de 1501-1502, sabido que o Bacharel de Cananéia foi deixado nessa região, segundo o testemunho de Pero Lopes de Sousa, em 1502. (Vide Cte. Eugênio de Castro, *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa* (1530-1532) ed. de 1940, t. I, págs. 210 a 493).

A segunda série cronológica seria:

Santa maria de gracia	15 de agôsto
Sam Rocho	16 de agôsto
Rio de sam ieronimo	30 de setembro
Rio de vergine	21 de outubro
Alapego (arquipélago?) de sam paullo	10 de janeiro

Se nesta série incluímos Santa Maria de gracia é apenas pela casualidade de que, geogràficamente, na carta de Caverio, cronològicamente, no calendário religioso, a invocação da Virgem e a de S. Roque estão muito próximas. A série, que se compôs apenas de cinco nomes, é bastante escassa. Mas, a cada nova expedição, menos possibilidade cabia de aumentar a nomenclatura geográfica dum litoral já anteriormente visitado. E o próprio fato de se tratar duma pequena série cronológica nos leva a crer que ela se ligue com uma expedição diferente e posterior à da série anterior.

Finalmente, certos nomes, que é impossível incluir numa série cronológica relacionada com um percurso na mesma direção progressiva, podem ligar-se à mesma expedição, mas quando do regresso, e, por conseqüência, no percurso inverso.

Em atenção a esta circunstância e supondo que uma expedição houvesse largado de Portugal, numa época mais tardia, poderíamos ainda considerar uma terceira série cronológica, como segue:

Monte de sam vicenso	22 de janeiro
Serra de sta. maria de gracia	15 de agôsto
Rio de sto. agustino	28 de fevereiro
Rio de sam iacomo	25 de julho
Rio de sta. Lena	15 de abril, 21 ou 22 de maio
Alapego de sam paullo	22 de março.

Como se vê haveria que admitir que o Rio de Sta. Helena, geogràficamente situado entre o Rio de Santo Agostinho e o arquipélago de S. Paulo, fôra descoberto e nomeado depois dêste último. Êste aparente absurdo desaparece, tendo em vista a possibilidade dum descobrimento no regresso. Como, não obstante, o arquipélago de S. Paulo pode ser incluído, como o fizemos, na segunda série, essa mesma dificuldade desaparecerá, a admitir que êle fôsse descoberto e nomeado quando foi êste último grupo de acidentes geográficos. Da mesma forma a serra de *Sta. Maria de gracia* e o *Rio de sam iacomo* (S. Tiago) só podem considerar-se como descobertas pela mesma expedição, mas na viagem de regresso. Poderíamos seriar os três, dentro da mesma ordem cronológica, mas em série decrescente de latitude, pela forma seguinte:

Rio de Sta. Lena	15 de abril, 21 ou 22 de maio
Rio de S. Tiago	25 de julho
Serra de sta. Maria de gracia	15 de agôsto ou 8 de setembro

É certo que tanto S. Tiago como Sta. Maria da Graça eram objeto duma devoção tão generalizada em Portugal, que é temerário ligar as respectivas atribuições a motivos de ordem cronológica.

Desta sorte, abstraindo do Rio Real e do Pináculo da tentação, pelos motivos já expostos, uma única das designações hagiográficas da carta de Caverio deixaria de ser incluída em qualquer das três listas cronológicas que indicamos: trata-se de *santa maria de rabida,* colocada entre o *monte de sam vicenso* e o *cabo de sta. croxe.*

Não esconderemos que esta distribuição, mais lógica, em nosso entender, que a de Duarte Leite, sofre ela também do mesmo e grosseiro vício conjetural, comum a tôdas as tentativas dêste gênero. A única conclusão que se nos afigura legítima e no estado provisório a que nos levou esta análise, é a de que a nomenclatura de Caverio se relaciona com três expedições diferentes, embora certos nomes, que distribuímos numa ou noutra das listas cronológicas, possam pertencer indiferentemente a qualquer das duas. Assim, da segunda série, se eliminarmos o arquipélago de S. Paulo, poderemos incluir a seguir ao *rio de vergine* (das *Onze mil Virgens*), 21 de outubro, tôdas as designações que na primeira lista medeiam entre Baía dos Reis, 6 de janeiro, e Rio de Cananéia.

Resta-nos, por conseqüência, ver se esta seriação se pode ligar com as expedições conhecidas e dessa correlação concluir uma data.

Atrás deixamos entender que nada se opõe a que a maior parte dos nomes da primeira lista cronológica, na sua maioria, possa atribuir-se à expedição de 1501-1502, tão celebrizada pelas cartas de Vespúcio. Partidos a 10 de maio de 1501, de Lisboa, e tendo aportado em terras americanas, por 5° de latitude austral, a 17 de agôsto dêsse mesmo ano, bem podiam os nautas ter nomeado os acidentes geográficos da primeira lista cronológica desde o *cabo de sta. croxe*, a 14 de setembro de 1501 até ao Rio de Cananéia, a 17 de fevereiro de 1502. A referência do *Diário* de Pero Lopes de Sousa leva a crer que a ilha do Bom Abrigo tivesse sido visitada naquela data: "Quinta-feira, 17 dias do mês de agôsto, veio Pedro Anes, Pilôto, no bargantim (de explorar o Rio de Cananéia), e com êle veio Francisco de Chaves e o bacharel e cinco ou seis castelhanos. Êste bacharel, havia trinta anos que estava degredado nesta terra . . .". Assim e sumàriamente apontou no seu *Diário* o irmão de Martim Afonso de Sousa. Ora, se o bacharel fôra deixado na Cananéia em fevereiro de 1502, naquele dia em que Pedro Anes o trouxe no bergantim até aos demais navios da expedição, havia vinte e nove anos e meio que êle estava naquela terra. E não seria para admirar que Pero Lopes de Sousa arredondasse ligeiramente a conta para os trinta. Desta forma o julgou Varnhagen e a maioria dos historiadores que tem relacionado entre si as duas expedições.

Uma razão poderia lògicamente aconselhar os portuguêses a deixar naquelas paragens um ou mais degredados. A Cananéia estava situada muito próximo do ponto austral da costa por onde, segundo os cálculos de então, deveria passar a linha divisória de

Tordesilhas. Garantir a soberania destas paragens com êsse comêço de ocupação e colocá-las sob a vigia dum observador invulgar, como sabemos que era o *Bacharel*, era medida de elementar prudência. Por outro lado, observe-se bem, o testemunho de Pero Lopes, homem educado na escola das observações exatas, que fazia e tomava dia a dia, isentas, por conseqüência, de qualquer lapso de memória possível em redação tardia, merece-nos tôda a confiança. De tal sorte que, a não aceitarmos esta interpretação do texto, seríamos levados a crer que o desembarque do *Bacharel* em terras fronteiras da Ilha do Bom Abrigo se haveria realizado no ano anterior de 1501 de bordo duma expedição partida de Lisboa no mesmo ano de 1500 em que Pedro Álvares Cabral aportou a Pôrto Seguro.

Semelhante hipótese não é para afastar-se *in limine*. A política de reserva seguida por D. Manuel em tudo o que se relacionava com a série das viagens de exploração das costas da América austral durante o seu reinado, e o conseqüente silêncio dos cronistas, aconselhariam, ao contrário, a estudá-la à luz dos poucos documentos que a possam esclarecer. A caravela de Gaspar de Lemos largou de Pôrto Seguro, em direção a Portugal, a 1 de maio de 1500. Barco isolado e com missão determinada, não era natural que se demorasse em explorações ao longo da costa. E, neste caso, o percurso até Lisboa não deveria exceder os dois meses e meio de duração. O navio poderia estar de regresso em Portugal por meados de julho. E num tempo em que Portugal regorgitava de navios e navegantes, não representava para o monarca tarefa incomportável enviar, passados um mês ou dois, isto é, entre meados de agôsto e meados de setembro, nova expedição às costas do Brasil.

Admitida esta possibilidade, vejamos se alguma indicação a contraria. A darmos crédito à versão da *Lettera*, atribuída a Vespúcio, a expedição de 1501-1502, teria partido de Lisboa a 10 de maio. E se a cronologia da *Lettera* nem sempre é de aceitar, como acontece com as datas de regresso da expedição a Lisboa, é certo que a largada desta cidade deve ter sido naquele ou em dia muito próximo.

Estabelecida, como se nos afigura, a autenticidade da carta escrita por Vespúcio, de Cabo Verde, a 4 de junho de 1501, à ida daquela expedição para o Brasil, o tempo razoàvelmente necessário para cobrir a distância, que medeia entre a metrópole lusitana e aquêle promontório, joga perfeitamente com as duas datas, às quais serve simultâneamente de confirmação. Ora, não parece ló-

gico, a dar-se aquela expedição ainda em 1500 e após a chegada da caravela de Gaspar de Lemos, que a de 1501-1502 largasse antes que aquela chegasse. E, nesse caso, teríamos de admitir que a segunda expedição de 1500 (chamemos-lhe assim em relação à de Cabral) estaria em Lisboa de volta no mês de abril. Se cotejarmos esta com a época possível da partida, chegaremos à conclusão de que essa expedição não haveria disposto de mais de uns sete meses para a viagem de ida, a permanência no Brasil e o regresso, o que, não sendo totalmente impossível, é muito pouco provável. Não se nos afigura, pois, de aceitar que entre o regresso da caravela de Gaspar de Lemos, em 1500, e a partida da expedição de 1501-1502, em maio do primeiro dêstes anos, se tenha realizado outra expedição às costas brasileiras.

Cremos, por conseguinte, poder concluir que o cômputo de Pero Lopes de Sousa, atribuindo ao *Bacharel* trinta anos de permanência na região de Cananéia, estabelece como ponto de partida para êsse fato um descobrimento realizado pela expedição de 1501-1502. Êsse ato teria, aliás, a nosso ver, um significado político bastante claro: a afirmação, ainda que precária, da soberania portuguêsa naquelas longínquas paragens.

Não se deve ao mero acaso que o *Bacharel* da Cananéia marque um dos primeiros pontos de referência da colonização portuguêsa no Brasil. A escolha do lugar deve ter obedecido a um plano político. Aquêle degredado desembarcava com uma bagagem de responsabilidades históricas pesadíssima: a de marcar os limites da soberania portuguêsa na América austral. E, se os portuguêses, em fevereiro de 1502, se contentavam com afirmar o seu domínio até àquela latitude, devemos atribuir a parcimônia à ignorância da extensão do continente para o sul e da existência do estuário do Rio da Prata, que nessa direção oferecia a mais nítida das divisórias naturais.

Supondo, por conseqüência, que a carta de Caverio se liga a mais duas expedições, além daquela de que acabamos de ocupar-nos, vejamos quais poderão ter sido as seguintes para daí concluir a data provável daquele monumento cartográfico. Nos três anos seguintes de 1502 até 1505, as demais expedições às costas do Brasil deveriam pertencer, normalmente, à iniciativa de Loronha, que arrendara por três anos o monopólio da exploração do pau brasil em terras de Santa Cruz.

Fundado em Damião de Gois, supôs DUARTE LEITE que a primeira flotilha do arrendatário tenha partido, sob o comando de Gonçalo Coelho, em 10 de junho de 1503. Esta teria sido a

segunda das quatro expedições, que, a seu ver, explicam a nomenclatura da carta de Caverio. Convém acrescentar que DUARTE LEITE atribui à expedição de 1501-1502, o descobrimento da atual ilha de Fernando de Noronha, o que o leva a afirmar que o comandante da expedição fôsse Fernão de Loronha. Tanto uma como outra afirmação carecem, como iremos ver, de fundamento.

Em que se estribou o historiador para avançar as duas conclusões conjuntas? No mapa de Cantino figura uma ilha com a designação de *Quaresma*. Levado sempre pela perigosa tendência a explicar tôda a nomenclatura de caráter hagiográfico pelo calendário, embora reconhecendo que nem sempre é lícito fazê-lo, supõe aquêle historiador que a armada de 1501-1502 haveria empreendido a viagem de regresso e durante ela teria descoberto aquela ilha por meados de março, o que então coincidia com o período da quaresma. É certo que num trabalho posterior êle abandonou semelhante explicação. (1)

Pareceria que neste caso também deveria pôr de parte a atribuição do descobrimento àquela expedição ou desligar o fato da personalidade de Fernão de Loronha. Mas não foi assim. O autor persiste nas duas afirmações. Por quê? De documentos publicados por Varnhagen consta que a 16 de janeiro de 1504, D. Manuel fêz mercê a Fernão de Loronha, cavaleiro da casa real, "da nossa ilha de S. João, que êle ora novamente achou e descobriu 50 léguas a la mar da nossa terra de Santa Cruz, que lhe temos arrendada". Se alguma dúvida coubesse sôbre a identificação desta ilha com a atual de Fernando de Noronha, doações posteriores, confirmando aquela, estabelecem a identidade. (2)

Ora, como se não conhece nenhuma outra expedição ao Brasil que tivesse regressado a Portugal anteriormente à data da mercê de D. Manuel, conclui Duarte Leite que a ilha foi descoberta em 1502 e que Fernão de Loronha era, por conseqüência, o comandante da expedição em que Vespúcio navegou. Restava a dificuldade de que a ilha na carta se chama *Quaresma* e no diploma, de S. João. Aventa aquêle historiador que a primeira designação seria apenas dos mareantes, e a segunda, a oficial, imposta pelo comandante. A explicação como se vê, é muito difícil de aceitar.

Mas não é êste o único obstáculo à tese. Se a expedição, em que navegou Vespúcio, já estava em Lisboa a 12 de julho de 1502,

---

(1) V. «*Descobridores do Brasil*», pg. 171.

(2) VARNHAGEN, «*Diário da Navegação de Martim Afonso de Sousa*», pág. 70 e seg.

como explicar que D. Manuel lhe fizesse mercê da ilha só volvido ano e meio, quanto mais que, em 1502, lhe concedia o arrendamento da terra de Santa Cruz? VARNHAGEN mais lògicamente concluira dos têrmos e data da carta de doação que o descobrimento fôra realizado em 1503 por uma expedição independente daquela em que viajara Vespúcio.

Por outro lado, a doação situa a ilha a 50 léguas de distância da costa; e é Duarte Leite o próprio a verificar que na carta de Cantino a ilha *Quaresma* está situada a 104 léguas da terra firme e por 9° de lat. austral, quando a ilha Fernando de Noronha fica a 60 léguas (das antigas) da costa brasileira e por 3° 50′ de lat. sul. Ao grande discronismo entre o descobrimento e a doação e à divergência da nomenclatura vem acrescentar-se a de posição. Como atribuir neste caso à mesma expedição resultados tão diversos e distantes no tempo?

DUARTE LEITE esqueceu na conjuntura que na história da geografia é muito vulgar o redescobrimento de ilhas e a duplicidade, quando não a multiplicidade, por êsse motivo, das designações geográficas. A única explicação lógica é que, ao tempo em que foi concluída a carta de Cantino, já fôsse conhecida a existência, sob o nome de Quaresma, da atual ilha de Fernando de Noronha, mas, por motivos que nos é difícil alcançar, pèssimamente situada pelos pilotos com êrro de latitude superior a 5°, e exagerada quase ao dôbro a distância à costa brasileira. Nestas condições é inteiramente explicável que, ao ser abordada por navegantes mais experimentados que a situaram com relativa exatidão, fôsse considerada como ilha nova e diferente de *Quaresma*, e como tal designada por outro nome e concedida ao seu nôvo descobridor.

Quando e quem levou a cabo êste último descobrimento? A circunstância de que a doação a Fernão de Loronha data de janeiro de 1504, figurando a ilha nesse documento com nome diverso de Quaresma, leva a crer que, entre a fatura do mapa de Cantino e os começos do ano de 1504, uma nova expedição teria partido e regressado, aportando a Lisboa antes da data da concessão.

A base da argumentação de Duarte Leite é a ausência de notícias sôbre a existência de qualquer outra expedição que durante aquêle período houvesse demandado plagas brasileiras. Débil argumento. Não só os cronistas, somo é sabido, calaram muitos fatos dessa natureza e dos mais importantes em relação ao Brasil, mas não é lícito esquecer que o objetivo dessa, como doutras expedições, podia levar a coroa a torná-las secretas, dificultando o

seu conhecimento aos espiões estrangeiros em Lisboa. Provàvelmente, da existência da expedição 1501-1502, nada sabíamos, se não houvesse navegado a bordo dum dos navios o florentino Vespúcio, origem de tôdas as notícias que possuímos sôbre ela. Assim, nunca *in limine* é lícito afastar a hipótese de que se tenha realizado naquele tempo uma viagem que nos seja desconhecida. Mas a verdade é que existem seguros, mas desconhecidos uns e mal estudados outros, vestígios dessa expedição.

Antes de os analisar devemos observar que durante os primeiros anos do século de Quinhentos, reinou em Espanha a maior e natural confusão, não só sôbre os limites entre as terras pertencentes a Castela e Portugal, mas sôbre a posição geográfica dos acidentes mais notáveis do nordeste brasileiro. Ignorando a maneira de observar as latitudes ao sul do Equador, alguns dos pilotos e descobridores castelhanos contribuíram durante os primeiros tempos com seus errados cálculos para aquela confusão. Ninguém, aliás, melhor pôs em evidência êstes fatos que Duarte Leite nos trabalhos já citados.

Nesta ignorância filiamos o estado de suspeita e hostilidade dominante durante os quinze primeiros anos do século XVI na côrte espanhola, convicta ou receosa de que as expedições portuguêsas, que se dirigiam ao nordeste do Brasil, alvejassem as terras mais austrais da zona castelhana.

O primeiro dos sobressaltos experimentados em Castela, por êsse motivo, reporta-se ao ano de 1503. A 30 de maio dêsse ano a rainha D. Isabel escrevia a Ochôa de Ysassaga, que dirigia os serviços de espionagem em Portugal, dizendo-lhe que soubera "que ciertos vasallos del serenissimo Rey de Portogal mi hijo querian hacer una torre en las yndias del mar oceano basya la parte de la paria en el lugar que pertenesce a my e os descubierto por my mandado e porque para le escrevyr sobre ello querria primero saber se es asy yo vos mando que lo mas secreto que pudierdes sepais se el dicho Rey mandó hacer la dicha fortaleza en aquellas partes e en que lugar e comarca e se es començada a hacer e quando se ha de començar e de que manera se ha de hacer e quien tiene el cargo delle e de todo lo otro que vierdes ser menester de saber para ello e asy sabido me lo escrevis luego con persona cierta . . ." (1)

Foi Duarte Leite quem assinalou que os castelhanos desconheciam então a existência das terras intercaladas entre a região

(1) *Archivo General de Indias* (Sevilha), Seccion de Indiferente General, Legajo numero 418, — Libro I, fol. 104-v.

do Paria e o Cabo de Santo Agostinho. A posição dêste último ainda em 1515 era ignorada em Castela. As pretensões de Vicente Pinzon e, porventura, as de Diogo de Lepe e Velez de Mendoza a ter descoberto terras castelhanas ao sul do Equador, haviam de ter concorrido para criar a ilusória suspeita que transparece da carta da Rainha.

Representa, aliás, um evidentíssimo contra-senso supor que D. Manuel pensasse em mandar construir uma fortaleza em terra tão patentemente incluída na zona castelhana. E a única conclusão que é possível tirar, é que os portuguêses pensavam em construir uma fortaleza, segundo os têrmos dum contrato de arrendamento a Fernão de Loronha, e, dada a falsa indicação de Paria, no nordeste brasileiro.

Mas teriam de fato os portuguêses realizado a viagem e construído a fortaleza? Continuemos a procurar a resposta no Arquivo de Índias. A 13 e a 21 de julho de 1503 eram enviados de Sevilha sucessivamente dois emissários à Côrte espanhola com a notícia de que quatro navios portuguêses haviam ido à terra descoberta por Bastidas e trazido dali um carregamento de índios e pau brasil. (1)

A 1 de agôsto dêsse mesmo ano de 1503, a Rainha ordena aos oficiais da Casa de Contratação de Sevilha, que procurem saber a verdade sôbre essas denúncias. (2) E a 22 de agôsto Juan de La Cosa era enviado a Portugal para saber secretamente da viagem que os portuguêses tinham feito às Índias de Castela com quatro caravelas. Em Lisboa levantou suspeitas a presença do grande pilôto castelhano, o qual foi prêso, mas logo o soltaram e Juan de la Cosa já a 23 de setembro estava em Sevilha, donde partia para a Côrte a levar a confirmação da primeira viagem dos quatro navios e doutra iniciada naquele mesmo ano de 1503. (3)

Não podem, pois, restar dúvidas sôbre a realização duma expedição portuguêsa a terras americanas, a qual, a calcularmos pela data da notícia chegada a Sevilha, devia estar de regresso em Lisboa, nos fins de junho ou começos de julho. Que terras haveria visitado a expedição? De nôvo frisaremos que o destino imputado às terras descobertas por Bastidas e La Cosa em 1501, isto é, o gôlfo de Darién, situado entre o Panamá e a Colômbia,

---

(1) *Archivo de Indias*, Contratación, 4.674. — Libro I, fol. 3 v. e 4.

(2) *Archivo General de Indias*, Sección de Indiferente General, Legajo nº 418, — Libro I, fol. 115.

(3) V. NAVARRETE, *Colleccion de los viajes*, t. II, pág. 161; e *Archivo General de Indias*, Contratación, nº 4.674, Libro I, fol. 3 v. e 4 v.

é inverossimil. Basta lançar os olhos sôbre uma carta do gôlfo das Antilhas, para nos convencermos de que os navios portuguêses não se atreveriam por forma tão flagrante e perigosa a violar as estipulações de Tordesilhas, tanto mais quanto a região havia de ser muito deficientemente conhecida. Os portuguêses, podiam, sim, depois de explorar as costas setentrionais do Brasil ter avançado por espaço rèduzido na zona castelhana. Cartas espanholas, como aquela que ilustra a primeira edição de 1511 das "*Décadas*" de Pedro Mártir d'Anghiera, patenteiam com eloqüência as falsas concepções dos pilotos e cartógrafos espanhóis sôbre a proximidade entre o nordeste brasileiro e o gôlfo de Pária. (V. fig. XXII).

Sabemos, aliás, que Juan de la Cosa, pelos documentos anteriormente citados, confirmou a notícia da viagem mas não sabemos em que têrmos. O pilôto castelhano entregou à Rainha, com as notícias trazidas de Portugal, duas cartas de marear. Provàvelmente sôbre as próprias cartas êle teria verificado o êrro das notícias sôbre o destino da expedição portuguêsa. E é de presumir que o alarme se tivesse dissipado na côrte espanhola, pois não sabemos de qualquer reclamação feita pelos Reis Católicos a D. Manuel, naquela época.

Os informes, ainda que escassos, colhidos nesta série de documentos, permitem estabelecer com clareza a distinção entre essa expedição e as duas de 1501-1502 e 1503-1504, nas quais viajou Vespúcio. Com efeito, não só a primeira, ao partir de Lisboa, constava de três navios e, ao chegar, de dois, e não consta que trouxesse escravos, mas, em julho de 1503, quando de Sevilha mandavam emissário sôbre emissário à côrte, já ela havia regressado há quase um ano. A segunda, de comando de Gonçalo Coelho, só em 1504 regressou à Portugal e, se ao partir, constava de seis navios, ao chegar compunha-se apenas de dois. A esta se devia referir La Cosa, quando acrescentava que nesse ano partira nova expedição, com o mesmo destino.

Outro documento, igualmente de origem castelhana, confirma a realização dessa expedição e auxilia a definir o seu caráter. A 29 de agôsto de 1503, a Rainha Católica publicava uma pragmática sôbre o comércio do pau-brasil, que não podemos deixar de considerar como conseqüência daquela expedição, pois a segunda das informações enviadas de Sevilha à Côrte, a 21 de julho dêsse ano, se referia mais particularmente a "lo que se supo del brasil que se habia traido a Portugal". Nessa pragmática, a Rainha D. Isabel, depois de se dizer "informada que a estes reynos se trahe a vender ansy por mar como por tierra mucho brasil de otros

reynos", ordena que daí em diante "persona ni personas algunas destes mis reynos ni de fuera delles no sean osados de traer ni meter, ni vender, ni comprar" brasil que não sea de "mis yslas y tierra firme del mar oceano", sob muito graves penas. [1]

Estas disposições denunciam um aumento súbito de pau-brasil no comércio em Castela, que não pode ter outra origem senão a portuguêsa, nem atribuir-se à expedição de 1501-1502, da qual regressaram apenas dois barcos e cujo carregamento não podia desde logo pejar os mercados.

Uma outra conseqüência, e mais importante, devemos concluir dêstes documentos: a grande quantidade de pau-brasil prova a origem legal do carregamento. Nunca quatro navios portuguêses, que houvessem visitado clandestinamente a América e dali voltassem carregados de pau-brasil e indígenas, teriam aportado, no regresso, a Portugal, pois se viessem do Brasil, cairiam sob o embargo do monopólio concedido a Fernão de Loronha; se da zona castelhana, cairiam sob as estipulações do Tratado de Tordesilhas, cuja transgressão por particulares não podia ser de forma alguma grata ao monarca português.

Todos êstes documentos concorrem, por conseqüência, para chegarmos à conclusão de que uma expedição portuguêsa visitou as costas brasileiras entre 1502 e 1503, e já à sombra do arrendamento feito no primeiro dêstes anos com Fernão de Loronha. Ela está, aliás, em perfeita harmonia com as estipulações do contrato. A 3 de outubro de 1502, já Rondinelli sabia em Sevilha do arrendamento da Terra de Vera Cruz, o que implica que êle se tenha feito em setembro, o mais tardar, e outro documento, além de confirmar mais uma vez o nome do arrendatário — Fernão de Loronha, nos assegura que êle terminava em 1505; [2] e não é natural que, dispondo de tão curto prazo, os arrendatários esperassem cêrca de 10 meses para enviar a primeira expedição ao Brasil. A lógica manda que antes da frota de Gonçalo Coelho, uma outra tivesse partido. Desta sorte, as quatro caravelas que em 1503 chegaram a Portugal, carregadas de brasil e escravos, devem ter partido ainda em 1502, em setembro ou outubro, em direção ao Brasil.

Analisemos agora as cláusulas do contrato. O arrendamento obrigava, segundo os dizeres de Rondinelli, o concessionário "a

(1) *Archivo General de Indias,* Indiferente General, n° 418, fol. 37 a 39.

(2) Doc. publicados por Antônio Baião no seu capítulo *O comércio do pau brasil,* em *História da Colonização Portuguêsa do Brasil,* t. II, pág. 317.

mandar todos os anos seis navios e a descobrir todos os anos 300 léguas adiante e a fazer uma fortaleza no território descoberto e mantê-la nos ditos 3 anos".

Comecemos pela primeira das estipulações. Do fato de haverem chegado em junho ou julho de 1503 quatro navios a Portugal, não se deve concluir, nem que não tenham partido os seis que menciona o contrato, nem que, depois daqueles quatro, não houvessem chegado mais dois. De que sabemos da expedição seguinte, a que foi comandada por Gonçalo Coelho, se conclui que a frota se dividiu em duas, que tomaram respectivamente rumos e assumiram, provàvelmente, missões diversas.

Essa devia ser a regra. O arrendamento mandava descobrir 300 léguas cada ano. Mas nada nos autoriza, em primeiro lugar, a supor que se trate dum descobrimento de terras inteiramente desconhecidas. A expressão empregava-se, com freqüência, para significar o reconhecimento minucioso de terras novas. Muito menos se pode acreditar que essas 300 léguas se contassem numa única direção, como, por exemplo, desde o Cabo de Santo Agostinho para o Sul. Também a lógica mandava que as léguas se contassem, tanto para o sul como para o norte, dêsse ou de qualquer outro acidente geográfico. E, se a expedição de 1501-1502 se fêz quase tôda ao sul daquele cabo, natural seria que tanto o monarca como o arrendatário desejassem saber com exatidão até onde na direção do norte se podia estender a exploração e que possibilidades oferecia a terra. E de nôvo a lógica mandava que esta expedição, se não tôda em parte, se dedicasse a explorar a costa brasileira até ao Equador, ou seja até Paria, segundo as suspeitas e as concessões geográficas dos castelhanos.

Devemos até supor que a primeira grande expedição, que se dirigisse nesse rumo e alcançasse o extremo limite da zona garantida a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, fôsse organizada com o maior segrêdo e levantasse, quando o seu projeto constasse em Castela, graves inquietações.

Vejamos agora quanto à cláusula que ordenava a construção duma fortaleza. Não especifica a carta de Rondinelli se o concessionário era obrigado a construir uma única ou mais fortalezas. Naturalmente, tratando-se de tão vasto território, a estipulação deveria referir-se a mais do que uma. E que objetivo podiam visar tais fortalezas? Afirmar a soberania para efeitos externos ou internos, isto é, contra a possível intrusão de estrangeiros ou para prevenir a hostilidade dos aborígenes.

Em 1502, ainda não haviam começado as incursões dos navios mercantes francêses em terras brasileiras. Em compensação, os castelhanos, se não haviam já transposto o Equador, gabavam-se de o ter feito; e é muito provável que houvessem visitado o nordeste brasileiro, após a viagem de Cabral. D. Manuel, atento aos rumores de Sevilha, como os Reis Católicos aos de Lisboa, não podia ignorar êstes fatos. E se os não conhecia de ciência certa, o vago rumor que exagera a verdade, não era de molde a acalmar-lhe os receios. À vista destas considerações, seria estranhável que D. Manuel, obrigando o arrendatário da terra de Vera Cruz à construção duma ou mais fortalezas, não previsse desde logo a conveniência de erguer uma no território mais exposto às violações e à cobiça castelhana.

Se a construção das fortalezas obedecia também, o que é de prever, às necessidades de segurança contra assaltos indígenas, a conclusão é a mesma. Mansos, serviçais e afetuosos se mostravam os tupiniquins de Pôrto Seguro, idilicamente debuxados por Caminha. Vespúcio na *Lettera* confirma essa impressão sôbre os aborígenes com que tratou ao sul do Cabo de Santo Agostinho. Mas, no primeiro pôrto a que abordou, em 1501, por 5° de latitude austral, encontrou pelo contrário, segundo diz, a mais viva hostilidade da parte dos indígenas, os quais, conforme seu relato, devoraram à vista dos portuguêses um dos tripulantes que haviam saltado em terra. Os primeiros informes de caráter histórico sôbre esta região, os da carta de Estevão Fróis, confirmam neste particular a narrativa do florentino. Para êsses lados, importava, pois, construir a primeira fortaleza.

A fundação de feitorias — fortalezas, em terras novas a explorar, era de resto um método que os portuguêses praticavam, havia meio século, desde a construção da fortaleza de Arguim, que continuaram nas costas da Guiné, e estenderam em vastíssima escala ao Oriente. A eleição do lugar, onde havia de assentar a obra, obedecia a razões estratégicas, que também ali haviam de imperar. E se, em 1503, segundo a *Lettera* de Vespúcio, os portuguêses construíram uma fortaleza na costa brasileira, por 18° de lat. S., isto é, em Pôrto Seguro, com maioria de razão o teriam feito na grande avançada do continente que medeia entre o Cabo de S. Roque e o de Santo Agostinho, lugar o mais naturalmente indicado para vigiar a navegação que demandasse as duas costas, cujo rumo geral se cruza naquelas paragens.

À vista do exposto, não havia de andar muito longe da verdade o secreto informador da Rainha Católica, quando lhe dizia que o rei D. Manuel desejava fazer construir uma fortaleza "hacia la parte de la Paria".

Finalmente, o regresso de navios carregados de pau-brasil e escravos estava previsto no contrato. "Fazem conta de trazer pau-brasil e escravos", escrevia o informado Rondinelli.

Desta sorte, não só da data em que o arrendamento começou era lícito esperar que se realizasse uma expedição anterior à de Gonçalo Coelho, mas tudo o que sabemos sôbre ela cabe dentro do contrato. E, se entre 1502 e 1503 se realizou uma expedição, esta deve ser do comando de Fernão de Loronha que, em pessoa, iniciava a exploração de arrendamento. Durante essa viagem, concluímos, descobriu o navegador a ilha de S. João, que sabemos sem dúvida ser a atual de Fernando de Noronha. Não há, pois, necessidade de recorrer à hipótese da expedição de 1501-1502, da qual não consta o descobrimento de qualquer ilha, nem ao mapa de Cantino, onde a ilha tem nome e posição diferentes.

Mais uma vez a cartografia elucida, completa ou confirma os demais documentos históricos. Numa das cartas do chamado Atlas de Egerton, nº 2.803, mapa-múndi, em que se procuram abranger os lineamentos gerais do planêta então conhecido, e cuja fatura remonta a 1509, figura junto à costa da *Terra S. Crucis*, uma vasta ilha, denominada *s. joane baptista*. A mesma ilha e com a mesma designação se inscreve num dos mapas parciais do atlas. Trata-se, é evidente, do eco um pouco tardio do descobrimento de Loronha, pois àquela data já a ilha mudara novamente de nome, como se vê do *Esmeraldo de Situ Orbis* (1505-1508), onde Duarte Pacheco a designa de S. Lourenço, conforme fôra batizada, a 10 de agôsto de 1503, por Gonçalo Coelho.

Mas, se examinarmos no seu conjunto, as duas cartas, breve alcançaremos a explicação da singularidade de assinalar a ilha com aquêle nome. Elas obedecem muito estritamente aos típicos e fantásticos cânones do mapa-múndi de Juan de la Cosa. Embora de fatura italiana, os mapas de Egerton ajustam-se ao conhecido e singular protótipo do grande pilôto biscainho e, por certo, a um dos mapas que êle, em setembro de 1503, mostrou à Rainha Isabel e onde se inscrevia o mais notório dos descobrimentos de Loro-

nha.(1) Mais uma confirmação da viagem de 1502-1503, mas esta de ordem cartográfica. (fig. n. XXIII).

Recapitulando: a existência duma expedição em 1502-1503, sôbre constar duma série de documentos concordes entre si, resolve por forma satisfatória alguns dos problemas que se prendiam ao descobrimento da ilha de Fernando de Noronha e à sua representação cartográfica. Ao invés de Duarte Leite, concluímos que a expedição de 1501-1502, não foi comandada por Fernão de Loronha, o que destrói a base mais segura em que se firmava aquêle historiador para supor o descobrimento da ilha da Quaresma realizado durante aquela emprêsa. A circunstância do nome da ilha estar escrito em cursivo, em vez do semi-gótico da maioria da nomenclatura, não serve igualmente de prova, visto que nos mesmos caracteres se escreveu *illa du fôgo, illa de principe* e outras designações, manifestamente anteriores a 1501. E para terminar: supomos poder afirmar, à vista de tudo o que dissemos, que o mapa de Caverio terá sido traçado cêrca de 1503.

O PLANISFÉRIO DE VESCONTE DE MAGGIOLLO (1504)

Já havíamos terminado êste livro, quando tivemos conhecimento dum nôvo mapa, que vem confirmar plenamente os embargos que pusemos à data que Duarte Leite atribuiu à carta de Nicolau Caverio.

Trata-se dum mapa que recentemente figurou numa exposição cartográfica em Gênova, aliás já referido em 1907 por Crinò, mas a que os cartólogos italianos, tão curiosos e sequiosos dessa espécie de documentos, nunca ligaram importância de maior. Devemos a um ilustre e muito competente cartólogo português, — o comandante Teixeira da Mota — a notícia da existência dêsse nôvo monumento cartográfico, o que aqui vivamente agradecemos.

Tendo obtido uma cópia fotográfica dêsse mapa, desejamos apenas fazer sôbre êle as primeiras considerações que o seu estudo nos sugere em ligação com o presente trabalho. Trata-se dum planisfério do conhecido cartógrafo italiano Vesconte de Maggiollo, existente na Biblioteca Federiciana da pequena cidade adriática de Fano. O mapa, que abrange a Europa, a África e a parte da Ásia e do Nôvo Mundo, conhecida nos alvôres do século de Quinhen-

---

(1) Êsses mapas foram reproduzidos pela primeira vez por Edw. Luther Stevenson, *Atlas of portulan charts fac-simile of manuscript in British Museum*, Nova York, 1911, XV fol. 8-A, e 17 fol. 9-A; e por Duarte Leite em *Os falsos precursores de Cabral*, em *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, t. II, pág. 178, onde aquêle historiador os analisa, mas sem os ligar à expedição de Fernão de Loronha.

tos, é o primeiro, datado, em que figura a costa meridional do Brasil, ou mais concretamente, do atual Estado de São Paulo.

A seguinte legenda assinala autoria, data e local da elaboração:

"Ego Vesconte de Maiollo compoxuy anc cartam de anno dominj 15 (0) 4 die VIII juny in Civitatem janua". Ou seja em vernáculo: "Eu, Vesconte de Maggiollo, tracei esta carta no dia 8 de junho do Senhor, de 1504, na cidade de Gênova".

A condizer com a data, além dos caracteres exteriores do mapa, ressaltam na parte decorativa certas figuras fantásticas, como seja no sul da África, a par de elefantes, camelos e unicórnios.

Na parte superior da região brasileira, lê-se a seguinte legenda:

"Tera de Gonsalvo Coigo vocatur Santa Croxe".

Atendendo a que o *g*, em dialeto genovês se lê *lhe*, podemos traduzir, como o tem feito os especialistas na matéria, — "Terra de Gonçalo Coelho, a que se dá o nome de Santa Cruz".

O primeiro e notável fato a ressaltar desta legenda, é que em mapa italiano, traçado na cidade italiana de Gênova, se dê ao Brasil o nome de "Terra de Gonçalo Coelho" e não Terra de Vespúcio. Quer dizer, um cartógrafo italiano, a quem não eram seguramente alheias as pretensões do florentino Américo Vespúcio, atribui as honras máximas do descobrimento do Brasil a um português. E ainda quando êle tivesse, como é lógico, copiado a legenda dum protótipo português, ou a recebesse por informes da mesma origem, não deixaria de a modificar, se tivesse razões para acreditar numa atribuição diversa e que lisongeava o seu amor próprio de italiano. Assinale-se ainda outra circunstância não menos notável: se o cartógrafo omitiu, o que se nos afigura normal, o nome de Vespúcio, já é muito de extranhar que silencie o de Cabral, então muito mais divulgado que o de Coelho.

Damião de Góis atribui a Gonçalo Coelho o comando da expedição de 1503, que percorreu uma parte das costas brasileiras; por sua vez Gabriel Soares de Sousa punha a seu cargo a chefia da expedição de 1501, que navegou igualmente naqueles litorais. E sabe-se que numa nota de nobiliário antigo, acompanhada dos caracteres da maior autenticidade, publicada na "História da Colonização portuguêsa do Brasil", se atribui a Gonçalo Coelho, pai de Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco, e por seu informe, várias viagens de descobrimento do

Brasil.[1] Testemunhos tardios, embora o primeiro e o último de grande autoridade, não permitiram até hoje objetivar, com segurança, a importância de Gonçalo Coelho como descobridor. O primeiro documento contemporâneo dêsse navegador a atestá-lo é, pois, o planisfério de Vesconte de Maggiollo. E se êle não nos fornece ainda precisões cronológicas sôbre aquelas viagens, atribui-lhes, em globo, uma importância tal que se diria empanar a do próprio Cabral.

Convencidos como estamos há muito, e muito mais que tudo após os lúcidos trabalhos de Gago Coutinho, de que os portuguêses conheciam o Brasil desde alguns anos antes de 1500, pois, à luz da história da náutica, a expedição de Cabral, na parte da viagem até Pôrto Seguro, seguiu uma rota já explorada, uma hipótese acode irresistìvelmente ao espírito: teria sido Gonçalo Coelho o verdadeiro descobridor do Brasil, ou quando menos, um dos exploradores das suas costas em fins de Quatrocentos?

Lembre-se, em apoio, que foi costume dar às terras descobertas o nome do descobridor, tal como aconteceu com a "Terra dos Côrtes Reais", "Terra do Labrador", "Terra de Estêvão Gomes", e já num plano menor: "Estreito de Magalhães", etc. Acrescente-se ainda que o cartógrafo italiano ou antes o seu informador ou autor do respectivo protótipo, não desconhecia o nome de Santa Cruz impôsto por Pedro Álvares Cabral à terra que em 1500 visitou. E se conhecia o nome da terra e certamente o nome de quem o impôs, mais impressionante se torna que o tenha calado, para apregoar apenas o de Gonçalo Coelho.

Trata-se apenas, — não o ignoramos — duma hipótese de trabalho que oferecemos aos especialistas que se dedicam exclusivamente às pesquisas sôbre História dos Descobrimentos. Do que não há dúvida é que ao Brasil, antes de se lhe atribuir êste nome, e que só aparece nos começos da segunda década de Quinhentos, se lhe chamou, a par de *Terra de Vera Cruz* ou de *Santa Cruz, Terra de Gonçalo Coelho.*

---

(1) Como averiguou Carlos Malheiro Dias, Gonçalo Coelho foi pai de Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário de Pernambuco. Num livro sôbre a genealogia dos Coelhos, Duarte de Albuquerque Coelho, que viveu em fins do século XVI, anotou o seguinte, referindo-se a Duarte Coelho, seu avô: «Segundo informação que temos dos mais antigos homens que alcançamos em Portugal, que conheceram o dito Duarte Coelho ainda solteiro, destas viagens que êle com seu pai fazia ao Brasil teve tantas notícias daquela terra e conhecimento do gentio dela, que acrescentando-se a sua qualidade de fidalgo honrado (que êste fôro tinha em casa d'El-Rei), ser muito rico, e seus muitos serviços, e satisfação que El-Rei D. João III dêle tinha e de seu procedimento, e ainda dos serviços de seu pai feitos naquelas partes, lhe fêz mercê da larga doação de Pernambuco». À margem vem a indicação das pessoas que receberam êsse testemunho de Duarte Coelho. (V. *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, t. II, pág. 308.)

Ora, o mapa de Vesconte de Maggiollo — e aqui pretendíamos principalmente chegar — pertence ao mesmo tipo do mapa de Caverio, ou melhor, obedecem os dois ao mesmo protótipo. A nomenclatura geográfica ao longo do litoral é igualmente a mesma. Apenas mais correta em Maggiollo. Assim é que onde no mapa de Caverio se lê *Rio de Caxa*, no de Vesconte figura no mesmo lugar *Rio de cana fistula*, topônimo e situação que outros mapas posteriores confirmam.

Não há, pois, a menor dúvida de que as duas cartas de Vesconte e Caverio são anteriores a 1505, e que registam os resultados das expedições de 1501-1502 e de 1502-1503, esta última que fomos os primeiros a estudar e a revelar.

MAPAS DE MARINI (1512) E BARBOLAN (1514)

Entre 1504 e 1519, nenhum dos mapas conhecidos do Brasil ou onde o Brasil figura, merece grande reparo ou análise detida. Mas, quando se depara o mapa de Lopo Homem, hoje seguramente datado de 1519, uma grande surprêsa colhe o estudioso. Estamos em frente dum nôvo e muito evoluído protótipo da carta do Brasil, ou melhor, duma grande parte da América do Sul, cujas costas atlânticas ostetam uma nomenclatura abundantíssima e, por isso mesmo, em franco desacôrdo com o silêncio das crônicas ou documentos avulsos sôbre a exploração dos litorais brasileiros.

A que numerosas e desconhecidas exposições corresponde êsse traçado, tão nôvo, tão completo e a nomenclatura que peja literalmente os litorais, e onde podem reconhecer-se até indícios de colonização?

É comum entre os historiadores brasileiros a tese do descaso, ou seja, o desdém que durante mais de 30 anos o govêrno da metrópole mostrou pelo Brasil. Só forçados, escrevem êsses historiadores, pela necessidade impreterível de assegurar a soberania portuguêsa ameaçada pelas crescentes incursões dos franceses, a Côrte se teria resolvido a quebrar o seu menosprêzo e desleixo em colonizar o Brasil. Não são êstes ùnicamente os têrmos do problema. Não só, como iremos ver, o esfôrço português em relação ao Brasil foi durante o primeiro quarto de século muito maior do que se tem dito, mas as razões profundas na demora em colonizar as terras que lhe eram garantidas pelo Tratado de Tordesilhas são de outra natureza. A tôdas sobreleva a escassez de população. O número de habitantes de Portugal, nos começos do século XVI, orçava por um milhão e cem mil habitantes ou um milhão e trezentos mil — ou seja aproximadamente o décimo da população de

Espanha, segundo os cálculos mais recentes. Com população por tal maneira escassa, manda a mais elementar justiça reconhecer que é de pasmar que o Estado português pudesse acudir à obra formidável que os descobrimentos geográficos lhe impuseram. Não só lhe cabia defender contra assaltos incessantes a série das fortalezas de Marrocos, desde Ceuta e Santa Cruz de Guer; os castelos do Achem e da Mina, no Gôlfo da Guiné; os da contra-costa, Sofala e Moçambique, mais a série dos estabelecimentos fortificados que se estendiam desde Ormuz a Malaca, desde o Gôlfo Pérsico à entrada do Pacífico. Senhores da linha imensa de litorais de dois continentes, aos portuguêses era mister defender dois oceanos; e para isso tinham de armar e manter no mar as esquadras da costa portuguêsa; as do estreito de Gibraltar; as das Ilhas, que iam esperar aos Açôres as frotas do Oriente; a do Gôlfo da Guiné, que defendia o tráfico e os comboios do ouro; e no Oriente, a do cruzeiro das costas da Arábia, a do Malabar e a de Malaca.

Se em breve os piratas franceses, inglêses e flamengos começaram a assaltar e com maior ou menor fortuna os navios das frotas portuguêsas no Atlântico, também no Índico às esquadras indianas viera juntar-se a do Soldão do Egito, a bordo de cujos navios pululavam soldados e marujos europeus, recrutados por Veneza que, sob capa, acendia e acirrava, com perfídia, tôdas as hostilidades no Oriente contra os portuguêses. Malgrado esta dispersão formidável de esforços, Portugal encontrava ainda esquadras, e por vêzes as mais numerosas, para enviar auxílio dos Estados cristãos em luta contra os muçulmanos no Mediterrâneo.

O resultado foi que, mais de uma vez, o Estado teve que recorrer ao recrutamento de mercenários por centenas de milhares, para manter de pé o espantoso edifício do seu domínio ultramarino. Um passo do *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa nos pode dar uma idéia da afluência enorme de estrangeiros ao serviço de Portugal, no tempo em que o problema da colonização do Brasil começava a preocupar angustiosamente os governantes portuguêses. Martim de Sousa levara consigo 400 homens na sua armada em direção ao Brasil. Chegado, nos fins de 1531, às proximidades do estuário do Prata, seu irmão Pero Lopes encarregou-se de ir explorar o rio e "pôr uns padrões e tomar posse do dito rio por El-Rei nosso senhor", com um bergantim, tripulado e defendido por 30 homens. "A terra, escrevia êle, é a mais formosa e aprazível que eu jamais cuidei de ver; não havia homem que se fartasse de olhar os campos e a formosura dêles".[1]

---

(1) *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, publicado por F.A. Varnhagen, Lisboa, 1839, pág. 40.

Aquêle homem do Renascimento, já impregnado do sentimento da natureza, desentranha-se, como outro Colombo, malgrado a secura comum aos diários de bordo, em exclamações de pasmo, constantemente guindado ao superlativo, perante o espetáculo da terra coberta de árvores e de animais silvestres. Em certo ponto exclama: "Esta terra dos carandins é alta ao longo do rio e no sertão é tôda chã, coberta de feno que cobre um homem. Há muita caça nela de veados e emas, e perdizes e codornizes. É a mais formosa terra e aprazível que pode ser. Eu trazia comigo alemães e italianos, homens que foram à Índia e franceses: todos eram espantados da formosura desta terra; e andávamos todos pasmados que não nos lembrava tornar". [1]

Em 30 homens que levava consigo, havia alemães, italianos e franceses, no plural. Para nos limitarmos aos anos em que começou a colonização do Brasil, iremos mostrar com quanta urgência e intensidade foi necessário ao Estado suprir a falta de homens, para acudir às armadas e às fortalezas; malgrado o trabalho incessante dos estaleiros da Metrópole e das ilhas, faltavam navios para acudir a tôdas as armadas; apesar dos fornos trabalharem sem parar, escasseava o biscoito para fornecer as frotas da Índia, cuja viagem de ida e volta durava cêrca de um ano; e a mesma pólvora se esgotava com freqüência e era necessário ir buscá-la fora do reino. Os correios sucediam-se, uns aos outros, para instar aflitivamente com os feitores del-rei na Andaluzia, na Biscaia, em França, que se esforçassem por encontrar remédio a tantas mínguas.

As cartas de D. João III para o seu vedor da fazenda, o Conde da Castanheira, refletem a cada passo a angústia do soberano, que, dispondo de minúsculo reino, tão escasso de homens e recursos, tinha que defender a posse de meio mundo. Em 1533, para acabar de juntar a armada que tinha de partir para a Índia com 3.000 homens de socorro, foi mister mandar comprar alguns navios à Galiza e à Biscaia, e importar da Andaluzia 6.000 quintais de biscoito. [2] Na Andaluzia, em maio de 1534, se iam recrutar besteiros e espingardeiros para acudir a Arzila; e dali, em junho dêsse mesmo ano, partiam ainda outros mil soldados, sob o comando de D. Rodrigo da Cunha para socorrer Safim. Em 1535, de nôvo o Estado importa de Andaluzia, além de 100 quintais de

---

(1) *Ibidem*, pág. 47.

(2) *«Letters of John III, king of Portugal»* the portuguese text edited with an instruction by J.D.M. Ford, Harvard University Pres. Cambridge, Massachussets, 1931, pág. 122.

pólvora, 1.000 quintais de biscoito. E em 1541, como as hostilidades do Xerife ameaçassem gravemente Mazagão, e a fortaleza do cabo de Guer fôra cercada, de nôvo, D. João III manda recrutar soldados àquela província de Espanha e a embargar "tôdas as naus e navios assim de naturais como de estrangeiros, que há no pôrto dessa cidade (Lisboa) e em Setúbal, Cezimbra e Alcácer do Sal". (1)

Êstes fatos, por eloqüentes e circunscritos a um período que tanto importa, dispensam maior alarde documental, fácil de estadear para demonstrar quanto a Portugal, ocupado com a África e o Oriente, era extremamente difícil colonizar, logo depois do descobrimento, os seus territórios americanos.

A estas circunstâncias acrescia a disparidade enorme que havia entre a África e a Ásia dum lado, e o Brasil do outro, na balança das solicitações mais instantes à atividade portuguêsa. Só da Mina e do Achem, sem falar dos rios da Guiné, tiravam D. João e D. Manuel mais de 200.000 dobras de ouro fino por ano (2) e Sofala prometia, ao princípio, igualar o gôlfo da Guiné em produção. Do Oriente, nos primeiros anos, a afluência das mercadorias opulentíssimas ou nunca vistas — especiarias, drogas, perfumes, pedras preciosas, tecidos raros, porcelanas, armas tauxiadas, xarões — desequilibrando de súbito tôda a atividade do reino e dos próprios mercados europeus, era bem de molde a desvairar os ânimos daqueles homens saídos duma Idade Média, tão sóbria e morigerada, e a absorver, como sucedeu, as melhores ambições e energias da grei. Que outra nação, ainda quando mais rica e populosa, poderia resistir a êsse prestígio fascinante que o Oriente, havia tantos séculos, exercia sôbre tôda a Cristandade, acenando-lhe com as fulgurações duma civilização esplendorosa? Bem mais rica que Portugal em capital humano e possibilidades de vária ordem, Castela, deslumbrada com as riquezas metálicas do México e do Peru, apesar de tudo, de menor perspectiva, abandonou para sempre um mundo que não só lhe pertencia, mas tinha à sua mão: as Guianas e o vale do Amazonas.

Em compensação do ouro das minas africanas e dos esplendores nunca vistos do Oriente, adquiridos a povos habituados ao comércio, que ofereciam as plagas americanas a êstes portuguêses que traziam a vista deslumbrada com aquêles tesouros? O pau-brasil, canafístola, animais exóticos — bugios e papagaios — que era necessário ir buscar à selva, pois os nômades aborígenes des-

---

(1) *Ibidem*, págs. 173, 185, 194, 200, 212, 366.
(2) São os cálculos de DUARTE PACHECO V. *Esmeraldo*, págs. 111 e 114.

conheciam o tráfico organizado. Desembarcado, o português encontrava à frente a muralha impenetrável da floresta tropical e, à beira dela, tribos nuas na idade da pedra.

Handelmann, escrevendo em 1860, ao referir-se às dificuldades em que se encontravam os primeiros donatários para chamar colonos às suas terras, faz a resenha destas mesmas razões. Ouçamos: "Cumpre, porém, nêste particular, ter sempre em conta que o próprio Portugal é pobre em população e dificìlmente seria então mais povoado que hoje com seus três e meio milhões de habitantes; desta forma poucos emigrantes tinham para dar às colônias. E dêsse restrito número de emigrantes sòmente tocou ao Brasil a menor fração; quem poderia ser tentado a conquistar tesouros do solo, com o arado, num país semi-bárbaro, quando se lhe oferecia uma rica terra da velha civilização, como o Industão, onde se poderiam adquirir melhores proventos, com menos trabalho, na carreira das armas? Para ali, portanto, tinham sempre volvidos os olhos o povo e govêrno; uma porção de heróis conquistadores abriam a tôda a gente uma carreira de honra e de riqueza; para lá afluía a juventude empreendedora, o mercador, o navegante; e em compensação, escoava-se das Índias orientais uma farta e ininterrupta corrente de tesouros para Portugal".[1] Simplesmente haverá que multiplicar por três as dificuldades já de si tão grandes, que o historiador alemão atribuía à escassez de habitantes solicitados pelas atividades do Oriente.

D. Manuel, malgrado a escassez dos seus dotes naturais, pois estava longe de possuir o gênio político do seu antecessor, e nem sequer partilhava do zêlo fervoroso de D. João III, fêz o que podia e as circunstâncias aconselhavam: arrendou a terra de Vera Cruz, segundo o processo inaugurado por D. Afonso V. O rei Africano, deslumbrado pelo sonho das glórias conquistadoras em Marrocos, êle também sem o gênio do tio, o *Infante Navegador*, nem do filho, o *Príncipe Perfeito*, arrendou o comércio da Guiné a Fernão Gomes com a obrigação dêste descobrir certo número de léguas cada ano. Fernão Gomes, a breve trecho, enriqueceu. Durante o tempo do seu contrato deparou com a Mina, isto é, com o tráfico do ouro em grande escala, atrás do qual o Infante se afadigara. Construiu um palácio tão opulento que veio a ser paço de reis, e em breve foi conhecido pelo apôdo eloqüente de *Fernão da Mina*. A fama da fabulosa riqueza do arrendatário soou longe e as expedições clandestinas, não só de portuguêses, mas de castelhanos e flamen-

(1) H. HANDELMANN, *História do Brasil*, tradução e edição brasileira, feita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1931, pág. 89.

gos, começaram a buscar aventurosamente as costas donde vinha o cobiçado metal. Assim, D. João II, apenas subiu ao trono, mandou um dos seus melhores cavaleiros com uma armada, carregada da pedra lavrada e oficiais mecânicos, para construírem a fortaleza de S. Jorge da Mina.

A experiência estava feita. Mais valia prevenir do que remediar. Ao arrendamento era preciso juntar a cláusula da construção de feitorias — fortalezas. E foi o que D. Manuel fêz. Mas quem iria tomar conta do arrendamento? Aos poucos portuguêses senhores de capitais, e aos ricos mercadores estrangeiros residentes em Portugal, interessava mais que tudo a participação no comércio do Oriente. Ofereceu-se um ou mais cristãos novos; e D. Manuel, malgrado a aquiescência, meio estólida, meio servil, à política antijudaica dos Reis Católicos, não desprezava o concurso dos israelitas, que fingiam acreditar no credo católico. A carta de Rondinelli informava que o arrendamento da terra de Vera Cruz se fizera a um grupo de cristãos novos; e de vários documentos se conclui que o único ou principal arrendatário foi Fernão de Loronha, cidadão de Lisboa, cavaleiro da casa de El-Rei, a quem fôra concedida carta de brasão e que aparece nos fins do século XV e princípios do seguinte muito ligado à emprêsa comercial ultramarina, não só no Brasil, mas na África e no Oriente. Êste conjunto de circunstâncias penderam alguns autôres a pôr em dúvida que Fernão de Loronha fôsse judeu converso. E Antônio Baião, que estudou a sua genealogia e as circunstâncias da sua atividade comercial no ultramar, embora admitindo a possibilidade das suas origens israelitas, aduz que nenhum documento existe donde se possa concluir êsse fato. [1]

Já depois da publicação da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, apareceram documentos que, segundo cremos, tornam muito provável, senão segura, a afirmação de Rondinelli. Em 1537 Rui Lopes, em seu nome e de mais vinte e cinco ou trinta companheiros, todos bombardeiros e cristãos novos, queixava-se a D. João III dos agravos feitos contra êles por Diogo Botelho, capitão dos bombardeiros, e pedia justiça. O requerimento exemplificava: "E assim a êle, dito Rui Lopes, tomou uma nau que lhe tinham dado os Loronhas, armadores, e a deu a outrem, sendo dos ditos Loronhas; e isto diz que faz por serem cristãos novos".

O apôdo de cristão novos, jogado pelo feroz Botelho, manda a lógica sintática que se refira a Rui Lopes e aos Loronhas. A isto

---

(1) Vide A. Baião, *O comércio do pau-brasil*, in *História da Colonização Portuguêsa do Brasil*, t. II.

acresce que o favor dos Loronhas a Rui Lopes, pela sua importância, já faz suspeitar de laços veementes de solidariedade com o bombardeiro; e o agravo feito a êste estendia-se aos armadores.

Êste fato não deixa de ter seu interêsse e significado. É de crer que o *Rei Venturoso*, se acaso tivesse súditos naturais e de sangue *limpo*, com capitais e disposição para tomar conta do arrendamento, não o entregasse aos Loronhas, tanto mais que a cláusula da construção de feitorias-fortalezas representava delegação de soberania. A exploração do Brasil terá assim começado sob o signo da carência portuguêsa em homens e capitais. É o primeiro sintoma — e não faltarão outros bem mais graves — das dificuldades em que se via o Estado para explorar todos os seus vastíssimos domínios.

O arrendamento durava três anos desde 1502 a 1505; e vimos que, logo em 1502 partiu uma armada sob o comando do próprio Fernão de Loronha a iniciar a exploração que arrendara e a cumprir as cláusulas do contrato, durante o qual se terá descoberto a atual ilha de Fernando de Noronha, e muito provàvelmente construído a primeira feitoria-fortaleza de Pernambuco. No ano seguinte de 1503, sabe-se ter partido uma armada de seis navios sob o comando de Gonçalo Coelho, e a bordo da qual seguia Américo Vespúcio de quem correram impressas várias cartas ou relações sôbre essa viagem, mas tão difíceis de ajustar, quer entre si, quer com a realidade geográfica e náutica, que dificilmente se pode apurar no acervo de fantasias algum fato reconhecidamente exato. Informa uma dessas relações, o que está de acôrdo com as cláusulas do contrato, que os portuguêses fundaram uma feitoria-fortaleza, provàvelmente em Pôrto Seguro, na qual ficaram em defesa vinte e quatro homens, com doze bombardas, por seis meses.

Nada de positivo se conhece sôbre a atividade náutica a que obrigavam as cláusulas do arrendamento durante o ano seguinte de 1504-1505. Mas não é provável que os arrendatários desistissem de prosseguir na tentativa, malgrado o naufrágio dalguns navios da frota de Gonçalo Coelho, e tanto mais que a fundação das feitorias implicava continuidade da navegação, quando mais não fôsse para render as guarnições e renovar os mantimentos. Aliás, Masser, o espia veneziano, na sua *Relação* escrita em 1505-1507, referindo-se ao Brasil afirma: "... do qual se trazem todos os anos vinte mil quintais de brasil ... o qual foi arrendado por Fernão de Loronha, cristão nôvo, durante dez anos por êste sereníssimo rei, por quatro mil ducados ao ano. O qual Fernão de

Loronha manda todos os anos à dita terra nova os seus navios e homens a expensas suas, com a condição de que êste sereníssimo rei proíba daqui em diante se extraia da Índia".([1])

A *Relação* de Cha Masser e a carta de Rondinelli completam-se e confirmam-se mùtuamente, até na circunstância de chamar cristão nôvo ao arrendatário. Vejamos quanto ao resto: o primeiro contrato, em boa razão, nunca poderia exceder três anos, pois não só dentro dêsse prazo se exgotavam as obrigações impostas pela cláusula do descobrimento, dados os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, mas êsse prazo bastava para se apreciarem as possibilidades de tráfico de maneira a fixar a quantia certa a pagar pelo arrendamento. A eliminação daquela cláusula e das que respeitam aos encargos crescentes do contrato tinham que ser as conseqüências lógicas do primeiro triênio de exploração. Reconhecida também a escassez de produtos a explorar, o principal dos quais — quase único — se averiguava ser o pau-brasil — é fácil de compreender que o arrendamento passasse a fazer-se na base duma quantia fixa; e fatal a proibição de importar do Oriente a madeira que dera o nome à região. Não só a importação da Índia seria mais incômoda e custosa, mas, sem essa condição, difícil se tornava ao arrendatário o benefício certo da exploração. Finalmente, a continuação do arrendatário na pessoa de Fernão de Loronha, afigura-se-nos de todo lógica, dadas as dificuldades duma exploração que começa, tão eloqüentemente demonstrada na segunda viagem, durante a qual, de seis naus, só duas regressaram ao reino; a experiência de primeiro concessionário; e até a conveniência de continuar a guarnecer as feitorias.

Desde a *Relação* do veneziano até 1508, nenhuma outra referência à exploração comercial do Brasil se conhece. Mas um indício, e êste inédito, segundo cremos, temos de que o tráfico de pau-brasil e, por conseqüência, a navegação para as costas sul-americanas não afrouxava. Referimo-nos atrás a uma pragmática de 29 de agôsto de 1503, pela qual *Isabel, a Católica,* informava de que entrava em Espanha por mar e por terra muito pau-brasil. doutros reinos, proibia, sob graves penas, que se comprasse pau de tinturaria que não fôsse das Índias de Castela. Não obstante a régia proibição, a rainha D. Joana era obrigada a confirmar e fazer publicar de nôvo aquelas disposições, a 11 de junho de 1510, porque, segundo dizia, "ahora a my es fecha relacion que sin embargo de la dicha pragmática . . . muchas personas contra el thenor

---

(1) O Regimento foi publicado na integra, por ex. em apêndice ao estudo de A. Baião, anteriormente citado, pág. 140.

y forma dello han traido y traen y venden y compran brasil de fuera de los dichos mys reynos e señorios". Em igual data se mandou a mesma pragmática para os reinos de Aragão, Sicília e Nápoles.

Dos próprios têrmos utilizados pela soberana — "muchas personas han traido y traen" — se infere que não só a importação de brasil do Brasil não sofrera interrupção, mas àquela data se fazia com intensidade. Outro fato, e êste referido ao ano de 1511, nos prova que tampouco findara a exploração, e o sistema das feitorias-fortalezas e de entregar o comércio a particulares. Nêsse ano a nau Bretoa que fôra armada por Bartolomeu Marchione, Benedetto Morelli, seu sobrinho, Fernão de Loronha e Francisco Martins, largava de Lisboa em direção ao Brasil para aí carregar o pau de tinturaria. No regimento da nau, acompanhado dum pequeno diário de bordo, interessante documento que chegou incólume até nossos dias, se ordenava ao capitão: "Tanto que em boa hora chegardes ao Cabo Frio, onde estiver o feitor, lhe entregareis tôdas as mercadorias que levardes ... Não consentireis que nenhum homem saia na terra, sòmente na ilha onde estiver a feitoria, e não consentireis que nenhum homem resgate coisa alguma sem licença do feitor".[1] E frisa ainda: "Vos lembrará de terdes grande vigia na gente que mandardes fora para que vá sempre a bom recato e com pessoa tal que olhe por êles, de maneira que não se possa lá na terra lançar, nem ficar nenhum dêles, como algumas vêzes já fizeram, que é coisa muito odiosa ao trauto e serviço do dito senhor (El-Rei)". Daqui se depreende que mais de uma vez se repetira o caso dos grumetes da armada de Cabral que tinham fugido para terra. A nova terra exercia uma atração insuperável sôbre os nautas portuguêses. Tornava-se mister, quase, prendê-los a bordo. Que fôrça os arrastava a abandonar tudo, — pátria, a família, a vida certa — pela terra desconhecida? Segundo cremos, as solicitações do instinto e da vida sem peias em sêres inadaptados à disciplina excessiva e à servidão econômica das sociedades medievais da Europa. Eram escravos, a quem a vida da selva acenava com os encantos da vida livre e fácil.

Mas doutra passagem do Regimento se vê que o complexo de civilização representado pelos portuguêses fascinava igualmente os ameríndios, a ponto dêstes embarcarem de motu-próprio nos navios para acompanhar o adventício à sua terra: "Não trareis na dita nau em nenhuma maneira pessoas dos naturais da terra do dito

(1) O Regimento foi publicado na integra, por ex. em apêndice ao estudo de A. Baião, anteriormente citado, págs. 344 e seg.

Brasil, que queira cá vir viver ao reino, porque se alguns cá falecem, cuidam êsses de lá que os matam para os comerem, segundo entre êles se costuma". Também a êstes era necessário vedar o acesso às naus. As duas raças e culturas atraíam-se tanto mais, quanto mais eram diferentes. Os motivos desta atração do indígena não ficavam por aqui; outros constataremos.

O Regimento, em seu conjunto, afigura-se-nos uma peça de grande interêsse, e até hoje pouco ou mal aproveitada pelos historiadores. Êle nos fornece alguns conhecimentos preciosos, dada a carência de documentos referentes a esta época: sôbre a derrota dos navios que iam de Lisboa ao Brasil; as mercadorias de troca com os indígenas; os antecedentes da exploração; e as disposições do Estado quanto às relações entre portuguêses e aborígenes.

O Regimento manda expressamente, e sob pena grave, que a nau siga de Lisboa diretamente até ao Brasil, sem qualquer escala ou detença, a não ser a costumada pescaria na Angra dos Ruivos, nas costas da Berbéria, e salvo qualquer incidente grave inesperado. O mesmo deve fazer à volta. E assim o fêz a nau Bretoa. Na viagem de ida dispendeu de Lisboa até avistar as paragens do Rio de S. Francisco, 43 dias; e 68 até ao Cabo Frio, depois de uma escala de 15 dias na Bahia. Números excepcionais. No regresso, a Bretoa veio pelo *Sanega*, que avistaram apenas; e daí, passando pelos Açôres, como era costume, dispenderam no total até Lisboa 83 dias; excelente média para uma viagem de regresso, ao arrepio do alisado. A ordem expressa de não fazer escalas no caminho, a obediência à prescrição e a duração dos dois percursos, tão exígua, indicam rota costumada e estudada e, mais do que isso, diuturnidade de navegação, que permitia estabelecer normas rígidas.

Mas notável é o que apuramos dêste documento quanto às mercadorias de troca com os indígenas. Felizmente, o pilôto da nau, João Lopes de Carvalho, que havia mais tarde de guiar a esquadra de Fernão de Magalhães por aquelas mesmas paragens, lembrou-se com alguns dos marinheiros, enquanto a nau, à ida, parava na Bahia de Todos os Santos, de roubar uma parte dos objetos destinados às trocas com os aborígenes. O capitão mandou fazer uma busca na câmara de cada oficial e no alojamento dos tripulantes e lavrar auto do ocorrido: "Aos cinco dias do mês de maio, em segunda-feira, na Bahia de Todos los Santos, se furtou certa mercadoria da armação, a saber: machados, machadinhas e cunhas, e logo pelo capitão foi feita esta diligência que se segue". Encontraram-se vários dos machados e machadinhas furtados,

que os tripulantes, por certo, queriam para o seu intercâmbio individual com os indígenas. Êste pequeno tráfico da marinhagem era hábito velho, quanto o qualificativo é de empregar neste caso. Com efeito, o Regimento manda: "E não consentireis que nenhuma pessoa que nela (na nau) vá, possa comprar ferramenta, que para isso levem, sòmente o possam fazer depois da dita nau". E anteriormente, depois de proibir a venda das armas, agrega: "Poderão levar facas e tesouras, como sempre levaram". Esta, isto é, a pequena ferramenta, lhes era permitido adquirir. Adquirir e trocar. O comércio da grande, constituía monopólio dos arrendatários, armadores da nau. Eis o quadro dos objetos que serviam de troca entre os portuguêses e os indígenas. E chega a parecer extraordinário que no Regimento se possa dizer: "levar facas e tesouras, como sempre levaram". Êste "sempre" indica, com efeito, uma continuidade que difìcilmente poderia ser inferior a 10 anos ininterruptos.

Pelos meados dêsse mesmo século, Hans Staden, descrevendo os costumes dos indígenas, relatava o modo como êles cortavam "antes de cá virem os navios" e ainda cortam aquêles que não podem "adquirir ferramentas cristãs, como machados, facas e tesouras", — exatamente os instrumentos que distinguiam a carga da nau Bretoa. [1]

E quando os primeiros observadores sistemáticos da vida dos indígenas, — os jesuítas — começaram a tomar e a enviar as suas notas para a Europa, logo se aperceberam dessa fascinação dos aborígenes que os movia irresistìvelmente a aproximar-se dos portuguêses. O Padre Manuel da Nóbrega, cujas cartas são tão instrutivas neste particular, escrevia em 1550 ao Pe. Simão Rodrigues: "Os gentios desejam muito o comércio dos cristãos pela mercância que fazem entre si do ferro, e disto nascem da parte dêstes tantas coisas ilícitas e exorbitantes que nunca as poderei descrever".[2] Noutra das suas cartas, de 1552, para el-rei D. João III, o Pe. Nóbrega vai mais longe e insinua que o comércio dos cristãos se tornou para os Índios dum interêsse tão vital, que se poderia obrigá-los a fazerem-se cristãos, com a ameaça de lhes vedar aquelas trocas. "Porque gente que não tem Deus, dizia êle, por quem morram, e tem tanta necessidade de resgate (comércio), sem o

---

(1) HANS STADEN, *Viagem ao Brasil*, versão de Alberto Löefgren, publicação da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1930, pág. 140.

(2) Pe. MANUEL DA NÓBREGA, *Cartas do Brasil*, 1º vol. das *Cartas jesuíticas*, publicação da Academia Brasileira de Letras, pág. 108.

qual não terão vida, ainda que muito a salvo nos pudessem botar da terra, não lhes convinha, e se os obrigarem a serem cristãos para poderem resgatar, fàcilmente o farão e já agora o fariam, se lho defendessem; e, porém, a necessidade que temos dêles e de seus serviços e mantimentos o não permite".(1) Não é menos interessante esta última afirmação sôbre os inconvenientes de tomar tal medida, pois nos mostra a interdependência das duas raças e as razões econômicas que determinavam surda, mas irresistivelmente, as suas relações mútuas.

Esta base das trocas econômicas entre os dois povos já estava em 1510 tão sòlidamente estabelecida que podia ditar as normas dos Regimentos. Tudo, por conseqüência, leva a concluir que a prática do comércio tão selecionado, e da internavegação, tão fixa com o Brasil, nunca poderia ser inferior a 10 anos de continuidade ininterrupta.

Observaremos ainda de passagem que o Regimento da nau Bretoa nos revela as normas prudentes e humanitárias que a Coroa impunha às relações dos portuguêses com os aborígenes. Ali se estabelece: "Defendereis ao mestre e a tôda a companhia da dita nau que não faça nenhum mal, nem damno à gente da terra; e se alguém fizer o contràrio o fareis assim escrever ao dito escrivão. E se vós (o capitão) por alguns respeitos não mandardes que o faça, êle de seu ofício será obrigado de o assim cumprir, sob pena de perder metade do seu ordenado para o Hospital de Todos os Santos desta cidade. E qualquer pessoa da dita nau que isto não guardar perderá também metade do seu soldo além de que lhe for dada qual outra pena, que por justiça merecer, segundo a qualidade do que fizer".

Acrescentemos que do mesmo Regimento se conclui que iam a bordo os novos feitor e escrivão da feitoria de Cabo Frio, João de Braga e Jerônimo; e, ainda que no Diário se não diga expressamente, deve supor-se que regressaram a Portugal os oficiais do estabelecimento comercial que ali estavam anteriormente. Uma das funções da Bretoa era, por conseguinte, fazer a rendição do pessoal, e que estabelece a continuidade com o ano anterior de 1510 e o seguinte de 1512.

Não terminaremos sem assinalar que no Diário da nau Bretoa, por quatro vêzes se emprega a expressão "ho Brasil", aplicada à

---

(1) *Ibidem*, pág. 135.

vasta região a que a embarcação se dirigia. É também no ano seguinte que a palavra aparece pela primeira vez, com a mesma extensão na cartografia ou seja, na:

"ORBIS TYPUS UNIVERSALIS TABULA"

Jeronimi mari fecit venetia MDXII

(Jeronimo Marini a fez em Veneza, em 1512) [1]

Êste é, com efeito, o primeiro mapa em que aparece o nome *Brasil* para designar as terras até então conhecidas por *de Vera Cruz, de Santa Cruz, dos Papagaios, do Brasil, del Brazille,* etc.

O planisfério está orientado para o sul, conforme o costume dos árabes, cuja cultura influiu consideràvelmente os venezianos através de Alexandria. Na região da Palestina vê-se o presépio, o que filia êste mapa na cartografia medieval-cristã; e, em tôrno do planisfério, alegorias representando o Sol, a Lua e as estrelas em fundo de céu azul, os dois ventos Leste e Oeste e duas esfinges; no alto, no centro da legenda inscreve-se um brazão, porventura da família Marini.

Mais que tôdas, são pequenas obras primas as iluminuras representando duas grinaldas de anjos com meninos, que trepam por longos fustes enramados e colhem frutos dentre a folhagem cerrada.

O mapa apresenta os caracteres duma rigorosa autenticidade. A morfologia geral dos continentes, com seus erros de latitude e longitude no traçado do Mediterrâneo e da África e na posição das Ilhas de Cuba e Haiti, a nomenclatura geográfica, ainda que sumária, são perfeitamente sincrônicas com a data.

A assinalar, como arcaica, a forma da Inglaterra e, como inovação interessante, a figuração mais exata das Penínsulas Escandinava e de Malaca, esta última nas suas relações com a Ilha de Sumatra.

O traçado geral da América do Sul e do Brasil, ainda que esquemático e referido apenas a parte das costas orientais, filia-se estreitamente nos protótipos de Hamy e Caverio, cuja influência dominou até 1516.

---

(1) Original miniado e iluminado em pergaminho pertencente à Mapoteca do Itamaraty.

Mas o primeiro elemento de autenticidade do mapa de Marini é o seu estreito parentesco com a carta veneziana de Fra Mauro, de 1459. Igual num e noutro dêstes monumentos a orientação pelo Polo Sul; semelhante a divisão em partes iguais do ecúmeno por um equador (no sentido etimológico da palavra) que passa ao sul do estreito de Gibraltar, mas pelo Mediterrâneo; aparentadas as figurações da Ásia meridional e oriental, particularmente no que respeita à posição de Ceilão e Sumatra; e idêntica quase sempre, para a Europa e a Ásia, a nomenclatura geográfica. Assim, a designação *Thebet*, na Ásia central, extremamente rara em mapas quinhentistas, figura já no mapa-múndi de Fra Mauro e provém de Marco Polo, também veneziano.

Sob êste ponto de vista e principalmente pela situação do Equador, o mapa de Marini tem uma grande importância na história geral da cartografia: representa uma concepção mediterrânea e veneziana do Mundo novamente descoberto.

O Mediterrâneo continua a ser, como nas cartas de marear medievais, o eixo do ecúmeno, e os novos conhecimentos geográficos são apenas assimilados ao fundo da cultura veneziana, enriquecida pelas viagens de Marco Polo e os contatos com a cultura árabe. O mundo permanece como era para os venezianos, especìficamente oriental e asiático.

Não obstante, mostram-se tão bem informados que já dão à terra de Santa Cruz o nome de Brasil, assinalável em documentos portuguêses, possìvelmente, desde 1508.(1)

"UNIVERSAL ORBE DELLA TERA"

Fra Michiel Barbolan — Venezia 1514,

Outro mapa duma data aproximada e também veneziano o planisfério, cujo original em pergaminho se guarda na Mapoteca do Itamaraty, pertence ao número muito reduzido dos mapas manuscritos das duas primeiras décadas do século XVI, hoje existentes, e em que figuram as terras do Nôvo Mundo.

---

(1) Com efeito, em «O Livro», de Francisco Rodrigues, pilôto que foi da primeira armada que descobriu o arquipélago das Molucas (1511-1512), já se lê no respectivo índice: «As trimta ffolhas achares o brasyle», referido aqui o topônimo a um mapa do Brasil, incluído no texto, sem nomenclatura e obedecendo ainda ao protótipo de Caverio. Considerando a data em que o pilôto partiu de Portugal e os anos em que permaneceu no Extremo Oriente, pode calcular-se que a data do mapa seja de c. 1508 e, em qualquer caso, anterior ao Regimento da nau Bretoa. Veja-se «The Suma Oriental of Tomé Pires and The Book of Francisco Rodrigues» com o texto em português, versão inglêsa, introdução e comentários de Armando Cortesão, ed. Hackluyt Society, Londres, 1944, págs. 307 e 353.

Justificando a procedência veneziana, também êle apresenta a designação BRASIL, com a localização que iria generalizar-se durante o século de Quinhentos, e outras particularidades de morfologia e nomenclatura, que o aparentam com o mapa de Marini e, através dêle, com o de Fra Mauro, de 1459.

A Inglaterra e a Irlanda continuam a figurar com forma arcaica; a posição das ilhas de Ceilão e de Sumatra, em relação às penínsulas industânica e malaia, filiam-se na de Fra Mauro; a situação da extrema protuberância norte-oriental do Brasil, assim como a de Cuba e Haiti, continuam a refletir os erros grosseiros da carta de Hamy.

Particularidade original do mapa de Barbolan é a fusão das regiões árticas da América e da Europa, transição entre a concepção medieval da Groenlândia européia e o conceito português da Groenlândia, conexa com o Nôvo-Mundo. Êste fato marca a importância singular dêste mapa na evolução das idéias sôbre a configuração geral dos dois Mundos. [1]

Por sua vez, mapas de Marini e Barbolan confirmam por forma cartográfica e insofismável o que dissemos sôbre a continuidade das viagens de caráter comercial entre Lisboa e as costas do Brasil. Só a intensidade do tráfico do pau-brasil, definindo econômicamente a Terra de Santa Cruz, poderia ter causado tão ràpidamente a troca da designação religiosa pela de Terra do Brasil e, por fim, apenas Brasil e a sua difusão no estrangeiro. As duas formas, Terra do Brasil e "ho brasil", *tout court*, ainda aparecem conjuntamente no Regimento e Diário da nau Bretoa, mas desde então, a segunda prevalece inteiramente. De qualquer forma, pode afirmar-se que, entre 1508 e 1510, o nome Brasil que a princípio assinalava apenas um rio, o Buranhém, passa a aplicar-se a tôda a região da América do Sul que os portuguêses, lícita ou ilìcitamente, incluíam no hemisfério a leste do meridiano de Tordesilhas.

Desta sorte, também já não é tanto de pasmar que no mapa de Lopo Homem de 1519, as costas brasileiras sejam debruadas por uma dupla e ondeante fila de topônimos, cujo número excede largamente a centena.

---

(1) O mapa de Barbolan foi oferecido ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil pelo Embaixador Raul Regis de Oliveira, que o adquiriu em Londres de um colecionador particular.

CARTA DO BRASIL DE LOPO HOMEM (1519) E KUNSTMANN IV (1519)

Existe desde 1897, na Biblioteca Nacional de Paris, um Atlas português que os historiadores fazem unânimemente remontar ao primeiro quartel do século XVI. A extraordinária peça é conhecida naquela biblioteca por Atlas Miller, do nome do seu último possuidor, para cujas mãos passou das do Visconde de Santarém. Êste último deve tê-la adquirido a um livreiro de Paris, que, em 1855, a tinha à venda. Compõe-se êste atlas de 8 cartas distribuídas por 4 fôlhas de pergaminho, abrangendo a Europa, a Ásia e a América, então conhecidas, e uma parte da África, com o Índico ocidental. É quase certo tenha desaparecido uma carta da parte restante do continente africano.

Com êsse atlas e das mãos dos mesmos possuidores entrou naquela Biblioteca uma outra grande fôlha de pergaminho com duas cartas: no rosto a Europa e o Mediterrâneo; no verso, o Atlântico Norte com as costas ocidentais da Europa, noroeste da África e parte da América Central. Estas duas cartas são visìvelmente da mesma fatura que as primeiras e tem sido geralmente admitido que pertenceram, quando não àquele atlas, pelo menos ao mesmo autor. Se o traçado geográfico dêste conjunto fazia do atlas um dos monumentos mais valiosos da história da cartografia, outra circunstância lhe dá um valor inestimável: tôdas as cartas estão literalmente recobertas de iluminuras dum gôsto, colorido e execução finíssimos.

Esta circunstância sobe de ponto em relação à grande carta do Atlântico Norte e àquela que mais nos interessa e a que podemos chamar de Atlântico Sul, do Brasil. Assim o Atlas, além de constituir um notabilíssimo monumento da cartografia portuguêsa, sobe de interêsse com a coleção das belas miniaturas quinhentistas, irrecusàvelmente saídas da mão de um ou de mais mestres daquela época.

De três gêneros são estas iluminuras: navios (naus e caravelas perfeitamente diferenciadas e, além disso, vários tipos de embarcações orientais) sulcam os oceanos; figurações, mais ou menos convencionais, de cidades, homens e animais, em especial sôbre as cartas do Oriente; e, finalmente, certas reproduções de homens e animais realizadas com admirável realismo, singularmente nas duas cartas atlânticas a que nos referimos, na segunda das quais aparece debuxada a costa brasileira em tôda a sua extensão. Nestas duas cartas o desenho dos animais — veados, ur-

sos, macacos, papagaios e araras, é extremamente feliz, considerada a época em que foi realizado.(1)

Lá está a grande protuberância oriental da América do Sul, firmemente traçada desde as duas largas aberturas do Amazonas (com o contôrno das ilhas de Marajó, quase inteiramente delineado) até ao vastíssimo rasgão do estuário do Prata e parte da costa que se lhe segue ao Sul. Ao lado da carta numa longa cartela, uma legenda em latim ensina que "Esta é a carta da região do *grande Brasil*", situado ao ocidente das Antilhas de Castela, referindo-se a seguir aos habitantes, à sua cor, hábitos de antropofagia, perícia no manejo do arco, abundância de papagaios versicolores, de muitas outras aves, feras e macacos e, finalmente, à grande abundância duma árvore chamada brasil, com cuja madeira se tingem de vermelho as vestes.

Duas bandeiras portuguêsas situadas, uma ao norte do delta do Amazonas, outra ao sul do estuário platino, reivindicam para Portugal a soberania sôbre a vastíssima zona intermédia; e a designação de *Terra Brasilis* assenta sôbre tôda a região do Baixo-Prata.

Uma copiosa nomenclatura (146 nomes) bordeja as costas desde as alturas do Maranhão ao Cabo de Santa Maria, excedendo neste ponto e para um espaço igual, tôdas as cartas da primeira metade do século XVI.

Quanto à geografia interior, a carta é muda. Em compensação sôbre a imensa superfície, que deveria estar encerrada pelas duas bacias amazônica e platina, avultam as iluminuras. Aí figura o indígena do Brasil, perfeitamente caracterizado, quer revestido do cinto, da capa e do diadema de penas rutilantes, e empunhando com gesto decidido o arco e as flechas, quer inteiramente nu, cortando o pau-brasil, ou carregando os respectivos molhos, já despidos os toros de casca e alburno e reduzidos ao âmago vermelho. A acha de ferro, índice diferenciador das duas civilizações que se defrontavam, figura na mão dum dos indígenas, vivamente empunhada e desferida contra o toro do pau de tinta. Esta particularidade, hoje em aparência banal, representava então, tanto para os aborígenes, como para o adventício, um fato histórico da maior importância. Dos oito indígenas representados, quatro figuram ocupados nessas operações. Ao lado, e dentre

---

(1) A carta do Brasil tem sido algumas vêzes reproduzida a negro, como no II vol. da *História da Colonização Portuguêsa do Brasil* e no I do *Diário da Viagem de Pero Lopes de Sousa*, pelo Comte. Eugênio de Castro, e a côres, como na *História da Expansão Portuguêsa no Mundo*, t. III, em estudo de Jaime Cortesão.

bosques viridentes ou à beira dos regatos (o artista pretendeu em vão representar uma natureza opulentíssima), papagaios e araras voam na espessura, pousam nos troncos ou passeiam à beira-dágua; ao alto, um rabi-forcado cruza a costa, vindo do mar; no interior um mono coça-se, outro trepa a um tronco; uma onça deambula na clareira; e até um dragão alado, símbolo de tôda uma fauna ignota e por isso mesmo terrífica, investe do fundo do sertão contra as bandas do mar.

No seu conjunto são estas, de tôdas as iluminuras do atlas as que melhor se acomodam à realidade que pretendem representar. Mas a visão geral duma região, tal como então era conhecida, na sua flora e fauna, nos habitantes e possibilidades econômicas, até na espécie de pânico provocado pela imensa e desconhecida natureza, tudo ali está representado com objetividade e relêvo.

De quando data o mapa? E a quem atribuí-lo? Eis o problema. Ainda que reticentemente, atribuiu-se durante muito tempo a sua autoria aos dois célebres cartógrafos portuguêses, Pedro e Jorge Reinel, no que respeita à parte geográfica, pròpriamente dita. José de Figueiredo, por sua vez, afirmou que a autoria das iluminuras pertencia ao pintor Gregório Lopes. Quanto à data, as opiniões variaram entre 1516 e 1525.

Ora, sucede que, em 1930, apareceu à venda em Londres um mapa-múndi assinado pelo cartógrafo real Lopo Homem, e datado de 1519, peça dum alto valor, como tal estudada e considerada por vários cartógrafos, principalmente E. Heawood.(1) Um houve, no entanto, o italiano G. Caraci, que lhe negou autenticidade, breve apoiado pelo cartólogo italiano Crinó, mas vivamente contestado por Armando Cortesão. Entretanto Marcel Destombes, depois de haver estudado o mapa no original e de se haver convencido da sem razão dos críticos italianos, comprou aquela carta, sôbre a qual publicou um estudo.(2)

Eis as conclusões a que chegou: a carta de Lopo Homem não só é autêntica, mas faz parte do Atlas chamado Miller, permitindo assinar-lhe autor e data, conclusão extremamente revolucionária para ser aceita sem disputa pelos interessados.

Após oito anos de controvérsias, realizava-se, por iniciativa do diplomata e historiador Albert Kammerer, antigo embaixador da França no Rio de Janeiro, uma conferência de historiadores

(1) V. *Geographical Journal*, março de 1931.

(2) V. *Geographical Journal*, novembro de 1937.

da geografia e peritos em assuntos de cartografia, para estudar o problema e buscar-lhe uma solução. [1]

Historiadores da geografia, cartólogos e professôres reuniam-se, pois, sob a presidência de Charles de la Roncière na seção de mapas da Biblioteca Nacional de Paris, nos dias 2 e 3 de junho de 1939, e rodeados do maior número de elementos de estudo, procederam à análise rigorosa e comparativa do planisfério em questão e do Atlas chamado de Miller. Assistiam, além do presidente, conhecido historiador da geografia, outros especialistas da mesma ciência, como Duarte Leite, A. Kammerer e Fontoura da Costa; cartólogos, como M.M. Du Bus, Destombes e Deulin; M George Le Gentil, professor da história da literatura portuguêsa na Sorbonne, e M. Guilleux La Roërie, especialista em arqueologia naval. Assistia igualmente o autor desta obra.

Para terminar com as dúvidas sôbre a autenticidade do planisfério, o pergaminho, que apresenta, aliás, incontestáveis sinais de antiguidade, foi submetido no Instituto Pasteur a um exame por meio de raios ultra-violetas. Da operação resultou que nada de suspeito se descobriu sôbre as duas faces do pergaminho; que êle não é um palimpsesto; nem sofreu qualquer espécie de raspagem ou refação. Quanto à concepção geográfica da existência dum vasto continente austral assinalado naquele mapa, que aos cartólogos italianos pareceu sinal evidente de falsificação, nós patenteamos que essa idéia datava do *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco, escrita entre 1505-1508, e persistiu através de todo o século de Quinhentos e do seguinte.

Pelo que respeita ao caráter flamengo da parte decorativa do planisfério, igualmente estranhada por Du Bus, Kammerer e nós próprios, lembramos quanto fôra grande a influência flamenga na arte portuguêsa, durante o primeiro quartel de Quinhentos, o que se constatou com fotografias de obras de arte, que para isso havíamos levado.

A Conferência passou a examinar o problema das relações entre o mapa-múndi de 1519 e o atlas de Miller. O confronto entre as duas peças deu como resultado estabelecer-se a similitude e correspondência impressionantes de vários caracteres exteriores. Fizemos observar ainda que, duma forma geral, cada navio do atlas tem o seu correspondente em pequena escala sôbre o ma-

---

(1) O relatório desta conferência, redigido por A. Kammerer, foi publicado em *Geographical Journal*, Londres, dezembro de 1939, com o título de *La mappemonde Lopo-Homem et l'Atlas Miller.*

pa-múndi, naus correspondendo a naus, caravelas a caravelas, umas e outras com o velame característico e apropriado aos ventos da região respectiva. "Esta correspondência, declara Kammerer no relatório da conferência, que ainda não fôra observada e parece estabelecer a correlação entre o mapa-múndi e o Atlas, foi retida como muito importante; como os navios são os mesmos sôbre o atlas Miller, uns e outros pertencem, por conseqüência, ao mesmo tipo de 1510-1519, como mostrou M. La Roërie".

Fizemos também observar que certos caracteres arcaicos do debuxo geográfico, como os que dizem respeito à persistência do *Sinus Magnus* de Ptolomeu nos mares do Extremo Oriente, quando os portuguêses conheciam já a continuidade entre o Índico e o Pacífico, se deve explicar pela necessidade de conservar secretos os resultados dos últimos descobrimentos, sempre que se realizavam em zonas de soberania disputada.

Pelo que respeita a algumas desigualdades do traçado entre o planisfério e as restantes cartas do atlas, lembramos igualmente que o conjunto poderia ser e era provàvelmente obra de oficina, tanto mais quanto havíamos encontrado nos Arquivos de Simancas um documento, do qual se concluía que, em 1523, Lopo Homem tinha um auxiliar de nome Negro, para os seus trabalhos cartográficos. Ao terminar, a conferência estabeleceu por voto unânime que o mapa-múndi fizera parte do Atlas e manifestou-se também *unânimemente* pela atribuição do atlas ao mesmo autor do planisfério, isto é, a Lopo Homem, e por assinalar aos dois a mesma data de 1519. Esta unanimidade merece tanto mais pôr-se em relêvo, quanto é certo que Kammerer combatera antes a atribuição do Atlas Miller a Lopo Homem, defendida por Destombes;(1) e Duarte Leite opusera, ao comêço da conferência, muitas dúvidas sôbre a data de 1519, atribuída pela maioria dos técnicos da conferência ao Atlas de Lopo Homem, que êle supunha de alguns anos mais recente. Êste voto unânime na atribuição de autoria e data tem uma grande importância para a história da cartografia e da geografia, e muito especialmente do Brasil.

Trata-se, aliás, dum caso típico e dos mais interessantes para o nosso trabalho, em que a cartografia antiga serve como documento essencial para a história geral e, em particular, dos descobrimentos e até dos primeiros ensaios de colonização. O desenho da costa, como já frisamos, e muito particularmente o do delta do Amazonas, assim como a nomenclatura riquíssima, revelam um conhecimento geográfico muito adiantado, em contraste com o silên-

(1) V. *Geographical Journal*, maio de 1938.

-cio da história e fruto, por conseqüência, duma série sistemática de explorações desconhecidas. Se examinarmos com atenção o traçado da costa veremos que na parte compreendida entre o Rio de Ano-Bom (Paraíba?) e a Ilha dos Pargos (litoral de Santa Catarina), êle se apresenta debuxado, quer nos acidentes, quer na direção geral, com uma correção muito notável para a época.

Em compensação, os dois trôços restantes — o que medeia entre o Maranhão e a Guiana brasileira e o que se estende desde as proximidades da Ilha de Sta. Catarina até ao estuário do Prata — apresentam-se muito deformados na direção geral, tanto pelo que respeita às relações de latitude, como principalmente de longitude. Ao norte, a distensão da costa para oeste representa um êrro por excesso de 11°. Pelo contrário, o desvio da costa oriental desde o cabo de Santo Agostinho ao de Santa Maria é duns 8° para leste equivalendo a mais de cinco no curto trecho compreendido entre as paragens da Ilha de Sta. Catarina e o último daqueles promontórios.

Êstes erros de longitude, mais notórios nas proximidades do delta amazônico e do estuário platino, concorriam, ainda que de valor contrário, para o mesmo resultado: incluir, à luz do Tratado de Tordesilhas, uma parte muito maior do território da América do Sul dentro dos limites da soberania portuguêsa, marcada no mapa pelas duas bandeiras das quinas nas atuais Guianas e Argentina.

O esfôrço de adaptação do meridiano de Tordesilhas à grande unidade brasileira, pela falsificação das longitudes, começado com o planisfério de Cantino (1502), encontra-se aqui em pleno desenvolvimento. E, como Lopo Homem era então o cosmógrafo real, podemos concluir que essa era, em 1519, — e já veremos que outros argumentos existem para afirmá-lo — a concepção oficial do *Grande Brasil*, de que se fala na cartela. Sob êsse ponto de vista, a carta de Lopo Homem, cujo protótipo vai nas suas linhas gerais perdurar por mais de dois séculos, revela um plano e vale por uma profecia.

Acrescentemos ainda que a nomenclatura da carta, em certos pontos do litoral, parece denunciar os traços duma colonização incipiente, mas desconhecida. É o que sucede no trecho compreendido entre as duas baías de Guanabara e Sepetiba, onde, mais que tudo, o topônimo de "Mangues", excelentemente situado, parece corresponder a uma exploração no interior das terras, compatível apenas com a fixação dalguns colonos nalguma daquelas baías. Se nos lembrarmos que nêsse mesmo ano de 1519, como se

vê do *Diário* de Pigafetta, os marinheiros da armada de Fernão de Magalhães adquiriram na Baía de Guanabara, das mãos dos indígenas, cana de açúcar e que o pilôto de Magalhães, João Lopes de Carvalho, meteu ali a bordo um filho seu e duma índia, bem podemos supor que alguns colonos entre os quais o pilôto se haviam ali demorado bastante para introduzir uma cultura não indígena e justificar aquela paternidade e o seu reconhecimento. Também na atual região de S. Vicente e Santos se lê a designação de "aldeia do grigório", a qual, quer pela designação do agregado, quer do nome português, que designaria um chefe, se diria representar também uma tentativa de colonização dum precursor no gênero do Bacharel da Cananéia e de João Ramalho, que nos é desconhecida.

Para se compreender inteiramente o significado da carta de Lopo Homem, devemos ainda cotejá-la com outra peça do mesmo atlas.

Com efeito, uma das cartas do Atlas de Lopo Homem de 1519, a chamada carta Atlântica (reproduzida por Armando Cortesão em *Cartografia e Cartógrafos portuguêses dos séculos XV e XVI*, Lisboa, t. II, estampa XI), abrangendo as costas ocidentais da Europa e do Noroeste da África, e, na América, ao norte, a "Terra Corte Regalis" (Terra Nova), a sudoeste desta, a "Terra Frígida" (Nordeste dos Estados Unidos), para o ocidente a "Terra Bimene" (Sul dos Estados Unidos), as "Ante-Yllas" (figuração hipotética do México) e as "Antilhas do rei de Castela" (regiões setentrionais da América do Sul), figuram várias legendas, que auxiliam a explicar a carta do Brasil, a que nos estamos referindo.

Na mais setentrional lê-se, ao lado da cartela que contém a designação "Terra Corte Regalis", uma legenda em latim:

"Hanc regionem lusitanus quidam nuncupatus primus invenit eanque a sue nomine ita denominavit. Hic silvestres habitant homines eiusdem caloris cuius et nos sumus. Veterum faunorum ac satyrorum more degentes. Situs ipse fere omnis aspor et montanus. Existit capreis, cervis, Damis et id genus animalibus atque ursis etiam diversisque alijs feris maxime frequens. Flumina insunt plura et magna que in mare labentia hostia navigantibus admodum portuosa prebent et ad penitiores partes intrandum commoda".

Ou em vernáculo:

"Esta região foi primeiramente descoberta por um certo português chamado (Côrte Real), o qual lhe deu o seu próprio nome.

Aqui habitam homens selvagens, da mesma côr que a nossa, e que vivem ao modo dos antigos faunos e sátiros. O sítio é quase todo áspero e montanhoso. É muito povoado de cabras, cervos e gamos e semelhante gênero de animais, bem como de ursos e diversas outras feras. Tem muitos e grandes rios, que, desaguando no mar, oferecem aos navegantes bons portos e cômoda entrada até ao mais interior da região".

Numa pequena cartela, situada entre as ilhas Bermudas e as costas americanas de igual latitude, lê-se a seguinte legenda: "Ista regio a cosmimetris mundum novus nuncapatur que in occidentali plaga sita est magna cum brasilie regione terraque de corte real noruegaque ectian conterminabilis est. Auri autem multi aliarumque mercantiarum fertilis existit".

Ou na versão portuguêsa:

"Esta região pelos cosmógrafos apelidada Mundo Nôvo, está situada para a parte do Ocidente e confina com a grande região do Brasil, com a terra de Côrte Real, e também com a Noruega. É fertil de muito ouro e outras mercadorias".

Finalmente, num retângulo, situado na parte setentrional da América do Sul, lê-se ainda:

"In ista antilliarum castello regis parte auri mineralia inveniuntur".

O que em português significa:

"Nesta parte das Antilhas do rei de Castella, acham-se minerais de ouro".

Por sua vez, na cartela da carta do Brasil, de que antes demos o resumo, lê-se a seguinte legenda:

"Tabula hec regionis magni brasilis est, et ad partem occidentalem Antilias castelle regis obtinet. Gens vero eius negrescentis coloris fera et immanissima carnibus humanis vescitur. Hec eadem gens arcu et sagittis egregie utitur. Hic psytaci versicolores alie que innumere aves fereque monstruose et scymiarum plura genera reperiuntur plurimaque arbor nascitur que brasil nuncupata vestibus purpureo colore tingendis opportuna censetur".

Ou em língua portuguêsa:

"Esta é a carta da região do grande Brasil, a qual toca, pela parte ocidental, com as Antilhas do Rei de Castela. *Porém a gente dêste é de côr parda,* brava e muito bárbara, e alimenta-se de carne humana. Esta mesma gente serve-se com suma habilidade do arco e das flechas. Aqui encontram-se papagaios versicolores,

outras aves inúmeras, feras monstruosas, muitas espécies de macacos, e nasce a árvore chamada brasil, considerada boa para tingir as vestes de côr vermelha".

Da comparação destas legendas se conclui que os portuguêses já então concebiam as Américas, como um único continente, formado por três grandes regiões contínuas — a Terra Nova e a *Terra Frigida,* o Mundo Nôvo, (Sul dos Estados Unidos, América Central e a parte setentrional da América do Sul), e a região do grande Brasil, única assinalada com êste qualificativo. A continuidade dêste continente estendia-se à Europa por intermédio da Noruega, como no planisfério de Barbolan (1514).

Finalmente, estabelece-se um paralelo entre os habitantes do Brasil — pardos, por oposição aos da Terra Nova, brancos — e com seus costumes próprios, assim como entre a fauna e a flora das três regiões.

A entidade do Brasil, na sua grandeza geográfica, características naturais e *unidade humana* (note-se bem) já aqui aparece definida nas suas linhas gerais. É êste um fato essencial para a História do Brasil, mas que apenas conhecemos por êstes documentos.

Observemos ainda que uma das designações geográficas de maior interêsse que figuram nesta carta é, a nosso ver, a de "Ante-Yllas", quer pelo desdobramento etimológico da grafia, quer por figurar sôbre o espaço vazio que medeia entre a América do Norte e a Central. Também na penúltima legenda latina que transcrevemos, à parte continental da América Central e do Sul, correspondente ao istmo do Panamá e à Colômbia, se chama "das Antilhas" — *Antilliarum.* No mapa-múndi Egerton, de c. 1509, a que atrás nos referimos, e que deve obedecer a um protótipo de Juan de la Costa, provàvelmente filiado, pelas razões que expusemos, na cartografia portuguêsa, também êsse topônimo aparece em situação semelhante; enquanto que, no mapa-múndi dos Reineis, de cêrca de 1523 a que adiante nos referiremos, "As Antilhas", figuram sôbre um espaço vazio e então desconhecido, mas hoje correspondente às regiões equatoriais do Pacífico.

Êste fato vem confirmar a interpretação que em tempos demos à palavra *Antilia* ou *Antilha* (de origem portuguêsa) e à sua figurarão nos mapas do século XV: a de que representava a concepção cosmográfica dos portuguêses da existência de vastas terras (ilha ou ilhas) que se opunham *(ante)* ao Velho Mundo, o qual, segundo os cosmógrafos da Antiguidade, era também uma ilha.

Assinalemos ainda a curiosa circunstância de que nesta carta figura sôbre as terras americanas a oeste da Flórida, uma fonte correndo da rocha. Supomos tratar-se, ainda que sem designação expressa, da fonte de *Juventa*, cujas águas restituíam a juventude àqueles que a bebessem — lenda que circulou na Europa, logo após o descobrimento daquelas paragens pelos espanhóis.

Para completarmos as referências ao Atlas de Lopo Homem, nas suas cartas que mais interessam ao Brasil, resta dizer alguma coisa sôbre o mapa-múndi que o acompanha. Tivemos ocasião de estudar demoradamente o original, hoje em poder do cartólogo francês nosso amigo, Marcel Destombes.

Nos cantos interiores do retângulo gráfico, inscrito no pergaminho iluminado, e que serve de caixilho ao círculo do planisfério, vêem-se quatro cabeças, soprando, de bochechas inchadas, e representando outros tantos ventos do noroeste, sudoeste, nordeste e sueste. O esfôrço é vigoroso e realista, quase caricatural, denunciando no iluminador influências flamengas. À direita do planisfério está representado o Sol e, à esquerda, a Lua.

O planisfério representa, além da Europa, (que figura na grafia *Ouropa*), da África e da Ásia, uma grande parte da América então conhecida, ainda que, em vastas regiões, apenas imaginada. Só na América austral figura a designação *Mundus Novus* e, por baixo *Brasil*, uma e outra, como aqui se grafa, em caracteres maiúsculos.

Uma das singularidades mais estranhas desta carta, quando consideramos o ano de 1519, em que foi traçada, é a conexão da América austral com um vasto continente antártico que, aliás, persistiu até ao século XVII na cartografia, o que já notamos, mas que, por sua vez, se liga nesta carta ininterruptamente à Ásia. Também a América setentrional continua com uma terra imaginária, que estaria situada ao norte duma Escandinávia, muito incorretamente traçada. Desta sorte, tôda a terra representada forma um único continente, abrangendo no seio um único, mas triplo oceano, formado pelo Atlântico, aqui inominado, o *Indicum Maris*, e um *Oceanus Meridionalis*.

Esta concepção geográfica, que se filia na geografia de Ptolomeu, quanto a um Índico cerrado, é manifestamente anacrônica. De há muito os portuguêses sabiam que o Índico continuava a Oriente com um vasto mar aberto. A desfiguração intencional com propósito político é evidente; e esta em relação com outros contornos fantasiosos e deslocações por demais errôneas, para serem

objeto do acaso ou da ignorância, mas que, pelo contrário, obedecem à mesma lógica e deliberado propósito.

Sôbre esta vasta porção dum planêta mal conhecido, mas àsperamente disputado pelas ambições peninsulares, a nomenclatura geográfica escasseia singularmente. Na Europa, além da designação geral de continente, lê-se apenas *Hispania;* na Ásia, a mais favorecida, podem decifrar-se *Ásia Menor, Arábia, Pérsia, Índia* e, a nordeste da Conchinchina, aqui inominada, a palavra *Chis,* alusão inequívoca à China, já então bastante nomeada entre portuguêses, que haviam visitado as suas costas meridionais. Sôbre a África inscrevem-se ainda as designações, bastante bem situadas, de *Líbia, Guiné* e *Etiópia,* esta última no centro do continente e, próximo do Equador, os arquipélagos dos Açôres, da Madeira, das Canárias e Cabo Verde; e as Antilhas, as ilhas do gôlfo da Guiné, Madagascar, as Maldivas, Sumatra e várias ilhas, tão reais como imaginárias, do arquipélago malaio povoam êstes Oceanos. Além disso, naus e caravelas singram em tôdas as direções.

Se agora examinarmos no pormenor a parte americana e, em especial, a que ostenta a designação *Mundus Novus — Brasil,* um fato ressalta desde logo — a extrema proximidade dessa porção do continente em relação ao velho Mundo. O exagêro do desvio é tal que a extremidade mais oriental do Brasil, nas proximidades do Cabo de S. Roque, está sôbre o mesmo meridiano que a mais oriental das ilhas de Cabo Verde.

Não obstante, os lineamentos gerais do Brasil estão bastante corretos, considerada a data do planisfério; rasga-se na costa, ainda que um pouco deslocada para o sul, a vasta abertura do estuário do Prata; e a parte mais austral do continente prolonga-se desta vez com certo desvio para leste até uma larga abertura, colocada aproximadamente na altura do estreito de Magalhães.

Como compensação a êste desvio para leste da costa brasileira, o contôrno geral da África foi grandemente deformado, de sorte a conservar, em tôda a sua amplitude, o golfão do Atlântico Meridional. Em obediência a esta lógica o gôlfo da Guiné prolonga-se demasiadamente para leste, desvio êste que se mantém na costa ocidental ao sul do Equador, donde resulta um singular estreitamento de tôda a África meridional.

Em compensação, a península industânica e a ilha de Ceilão, nas suas mútuas relações, estão sofrìvelmente representadas.

Fato curioso: o desenho geral do Brasil, na América, em via de descobrimento, é muito mais perfeito que o dos países escandinavos, na velha Europa.

No verso dêste planisfério figuram as armas reais da França, usadas ao tempo da rainha Catarina de Médicis, a quem deve ter pertencido e por cima a seguinte legenda:

"Hec est universi orbis ad hanc usque diem cogniti tabula. Quam ego Lupus homo Cosmographus in clarissima Ulisipone civitate Anno domini nostri millessimo quingentessimo decimo nono Jussu Emanuelis incliti Lusitanie Regis collatis pluribus alijs tam vetustis quam recentiorum tabulis magna et dilligenti labore depinxi".

Ou em português:

"Êste é o mapa de todo o mundo conhecido até hoje, o qual eu, Lopo Homem, cosmógrafo, comparando muitos outros, tanto antigos como modernos, pintei com grande aplicação e diligente trabalho, na ilustríssima cidade de Lisboa, no ano de Nosso Senhor de 1519, por ordem de D. Manuel, ínclito rei de Portugal."

O nome de Lopo Homem é dos mais ilustres na história da cartografia portuguêsa. Sabe-se por um documento, publicado pela primeira vez por SOUSA VITERBO[1], que já em fevereiro de 1517 era mestre das cartas de marear de el-rei, pois, com essa categoria, lhe era concedido o privilégio de construir e consertar tôdas as agulhas de marear.

Vivo ainda em 1565, como demonstrou ARMANDO CORTESÃO, sabe-se que a sua elevada competência foi aproveitada durante a célebre conferência de Badajoz (1529); e pode depreender-se duma carta sua a D. João III que êle estava muito a par das complicadas questões de limites entre Portugal e Espanha. Nessa curiosa epístola, pela primeira vez publicada por A. Cortesão, declara o célebre cartógrafo que no concêrto com o imperador "V.A. houve por seu serviço o que eu acêrca disso disse e assim se assentou e está feito". E, sem dúvida, o Tratado de Saragoça revela, nas suas linhas gerais, a orientação técnica dum cartógrafo.

Desta mesma carta se conclui que Lopo Homem se oferecia a D. João III para orientá-lo na solução jurídica a dar ao conflito de soberania no Brasil com o rei de França, Francisco I.

---

(1) S. VITERBO, *Trabalhos náuticos*, parte I, págs. 164 e 165.

sôbre cujas intenções se diz muito bem informado: "Quanto mais, Senhor, eu creio pelo que sei que em tudo (os franceses) lhe hão-de argüir e falar".(1)

E ainda recentemente um erudito português, Luís de Matos, publicou uns "Apuntamentos" de Lopo Homem, dirigidos a D. João III, em que êle se permite criticar acerbamente o "Padrão de Navegar" ou carta de marear-padrão, organizada e mandada aplicar por Pedro Nunes, na sua qualidade de cosmógrafo-mor, e na qual o célebre matemático modificara muito as distâncias de costa a costa no Índico, graças às longitudes observadas pelo método dos eclipses.(2)

É certo que os "Apuntamentos" respiram o mal contido ciume do cartógrafo diminuído, cuja lição se via desmentida pelo matemático; mas o tom suficiente e autorizado do requisitório de Lopo Homem, ajuda-nos a conhecer também a alta posição que êle ocupava entre o resumido número de técnicos que dirigiam ou aconselhavam a obra da expansão portuguêsa através dos mares, naqueles tempos.

Tôdas estas considerações servem para pôr de relêvo a importância que assume para nós o Atlas de Lopo Homem de 1519, e as suas concepções sôbre a posição do Brasil em relação à África e ao meridiano de Tordesilhas.

Um outro documento cartográfico coincide, em muitos dos seus traços gerais, com as cartas de Lopo Homem. Referimo-nos ao planisfério português, iluminado e anônimo, existente na Biblioteca do Exército Bávaro, de Munique, e conhecido por *Kunstmann IV*. O maior interêsse dêste monumento cartográfico provém, é certo, da circunstância de ser a primeira tentativa de graduação geral do globo em latitude e longitude, esta última em relação ao meridiano de Tordesilhas. Segundo cremos, fomos nós os primeiros a chamar a atenção para êste fato. (3)

Outra particularidade dá um grande interêsse a esta carta: é que o seu centro de construção está marcado sôbre o Equador, um pouco ao norte da foz do Amazonas (deslocada para o sul), por uma espécie de cruz de Cristo, cuja linha de orientação Norte-Sul corresponde ao meridiano de Tordesilhas. Tanto o Equa-

---

(1) A. Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portuguêses dos séculos XV e XVI*, t. I, pág. 327.

(2) Publicados em «*Les Portugais en France au XVI e siècle. Études et documents*», Coimbra, 1952, págs. 318-322.

(3) Jaime Cortesão, *L'Expansion des Portugais dans l'Histoire de la Civilisation*, Bruxelles, 1930.

dor como aquêle meridiano — e é esta no seu conjunto a mais notável característica dêste planisfério — apresentam-se divididos em graus, mas sem numeração.

A nomenclatura das costas e ilhas é em português; certas designações cosmográficas ou geográficas de ordem geral em português e latim; e as legendas mais extensas apenas nesta última língua. Vamos dar por extenso tôdas as legendas relativas à América, tanto mais que a reprodução de Kunstmann, a mais conhecida, as apresenta bastante estropiadas. Numa delas, que deve corresponder à parte meridional da Groenlândia, lê-se em grossos caracteres: "DO LAVRADOR", e por cima em cursivo minúsculo:

"Terram istam portugalenses viderũt atamẽ nom (sic) intraverunt".

Ou em vernáculo:

"Os portuguêses viram esta terra, mas não entraram nela".

A sudoeste desta vê-se outra terra, cuja linha de costa tem a direção geral norte-sul e a seguinte designação em maiúsculas: "BACANAOS" (*sic, por Bacalhaus*) e, ao lado, a seguinte legenda em cursivo minúsculo:

"Terram istam gaspar corte Regalis portugalensis primo invenit ac secum tulit homines silvestres et ursos albos in ea este (*sic*) maxima multitude animalium et avium nec non et pescium qui anno seguenti naufragium (*sic*) perpessus unquan rediit sile (por simile?) et fratri ejus micaeli anno sequenti contigit."

Ou em português:

"Gaspar Côrte Real, português, foi quem primeiro descobriu esta terra; trouxe consigo homens selvagens e ursos brancos. Há nela a maior cópia de animais e aves e também de peixes. No ano seguinte o navegador sofreu um naufrágio e nunca mais voltou. O mesmo (?) aconteceu a seu irmão Miguel um ano depois".

A sueste do Cabo Raso, ficam duas pequenas ilhas: de João Esteves e de Sta. + (Cruz).

Sôbre a designação de *Ãtilhas de Castela* lê-se a seguinte legenda:

"Terram (*sic*) antipodum Regis castelle inventa per xpoforum columbũ genuensem".

Ou na versão portuguêsa:

Terra dos antípodas, do rei de Castela, descoberta por Cristóvão Colombo, genovês".

Mais ao sul, sôbre a América meridional, mas a oeste do meridiano de Tordesilhas, lê-se em grossas maiúsculas "BRASIL" e a leste da linha divisória:

"Hanc terra (*sic*) magis australiorem brasilii a ligno quod ab ea copiose defertur nũcupatam case divi emanuelis portugalie regis inventam anno salutis 1500 ac contingens vero occidentalis cum suis insulis adjacentibus Colombus janensis auspitio ferdinandi et elizabes (*sic*) castelle regũ nobis cognitam fecit anno partos verginei 1492; in utraque earum viri simil . . . non aliter quam eos mater peperit ire assueverunt. In eis arbores herbe animaliã avesque nostris dissimolia quam solus ysidorus aetymol. Libro 14 C.V. memorat dicens: extra tres autem partes orbis quarta partes (*sic*) transoccianum interior este in meridie que solis ardore incognita est, etc.".

Ou seja: "Esta terra mais austral do Brasil, assim chamada por causa de certa madeira que dela se traz em abundância, foi descoberta casualmente (?) no reinado do santo rei D. Manuel de Portugal, no ano de 1500. A que confina com ela a ocidente, com suas ilhas adjacentes, foi-nos tornada conhecida pelo genovês Colombo, sob os auspícios de Fernando e Isabel, reis de Castela, no ano do nascimento de Cristo de 1492. Em ambas as regiões, homens e mulheres (?) costumam andar como a mãe os deu à luz. Aí, as árvores, as ervas, os animais e as aves, são diversos dos nossos. Apenas Isidoro dá notícia dela nas *Etimologias*, Livro XIV, cap. V, quando diz: — "Além das três partes do mundo, há uma quarta parte para lá do mar interior, ao meio-dia, a qual pelo ardor do sol, nos é desconhecida, etc.".

Quanto à autoria e data dêste planisfério, divergem ligeiramente as opiniões dos cartólogos. Armando Cortesão inclina-se abertamente para a autoria de Jorge Reinel e a data de 1519.(1) Marcel Destombes supõe que seja de Pedro Reinel e de 1520.(2) Não se nos afigura que as razões aduzidas por qualquer dos dois levem à convicção indiscutível da autoria, quer de Pedro, quer de Jorge Reinel. Preferimos dizer que pertence à escola dos Reineis e, porventura, seja obra dos dois. Em 1519, como é sabido, os dois cartógrafos, Pedro e Jorge, pai e filho, encontravam-se em Espanha, chamados por Carlos V, e trabalhando nos preparativos da expedição de Magalhães. Ora o presente planisfério não só

---

(1) *Cartografia e cartógrafos portuguêses dos séculos XV e XVI*, t. I, págs. 272 e seg.

(2) *L'Hémisphère austral en 1524*, Comptes-rendus du Congrès International de Géographie, Amsterdam, 1938, págs. 179 e seg.

apresenta as numerosas naus da iluminura despidas do costumado emblema português da Cruz de Cristo, pintada sôbre as velas, mas a configuração geral do globo em longitude favorece decisivamente, contra a realidade geográfica, as pretensões espanholas. As Molucas, pomo de discórdia entre as duas nações ibéricas, estão incluídas no hemisfério espanhol, para o que se desviou para leste com enorme exagêro, o arquipélago de Cabo Verde.

Esta circunstância, aliada à completa ausência de conhecimentos ou resultados da expedição de Magalhães, leva-nos à convicção de que estamos em face duma das cartas, traçadas pelos Reineis, em 1519, como justificativa das pretensões espanholas e trabalho preparatório daquela emprêsa.

Por conseqüência: carta dos Reineis é de 1519.

Dêste conjunto de mapas de Lopo Homem e dos Reineis, que acabamos de estudar, um fato capital resulta: em 1519 já os portuguêses, mercê duma série de expedições, que, em grande parte, nos são desconhecidas, se haviam dado conta da grande unidade geográfica e humana do Brasil e dos seus dois grandes marcos naturais, ao norte e ao sul, o Amazonas e o Prata; e tentavam adaptar nos mapas essa realidade surpreendente aos limites impostos pelo meridiano de Tordesilhas. No mapa do Brasil de Lopo Homem dir-se-ia até que a posição enfática das duas bandeiras portuguêsas, uma, ao norte do delta amazônico, outra, ao sul do estuário platino, corresponde a algum propósito oculto.

Mais uma vez, êstes mapas são para nós a ilustração mais eloqüente de certos fatos que a êsse tempo se estavam processando.

Desde 1503 que, em virtude dos avisos comunicados de Lisboa e Sevilha aos govêrnos castelhano e português sôbre o destino ilícito ou supostamente ilícito de certas expedições, se creara entre as duas côrtes uma situação muito tensa. Na primavera daquele ano D. Fernando, o Católico, ordenava que fôsse "una armada hacia tierra firme, para que se los portugueses alla navegan le resistam la entrada"; e, em setembro do ano seguinte, escrevia a Pero Arias Dávila, recomendando-lhe que, no caso de encontrar navios portuguêses em qualquer parte da Castilla del Oro, "castigadlos de manera que a ellos sirva de castigo e a outros de ejemplo".(1)

---

(1) V. Puente y Olea, *Los trabajos geograficos de la Casa de Contratacion de Sevilla*, Sevilha, 1900, págs. 118-21 e págs. 169-170.

E deve dizer-se em abono da verdade que os esforços, tentados nessa mesma época em Sevilha por emissários portuguêses, para chamar ao serviço de D. Manuel alguns dos melhores pilotos castelhanos, como Pero de Ledesma e João Rodrigues de Mafra ([1]) e os esforços semelhantes, logo empregados pelos dirigentes de Castela, não eram de molde a acalmar as suspeitas de parte a parte.

Mas a verdade é que nesse ano de 1513 uma expedição portuguêsa ultrapassava os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas e aventurava-se a devassar o Rio da Prata. As suspeitas do Rei Católico não eram de todo infundadas, embora êle desconhecesse o seu verdadeiro fundamento geográfico. É hoje fato averiguado, segundo cremos, que em 1513, partiam de Lisboa duas caravelas armadas por D. Nuno Manuel, Cristóvão de Haro "e outros", na expressão da *Newen Zeytung auss Pressillg Landt,* em direção ao Brasil, cujas costas seguiram até ao estuário do Rio da Prata, que exploraram.

Declara ainda essa relação alemã contemporânea, principal documento sôbre esta viagem, que as duas caravelas, "quando tinham dado volta ao Cabo (de Sta. Maria) . . . e estavam navegando para noroeste (isto é, subindo o Rio da Prata), tornou-se tão violento o temporal — foi também durante o inverno — que não puderam navegar mais para diante. ([2])

A expressão "foi também durante o inverno" na pena de um comerciante alemão, então residente na Ilha da Madeira, só por si, nos leva a crer que a expedição tivesse partido de Lisboa em 1513. Mas basta ler a descrição da viagem de Pero Lopes de Souza, o qual nessas mesmas paragens sofreu também duríssimas tempestades durante o inverno boreal, para nos convencermos de que era impossível a expedição ter partido em fevereiro ou março de 1514, como se tem pretendido, e regressar nesse mesmo ano, de forma a estar na Madeira a 18 de outubro.

Sôbre o comando da armada nada se conhece. É hoje geralmente aceite que um dos navios, o que aportou à ilha da Madeira, era pilotado por João de Lisboa. Se nos lembrarmos que Damião de Góis referindo-se ao ano de 1513 informa que nesse tempo o

---

(1) V. Sousa Viterbo, *Trabalhos náuticos,* t. I, pág. 183, e Toribio de Medina, *Juan Dias de Solis,* 1898, t. II, pág. CCCIX.

(2) *A Nova Gazeta* pode ler-se na integra, texto alemão e tradução, em Clemente Brandenburger, A «*Nova Gazeta da Terra do Brasil*», Rio de Janeiro, 1922, págs. 36-40. Foi publicada também por Esteves Pereira em «*O Descobrimento do Rio da Prata*», na *Hist. da Col. Port. do Brasil,* t. II, págs. 385-386.

trato do pau Brasil andava arrendado a Jorge Lopes Bichorda (1), podemos concluir que se tratava duma pequena expedição organizada a expensas suas e doutros mercadores ou associados, como sucedera com a *Bretoa*. Se o redator alemão da *Newen Zeytung* aponta, entre vários, apenas os nomes de D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, é que se tratava respectivamente duma das personagens de maior relêvo na burocracia palatina da época, e dum dos mais ricos mercadores estrangeiros, dos que então negociavam em Lisboa. Porventura o rei, no desejo de alargar a exploração para o sul e precisar, com a maior exatidão possível, o limite dos seus domínios, à luz do Tratado de Tordesilhas, na parte mais austral do Nôvo Mundo, tivesse encarregado o célebre João de Lisboa da pilotagem dum dos navios, muito mais figurando na emprêsa, como armador, o seu almotacé-mor e guarda-mor — D. Nuno Manuel.

O fato mais extraordinário revelado pela *Gazeta*, é que os navegantes traziam a convicção de que por aquêle caminho se podia alcançar Malaca e que a terra por êles visitada se continuava com as Índias. "É meu bom amigo, o pilôto, que navegou com êste navio — escreve o mercador alemão — é também o mais afamado dos que tem el-rei de Portugal e estêve igualmente em algumas viagens da Índia. Êste diz-me e supõe que do tal Cabo do Brasil não há mais de 600 milhas para Malaca. Pensa também poder ir e voltar de Lisboa a Malaca por êste caminho, o que traria grande vantagem ao rei de Portugal. Acha também que a terra do Brasil continua, dobrando o Cabo (de Sta. Maria) até Malaca". Além disso os navegantes tinham recolhido no estuário platino as primeiras notícias das fabulosas riquesas em ouro e prata das regiões andinas.

No regresso, segundo a própria *Gazeta*, cujo relato estamos seguindo, uma das caravelas, por falta de vitualhas, aportou à Madeira, a 12 de outubro de 1514 — feliz ocorrência à qual devemos as escassas particularidades que se conhecem sôbre a expedição.

Alguns autôres puseram em dúvida a autenticidade da *Nova Gazeta*. O consciencioso trabalho de Clemente Brandenburger, auxiliado pelos elementos existentes à data em que o ultimou, restituiu-lhe os créditos. Por nossa parte, conseguimos descobrir

(1) Damião de Gois, «*Crônica del-rei D. Manuel*», parte I, cap. 56.

no Arquivo de Índias de Sevilha documento inédito, que noutro lugar publicamos, e vem dar novos foros de autenticidade à *Gazeta*. (1)

Trata-se duma minuta diplomática, cuja redação deve pertencer ao Secretário de Estado, conde da Castanheira, contendo instruções ao embaixador português em Castela. O documento, ainda que não mencione data expressa, pode referir-se com segurança ao ano de 1532, pois é escrito enquanto Martim Afonso de Sousa se encontra no Brasil e antes da partida dos navios que lhe levam as últimas resoluções de D. João III.

Astuciosamente redigido com aparente boa fé, constitui um apêlo à Imperatriz D. Isabel, irmã do monarca português, para a tornar advogada da causa de D. João III, que procura substituir capciosamente as estipulações de Tordesilhas pelo princípio jurídico do primeiro descobrimento. Malgrado certas e propositadas hesitações do texto, o que dêle se depreende é que o monarca português atribuía o descobrimento do Rio da Prata à armada de D. Nuno Manuel. Começa o documento por dizer: "O que S.A. responde a Alvaro Mendes de Vasconcelos, seu embaixador, para dizer à senhora Imperatriz sôbre o que toca ao Rio da Prata, é que havendo S.A. por certo que êste rio fôra primeiro descoberto por seus vassalos que pelos do Imperador, seu irmão, houve que lhe pertencia, enquanto se não lançasse a linha de demarcação, segundo a forma da capitulação feita entre el-rei D. João e el-rei D. Fernando e a rainha, seus avós".

E mais adiante declara: "O que tem sabido (D. João III) é que a primeira gente sua que descobriu êste rio foi uma armada de D. Nuno Manuel, que Deus haja, que o dito D. Nuno fêz por mandado de el-rei seu padre". O nome de D. Nuno Manuel, a coincidência na data, mais ou menos implícita no documento, e a do objectivo, essa manifesta, confirmam inteiramente a autenticidade da *Nova Gazeta* e a das suas afirmações.

Cremos útil pôr em relêvo que um dos dois únicos armadores, mencionados na gazeta alemã, era o opulento mercador castelhano Cristóvão de Haro que, desde 1510, atraído pelo comércio oriental, se entregava ao grande tráfico em Lisboa. Cristóvão de Haro iria ser, volvidos apenas quatro anos, um dos mais decididos animadores e financeiros da emprêsa de Fernão de Maga-

---

(1) V. *História de Portugal*, edição monumental sob a direção do prof. Damião Peres, t. VI, págs. 722 e seg.

lhães, a quem favoreceu nas suas andanças por Castela, para onde igualmente se havia trasladado pelo menos desde 1518. (1)

Nos resultados desta exploração, e muito provàvelmente na influência direta de Cristóvão de Haro, o que já Brandenburger avançara, filiamos nós a expedição do pilôto português João Dias de Solis, que no ano seguinte partiu ao serviço de Castela para o Rio da Prata. Poderia afigurar-se duvidosa esta filiação, dada a estreiteza do prazo entre a chegada do navio a Portugal e as capitulações realizadas entre Fernando, o Católico, e aquêle célebre pilôto. Estas são datadas de 24 de novembro de 1514; e o navio armado por D. Nuno Manuel chegou à Madeira, como vimos, a 12 de outubro. Se, não obstante nos lembrarmos de que a Espanha dispunha dum serviço de espionagem, bastante bem organizado em Lisboa, e de que a Cristóvão de Haro não podia escapar o excepcionalíssimo alcance que os resultados da viagem, parcialmente realizada na zona de soberania castelhana, tinha para a coroa respectiva, não pode estranhar-se que o soberano pusesse a maior diligência em organizar, por sua vez, uma expedição de reconhecimento a essas novas terras.

Tratava-se de assegurar para Castela, tanto como a posse duma região que se anunciava riquíssima, e situada numa zona de clima temperado, por conseguinte mais adequada à colonização, a precedência no descobrimento da possível passagem do sudoeste para as Índias Orientais. A um objetivo de tamanho interêsse um mês bem contado sobrava para conceber o projeto; e é de notar-se que a expedição só partiu volvido quase um ano, a 2 de outubro de 1515.

Não temos que nos ocupar pròpriamente da viagem de Solis, tanto mais que o célebre pilôto acabou às mãos dos indígenas no Rio da Prata, malogrando-se assim os vastos objetivos da expedição. Mas interessam-nos algumas das suas conseqüências. No regresso, os navios castelhanos carregaram cinco mil quintais de brasil no Cabo de Santo Agostinho; mas, antes disso, um dêles naufragara na ilha de Santa Catarina, onde ficaram vários tripulantes, sete dos quais foram pouco depois conduzidos para Portugal por um navio português. Os navios e os tripulantes, que conseguiram escapar da malograda expedição, chegavam a Sevilha

(1) Sôbre Cristóvão de Haro e suas atividades em Portugal e Castela ver Jean Denucé, «Magellan, La question des Moluques», 1911, pág. 72 e seg., 130 e seg., 198 e seg. 225 e seg. Cristóvão de Haro é, por certo, o mesmo a que se refere uma carta de privilégio de D. Manuel, do ano de 1510, mencionada na *Hist. da Colon. Port. no Brasil*, t. II, pág. 325, onde, por deficiência, ao que supomos, de leitura, se lhe chama Cristóvão de Hôra

em setembro de 1516 e pelo menos em fevereiro do ano seguinte, D. Manuel reclamava a entrega da carga de pau-brasil e, ao mesmo tempo, protestava igualmente contra a incursão de João Dias de Solis, nas terras do Brasil. (1) Por sua vez, a 30 de março de 1517, o Cardeal Cisneros reclamava a entrega dos náufragos aprisionados, o que veio a realizar-se por troca com os prisioneiros da caravela, chamada de Estêvão Frois, aprisionada pelos castelhanos nas Antilhas.

Ao contrário do que se tem pensado, o nome de Cristóvão de Haro não está ligado à história do Brasil apenas no que respeita à expedição ao Rio da Prata. Certo documento, já impresso, mas até hoje passado em silêncio, nos revela que êle era o armador ou um dos armadores da caravela que, em 1514, ao regressar do Cabo de Santo Agostinho aportou, por avaria no leme, à ilha de São João, nas Antilhas; e cujos tripulantes levados à Espanhola e dali para Sevilha onde estiveram até 1517, foram enfim trocados, como acabamos de ver, por alguns dos tripulantes da expedição de Solis. Trata-se da chamada caravela de Estêvão Fróis, que se tem acreditado ser o proprietário ou capitão do navio. (2) Não era assim, como iremos ver.

Passado à Espanha e ao serviço de Carlos V, seu informador e cooperador no empreendimento de Magalhães, Cristóvão de Haro procurou, como bom mercador, tirar todo o partido da sua nova situação. A 29 de março de 1519, o próprio Carlos V escrevia a Rodrigo de Figuerôa, juiz na ilha Espanhola, dizendo: "Por parte de Cristobal de Haro, vecino de la ciudad de Burgos, me ha sido hecha relacion que puede haver seis años poco mas o menos que estando el en Lisboa armó una caravela de mercadorias de resgate para la tierra del Brasil, que diz que es en la demarcacion del serenissimo rey de Portugal, la qual dicha caravela diz que con vientos contrarios arribó a la isla Española, y por necesidad surgió alli, adonde diz que fueron presos la gente que en ella venia y los nuestros oficiales les tomaron la caravela y esclavos y mercadorias que traian y los tienen ansi. Y que las personas que en la dicha caravela tomaron diz que los enviaron presos a los oficiales de la Contratacion de las Indias; para que ellos determinassen sus culpas y que hiciesen justicia, los quales visto su informacion los soltaron y dieron por libres y la dicha caravela y mercadorias y

---

(1) V. os documentos publicados por Toríbio de Medina, *Juan Dias de Solis*, t. I, págs. CCC e seg.

(2) Sôbre a expedição de Estêvão Fróis veja-se o que escrevemos na *História de Portugal*, ediç. cit., t. IV, págs. 143 e seg.

esclavos estan todavia en poder de los dichos oficiales". Pelo que o armador burgalês pedia que lhe restituíssem tudo o que lhe fôra tomado ou o valor respectivo. Ouvido, o Conselho de Índias deu parecer favorável ao requerimento, pelo que o monarca mandou se averiguasse o destino das mercadorias e escravos tomados, para tudo se restituir ao requerente. (1)

Estas referências não deixam a menor dúvida sôbre a identidade entre a caravela chamada de Estêvão Fróis e aquela que foi armada por Cristóvão de Haro. Não obstante o mercador castelhano se dar naquele documento como o único armador do navio, a passagem de Góis, atrás citada, leva-nos a crer que êle era simplesmente um dos associados de Lopes Bichorda, que em 1513 tinha o arrendamento do pau-brasil, como Bartolomeu Marchioni o fôra de Fernão de Loronha.

A participação em tão larga escala da exploração comercial no Brasil, e muito mais em zona já pertencente a Castela, como a do Rio da Prata, ou próximo das terras castelhanas, como o nordeste brasileiro, convencem que D. Manuel depositava a maior confiança na lealdade de Cristóvão de Haro, malgrado êste ser súdito dum país rival, — imprudência que o *Venturoso*, forçado pelas deficiências da burguesia comercial portuguêsa, veio a pagar caro.

Cristóvão tinha um irmão, Diogo de Haro, negociante em Antuérpia, e que, em 1515, se lhe associara para juntos explorarem o comércio dos rios da Guiné, ao que parece, por contrato celebrado com a Coroa portuguêsa. Ali enviaram os dois acaudalados mercadores, naquele mesmo ano, nada menos de quinze ou dezesseis navios, para carregar produtos dos trópicos. Por *fas* ou por *nefas*, Estêvão Zuzarte, capitão da armada de guarda no gôlfo da Guiné, capturou ou destruiu sete daqueles navios, — motivo que levou, em 1517, a cidade de Antuérpia a intervir junto de D. Manuel, rogando-lhe que indenizasse de suas perdas a Diogo de Haro. (2)

Teria acedido o monarca? O que sabemos é que Cristóvão de Haro, chamado por Carlos V para coisas de seu serviço, já estava em Espanha em 1518, e, ao mesmo tempo que se dizia agravado de D. Manuel, mantinha um feitor em Portugal que continuava a dirigir ali os seus negócios. Por que razão D. Manuel o agravara? E em que serviços o acusava o monarca castelhano?

---

(1) V. «Coleccion General de documentos relativos a las islas Filipinas». Barcelona, 1918, t. II, págs. 196-197.

(2) V. *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo*, pág. 398.

Maximiliano Transilvano, na sua célebre *Relação* sôbre a viagem de Fernão de Magalhães, datada de Espanha a 5 de ou- outubro de 1522, conta que "despues de tan largas e inauditas navegaciones hechas por los portugueses", começou a correr em Espanha um rumor de que tanto se dilatara aquela navegação pelas partes orientais, que já ultrapassara a linha de demarcação e que "la ciudad de Malaca e el gran golfo del mar de los Sinas caia e estava dentro de los terminos del rey de Castilla". Até que, continua êle, em 1518, se passou a Espanha Fernão de Magalhães agravado com el rei D. Manuel, — " ansi mismo se pasó y vino a Castilla el dicho año, descontento del dicho rey de Portugal, por cierta injusticia que del recebió, um mercader llamado Cristobal de Haro, que habia estado mucho tiempo tratando sus mercadorias en Portugal en la ciudad de Lisbona, e habia enviado muchas veces sus factores y creados a aquellas partes orientales en las armadas de el-rey de Portugal, y habia tenido contratacion con los pueblos de los Sinas y, sabido y sido avisado por sus factores de los secretos y cosas de aquellas tierras de las partes orientales. Estos Fernando Magallanes, capitan, y Cristobal de Haro, mercader, se vinieron a la corte de nuestro imperador e rey de Espanha . . . para le decir y hacer saber y dar aviso que Malaca se creya estar en los terminos de la particion de Castilla. (1)

Da interferência de Cristóvão de Haro nas armadas da Índia nada sabemos positivamente, mas vimos que os tripulantes do navio, de que êle fôra um dos armadores, após uma viagem ao Rio da Prata, vieram convencidos de que por ali se alcançava Malaca, a qual ficaria à reduzidíssima distância de 600 léguas, e, mais do que isso, de que os próprios chins visitavam aquelas paragens, donde êles regressavam. O laço entre êste fato e a afirmação de Transilvano, observador contemporâneo e excelentemente colocado para depor sôbre os acontecimentos que refere, afigura-se-nos claro.

O certo é que em Portugal o monarca mandou confiscar os bens de Cristóvão de Haro; expulsou de Lisboa o seu feitor; e proibiu à Casa da Índia e a todos os mercadores portuguêses que tivessem quaisquer negociações com o burgalês. (2) Depois da casa roubada, trancas à porta.

---

(1) V. *Relacion escrita por Maximiliano Transilvano de como y por quien y en que tiempo fueron descubiertas y halladas las islas Molucas*, publicada por José Toribio de Medina em «Coleccion de documentos inéditos para la historia de Chile», Santiago do Chile, 1888, t. I, págs. 261-4.

(2) Carta do imperador Carlos V a D. João III, em «Coleccion General de documentos relativos a las Islas Filipinas», t. II, págs. 276, 277, e Denucé, obra e lugar citado.

Se nos parece indubitável que Cristóvão de Haro auriu nos resultados da expedição de 1513-1514 ao Rio da Prata a convicção com que apoiou Magalhães, informou Carlos V e contribuiu para financiar a emprêsa, temos, — repetimos — por muito provável que fôssem também os seus informes o estímulo principal da viagem de Solis. Traição a Portugal, que o hospedara e lhe abrira campos vastíssimos de exploração comercial? Fidelidade à pátria, cujos direitos supunha postergados? O juízo variou por certo àquela data, em cada um dos países, conforme os interêsses lesados ou favorecidos.

Diga-se, todavia, que o seu caráter era bastante complexo para ter aceitado mais tarde a incumbência de dirigir os serviços de espionagem castelhana em França, Itália e Portugal, — comissão que desempenhou, a julgar por certos documentos coevos, com grande brilho.

Existe, com efeito, sôbre êste singular personagem uma documentação muito abundante no Arquivo de Índias de Sevilha, em grande parte, segundo cremos, inédita, e da qual se conclui, sem a menor dúvida, as suas grandes disposições para aquelas atividades. Cristóvão de Haro correspondia-se diretamente com Carlos V, de quem recebia as ordens sôbre a espionagem a realizar ou com o seu secretário Juan de Samano. Sete cartas de Cristóvão de Haro para o Imperador se guardam naquele Arquivo, cheias de informes secretos sôbre a França, Portugal e a Itália. O espião subalterno de Haro em França dava pelo nome de Pedro de Santiago e os dois correspondiam-se em cifra prevenindo assim o caso das cartas ou relatórios caírem em mãos de estranhos. [1]

Cêrca de 1538 o mercador burgalês, supondo que a memória das suas andanças de côrte a côrte estivesse esquecida em Portugal, repetiu as suas tentativas para entrar nas graças de D. João III, obter a reparação dos prejuízos passados e regressar às suas atividades comerciais nas terras do Ultramar lusitano. A própria Imperatriz, provàvelmente a rôgo do marido, chegou a escrever a seu irmão pedindo benevolência para Cristóvão de Haro e apoiando as repetidas solicitações realizadas por vários embaixadores, e ùltimamente por Luís Sarmiento de Mendoza, representante de Carlos V em Lisboa. [2] O próprio Cristóvão de Haro em carta sua para Juan de Samano, secretário do Imperador, escrita em

(1) *Archivo General de Indias* (Sevilha) Indiferente General leg. 1092, 143-3-II; em especial a carta de 25 de janeiro de 1541.

(2) *Ibidem*, Indiferente General, Legajo 423, Livro 18, fol. 107 v.

Burgos, a 4 de junho de 1541, reproduz a desabrida resposta de D. João III às instâncias com que o molestavam a seu propósito. Reproduzimos aqui essa importante passagem daquela epístola, que supomos inédita, pois dá a medida do extraordinário papel desempenhado pelo mercador burgalês nos acontecimentos que levaram ao grave conflito das demarcações entre Portugal e Castela.

"Hago saber — diz êle — a vuestra mercê que mis cosas en Portugal, a causa de las armadas pasadas de Maluco, han sido y son tan odiosas que ninguna carta que S.M. sobre mis negocios ha escrito, ni las muchas veces que todos los embajadores de S. M. pasados, ni el señor Luis Sarmiento, que de presente está alla, ha hablado y de muy buena gana por ser mucho mi señor e estar casado con una prima de mi mujer, lo ha procurado como se propiamente le tocara, y no tengo mas hoy que el primero dia. Y la ultima respuesta del-rey ha sido que no le curen de importunar, ni hablar mas en mis cosas, y basta el daño que por mi causa ha recebido y que fue causante de que hobiese de dar trecientos y cincoenta mil ducados a S. M. y que asi por esto como por el daño de las mas armadas que se han hecho y por la via del mar del sur se hacen, de que asi mismo fuy causa . . . Que S. M. me gratifique y que en mis cosas no le hablen mas. Hace mas de trez años que tengo allá persona propria solo a entender neste negocio y la han traido en delacion y lo ultimo es la respuesta que por esta digo. Escribole a V. merce, porque ha venido la persona que esta alla y porque vea los procesos que tienen".(1)

Perante esta acérrima malevolência contra Cristóvão de Haro, é lícito supor que as suas culpas seriam tão grandes que sobrelevavam, ao que parece, a traição de Fernão de Magalhães, pois D. João III lhe assacava a responsabilidade na questão das Molucas, que o monarca com tamanho sacrifício teve de resolver, pagando a seu cunhado, o imperador Carlos V, aquêle avultadíssimo caudal.

E agora será ocasião de perguntar se o assalto de Estêvão Zuzarte nos mares da Guiné, com a presumível complacência da Coroa, não teria sido a primeira das represálias exercidas por D. Manuel contra as inconfidências do poderoso mercador. Iremos ver que há outras e fortíssimas razões para acreditar que o inveterado ressentimento de D. Manuel e D. João III contra Cristóvão de Haro mergulhavam as ácidas raízes na expedição ao Prata de 1513-1514, logo seguida da de João de Solis em 1515-1516.

(1) *Archivo General de Indias*, Indiferente General, Legajo. 1092, Folio I, r.

Já dissemos que Cristóvão de Haro fôra também um dos armadores da caravela portuguêsa, apreendida em 1513 na ilha de S. João das Antilhas. Existem no riquíssimo Arquivo de Índias de Sevilha algumas dezenas de documentos inéditos sôbre a apreensão dêsse navio, o encarceramento dos tripulantes e suas tristes andanças, ao sabor do longo processo que se lhes moveu. A suposta intrusão dos portuguêses na zona castelhana causou na côrte de D. Fernando uma viva impressão e deu lugar a uma série de ordens, consultas e medidas que tiveram pelo menos a vantagem de pôr de manifesto o estado dos conhecimentos geográficos da América do Sul, nas estações oficiais de Castela até ao ano de 1515.

Como é sabido, Estêvão Fróis escrevia a 30 de julho de 1514, de S. Domingos, na Ilha Espanhola, onde estava prêso havia cêrca de um ano, a el-rei D. Manuel, solicitando a sua intervenção junto do rei de Castela, seu sogro, para que o mandasse libertar a êle e aos seus companheiros.

Podemos hoje afirmar que D. Manuel acedeu prontamente ao apêlo aflitivo do navegante. A 10 de fevereiro de 1515, D. Fernando o Católico escrevia uma série de cartas a D. Diego Colon e aos juízes e oficiais da Espanhola, mandando que remetessem para Sevilha os onze portuguêses que ali estavam presos e enviassem o seu parecer sôbre as culpas de que os acusavam. (1) Nessa mesma data escrevia aos oficiais da Casa da Contratação, comunicando-lhes que "a ruego de el-rey su hijo", mandara vir da Espanhola os portuguêses, que tinham sido encontrados na Ilha de S. João para que êles se inteirassem do negócio e pronunciassem sôbre êle. Simultâneamente o monarca comunicava êstes fatos por D. Juan de Alarcon a el-rei D. Manuel. (2)

Um documento do ano seguinte, carta da rainha D. Joana aos oficiais da Casa da Contratação de Sevilha, escrita em conseqüência duma súplica dos portuguêses encarcerados, revela o nome de oito dêles pela ordem seguinte: "Rodrigo Alvares y Estêvão Flores y Pero Corso y Francisco Corso y Alvaro Eanes y João Alvares y Pero Flores y Elias Corso portuguêses e outros trez mozos suyos". (3) Frisamos a ordem em que os nomes aparecem, porque o fato tem seu significado. O secretário da rainha copiou da carta dos portuguêses os nomes respectivos, pela seqüência, isto é, segundo a hierarquia própria. Assim, podemos concluir que a figura principal a bordo era Rodrigo Alvares, o qual comandaria a cara-

---

(1) *Ibidem*, Indiferente General, Legajo 419, lib. 5, f. 141 v. 142 r.

(2) *Idem, ibidem*.

(3) *Ibidem*, Indiferente General, Legajo 419, Livro 6 fol. 43 r.

vela; Estêvão Flôres ou Fróis, o escrivão; Pero e Francisco Corso, respectivamente o mestre e o pilôto. Por esta ordem de hierarquia nas profissões aparecem os primeiros nomes na lista da companha da nau Bretoa; e esta era a ordem costumada no enumerar dessas funções. A acreditar que assim fôsse nos inclina ainda o fato de Estêvão Flôres ser presumìvelmente, a avaliar pela carta que dêle possuímos, o mais letrado a bordo; e que aos dois Corsos coubessem funções de relêvo nos induz igualmente a crer a circunstância de figurar nalguns mapas pouco posteriores um Cabo Corso exatamente na região do Brasil visitada pela caravela, assim como outro promontório do mesmo nome no gôlfo da Guiné.

Não obstante esta probabilidade, é certo que o reduzido número de tripulantes presos faz suspeitar muito que a guarnição da caravela ao aportar à Ilha de S. João, já ali chegasse dizimada por algum revés, durante a perseguição dos índios nas costas do Cabo de Santo Agostinho, a que Fróis se refere, na sua carta.

À uma, tôda a tripulação afirmou às autoridades espanholas que a caravela vinha do Cabo de Santo Agostinho — o que elas aceitaram como tal e transmitiram para a Metrópole, mas na suposição de que aquela parte das terras americanas visitada pela caravela pertencia a Castela. Acreditavam êles que os portuguêses haviam tocado nas costas de Castilla del Oro. Mas a 5 de agôsto de 1515, os juízes da apelação daquela ilha comunicavam ao monarca que, segundo as suas instruções, remetiam os portuguêses para Sevilha, com o seu parecer e acrescentavam prudentemente que "el pleito no se ha podido determinar porque no tienen alla la particion de los terminos". (1)

Durante o mês de outubro chegavam enfim os oito portuguêses a Sevilha, e eram cuidadosa e cruelmente aferrolhados na estreita prisão do Almirante. (2) E constatava-se então pelas suas declarações que não havia fundamento sério para a sua prisão. Todos êles declaravam que vinham do Cabo de Santo Agostinho. Mas onde era êsse Cabo?

No Conselho de Índias e na Casa da Contratação havia dúvidas a êsse respeito. Fernando, o Católico, ordenou, por conseguinte, que convocassem os melhores pilotos residentes à data em Sevilha para darem seu parecer sôbre a posição respectiva. A Casa da Contratação mandou reunir e ouvir Sebastião Caboto, filho e companheiro de João Caboto, Jão Vespúcio, sobrinho de Amé-

---

(1) *Ibidem*, Indiferente General, Legajo 419, Libros 4, 5 e 6, *passim*, e *Patronato*, est. 2, caj. 1, leg. 1-20.

(2) Depreende-se das contas das despesas feitas com os presos, *Ibidem*, Contratacion, 1515 a 1523, folio 66.

rico, João Rodrigues Serrano, André de Morales, Hernando de Morales e Nuño Garcia. Sebastião Caboto reportando-se aos dados em tempos fornecidos por Américo Vespúcio, opinou que o Cabo de Santo Agostinho estava a 8° de lat. sul e a 450 léguas de Santiago de Cabo Verde. João Vespúcio, como era de esperar, louvou-se neste parecer. João Rodrigues Serrano afirmou que, tendo participado duma expedição comandada por Alonso Velez Mendoza, dobrara o Cabo de Sto. Agostinho mas, como era mancebo, não podia dizer nada com exatidão. André de Morales, que dava as coordenadas de Américo Vespúcio como suspeitas, pois tinham sido tomadas ao serviço de Portugal, colocou o Cabo de Santo Agostinho em 16° de lat. sul e a 560 léguas do Arquipélago de Cabo Verde. O mesmo disse Hernando de Morales. E, finalmente, o cartógrafo Nuño Garcia, que trabalhara sob as ordens e segundo as indicações de Américo Vespúcio, confirmou que êste lhe mandara situar o Cabo de Santo Agostinho a 8° de latitude sul e a 450 léguas do arquipélago de Cabo Verde. Êstes pareceres foram enviados ao monarca a 18 de novembro por André de Morales, um dos pilotos ouvidos e dos mais acreditados que então havia em Espanha. (1)

Ao mesmo tempo, os oficiais da Casa da Contratação escreviam ao monarca para informá-lo de que os pilotos eram de opinião de que não se podiam fixar bem os limites sem que primeiro fôssem pessoas sábias na arte de graduar as costas e os cabos, tanto de Castela como de Portugal, às terras visadas pela consulta. Para isso propunham êles como representantes de Castela: Andrés de Morales, Sebastião Caboto e João Vespúcio. (2) Tudo isto mostra a extrema ignorância que então reinava entre os castelhanos sôbre as terras do continente sul-americano e a sua posição em relação à linha divisória de Tordesilhas.

Por sua parte, Fernando, o Católico, escrevia a 27 de novembro aos oficiais da Casa de Contratação: "Tengo os en servicio el cuidado que habeis tenido en hacer a los pilotos que cada uno dixese su parecer sobre el graduar el cabo de Santaugustin para ver se los portugueses que estan presos entraran en los limites de nuestra demarcacion, los pareceres de los quales y el de vosotros vi, y porque es menester mirar mucho y platicalo primero para ver lo que mas convenga hacerse, llegado a Placencia con ayuda de Dios, yo mandare entender en ello y proveelo como mas conven-

(1) O parecer, que resultou da consulta foi publicado por Cesário Fernandez Duro, em *La situacion del Cabo de S. Augustin en el Brasil el año de* 1515, (Boletin de la Sociedad Geografica de Madrid»), t. XVI, 1° semestre de 1884, págs. 22 a 30.

(2) V. «Coleccion de documentos relativos a las islas Filipinas», t. I, doc. n.° 12.

ga". [1] A resposta dos pilotos à consulta sôbre a posição do Cabo de Sto. Agostinho e o parecer sôbre a impossibilidade de o situar em relação ao meridiano de Tordesilhas, não podiam deixar de conduzir o Imperador a esta situação de dúvida e delonga.

Entretanto, sobrevinha a morte do rei Católico; o caso continuava em suspenso, e os onze portuguêses esquecidos no cárcere resolviam-se a dirigir uma petição à Rainha, em que declaravam estar injustamente presos, pois nunca tinham entrado nos limites da sua demarcação, nem tal se podia averiguar, pelo que lhe suplicavam os mandasse soltar, como era de justiça. Em atenção ao pedido, a 25 de setembro de 1516, a rainha D. Joana, depois de ouvir o Conselho, ordenava mais uma vez aos oficiais da Casa da Contratação de Sevilha que mandassem "juntar todos los pilotos de la dicha Casa e oyr a los dichos portugueses y com ellos averigues por todas las maneras si los dichos portugueses entraron dentro en los limites de nuestra demarcacion", e procedessem conforme o resultado desta averiguação. [2]

O que valeu aos desvalidos portuguêses foi o aprisionamento dos sete castelhanos da armada de Solis na ilha de Sta. Catarina. A rainha propunha, enfim, a 30 de março de 1517, ao rei D. Manuel, a troca dos prisioneiros respectivos. [3]

Existem igualmente no Arquivo de Índias de Sevilha as contas dos dinheiros entregues a Lopo de Bustamante, alguazil do almirante, "en nombre de los dichos onze portugueses, que estan presos en la carcel del almirante", para as despesas do seu sustento. Por elas sabemos que os portuguêses foram soltos, enfim, a 22 de abril de 1517, depois de quase quatro anos de prisão. Mas já então eram apenas 10. A 23 de dezembro do ano anterior, havia falecido um dêles, ao que supomos Pero Corso. [4]

Desta série de documentos se depreende que os esforços prosseguidos em Portugal, para esconder dos castelhanos o verdadeiro traçado das costas do Brasil, foram coroados de resultados. Resumindo: ignorava-se nos meios oficiais de Castela a posição do Cabo de Santo Agostinho até 1515; os mapas castelhanos divergiam de 8° quanto à posição dêste cabo; e os únicos pareceres próximos da verdade, dentre os seis técnicos ouvidos, reportam-se à opinião de Américo Vespúcio, a qual, segundo André de Morales, era de origem portuguêsa.

---

(1) *Archivo General de Indias*. Indiferente General, Leg. 419, L. 5, fol. 233, v. e 234 r.

(2) *Ibidem*, Indiferente General, leg. 419, Livro 6, fólio 43 r.

(3) *Ibidem*, Indiferente General, leg. 419, livro 6, fol. 123 v. a 124 v.

(4) *Ibidem*, Contratacion, 4675, anos de 1515 a 1523, fol. 66 v. 70 v., 80 v. e 830.

A isto acrescentaremos que ainda em 1513 D. Fernando, o Católico, e os de seu Conselho punham em dúvida que a Castilla del Oro e as terras setentrionais da América do Sul fôssem terra firme. Em carta a D. Sancho de Matienzo, a 4 de julho de 1513, escrevia o monarca: "Podereis por alla en todo lo que se os ofreciere ayudar a la poblacion de la dicha tierra firme, la qual habemos mandado nombrar Castilla del Oro porque no se sabe aun se es tierra firme, e aun que lo sea, habia menester nombre especial, como ahora se la ha puesto". [1]

Desta série de fatos perfeitamente estabelecidos, três conclusões há que tirar. Primeiramente, não se pode admitir que as costas do nordeste e do norte do Brasil tivessem sido visitadas sucessivamente pelos vários navegadores castelhanos, aos quais se concede gratuitamente a glória de haver descoberto aquelas terras. Caso contrário, haveria entre os pilotos espanhois qualquer reminiscência quanto à posição daquele cabo, e nos mapas o sinal respectivo, como resultado, ainda que pouco seguro, das observações dos supostos descobridores. Os únicos pareceres que se aproximam da verdade resumem-se na opinião de Américo Vespúcio, isto é, provêm dos resultados da expedição portuguêsa de Gonçalo Coelho. Em segundo lugar, conclui-se também, que, em 1513, nos meios oficiais de Espanha desconhecia-se não só a continuidade continental das duas Américas mas a própria continentalidade da América do Sul era posta em dúvida, pois era sabido que a Castilla del Oro se continuava com as terras de Verágua, Venezuela e Pária. Em Portugal, aquêles dois fatos geográficos já eram afirmados por Duarte Pacheco em 1505. [2]

---

(1) *Ibidem*, Indiferente General, leg. 419, lib. 4, fol. 207 v.

(2) Repita-se o conhecido passo do *Esmeraldo de Situ Orbis*, no cap. 2.º do I livro: «... e portanto, bemaventurado Principe, temos sabido e visto como no terceiro ano do vosso reinado do ano de nosso Senhor de 1498, donde nos V. A. mandou descobrir a parte ocidental passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a setenta graus de ladeza [latitude] da linha equinocial contra o polo ártico, e posto que seja assaz fora (fria?) é grandemente povoada; e do mesmo circulo equinocial torna outra vez e vai além em vinte e oito graus e meio de ladeza contra o polo antártico, e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura, que de uma parte nem da outra não foi visto nem sabido o fim e cabo dela; pelo qual segundo a ordem que leva, é certo que vai em circuito por toda a redondeza; assim que temos sabido que das praias e costas do mar dêstes reinos de Portugal e do promontório de Finisterra e de qualquer outro lugar da Europa e de África e de Ásia, atravessando além todo o oceano direitamente a ocidente ou a loeste segundo ordem de marinharia, por trinta e seis graus de longura (longitude) que serão seiscentas e quarenta e oito léguas de caminho, contando a dezoito léguas por grau, e ha lugares algum tanto mais longe, é achada esta terra navegada pelos navios de V. Alteza e por vosso mandado e licença, os dos vossos vassalos e naturais; e indo por esta costa sobredita do mesmo circulo equinocial em diante, por vinte e oito graus de ladeza contra o polo antártico é achado nela muito e fino brasil com outras muitas coisas de que os navios dêstes reinos vêm grandemente carregados».

Finalmente — e aqui principalmente desejávamos chegar — se os castelhanos a esta data ignoravam por tal forma a posição das costas do norte do Brasil que ficavam mais próximas dos seus estabelecimentos das Antilhas e do Darién, como se podia admitir que conhecessem suficientemente as do sul, para enviar Solis em 1515 a buscar nessas paragens um estreito que comunicasse com o mar, que ficava para além da Castilla del Oro, descoberto por Balboa? Os próprios têrmos da capitulação do monarca espanhol com o pilôto João Dias de Solis, a 24 de novembro de 1514, confiando-lhe a missão de "ir descobriendo por las dichas espaldas de Castilla del Oro mill y setecientas leguas y mas si pudierdes, contando desde la raya de la demarcacion que va por la punta de la dicha Castilla del Oro, adelante de lo que no se ha descubierto hasta agora",(1) evidenciam a falta dos mais rudimentares conhecimentos geográficos sôbre a América do Sul, já descoberta.

Em face destas constatações torna-se evidente que a expedição de Solis se inspirou no resultado da viagem dos navios de D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, em 1513-1514. Pode apenas duvidar-se que Cristóvão de Haro tenha sido o inconfidente revelador dos resultados desta expedição. As suspeitas, trazidas pelos nautas, eram tamanhas que não podiam deixar de transpirar. Já na Madeira tinham deixado rastro tão importante que veio a refletir-se na cartografia contemporânea. (2) Mas o que sabemos do complicado Cristóvão de Haro, induz-nos a acreditar que tenha sido êle o informador de Fernando, o Católico, tanto mais que não lhe faltavam para justificar-se, aos seus próprios olhos, os deveres de bom castelhano defendendo os direitos de Castela. Pelo que respeita mais pròpriamente à viagem de Rodrigo Alvares, lendo com atenção a carta de Estêvão Fróis, pomos em dúvida a afirmação de Cristóvão de Haro, ao dizer, em 1519, que ela se fizera havia seis anos pouco mais ou menos, a não ser que demos a esta expressão adverbial uma acepção muito lata. Da carta de Fróis se deduz que êle permanecera algum tempo na região do Cabo de Sto. Agostinho: "Porque, Senhor, se ficara no rio onde fiquei, não foi com intenção senão de saber o que havia na terra, para de tudo dar conta a V. Alteza, como espero em Deus de dar, segundo achei em um alvará que V.A. tinha dado a Diogo Ribeiro . . . em que . . . lhe encarregava que olhasse bem pelas coi-

(1) V. J. Toríbio de Medina, *Juan Dias de Solis*, t. I, pág. CCXXVIII, e seg.

(2) Referimo-nos ao globo de Johannes Schöner de 1515, onde a América do Sul termina por um estreito que a comunica com o Indico, nas latitudes aproximadas do Rio da Prata. Pode ver-se a parte, que se refere à América e à Ásia, dêste globo, na *Hist. da Colon. Port. do Brasil*, t. II, pág. 212.

sas da terra, o qual carrego eu, Senhor, tomei pelo a êle matarem os indios, como V.A. sabe".

Êste período levou Capistrano de Abreu a supor de Fróis que "pelas explicações embaraçadas e lamurientas de sua carta a D. Manuel parece ter sido nada mais nada menos que um vulgar desertor". (1) A suspeita e o apôdo aviltante de desertor estão longe de poder aceitar-se. Não era homem letrado e com ambições que desertava, mas o mísero grumete, a quem a selva podia oferecer compensações. Demais o que Fróis afirma de si, já o dissera de tôda a companha: "e que em caso que nós fôssemos culpados em ficar onde ficamos, se é terra de el-rei de Castela, nós não ficamos na dita terra, como em terra de el-rei de Castela, senão como terra de Vossa Alteza. E porque nela nos quiseram matar os índios e um Pero Galego, como V.A. sabe, nos acolhemos a estas partes, por não têrmos outra mais perto onde nossa caravela podessemos trazer, porque estava toda comesta de gusano e brama e fazia muita agua e mais traziamos o leme comesto e quebrado ..."

Houve, pois, por qualquer motivo, uma permanência em terra, em ponto que serviria de base para explorar as regiões vizinhas. Que a exploração de terras estava no programa da expedição, também se depreende dos dizeres do espistológrafo e o fato da caravela, ao aportar à ilha de S. João, estar tão roída do gusano indica igualmente permanência demorada em águas tropicais. Ora, se quando Fróis, a 30 de julho, fôra prêso havia cêrca de um ano, os sete meses primeiros de 1513 não parecem suficientes para a viagem de ida até à região visitada, uma permanência e exploração com demora e o regresso até às ilhas do cativeiro.

Mais de aceitar se nos afigura que a partida de Lisboa datasse do ano de 1512. A mesma carta nos prova também que a terra visitada por Estêvão Fróis já era freqüentada pelos portuguêses e ali havia qualquer coisa como uma feitoria-fortaleza. Aquêle rio, onde os nautas se demoraram, deve ter sido o canal de Santa Cruz entre a ilha de Itamaracá e a terra firme nas margens do qual se fizeram as primeiras tentativas de feitoria. (2) Doutra forma não se compreende que D. Manuel encarregasse um arauto seu de olhar bem pelas coisas da terra. E a mesma estância dum Pero Galego entre os índios em companhia dos quais hostilizara os portuguêses, faz remontar a freqüência dêstes a época mais anterior.

(1) V. *«O descobrimento do Brasil»*, pág. 81.

(2) V. OLIVEIRA LIMA, *"A Nova Lusitânia»*, na *Hist. da Colon. Port. do Brasil*, t. III, págs. 289 e seg.

Se a carta de Estêvão Fróis revela uma continuidade anterior do tráfico dos portuguêses na região do Cabo de Santo Agostinho, outros documentos nos provam que êle continuou a praticar-se ali, imediatamente depois da viagem de Rodrigo Alvares, o que mais nos convence de que ali houvesse desde longa data um estabelecimento português. Com efeito, conseguimos averiguar que certa caravela portuguêsa aprisionada em Cadiz em 1514, vinha do Cabo de Santo Agostinho. Nas contas do Dr. Matienzo, tesoureiro da Casa da Contratação de Sevilha, relativas ao ano de 1515, figuram os gastos feitos com o embargo dêsse navio e do brasil e índios, "que trouxeram los portugueses del cabo de Sant Augustin en tierra firme". [1]

Desta vez as declarações dos tripulantes fizeram fé. Em Cadiz, o Cabo de Santo Agostinho "em terra firme" não tinha realidade tão suspeitosa. Mas na Espanhola, tratando-se dum navio que aportara a outras das Antilhas, carregado de caribes antropófagos, o caso era diferente. E muito mais depois dos prisioneiros haverem proclamado que essas terras estavam há mais de 20 anos na posse dos portuguêses. Tamanha revelação não podia senão aumentar as suspeitas de que o Cabo de Santo Agostinho pertencesse à zona espanhola e o sigilo cobrisse uma exploração ilícita.

Na série de fatos que acabamos de referir filiamos a mudança de orientação que, em 1516 se observa na política portuguêsa em relação ao Brasil. Em parte, como reação direta provocada pela incursão de Solis, em parte como reflexo causado pelas medidas de defesa adotadas pelo monarca espanhol e provàvelmente ainda pelo aparecimento dos primeiros navios franceses nas costas brasileiras, D. Manuel e o seu Conselho inauguraram aquilo a que chamamos as *capitanias do mar*, por analogia com aquela missão e processo iniciado em data anterior no oceano Índico. [2]

A *capitania do mar* tinha como objetivo fundamental, à semelhança do que acontecia no Oriente, o monopólio da navegação, isto é, a política do *mare clausum*. De dois em dois anos, segundo supomos, o capitão do mar partia com alguns navios a realizar um cruzeiro nas costas do Brasil para defendê-las das incursões dos franceses e dos castelhanos ou dalguma tentativa de fixação em território, real ou supostamente pertencente à Coroa portuguêsa. Viagem de cruzeiro, com demora num ou noutro ponto do litoral,

(1) *Archivo General de Indias*, Contratacion, 4664 — Cuenta general del doctor Matienzo.

(2) V. *Hist. de Portugal*, edição momum. dirigida *por Damião Peres*, t. IV.

é bem de ver que ela representava também continuidade na exploração descobridora. Sabe-se que durante êste período, a que chamamos das *capitanias do mar*, quatro armadas portuguêsas, cada uma por cêrca de dois anos, cruzaram nas costas brasileiras; há indícios duma quinta armada ali enviada por um lapso de tempo semelhante; e nada prova que tais cruzeiros de defesa se não tenham praticado com inteira continuidade. Ainda quando assim não fôsse, êsse é o fato mais característico durante o período que medeia entre 1516 a 1530, quando comparado com o anterior e o que se lhe segue.

Dêsse mesmo ano de 1516 data a primeira tentativa de colonização metódica e aproveitamento da terra com base na plantação da cana e fabrico do açúcar, quer dizer, da ocupação organizada, com a qual deve ligar-se a existência dalgumas incipientes *capitanias de terra*, que supomos terem coexistido com aquêle ensaio.

Segundo documentos estudados por Varnhagen, D. Manuel, em 1516, ordenou por um alvará aos feitores e oficiais da Casa da Índia que dessem machados e enxadas e tôda a mais ferramenta às pessoas que fôssem a povoar o Brasil; e por outro alvará ordenou aos mesmos funcionários "que procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar; e que se lhe desse sua ajuda de custo e também todo o cobre e ferro e mais coisas necessárias para a feitura do engenho". Além dêstes documentos, deu Varnhagen a conhecer o teor doutro alvará de 15 de julho de 1526, autorizando Pero Capico a regressar do Brasil a Portugal, nos seguintes têrmos: "Eu el-rei faço saber a vós, Cristóvão Jacques, que ora envio por governador às partes do Brasil, que Pedro Capico, capitão duma das capitanias do Brasil, me enviou dizer que lhe era acabado o tempo da sua capitania e que queria vir para êste reino e trazer consigo tôdas as peças de escravos e mais fazenda que tivesse. Hei por bem e me praz que na primeira caravela ou navio que vier das ditas partes o deixeis vir".(1)

As capitanias de terra implicam um comêço de colonização — homens e atos a dirigir, núcleo e tentativa social, de relativa importância a avaliar pela designação administrativa. Êsse comêço de elaboração das possibilidades econômicas da terra implicava igualmente um mínimo de segurança, indispensável no vasto litoral, que começava a ser infestado com regularidade pelos flibus-

(1) V. Visconde de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, t. I, 4ª edição, págs. 106 e 127.

teiros normandos. Por sua vez, *capitanias do mar* e armadas em cruzeiros por um espaço de dois anos supunham uma ou mais bases de apoio nas costas marítimas que defendiam. Desta sorte, *capitanias de mar* e *capitanias de terra* deviam forçosamente complementar-se na mente do estadista.

Infelizmente os cronistas ou memorialistas da época são omissos sôbre êste período e tentativa de colonização que não pode ter sido muito brilhante. À simples feitoria-fortaleza seguia-se agora uma nova experiência: tentava-se fixar na terra um certo número de colonos, fornecendo-lhes os instrumentos necessários para adaptarem à nova terra uma cultura exótica, a do açúcar, já ensaiada nos arquipélagos da Madeira e de S. Tomé e provàvelmente aproveitando o braço do aborígene como auxiliar. Superintendendo ao ensaio em cada região havia um capitão de nomeação régia, por um prazo cuja duração ignoramos, mas que deveria abranger alguns anos.

A que pontos do litoral se teriam alargado essas tentativas? E dizemos no plural porque o mesmo documento a que aludimos, referindo-se a Pero Capico, lhe chama: "capitão duma das capitanias do dito Brasil". Supomos que terão sido, pelo menos, em Pernambuco, Pôrto Seguro, Rio de Janeiro e S. Vicente. Vários indícios restam de uma colonização precoce que não podem deixar de referir-se a esta época.

Quanto à história das *capitanias de mar,* pouco sabemos, mas está hoje averiguado que entre 21 de julho de 1516 e 9 de maio de 1519, datas respectivamente da partida de Lisboa e do regresso à mesma cidade, uma armada, sob o comando de Cristóvão Jacques, percorreu as costas do Brasil, assinalando-se com mais insistência, segundo é lícito depreender dos documentos conhecidos e como era lógico, no Rio da Prata.[1] Supôs-se durante muito tempo que Cristóvão Jacques era um fidalgo castelhano ao serviço de Portugal. Sabe-se hoje, graças às investigações de Esteves Pereira, que o célebre navegante era português, filho de portuguêses ainda que oriundo duma família catalã, que se estabeleceu em Portugal no século XIV. [2]

Não podemos admirar-nos de que o maior número de referências a esta expedição, se ligue ao Rio da Prata. Êsse era, após a viagem de Solis, o ponto nevrálgico na secreta competição de soberania, debatida entre Portugal e Castela. Que a expedição

---

(1) V. Esteves Pereira, «*O descobrimento do Rio da Prata*», em *História da Colonização Portuguêsa do Brasil,* t. II, págs. 361 e seg.

(2) *Ibidem*, pág. 350.

tivesse um caráter de defesa e até de punição, cremos que não pode duvidar-se. Duma carta de Luís Ramires, que mais tarde visitou o estuário platino na armada de Sebastião Cabot, sabemos que Cristóvão Jacques deixou uma recordação de terror na memória dum dos sobreviventes da expedição de Solis que ali ficara entre os indígenas. (1)

Expedição de Diogo Álvares e Estêvão Fróis ao nordeste brasileiro, em caravela, armada por Cristóvão de Haro (1512-1513), flotilha dos navios de D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, em descobrimento do Rio da Prata (1513-1514), e, finalmente, a primeira *capitania de mar,* assumida por Cristóvão Jacques e acompanhada das primeiras tentativas de colonização, explicarão em parte a carta de Lopo Homem. Pelo que respeita ao nordeste brasileiro, o traçado desde o Cabo de Santo Agostinho até ao delta do Amazonas deve certamente uma boa parte à primeira daquelas expedições. Os prisioneiros da ilha Espanhola, soltos a 22 de abril de 1517, tiveram tempo de informar o cartógrafo Lopo Homem, cuja carta é de 1519. Atente-se em que já nessa carta figura o *Cabo Corso,* situado a nor-noroeste do Cabo de Santo Agostinho, no mapa de Vesconte de Maggiollo, da mesma data e mais tarde ainda no de Gaspar Viegas de 1534. Esta designação dificilmente se pode conceber como desligada do pilôto daquela caravela e tanto mais se êle, como estamos convencidos, faleceu no cárcere, em Sevilha. (2) O batismo do cabo representaria uma homenagem conjunta ao descobridor e ao mártir do descobrimento.

Admitindo, pois, que o pilôto Pero Corso tenha dado, fato vulgar na história da cartografia, seu nome ao Cabo Corso da carta de Lopo Homem, teremos do mesmo passo concluído que a viagem até às Antilhas se tenha feito ao longo da costa que medeia entre o Cabo de Santo Agostinho e o Cabo Norte, abrangendo o delta amazônico, pois essa era a derrota forçosamente traçada pela irresistível corrente das Guianas. E nêsse caso também essa expedição haveria concorrido para o desenho daquele trecho da costa e, em especial, da foz do Amazonas, cujo escôrço tão surpreendentemente se aproxima da realidade geográfica.

Quanto à larga abertura do estuário platino, pela primeira vez tão realisticamente esboçado na carta de Lopo Homem, às expedições da armada de D. Nuno Manuel e de Cristóvão Jacques, devemos creditar as revelações do traçado respectivo. E

(1) *Ibidem,* pág. 384.

(2) No Arquivo de Índias de Sevilha encontramos, em tempos, referência ao inventário dum Pero Corso, ali falecido na mesma época.

até os mesmos ensaios de colonização referidos pelos documentos de Varnhagen, ainda que, por certo, arraigados nas primeiras fundações de náufragos e degredados, podem explicar certos caracteres, a que nos referimos, da toponímia, reveladores duma assistência prolongada de portuguêses em certos pontos do litoral.

Não obstante a grande colheita de documentos e a ordenação de fatos, que conseguimos reunir e encadear, referentes ao período pròximamente anterior a 1519, nenhum documento como a carta de Lopo Homem ou melhor as cartas do atlas chamado de Miller, referentes à América, é tão eloqüente e demonstrativo dos conhecimentos geográficos, e por conseqüência das explorações descobridoras, realizadas até àquele tempo, assim como do conceito geográfico dos portuguêses sôbre o Brasil e do estado de espírito, dominante nas altas esferas do govêrno de Lisboa, quanto aos limites da soberania nacional na América do Sul.

Legendas americanas do Atlas; as duas bandeiras das quinas postas nos extremos limites da terra figurada; e os fraudulentos desvios do traçado do litoral põem de manifesto que os portuguêses, em 1519, se haviam dado conta da realidade geográfica e humana do *Grande Brasil*, da necessidade de expandir a soberania portuguêsa a êsse imenso território e, como conseqüência, que nêles alvorecia a consciência dum grande Estado, em formação.

Resta-nos apenas dizer que a carta de Lopo Homem de 1519 constitui um protótipo, que, em certas linhas gerais de arrumação das costas, serviu de modêlo ou padrão oficial durante mais de dois séculos.

AS CARTAS DE DIOGO RIBEIRO (1525-1529) E A DE GASPAR VIEGAS (1534) E A SUA INFLUÊNCIA NA CARTOGRAFIA ESPANHOLA E FRANCESA

Em boa verdade, na Espanha só depois da passagem de Fernão de Magalhães, por algum tempo acompanhado de Pedro e Jorge Reinel, ao serviço de Carlos V, ou seja entre 1518 e 1519, devem ter conhecido pela primeira vez os lineamentos gerais das costas brasileiras. Alguns anos mais tarde, cêrca de 1523, passava-se também ao serviço do monarca espanhol um cartógrafo português, Diogo Ribeiro, do qual existem vários trabalhos dos anos de 1525 a 1529.

As cartas de Diogo Ribeiro, — nôvo protótipo que vai ter grande influência na cartografia espanhola da primeira metade

do século de Quinhentos — representam, não obstante, quer um retrocesso quer um avanço em relação às cartas de Lopo Homem. Retrocesso, pelo que respeita à foz do Amazonas, que nas suas cartas aparece fundida com a do Maranhão; avanço, ou melhor, uma correção na arrumação geral da costa, cujas longitudes são muito mais perfeitas.

Diogo Ribeiro, cartógrafo português, e que passara ao serviço de Espanha, deixara por êsse fato de obedecer à disciplina e à política de segrêdo nacional. Por aquelas duas razões, as suas cartas são uma prova eloqüente do sigilo, que até então se observara sôbre os conhecimentos geográficos do Brasil. O cartógrafo, quando abandonou o serviço de Estado português, em 1523, ainda não conhecia os resultados das expedições que haviam permitido debuxar com tamanha correção o delta amazônico; mas conhecia o bastante das fraudes oficiais para corrigir e aproximar da realidade os propositados desvios da linha dos litorais brasileiros na cartografia portuguêsa oficial.

Êste fato torna-se mais patente nas cartas de 1525 e 1527, nas quais o traçado das costas brasileiras se aproxima muito mais da realidade, do que o da carta de Lopo Homem. A tal ponto que, nêsses dois mapas, o meridiano de Tordesilhas, ainda que passando abusivamente a oeste do atual Oiapoque, tem como segundo têrmo *a quo* o cabo de Santa Maria, o que representa apenas um êrro de cêrca de 3º (v. fig. n. XXIV).

Esta extraordinária constatação nos convence de que à data, em que Diogo Ribeiro partiu de Portugal (c. 1523), ou seja, pouco depois da confecção do atlas de Lopo Homem, se conheciam ali com grande aproximação, mas se escondiam no *padrão* cartográfico oficial, os lineamentos gerais das costas do Brasil, até ao Prata, nas suas coordenadas, quer a latitude já então relativamente fácil de observar, quer a longitude, muito mais difícil de obter.

Êste protótipo teve alguma influência na cartografia espanhola, mas apenas no traçado e nomenclatura, como sucede com a carta de Sebastião Caboto (1544), cujo único exemplar conhecido e impresso se guarda na Biblioteca Nacional de Paris. Mas já nesta, como noutras cartas espanholas da mesma época, o meridiano de Tordesilhas corta o continente por forma muito diversa. Adiante voltaremos a estudar êste caso ou seja a comparar as cartas espanholas com as portuguêsas, sob o ponto de vista da colocação da linha demarcadora.

O grande planisfério de Caboto, bela peça, que nós tivemos muitas vêzes ocasião de estudar em Paris, lembra pela intenção decorativa, na parte da América do Sul, a carta de Lopo Homem. Numerosas figuras alusivas recobrem os espaços, vazios de nomenclatura do continente, quer representando figuras humanas, como a do índio decepando a árvore do brasil, quer animais, como o papagaio. Mas nenhuma se equipara às finíssimas miniaturas do Atlas português. Assinale-se, todavia, por mais notável, o grupo dos conquistadores da expedição de Orellana, combatendo com as amazonas à margem do rio, a que elas emprestaram o nome. (1)

Não menor interêsse em relação ao conhecimento progressivo dos litorais brasileiros, tem a carta de Gaspar Viegas, cujo traçado representa nas suas grandes e numerosas novidades, o resultado da expedição de Martim Afonso de Sousa ao Brasil, entre 1530 e 1533, e, em particular, das expedições parciais de Diogo Leite ao nordeste brasileiro e Pero Lopes de Sousa ao Rio da Prata. (2)

Quais os objetivos da expedição de Martim Afonso de Sousa e até que ponto se refletem os seus resultados na carta de Gaspar Viegas?

Eugênio de Castro, cotejando o "Diário da Navegação" com outros documentos e com os próprios resultados da expedição enumera os seguintes resultados, que nós resumimos:

1º) explorar o litoral brasileiro, desde o Amazonas até ao Rio da Prata e neste até um ponto "que obrigasse a maior recuo o meridiano divisório, e que veio a ser o *Esteiro dos Carandins* onde plantou Pero Lopes padrões e cujo meridiano, para os cartógrafos daquele tempo, deveria ser o que mais tarde desse aos portuguêses domínio mais ao sul até às proximidades do Gôlfo de São Matias";

2º) expulsar os franceses de uma "costa de pau-brasil", por êsse tempo caracterizada e explorada entre o Rio Paraíba e o Rio S. Francisco ou, mais latamente, até às regiões do Cabo Frio;

---

(1) Esta carta foi reproduzida, na parte concernente à América Meridional, pelo Barão do Rio Branco em *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française — Atlas contenant un choix de cartes antérieures au Traité conclu à Utrecht le 11 avril 1713 entre le Portugal et la France — Annexe au Mémoire presenté par les Etats-Unis du Brésil au Gouvernement de la Conféderation Suisse Arbitre choisi selon les stipulations du Traité conclu à Rio de Janeiro le 10 avril 1897, entre le Brésil et la France*, Paris 1899, onde tem o nº 6.

(2) As duas expedições, e muito em especial, a segunda, foram cuidadosamente estudadas pelo Cte. Eugênio de Castro na sua obra *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa* (1530-1533), edição da Comissão Brasileira dos Centenários Portuguêses de 1940.

3º) firmar a soberania sôbre uma "costa de ouro e prata", cujos extremos iam, quando menos, de S. Vicente até ao Rio de Sta. Maria, para de aí, como base, alcançar as minas do Peru;

4º) lançar mais firmemente os fundamentos da colonização e domínio desta parte da América, já antes esboçado, para mais fàcilmente atender à defesa e posse das costas do pau-brasil e do ouro.

Aos objetivos enunciados por Eugênio de Castro devemos acrescentar um outro, de não menor importância. D. João III, ao incumbir Martim Afonso de Sousa, de fundar povoações, que vieram a ser São Vicente e Piratininga, seguramente em obediência a instruções recebidas, ambicionava atingir pelo Tietê, o rio Paraguai, ou seja as minas de ouro que os tripulantes da armada de Sebastião Caboto, entre os quais o português Gonçalo da Costa, afirmavam à uma existir nas margens daquele rio.

Já depois de redigida esta obra tivemos conhecimento duma carta da Imperatriz Isabel, dirigida a 17 de fevereiro de 1531, a Lope Hurtado de Mendoza, embaixador da Espanha em Lisboa, na qual repetia os informes que recebera de Gonçalo da Costa, velho morador de São Vicente, e pedia a confirmação dêsses avisos.

Dêsse notabilíssimo documento transparece, conforme êsses informes, que a armada de Martim Afonso levava os seguintes objetivos: expulsar os franceses da costa do Brasil; construir algumas fortalezas nos portos, pois levava muita artilharia grossa e "porque desde el puerto de San Vicente, que es en su demarcacion, pensaban de entrar por tierra al rio de la Plata"; e que dois galeões dos que levavam haviam de regressar a Lisboa depois de ter chegado ao Rio de Marañon (Amazonas) "porque dicen que entra en su demarcacion".(1)

Ora, pretender entrar por São Vicente ao Rio da Prata, isto como um objetivo natural, supõe o conhecimento das relações de proximidade entre os afluentes da margem esquerda do Paraná e o litoral atlântico e, muito particularmente do Tietê, cujas nascentes são tão vizinhas do pôrto de São Vicente. Além disso, visitar o delta amazônico, como situado no hemisfério de soberania portuguêsa, supõe igualmente uma afirmação oficial de posse, paralela à de Pero Lopes na foz do Paraná, ou mais concretamente, no esteiro dos Carandins. A análise do mapa de Gaspar Viegas confirma êsses dois objetivos.

---

(1) Publicamos esta carta, em castelhano e em versão portuguêsa, em *A Fundação de São Paulo — capital geográfica do Brasil* — Rio de Janeiro, 1955, págs. 250-252.

Digamos desde já que os resultados da emprêsa, sob o ponto de vista geográfico, se ligam, na carta de Gaspar Viegas, principalmente aos objetivos que tendiam a alargar a soberania portuguêsa no continente. As maiores novidades assinalam-se no Rio da Prata. Pela primeira vez, uma carta geográfica mostra, desaguando no estuário do Prata, o Uruguai, o Parána e o Paraguai, ainda que levados às proporções excessivas e caricaturais de braços de mar, que invadem e se alargam profundamente no interior do continente.

Esta, a maior revelação da carta. Mas, por seu lado, a costa do nordeste brasileiro até aos limites meridionais do delta amazônico desenvolve-se com nomenclatura notàvelmente aumentada, assinalando no seu extremo norte a baía de S. João, situada imediatamente sôbre o Equador, o que nos leva, quando menos, à foz do Pará, ou Tocantins. (1)

Se o delta amazônico não figura no mapa de Gaspar Viegas, é, em nossa opinião, porque o govêrno português desejava manter os espanhóis e, por forma geral, os estrangeiros, no desconhecimento dessa grande porta de entrada da América, então mal conhecida, mas que, em boa justiça tordesilhana, devia pertencer à Espanha.

Na parte da costa a noroeste do Maranhão figura a Baía de Diogo Leite, assim denominada em honra do comandante das duas caravelas, a *Rosa* e a *Princesa*, que, no primeiro semestre de 1531, por ali singraram em viagem descobridora. A nosso ver e coincidindo com D'Avezac, a baía de Diogo Leite corresponde, em nomenclatura atual, à foz do Turiaçu. E por nossa parte não vemos a menor razão, contra certa opinião corrente, para se dar por limite à expedição de Diogo Leite essa baía. Lembremo-nos que desde êsse ponto as duas caravelas não podiam retroceder e mais remédio não tinham senão obedecer ao mandado da corrente das Antilhas e continuar nessa direção ao longo da costa, para regressar de seguida a Portugal, como de fato fizeram. Mais uma razão para acreditarmos que a omissão do delta amazônico na carta de Gaspar Viegas obedeceu apenas a propósitos políticos.

Na parte da costa, que corre do Cabo de Santo Agostinho para os quadrantes do sul e oeste, a carta de Gaspar Viegas não apresenta grandes novidades de toponímia, a não ser entre a Cananéia e o Rio da Prata. E é de estranhar até que no trecho da

---

(1) Observe-se que, nalgumas cartas posteriores como a de Lopo Homem de 1554, ou seja, do cartógrafo oficial mais autorizado do seu tempo, à foz do Pará ou Tocantins, se chama Rio de S. João.

costa, imediatamente anterior, isto é, o que medeia entre aquela ilha e S. Vicente, por onde a armada de Martim Afonso estacionou durante muitos meses, o mapa seja tão omisso de nova nomenclatura. A própria carta de Lopo Homem é muito mais rica de topônimos, nessa parte do litoral, não obstante a de Gaspar Viegas lhe ser posterior de 15 anos.

Da ilha da Cananéia para o sul há na verdade algumas, ainda que poucas novidades dignas de assinalar. Mas antes de referi-las, aproveitemos a ocasião para elucidar um pequeno problema relativo à estância da armada de Martim Afonso nos mares da ilha da Cananéia.

Supõem alguns historiadores que por êsse tempo o capitão da frota mandasse chantar um padrão nessa parte do litoral e que se tem identificado com aquêle que atualmente existe no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Refere, por exemplo, Frei Gaspar da Madre de Deus que, na ilha do Cardoso, fronteira à ilha da Cananéia, pelo noroeste, se havia erguido e ficaria oculto por mais de 200 anos um padrão português, que o coronel Afonso Botelho de Sampaio e Sousa descobriu aos 15 de janeiro de 1767, quando examinava o local na intenção de lançar ali os fundamentos duma fortaleza.(1)

Segundo opinião corrente, foi êste um dos padrões plantados por Martim Afonso de Sousa e recolhido, em 1866, pelo Barão de Capanema, ao Instituto Histórico e Geográfico. Mas é certo que na carta de Lopo Homem (1519) já figura a "ponta de padrã", imediatamente a sueste do rio da Cananéia, o que coincide com a situação indicada por Frei Gaspar. Na verdade, a descrição do padrão feita pelo memorialista da capitania de S. Vicente não concorda exatamente com aquêle que se encontra no Instituto Histórico: "um padrão de mármore europeu com quatro palmos de comprimento, dois de largo e um de grossura, e armas reais de Portugal sem castelos". O padrão do Instituto, embora corresponda mais ou menos a estas dimensões, não é de mármore e ostenta três cruzes de Cristo.

Mas a versão corrente de que êle tivesse sido pôsto por Martim Afonso opõe-se o silêncio do *Diário* de Pero Lopes, o qual não deixa de mencionar os dois que êle próprio fêz assentar: "Quinta-feira, 12 de dezembro, à bôca dêste esteiro dos carandins puz dois padrões das armas de el-rei nosso Senhor e tomei posse da terra ...".

---

(1) V. Fr. Gaspar da Madre de Deus, «*Memórias para a história da capitania de S. Vicente*», 3ª edição, pág. 135.

Temos, pois, por mais provável que o padrão do Instituto Histórico seja o da ilha do Cardoso; por certo, que não tenha sido pôsto por Martim Afonso; e por muito provável que a tomada de posse por meio daquele símbolo pertença à armada de 1502, dadas as conexões com o texto do *Diário*, em que Pero Lopes de Sousa, referindo-se ao Bacharel de Cananéia, afirma, em 1532, que êle estava ali há 30 anos.

Na costa ao sul da Cananéia são dignos de assinalar-se o Rio *dos Dragos*, que já aparece na carta de Lopo Homem e que devemos identificar com a entrada da baía de Paranaguá; o *Golfo do Repairo*, talvez a Baía de Guaratiba; o *Golfo do Ilhéu*, provàvelmente o pôrto da Laguna; a *Terra Alta* — serras e cabo de Sta. Marta; o *Rio Martim Afonso de Sousa*, mais difícil de identificar, mas que supomos seja o Tramandaí; "S. Pedro", ou seja seguramente a barra do Rio Grande, pela primeira vez assinalada com êste nome mas que vai persistir durante mais de dois séculos com a variante de Rio de S. Pedro ou Rio Grande de S. Pedro.

Finalmente, observa-se que no mapa de Viegas não aparece a designação de *esteiro dos Carandins*, embora saibamos com segurança que a região foi visitada por Pero Lopes, que a situa na bôca do Paraná e lhe dá a latitude S. 34°, 45'.(1)

Atribuímos êste silêncio a razões semelhantes às que aconselharam o cartógrafo, ou antes os serviços oficiais que estabeleceram o *Padrão*, a omitir o delta amazônico na mesma carta. Se no desenho do Prata não se escondeu a região do esteiro dos Carandins é que êle já fôra visitado por Caboto; mas calou-se a nomenclatura, porque denunciava a exploração e a tomada dè posse.

Mas a maior novidade geográfica do mapa de Gaspar Viegas e a que mais confirma o testemunho de Gonçalo da Costa e esclarece as intenções de Martim Afonso, ao fundar São Vicente e Piratininga, é o traçado do rio da Prata, no seu desdobramento em Paraná e Paraguai. Para melhor avaliarmos os progressos do mapa de Gaspar Viegas no traçado dessa vasta bacia hidrográfica, convém compará-lo com os mapas anteriores de Diogo Ribeiro de 1527 e 1529. (2) No primeiro dêstes o Paraná dirige-se,

---

(1) EUGÊNIO DE CASTRO escreve: «Deveria correr tal esteiro na região do Paranaguazu e afluentes, região baixa duma das margens e rasgada de esteiros ou igarapés, aquem 30 léguas da fundação de *Sancti-Spiritus* de Cabote. Ficaria o esteiro dentro na área da *terra dos Carandins*, lindada por nós em parte na carta moderna, por uma linha que passará por S. Pedro, Baradero, Ibicuí, e numa volta do Paraná Pavon, na atual terra argentina». (*Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, ed. cit., pág. 67.) O autor refere-se no texto citado à carta dessa região por êle elaborada e publicada, com o n° 7 do v. II.

(2) Na obra anteriormente citada publicamos um mapa, representando as diferentes fases por que passou o traçado do rio da Prata nessas cartas (pág. 72).

fora de tôda a realidade, para noroeste e para o centro do continente; no segundo, pelo contrário, o traçado do Paraná, do qual mal se destaca o Paraguai, toma em todo o seu curso e até às alturas aproximadas de São Vicente, uma direção paralela à costa, e, por conseguinte, muito próxima da realidade.

Gaspar Viegas, por sua vez, introduziu no mesmo traçado três notáveis modificações: em primeiro lugar, alargou por forma desmesurada e caricatural o curso dos rios platinos; mas, em compensação, faz terminar o curso do Paraná, por forma aproximada da verdade, em três afluentes que banham o espaço hoje correspondente aos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e conserva-lhe a mesma direção geral que a do mapa de Diogo Ribeiro, de 1529. Por sua vez, o curso do Paraguai dirige-se mais realìsticamente para o norte e numa profundidade bem maior do que na referida carta de Diogo Ribeiro. Dêstes notáveis avanços cartográficos, o de maior interêsse, em relação às duas fundações de Martim Afonso, é o traçado dos afluentes terminais do Paraná que se dirigem para a costa. Sobrepondo a carta de Gaspar Viegas ao mapa atual do Brasil, pode verificar-se que nas suas linhas gerais e caracteres de posição em relação ao Paraná e ao litoral, o mais meridional dos afluentes em que êste rio termina coincide com o Anhembi ou Tietê. (1)

Resta-nos dizer que, em nosso entender, o notabilíssimo traçado da bacia do Prata na carta de Gaspar Viegas se deve, em boa parte, a informes indígenas, já que não é possível atribui-lo exclusivamente a explorações de espanhóis ou portuguêses. Melhor diríamos que se devem a João Ramalho, o luso indianizado e o mais direto precursor de Martim Afonso na fundação de São Vicente.

É indubitável, pois, que D. João III pretendeu limitar o Brasil pelo Amazonas e o Prata, advertindo-se no entanto, que o meridiano da baía de S. João, topônimo do extremo Norte na carta de Viegas, passaria ao sul, pela foz do Uruguai, isto é, bastante a leste da região dos Carandins.

Devemos, pois, considerar a carta de Gaspar Viegas como o prólogo cartográfico ao regime das capitanias, que D. João III iria em breve inaugurar. Nenhum documento melhor nos instrui sôbre as suas secretas intenções. Em carta de 28 de setembro de 1532, o rei escrevia a Martim Afonso e, dando-lhe parte do seu plano das donatárias, dizia ainda: "determinei de mandar demar-

---

(1) V. fig. n.º 3 da obra antes cit.

car de Pernambuco até ao Rio da Prata cinqüenta léguas de costa a cada capitania ..."(1) Em vão D. João III alegou os direitos de primazia, escudando-se com a viagem da armada de D. Nuno Manuel, e Cristóvão de Haro, em 1513-1514. Carlos V, sòlidamente firmado no tratado de Tordesilhas, e conhecedor das fraudes cartográficas dos portuguêses, não cedeu às apertadas instâncias do cunhado; e D. João III, em 1534, quando traça definitivamente o plano das donatárias, vê-se forçado a dissimular as suas ambições e limitar a mais austral das doações por 28°,20' de lat. S. aproximadamente como Duarte Pacheco, ao situar o têrmo *a quo* meridional da linha divisória, no *Esmeraldo de Situ Orbis*.

O mapa de Gaspar Viegas ilustra assim a tenaz, mas hesitante ambição do govêrno de Lisboa de estender a soberania nacional a todo o território compreendido entre o Amazonas e o Prata e principalmente em vastas regiões do vale platino.

Não nos cabe aqui dar conta das operações de polícia e punitivas, comandadas por Martim Afonso ou seu irmão, algumas das quais degeneraram em violentos combates com as naus e os invasores franceses, que se haviam apoderado da feitoria de Pernambuco; nem, por agora, da malograda expedição que partiu de Cananéia para o interior, à busca de metais preciosos, em princípios de 1533.

Terminada a exploração das costas mais austrais do Brasil e do estuário platino, Martim Afonso fundeava na baía de S. Vicente para dar comêço à mais fecunda das suas missões. Demos a palavra a seu irmão: "A todos nos pareceu tão bem esta terra, escreve Pero Lopes de Sousa, que o capitão-mor determinou de a povoar e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas e fêz uma vila na ilha de S. Vicente e outra, nove léguas dentro pelo sertão, à borda dum rio que se chama Piratininga. E repartiu a gente nestas duas vilas; e fêz nelas oficiais e pôs ordem de justiça, de que a gente tôda tomou muita consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrifício e celebrar matrimônios e viver em comunicação das artes e ser cada um senhor do seu e ter todo os outros bens da vida segura e conversável".

Êstes "bens da vida segura e conversável", isto é, a divisão do trabalho, a organização das classes e a propriedade individual, a justiça mantida pelo poder civil, e a moral pela religião — conceitos que se dizem em frases tão breves — representavam um es-

(1) Publicada por Varnhagen na sua edição do «Diário da Navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530», Lisboa, 1839, págs. 81-83.

fôrço milenário de muitos povos e de muitas idades, inteiramente alheio às tribos aborígenes, e que por isso marca o início nas terras de Santa Cruz da civilização do Velho-Mundo.

Mas no mapa de Gaspar Viegas, recordando êste fato entre todos memorável, lê-se apenas, ainda que pela primeira vez e por forma destacada, "porto de s. vicẽte". Não desdenhemos a brevidade. A designação de pôrto, própria duma carta de marear, denunciava já uma utilização náutica, diuturna. E, como tal, a única nessa carta.

A influência do mapa de Gaspar Viegas foi enorme e muito duradoura na cartografia portuguêsa, como nas cartas da família Homem, de Lázaro Luís e Fernão Vaz Dourado e também na francesa, espanhola, italiana e holandesa. Citemos, por exemplo, as cartas de Nicolas Desliens (c. 1543) e Pierre Desceliers (1550), de Diego Gutierrez (1562), de Jacopo Gastaldi (1564) e Joan Martines (1562) e, finalmente, a de Abraão Ortélio (1587). [1]

Com a carta de Gaspar Viegas pode dizer-se que termina o período da cartografia diretamente ligada ao descobrimento dos litorais. Não que muitas das cartas posteriores deixem de incluir retoques de traçado e complementos ou alterações da toponímia. Mas o que sobretudo vai seguir-se desde o fim do século de Quinhentos, e na mesma linha, são as cartas hidrográficas de vastas regiões do litoral, a princípio elementares ou imperfeitas, até que nos fins do século XVIII elas atingem com a hidrografia das costas do sul um alto grau de perfeição, — fato lògicamente decorrente da importância que a Colônia do Sacramento e as capitanias do sul, desde o Rio de Janeiro ao Rio Grande de S. Pedro e, muito em especial de S. Paulo, assumem na formação territorial do Brasil.

Embora, por forma limitada, as cartas de Diogo Ribeiro e Gaspar Viegas tenham influído na cartografia espanhola, esta desde cedo mostrou grande independência na forma de situar o meridiano de Tordesilhas e, como era de esperar, em posição muito avêssa às ambições portuguêsas. Supremacia na cultura astronômica que lhe permitisse aperfeiçoar os métodos de observar as longitudes? De forma alguma. Supremacia, essa, continuou, como vimos, durante o século de Quinhentos e, em especial, na primeira metade, a coroar a ciência náutica portuguêsa. Se Lopez de Ve-

---

(1) Todos êstes mapas foram publicados pelo Barão do Rio Branco no Atlas anteriormente citado, sob os ns. 5 e 9, 7, 10 e 28 e 32.

lasco iniciou em Espanha o método da observação das longitudes pelos eclípses lunares, para modificar a inter-configuração dos continentes, Pedro Nunes já havia inaugurado êsse método quase meio século antes, alterando profundamente, como vimos, por meio dêle, em 1529, o traçado geral das terras banhadas pelo Índico.

Já antes da expedição de Martim Afonso de Sousa, Alonso de Sta. Cruz, o mais autorizado dos cosmógrafos espanhóis do seu tempo, e que, em 1527, estacionara nos litorais paulistas, fazia passar a linha demarcadora, ao norte do Brasil pela *Ponta dos Fumos*, por 2° de lat. S. e, ao Sul, no Cabo de *Buen-Abrigo*, ou seja Cabo da Ilha da Cananéia.(1) Assim figurava o meridiano de Tordesilhas do "Yslario General" de Alonso de Sta. Cruz, na carta de Alonso de Chaves (1536) e na de Sebastião Caboto (1544), a que já nos referimos.

Entretanto e após laboriosas negociações, a 23 de abril de 1529, D. João III e Carlos V assinavam a Escritura de Saragoça, que assegurava a Portugal a posse das Molucas, tão debatida entre as duas coroas, após a viagem de Fernão de Magalhães. A cláusula essencial do Tratado foi a venda feita pelo imperador ao monarca português de "todo o direito, ação, domínio, propriedade e posse ou quase posse e todo o direito de navegar, contratar e comerciar que o Imperador e Rei de Castela tivesse e pudesse ter nas ilhas, lugares, terras e mares de Maluco, pelo preço de 350.000 ducados de ouro, pagos em moedas correntes de ouro ou de prata".

As esferas de navegação e soberania ficavam divididas "por uma linha de polo a polo, isto é, de norte a sul, segundo um semicírculo distante de Maluco, a NE. I/4 E., 19°, a que corresponde 17° escassos na equinocial, em que fazem 297 léguas e meia a oriente das ilhas de Maluco, dando 17 léguas e meia a cada grau equinocial; no qual meridiano e rumo de NE. I/4 E. estão situadas as ilhas das Velas e de Sto. Tomé (Marianas), por onde passa a dita linha e semicírculo". (2)

O MERIDIANO DE TORDESILHAS NOS MAPAS DE LOPEZ DE VELASCO (1574)

Tratado de Tordesilhas e Escritura de Saragoça completam-se, — conjunto duma grande importância para a história da for-

(1) OVIEDO, «*Historia de las Indias*», t. II, págs. 114-115.

(2) A Escritura de Saragoça pode ler-se, na íntegra, em Sousa, «Provas da História Genealógica», t. II, págs. 107-124; ou em José Ramos Coelho, «Alguns Documentos...», págs. 495-512.

mação territorial do Brasil, pois, à sua luz deveremos mais tarde estudar o tratado de Madri (1750) e a sua expressão cartográfica, isto é, o *Mapa das Côrtes.*

Mas, tácita ou declaradamente os cosmógrafos espanhóis continuavam a pensar a soberania territorial e exprimi-la nos mapas, em têrmos de Tordesilhas. E se os portuguêses, desde 1519, com o mapa de Lopo Homem, haviam inaugurado um processo fraudulento de situar o meridiano demarcador, os espanhóis faziam o mesmo, cêrca de 1530, e o conceito de Alonso de Santa Cruz vai perdurar igualmente, mais ou menos agravado, na cartografia espanhola. Opinião e traçado do grande cosmógrafo espanhol foram perpetuados nos fins do século de Quinhentos por outro cosmógrafo espanhol, não menos ilustre, Lopez de Velasco, e já no princípio do século seguinte, pelo cronista Antonio Herrera.

Tivemos ocasião de estudar e identificar na Mapoteca do Itamaraty, um dos raríssimos códices da "Descripcion sumária de las Yndias", escrito, pelo cronista e cosmógrafo Juan Lopez de Velasco, o que não passa de resumo da sua "Geografia e descripcion universal de las Indias".

O códice em questão não tem nome do autor, nem indicação da data ou proveniência. Mas as duas obras de Velasco estão publicadas desde fins do século passado e é sabido que a "Descripcion sumária" foi largamente aproveitada pelo cronista Antonio Herrera, no primeiro tomo da sua "Historia General de los Hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del Mar Oceano", o qual saiu, em 1601, com o título de "Descripcion de las Indias ocidentales". Nesta descrição Herrera copia, servilmente, acrescentando-lhe apenas algumas notícias de caráter histórico e ligeiras atualizações, a obra de Velasco.

Na edição dessa obra, feita em 1934 pela Academia de la História de Madrid, sob a direção de Antonio Ballesteros, êsse ilustre historiador faz, passo a passo, a comparação entre o texto de Herrera e o de Velasco. Foi, seguindo essas notas, que chegamos à conclusão evidente de que o códice do Itamaraty, um dos dois únicos exemplares manuscritos hoje existentes dessa obra, acompanhados dos mapas, é cópia da "Descripcion sumária de las Indias".

Ainda que sumária, ela oferece-nos um interessante quadro dos conhecimentos geográficos dos espanhóis, ao terminar o terceiro quartel do século XVI, sôbre o Nôvo Mundo, suas estradas marítimas com a Europa e a história do seu descobrimento. Todavia, mais que na descrição escrita, o interêsse do códice reside

na coleção das cartas geográficas contemporâneas, que o acompanham, pois fornecem um excelente testemunho e têrmo de comparação entre as concepções geográficas, quer dos espanhóis, quer dos portuguêses,em relação à célebre demarcação do Tratado de Tordesilhas. São ao todo quatorze as cartas que acompanham a "Descripcion sumaria de las Indias" e conforme a ordem seguinte:

I — *Demarcacion y navegacion de Indias* (abrangendo todo o império colonial de Espanha);

II — *Descripcion de las Indias del Norte* (América do Norte, Central e Antilhas);

III — *Audiência de la Española* (Flórida, Antilhas e Venezuela);

IV — *Audiencia de Nueva España* (México);

V — *Audiência de la Nueva Galicia* (Noroeste do México);

VI — *Audiência de Guatemala;*

VII — *Audiência del Nuevo Reyno* (Colômbia);

VIII — *Indias de Medio Dia* (Tôda a América do Sul, incluindo o Brasil);

IX — *Audiência del Panamá;*

X — *Audiência del Quito;*

XI — *Audiencia de Lima;*

XII — *Audiencia de las Charcas* (Parte da atual Bolívia);

XIII — *Audiencia de Chile;*

XIV — *Indias del Poniente* (Japão, costas da China, Cochinchina, Malaca, arquipélago malaio, Molucas, Nova Guiné e arquipélago de Salomão).

Sabido que esta obra representa um sumário da "Geografia y descripcion universal de las Indias", terminada em 1574, devemos admitir que os mapas datem de cêrca dêsse ano, tanto mais quanto o seu exame geral não denuncia dado geográfico algum que não caiba aproximadamente dentro desta data. De especial interêsse são as duas cartas a que atribuímos os ns. I e VIII, respectivamente com o meridiano de Tordesilhas no Atlântico e o contrameridiano no Índico, e com a América do Sul, incluindo o Brasil, igualmente delimitado a oeste pela linha de demarcação.

Devemos singularizar ainda, como fato excepcional na cartografia da época, a indicação muito perfeita das grande rotas marítimas dos espanhóis, quer no Atlântico, quer no Pacífico, assinaladas na carta I.

Do confronto dêsses com os mapas portuguêses da mesma época se vê que os espanhóis patriòticamente cometiam, em seu benefício, as fraudes cartográficas que os portuguêses praticavam, a seu favor, ainda que naturalmente resultassem de efeito contrário. É justo constatar no entanto que, pelo que respeita à partilha das Índias orientais, o êrro das cartas de Velasco, que fazia passar o contrameridiano de Tordesilhas pela península de Malaca, com uns 25° graus de êrro, de carência, em longitude, é infinitamente mais grosseiro que o das cartas portuguêsas.

Pelo que respeita à posição do meridiano tordesilhano em relação à América do Sul, o conceito de Alonso de Santa Cruz, através de Lopez de Velasco, continuava a ser partilhado por Herrera, o qual no capítulo XXV — "De las Provincias y tierras del Brasil" — do primeiro volume da sua "Historia General", continua a afirmar que a linha passava, "desde dos grados de altura (altitude) austral, por el Cabo de Humos, hasta veinte y cinco, por la isla de Buen Abrigo".

Mas o cosmógrafo Lopez de Velasco, malgrado a sua grande competência, fazia passar o meridiano na carta da América do Sul, com excesso de zêlo, ao norte, cêrca do Cabo dos Fumos, e, ao sul, próximo da baía de Guanabara. (V. fig. n. XXV) .

IV PARTE

REALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E EXPANSÃO DO MITO

I

O MITO DA ILHA BRASIL E A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO

Uma razão geográfica de Estado oposta ao Tratado de Tordesilhas, preside à formação territorial do Brasil. A luta entre aquela razão e os ditames artificiais do célebre convênio explica, na sua maior parte, os três primeiros séculos da história brasileira.

Antes que os portuguêses e os luso-brasileiros tivessem adquirido a consciência perfeita da unidade geográfica, econômica e humana que deu lugar à formação do Brasil, já haviam traduzido êsse fato por aquilo a que nós chamamos o mito da *Ilha-Brasil*.

Os mitos pertencem à história pela parte do realizado, do pensamento e fé pragmática que encerram. Próprios das épocas heróicas, concebidos pela intuição duma realidade mal conhecida, apenas entrevista e que por isso mesmo a imaginação desfigurava, correspondiam a uma necessidade de ação e foram estímulo dos maiores empreendimentos.

Se, por forma geral os mitos são, por êsse motivo, dignos de estudo como fatôres históricos, muito mais no caso presente, já que êles ao mesmo tempo explicam e são explicados pela cartografia dos séculos de Quinhentos e Seiscentos. Mais do que isso, é na cartografia antiga que deparamos os melhores documentos sôbre a evolução e a importância daquele mito na história do Brasil.

Como se formou e evoluiu o mito da Ilha-Brasil? A êsses problemas vamos responder neste capítulo, reservando para o capítulo III a questão das suas conseqüências.

Dissemos que a expedição de Martim Afonso de Sousa e o mapa de Gaspar Viegas tinham sido o prólogo descobridor e cartográfico do regime das capitanias. Apertado pela necessidade instante de assegurar a soberania portuguêsa no Brasil, ameaçada pela possível intrusão dos espanhóis e os assaltos dos flibusteiros franceses, D. João III, aconselhado pelo Dr. Diogo Gouveia, que

de França media melhor a situação, resolvia-se a dar nôvo e definitivo rumo à colonização, com a partilha e distribuição da terra em donatárias. No entanto, só entre 1534 e 1536, depois do regresso de Martim Afonso o monarca passou as cartas de doação respectivas.

Em que consistia o nôvo sistema, inaugurado por D. João III na América portuguêsa, mas cujo modêlo devemos buscar na história da colonização dos arquipélagos atlânticos da Madeira, Açôres, Cabo Verde e S. Tomé? As cartas de doação concediam aos donatários um certo número de léguas de terra com a respectiva jurisdição civil e criminal; dava-se ao objeto da doação o nome de "capitanias" e "governança"; ao donatário, o de "governador" ou "capitão". A capitania era hereditária, e inalienável e indivizível, mas o capitão obrigava-se a repartir as terras em sesmarias, isentas de todo o fôro ou direito, a pessoas que professassem a religião católica. A estas ficava pertencendo a terra sesmada para si e seus sucessores, com a obrigação de aproveitá-la dentro do prazo fixado na carta, em geral um qüinqüênio, sob pena de multa ou de lhe ser retirada. Por sua vez, os concessionários das sesmarias podiam conceder terras a novos povoadores. Ao governador era permitido guardar um certo número de léguas, em geral 10 ou 16, como terra sua livre e isenta, a escolher num prazo de vinte anos e com a condição de ser repartida em quatro ou cinco lotes, distantes uns dos outros duas léguas pelo menos.

Atribuições excepcionais de direito público eram concedidas aos capitães: podiam elevar a vilas quaisquer povoações, conforme o fôro e os costumes do reino; cabia-lhes a nomeação dos respectivos alcaides-mores, ouvidores e meirinhos e criar e dar tabeliados. A concessão de sesmarias importava por sua vez a de direitos importantes de soberania aos favorecidos.

Mas de maior alcance e importância histórica são as disposições que regulavam o comércio. Se a Coroa reservava para si o monopólio do pau-brasil, dos escravos, das especiarias e drogas, e lhe pertencia o quinto dos metais e pedras preciosas que viessem a descobrir-se, em compensação era livre o tráfico dos demais produtos, tanto ao donatário como aos moradores da capitania, que podiam exportá-los para qualquer ponto da colônia, pôrto da metrópole ou estrangeiro. Apenas aos estrangeiros, com fins protecionistas, se aplicava a dízima de entrada e de saída na colônia. Por estas disposições, é bem de ver, ficava livre aos colonos a atividade agrícola, industrial e comercial de açúcar, que iria tornar-se a base do desenvolvimento do Brasil.

Camões, ao cantar, com o poder definidor que dá o gênio, o caráter de epopéia do império português dizia:

"..
Esta pequena casa lusitana:
É na Ásia mais que todos soberana;
Na quarta parte nova os campos ara,
E, se mais mundo houvera lá chegara." (1)

D. João III, ao quebrar a rigidez mortal do monopólio régio em que até aí assentara a expansão ultramarina, delegando soberania aos donatários e abrindo ao trabalho e ao comércio livre o espaço continental do Brasil, dilatava infinitamente as possibilidades da grei e constituía uma espécie de seguro econômico e moral, que havia de contribuir em breve e decisivamente para reintegrar Portugal na independência.

Arando, no dizer do Épico, os campos da quarta parte, isto é, regressando ao comércio marítimo a distância com base na agricultura, que fôra o gênero de vida, germe e nexo específico da formação do Estado português, D. João III lançava não só os alicerces dum nôvo Estado, mas criava os melhores estímulos para a libertação de Portugal do domínio Filipino.

Doze foram as donatárias, pôsto que os quinhões se tenham elevado a quinze, porquanto aos dois irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa couberam cinco, como retribuição aos grandes serviços anteriormente prestados na exploração das costas brasileiras. Os limites, na totalidade, fixaram-se, ao sul, nas costas de Sta. Catarina, e, ao norte, na costa do Maranhão, incluindo uma linha litorânea que se estendia desta sorte por 735 léguas. As fronteiras entre as capitanias fixavam-se por linhas geográficas de leste-oeste que repartiam o território em faixas paralelas de largura diferente. Pelo que ao interior concerne, declarava-se, com sobriedade que se prestava a vastas interpretações, que as donatárias "entraram pelo sertão e terra firme a dentro quanto podem entrar e fôr da minha conquista", isto é, até à linha divisória, ainda por traçar e que era impossível determinar.

O limite extremo da mais meridional das capitanias, a de Pero Lopes de Sousa, orçava, segundo a própria carta de doação, por 28° 20′ lat. S.; seguia-se-lhe a de S. Vicente, reservada a Martim Afonso, que se estendia até ao norte de Cabo Frio, mas incluindo o pequeno lote de Sto. Amaro, doado ainda a seu irmão. Vinha logo a de Espírito Santo, de Vasco Fernandes Coutinho,

(1) *Lusíadas*, Canto VII, estância 14.

e a de Pôrto Seguro, de Pero de Campos Tourinho, limitada ao norte pelos Ilhéus de Jorge Figueiredo Correia, que ia até às proximidades da Bahia. A capitania da Bahia doada a Francisco Pereira Coutinho, dilatava-se até ao rio de S. Francisco, que lindava pelo sul a de Pernambuco, atribuída a Duarte Coelho, e que se continuava, com a de Itamaracá, terceiro lote de Pero Lopes de Sousa. Seguia-se-lhe a imensa capitania do Rio Grande e a do Maranhão por todo o vasto litoral, desde a Baía da Traição à de Diogo Leite, por 1° e 30′ de lat. N., concedida ao historiador João de Barros e seu associado Aires da Cunha, intercalando entre elas quarenta léguas de costa de Antônio Cardoso de Barros, até ao rio da Cruz, e daí até à do Maranhão, nôvo lote, adjudicado ao vedor da fazenda Fernando Álvares de Andrade.

Teria D. João III desistido definitivamente da soberania sôbre as regiões platinas e as que vizinhavam a foz do Amazonas, pois não entraram no quadro das donatarias? Supomos que não. Situadas em zona litigiosa, nem ao monarca convinha suscitar prematuramente o conflito, nem particular haveria que aceitasse lote de soberania disputável, onde invertesse capitais e esforços com risco de perda total. O que importava era assegurar o núcleo central, que pudesse mais tarde servir como base de expansão. E assim foi.

De que êsse pensamento, por meados do século de Quinhentos, continuava na mente dos governantes portuguêses temos a prova. No primeiro mapa português, até hoje conhecido, com a figuração das donatarias, o de Bartolomeu Velho (1561), podemos constatar que a mais setentrional das capitanias, a de Aires da Cunha e João de Barros, longe de terminar na foz do Turiaçu, se estende até ao Amazonas, aí chamado rio de S. João de las Amazonas, fundindo assim a nomenclatura já expressa no mapa de Gaspar Viegas com a de Orellana. Ao passo que, ao sul, sôbre o trecho do território que medeia entre o Rio dos Patos (canal de Sta. Catarina) e o Rio de S. Pedro (Rio Grande do Sul) se lê "delRey noso sõr" mas certamente para atribuir à Coroa a posse e jurisdição direta sôbre todo o espaço que medeava entre o último lote de Pero Lopes de Sousa e o estuário platino, até onde profundamente se alarga a linha divisória.

CARTOGRAFIA DA ILHA-BRASIL

Mas desde o primeiro quartel do século XVI que os portuguêses começaram a delinear nos mapas uma entidade geográfica brasileira, compreendida entre o delta amazônico e o estuário platino, que excedia largamente os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas.

O primeiro dêsses monumentos — já o vimos — é o mapa do Brasil, fôlha dum atlas de Lopo Homem, de 1519. Aí se vê o Brasil, pela primeira vez, definido como uma vasta unidade geográfica e humana, compreendida entre as bacias fluviais daqueles dois grandes rios, ao norte dum dos quais e, ao sul de outro, se vêem duas bandeiras, reivindicando para a soberania portuguêsa o imenso território intercalado.

Nas cartas de 1525 e 1527 traçadas por Diogo Ribeiro, e a que anteriormente nos referimos, já o Amazonas e o Prata se dirigem ao encontro um do outro pelas suas nascentes, que contravertem, esboçando uma grande ilha. Êsses mapas representam a segunda fase do processo iniciado com a carta anterior de Lopo Homem.

Mas, já por êsse tempo, entre 1527 e 1543, João Afonso, o célebre navegador e cosmógrafo, cuja nacionalidade os franceses reivindicam mas que uma série de documentos, por nós encontrados nos arquivos de Sevilha, estabelece definitivamente como portuguêsa (1), já assinalava essa intuição geográfica, que lhe fôra transmitida, por certo, nalguma das suas viagens ao Brasil, pelos primeiros colonos. Na sua *Cosmographie*, terminada de escrever em maio de 1544, afirmava que tanto o Amazonas, a que ainda se dava o nome de Maranhão, como o Rio da Prata, nasciam dum

(1) Com efeito, encontramos nos arquivos de Sevilha duas séries de documentos referentes ao famoso pilôto. A primeira delas consta de três procurações passadas por vários mercadores de Sevilha, entre os quais Alonso de Illescas, Fernando de Castro, Rodrigo Vasques, Alonso de Medina, Juan Gomes, Rui Gomes Avalis, Juan Luis, etc., a Francisco de Herédia, morador em Nantes, a Francisco de Zamora etc. para que, perante o imperador Carlos V, e o Cristianíssimo rei de França requeiram a restituição ou pagamento de bens e danos causados por «Juan Alfonso de nacion portugues casado em la Roxela del reyno de Francia...», que no mar das Antilhas aprisionou uma caravela carregada com várias mercadorias entre as quais açucar, ouro, prata e pérolas, que lhes pertenciam (*Arquivo de Protocolos*), L. del año de 1549, ofício XV, escribania: Alonso de Casalla, fol. 1205, 4 de junho; fol. 1247, 6 de junho e fol. 1178, 3 de junho).

Consta a outra série duma «Informacion hecha en Sevilla sobre los robos que hacian los corsarios franceses en los mares de la isla Española». Mais de que uma testemunha chamada a depor afirma que as naus francesas eram comandadas por «Juan Alfonso portugues que vive em Francia», sendo que alguns dos navios vinham sob o comando direto de dois filhos de João Afonso. (*Archivo General de Indias*, Patronato 277.)

Conhecidos os antecedentes de João Afonso, pirata ao serviço de França, que realizara várias expedições com êsse caráter nos mares das Antilhas, do Brasil e da Guiné; e que desde cêrca de 1540 residia na Rochela, bem podemos concluir que o João Afonso que a si mesmo se denominava de Saintonge, à maneira de outros pilotos portuguêses, fugidos de Portugal, como Diogo Gomes, que acrescentavam ao nome uma proveniência geográfica que lhes acreditasse nova nacionalidade, era o mesmo a quem D. João III, como a «natural» de Portugal passava carta de seguro de que não seria perseguido por servir de pilôto em navios estrangeiros. V. *Visconde de Pôrto Seguro, Hist. Geral do Brasil*, T. I, 3ª ed., págs. 138 e 146.

lago no interior do Brasil, fazendo dêste uma ilha que fôra totalmente circunavegada. [1]

Mas já antes, nas *Voyages Aventureux*, redigida cêrca de 1527 [2] faz a mesma afirmação, com referências mais concretas ao Amazonas, cuja foz assinala como divisória entre as terras dos portuguêses e as dos espanhóis. [3]

Desta forma a concepção duma Ilha-Brasil rodeada pelo Oceano e por dois grandes rios, unidos por um lago, tão vulgar na cartografia desde a segunda metade do século XVI, aparece primeiro, ao que supomos, na literatura geográfica. Pelo menos

---

(1) «Ladicte rivière de Mareignan est grande rivière, en sorte qu'elle a plus de quinze lieues de largeur en son entrée. Et à l'entrée a quatre ou cinq isles, et au dédans d'elle. Et ceste rivière descend d'un grand lac qu'est au dedans de la terra du Brésil, à plus de trois cens lieues de la mer, qui a quarante ou cinquante lieues de longitude et de latitude. Et de luy descend une aultre rivière laquelle rivière s'en va à l'autre midy, et va descendre en la mer Océane par les trente et cinq desgrez de la haulteur du polle antartique et s'apelle la rivière de Prate, qu'est appellé la Rivière d'Argen. Et toutes deux font de tout le Brésil une isle». Mais adiante, e agora acrescentado uma história fantasiosa, o cosmógrafo volta a esta concepção insular do Brasil: «Cette rivière d'Argen et la rivière de Mareignan font de tout le Brésil une isle. Et par elles on passé deux navires de mon temps l'un qu'estoit de Espaigne entra par la rivière de Mareignan et l'aultre qu'estoit du Portugal entra par la rivière d'Argen et tous deux entrèrent en ce grand lac que j'ai dict». (*Cosmographie*, ed. G. Musset, Paris, 1903, págs. 407 e 421.)

(2) Esta obra de João Afonso foi publicada em Poitiers, em 1559, mas que ela é anterior à *Cosmographie* não pode haver dúvida pelas razões que vamos expor. Esta última foi acabada de redigir em 1544, e já fala das viagens de Cartier e dos seus descobrimentos. Em *Voyages*, não. Nesta diz-se que a ilha de Dieu (Diu) é chave da Índia e daria grande poder a quem a ocupasse. Quer dizer: os portuguêses ainda não a haviam conquistado, o que fizeram em 1535. Mas a primeira viagem de Cartier data de 1534. Êste, pois, é o têrmo *ante quem*. Referindo-se à parte da América do Norte («Norenbergue»), diz que foi novamente descoberta pelos portuguêses e os espanhóis. Com efeito, de 1521 data a viagem de Fagundes e, de 1525, a de Estêvão Gomes, pilôto português ao serviço da Espanha, àquelas regiões. Isto nos levaria ao ano de 1526, como têrmo *post quem*. Outra referência mais precisa de *Voyages* concorda com essa data. Falando do reino de Angola, diz que não se sabe quanto se estende pela terra, «pois só há cinco ou seis anos se começou a descobrir». Ora a viagem de «descobrimento» de Angola por Manuel Pacheco foi ordenada por D. Manuel em 1520. (*Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, págs. 436-441).

Ao contrário do que afirma Musset, prefaciador da *Cosmographie*, os informes de João Afonso sôbre a costa ocidental da América do Sul são extremamente vagos, sem designações toponimicas, com falsas direções da costa e a referência a dois cabos, um a 17.°, outro a 10.° (provàvelmente de lat. sul), que não existem. Não obstante, as duas viagens de Guevara e a de Pizarro já permitiam dar uma idéia do contôrno geral dêste continente. Essas viagens realizaram-se em 1526, – o que nos faria recuar de um a dois anos o têrmo *post quem*. Mas a data da obra nunca podia ir muito além de 1526, por causa da referência ao descobrimento de Angola. Somos levados, assim, a crer que a obra data de c. de 1527.

Esta averiguação reveste grande importância não só pelas suas referências à Ilha-Brasil, mas a um povoamento, anterior àquele ano, da Terra Nova pelos portuguêses.

(3) «Et icy se divisent les terres des Portugais et des Hespagnols. Ceste rivière de Marron est fort grand et large et sort par une gueule et au dedans fait trois rivières. L'eau court fort au dedans, et faut avoir bonnes amares (referência ao fenômeno da *pororoca*). En ceste rivière les Indiens usent de bateaux. Il y a quelques roches ou se trouvent des Emeraudes. Une de ses rivières fait du Brésil une isle, et va sortir plus de vingt cinq degrez de la ligne en la coste du Nord et Sud et se nomme le Ry de Plate». (*Voyages Aventureux du capitaine Jean Alfonce*, Poitiers, 1559, fol. 32 r. e v.)

nos começos do segundo quartel daquele século estava completamente delineada. Como veremos a êste conceito pouco mais veio posteriormente acrescentar-se. Êle nasce desde logo como definição dum Estado perfeitamente delimitado. Desde a sua origem a Ilha-Brasil é uma criação política.

Mas, só em 1559, com a carta de André Homem, começa a aparecer nos mapas portuguêses e pouco depois nos holandeses a Ilha-Brasil, por vêzes subdividida em várias ilhas, mas sempre envolvida pelas bacias platina e amazônica, nascendo dum lago imenso. [1] Daqui por diante identificam-se mais ou menos a expressão cartográfica e a literária, esta última, que continua também a ser divulgada, como veremos, por quase todos os escritores portuguêses que se ocuparam durante os séculos XVI e XVII, da geografia do Brasil.

O mapa de André Homem representa uma nova forma de figurar a unidade brasileira, mas por meio dum traçado extremamente confuso. Verdadeiramente três afluentes do Amazonas, o mais oriental dos quais deve ser o Tocantins, comunicam com o lago central, donde por sua vez nasceu o Paraguai e o Paraná, e com o qual comunicam o Parnaíba, o S. Francisco e mais dois rios, um dos quais, o Real. O meridiano de Tordesilhas, traçado na carta, abrange quase todo êste espaço insular, incluindo a quase totalidade do vale do Prata.

Tendo passado para a cartografia universal, mais que tôdas a holandesa, e logo a francesa, a italiana e a alemã, pode dizer-se que o conceito geográfico da Ilha-Brasil toma a sua última expressão na carta de Nicolas Sanson, de 1650, embora perdure ainda em muitos mapas e sob várias formas até meados do século seguinte.

Estamos em plena fase mítica da representação do Brasil. Tôdas essas cartas, que se contam por centenas, figuram, dum lado, o Prata e do outro, o Maranhão, o Tapajós ou o Amazonas, unidos por um lago, à beira do qual ou em cujas ilhas interiores abundavam, segundo os escritores portuguêses que se lhe referem, o ouro e a prata, e a que se atribuem vários nomes: *Eupana*, que aparece pela primeira vez na carta de Bartolomeu Velho, de 1561, e foi o mais generalizado; *Dourado*, como na carta de Luís Teixeira, de c. 1600; *Laguna Encantada del Paytiti*, como na carta espanhola de Lucas de Quirós de 1618; *Paraupaba*, como nas relações do Pe. Antônio de Araújo, sôbre as duas bandeiras de

(1) O planisfério de André Homem, de 1559, em que o Brasil é pela primeira vez representado como uma ilha, pertence à Biblioteca Nacional de Paris.

Pero Domingues, de 1613 e 1625, a que adiante nos referiremos, e em alguns documentos paulistas da mesma época. Enfim, na carta de Nicolas Sanson, de 1650, ao lado da designação *Eupana*, figura também a de *Xaraiés*. Mas na de Nicolas de Fer (1705) já o Tapajós se comunica com o *Lac de Xarayes*.

A mais notável de tôdas as cartas quinhentistas, que figuram a Ilha-Brasil, é a de Bartolomeu Velho de 1561. Aí o Prata e o Pará, assim nomeado e na posição aproximada do Tocantins, ligam-se pela *Lagoa Eupana*, ao sul da qual se vê o *Mar Grande* ou *Paraguai*, que identificamos com o pantanal dos Xaraiés. Da mesma lagoa parte o Rio de S. Francisco, o qual se reune por um lago menor ao Parnaíba e mais abaixo ao Paraná, que por sua vez, se reune à *Lagoa Eupana*, encerrando essas ligações, em seu conjunto, cinco ilhas. Ao que parece, com o conhecimento progressivo da geografia brasileira, o mito evoluiu. Compreendida, ao que supomos, a importância do Rio de S. Francisco como rio inteiramente brasileiro, o seu curso, aliás muito desviado, começa a figurar como uma espécie de eixo ou espinha dorsal do território. É esta a quarta forma do mito em formação.

Entretanto, a figuração da Ilha-Brasil retrocede nos primeiros mapas de Fernão Vaz Dourado, se encararmos o mito como interpretação da soberania territorial do Estado português na América. Nas cartas do célebre cartógrafo, de 1568 e 1580, em vez do Pará ou Tocantins, é o Maranhão, parte de cujo curso, aliás, se esconde sob uma cartela com a escala do mapa, que se liga por meio do lago central ao Paraná e ao Uruguai, donde nasce igualmente o S. Francisco. Na carta de 1580 do mesmo cartógrafo, a Ilha-Brasil é representada pela mesma forma, acrescentando-se apenas que o S. Francisco e o Maranhão se ligam também por um lago. (1)

Cêrca de 1600, outro grande cartógrafo — Luís Teixeira — volta ao protótipo de Bartolomeu Velho. Na sua bela carta dêsse ano a Ilha-Brasil ganha corpo vasto e único, mas ressente-se das concepções espanholas, pela designação de *Dourado*, aplicada à lagoa Eupana, que volta a unir o Tocantins e o Paraguai. (2)

Entretanto, em época pròximamente anterior, a figuração da Ilha-Brasil ampliara-se novamente. Em carta gravada por Jan Van Doet, de 1585, representando a América do Sul, o "Lacus

---

(1) Estas duas cartas foram reproduzidas pelo Barão do Rio Branco no Atlas, ant. cit. onde figuram com os n.° 18 b. e 25 b.

(2) Reproduzido por Armando Cortesão em *Cartografia e cartógrafos portuguêses dos séculos XV e XVI*, t. II, estampa n° LIV.

Eupana" liga o Paraná com o Rio João de Lisboa e o Rio Grande (Parnaíba), que deságuam nas costas setentrionais, e o Rio Real nas de leste; mas o Tapajós, já assim designado, contraverte nas mesmas latitudes, e muito próximo um do outro, com um rio que deságua naquele lago. Um traçado pontilhado, convenção que designa caminho, une os dois rios.

Na carta de Cornelis de Jode, de 1593, o Brasil não figura pròpriamente como uma ilha, mas o Tapajós e outro afluente do Amazonas ali inominado, mas na posição do Xingu, nascem aos lados e muito próximo da "Laguna de Dourado", donde igualmente nasce o Paraguai. A designação Brasil, em grossos caracteres, ajusta-se amplamente a êsse espaço quase insular.(1)

Qual a origem desta nova figuração da Ilha-Brasil? Tratar-se-á de mera fantasia dos cartógrafos holandeses, alemães e italianos, que a repetiram? Supomos que a resposta é dada pela carta de Nicolas de Fer (1705) a que já nos referimos. Aí o Tapajós comunica com o Paraguai por meio do "Lac de Xarayes", mas, na parte de conexão direta com o lago e mais próximo dêle, o rio é figurado por duas linhas paralelas, pontilhadas, o que duas legendas laterais explicam: "On croy que ce Lac se communique avec la Rivière des Amazones". E: "Les habitans du Brésil croient que ce Lac se décharge dans la Mer du Nord".

O cartógrafo, já um pouco embebido do espírito científico do século XVIII, limita-se a referir a Ilha-Brasil, expressa na carta, como uma crença e dos portuguêses, ou mais genèricamente dos "habitantes do país". Mas, bem podemos supor que a "crença" no mito lhe foi transmitida por algum protótipo da cartografia portuguêsa, que nós desconhecemos, e que êle aceitou com dúvida cartesiana.

Acrescente-se que na carta de Nicolas de Fer, os rios São Francisco e Real, fundidos a pouca distância da costa, nascem

---

(1) Estas duas cartas foram publicadas pelo Barão do Rio Branco no Atlas ant. cit., sob os nº 30 e 36. Nesse mesmo atlas (fig. 41) está reproduzido um exemplar das cartas da América do Sul de Arnold Florentin van Langeren (10 edições sucessivas de 1596 a 1645) em que o Brasil é representado por forma muito semelhante à do mapa anterior. Também un caminho reúne ao Tapajós «Laguna del Dorado». Versão semelhante encontramos no Atlas de Joducus Hondius (1606 e muitas edições posteriores), nas cartas do alemão P. Bertius (1616) e na de Clement de Jonghe (1640), assim como na de Guillaume Sanson (1679) e na do cartógrafo italiano Pe. Coronelli (1688). A reprodução de tôdas estas cartas pode encontrar-se igualmente no Atlas do Barão do Rio Branco, a que nos temos referido.

igualmente do lago dos Xaraiés, mas pelo mesmo tronco, do mesmo modo traçado em paralelas pontilhadas. (1)

Mas esta figuração da Ilha-Brasil, embora dada com as reservas dum cartógrafo racionalista da época das luzes, já estava antiquada. Mais de meio século antes, Nicolas Sanson representava, na sua carta de 1650, sob uma nova forma, a sétima e mais ambiciosa, a Ilha-Brasil. Aqui o Amazonas divide-se em dois braços: um, o Rio de Juan de Orellana, e outro inominado, mas na posição aproximada do Madeira e que desce até às latitudes do "Lac de Eupana", ao norte do qual figura o nome "Xarayes" e a que se liga por meio dum breve afluente. O tronco principal dêste suposto Madeira vai nascer nos Andes. Por sua vez o Paraguai, como nas cartas anteriores sai da Lagoa Eupana. É a mais ampla interpretação alcançada pela Ilha-Brasil; e a que mais e até certo ponto se aproxima da verdade. (2)

Finalmente, na carta do Conde de Pagan, de 1655, é já o Madeira, assim designado, que no seu curso médio e por meio dum pequeno afluente se aproxima muito do *Lacus Xarayes*. Findara o mito ou melhor, esvanecia-se, dava-se o primeiro passo, ainda que incerto, da geografia mítica para a científica. (3)

Estamos pois, em face dum fato nôvo: a cartografia quinhentista e a seiscentista ilustram, por assim dizer, a gênese do embrião geográfico do Brasil, nas suas diferentes fases.

Primeiro, esbôço informe, busca a unidade nas cartas de Lopo Homem e Diogo Ribeiro, durante o primeiro quartel do século XVI; depois completa-se num só agregado de várias células nas cartas de André Homem e, mais harmônicamente, na de Bartolomeu Velho; alarga-se, nos fins de Quinhentos, até ao Tapajós na cartografia holandesa, provàvelmente de inspiração portuguêsa; até que se expande e define cingindo-se mais à realidade e fundindo a lagoa mítica de Eupana com a dos Xaraiés, na carta de Nicolas Sanson de 1650. Haveria tido êste embrião geográfico a animá-lo um sôpro de vida? Ou, por outras palavras, haverá conjuntamente, ao lado do geográfico um embrião humano e social, evoluindo através daquelas cartas até à consciência conjunta das duas entidades?

---

(1) Reproduzido no atlas do Barão do Rio Branco, ant. cit. nº 70.

(2) As cartas de Pierre du Val de 1655, 1664 e 1685 repetem a figuração insular da carta de Sanson. Esta como aquelas, podem ver-se no atlas cit., n. 72 e 75.

(3) O mapa do Conde de Pagan, foi publicado pelo Barão do Rio Branco, Atlas cit. nº 83.

A aceitarmos esta hipótese, seríamos igualmente tentados a admitir que o sôpro vivo e animador da Ilha-Brasil, nas cartas de Quinhentos e Seiscentos, se ligasse de qualquer forma à cultura indígena.

Com efeito, uma série de testemunhos coevos coincidem em afirmar que a ilha dos cartógrafos se filia em informações indígenas.

Dêsses testemunhos o primeiro remonta a 1543, ano em que o espanhol Fernando de Ribera, a darmos crédito ao seu próprio depoimento, subiu o Paraguai até quase às suas fontes. Ao chegar a Assunção, no comêço do ano seguinte, contava Ribera que os índios, ao norte da lagoa dos Xaraiés, o informaram da existência dum reino de amazonas e dum grande lago, a *casa do sol*, os dois próximos dali. Amazonas e índios, habitando às margens dêsse lago, eram ricos de metais e pedras preciosas. ([1])

Por sua vez, o português Antonio Rodrigues, que fizera parte dessa expedição e mais tarde ingressou na Companhia de Jesus, afirmava mais explìcitamente que haviam chegado perto do Maranhão e das Amazonas, o que, segundo a nomenclatura do tempo, equivalia a dizer o rio das Amazonas. ([2])

Aqui temos já, ao que supomos, os elementos sumários da Ilha-Brasil, tal como vem figurada na carta de Bartolomeu Velho: a existência dum lago ao norte dos Xaraiés, comunicando com o Amazonas, pelo Pará ou canal das Amazonas, junto do qual há ouro, conforme se lê no mapa. Daí por diante e durante o século XVI os espanhóis realizaram várias expedições à busca dêsse lago, ao qual chamavam *Dorado* e mais tarde *Laguna del Paititi.* Um dos que mais incansàvelmente se obstinaram em descobrir a mítica região foi Nuflo de Chaves, o fundador de Santa Cruz de la Sierra, na atual Bolívia.

Blas de Garay publicou vários documentos referentes às explorações de Chaves, na *Revista del Instituto del Paraguay.* Um fato curioso assinala essas referências. Não se diz nêsses documentos que o conquistador espanhol foi à busca duma terra, mas da *terra da notícia,* ou até da *notícia da terra.* Na sua infor-

---

(1) A *Relação* de Fernando de Ribera anda geralmente impressa com os «Naufragios y comentarios» de Nuñez Cabeza de Vaca, como por exemplo, na ed. Espasa Calpe, de 1932, págs. 350 e seg.

(2) A relação de Antonio Rodrigues foi publicada pelo Pe. Serafim Leite em «Páginas da História do Brasil», S. Paulo, 1937, v. pág. 129.

mação de serviços, feita em Sta. Cruz de la Sierra, em 1561, diz-se que Nuflo de Chaves em 1557, "se acercó a la tierra de la noticia", ou também que entrou "en descubrimiento de la noticia de la tierra rica".(1)

Numa descrição anônima do Rio da Prata, que deve datar dos comêços da segunda metade do século XVI, e igualmente publicada por Garay, situa-se o *Dorado* ao norte dos Xaraiés, e em latitudes iguais às do cabo de Santo Agostinho, do qual, diz o informante, não ficava a grande distância. Mas acrescentava que a passagem era muito difícil por causa dos pântanos que há no caminho, terminando por advertir: "Esto pongo aqui para desengañar a los portugueses que quieren seguyr aquella via *en demanda de otra noticia del Dorado,* porque no pierdan su trabajo e aun sus vidas que será lo mas cierto queriendo seguir aquella derrota".(2)

Podíamos continuar as citações. Acrescentemos apenas: nos documentos espanhóis da época, que se referem *à terra da notícia,* subentende-se sempre a região da lagoa do Dourado, que situam ao norte de Xaraiés, mas sem ligação expressa com o Amazonas. A mesma cartografia espanhola da época não assinala, que o saibamos, essa ligação, que só conhecemos dos mapas portuguêses ou de influência portuguêsa. Êste fato afigura-se-nos digno de atenção, pois tudo nos leva a crer que a ligação da lagoa Dourada ou Eupana etc. com o Amazonas, e muito mais com o S. Francisco, é de origem portuguêsa ou melhor, luso-ameríndia. As "noticias" de que falam os documentos espanhóis, são seguramente informações dadas pelos guaranis. Mas, a darmos crédito à "Descripcion anônima del rio de la Plata", os portuguêses queriam seguir *en demanda de otra noticia del Dorado,* quer dizer, de informações indígenas diferentes. Referências um pouco posteriores esclarecem, em grande parte, o mistério.

As primeiras informações escritas sôbre a crença duma ligação do S. Francisco com a célebre lagoa, à margem da qual viviam as Amazonas, provêm do cosmógrafo espanhol Lopez de Velasco, a que atrás nos referimos, e do português Pedro de Magalhães Gandavo. Escrevia o primeiro, em 1574, na sua "Geographia y descripcion de las Indias":

"Por las provincias del Rio de la Plata se tiene relacion de los indios que caen hacia la Equinocial y parte del Norte por

(1) Blas Garay, «Coleccion de documentos relativos a la historia de America y particularmente a la historia del Paraguay», Assuncion, 1899, págs. 326, 328, 329-40.

(2) *Ibidem,* pág. 40. O sublinhado é nosso.

encima del Puerto de los Reyes, hasta donde llegó Cabeza de Vaca, que quince jornadas de alli para el Norte hay una laguna tan grande que se pierde de vista la tierra en ella, la qual llaman del Dorado, porque en medio hay unas islas en que hay muchas minas de oro muy ricas y que sus ribeiras estan pobladas de muchos indios y señores que hacen sacar el oro dellas, y que desta laguna sale el Rio de la Plata . . . A si mismo por la provincia del Brasil, los portugueses tienen noticia de esta laguna y la comienzan ya a pintar en sus cartas dentro de la demarcacion de Portugal, y tambien el Rio de San Francisco, que sale a la mar del Norte, dicen que sale de esta laguna y le llaman de las Amazonas por pasar por la provincia dellas; y asi los portugueses platican de ir a poblar ya esta laguna . . .".

Também aqui se começa por atribuir aos índios, e mais explìcitamente, as notícias sôbre a existência da lagoa do Dourado; e vê-se que o cosmógrafo espanhol não desconhecia as cartas portuguêsas do tipo de Bartolomeu Velho, o que explicará a sua confusão e fusão do rio de S. Francisco com o Amazonas (nêste caso o Pará ou Tocantins), "que sale a la mar del Norte", embora nêste caso se diga do Atlântico "mar del Norte", por oposição ao Pacífico, "mar del Sur". Observe-se que Lopez de Velasco também se faz éco de que os portuguêses pensavam estender a sua colonização até à Lagoa do Dourado.

Por essa mesma época Gandavo, no cap. II da "História da Província de Sta. Cruz", afirmava que o rio de S. Francisco "procede dum lago mui grande que está no íntimo da terra, onde afirmam que há muitas povoações, cujos moradores, segundo fama, possuem grandes haveres de ouro e pedraria", acrescentando que o Paraguai procede do mesmo lago.

Mas, no capítulo XIV da mesma "História", elucida-nos sôbre a origem destas notícias: "E a maneira como isto se veio a denunciar e a ter por cousa averiguada *foi por via dos índios da terra . . . E sabe-se de certo que está tôda esta riqueza nas terras da Conquista del El-Rei de Portugal . . .* Além da certeza que por esta via temos, há outros muitos índios da terra que também afirmam haver no sertão muito ouro . . . *Principalmente é pública fama entre êles que há uma lagoa mui grande no interior da terra donde procede o Rio de S. Francisco . . .* dentro da qual dizem haver algumas ilhas e nelas edificadas muitas povoações e outras ao redor dela mui grandes, onde também há muito ouro, e mais quantidade, segundo se afirma, que em nenhuma parte desta província".

Falta na descrição de Gandavo, para completar a Ilha-Brasil dos mapas, a ligação entre a lagoa e o Amazonas. É Gabriel Soares de Sousa que, cêrca de 1584, também na base de informações indígenas, estabelece implìcitamente a ligação, situando as Amazonas cêrca do S. Francisco: "e, além delas (castas de índios) *vive outro gentio* (não tratando dos que comunicam com os portuguêses) que se atavia com joias de ouro, de que *há certas informações. Êste gentio se afirma viver à vista da Lagoa Grande,* tão afamada e desejada de descobrir, da qual êste rio nasce...(1)

Do mesmo texto se infere não só que as informações eram de origem indígena, mas — observe-se — que o autor as tinha por certas. Chamaremos ainda a atenção do leitor para o fato de que Gabriel Soares de Sousa foi um proto-bandeirante, à procura do S. Francisco, o qual supunha nascer da *Alagoa Grande,* que muito se desejava descobrir.

Cêrca de 30 anos volvidos, Ambrósio Fernandes Brandão dizia nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*: "Os naturais da terra (isto é, os índios do Amazonas) querem o (seu princípio) tenha de uma alagoa, que dizem estar no meio do sertão, donde afirmam nascerem os mais rios reais e caudalosos, que sabemos por tôda esta costa do Brasil". (2)

Em 1624, Simão Estácio da Silveira, em sua "Relação Sumária das cousas do Maranhão", repete os informes de Gandavo, mas situa naquele Estado o lago Dourado.

Em 1625, o Jesuíta Padre Antônio de Araújo supunha também que a demarcação do Brasil "está fechada com dois limites como com duas chaves, uma das quais é o nomeado rio da Prata..., a segunda é o afamado Pará . . ." E referia-se ainda à "famosa lagoa chamada Paraupava" (donde nascem vários e formosos rios), entre os quais o Pará e o S. Francisco. (3)

No meado do século XVII, o Pe. Simão de Vasconcelos, que passou quase tôda a sua vida no Brasil, onde exerceu grande número de cargos na Companhia de Jesus, entre os quais o de Provincial, atribui com muita freqüência aos aborígenes nas suas *Notícias das Cousas do Brasil,* um grande número de informa-

---

(1) *Tratado descritivo do Brasil,* edição Brasiliana, 1938, págs. 376 e 413.

(2) *Diálogos das Grandezas do Brasil,* 2ª edição, com notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão, pág. 50.

(3) Êstes dizeres constam de duas informações do Pe. Antônio de Araújo, publicadas pelo Pe. Serafim Leite em «Páginas da História do Brasil», São Paulo, 1937, págs 99-116.

ções geográficas, muitas delas condizentes, desta vez, nos seus traços gerais, com a realidade geográfica.

"Contam os índios versados no sertão, escrevia êle, que bem no meio dêle são vistos darem-se as mãos dois rios (Amazonas e Prata em uma Alagoa famosa ou lago profundo, de águas que se ajuntam das vertentes das grandes serras do Chile e do Peru, e demora sôbre as cabeceiras do rio que chamam S. Francisco, que vem desembocar ao mar em altura de dez graus e um quarto; e que desta grande Alagoa se formam os braços daqueles grossos corpos; o direito, ao das Amazonas para a banda do Norte, o esquerdo ao da Prata, para a banda do Sul; e que com êstes abarcam e torneiam todo o sertão do Brasil; e com o mais grosso do peito, pescoço e boca, presidem ao mar. Verdade é que com mais larga volta se avistam mais no interior da terra, encontrando-se não águas com águas, mas avistando-se tanto ao perto que distam sòmente duas pequenas léguas, donde com facilidade os que navegam corrente acima dum dêstes rios, levando as canoas às costas naquela distância entreposta, tornam a navegar corrente abaixo do outro; e esta é a volta com que abraçam êstes dois grandes rios duas mil léguas de circuito".(1)

Para o Pe. Simão de Vasconcelos o Amazonas e o Prata eram "duas chaves de prata, que fecham a terra do Brasil" ou "dois gigantes que a defendem e a demarcam entre nós e Castela".(2) A lenda funde-se com a realidade, mas já os limites da Ilha-Brasil deixam de obedecer à insularidade, oscilando e dilatando-se para oeste.

Estava completado o conceito orgânico e ideal do Brasil insular. E ninguém melhor que o jesuíta Simão de Vasconcelos poderia levar às últimas conseqüências a parte preconcebida e fantasiosa da Ilha-Brasil. Ao escrever aquelas palavras, por volta de 1656, êle formulava a teoria geográfica da soberania portuguêsa na América do Sul, que, alguns anos volvidos, havia de levar a Metrópole à fundação da Colônia do Sacramento e à reivindicação do Prata como limite meridional do Estado.

Mas não acabam com êle as referências ao mito. O Pe. João de Sousa Ferreira, cêrca de 1686, escrevia do Tocantins: "... dizem que tem seu princípio em um lago donde também mana o rio

---

(1) «Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil», vol. I, Lisboa, 1865, pág. XL.

(2) *Ibidem*, pág. XXXVIII.

da Prata".[1] Finalmente, último éco desta lenda, ainda Rocha Pita, no primeiro quartel do século XVIII, escrevia que o Amazonas e o Prata tinham "seu nascimento da mesma mãy".[2]

Diga-se ainda que não só portuguêses e castelhanos registraram a lenda e afirmaram as suas origens aborígenes. Dois testemunhos, um francês e outro holandês, coincidem, ainda que por forma diversa, na mesma informação. No "Extrait d'une carte française d'entre les documents que la Compagnie (Hollandaise) a reçus du dossier de P.V. Plancius" lê-se, entre outros informes sôbre a costa desde Pernambuco ao Amazonas, que:"

"... la rivière Miary (Mearim) a 1.000 ou 1.200 lieues de longueur. Les Indiens disaient qu'au bout de cette distance elle se rencontre avec la grande rivière de La Plata".[3]

Em época muito próxima também escrevia Marcgrave:

"O Rio S. Francisco ... acredita-se porém originar-se da parte intima dêste continente, e com efeito naquele lago celebrado pelos discursos de muitos, que recebe todos os rios e correntes das altíssimas montanhas do Peru, lançados em direção do Oriente, e deságua por meio de rios enormes no Oceano, em primeiro lugar o Rio de la Plata, sôbre o qual já não se duvida ...".[4]

Evidenciado temos que durante cêrca de dois séculos perdurou a crença muito generalizada na existência duma formação geográfica brasileira, insulada pelo mar e um sistema de grandes rios, ligados por meio duma vasta lagoa. E seria absurdo imaginar que êsse conceito, tão corrente, não se tivesse refletido na expansão territorial do Brasil.

Tal conceito, nós o sabemos, não é, sob o ponto de vista geográfico, perfeitamente exato. Trata-se dum mito, isto é, duma criação em que se fundem crepuscularmente uma realidade geográfica e humana, mal conhecida, e a ambição de lhe dar realidade política.

A Ilha-Brasil é um mito expansionista, em que se antecipa a solução ao problema e ao conflito de soberania, entre Portugal e Castela, na América Meridional. Traduz o primeiro sintoma da

---

(1) V. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», t. 81, 1917, pág. 301.

(2) «História da América Portuguêsa» (1520-1724), t. 1, pág. 18.

(3) V. «Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro», vol. XXIX, pág. 178.

(4) Jorge Marcgrave, *«História natural do Brasil»*, S. Paulo, 1940, pág. 263. A obra foi impressa pela primeira vez em 1648, por João de Laet».

impossibilidade de partilhar pelo meridiano artificial de Tordesilhas uma vasta unidade, indivisível.

Que seja assim conclui-se do sistemático desvio para leste do território brasileiro em tôdas as representações cartográficas portuguêsas até ao século XVIII, com o secreto desígnio de abranger na sua totalidade a Ilha-Brasil, em oposição à cartografia espanhola, que a mutilava.

Aí reside a prova fundamental de que a Ilha-Brasil é um mito de expansão, contrariada por uma soberania rival. As próprias referências dos cronistas espanhóis ao projeto luso de descobrir e colonizar o Dourado, a que um dêles assegura o maior fracasso, traduzem uma inquietação e um ciúme de conquista, mal dissimulados.

Mas há que distinguir entre os dois fatos: o mito e a sua expansão cartográfica. As longitudes, adrede falseadas nos mapas, obedecem a uma política de Estado e realizada na Metrópole. Representam um esfôrço consciente. Cartografia dirigida.

Pelo contrário, o conceito de Ilha-Brasil, embora visando ao mesmo objetivo e alimentando o mesmo sonho, obedeceu a uma elaboração coletiva, e *in loco*. Resulta da interpretação, mais ou menos tendenciosa, de informações indígenas. Exprime um propósito mal definido, em que se misturam a realidade e a imaginação. Mais e menos de que uma política, é uma mística que assenta num conceito ilusório e numa tendência pragmática.

A penúltima fase do processo, de cujo desenvolvimento nos estamos ocupando, será a funcionalização do mito. Realizá-lo, destruindo ao mesmo tempo a sua parte ilusória; atingir a realidade, através do sonho, torna-se pouco a pouco um dos alvos da Metrópole e dos colonos; dos dirigentes e dos dirigidos; do Estado e da iniciativa particular; de lusos e luso-brasileiros. Se dos cronistas dos primeiros séculos transparecem as origens luso-ameríndias do mito da Ilha-Brasil, também a comparação dos mitos geográficos da América torna patente o caráter português daquele de que nos estamos ocupando.

Aventamos, pois, que o mito da Ilha-Brasil resulta da colaboração entre lusos e indígenas; e vimos que à *Lagoa Eupana* ou do *Dourado* couberam ainda outros nomes, como *Paraupava* e *Paititi*. Há que distinguir as respectivas origens. Nas cartas portuguêsas, ou de influência portuguêsa — flamengas, francesas, italianas e alemãs — que são as mais numerosas, aparece de início e prolonga-se até meados do século XVII a designação de *Eu-*

pana. *Dorado* é topônimo espanhol e que, só avançada já à época do filipismo, penetra na cartografia e na literatura geográfica portuguêsa.

Dois ilustres historiadores, o paraguaio Manoel Domingues e o argentino Enrique de Gandia, numa série de trabalhos, mostraram à evidência que as lendas do *Lago Dourado*, das *Amazonas* e da *Casa do Sol*, correspondem a realidades históricas e fatos da civilização incaica, transmitidos e deformados pelos índios, que os não conheciam perfeitamente, e pelos conquistadores espanhóis, que os adaptaram à sua cultura de Europeus e às suas preocupações de guerreiros e homens de prêsa. (1)

São tipicamente mitos da Conquista, criados pela imaginação ardente e o caráter heróico dos conquistadores, que não souberam descortinar, nas informações dos indígenas do Amazonas e do Alto-Paraguai, a miragem das opulências do império dos Incas. Essas lendas revestem-se nas narrativas espanholas duma espécie de alucinação visual, reflexo das aventuras prodigiosas de Cortez e Pizarro. Muito mais da última. Na essência brotaram do tumultuoso desejo de continuar a pilhagem dos palácios maravilhosos onde as paredes, os vasos e os objetos mais variados da suntuária, eram ou se diziam ser de ouro, prata e pedras preciosas. Nelas o aspecto geográfico é acessório e vago. E falta-lhes orgânica política.

Ao contrário, o mito português é essencialmente geográfico e político. O elemento maravilhoso apresenta-se como secundário e importado. Não passa dum prolongamento da miragem incaica.

A primeira referência de caráter literário à Ilha-Brasil, ainda que já sob um aspecto lendário, surge, como vimos, nas duas obras de João Afonso, "Voyages Aventureux" e "Cosmographie", redigidas seguramente entre 1528 e 1544. Não se pode ligar, por conseqüência, com o ciclo dos mitos espanhóis, só depois daquele período elaborados. E, por isso, nasce apenas como conceito geográfico. A Lagoa *Eupana*, cujo nome deve ser de origem indígena, nada tem que ver com o *Dorado*. Ao que supomos reflete o conhecimento da Lagoa dos Xaraiés e outras formações lacustres, que na época das chuvas medeiam entre o Alto Paraguai e as terminações do Madeira. Também a primeira designação da lagoa em mapas portuguêses — *Eupana*, não aparece nos documentos

(1) Manoel Domingues, «*El alma de la raza*», e Enrique de Gandia, «*Historia critica de los mitos de la conquista americana*», Madri, 1909.

espanhóis; e a de *Paraupava* pertence exclusivamente aos bandeirantes de S. Paulo, e é de origem tupi. [1] Só mais tarde e por influência espanhola o halo de ouro, que envolvia o mito do *Dorado* e das *Amazonas*, passou a associar-se, mas muito discretamente, ao mito da *Lagoa Eupana* e da Ilha-Brasil.

O conceito português prende-se ao problema dos limites. Sob êsse ponto de vista a referência de Lopez de Velasco, confirmada por Magalhães Gandavo e Gabriel Soares de Sousa, afigura-se-nos de um grande interêsse: "... los portugueses tienen noticia desta laguna y la comiensan ya a pintar en sus cartas dentro de la demarcacion de Portugal ... y platican de ir a poblar esta laguna".

Mas corresponderia a Ilha-Brasil a alguma realidade? Até que ponto a poderiam ter compreendido e concebido os aborígenes?

Que houvesse na América do Sul um todo geográfico geomètricamente definido e quase insulado, não há dúvida. No primeiro capítulo desta obra vimos que o Paraguai e o Paraná, em seus cursos principais, vão encontrar-se com os maiores afluentes da margem direita do Amazonas e com o Tocantins, rasgando outras tantas vias fluviais e zonas de conexão até ao norte do continente. Sôbre as leves ondulações do divisor comum das águas do Prata e do Amazonas, vindos dum lado e doutro, cruzam-se os múltiplos manadeiros. Torrentes, que ora vertem para o norte, ora para o sul, disse numa imagem flagrante o general Couto de Magalhães, "se entrelaçam umas com as outras como raízes de árvores plantadas em terreno apertado". [2]

Mas o general Jaguaribe de Matos, num estudo sôbre a fisiografia sul-americana, vai mais longe e afirma que "em rigor não existem grandes bacias hidrográficas na América do Sul, pois tôdas elas se comunicam diretamente à superfície da terra umas com as outras". [3]

Estudando uma por uma, chega êle à conclusão de que existem na América do Sul vinte e uma ligações diretas das águas dos

---

(1) Foi-nos transmitida esta opinião pelo sábio historiador e tupinólogo Rodolfo Garcia, o qual acrescentou que êste topônimo quer dizer água parada. *Paraupaba ou Paraupava* aparece em vários documentos paulistas do século de Seiscentos, o que pode fàcilmente constatar-se pelos índices geográficos da *História Geral das bandeiras paulistas* de Afonso Taunay.

(2) «*O Selvagem*», 4ª edição, S. Paulo, pág. 199.

(3) «*Les idées sur la physiographie sud-américaine*», Lisboa, 1937.

grandes rios de cada uma dessas bacias com os que vertem na direção contrária, formando assim 30 grandes ilhas.

Em região de florestas cerradas, como é sabido, os rios são as únicas estradas, êstes enlaces fluviais, ainda quando reduzidos, — e é o que importa para o nosso caso — às mútuas relações de proximidade, forçosamente haviam de facilitar a passagem dumas para as outras bacias ou por forma mais geral, a circulação do território. E, *a priori*, poderíamos supor que a esta vastíssima unidade geográfica, tão fortemente enlaçada e vivificada por um sistema arterial, rico de anastomoses, supondo igualmente uma unidade econômica, viesse algum dia a corresponder uma unidade cultural, e, tratando-se de povos primitivos, a uma cultura de espaço. E a essa conclusão chegamos anteriormente.

São essas razões de ordem geográfica e etnográfica que podem explicar o conceito de origem indígena duma Ilha-Brasil, fusão, numa só, do vasto arquipélago do general Jaguaribe de Matos. Sob êsse ponto de vista, pode talvez dizer-se que o ilustre geógrafo teve um precursor: Jaime Batalha Reis, a quem se devem alguns luminosos estudos sôbre a geografia do Brasil, ou melhor, daquilo a que êle chamava a *ilha brasileira*.

Num trabàlho publicado em 1896, escrevia êle: "Não há em tôda a terra região mais simétrica, mais bem feita, por assim dizer mais racional, mais mnemônica. O Brasil . . . é com efeito uma verdadeira obra-prima de escultura geográfica, fácil de descrever, de explicar e que, uma vez descrita e explicada, ninguém jamais esquecerá". Aí falava êle pela primeira vez duma *Ilha brasileira*, que mais tarde definia, como sendo rodeada, dum lado, pelo Atlântico, do outro, pelos vales seguidos do Amazonas-Madeira-Guaporé e Prata-Paraguai e pelo círculo das terras baixas, que incluem os vales dêsses rios até às vertentes meridionais das montanhas das Guianas. (1)

Jaime Batalha Reis não entrou em linha de conta com as representações cartográficas e míticas da *Ilha Brasileira*. Nem podia entrar pela falta de elementos, que só depois dos seus estudos se publicaram. Por isso mesmo, o esquema do Brasil, tal como êle o imaginou, auxilia a compreender a formação do Brasil.

Deram-se conta os leitores de que o Pe. Simão de Vasconcelos admitia a existência duma Ilha-Brasil (seguramente formada pelo Prata-Paraná e o Pará) e duma ilha, ou melhor, uma

(1) Êsses dois estudos, publicados pela primeira vez em revistas inglêsas, foram incertos na coletânea dos seus «Estudos geográficos e históricos», Lisboa, 1941, págs. 217, 396.

quase ilha, pois se refere a dois braços fluviais que "se avistam mais ao interior da terra, encontrando-se não águas com águas, mas avistando-se tanto ao perto que distam sòmente duas léguas". E acrescentava que dum para o outro podiam varar as canoas por terra. E, com efeito, em 1772, o governador de Mato Grosso Luís Pinto de Sousa Coutinho fêz atravessar uma canoa das nascentes do Aguapeí, afluentes do Jauru, por sua vez afluente do Paraguai, para o Rio Alegre, afluente do Guaporé, por sua vez afluente do Madeira e êste do Amazonas, para mostrar que o Brasil se poderia considerar uma ilha. [1]

Como e por que processo chegaram os primeiros colonos e exploradores portuguêses a êste conceito geográfico da Ilha-Brasil? Terá algum fundamento a informação do Pe. Simão de Vasconcelos e de Ambrósio Fernandes Brandão de que a existência duma ilha-brasil fôra transmitida pelos índios aos primeiros colonos?

Já atrás dissemos que dois grandes círculos culturais — o dos tupi-guarani e o dos aruaque correspondiam sôbre o território à unidade geográfica da Ilha-Brasil. Povos dotados duma grande capacidade de expansão, não possuiriam êles uma cultura geográfica, ainda que rudimentar, correspondente à sua consciência física do território e, por conseqüência, à sua área de deslocamento e distribuição?

É indubitável que, os tupi-guarani e os aruaque possuiam conhecimentos geográficos de vastíssimas regiões da América do Sul. Assim, os guarani da região platina conheciam a geografia correspondente à zona interoceânica, abrangida pelo sistema dos afluentes do Paraná e do Paraguai, que abriam estradas fluviais do Atlântico aos Andes incluindo a região incaica. [2] Também, segundo Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, os tupinambá do Maranhão conheciam a existência de grandes florestas na região do Trópico de Capricórnio e praticavam a navegação do Amazonas até onde os seus irmãos do círculo cultural, se estendiam. [3]

---

(1) O Barão da Ponte Ribeiro, negociador, na época do império, de problemas de limites entre o Brasil e os Estados confinantes e grande conhecedor da história da geografia e da cartografia do Brasil, ocupa-se dêsse fato na «Memória sôbre os limites e negociações do império do Brasil com as repúblicas do Peru, Bolivia e Paraguai», 1842, manuscrito pertencente ao Arquivo histórico do Itamarati, lata 268, ms. I, Memoria 12.

(2) Carta de LUIS RAMIRES, escrita do Rio da Prata, a 10 de julho de 1528, e publicada na «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», t. 15, págs. 14-41.

(3) C. d'ABBEVILLE, «*Histoire de la Mission des Pères Capucines en l'Isle de Maragnan*», Paris, 1614, pág. 43; e Y. d'EVREUX, «*Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années de* 1613-1614», Paris, 1614, caps. VII e VIII.

Da mesma sorte, os tupinambá que moravam cêrca da foz do Madeira e estavam em contacto com os do Maranhão, sabiam que êsse rio comunicava com a região do Potosi; e os índios do Alto Paraguai conheciam, como vimos, por sua vez, a existência do rio Marañon ligado à lenda das Amazonas. [1] Finalmente, os aruaque tinham vastos conhecimentos de tôda a região banhada pelo Rio Negro e das suas ligações com o Orinoco. [2]

À vista dêste conjunto de testemunhos julgamos que os tupi-guarani, embora não criassem, comunicaram aos portuguêses os elementos parciais para a formação do conceito da Ilha-Brasil e, em primeiro lugar, o conhecimento da fácil comunicação entre o Paraguai e o Madeira, pelo Guaporé. Êsses dois rios na região dos seus altos cursos ou dos seus altos afluentes perdem-se periòdicamente em maiores ou menores pantanais, o que explica, a nosso ver, a crença na sua união por meio da Lagoa Eupana.

Dêste cotejo de fontes cartográficas e escritas, um fato nôvo e da maior importância na história do Brasil resulta: o conceito da Ilha-Brasil, ligado ao desvio do meridiano de Tordesilhas para justificar a expansão da soberania portuguêsa ao território pretençamente insulado, tornou-se doutrina assente e corrente, ponto de fé entre lusos e luso-brasileiros, durante os séculos de Quinhentos e Seiscentos. Êsse fenômeno conjunto é, porventura, a maior revelação histórica da cartografia antiga no Brasil. A sua mesma continuidade durante dois séculos, através de mapas, crônicas e memórias, põe de manifesto os seus intuitos políticos e as suas conexões com um plano de expansão. [3]

O MAPA DE BARTOLOMEU VELHO (1561)

De tôdas as cartas portuguêsas aqui estudadas, a mais notável é a de Bartolomeu Velho, pois esboça uma figuração geral do sistema hidrográfico do Brasil em relação com o Tratado de

---

(1) V. a *Relação* do Pe. Cristóbal de Acuña, Madrid, 1641.

(2) V. *Relação* do Pe. Cristóbal de Acuña, já mencionada, e Oviedo, «Historia General de las Indias», Valladolid, 1554, L. XXIV, cap. 17.

(3) Acrescente-se que não só as cartas portuguêsas de André Homem, Bartolomeu Velho e Fernão Vaz Dourado, representaram a Ilha-Brasil. Além destas podem mencionar-se ainda o planisfério de Domingos Teixeira, 1573 (Serviços Hidrográficos da Marinha, Paris); Carta do Brasil do atlas de Vaz Dourado, c. 1580 (Biblioteca Nacional de Lisboa); Carta do Atlântico, abrangendo a América, por Luiz Teixeira, c. de 1600, (Biblioteca Nacional de Florença); Carta de Domingos Martins da Orta, c. 1623 (Museu Britânico, Londres); Carta de João Teixeira Albernaz, 1667, (Serviços hidrográficos da Marinha, Paris); e, finalmente a «Planta da América austral do mar do sul» (1777), reprodução arcaisante do Brasil sob forma insular, em que o Prata se continua com o Tocantins e se liga ao S. Francisco, de José Monteiro Salazar (Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa).

Tordesilhas, e representa o testemunho cartográfico mais diretamente ligado com o surto de expansão sertaneja que teve por base S. Vicente e Santos.

Desde que os primeiros portuguêses se fixaram em S. Vicente, na Cananéia e no planalto, e mais ao sul, na Ilha de Santa Catarina, com alguns poucos castelhanos, companheiros de aventura e de naufrágio, o tráfico de escravos com as tribos do sertão tornou-se o principal incentivo da penetração na região do Guairá. Um dos grandes agentes dêsse tráfico foi Pero Correia antes de entrar, em 1550, para a Companhia de Jesus. Carvalho Franco cita um documento dos meados do século XVI, no qual se dão muitos nomes dos chefes das entradas na região de Guairá, que saíam de S. Vicente, por via de regra, à procura de escravos. Quando e até onde haveriam chegado êsses pré-bandeirantes? Documentos estudados por Enrique de Gandia e Carvalho Franco revelam que, já antes de 1553, alguns portuguêses haviam alcançado Assunção. (1)

Os sertanistas e os mercadores portuguêses precederam não só os jesuítas portuguêses, mas também os castelhanos, religiosos ou leigos, na exploração do Guairá e no conhecimento geográfico dessa região, eis o que se infere do mapa de Bartolomeu Velho. Aliás, nessa parte, êle corresponde a uma figuração ligeiramente arcaica, em relação à data de 1561, em que foi traçado. (2) Com efeito, não figuram nessa carta nem o Tietê, nem o Paranapanema, nem o Iguaçu, pelo menos individuados e com esta ou outra nomenclatura. Pela posição e o traçado do rio principal, dir-se-ia que o Tietê e o Iguaçu se confundiram com o Paraná, por ignorância ou falta de conhecimento perfeito do curso dêste rio.

Em compensação, vemos designados e formados um conjunto razoável das posições correlativas, a "Casa do Guairá", (alusão à morada do chefe indígena que emprestou seu nome à região). E o "Salto do Guairá" situado sôbre o Paraná, a "ciudad de la Assuncion" e o "R. Pequeri", traçado, desde as suas origens, em todo o seu curso, com sua direção característica, ainda que exagerada, e desaguando com exatidão, não só acima do Salto, mas da "Casa do Guairá", figurada esta na margem direita do rio. Vêem-se igualmente dois pequenos rios inominados, um dêles afluente da margem direita do Paraná, desaguando acima do

---

(1) Carvalho Franco, *obra cit.*, págs. 23-25; e E. de Gandia, *«Las Missiones jesuiticas y los bandeirantes paulistas»*, Buenos Aires, 1936, págs. 16-18.

(2) Publicado pelo Barão de Rio Branco no Atlas cit. com o nº 14.

Salto, ou seja o Iguatemi, e outro, da margem esquerda do Paraguai e ao norte de Assunção, quer dizer, o Jejuí.

Acrescente-se ainda que no mapa não figura S. Paulo e que o curso do Tietê se diria fundido não só com o do Paraná mas também com o do Paraíba, servindo êste de ligação aos dois.

Uma conclusão evidente podemos tirar: o mapa, no que respeita a esta região, foi traçado com informações dum ou mais vicentistas e o caminho, que êstes seguiam para Assunção, fazia-se, não cortando o Iguaçu, como fizera Cabeza de Vaca, mas pela foz do Pequeri e atravessando o Paraná acima do Salto Grande, bordejando a serra do Maracaju e seguindo provàvelmente o curso do Jejuí até ao Paraguai.

Êste fato — convém desde já assinalar — assume grande importância para a história das bandeiras e estudo dos seus caminhos sôbre o território. Desde os meados do século de Quinhentos que os pré-bandeirantes da costa e, provàvelmente, João Ramalho e os seus companheiros de Sto. André da Borda do Campo, conheciam e praticavam as vias primitivas, a que se tem chamado o *Piabiru*, ou seja, o sistema de caminhos indígenas, que levavam de S. Vicente ou da Cananéia, galgando a Serra do Mar, pela via mais rápida, aos povoados espanhóis do Paraguai, e subindo êsse rio e atravessando o Alto Chaco, até ao Peru, incaico.(1) Êste mesmo sistema conduzia, atravessando o Iguaçu, e os territórios do atual Estado de Sta. Catarina, aos que hoje pertencem ao Rio Grande do Sul. Por incertos ou transitórios que fôssem êsses caminhos, os bandeirantes, que, durante o século de Seiscentos, partiam de S. Paulo, para atravessar o Guairá, guiados pelos índios, sentiam-se pelos direitos de precedência da exploração portuguêsa e pela herança cultural recebida dos indígenas, seus aliados, os legítimos senhores daquela região, intimamente articulada à sua por uma sistema circulatório, que tinha raiz em S. Vicente, as duas fundidas numa unidade geográfica, ainda mais vasta, — a Ilha-Brasil, abrangida pelo meridiano de Tordesilhas — e que êles procuravam realizar.

O próprio Pe. Montoya, Superior das Missões do Guairá, na "Conquista Espiritual", a que mais adiante nos havemos de referir com demora, descreve aquêle sistema de caminhos, a que os jesuítas chamavam o *caminho de S. Tomé,* como partindo de

---

(1) V. ALFREDO ROMARIO MARTINS, «*Caminhos históricos do Paraná*», em «Cinqüentenário da Estrada de Ferro do Paraná», Curitiba, 1935. Acrescentemos: ainda quando a designação indígena não existisse, como alguns afirmam, o sistema de caminhos — e é o que importa — já era praticado.

S. Vicente, galgando a serra e internando-se após na região missioneira que êle superintendia.

Esta circulação, realizada na quase totalidade por caminhos terrestres, explica o traçado fantástico de que sofre o sistema fluvial do Brasil, na carta de Bartolomeu Velho, — razão a que se deverá ainda a extranha omissão do Tietê. Para esta carência em particular, haverá contribuído a origem dos informes, ao que parece, quase exclusivamente vicentista e santista, sôbre esta parte do mapa. Mais adiante veremos que o conhecimento da inflexão do S. Francisco para o Sul, se deve, ao que pensamos, a uma expedição vicentista de Braz Cubas. Mas trata-se dum fato, conforme a nossa interpretação, relacionado já com a realização geográfica do mito, e por isso o remetemos para a parte seguinte desta obra.

Carta da Ilha-Brasil, essencialmente flúvio-marítima, se na costa ela afirma caracteres de realismo geográfico, na parte restante a interpretação do mito obrigou o cartógrafo e mitógrafo a completar pela imaginação os incertos dados fornecidos pelos indígenas, ou seja, a carência de observações diretas, guiadas por uma cultura de métodos científicos.

II

AS PRIMEIRAS BANDEIRAS À BUSCA DOS LIMITES INSULARES

Nas suas relações com a formação territorial do Estado brasileiro, a ilha humana, que assentava, por sua vez, numa ilha econômica, a da floresta tropical de planície e a de certos produtos agrícolas, como a mandioca e o milho, sobrelevou muito em importância à Ilha-Brasil, esquemática e mítica. Desde o século de Quinhentos a Ilha-Brasil foi, mais que tudo, uma ilha cultural e, em particular, a ilha da *língua geral*, que se tornou um vigoroso laço unificante do Estado colonial.

Mito caracterìsticamente expansionista, que se antecipou à criação do problema da soberania portuguêsa sôbre os territórios da América do Sul, a Ilha-Brasil implicava um programa de ação. Foi uma idéia-fôrça. Mas, quando do conceito mítico passou, graças àquele impulso, à fase do conhecimento geográfico, a história prolongou e decalcou, com freqüência, a prehistória. Êste é o fato essencial que preside à formação territorial do Brasil.

Quando se compara na sua evolução geral a história do conhecimento geográfico dos dois mundos, o Velho e o Nôvo, com surprêsa verificamos que o descobrimento das linhas gerais da rêde fluvial da América, último dos continentes a ser revelado, foi também o mais rápido.

Na Ásia, bêrço milenário das mais antigas civilizações, percorrida desde o século XIII pelos europeus, ainda no século de Seiscentos alguns exploradores portuguêses, como os jesuítas Bento de Góis e Antônio de Andrade, descobriam respectivamente os planaltos da Ásia e as nascentes do Ganges. Na África, só nos fins do século XVIII, Bruce fixava as linhas gerais do curso do Nilo; e, em pleno século XIX, Livingstone e Stanley descobriram o Alto Congo e a região dos Grandes Lagos, e Serpa Pinto, Capelo e Ivens, as vastas regiões da África Central, compreendidas entre o Cunene e o Zambeze.

Ao invés, na América do Sul, as duas grandes artérias do Amazonas e do Prata eram desvendadas nos seus principais linea-

mentos no próprio século de Quinhentos, ou seja, o primeiro da sua história; e, em pouco mais dum século, entre 1614 e 1742, ficavam estabelecidas as comunicações entre os grandes afluentes das bacias amazônica e platina, que vieram a servir de limites ocidentais ao Brasil.

Como explicar êsse estranho fenômeno?

Em primeiro lugar, pelo riquíssimo e singular sistema de circulação e conexões fluviais, que caracteriza o território e a que mais de uma vez nos temos referido. A seguir, porque à ilha geográfica, dando-lhe expressão pré-estatal, permita-se o vocábulo, sôbrepunha-se a ilha humana, cujos valores específicos o adventício se apressou a compreender e assimilar. Ao lado da razão geográfica, coexistiu, em verdade, uma razão pré-histórica e etnográfica de Estado, mais fluida e instável, mas igualmente imperiosa.

O português, ao pisar terras de Santa Cruz, logo e sucessivamente vislumbrou essas duas realidades e antecipou-se ao conhecimento científico duma e à realização política da outra com o mito da Ilha-Brasil, que participava, com seu caráter expansionista, do hibridismo luso-tupi, que o gerara.

O gênio de portuguêses e luso-brasileiros, se é permitido empregar a palavra num sentido coletivo e aplicado à sucessão de gerações, foi transformar a pré-história em história, os mitos em realidades, a vaga intuição em conhecimento exato, o que era nômade em sedentário, e, ao fim, em fundar uma política nas razões geográficas e humanas.

Dessa aptidão excepcional a primeira criação, ainda que em obediência aos impulsos da natureza, foi realizar livremente as núpcias das duas raças, conforme o tipo pré-existente da família tribal, único adaptável ao Adão, escasso em número, que entrava no paraíso, onde as Evas se ofereciam ou eram ofertadas. História e pré-história fundiram-se e tinham que fundir-se. Mas fundiram-se por mútua aceitação.

Dessa feliz fusão nasceu a *bandeira* — instinto, impulso e cultura aborígenes, dirigidos e revigorados pela consciência, a técnica, a disciplina e o sentido político do adventício. E, por isso, podemos considerar como coexistentes, ora conjugando-se, ora dividindo-se, e até opondo-se, dois bandeirismos: um, luso de raiz, espontâneo ou oficializado, implícito em tôda a história dos descobrimentos e conquistas dos portuguêses; outro, misto, desencadeando-se espontâneamente com o vigor rompente das

fôrças naturais, amoldado aos acidentes e grandes sulcos da terra; obedecendo a necessidades econômicas primárias, cevando, à solta e com freqüência, sêdes bárbaras em prêsas fáceis ou árduas de alcançar, mas iluminado a espaços, como os faróis circulatórios, pelo relâmpago duma fé, duma moral e consciência política superior.

O primeiro dêstes bandeirismos foi uma política geral de Estado aplicada a objetivos americanos, mas com raízes no gênero de vida tradicional dos portuguêses, — o comércio marítimo a distância. Radicou-se mais no Amazonas, mas não deixou de inspirar também, na sua formação, as bandeiras paulistas, cujo vocabulário tem as suas origens no *Regimento das Ordenanças* de D. Sebastião (1574) ou nas fainas marítimas da grei. O segundo, o bandeirismo por definição e excelência, embora duplamente derivado pelo nome e o espírito, tornou-se um gênero de vida nôvo, abrangendo e caracterizando uma nação, como impulso específico da sua formação territorial, desde o seu grande foco — São Paulo, donde irradiou por vagas sucessivas, para transplantar-se, germinar e expandir-se em outras regiões.

Os dois, repetimos, coexistiram e acabaram por fundir-se. Coexistiram, sem coincidir sempre no espaço. Bandeira livre e bandeira oficial foram comuns, pôsto que em graus diversos, a todo o Brasil.

Antes de entrarmos pròpriamente nas expedições, que pouco a pouco transformaram o mito da Ilha-Brasil em conhecimento geográfico, devemos ocupar-nos do primitivo protótipo das bandeiras, que em boa parte as definem e explicam.

As expedições de Aleixo Garcia e Antônio Rodrigues nas suas relações com o mapa de Bartolomeu Velho

Ao que nos parece, os historiadores brasileiros não deram até hoje a devida importância à extraordinária expedição de Aleixo Garcia, nas suas relações com os primeiros conhecimentos da rêde fluvial de América, com a formação territorial do Brasil, e ainda ao caráter pré-bandeirante da sua emprêsa.

Após os estudos do historiador paraguaio, Manoel Domingues, do argentino Enrique de Gandia e, mais que tudo, do excelente trabalho do sueco Erland Nordenskjöld (1), podemos dar por

(1) Manoel Domingues, «*La Sierra de la Plata, Primeros pasos de la conquista*», Asuncion, 1904; E. de Gandia, «*História de Sta. Cruz de la Sierra*», Buenos Aires, 1935; E. Nordenskjöld, «*The Guarani Invasion of the Inca Empire in the Sixteenth Century An Historical Indian Migration*», in The Geographical Review, vol. IV, New York, 1917.

averiguado que Aleixo Garcia, português, náufrago duma das primeiras expedições castelhanas ao Prata, tendo ficado na ilha de Sta. Catarina, organizou cêrca de 1523, uma expedição que, tendo partido das costas meridionais do atual Estado do Paraná, logrou atingir o império dos Incas em plena região andina.

Com Aleixo Garcia seguiram quatro ou cinco dos outros náufragos, seus companheiros, e uns dois mil guaranis, que serviram de guias ao aventureiro português, pois conheciam não só a existência do opulento império incaico, mas os caminhos que ali levavam, graças a migrações anteriores. [1]

Uma série de depoimentos coevos ou pouco posteriores, permitem dar como averiguado, à luz da mais exigente crítica histórica, a realização da emprêsa de Aleixo Garcia, nas suas linhas gerais. Partindo da costa, a expedição atingiu o Paraná pelo Iguaçu, acima do salto de Sta. Maria; passou daquele rio ao Paraguai, que subiu; na atual região de Corumbá atravessou o Alto Chaco e penetrando entre os rios Pilcomaio e Grande ou Guapaí, alcançou a região de Potosi e Sucre, onde atacou algumas povoações incaicas, que saqueou e cujos despojos a expedição carregou na sua retirada para o Paraguai. Aí, Aleixo Garcia enviou dois dos seus companheiros para a base de Santa Catarina, com a notícia do êxito da emprêsa e algumas amostras da prata e do ouro apreendidos. Pouco depois era assassinado, por motivos que se ignoram, pelos índios.

A sua morte calcula-se tenha acontecido em 1524. Graças a essa espantosa expedição, ficaram conhecidas as possíveis comunicações entre o Prata e a região andina, quer partindo das costas brasileiras, quer do estuário daquele rio. Guiados por êsses informes e seduzidos pelos sinais palpáveis do êxito da emprêsa, as expedições espanholas ao Prata, nos anos seguintes, desde Sebastião Caboto (1527) empenham-se obstinadamente nas tentativas de repetir a façanha de Garcia. O mesmo objetivo animava a expedição, enviada em 1531 por Martim Afonso de Sousa e que partiu das costas da Cananéia, sob o comando de Pero Lôbo, e guiada por um dos companheiros de Garcia — Enrique Montes, mas que se malogrou, com perda total dos expedicionários, às mãos dos índios, nas margens do Iguaçu.

Os depoimentos de Ramirez, companheiro de Caboto (1527) de Hernandez e de Cabeza de Vaca (1543), de Irala (1545), de

---

(1) As migrações anteriores dos índios guarani e, como conseqüência, os conhecimentos geográficos dos caminhos percorridos, foram estudados proficientemente por E. DE GANDIA na obra citada.

Ribera (1545), e o de Rui Dias de Gusman, um tanto posterior, todos estudados pelos autores já citados, confirmam-se e formam um encadeamento lógico bastante para dar como fato históricc averiguado a emprêsa de Aleixo Garcia.

O grande pioneiro português foi, pois, logo no primeiro quartel do século de Qüinhentos, o primeiro europeu a atravessar os territórios dos atuais Estados do Paraná, Paraguai e Bolívia e a penetrar, como observou Nordenskjöld, no império dos Incas, antes de Pizarro.

Chamamos pré-bandeirante a Aleixo Garcia. Bandeira foi essencialmente uma expedição de alguns poucos brancos ou mamelucos e muitos índios, com fins de expansão econômica, geográfica ou política. Sob o ponto de vista humano, o seu distintivo essencial entranha na colaboração íntima do alienígena com o indígena. O branco organizou e deu objetivo ao nomadismo do índio; êste forneceu, por sua vez, ao branco, os elementos indispensáveis duma cultura geográfica de âmbito muito vasto.

Por que razão alcançou a bandeira a sua expressão mais típica em São Paulo e não em qualquer outro lugar na América do Sul? Porque ali se fundiram dois povos, o luso e o tupi, que coincidiam numa típica e vigorosa cultura do espaço; porque o luso teve, mais que os outros alienígenas, uma atitude plástica de compreensão, sem quebra de autoridade, em face do índigena; e, finalmente, porque as condições geográficas favoreciam êsse tipo de expansão.

Assim como nos primitivos das artes melhor se distinguem as características duma escola ou dum estilo e as fôrças vitais que os animam, assim, na expedição de Aleixo Garcia, se podem isolar o condicionalismo e alguns dos elementos primordiais da formação das bandeiras.

É evidente que sem os conhecimentos geográficos dos índios guarani sôbre as conexões fluviais entre os afluentes do Paraná e do Paraguai, que rasgam caminhos desde as costas brasileiras aos Andes; e sem a sua cultura econômica, espacial e itinerante, Aleixo Garcia não teria conseguido o êxito fulminante da sua extraordinária investida. Por outro lado, como lograram perdurar cinco ou seis brancos, durante alguns anos e em pleno sertão, em meio da indiada que comandavam?

Sem dúvida, Aleixo Garcia distinguia-se por qualidades muito raras de comando e prestígio. É certo que Rui Dias de

Gusman dá relêvo ao perfeito conhecimento que Aleixo Garcia possuía da língua guarani, elemento sem dúvida, indispensável.[1] Mas êsse fato, só por si, não basta a explicar o êxito da expedição, caminhando por entre o xadrez das tribos hostis e naturalmente receiosas do pioneiro branco.

O adiantado Cabeza de Vaca que, em 1534, guiado pelo português Gonçalo da Costa,[2] refez uma parte do itinerário do "português Garcia", segundo a sua repetida expressão, e de cuja emprêsa os seus "Comentários" constituem fonte primacial, dá-nos, em boa parte, ao que supomos, a chave do problema. Ao encontrar-se com os índios chané do Alto Paraguai, o Adiantado recebeu festivo acolhimento, o que os índios justificavam, dizendo-lhe: "que ellos eran muy alegres y muy amigos de cristianos *por el buen tratamiento que les habia hecho Garcia,* quando los trujo de su tierra". No ano seguinte, encontrou igual acolhimento entre os índios xaraié, cujo principal declarou: "que desde el tiempo que Garcia habia andado por aquellas tierras *tenia los cristianos por sus parientes y amigos*". Com o que outros índios, os trapecocie, condiziam: "que los de su generacion no eran inimigos de los cristianos, antes *los tenian por amigos desde que Garcia estubo en la tierra y contrató con ellos*". [3]

Êste prestigioso renome deixado por Aleixo Garcia, numa área relativamente vasta, terá de explicar-se, a nosso ver, pela plasticidade e a amorabilidade portuguêsa, nativa no homem, que abriu caminho à expansão peninsular na América do Sul. Aleixo Garcia figura nesses fastos como um protótipo de português, primitivo duma nação, realizando ao máximo tôdas as suas virtualidades de pioneiro e homem cordial.

Assinalemos ainda que a extraordinária aventura dêste pré-bandeirante e os seus demorados contatos com os guarani do Paraguai e, em especial, com os chiriguanos, da família cultural tupi, e os chané, da família aruaque, em cujo *habitat* comum penetrou, fato êsse tão perfeitamente ilustrado pelo mapa que acompanha o referido estudo de Nordenskjöld, pode explicar a primeira fase da formação do mito da Ilha-Brasil, ou seja, da ligação entre o Prata e o Amazonas, por meio de um lago, esquema a que já se referia, cêrca de 1528, João Afonso, nas *Voyages Aventureux.*

---

(1) R. DIAS DE GUSMAN, «*La Argentina*», cap. V do T. I «De uma entrada, que cuatro portugueses del Brasil hicieran hasta los confines del Peru».

(2) J. TORIBIO DE MEDINA, «*El Portugues Gonzalo de Acosta, al servicio de España*», Santiago do Chile, 1908.

(3) "Comentários», págs. 257, 273-4, 282, 308.

Aventuras doutro português, Antônio Rodrigues, que em 1553, entrou, em S. Vicente, para a Companhia de Jesus, podem e, neste caso, devem explicar o traçado da Ilha-Brasil, tal como é figurado no mapa de Bartolomeu Velho. Antônio Rodrigues serviu durante 18 anos como soldado, arrolado em várias expedições de castelhanos na América do Sul. Como tal, assistiu à fundação da cidade de Buenos Aires, em 1536, à de Assunção no ano seguinte, subiu com Fernando Ribera pelo rio Paraguai até a regiões pertencentes ao atual Estado de Mato Grosso e difíceis de fixar, expedição realizada durante todo o ano de 1544, e, finalmente, acompanhou Irala, em 1546, através do Chaco, até às planíceis de Sta. Cruz de la Sierra e às faldas dos Andes.

Dêste notável aventureiro português conhece-se uma relação das suas viagens em forma de carta, dirigida aos seus irmãos, jesuítas do Colégio de Coimbra. Como esta circunstância faz prever, a carta obedece a intuitos de missionário que deseja captar outros irmãos para a obra de evangelização na América do Sul.(1) Faltam-lhe por êsse motivo os esclarecimentos geográficos, que tão úteis poderiam ser hoje. Malgrado essa carência, ela completa as relações muito mais copiosas, sob o ponto de vista geográfico, de Ribera e Schmidl, com um simples informe para nos dar maior importância.

Referindo-se à expedição de Ribera, em 1544, diz êle: "Desta cidade (Assunção) fomos mais adiante a conquistar terras e subimos mais acima 250 léguas e chegamos perto do Maranhão e das Amazonas". Em Ribera encontramos a referência às amazonas, que habitavam cêrca de um grande lago, a *Casa do Sol* e numa região abundante de riquezas em metais preciosos. Schmidl, por sua vez, refere que, ao têrmo da viagem fluvial, o rei dos Ierus ofereceu a Ribera vários objetos de ouro e prata, e, acrescentava que aquelas riquezas haviam sido tomadas em guerra às amazonas que distavam dali dois meses de viagem.(2)

Supomos que o Pe. Antônio Rodrigues haverá transmitido em S. Vicente a religiosos e leigos os mesmos informes de Ribera e Schmidl que não constam da sua relação; e essa terá sido a via mais provável que relaciona o mito da Ilha-Brasil, não apenas com um lago, pois êste elemento já aparece na obra de João Afonso, mas com um lago maravilhoso, cercado de riquezas de

---

(1) Foi publicada pelo Pe. Serafim Leite em «Páginas de história do Brasil». São Paulo, 1937, págs. 117-136.

(2) ULRICH SCHMIDL, «*Viaje al rio de la Plata*», cap. XXXVI.

ouro e prata, usufruídas pelas Amazonas. Para completar o conceito da Ilha-Brasil, tal como aparece no mapa de Bartolomeu Velho, faltava apenas a localização das Amazonas no Maranhão, ou melhor, Marañon, nome que a êsse tempo os espanhóis davam ainda ao Rio-Mar.

Que as informações de Antônio Rodrigues tenham influído nesta nova fase do conceito da Ilha-Brasil, ligado a uma região lacustre, muito rica em metais preciosos e habitada pelas amazonas, tal como surge no mapa de Bartolomeu Velho, nos parece mais que provável.

Considere-se, em primeiro lugar, que a êsse tempo o melhor órgão de elaboração e difusão de conhecimentos sôbre a terra e seus habitantes, era a Companhia de Jesus em que Rodrigues acabava de ingressar; e que o instituto inaciano exercia enorme influência sôbre o govêrno, quer o da Metrópole quer o do Brasil. Outra razão nos leva a supor que os informes de Antônio Rodrigues tenham influido na elaboração do conceito da Ilha-Brasil e, com êste, no traçado da carta de Bartolomeu Velho: certas identidades entre a relação dum e o mapa do outro.

Naquela o aventureiro convertido, ao relatar as suas andanças com Irala pelas planícies de Sta. Cruz de la Sierra, refere-se com demora a um povo, os "tarapacocis", gente boa, em terra boa e de muitas povoações, adiante das quais habitavam os "tamachois", êstes que demoravam já próximo do Peru. Supomos tratar-se dos povos conhecidos mais tarde sob a designação de Moxos, que habitavam as terras alagadiças das planícies cruzenhas, banhadas pelo Guapaí e o Mamoré.

Ora, no mapa deparamos em pleno centro do continente um rio inominado, e a meio uma lagoa — "laguna de Tamacosi" e abaixo, e junto das suas margens, a designação de "Paratacosis", topônimos semelhantes aos da relação do Pe. Rodrigues, ainda que um tanto estropiados. O rio inominado, mas a que podemos chamar dos Tamacosi, nasce, no mapa, próximo das regiões andinas de Potosi, o que nos inclina a identificá-lo com o Guapaí, e vai desaguar na lagoa Eupana.

Esta fusão tão íntima de informes provenientes duma expedição espanhola em que tomara parte Antônio Rodrigues e o conceito português da Ilha-Brasil, ligado à designação da lagoa Eupana, assim como a identificação da região das amazonas com o Pará, afigurava-se-nos a marca dos informes de Antônio Rodrigues nesta parte do mapa de Bartolomeu Velho.

AS EXPEDIÇÕES DE BRUZZA DE ESPINOSA, DE BRAZ CUBAS E JERÔNIMO LEITÃO, NOS MAPAS DE BARTOLOMEU VELHO E LUÍS TEIXEIRA

Durante quase tôda a segunda metade do século de Quinhentos, S. Vicente e Santos são o grande foco donde partem as primeiras expedições, que penetram o interior do continente, à busca de escravos e metais preciosos. Já vimos como as primeiras entradas dos vicentistas até Assunção e através da região do atual Estado do Paraná, se refletem na carta de Bartolomeu Velho com o conhecimento do rio Pequiri, do Salto do Guairá sôbre o Paraná e dos afluentes que comunicavam êste rio com o Paraguai.

Mas não haveriam as expedições dos vicentistas buscado também os limites fluviais da Ilha-Brasil?

Quando D. João III instituiu o govêrno central do Brasil com sede na Bahia, no regimento do primeiro governador, Tomé de Sousa, datado dos fins de 1548, ordenava-se-lhe que mandasse descobrir pelo sertão adentro da terra da Bahia e pelos rios de Paraguaçu e S. Francisco "acima o mais que poderem à parte do loeste e para onde forem ponham padrões e marcas ...".(1)

Chegado o nôvo governador à Bahia, não tardou que alguns índios vindos do sertão levassem à capitania de Pôrto Seguro a notícia da existência duma serra de ouro nas regiões donde vinham. Êstes informes coincidiam, aliás, com muitos outros e em breve teriam a confirmação autorizada do Pe. Antônio Rodrigues.(2)

Tomé de Sousa mandou, pois, organizar uma expedição, sob o comando de Bruzza de Espinosa, castelhano egresso do Peru, a qual, tendo partido em março de 1554, dobrou a serra do Espinhaço e remontando provàvelmente o vale do Jequitinhonha, alcançou com certeza o S. Francisco, que navegou durante algumas léguas e de cuja região regressou pelo Rio Pardo. Não nos interessa aqui discutir o trajeto seguido pela expedição, e sôbre o qual há mais de que uma opinião. Basta-nos a certeza de que atingiu o S. Francisco, o que sabemos pelo relato do Pe. Aspilcueta Navarro, jesuíta que acompanhou a expedição. (3)

---

(1) O regimento de Tomé de Sousa pode ler-se em *Hist. da Colon. port. do Brasil*, t. III, e o trecho citado à pág. 349.

(2) Sôbre as notícias chegadas a Pôrto Seguro veja-se a carta de Filipe Guilhem, em Visconde de Pôrto Seguro, *Hist. Geral do Brasil*, t. I, pág. 337.

(3) V. «Cartas jesuiticas», 2.º tomo. — «Cartas Avulsas» (1550-1558), edição da Academia Brasileira, Rio de Janeiro, 1931, págs. 146 e seg.

Conforme os dizeres do Pe. Navarro, a expedição entrou pela terra dentro 350 léguas, ao fim das quais encontraram "um rio mui caudal, por nome Pará, que, segundo os índios nos informaram, é o rio S. Francisco e é mui largo". O cômputo das 350 léguas é muito exagerado, mas auxilia a compreender o traçado do S. Francisco, na carta de Bartolomeu Velho, onde o rio inflete desmesuradamente para sudoeste até às latitudes dentro de cujos limites se desenrolou a expedição. Excesso na longitude combinado com a posição dêsse trecho do rio entre 15 e 17° de latitude e o desvio convencional do curso até à sua parte superior, convencem-nos e, sem dúvida, de que êsse conhecimento geográfico, revelado pelo mapa, pertence àquela expedição.

Observando-se, não obstante, o traçado do rio na parte imediatamente seguinte à que foi alcançada por Bruzza de Espinosa, verifica-se que êle parece coincidir com o curso restante do São Francisco e do Rio das Velhas, descontado o grande afastamento para oeste do cálculo das 350 léguas, percorrido pela expedição de 1554.

Seria que entre êsse ano e a data do mapa de Bartolomeu Velho alguma nova expedição tivesse alcançado essas paragens? Assim o acreditam alguns historiadores e, mais e primeiro que todos, Francisco Lôbo Leite Pereira, o qual afirma que a expedição de Braz Cubas, em 1560, atingiu o S. Francisco que navegara até ao Paramirim. [1]

O que se conhece sôbre a expedição de Braz Cubas é pouco, mas de qualquer forma o bastante para inclinar a que o fundador de Santos tenha alcançado o Rio S. Francisco, sem que, não obstante, possamos ir além do âmbito prudente na hipótese provável para a sua incorporação definitiva à história. É certo que um historiador, tão consciencioso como Carvalho Franco, afirma que: "Senhor das terras de Mogi das Cruzes, onde em 1551 estabelecia uma fazenda, de documentos antigos se infere que a sua (de Braz Cubas) entrada, norteada pelos tupiniquins, deverá ter ganho o vale do Rio Paraíba, internando-se nas Minas Gerais". [2]

---

(1) V. «Revista do Arquivo Público Mineiro», vol. VII, págs. 570 e seg. Eis como o historiador mineiro descreve o trajeto seguido por Braz Cubas: «Partindo de Santos ou de S. Paulo e passando pelas terras de Braz Cubas (Mogi das Cruzes), desceram pelo Paraíba, guiados pelos índios, até à paragem da Cachoeira, onde encontraram o caminho que atravessava do litoral para serra acima e tomando por êste caminho subiram a serra (Mantiqueira), foram à barra do Rio das Velhas e correram a margem do S. Francisco até ao Paramirim, ou algum tanto adiante, donde voltaram pelo mesmo caminho».

(2) *Bandeiras e bandeirantes de S. Paulo*, pág. 36.

ORDEM DE ENTRADA DAS ILUSTRAÇÕES QUE ACOMPANHAM O 1º VOLUME DA OBRA «HISTÓRIA DO BRASIL NOS VELHOS MAPAS»

Fig. I-a — Ventos no Atlântico durante o mês de fevereiro.

Fig. I-b — Ventos no Atlântico durante o mês de agôsto.

Fig. II — Correntes maritimas do Atlântico.

Fig. III — Derrota dos navios à vela no Atlântico. (Segundo mapa editado em Portugal por ocasião dos festejos henriquinos).

Fig. IV — Mapa do Brasil — Relêvo e vegetação.

Fig. V — Faixas e centros formadores de fronteiras na América do Sul.

Fig. VI — Áreas Culturais da América Meridional (Segundo Wissler) — Zonas de Cultura Geográfica indigena. (Século XVI).

Fig. VII — Região das nascentes do rio Xingu, segundo esbôço feito por um indio. Reproduzido do livro de Karl von den Steinen, Durch Central-Brazilien, Leipzig, 1886, pág. 214.

Fig. VIII — Vias de difusão Cultural.

Fig. IX — Caravela — Sec. XV — Navio ligeiro de armação latina, concebido e aperfeiçoado pelos portuguêses para a navegação no Atlântico.

Fig. X — Caravelão — Barco ligeiro e ágil usado na pesca e na guerra. O seu principal papel era o de trazer noticias das armadas e dos seus sucessos, escapando, pela sua rapidez, aos assaltos e abordagens por parte de navios estrangeiros.

Fig. XI — As Antilhas, Sete Cidades e Ilha Brasil, no mapa de Graciosus Benincasa, 1482 (Original: Bib. da Univ. de Bolonha, Itália).

Fig. XII — Astrolábio maritimo segundo uma representação na Carta Universal de Diogo Ribeiro, de 1529, com a indicação do seu uso na medição da altura do sul.

Fig. XIII — Planisfério anônimo, de c. 1519, conhecido também como «Kunstmann IV», por ter sido reproduzido por Friedrich Kunstmann, no seu célebre *Atlas*, 1859. Sua autoria é hoje atribuida a Jorge Reinel.

Fig. XIV — Esquema que mostra o traçado das loxodrómias numa carta plana quadrada (linhas pontuadas) e numa carta de latitutes crescidas (linhas cheias), segundo reprodução de Luciano Pereira da Silva, em um dos seus trabalhos.

Fig. XV — Uma das muitas cartas de autoria de Jean Baptiste Bourguignon D'Anville (1697-1782).

Fig. XVI — Traçado do meridiano divisório entre as possessões de Portugal e Espanha a oeste, segundo várias concepções, uma das quais o fixava a 100 léguas de qualquer das ilhas dos Açôres ou Cabo Verde.

Fig. XVII — Representação esquemática da Carta de Vaz Dourado (1568) e da linha de contôrno do Brasil em relação ao meridiano de Tordesilhas. O desvio para leste, representado na citada carta, revela o propósito dos Portuguêses de incluirem, na sua esfera de soberania, área mais vasta do que permetia a posição aproximada daquele célebre meridiano.

Fig. XVIII — Representação esquemática do litoral brasileiro e do traçado do meridiano de Tordesilhas nas Cartas de Luis Teixeira (português) e de Juan Lopez de Velasco (espanhol) em comparação com o contôrno de um mapa atual do Brasil e a verdadeira posição daquela tão discutida linha.

Fig. XIX — Desenho concebido em substituição ao que está reproduzido na obra de Jaime Ferrer (não localizada). Interpreta a concepção do célebre cosmógrafo catalão, manifestada em 1495 aos Reis Católicos, com relação às pretensões portuguêsas de posse de terras austrais a 370 léguas a oeste do meridiano das ilhas de Cabo Verde. Para efeito de comparação, está reproduzido, em detalhe, o pequeno desenho que figura na obra de Navarrete.

Fig. XX — Rota provável de Pedro Álvares Cabral (1500) e outras rotas Atlânticas (projeção Mercator). Reprodução do livro «Descobrimento do Brasil» conferências de Gago Coutinho pronunciadas no Liceu Literário Português — Rio de Janeiro.

Fig. XXI — Uma das cartas parciais da costa do Brasil, do *Roteiro Atlas* de Luis Teixeira (c. 1586, segundo estudos mais recentes) e que mostra a região onde ocorreram os fatos narrados na *Carta* de Caminha, relacionados com a abordagem e permanência da armada de Cabral nas terras do Nôvo Mundo.

Fig. XXII — Carta que ilustra a 1ª edição, de 1511, das Décadas de Pedro Martir d'Anguiera.

Fig. XXIII — Uma das cartas do chamado atlas de Egerton, nº 2.803, cuja fatura remonta a 1509, na qual se vê assinalada, no canto inferior direito, *a insula de s. ioanne baptista,* hoje, Fernando de Noronha.

Fig. XXIV — Representação esquemática do contôrno do litoral brasileiro nas cartas de Diogo Ribeiro (1525 e 1529), cujo traçado já se mostra mais próximo da realidade em comparação com o de uma carta moderna do Brasil. O mesmo se pode dizer da posição do meridiano de Tordesilhas, cujo desvio para oeste revela um êrro muito menor em confronto com o de outras cartas da época.

Fig. XXV — Uma das cartas do códice intitulado *Descripcion Sumaria de las Indias,* atribuido a Juan Lopez de Velasco, de c. 1574, na qual o merididiano de Tordesilhas está traçado segundo a concepção espanhola. (Original: Mapoteca do Itamaraty).

Nota — Será publicado com o 2º Volume o Atlas correspondente à obra.

Infelizmente, Carvalho Franco menciona apenas naqueles têrmos genéricos os "documentos antigos", sem lhes citar a origem.

Por nossa parte o único documento contemporâneo de Braz Cubas que nos foi dado estudar, é a carta, dirigida ao Rei, a 25 de abril de 1562, em que o sertanista, reportando-se a uma anterior, repete em substância o seguinte:

a) que a sua entrada se fizera por incumbência do governador Mem de Sá;

b) que levara consigo para o sertão o mineiro Luís Martins, que o Rei "lá mandou a buscar minas de ouro e prata";

c) que andara de jornada 300 léguas, antes de regressar;

d) o que fizera "por respeito das águas que se vinham";

e) que, não obstante, trouxera "amostras" (de metais preciosos).(1)

Volvido mais de um século, o coronel Barbosa Leal, grande e infatigável explorador dos sertões da Bahia, durante o último quartel do século XVII, em carta ao Vice-Rei, Conde de Sabugosa, escrita em 1725, dava, entre muitos outros que agora não importam, os seguintes informes:

a) que êle e outro sertanista tinham encontrado ao sul e ao norte do Paramirim, (afluente da margem direita do S. Francisco) três marcos, não para divisa de propriedade, mas de soberania;

b) que havia "tradição de que um paulista Fulano de Cubas chegara ao Paramirim...";

c) que também Gabriel Soares de Sousa, de cuja expedição traça um minucioso roteiro, "fêz entrada no sertão em demanda do Paramirim...". (2)

Esta última circunstância, que nos parece dum grande interêsse, não fôra até hoje notada pelos historiadores que se têm ocupado da expedição de Braz Cubas.

Finalmente, o próprio Gabriel Soares de Sousa, ao falar do Rio de S. Francisco, afirmou: "Depois que êste Estado se descobriu por ordem dos reis passados, se trabalhou muito por se acabar de descobrir êste rio, por todo o gentio que nêle viveu e e por êle andou afirmar que pelo seu sertão havia serras de ouro e

---

(1) Êsse documento foi publicado por Leite Pereira no estudo citado.

(2) A notabilissima carta de Barbosa Leal pode ler-se em Visconde de Pôrto Seguro, *Hist. Geral do Brasil*, t. II, págs. 79 a 97.

prata; à conta da qual informação se fizeram muitas entradas de tôdas as capitanias, sem poder ninguém chegar ao cabo ...".[1]

O leitor atento haverá notado que nestas fontes, apesar de escassas, há uma certa ligação íntima e encadeamento lógico. E, na falta lastimável da primeira carta de Braz Cubas, há que analisar exaustivamente os informes da segunda e compará-los com as referências posteriores.

Os primeiros informes, em importância, da sua carta caracterizam a expedição, como sendo de ordem oficial e dão-lhe um objetivo: "buscar minas de ouro e prata" com o auxílio dum mineiro que do reino viera expressamente para ir a determinado sertão. Ora, a essa data tôdas as observações coincidiam em localizar a existência de ouro e prata nas margens do S. Francisco. Em 1564, pouco tempo volvido sôbre a expedição de Braz Cubas, o governador Mem de Sá, que a ordenara, escrevia que Francisco Bruzza de Espinosa entrara pela terra dentro e, "achara muitas informações, boas, de haver entre o gentio ouro e prata ...".[2]

Êste deve ser o nexo mais direto entre a expedição de Braz Cubas e os informes que a inspiraram, tanto mais que provêm da pena de quem a organizou. Convém agora lembrar que as muitas notícias, anteriormente citadas sôbre o conceito da Ilha-Brasil, também localizavam a existência de riquezas em ouro e prata junto do Rio S. Francisco; e na informação anônima sôbre o rio da Prata dos começos da segunda metade do século de Quinhentos, anteriormente citada, se dizia que os portuguêses tentavam descobrir o Dourado, ao que Lopez de Velasco acrescentava, em 1574, que o rio de S. Francisco nascia dessa Laguna e que os portuguêses falavam de ir povoá-la.

Êstes informes condizentes, sob o ponto de vista geográfico, com os mapas portuguêses, completam as fontes anteriores. No Brasil não se pensava apenas em descobrir ouro e prata, mas também as regiões relacionadas com essas riquezas, isto é, o S. Francisco e a lagoa de Eupana que os portuguêses, acrescentava Velasco, situavam nos mapas dentro da sua demarcação.

Um documento da mesma época vem confirmar por forma concludente os dizeres de Lopez de Velasco e as nossas inferências. A 20 de março de 1574, D. Sebastião, atendendo às in-

(1) V. *Tratado Descritivo do Brasil*, I parte, cap. XX.

(2) Consta duma provisão daquele governador, publicada na «Revista do Arquivo Público Mineiro», t. VI, pág. 1163.

formações que tinha "da experiência que Domingos Garrucho, cavaleiro fidalgo da minha casa, tem das cousas do Brasil, especialmente das partes em que se diz que ha ouro (. . .) ei por bem e me praz que êle seja mestre de campo geral da jornada do descobrimento da alagoa que se chama do Ouro, que tenho assentado de mandar fazer pelo governador das ditas partes(...)".[1]

Ora, Domingos Garrucho era morador na capitania de São Vicente e provàvelmente em Santos, como Braz Cubas. Em 1564 era-lhe concedida uma sesmaria para os lados da Bertioga pelo locotenente de Martin Afonso. [2] Não resta, pois, a menor dúvida de que houve um plano oficial, embora quimérico, de descobrimento da Lagoa do Ouro, ou Dourada de Lopez de Velasco, ou Eupana de Bartolomeu Velho.

Temos, pois, boas razões para acreditar que a expedição de Braz Cubas se ligava também ao problema dos limites fluviais do Brasil, conforme o conceito mítico, tão difundido na época.

Considere-se também que por êsses anos pouco soavam notícias sôbre a existência de metais preciosos na capitania de São Vicente; e que o rei não enviaria um mineiro desde Portugal para auxiliar explorações, nem o governador Mem de Sá se abalançaria a promovê-las, se não a lugar onde houvesse fortes presunções da existência de metais preciosos, e essas apontavam unânimemente para o S. Francisco, a lagoa Eupana e a região das amazonas. Esta localização conjunta era, aliás, confirmada com grandes visos de veracidade, pelo Pe. Antônio Rodrigues, ou melhor, pelos expedicionários da entrada comandada por Fernando de Ribera, os quais, como Ulrich Schmidl, se referiam deslumbrados, aos objetos de oiro e prata oferecidos por um chefe indígena àquele capitão.

Estas razões tornam perfeitamente inverossímil que Braz Cubas, explorador de incumbência oficial e servido por um mineiro pago pelo erário real, tomasse outra direção que não fôsse a do S. Francisco. Êle aceitava apenas o rumo já apontado pelo rei, que "lá mandara a buscar minas de ouro e prata". Acrescenta Braz Cubas que havia penetrado 300 léguas no sertão e regressara "por respeito das águas que se vinham". O cômputo do percurso em 300 léguas (antigas), ou seja cêrca de 1.800 quilômetros, pode sobradamente levar até ao curso do S. Francisco.

(1) Publicamos êste documento em *Paulíceae Lusitana Monumenta Historica*, t. I, pág. 406.

(2) V. «Revista do Instituto Hist. e Geog. Brasileiro», t. IX, pág. 161, e «Paulíceae Lusitana Monumenta Historica», t. I, pág. 357.

Mas a segunda expressão refere-se a águas em movimento, quer dizer, de inundação fluvial; e como êsse fenômeno nas próximas regiões do Trópico começa em novembro, se atendermos a Braz Cubas deve ter largado em julho de 1560, (Mem de Sá chegou à Bahia, de regresso de S. Vicente, em agôsto dêsse ano) os quatro ou cinco meses de intervalo só podem explicar-se por um trajeto a favor da corrente, — o que tudo acerta com a viagem ao S. Francisco e a exploração do rio, numa boa parte do seu percurso.

Em apoio destas conclusões, afirma Gabriel Soares de Sousa, como vimos, houvera até à data em que escrevera a sua obra, c. de 1584, muitas entradas, de tôdas as capitanias, para acabar de descobrir o S. Francisco e as riquezas metálicas do seu sertão, o que não se alcançara. E como da capitania de S. Vicente, uma das mais importantes à data, nenhuma outra expedição se conhece de tão profunda penetração e que possa identificar-se com aquêle objetivo, por exclusão de partes, somos levados também a concluir que a entrada de Braz Cubas visava à exploração do S. Francisco.

Finalmente, o traçado no mapa de Bartolomeu Velho, do rio S. Francisco, com desvio para sueste desde 17° até 21° de latitude, trajeto êsse em que toma o nome de Pataná, leva-nos a crer que se trata do rio das Velhas, o rio que mais tarde veio a ser a grande porta de entrada do comércio entre a Bahia e as Minas e teria sido também a de Braz Cubas no S. Francisco. Mais que tudo — e êste se nos afigura um argumento capital — a singularidade, que só neste mapa deparamos, da ligação do São Francisco com a região de S. Paulo por um trajeto fluvial, ainda que fantasiosamente ligado ao Paraná, nos convence de que o cartógrafo utilizou, nessa parte, informes ou traçado de Braz Cubas sôbre o rio das Velhas nas suas conexões de afluente entre o rio-madre e aquêle braço do Prata.

Eis os motivos que nos convencem de que o explorador alcançou de fato o rio S. Francisco. E até onde? Até ao Paramirim, como supôs Leite Pereira?

Neste particular parece-nos temerária a conclusão. Que Braz Cubas tivesse prolongado até 12°,30' de latitude S. a exploração na época das chuvas e, por conseqüência, das inundações do S. Francisco, pondo em risco as possibilidades de regresso ao ponto de partida, não se nos afigura admissível, até prova terminante em contrário.

Acreditamos, sim, que o Paramirim fôsse um dos objetivos da viagem, como foi mais tarde de Gabriel Soares de Sousa e das expedições não identificadas que ali plantaram marcos. Objetivo malogrado, serviria no entanto de base à tradição recolhida por Barbosa Leal. Também neste particular supomos que o mapa de Bartolomeu Velho contém solução ao problema. Ali, e cêrca das latitudes da foz do Paramirim, vê-se um pequeno lago do qual defluem um breve afluente do S. Francisco, o Parnaíba e um afluente do Pará ou Tocantins. A difusão das palavras para designar galináceos, segundo os mapas de Nordenskjöld, a que aludimos, patenteia que os índios utilizavam as comunicações daquela encruzilhada fluvial, centrada por uma pequena formação lacustre, a Lagoa do Veredão.

Nêsse ponto o mapa coincide com a realidade geográfica, ainda que nêle essa pequena lagoa seja apenas uma espécie de átrio da grande Eupana. E como só informações indígenas podem justificar êsse traçado, é de crer que as expedições apontadas ao Paramirim, buscassem, na verdade, aquela comunicação tão próxima. Essa a tradição.

Ao invés, admitimos que Braz Cubas tivesse atingido o Paracatu e conhecido as suas ligações com o Tocantins, o que explicaria o traçado do mapa de Bartolomeu Velho onde um braço do S. Francisco se liga em latitudes próximas daquelas, à Lagoa Eupana.

Quando mais tarde, já adiantado o último quartel do século, se conheceu nas suas linhas gerais o curso do Paraná e se advertiu que êle não tinha ligação direta com o S. Francisco, a parte do traçado dêste rio, desenvolvido em latitude, foi temporàriamente relegada das cartas, abalo de que sofreu o próprio traçado da Ilha-Brasil. É o que vamos ver com a carta seguinte.

O PRIMEIRO ATLAS DO BRASIL
ATLAS-ROTEIRO DE LUÍS TEIXEIRA
(c. 1574)

Na Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, existe um códice, sem dúvida do último quartel do século XVI, que abre com o título seguinte: *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil, desde o Cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães.* A obra, como o título está dizendo, consta dum roteiro parcial da América do Sul, acompanhado de 13 cartas e plantas de cidades, vistosa-

mente coloridas e iluminadas. Roteiro e atlas terminam com uma grande carta desdobrável, que abrange tôda a costa da América do Sul, desde 3° de latitude Norte até 35° de latitude Sul, conforme a escala própria de latitudes, ou seja, desde a região do delta do Amazonas até à do estreito de Magalhães. Esta carta, já ligeiramente deteriorada pelo tempo, ostenta no canto superior esquerdo uma cartela com extensa legenda e é cortada pela linha de demarcação de Tordesilhas em duas partes, das quais a que corresponde ao Brasil se apresenta dividida por linhas paralelas, em capitanias.

Diz a legenda: "A terra do Brasil he a que parte a linha vermelha desta do peru a qual linha he a demarcaçam que os Reys de Castella os Catholicos dom Fernando e dona Izabel e El-Rey dom João o 2° de Portugal fizeram no descobrimento geral. As capitanias que vão repartidas por linhas vermelhas São Merces que os Rey de Portugal dom Manoel e dom Joam seu filho o terceiro deste nome fizerão a homês que muy bem os Serviram no descobrimento e conquista das Indias Orientais: A que diz de Sua Magestade foy de Fr.° Pereira Reymão q̃ morrendo e ficando sem erdr°. ficou à Coroa, nesta está a bahia de todolos santos e Cidade do Salvador, onde assiste o Governador e o Bispo. todas as mais sam vilas excepto a cidade de São Sebastião no Rio de Janeiro capitania de Pero de Gois a qual cidade foy tomada aos franceses pelo Governador Mê de Saa. as melhores e mais ricas destas Capitanias são a de Sua Magestade e a de Jorge dalbuquerque. estas são as que mais yngenhos tem de assucar; e assi tem mais trato de mercadores. tem cada hua destas capitanias pella costa do mar 50 legoas e pera o Sertão tanto até chegar a linha de demarcaçam como na repartição dellas se ve he povoada de gentio da terra do Brasil toda de portugueses quãto dizem as Capitanias e somente ha costa do mar. e quãdo muito 15,20 legoas pello Sertão, he muy povoada de gentio da terra. tem muytos mãtimentos. em partes della ha Ouro, assi de Minas como de lavagês."

A linha de demarcação passa, ao Norte, cêrca e a oeste do cabo Branco cortando a foz do Amazonas, na sua parte oriental e, ao Sul, pelo baixo Paraná, abrangendo não só o estuário do Prata, mas todo o curso daquele rio.

As capitanias sucedem-se, desde a de João de Barros, entestando ao Norte com a foz do Amazonas, e sucessivamente com a de Francisco Barreto, Jorge de Albuquerque, de Sua Majestade,

de Francisco Geraldes, do Duque de Aveiro, de Vasco Fernandes Coutinho e de Pero de Góis, ate à de Lopo de Sousa.

Mas a carta geral, de que nos estamos ocupando, apresenta ainda duas notáveis novidades: uma toponímia muito numerosa, acompanhada de algumas frases de roteiro, entre a foz do Prata e o estreito de Magalhães, ora em castelhano, ora em português; e um singular avanço no conhecimento geográfico na bacia do Paraná. A primeira destas novidades denuncia a estreita colaboração dos portuguêses na pilotagem do Prata e na exploração das costas que medeiam entre o estuário platino e o estreito de Magalhães; e a segunda, a importância crescente dos núcleos de S. Vicente, Santos e S. Paulo, na exploração e conhecimento do vale do Paraná.

Paraguai, S. Francisco e Rio de S. João (na situação do Tocantins) dirigem-se, é certo, uns ao encontro dos outros, como se nascessem conjuntamente da Lagoa Eupana. Mas esta parte final do traçado é interrompida no mapa pela grande cartela descritiva. Aqui, Luís Teixeira repete apenas, e com hesitações, traçados anteriores.

Inovações, essas vamos encontrá-las principalmente no traçado do Paraná, cujo curso e rumo geral até às alturas do Rio Grande (Minas Gerais) são dados com relativa correção. Além disso, na sua margem esquerda, vêem-se o R. "Imbi" (Anhembi), o "Paranapanen", o "Ubiy" (Ivai) e o "Pequeri", todos em latitudes muito aproximadas das verdadeiras. Mais ao sul, sob um rio inominado, mas cuja situação coincide com a do Iguaçu, lê-se: "Salto de Gaiçu", que pela posição só pode identificar-se com o salto de Santa Maria do Iguaçu.

Revelação mais extraordinária: no mapa de Luís Teixeira o rio "Urubay" (Uruguai), corretamente situado e já com o afluente denominado "Rio Negro", estende-se desde o estuário do Prata até 27° de latitude, ou seja, como na realidade sucede, até aos limites atuais entre o Estado de Sta. Catarina e o Rio Grande do Sul.

Todos êstes conhecimentos, embora, em sua maioria, estejam na lógica da história constituem importante novidade; e mais uma vez esclarecem ou excedem a documentação conhecida sôbre a penetração dos vicentistas e paulistas nos sertões marginais do Paraná.

O que até hoje sabíamos dessas investidas contra a selva era muito vago, ainda que atribuído sem partilha à iniciativa de

Jerônimo Leitão, capitão-mor de S. Vicente nos vinte anos que vão de 1562 a 1592. Eis o que diz Carvalho Franco, o historiador que até hoje mais estudou a vida e feitos dêsse capitão-mor: "Exterminados os tamoios, a atenção de Jerônimo Leitão se voltou para o vale do Tietê, onde se localizavam os tupiniquins e carijós inimigos. Daí estendeu suas jornadas rumo sudoeste, transpondo o rio Paranapanema e indo até à antiga região do Guairá, donde desceram as primeiras levas de nativos, em 1581". [1]

Em mais adiante, referindo-se à nova expedição contra os carijós, comandada pelo mesmo capitão-mor, e em que tomaram parte vicentistas, santistas e paulistas, acrescenta: "Partindo de Santos em meados de novembro de 1585, a expedição velejou para Paranaguá, onde aportou. Nesse ponto do litoral, escreve Benedito Calixto, havia os apés (caminhos indígenas) para as terras dos carijós, passando por Curitiba, Umbotuva, em direção aos cursos do Tibagi, Cinzas e Paranapanema ou inda, do lado oposto, do Iguaçu e seus tributários. Assim a bandeira ali andou cêrca de oito meses, volvendo à capitania em julho do ano seguinte, com numerosa prêsa". [2]

O mapa de Luís Teixeira não só confirma êstes fatos, mas dá-lhes uma amplitude e precisão muito maior. Dêle parece até depreender-se que Jerônimo Leitão com a sua bandeira penetrou profundamente para lá do Iguaçu, cujo salto viu, em terras de Santa Catarina e até ao Rio Grande do Sul, sendo certo que o traçado do Uruguai entre os limites das suas latitudes extremas permanece um mistério da história da geografia.

Outra conclusão nos parece lícito tirar, dada a posição quase exata dos cinco rios, Anhembi, Paranapanema, Ivaí, Pequeri e Iguaçu: Jerônimo Leitão que, aliás, na última expedição foi por mar até Paranaguá, observou ou fêz observar durante as suas bandeiras as latitudes de alguns lugares, por meio do astrolábio ou da balestilha.

Assim, a carta geral de Luís Teixeira, que devemos datar de c. de 1586, representa não só um grande avanço sôbre a carta de Bartolomeu Velho, mas ficou pertencendo ao número dos mais notáveis monumentos da cartografia portuguêsa de Quinhentos.

Contam-se ainda neste roteiro quatro plantas de cidades: a primeira a da "Vila de Olinda", a segunda da "Baía de todolos

---

(1) Carvalho Franco, *Bandeiras e bandeirantes de S. Paulo*, S. Paulo, 1940, pág. 29.

(2) *Ibidem*, pág. 30. A obra de Benedito Calixto a que o autor se reporta é «Capitanias paulistas», S. Paulo, 1924.

santos e da cidade do Salvador", a terceira do "Rio de Janeiro" e a quarta de "San Vicente", além de oito cartas e plantas representando o "Cabo de Santo Agostinho", os "Ilheos" e a da "Villa de S. Jorge", a capitania de Pôrto Seguro, a região da "Villa do Sprito Santo", o "C. Frio", a "Angra dos Reys", o estuário do "Rio da Prata" e, finalmente, o estreito de Magalhães.

A letra do roteiro e a das legendas das cartas e plantas são idênticas. A mão, que escreveu o primeiro, traçou igualmente as segundas. Mas no códice não figura nome do autor, nem data.

Quanto a esta, do pouco que dissemos se conclui que o todo deve ter sido escrito no comêço da era filipina, isto é, penúltima década do século XVI. A inclusão, inusitada em roteiro português, de regiões da Coroa espanhola, ao mesmo tempo que no mapa geral se acrescenta:" he povoada esta terra do Brasil toda de portugueses" sugere, por um lado, a reunião das duas coroas peninsulares no mesmo soberano; por outro, o propósito patriótico e ingênuo de acentuar a distinção de soberanias. Acrescente-se que o descaso e silêncio a que a costa leste-oeste foi votada em atlas e roteiro patenteia, a nosso ver, que um e outro não são anteriores a 1586, em que as regiões desde o cabo de Santo Agostinho ao Amazonas começaram a entrar na história do Brasil.

Quanto à autoria do Atlas, Armando Cortesão, que o estudou, inclina-se para a autoria de Luís Teixeira. Depois de enumerar as cartas até hoje conhecidas dêste cartógrafo, faz o seguinte juízo sôbre o Atlas: "Que as cartas nêle contidas não foram desenhadas e iluminadas por um curioso, é evidente; pode mesmo dizer-se que o seu autor era cartógrafo de merecimento". E continua: "Por outro lado, comparando essas cartas com as duas de Luís Teixeira do Atlas de Ortélio — não perdendo de vista serem estas de desenho e letra especialmente cuidadosa, em virtude da obra a que se destinavam, e já através do gravador — nota-se uma certa semelhança na sua execução e até na maneira como estão representados alguns dos navios das duas cartas do Atlas, como o que se vê na carta da "Villa Dollinda" do códice da Biblioteca da Ajuda.

"Embora o não possamos afirmar, êste conjunto de circunstâncias dá-nos a impressão de que . . . as cartas da Biblioteca da Ajuda foram executadas por Luís Teixeira".(1) Com êstes elementos não era possível ir mais longe. Ora, tendo obtido cópia fotográfica de todo o Roteiro-Atlas que, por sua vez, compa-

(1) *Obra cit.*, t. II, pág. 275.

ramos com as demais cartas do Brasil da mesma época, quer da autoria de Luís Teixeira, quer de outros cartógrafos, chegamos à conclusão que o Atlas é de Luís Teixeira e obedece a um protótipo que êle executou, cêrca de 1574, por mandado do governador Luís de Brito de Almeida. (1)

Sabemos, com efeito, por Gaspar Ferreira Reimão (1612), que: "Luís Teixeira, Cosmógrafo de S. Majestade, achando-se naquelas partes (do Brasil), em tempo do Governador Luís de Brito de Almeida, o mandou ver, e emendar a costa (2) do Brasil; e, indo no descobrimento, sondou, e viu os ditos baixos e depois que os sondou e descobriu, perdeu o fundo, e foi na volta do sueste, seriam bem vinte, vinte e cinco léguas; houve vista da ilha de Ascensão, na qual surgiu da banda do sueste em uma calheta, da qual, distancia de uma légua e meia, achou três ilhéus, um maior que outro; tem esta ilha uma ribeira de água muito boa, e tem fruta de espinho". (3)

Embora único, êste depoimento merece todo o crédito, pois Ferreira Reimão foi contemporâneo de Luís Teixeira, escrevia para contemporâneos do fato, e era então Pilôto-mor do Reino, isto é, a pessoa mais conhecedora sôbre as origens, procedência e autoridade das cartas geográficas.

Que as cartas do Atlas-roteiro da Biblioteca da Ajuda sejam as que resultaram da exploração cartográfica de Luís Teixeira, não temos dúvida, e por duas razões.

Semelhantes no estilo cartográfico, na caligrafia, nas peculiaridades iconográficas e até, pelo que respeita às cartas do Brasil, no contôrno geral, arrumação e particularidades da linha costeira e divergindo nesses caracteres dos mapas portuguêses contemporâneos, o Atlas da Ajuda e as cartas assinadas de Luís Teixeira pertencem a um mesmo tipo cartográfico, perfeitamente individuado e, por conseqüência, sem sombra de dúvida, ao mesmo cartógrafo. Em segundo lugar, da mesma análise do Roteiro, pròpriamente dito, se conclui que as instruções náuticas referentes aos baixos dos Abrolhos são fruto direto da expedição investigadora de Luís Teixeira.

---

(1) Para um estudo mais minucioso dêste problema, v. Jaime Cortesão, *Cabral e as origens do Brasil*, Rio de Janeiro, 1944, págs. 46 e seg. e 53 e seg.

(2) Deve-se ler *carta* e não *costa* o que é claramente êrro tipográfico.

(3) GASPAR FERREIRA REIMÃO, *Roteiro da navegação e carreira da India*, col. da Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1940, pág. 12.

Eis o que ali se diz, ressalvando apenas a ortografia: "Partindo desta baía de todolos Santos para baixo se corre a costa norte-sul até os baixos de Abrolhos, que ao mar e em fim dêles está a ilha de Santa Bárbara. Êstes baixos estão em 18° largos ao sul de Pôrto Seguro e lançam ao mar 15, 16 léguas e correm noroeste-sueste quarta de leste-oeste. E passando a ilha de Santa Bárbara, pelo mesmo rumo, estando 7 ou 8 léguas dela acharei fundo de 40 braças. E caminhando sempre pelo mesmo caminho acharei 50 braças e depois acharei 60 braças. E pelo mesmo caminho onde achar 60 braças, andando 20 léguas acharei a ilha da Ascenção. É uma de 4 léguas; tem o pôrto ao sueste. Tem duas léguas ao mar três ilhéus. A terra dêles podem surgir. Tem uma ribeira grande, afora outras mais pequenas; é muito verde, fresca e com terras muito boas para açúcar e mantimentos. Está esta ilha em 20° quase 100 léguas da costa".

Comparando êste texto com o de Gaspar Reimão e principalmente com a carta dos Abrolhos que acompanha o seu *Roteiro da Navegação*, vê-se que a identidade geográfica entre as três peças é completa. Temos até razões para crer que essa carta dos Abrolhos que acompanha o *Roteiro da Navegação* de Ferreira Reimão pertenceu igualmente a um Atlas de Luís Teixeira, pois é idêntica no estilo às demais cartas parciais dêste cartógrafo e corresponde exatíssimamente ao desenho dessa região no seu mapa geral do Brasil.

Que êle seja de Luís Teixeira e fruto duma investigação pessoal, não temos dúvida. A numeração das ilhas do pequeno arquipélago de Santa Bárbara, a individuação dos baixios e a figuração do parcel a leste do arquipélago, quando comparadas com uma carta contemporânea dos Abrolhos, representam um notável avanço em relação à figuração anterior, em forma de triângulo, de base apoiada ao litoral e com uma só ilha (veja-se, por exemplo, a carta de Gaspar Viegas de 1534).

É certo que a forma retangular, em fita, do baixio a leste do pequeno arquipélago, com a numeração das braças de 20 a 60, é mais ou menos fantástica, mas, por isso mesmo, característica. Aqui a fantasia vale por uma assinatura.

Essa figuração dos Abrolhos, tão original, aparece na carta do Brasil do Atlas-roteiro, na carta do Brasil, de Florença, do mesmo autor, na de Pero de Lemos, sobrinho e discípulo de Luís Teixeira, e na carta do Atlas da Duquesa du Berry (c. 1620), de João Teixeira, seu filho. Desconhecem-na Vaz Dourado e os

demais contemporâneos. Coincidindo perfeitamente com a descrição do Atlas-roteiro, fornece mais uma prova da sua autoria e estabelece a mesma fonte para tôdas aquelas cartas.

Tampouco seria natural que no Atlas primitivo deixasse de figurar a carta duma região, tão minuciosamente descrita no Roteiro e cujo conhecimento era tão importante para a navegação ao longo da costa do Brasil. Foi por qualquer motivo, que nos é desconhecido, suprimida do único exemplar, que hoje temos, mas que, no original, deveria contar, pelo menos, 14 cartas parciais e uma geral.

Luís Teixeira deve ser o último dos grandes cartógrafos, cuja atividade, iniciada em meados do século XVI, se prolonga ainda pelas duas primeiras décadas do seguinte. Herdeiro da melhor tradição cartográfica do seu tempo, êle alcança a época, em que uma nova escola cartográfica, a flamenga, substitui a portuguêsa no brilho e com esplendor, cujos reflexos supomos distinguir, quer na sua arte caligráfica, quer na maneira convencional de representar certos povoados.

Filho de cartógrafo, pai e avô de cartógrafos, êle ocupa o lugar mais importante na mais dilatada dinastia de cartógrafos portuguêses. De seu pai, Pero Fernandes, de quem se conhece uma carta, datada de 1528, sabe-se que foi nomeado, em 1558, "mestre de fazer cartas de navegar"; e que, ainda em 1565, exercia a arte.

Dois filhos perpetuaram a sua tradição profissional, Luís Teixeira, que recebeu carta de ofício, em 1564, isto é, ainda em vida de seu pai, e Marcos Fernandes, que deveria ser muito mais nôvo, pois, só em 1592, mereceu igual título, mas do qual se não conhece qualquer trabalho identificado. Neto de Pero Fernandes, sobrinho de Luís Teixeira, e discípulo confessado dos dois, foi Pero de Lemos que recebeu carta de ofício, em 1582, e do qual se conhecem alguns trabalhos. Na escola de Luís Teixeira se formou ainda seu filho João Teixeira que, em 1602, recebia carta de ofício, pela qual sabemos que aprendera com o pai. Da mesma família deve ser Pedro Teixeira Albernaz, do qual se conhece importante obra geográfica sôbre os portos da Península hispanica, e que exerceu sua atividade na primeira metade do século XVII. Neto de João Teixeira e último representante da vasta dinastia foi João Teixeira Albernaz, cujas obras vão pelo menos até 1681, embora seja, por vêzes, difícil distinguir entre a obra dos dois, do avô e do neto.

O Roteiro-Atlas de Luís Teixeira assume uma grande importância na história da cartografia, pois é o primeiro espécime

em que aparecem reunidos e ilustrando-se mùtuamente as instruções náuticas e o traçado cartográfico dum país, trecho a trecho e carta a carta. Do atlas embrionário de Luís Teixeira vai sair uma série de atlas, com que os seus descendentes enriqueceram a cartografia do mundo e, em especial, a do Brasil.

Não há comparação entre êsse e o Atlas de Lopez de Velasco, aproximadamente da mesma data. O Atlas de Luís Teixeira é já um Atlas hidrográfico, em que se conjugam as vistas das costas, pelo velho modêlo português, e o desenho dos portos e baías com indicação dos baixios e as instruções náuticas respectivas.

É, além disso, — fato da maior importância na história da geografia dos países americanos — *o primeiro Atlas hidrográfico de tôda uma vasta região da América e o primeiro que representa o fruto de uma expedição, ordenada oficialmente com fins científicos.*

A aumentar-lhe o interêsse acrescentemos que êle reune, também pela primeira vez, segundo cremos, um conjunto de figurações de cidades americanas, cinco ao todo — Olinda, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e S. Vicente, não falando de um grande número de pequenos povoados.

Temos, não obstante, razões para crer que o Atlas, conjunto ao roteiro da Biblioteca da Ajuda, não representa mais de que uma seleção das cartas de maior interêsse náutico, dentre as que compunham o atlas primitivo.

Conhecem-se de Luís Teixeira três obras cartográficas respeitantes ao Brasil: o Atlas-roteiro, traçado c. de 1574; uma excelente carta do Atlântico, dos fins do século XVI, em que a América do Sul ocupa o primeiro lugar; e a carta dos Abrolhos e da costa compreendida entre o Monte Pascoal e a vila do Espírito Santo, publicada esta em 1612 com o *Roteiro da navegação e carreira da Índia,* de Gaspar Ferreira Reimão. Além disso, numa epístola dirigida a Abraão Ortélio, em 20 de fevereiro de 1592, notificava-lhe Luís Teixeira que tinha pronta *uma grande carta do Brasil em nove ou dez fôlhas,* da qual lhe enviaria cópia.

Desta grande carta, ou melhor Atlas, em nove ou dez cartas, não há outra notícia. Ora, o Atlas-roteiro de c. de 1574 não podia, de forma alguma, servir de modêlo ou base para aquêle Atlas. Excetuando as cartas da região de Pôrto Seguro e a que vai do Pão de Açúcar ao Monte do Trigo, as quais abrangem trechos da costa que não medem mais que 1° de lat., tôdas as mais figuram

cidades, vilas, ou pequenos acidentes litorâneos. Ao contrário, a carta dos Abrolhos abrange um trecho da costa, muito mais amplo, pois se estende por quatro graus de lat., aproximadamente.

Por conseqüência, se alguma das cartas parciais de Luís Teixeira, que nos são conhecidas, podia servir de padrão para avaliarmos das que faziam parte do atlas de 1592, seria esta. Com efeito, distribuindo a costa do Brasil em cartas semelhantes, isto é, abrangendo cada uma cêrca de 4° de lat., chegaríamos às nove ou dez daquele atlas, conforme a colocação da linha de Tordesilhas. Temos, pois, por muito provável que a carta dos Abrolhos seja o protótipo das cartas do atlas desconhecido de 1592; e as cartas do Atlas-roteiro que não incluem aquela, apenas um epítome dos trabalhos hidrográficos de Luís Teixeira, realizados cêrca de 1574, nas costas do Brasil. Por sua vez, a carta de Florença, dos fins do século XVI, assume grande importância na história da cartografia portuguêsa ou, mais amplamente, na história de Portugal. Carta atlântica, em que o Brasil ocupa o lugar central, tendo em frente Angola e Loanda, já inscrita, é o primeiro indício cartográfico da evolução do mundo português de Oriental e Índico para Ocidental e Atlântico. Corresponde na história à época dum grande governador, D. Francisco de Sousa, grande amigo da Companhia de Jesus, cujo monograma figura na carta.

AS EXPEDIÇÕES DE GABRIEL SOARES DE SOUSA E ANDRÉ FERNANDES À BUSCA DA LAGOA EUPANA

Se a primeira entrada com o objetivo comum de alcançar os limites fluviais do Brasil e as minas de ouro e prata exigiu uma demora da análise e comparação das fontes respectivas, já o mesmo não sucede com a expedição de Gabriel Soares de Sousa.

Provàvelmente, já Sebastião Álvares, quando no govêrno de Luís de Brito e Almeida (1573-1578), explorou durante cinco anos o rio S. Francisco, buscava as riquezas da lagoa Dourada. Mas, se documento algum pode radicar com certeza essa hipótese muito provável, o mesmo não sucede com a tentativa de que vamos ocupar-nos. E desde logo chamamos a atenção para a elevada categoria do homem de ciência que a realizou e mereceu até hoje os maiores e unânimes elogios de historiadores e etnólogos.

O autor do *Tratado Descritivo do Brasil*, na posse do roteiro de seu irmão, João Soares de Sousa, que antes dêle buscara alcançar, partindo da Bahia, o Médio S. Francisco, embarcou para a Espanha em 1584 e, durante sete anos de pertinazes esforços

junto da côrte de Filipe II, logrou alcançar, por fim, o apoio indispensável para a sua grande emprêsa em busca das minas de ouro.

Seu propósito, claramente expresso nos documentos respectivos, era alcançar as cabeceiras do S. Francisco e êste, segundo a cartografia e a literatura geográfica da época, e, como vimos, em sua própria opinião, nascia do lago Dourado ou Paraupaba. Êstes fatos bastariam para fazer supor que Soares de Sousa abrigava a esperança secreta de atingir o lago mítico.

Que tais esperanças e ambições eram enormes, também daqueles documentos se conclui. Entre as concessões feitas a Gabriel Soares de Sousa, figuram a que lhe atribuía o título de "Capitão-mor e Governador da Conquista e Descobrimento do rio S. Francisco", a de nomear, por seu falecimento, sucessor com os mesmos títulos; a de conceder o fôro de cavaleiro fidalgo até cem pessoas das que tomassem parte na expedição; a de prosseguir, se quisesse, os descobrimentos além do rio de S. Francisco; e, finalmente, prometia-se-lhe, no caso de êxito, o título de marquês. [1] O explorador não foi escasso no pedido, nem o rei em conceder. Vê-se que ambos estavam iludidos por esperanças grandiosas.

Como é sabido, Gabriel Soares de Sousa propunha-se alcançar o Médio S. Francisco, ladeando o Paraguaçu e a seguir o Paramirim afluente da margem direita daquele rio. [2] Morreu antes de encetar esta segunda parte do trajeto, ao que parece, conhecida e praticada pelo irmão. E, como logo após faleceu também o guia indígena Araci, o seu sucessor, mestre de campo Julião da Costa, esmoreceu, ao que supõe Varnhagen, e desistiu de prosseguir a emprêsa.

O explorador inspirava-se nos informes de Araci, o qual, provàvelmente, conhecia o rumo do rio Grande, afluente da margem esquerda do S. Francisco, que se ligava por meio da lagoa do Veredão e do Rio Negro ao Pará ou Tocantins.

Mas um depoimento precioso vem confirmar a nossa interpretação. Frei Vicente do Salvador, que conheceu ainda muitos contemporâneos do explorador, escrevendo a sua história na Bahia, donde era natural, dizia:

"O intento que Gabriel Soares levava nesta jornada era chegar ao *rio S. Francisco e depois por êle até à lagoa Dourada,*

---

(1) Pôrto Seguro, História Geral do Brasil. T. II, pág. 40.

(2) Traçamos o itinerário da viagem de Gabriel Soares de Sousa, conforme o relatório do coronel Barbosa Leal dirigido ao conde de Sabugosa e já anteriormente citado.

donde dizem que tem seu nascimento, e para isto levava por guia um índio por nome Araci, que quer dizer sol, o qual também se lhe pôs e morreu no caminho, ficando de todo as minas obscuras, até que Deus, verdadeiro sol queira manifestá-las".[1]

Recordemos ainda que o explorador não poderia desmentir o escritor e que êste falando da lagoa Eupana lhe chamava "A Lagoa Grande, tão afamada e *desejada de descobrir,* da qual êste rio nasce". O que animava Gabriel Soares de Sousa, ainda mais do que o descobrimento do S. Francisco, era o *desejo* de alcançar o fecho mítico dos limites fluviais do Brasil. Buscando as minas de ouro, Gabriel Soares, que augurava ao Brasil estar "capaz para se edificar nêle um grande império, o qual se fará tão soberano que seja um dos grandes Estados do mundo", e que estendia os seus limites desde o cabo Norte até à baía de S. Matias, procurava, por certo, reconhecer também as suas imaginadas fronteiras.

É à luz daqueles ambiciosos pensamentos que deve entender-se a emprêsa descobridora de Gabriel Soares, primeiro passo para a realização do plano que implicava o mito, essencialmente político, da Ilha-Brasil.

Embora malograda e por isso mesmo sem influência na cartografia contemporânea, a sua expedição teve pelo caráter orgânico, a feição dum protótipo das bandeiras. Carvalho Franco atribui, é certo, os méritos dêste fato ao governador D. Francisco de Sousa. Eis o que a êsse propósito escreveu, coincidindo, aliás, com a opinião não menos autorizada de Afonso Taunay: "Antes dêsse delegado régio eram as entradas ao léo, os bandos desordenados dos aventureiros ou da gente de guerra. Na sua regência, as levas disciplinadas, com divisões militares, com ouvidores do campo, escrivães partidores, capelães e roteiros pré-estabelecidos. Assim é que, arribando à Bahia a 9 de junho de 1591, o seu primeiro cuidado foi animar a Gabriel Soares de Sousa que, tendo sofrido a perda de seus preparativos com o desbarato da urca "Abraão", nas costas de Sergipe, alcançara aquela cidade por terra. A sua jornada passou a ser uma organização de D. Francisco de Sousa e dela adveio a constituição posterior das bandeiras paulistas". [2]

Apesar do malôgro da expedição de Gabriel Soares de Sousa, D. Francisco de Sousa, inteiramente identificado com o objetivo que a inspirara, organizou entrada sôbre entrada na mesma di-

---

(1) Frei VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil,* 3ª edição, pág. 352.

(2) *Bandeiras e Bandeirantes de S. Paulo,* pág. 43.

reção. Foi também Carvalho Franco o primeiro a dar relêvo a êsse fato. Logo após a aventura de Gabriel Soares de Sousa, o governador enviou em sua demanda dois dos maiores sertanistas do norte: Bento Maciel Parente e Diogo Martins Cão. Embora também estas duas tentativas se malograssem, o obstinado governador, segundo as palavras de Carvalho Franco, "empreendeu fazer buscar o ponto desejado, segundo temos razões para acreditar, por quatro entradas simultâneas, que partiram entre 1596 e 1597, respectivamente, do Rio Real, comandada por Belchior Dias Moreira, da serra dos Aimorés, tendo como cabo novamente a Diogo Martins Cão, das costas do Parati, chefiada por Martim Correia de Sá, e da vila de S. Paulo, dirigida por João Pereira de Sousa Botafogo, que havia recebido pessoalmente instruções de D. Francisco de Sousa, que da Bahia o havia despachado como Capitão-mor de S. Vicente, onde tomou posse aos 14 de março de 1595". (1)

Advirta-se que êste historiador atribui como objetivo a tôdas estas expedições a lendária serra do Ouro, a Sabarabuçu, no coração do território mineiro e sôbre as cabeceiras do S. Francisco. Que êsse fôsse um dos objetivos admitimos, mas, por fôrça das falsas idéias então reinantes sôbre a geografia do Brasil, identificado ou quando menos ligado com o suposto nascimento do São Francisco na lagoa Eupana.

De tôdas essas expedições a mais importante e cujos resultados confirmam a nossa tese, foi a de João Pereira de Sousa Botafogo. Malgrado não desse fim, pessoalmente, à sua emprêsa, por ter sido prêso a meio da entrada, um dos seus companheiros, Domingos Rodrigues, à frente dum trôço da expedição, penetrou em território goiano na região chamada de Paraupaba. (2)

Onde fôsse a região do Paraupaba já o vamos ver. Acrescente-se ainda que nova expedição, mais uma vez organizada por iniciativa de D. Francisco de Sousa e sob o comando de André Leão, partiu em 1601, em demanda das nascentes do rio S. Francisco, que alcançou, tendo-se detido por alturas de Pitangui. (3)

Tão importantes como a expedição de Domingos Rodrigues e inspiradas pelo mesmo objetivo, são as duas entradas em que

---

(1) *Ibidem*, págs. 44-45.

(2) Sôbre a documentação do trajeto desta bandeira, porventura remontando o curso do S. Francisco e do Paracatu, mas alcançando por certo o território dos Goiás, vejam-se as páginas concludentes de Alfredo Elis Júnior em «*O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*», S. Paulo, 3ª ed., 1938, págs. 75 e seg.

(3) V. Carvalho Franco ,*obra cit.*, pág. 46 e Alfredo Elis, *obra cit.*, pág. 76.

tomou parte Pero Domingues. Da primeira sabe-se hoje que foi seu capitão André Fernandes, que veio a ser um dos maiores bandeirantes do seu tempo. (1) Tendo partido de S. Paulo, a primeira delas passou entre 1613 e 1614, do Alto Paraná ao Alto Tocantins, que explorou, até além da sua união com o Araguaia, tendo regressado por êste último; a segunda, cêrca de 1625, passou dos afluentes do Paranaíba aos de S. Francisco que percorreu nos dois terços superior e médio. Conhece-se, aproximadamente, o trajeto dessas duas bandeiras, graças às relações escritas pelo Padre Antônio de Araújo ao findar o primeiro quartel do século XVII. (2)

Que as duas bandeiras, e maiormente a primeira, se liguem à realização da Ilha-Brasil, considerada como um mito de expansão e unificação territorial, se depreende das palavras do cronista das duas viagens. (3)

Eis como o Pe. Antônio de Araújo começa a narrativa da primeira viagem:

"Para mais clara inteligência supúnhamos primeiro que a demarcação de todo êste Estado do Brasil, província de Santa Cruz, está fechada com dois limites como com duas chaves, uma das quais é o nomeado rio da Prata, que está em trinta e cinco graus da linha para o sul; o segundo é o afamado Pará que, por sua notável largura, mereceu que os naturais lhe pusessem o tal nome que significa mar, por quanto a tem tamanha que sua barra se não satisfez com menos que com cento e mais léguas. Sua primeira ponta da parte sul dista da equinoxial pouco mais de um grau e a do norte pouco mais de meio. Fecham estas duas chaves novecentas léguas por costa não fazendo caso das voltas das particulares enseadas.

"Da capitania de S. Vicente (que está em vinte e quatro graus da linha para o sul), dezoito léguas contra o sertão, está a vila de S. Paulo, donde acaso se foi descobrir aquêle grande Pará, que tomou o nome de um espanhol que o tinha por alcunha [Marañon], o qual fugindo à morte que por mandado do seu rei se lhe ordenava nas partes do Peru, embarcado naquela *famosa*

---

(1) V. CARVALHO FRANCO, «*Dicionário dos bandeirantes e sertanistas do Brasil*», págs. 150-51.

(2) Publicadas pelo Pe. SERAFIM LEITE em «*Páginas da História do Brasil*», São Paulo, 1937, págs. 99-116.

(3) A primeira tem por título: «Informação da entrada que se pode fazer da vila de S. Paulo ao Grande Pará que é o verdadeiro Maranhão, chamado também rio das Amazonas... dada por Pero Domingues, um dos trinta portuguêses que da dita vila o foram descobrir, no ano de 1613. Conformam com êle os mais companheiros que hoje vivem».

lagoa chamada Paraupaba (donde nascem vários e formosos rios), navegando por êste ao som da corrente e tendo andado mais de 500 léguas, desembocou por sua barra..."

Da mesma sorte, num curto intróito geográfico, que precede a sua segunda relação, refere-se ao Rio de S. Francisco nos seguintes têrmos: "...e não falta quem diga que tem seu nascimento naquela tão afamada lagoa chamada paraupaba, donde é coisa certa procede o grande Pará, verdadeiro Maranhão".

Se a ligação entre o Paraná e o Tocantins, por meio da lagoa mítica, tal como aparece no mapa de Bartolomeu Velho, não está expressa, é porque o reconhecimento de Domingos Rodrigues e Pero Domingues implicava um desmentido a êsse conceito. O mito, embora inspirando a ação dos homens, começava a desvanecer-se. E havia que situar mais a oeste a suposta lagoa — fecho dos rios — limites, os quais, não obstante, continuam a definir, no espírito do cronista, uma suposta Ilha-Brasil.

Observe-se agora que os expedicionários da entrada de Domingos Rodrigues, da iniciativa do governador D. Francisco de Sousa, tinham alcançado a região a que chamavam também de Paraupaba. Num inventário de Martim Rodrigues Tenório há uma referência a uma escrava: "... negra por nome Guaya, digo da nação Guoaya, que diz ser escrava da entrada de Domingos Rodrigues, de Parahupava...".(1)

Em 1616 e 1618, Pero Domingues andava de nôvo em exploração no "sertão de Paraupava", como se diz nalguns documentos referidos a essa bandeira.(2) Mas então seguia sob o comando de Antônio Pedroso de Alvarenga, chefe da bandeira. E Afonso Taunay informa que os cronistas localizam "o sertão de Paraupava" no vale do Araguaia.(3)

Com efeito, num mapa de Antônio Sanches de 1641, aparece o *rio Paraupaba* identificado com o o atual Araguaia.(4)

A êsse tempo os bandeirantes aproveitavam por certo do resultado das explorações anteriores de 1597 a 1613. Da informação do Pe. Araújo, se colige, sem a menor dúvida, que André

---

(1) «Inventários e testamentos», vol. II, pág. 6, cit. por Alfredo Elis, obra cit. pág. 63.

(2) «Inventários e testamentos», S. Paulo, t. V, págs. 152 188 e 192.

(3) *História Geral das Bandeiras paulistas*, t. V. S. Paulo, 1929, pág. 80.

(4) Devemos o conhecimento dêste mapa, cuja fotocópia apresentamos na Exposição Histórica de São Paulo, ao comandante Teixeira da Mota, que descobriu o original respectivo no Arquivo Real da Haia.

Fernandes e os seus companheiros baixaram o Tietê, subiram o Paranaíba e um dos seus afluentes da margem direita por onde comunicaram com o Tocantins, que baixaram para subir de nôvo pelo Araguaia e um dos afluentes do Paranaíba.

Poucos anos depois, em 1630, o cartógrafo João Teixeira Albernaz, aproveitava êsses informes para o traçado conjunto dos rios S. Francisco, Paraná e Tocantins, em suas mútuas conexões, num dos mapas dum atlas que hoje se guarda na Biblioteca do Congresso de Washington e de que adiante nos ocuparemos. Nessa carta João Teixeira representou um afluente do Paranaíba, cujas ramificações terminais comunicam dum lado, com o Tocantins e, do outro, com o Araguaia. Em tais circunstâncias existe apenas o rio dos Bois, que, por conseqüência, deve ter sido utilizado no regresso. Mas é de admitir que a ida, por mais fácil, se tenha feito pelo Corumbá-S. Bartolomeu.

Da análise dêste mapa se vê também que o cartógrafo e o geógrafo supunham que o Tocantins-Araguaia servia de limite direto com a região, então ainda pertencente ao Peru, e hoje à Bolívia, e ia nascer junto à serra dos Chiriguanos.

Basta analisar uma carta da região, tão rica de acidentes e de cursos fluviais, para concluir que só a informação indígena poderia permitir que a expedição empregasse, durante o longo percurso de ida e volta, apenas dezenove meses. Mas um dos trechos da "Informação" é concludente a êsse respeito. Para convencer os padres jesuítas a levar a catequese às regiões visitadas por Pero Domingues, o Pe. Araújo, entre outras razões, alega o seguinte:

"Porque além de que esta entrada é tão fácil e tão certa, nas nossas doutrinas de S. Paulo há hoje alguns índios, que acompanharam nela aos portuguêses *e com muito mais gôsto nos guiarão* agora a nós . . . pois não íamos a guerrear ou cativar, mas a converter ou libertar".

Das mesmas informações do Pe. Araújo se infere também que os expedicionários utilizaram, quer na bandeira que baixou o Tocantins, quer na que desceu o S. Francisco, a zona de conexão dêsses dois rios com o Paraná.

Desta sorte, a primitiva concepção duma Ilha-Brasil, limitada pelo Paraná ou o Paraguai e o Tocantins, ligados pela vastíssima lagoa Eupana, como no mapa de Bartolomeu Velho, desaparecia em parte. No trajeto percorrido pelos bandeirantes, a lagoa não existia. Não obstante, os mapas continuam a repre-

sentá-la, mas enlaçando mais para oeste o Paraguai, primeiramente com o Tapajós e, em seguida, com o Madeira.

Supõe o Pe. Serafim Leite, baseando-se, aliás, em Pedro Taques, que a primeira das bandeiras de que participou Pedro Domingues foi promovida por D. Luís de Sousa, filho de D. Francisco e seu sucessor no govêrno das capitanias do sul e na superintendência das minas do Brasil. À informação de Taques não falta sincronismo, nem lógica histórica. Sabe-se hoje, pelos documentos que Rodolfo Garcia publicou, que D. Francisco de Sousa foi o herdeiro confesso dos planos de Gabriel Soares, certamente completados ou alargados por outras informações. (1)

É, pois, de crer que também a primeira bandeira em que Pero Domingues tomou parte, em demanda da lagoa de Paraupaba, obedecesse a um plano oficial.

Que por meados do século de Seiscentos se havia desvanecido o mito da Ilha-Brasil na primeira forma de ligação entre o Paraná ou o Paraguai com o S. Francisco e o Tocantins temos um notabilíssimo testemunho em obra inédita do célebre Leon Pinelo. Para maior interêsse, êsse depoimento refere-se a um mapa hoje perdido e no qual ao Tocantins se dava o nome de Paraupaba.

"En un mapa que temgo hecho por un curioso", dizia êle, "que estubo algunos años en el Brasil, hallo una notable junta de Rios. Donde el de S. Francisco tiene sus fuentes, que no le origina de Lago alguno, pone las del Paraná, que como diremos entra en el Paraná Guazu: las del Paranahyba que entra en el Paraná; y mas adelante del Paraupaba, que desagua en el de las Amazonas; y las de otro de que no pone el nombre, que nasciendo entre el de S. Francisco y el de Paraupaba habiendo corrido algunas leguas se divide en dous brazos: el uno se junta con el referido y a cercano al Orellana; y el otro sale al Marañon. Todos quatro nacen tan caudalosos que, dice este auctor, a poco trecho se navegan en Balsas y Canoas; y que los Portugueses de la villa de S. Pablo, subiendo por el Rio Paranayba, pasaran sus canoas al Paraupaba, y al otro rio sin nombre, siendo capitan André Fernandez. Y que lo proprio hicieron al Rio de S. Francisco por lo qual llamaron a estos parajes los Varaderos, porque en ellos baxaron sus embarcaciones pasandolas de unos rios a otros". (2)

---

(1) V. Visconde de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3ª ed. integral, t. II, pág. 151.

(2) Antonio de Léon Pinelo, «*El Paraiso en el Nuevo-Mundo*», t. II, cap. VIII, manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Madri, datado de 1656, do qual existe cópia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O mapa a que se refere Leon Pinelo coincidia nos seu traços essenciais com os de João Teixeira Albernaz, de 1630, apesar do traçado imaginário dum rio que ligava o Amazonas ao Maranhão, e com o de Antônio Sanches, de 1641.

Malgrado êsses progressos nos conhecimentos geográficos, ainda em 1644 e 1650, Bartolomeu Barreiros de Ataíde, partindo de Belém do Pará, baixava o Tocantins, à busca de minas de ouro e do lago Dourado; e ainda em 1661 Maurício de Heriarte consignava, na sua "Discrição do Estado do Maranhão", ser voz corrente que o Tocantins nascia do Lago Dourado. ([1])

Observe-se ainda que a segunda das bandeiras de Bartolomeu Barreiros de Ataíde foi ordenada pelo rei e acompanhada por mineiros. Refere-se-lhe o Pe. João de Sousa Ferreira nos seguintes têrmos: "Foi em vida do senhor rei D. João IV, de gloriosa memória, mandado ao Estado (do Maranhão) um Bartolomeu Barreiros de Ataíde com uns mineiros, Antônio da Costa, veneziano, João Fortunato e João Estaes, franceses, para descobrirem ouro e prata; e depois de terem descorrido pelos sertões das Almazonas dois anos sem efeito, voltaram por desordens...". ([2])

Sabe-se no entanto que a expedição se dirigiu ao Tocantins, já antes explorado por Bartolomeu Barreiros. Mais tarde o governador Gomes Freire de Andrade, numa carta ao seu sucessor, Artur de Sá e Menezes, de 8 de julho de 1687, escrevia que se informara sôbre as viagens de Bartolomeu Barreiros ao Tocantins tendo apurado que "o governador Luís de Magalhães o mandara com uma grossa tropa a descobrir o Lago Dourado... ([3]).

Durante um século, o sonho da lagoa Eupana, Paraupaba ou Dourada, ligado ao conceito mítico dos limites do Brasil, e desde os primeiros anos do reinado de D. Sebastião (1560) até aos últimos de D. João IV (1650) levou os expedicionários portuguêses e luso-brasileiros, em jornadas sucessivas, a devassar os sertões da Bahia, S. Paulo, Minas, Goiás e Pará, transformando

---

(1) O conceito de Heriarte, segundo o qual o Tocantins nascia do Lago Dourado, acrescentando que: «Contam seus moradores que nêle há ouro e esmeraldas...» consta da sua *Descrição dos Estados do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*, Visc. de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3ª edição, t. III, págs. 211-237.

(2) Pe. João de Sousa Ferreira, «*América abreviada*», em Rev. trim. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, t. LVII, parte I, pág. 33 e «Noticiário maranhense», *ibidem*, t. LXXXI, pág. 297.

(3) A carta foi publicada pelo Barão de Studart na «Revista Trim. do Instituto do Ceará», tomo XXXVI (1922), págs. 148-173. Sôbre a expedição de B. Barreiros indicaremos adiante outras fontes.

o mito em conhecimento geográfico, preparando a exploração das minas e a posse do território.

O plano implícito nos mapas da Ilha-Brasil e nas fantasiosas asserções de cronistas e memorialistas, explicitara-se, ininterruptamente, nas ordens régias, nos mandados dos governadores e, mais que todos, de D. Francisco de Sousa, e, uma que outra vez, na iniciativa particular, pois o engôdo das minas propiciava as aventuras dos mais audazes.

Mas, desfeito o mito da Ilha-Brasil, sob a forma que até aqui estudamos, outro se lhe vai seguir, que amplia o sonho, as ambições políticas e a ação realizadora.

III

DESCOBRIMENTO E OCUPAÇÃO DO VALE AMAZÔNICO

Quando se relanceia no seu conjunto o nascimento e progresso das bandeiras, nas relações dos portuguêses com a terra e seus habitantes primitivos, verifica-se que elas irromperam dos núcleos urbanos, excepcionalmente favorecidos pela posição geográfica; formados na base duma economia pobre ou mediana e dispersante; compostos de brancos e índios, com exclusão ou carência de escravos negros.

Note-se desde logo: S. Paulo e Belém do Pará estavam nos extremos povoados dos Estados do Brasil e do Maranhão. Eram postos avançados, e mais do que isso, dois cais de embarque, para dois dos mais vastos sistemas fluviais do mundo, — dupla e excepcionalíssima vantagem que predestinava S. Paulo e Belém a centros orgânicos de elaboração e alargamento das fronteiras.

Nenhuma destas circunstâncias se dava em qualquer dos núcleos urbanos mais importantes do Brasil, como a Bahia, Pernambuco ou Rio. Na Bahia, é certo, a proximidade do S. Francisco havia de provocar um surto acidental de bandeiras durante o ciclo do ouro. Mas a prova de que não abundaram bandeirantes, nem houve bandeirismo, é que, desde os meados do século XVII e ainda entrada a centúria seguinte, os governadores gerais para combater levantes de tapuias ou quilombos tiveram de recorrer a bandeirantes e bandeiras paulistas.

Reflita-se igualmente em que S. Paulo e Belém eram, cada uma a seu modo, duas fortalezas naturais e terra a dentro. A muralha do mar isolava S. Paulo soberbamente no planalto, dando-lhe a tonicidade, a segurança e a consciência das alturas. Santos, pôrto excelente, tornara-se, pela travação econômica, muito mais dependência de S. Paulo, do que S. Paulo de Santos.

Ainda que em menor grau, também a natureza levantara defesas, difìcilmente transponíveis, em tôrno de Belém. A entrada no Amazonas, quer pela bôca dêste rio, pròpriamente dita, quer pela do Pará, no tempo da navegação à vela e quando a topo-

grafia local de bancos e ilhas se ignorava, oferecia os maiores riscos. Correntes e baixios, a profusão das ilhas e canais, em perpétua mudança, e, na maré das sizígias, a terrível e devastadora *pororoca*, rodeavam de fossos e muralhas o burgo incipiente. Êste último fenômeno dá-se, como é sabido, com particular violência na foz do Amazonas. Muita nau, sopesada pela montanha de água, foi de roldão espedaçar-se nas areias e paletúvios da costa.

A diferença não era grande em relação à barra do Pará. Como Belém ficava a sete léguas da costa, dizia o governador e cronista Pereira de Berredo, de duas uma: ou os navios se aproximavam para conhecer a barra e, como a costa é muito aparcelada, se arriscavam nos baixios; ou se desviavam dela e impelidos pelas correntes eram arrastados para as ilhas antilhanas. Acrescentava ainda o governador do Maranhão que o navio, que se aproximava da costa junto à bôca do Amazonas, levado das correntes, "não sendo bom de vela, principalmente pela bolina, raras vêzes fugia à fatalidade dum naufrágio".[1]

Estas observações escondem, em grande parte, aos profanos, o segrêdo da conservação pelos portuguêses, de Belém e das entradas do rio, tão áspera e repetidamente disputadas por inglêses e holandeses. Os únicos navios bons para a bolina, isto é, para aproveitar todos os ventos ao dobrar e cingir de perto acidentes costeiros, eram as caravelas portuguêsas. Nessas embarcações, tão prontas em virar de bordo para aproveitar qualquer sôpro, é que os portuguêses, melhores, se não os únicos caravelistas dêsse tempo, demandavam as duas barras traiçoeiras.

Convém ainda observar, para se compreender melhor o surto da expansão amazônica, que a época mais propícia para subir o rio se limitava aos meses da estação sêca, entre julho e dezembro; ou melhor, ao outono boreal, quando os ventos alíseos do nordeste sopram da barra até cêrca de Japurá. As canoas à vela iam durante essa estação em 40 dias de Belém ao Rio Negro, espaço de tempo que nos meses de verão, só à fôrça de remos e em três meses navegavam.

Além disso, na Amazônia, fora dos rios, salvo raras exceções, a selva densa e impenetrável, reina. E estas condições geográficas limitavam as bandeiras ao semestre e a sua expansão à subida de rios quase sempre encachoeirados.

S. Paulo e Belém do Pará assentavam também as duas numa economia pobre ou mediana e dispersante. A necessidade de mão

(1) Berredo, «*Anais Históricos do Maranhão*», Lisboa, 1749, § 1002.

de obra escrava. em núcleos onde o negro escasseava, obrigou paulistas e paraenses a dilatar progressivamente o círculo da caçada ao índio. Em S. Paulo, o ouro; no Pará, as drogas silvestres forçaram da mesma forma à irradiação. Na Amazônia as viagens das drogas (o cravo, a canela, a salsaparrilha e, mais que tudo, o cacau), obrigaram os paraenses a subir e devassar os rios — o Tapajós, o Madeira, o Japurá, o Solimões, numa penetração, eriçada de obstáculos e perigos, que honra aquêles grandes pioneiros.

Malgrado as vantagens de sua posição geográfica sôbre o Amazonas, Belém debateu-se também nos primeiros séculos com uma pobresa roçando pela miséria. Nada em Belém e até em São Paulo que pudesse comparar-se às grandes fortunas dos senhores de engenho de Pernambuco, da Bahia ou do Rio.

Se compararmos agora S. Paulo e Belém com os outros núcleos mais importantes do Brasil, sob o ponto de vista da composição racial nos primeiros períodos das bandeiras, veremos que elas contrastam com Pernambuco, Bahia e Rio. Nessas três cidades abundam negros e escasseiam índios. Na fusão de sangue e de culturas, que marcam o paulista e o paraense; na gênese e no desenvolvimento das bandeiras, sob o Trópico ou sob o Equador, a parte do negro é mínima.

Enquanto o vale amazônico não se abriu aos portuguêses na plenitude das suas imensas perspectivas, o Brasil foi considerado, como vimos, vasta ilha limitada pelo Prata e o Tocantins unidos por um lago. Estender a soberania política a esta suposta entidade geográfica, foi o sonho dos portuguêses e luso-brasileiros, prosseguido com tenacidade durante um século.

Mas o norte da expansão brasileira vai mudar. Revelada por Orellana em 1542, a direção geral e a magnitude gigantesca do Amazonas, só em janeiro de 1616, Caldeira Castelo Branco fundou a casa forte com o nome de *Presépio*, origem de Belém do Pará, dando logo à nova colônia o nome de *Feliz Lusitânia*.

Nos primeiros anos a fundação e a defesa da colônia foi muito auxiliada pelos franciscanos da Província de Santo Antônio. Só mais tarde, jesuítas e carmelitas os substituíram nessa obra.

A expansão portuguêsa na Amazônia obedeceu a dois fatôres essenciais: o econômico — a busca das especiarias, a que se chamavam "as drogas do sertão", e a da mão de obra indígena; e o político — estender a soberania portuguêsa tanto quanto possível, à vasta unidade geográfica, econômica e humana da bacia

amazônica. Mas fator econômico e político fundiam-se. As mesmas ordens religiosas, quase sempre impregnadas de proselitismo e piedade cristã, não deixaram, quer de participar do movimento econômico, quer da política de Estado, de que foram por vêzes eficacíssimos instrumentos. Mas os portuguêses revelaram também aqui a sua excepcional consciência do espaço, capacidade de expansão e intuição política.

Em 1623, Luís Aranha de Vasconcelos, pilotado por Antônio Vicente Cochado, explora a foz do Amazonas e o seu curso numa grande extensão. Em 1626, já Pedro Teixeira penetra o Tapajós, à frente duma tropa de resgates. No ano seguinte, Pedro da Costa Favela entra com uma tropa de guerra no Pacajás, afluente do Tocantins; e, em 1628, Pedro Teixeira e Bento Rodrigues de Oliveira sobem de nôvo o Amazonas à frente duma nova tropa de resgates.

São êstes mesmos homens que, entre os anos de 1637 e 1639, comandam a primeira expedição, que remonta o Amazonas até Quito. Da expedição, ordenada pelo governador, Jácome Raimundo, ia como capitão-mor Pedro Teixeira, português; por mestre-de-campo, Bento Rodrigues de Oliveira, fluminense; por sargento-mor, Filipe de Matos Cotrim, português; por capitão-de-infanteria, Pedro da Costa Favela, pernambucano; e Bento da Costa, por pilôto.

Antes disso, em 1636, haviam baixado o Amazonas dois leigos franciscanos e cinco soldados castelhanos, induzidos por um marinheiro português, Francisco Rodrigues, que estivera no Pará e a todos acenara com a esperança de encontrarem o lago Dourado.[1] Os dois franciscanos chamavam-se Domingos de Brieva e Andrés de Toledo, o primeiro dos quais regressou a Quito com a expedição de Teixeira.

A 28 de outubro de 1637, a bandeira fluvial saía de Camutá e atingia Quito em junho de 1638, depois de ter subido o Napo até ao seu afluente Paiamino. A maior parte da flotilha ficou, enquanto Pedro Teixeira subia os Andes, na foz do Aguarico, afluente do Napo.

Demorou-se Pedro Teixeira em Quito, enquanto alguns dos seus companheiros, como Bento da Costa, seguiam até Lima para se apresentarem ao vice-rei, Conde de Chinchon.

---

(1) V. C. de Melo Leitão, «*Descobrimentos do Rio das Amazonas*», S. Paulo, 1941, onde se transcreve o relato de Frei Laureano da Cruz sôbre êste fato, a págs. 99-100.

Ao regressar, trazia Pedro Teixeira consigo uma ampla informação geográfica, econômica, etnográfica e cartográfica. Mais e melhor do que isso: em certo ponto do vale amazônico, no Rio do Ouro, fundara uma povoação, a Franciscana, e tomara em nome da Coroa portuguêsa posse da terra, desde a foz do rio até êsse lugar. A um mundo somava-se outro mundo. A geografia impunha-se de nôvo à política. E um sonho e plano expansionista nasceu: ao mito da Ilha-Brasil e do Lago Dourado veio agregar-se o do Rio do Ouro.

Pedro Teixeira chegava a Belém em dezembro de 1639. Passado um ano, eclodia em Lisboa, a revolução que restaurava a independência da monarquia portuguêsa, cujo cetro passava das mãos de Filipe III para as de D. João IV. O nôvo monarca e o seu Conselho Ultramarino recebiam em mãos com aquela temerária herança a pesada tarefa de transformar um mito em realidade.

Êsse dever e essa tarefa tornar-se-iam tanto mais árduos, quanto, em 1651, Antônio Raposo Tavares, que partira de São Paulo, por ordem do rei, com uma bandeira, chegava a Belém, depois de baixar o Madeira e o Amazonas, trazendo consigo uma nova e imensa possibilidade: alargar prodigiosamente a Ilha-Brasil em longitude, deslocando muito para oeste do Tocantins o arco inter-fluvial, formado agora pelo Paraguai e o afluente amazônico, que mais profundamente se estendia para o sul naquela direção, isto é, o Madeira.

Fundir num só êsses dois mundos e êsses dois mitos; realizar o mito único, agora triplicado em extensão e de nôvo engrandecido pela quimera do ouro, eis o grandioso plano, implícito nas expedições, que se completavam, de Pedro Teixeira e Raposo Tavares.

Inseguro no trono, premido pelas angústias financeiras e tendo ao lado um conselheiro de gênio, mas nem sempre fiel à realidade, — o Padre Antônio Vieira, — o nôvo monarca decide-se pela quimera: buscar por todos os modos o Lago Dourado e o Rio do Ouro, e, ao mesmo tempo, abdicar o trono português no filho D. Teodósio, transferindo-se êle para Belém, erguido à capital de reino independente do Brasil. Mais adiante, e quando nos ocuparmos da grande bandeira de Raposo Tavares, documentaremos êstes fatos.

A incumbência dada a Salvador Correia de Sá, de fomentar a busca do ouro no Sul, coube ao governador Luís de Magalhães,

no Norte. A essa política unitária, fundada sôbre um mito unitário, correspondem, com base em S. Paulo e Belém, várias emprêsas mal conhecidas ou desconhecidas. Na seqüência histórica as duas tentativas convergentes terminam ao fim do meio século no Sul, com o encontro das sonhadas minas; ao Norte, em sucessivos malôgros, que levam a sucessivas deslocações do Rio do Ouro, transformado em mito expansionista.

Esta história é tão nova, como a do mito da Ilha-Brasil. Contraria certas informações, até hoje muito repetidas. Tôda ela gira em volta da viagem de Pedro Teixeira e do seu ato de posse no Rio do Ouro. E por isso, devemos ocupar-nos com mais demora dêsses fatos.

Tem-se escrito que a expedição de Teixeira foi organizada em obediência a ordens de Filipe III, e que o comandante, no regresso, tomara posse do vale amazônico, desde a foz do Aguarico, afluente do Napo, até à foz do Amazonas, com autorização expressa da Audiência de Quito.

As duas alegações, que se tem repetido com o propósito, já de legitimar, já de invalidar aquela afirmação de soberania, são completamente falsas e desvirtuam, nos seus fundamentos, o caráter da expedição. Uma série de documentos, — a relação da viagem de Belém a Quito, escrita pelo próprio Pedro Teixeira; o roteiro do pilôto-mor da flotilha, Bento da Costa; duas informações do Presidente da Audiência de Quito, Afonso Perez de Salazar; uma carta do Conde de Chinchon, vice-rei do Peru, a Filipe IV, acompanhada de vários depoimentos; a consulta do Conselho de Índias sôbre os informes da expedição; e alguns testemunhos posteriores de expedicionários, como o sargento-mor Filipe de Matos Cotrim, até há pouco inéditos, — permite atribuir à expedição outras origens, razões e conseqüências. (1)

Antes de mais, a expedição fêz-se por iniciativa do governador do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, e com apoio dos principais moradores de Belém, todos, porventura, inspirados pela conspiração nacionalista que já então se urdia com ardor em Portugal, (2) mas, sem dúvida, por motivos estritamente relacionados com a expansão da soberania portuguêsa no vale do

---

(1) A maior parte dêsses documentos, apresentados por nós numa tese ao IV Congresso de História Nacional, em abril de 1949, com o título de *O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos*, foi publicada nos *Anais* dêsse Congresso, no seu III vol., Rio de Janeiro, 1950, págs. 169-209.

(2) Na tese ant. cit. apoiamos com documentos esta opinião.

Amazonas e, contrariando com plena consciência os interêsses e as intenções das altas autoridades espanholas, quer na Espanha, quer na América.

Do regimento dado pelo governador a Pedro Teixeira constavam as seguintes instruções: reconhecer todo o rio minuciosamente até Quito; verificar os lugares mais azados à construção de fortalezas que defendessem o rio; assegurar, pela boa conduta e oferecimento de presentes, as relações de paz e aliança com os indígenas ribeirinhos; e fundar, aquem dos omáguas, na região da foz do Japurá, uma povoação que marcasse o limite, no Amazonas, da soberania portuguêsa. Esta última das instruções ia encerrada em carta de prego, a abrir no regresso, apenas ultrapassado o país dos omáguas.

Que razões poderiam induzir o governador do Maranhão a fixar os limites do Estado naquele ponto? Eis um dos casos em que a cartografia histórica se não revela, explica o fato. Quando no ano anterior os dois leigos franciscanos chegaram a Belém, Jácome Raimundo não deixou por todos os meios de se informar sôbre os ensinamentos geográficos colhidos pela expedição; e para isso fêz traçar um mapa, que representa o segundo traçado do Amazonas desde as suas origens, ou supostas origens, a seguir ao da viagem de Orellana. Nessa carta, que o governador enviou para Portugal, anexa a um ofício de maio de 1637, Cusco e o Cêrro de Potosi figuram, com grande destaque, ao sul do rio, mas muito desviados para leste, isto é, falsamente próximos do Pará.(1)

Ao que pensamos, Jácome Raimundo supunha por aquela forma garantir as comunicações com a região argentífera de Potosi e a zona não menos rica de Cusco, interessado como estava, segundo o que êle próprio sugeria, no comércio do Pará com os castelhanos do Peru.(2) Outra razão o poderia ter decidido. Observa Pedro Teixeira, na sua *Relação*, que as monções, ou sejam, os ventos alísios do nordeste, sopravam ao longo do Amazonas até à região do Rio do Ouro, facilitando muito a navegação até àquelas paragens. Os alísios estabeleciam, pois, um limite natural e uma condição de segurança.

---

(1) Ofício e carta pertencem ao *Arquivo Histórico do Ultramar*, de Lisboa; o mapa foi publicado num estudo nosso no 3º vol. da «História da Expansão Portuguêsa no Mundo», dirigida por Antônio Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, Lisboa, 1939.

(2) «Relação sôbre as coisas pertencentes à conservação e aumento do Estado do Maranhão», em *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, t. XXVI, pág. 439.

Pedro Teixeira desempenhou-se cabalmente do encargo. E apenas a morte ou deserção do maior número dos seus índios malogrou, em parte, a fundação da aldeia destinada a afirmar a ocupação do território. Não obstante, o capitão tomou posse "em nome da Coroa de Portugal" (note-se bem) do Rio do Ouro e das demais "terras, rios, navegações e comércios", isto é, estabeleceu aquela paragem como limite dos domínios portuguêses, não apenas no Rio Amazonas, mas em relação às suas vertentes das duas margens, isto é, ao vale amazônico.

Que Pedro Teixeira tenha praticado êsse ato de posse está na lógica perfeita dos fatos anteriormente relatados. Desde os "Anais" de Berredo que o auto respectivo, que "se acha registado nos livros da Provedoria de Belém do Pará e Senado da Câmara", como informava êsse cronista, tem sido mais que uma vez publicado. Êsse original já hoje se não encontra nos arquivos do Pará. Mas existe a sua pública-forma, com data de 1650, no Arquivo Histórico do Ultramar, de Lisboa, donde fizemos vir uma cópia. Cotejamo-la com a edição de Berredo. Uma única diferença digna de nota observamos. Nos "Anais" o auto começa da seguinte forma: "Ano do nascimento de Nosso senhor Jesus Cristo de 1639, aos dezeseis dias do mês de agôsto, defronte das bocainas do Rio do Ouro..."; na pública-forma de 1650 acrescenta-se: "dos Evajaris, defronte das bocainas do Rio do Oiro...".(1)

Pretende Berredo, — e a pretensão vinha de longe — que o ato de posse se fizera cêrca da foz do "rio Aguarico (afluente do Napo) chamado de Ouro...". Ao que nos parece, a supressão da referência aos Evajaris (ou Ejavaris?), provàvelmente nome de tribo indígena, fêz-se de caso pensado, e para não desmentir a localização no rio Napo, cêrca do Aguarico. Mas as referências à carta de prego, a abrir aquém dos omáguas, a localização do rio do Ouro na *Relação* de Pedro Teixeira e nas cartas de Filipe de Matos Cotrim não consentem dúvida sôbre que êsse rio fôsse situado na região da foz do Japurá.

O Pe. Cristóbal de Acuña identificava o rio do Ouro com o Iquiari, ao qual se podia chegar pelo Japurá. La Condamine, que, como é sabido, em 1743 desceu o rio desde os Andes até Belém,

---

(1) Pe. ANDRÉ DE ZARATE, em seu «Informe» sôbre as missões do Rio Napo e Marañon (1739), transcreveu também o certificado do auto de posse, que os portuguêses entregaram aos jesuitas, como titulo de reivindicação de soberania, e êstes fizeram traduzir em castelhano. Aí se lê: «En frente de los Evajaris y las bocas de el rio de Oro...» O «Informe» referido foi publicado pelo Pe. Francisco de Figueroa na «Relacion de las Misiones de la Compañia de Jesus en el pais de los maynas, Madrid, 1904, pág. 356.

ainda viu nos arquivos do Pará o auto de posse de Pedro Teixeira, incluindo a localização dos Evajaris, por onde se vê que a omissão de Berredo foi de caso pensado. Tendo estudado os dizeres do auto, que relacionou com a geografia do local, chegou à conclusão de que o rio do Ouro se identificava com o Japurá; e o lugar em frente dêsse rio seria o mesmo em que então assentava a Missão dos Carmelitas chamada Paraguari, por 3°.20′ de latitude austral.(1)

Acrescente-se que a pública-forma do auto de posse do rio do Ouro é assinada em forma de sentença de justificação, pelo Dr. Antônio Figueiroa Durão, do desembargo del Rei, ouvidor geral e juiz das justificações no Estado do Maranhão, acompanhada do reconhecimento das assinaturas do auto pelo escrivão Cristóvão de Brito Malheiro. Auto e pública-forma têm, por conseqüência, todos os sinais de autenticidade. A sentença de justificação foi pedida de Lisboa, onde, como se vê, à futura política da metrópole interessava o documento.

Como era lógico, em Quito e em Lima, malgrado certas aparências de hospitalidade festiva, a expedição foi recebida como intromissão abusiva e mais que suspeitosa nos seus propósitos, considerados por altamente lesivos da soberania territorial da Coroa espanhola e da segurança do Peru. Pensou-se não só em reter os expedicionários, mas também prendê-los e castigá-los. Só a consideração da ameaça holandesa, então suspensa sôbre as entradas do Amazonas, e, como conseqüência, a necessidade urgente do regresso e da presença dos expedicionários em Belém, salvou Pedro Teixeira e seus companheiros.

Chegadas a Madri as notícias da emprêsa paraense, o alarme e a indignação foram enormes; e o Conselho de Índias, por unanimidade dos seus membros, propôs a Filipe IV nada mais nada menos do que "seja gravemente repreendido e castigado o dito Jácome Raimundo de Noronha... por haver-se atrevido sem consulta e licença a descobrir aquela entrada e navegação até ao interior do Peru, que, ainda quando estivessem mais patentes, se haviam de procurar encobrir e apagar da memória dos homens; mas já que está feito êsse dano, se trate... de que os portuguêses deixem esta bôca (do Amazonas) e Províncias do Maranhão, que tem usurpadas à Coroa de Castela e se restituam e ponham debaixo do govêrno dela e dêste Conselho e, feito isto,

---

(1) M. DE LA CONDAMINE, «*Relation abregée*», texto relativo ao mês de agôsto de 1743.

se fortifique e guarneça a bôca do dito rio e outros lugares que se descobrirem na sua navegação . . .".

Ou, por outras palavras: o Conselho de Índias, por vozes tão autorizadas, como Juan de Solorzano, o Conde de Castrillo, Juan de Sanfelizes e todos os demais membros, propunha ao Rei que se anexasse à Coroa de Castela todo ou quase todo o Estado do Maranhão-Pará, tirando dêste os portuguêses.

Mas com o Amazonas e mais que tudo com o Tocantins em mãos de espanhóis, ficaria ameaçada a segurança e vida de todo o Brasil. Pela carta do Brasil do atlas de João Teixeira, de 1630, a que nos referimos no capítulo anterior, se vê que já então os portuguêses tinham uma noção muito clara da enorme extensão no sentido do meridiano do curso do Tocantins e das suas relações com o S. Francisco e o Paraná. Em Lisboa os homens com maiores interêsses no Brasil e que a êsse tempo preparavam a revolução de 1640, como o Conde de Atouguia, que fizera ordenar aquêle atlas, tinham em mãos os elementos necessários para avaliar os perigos gravíssimos que implicava a resolução do Conselho de Índias. Jamais se meditara golpe tão mortal contra a América portuguêsa. Passados dez meses sôbre aquela resolução, estalava o movimento da Restauração em Portugal. Por isso acreditamos que aquelas intenções radicais de arrancar todo um Estado à Coroa portuguêsa tenham sobrelevado entre os motivos que decidiram o Duque de Bragança a aceitar o trono restaurado.

Primeira tentativa de fixação dos limites da soberania portuguêsa no Amazonas, a expedição organizada por Jácome Raimundo de Noronha, revela da sua parte uma lúcida visão geopolítica das imensas vantagens da posição chave de Belém do Pará, que êle é o primeiro a aproveitar com um sentido eminentemente político e nacionalista. Essa tentativa que alcançou conhecimentos muito exatos sôbre o curso dos grandes afluentes amazônicos, criou o mito do rio do Ouro, como limite ideal do Estado; permitiu a expansão no rio Negro, entrevista por Pedro Teixeira; e, mais tarde, a fixação dos limites pelo curso do Madeira, cujos ramos terminais descem da região argentífera do Potosi, nação geográfica enunciada nas relações, quer do comandante da expedição, quer do Pe. Cristóbal de Acuña.

Expedicionários lusos e luso-brasileiros, ao assinarem o auto de posse, afirmavam a consciência política dum Estado, em plena expansão. Mas a Jácome Raimundo de Noronha pertence, pelo ato revolucionário e anticastelhano da sua iniciativa, um dos primeiros lugares na história da formação territorial do Brasil.

Alçado ao régio pôsto, mas asfixiado pela penúria de metal amoedado, pois o govêrno espanhol, logo a seguir à Restauração vedou aos portuguêses todo o acesso a Buenos Aires por onde se escoava a moeda de prata para o Brasil. D. João IV incitou com fervor a busca do ouro desde S. Paulo a Belém, em terras de Santa Cruz.

Partiram então, e desde Belém, algumas expedições à busca do rio do Ouro e do Lago Dourado. Que o Rio do Ouro foi buscado na região do Japurá, também não resta dúvida. Basta para nos certificarmos ler a "Descrição do Maranhão, Pará e Rio das Amazonas", escrita cêrca de 1665, por Maurício de Heriarte, companheiro de Pedro Teixeira, e a que anteriormente nos referimos.(1) Explorou a região intensamente Hilário Sousa de Azevedo. E conhecem-se várias ordens reais ordenando um inquérito entre os companheiros de Pedro Teixeira sôbre o rio do Ouro e a possibilidade de explorar as suas supostas minas.(2)

Ao mesmo tempo, como desde cêrca de 1622, um bandeirante duma expedição paulista chegara, desgarrado, a Belém, com a notícia da existência de ouro no Tocantins, (3) para ali se dirigiram também atenções e esforços. Em 1644, como já dissemos, Bartolomeu Barreiros de Ataíde, domiciliado no Pará desde 1619, realizava uma expedição ao Araguaia, onde havia encontrado ouro. Tendo embarcado para Lisboa, empenhou-se em obter apoio e auxílio do monarca para ultimar o seu descobrimento. Contra o parecer do Conselho Ultramarino, a quem, por justos motivos o requerente não inspirava confiança, D. João IV cometia-lhe a in-

---

(1) Referindo-se ao Rio do Ouro, situado na provincia dos Solimões, a setenta léguas do Rio Negro, diz êle: «Entrou-se nêste rio e não se achou ouro, nem sinal dêle, nem noticia alguma. Deram em quantidade de grandes lagos com grandes ilhas no meio, mui aprazíveis e com muita canafistula e cacau». Ora, quer a Relação de Teixeira, quer a do Pe. Acuña se não referem a qualquer tentativa de exploração dêste rio. O fato noticiado por Heriarte, que denuncia uma exploração demorada, é, por conseqüência, posterior.

(2) Publicamos em *Apêndice* a êste capitulo alguns documentos que nos parecem fundamentais para o esclarecimento da expedição de Pedro Teixeira e das suas conseqüências, de tão alta relevância para a história da formação territorial do Brasil. São êles: I — «Relacion del general Pedro Tejeira del Rio de las Amazonas»; II — «Consulta de el Consejo de Indias aserca de la entrada que hiso el capitan Pedro Tejeira, por el Rio de Amazonas al Peru»; III — «Carta de Filipe de Matos Cotrim para o Conselho Ultramarino sôbre o descobrimento do Rio do ouro»; e IV — "Informação de Filipe de Matos Cotrim, sargento-mor da Vila de Moura, sôbre as minas de ouro do Rio Amazonas, que explorou em 1637». Os dois primeiros foram por nós publicados no estudo anteriormente citado — «O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos»; os dois últimos são inéditos.

(3) Êste fato é denunciado por Filipe de Matos Cotrim em carta ao Conselho Ultramarino, de 9 de agôsto de 1645 (doc. nº III do Apêndice). Dêsse mesmo documento se depreende que Filipe de Matos Cotrim também visitou aquela região onde «os mesmos índios me mostraram os lugares onde os portuguêses cavavam os metais que tiravam».

cumbência de voltar ao Araguaia, ou melhor ao Lago Dourado, com a assistência de três mineiros, como anteriormente vimos. [1]

Lago Dourado e Rio do Ouro, como sonhos que eram, esvaíam-se igualmente. Mas o segundo, limite que fôra duma soberania, afasta-se e dilata-se para oeste, acomodando-se às poderosas realidades geográficas, econômicas e etnográficas, que aos paraenses se haviam revelado.

Não havia ouro no Japurá, mas é certo que nas cabeceiras dos rios de montanha, e, em especial, nos afluentes do Napo se encontrava o ouro de lavagem. A migração de nome aliciante para essas paragens, devassadas por Pedro Teixeira, estava na ordem lógica dos fatos, que evoluem com o andar dos tempos e a ambição dos homens, e, por vêzes, da realidade histórica para a elaboração lendária.

Não existiam minas de ouro no vale amazônico? Mas encontravam-se, por tôda a parte, remontando os grandes afluentes, os ricos produtos da floresta, as *drogas do sertão*, que as flotilhas do Pará iam colher, entranhando-se pelo Madeira, o Negro e o Japurá, nesse mundo ignoto.

Não existia ouro nos rios da planície? Mas entre o Japurá e o Napo habitavam os omágua ou cambeba, que pertenciam pela cultura e pela fala à família tupi, aliada natural dos portuguêses. Até ao Napo iam, pois, os limites dêsse mundo etnográfico, com o qual o adventício se enlaçara pela língua geral e as várias formas do hibridismo de sangue e de cultura.

Volvido meio século sôbre a viagem de Teixeira, extintas as vozes que podiam localizar o fato histórico, o Rio do Ouro passa a expressar mìticamente, no pensamento e na pena dos paraenses, o conceito dos limites naturais daquela unidade geográfica, econômica e humana.

Em 1686, já o Pe. João de Sousa Ferreira ocupando-se na "América Abreviada", antes citada, dos limites do Estado do Maranhão, escrevia:

"E quando Portugal não tivesse título nenhum (na hipótese subentende-se o Tratado de Tordesilhas), lhe bastaria o direito adquirido com a posse de setenta anos, como atualmente está gozando, assim da dita Capitania do cabo do Norte, como de *todo*

---

(1) Sôbre a primeira expedição de Barreiros ao Tocantins, existe um documento de grande interêsse no Arquivo Histórico do Ultramar, (Lisboa), Conselho Ultramarino, códice 275, fol. 253 v. Sôbre a segunda expedição, de 1649-50, existem também vários documentos nesse mesmo códice, assim como sôbre as expedições ao Rio do Ouro.

o *Rio das Amazonas, suas terras e águas vertentes duma e outra banda,* do Rio Vicente Pinzon à nação dos Cambebas e bôca do Rio do Ouro, onde, em 26 de agôsto de 1639, Pedro Teixeira...".

Ainda que relembrando o precário título do ato de Pedro Teixeira, o padre geógrafo justificava já pelo princípio de *utis possidetis* ("com a posse de setenta anos") a soberania portuguêsa que êle estendia até os cambeba ou omágua, ou seja o Napo, e às terras e águas vertentes das duas margens, e com tanto mais consciência do alcance dêste vasto enunciado, quanto se refere largamente no seu livrinho à viagem de Raposo Tavares, águas abaixo do Madeira. Por conseguinte, na "América Abreviada", já está igualmente implícito o pensamento e o plano da unificação dos Estados do Brasil e do Maranhão pelo enlace e arco fluvial, mal conhecido ainda, que fechava algures o Paraguai e o Madeira.

Em uníssono, no ano seguinte àquele em que o Pe. João de Sousa Ferreira formulava o seu conceito, o governador do Maranhão-Pará, Gomes Freire de Andrade, em carta ao seu sucessor, Artur de Sá e Menezes, avisava: "outro rio chamado Madeira merece, por seus habitantes e por *algumas razões políticas,* se cuide dêle".[1] E, com efeito, logo no ano seguinte, o Rei, por carta a êste governador, ordenava que os Padres da Companhia fizessem uma missão no Rio da Madeira e outra no Rio Negro.

Mas é certo que a catequese e a afirmação de soberania pela ocupação, a cargo da Companhia de Jesus, não ultrapassaram o Madeira. Quando, logo a seguir, com o regresso do Pe. Samuel Fritz, em 1691, desde Belém aos omágua, começam os conflitos de soberania sôbre a região compreendida entre aquêle rio e o Napo, os jesuítas portuguêses, para evitar hostilidades com os seus correligionários espanhóis, recusam-se a missionar neste trecho do Amazonas. São os carmelitas, verdadeira ordem de choque na Amazônia, que tomam conta, em 1694, da catequese no Rio Negro, onde fundam oito aldeamentos, e, em 1697, no Solimões, onde as suas aldeias sobem ao número de nove.[2]

Esta série de esforços culmina em 1730, ano em que Belchior Mendes de Morais, por ordem do governador Alexandre de Sousa Freire, seguiu êste rio (Napo) e "no lugar confrontado

---

(1) Na Revista, anteriormente citada, do Instituto do Ceará, Tomo XXXVI, (1922).

(2) Por forma geral, os historiadores brasileiros não têm prestado a devida homenagem à obra dos carmelitas na Amazônia. Devemos, não obstante, excetuar Artur César Ferreira Reis que, em seu livrinho, «A Conquista espiritual da Amazônia», S. Paulo, 1942, faz plena justiça à obra admirável daqueles missionários.

no ato de posse (de Teixeira)" achou um marco primitivo(!), que renovou perante o próprio Superior das Missões dos jesuítas espanhóis.

Decerto ali não fôra o Rio do Ouro. E, ainda quando fôsse, aos espanhóis era lícito contestar, em nome do Tratado de Tordesilhas, a validez do primitivo e atrevido ato realizado por Teixeira. Mas o mito exprimia uma convicção comum a todos os paraenses. Afirmava na linguagem simbólica dos povos um conceito mais forte à face do direito das gentes: a legitimidade da posse pela primazia da exploração geográfica e econômica; a aliança de sangue e de cultura com os moradores indígenas; e a ocupação militar e política de um mundo, cuja grandeza bárbara erguia também os seus desbravadores à categoria de senhores únicos e incontestáveis.

A CARTOGRAFIA AMAZÔNICA DURANTE O SÉCULO XVII

Os principais monumentos da cartografia amazônica durante o século de Seiscentos são os seguintes:

I — Carta da América meridional, traçada em 1618, em Lima pelo cosmógrafo-mor do Peru, Lucas de Quirós, filho do grande descobridor português Pedro Fernandes de Queiroz, que durante muitos anos esteve ao serviço de Espanha como pilôto ou comandante de várias expedições marítimas no Pacífico. Esta carta é notável como protótipo das cartas espanholas, que representavam um dos afluentes do Amazonas nascendo na região andina, não longe de Potosi.

Êste rio, que na carta, ao que parece, tem o nome de "Meotis", nasce nos Andes cêrca da cidade de La Plata (Chuquisaca) e ao descer passa entre as duas povoações de Santa Cruz, La Vieja, e La Nueva, descrevendo a curva característica do Rio Grande ou Guapaí, afluente do Mamoré, tributário, por sua vez, do Madeira. Da totalidade do trajeto do rio Meotis se conclui que os espanhóis conheciam o alto curso do Madeira, mas ignoravam inteiramente a parte restante, pois em vez de tomar desde a foz do Mamoré, o rumo franco do nordeste, torce neste mapa para nor-nordeste, de tal sorte que vai desaguar cêrca dos Andes, assim como o rio "Abeni" (Beni) que lhe corre paralelo. A diferença de longitude entre as duas fozes, a verdadeira e a falsa, anda por cêrca de oito graus.

Para se ter uma idéia do descaso a que os espanhóis votaram a exploração dos sertões centrais do continente, cuja posse lhes

cabia pela demarcação de Tordesilhas e veio definitivamente a pertencer com o Tratado de Madri (1750), bastará dizer-se que no Mapa das Côrtes traçado em Madri, no ano de 1749, êles continuavam a desenhar o Beni, fundido com o Purus, como se fôra afluente do Amazonas e não tributário do Madeira.

Aliás o mapa de Lucas de Quirós é uma prova bastante eloqüente da mediocridade dos conhecimentos geográficos e das capacidades cartográficas do autor. (1)

II — Carta do delta amazônico, com o nome de *Descrição dos rios Para, Curupá e Amazonas descoberto e sondado por mandado de S. Magde. por Antº Vicente patrão de Pernãbuco*, cujo protótipo deve remontar a 1623, data da expedição de Luís Aranha de Vasconcelos, da qual Antônio Vicente Cochado foi o pilôto-mor. (2)

As quatro fôlhas de que se compunha primitivamente esta carta foram, poucos anos volvidos, reunidas numa só, e acrescidas de nomenclatura e legendas históricas, como se pode ver da carta com o mesmo título, que figura no final do Atlas de João Teixeira Albernaz de 1631, a qual fornece valioso testemunho para a localização dos efêmeros baluartes fundados por inglêses e holandeses às margens do delta e dos assaltos com que os portuguêses acabaram por expeli-los.

III — Carta representando o delta amazônico, segundo um protótipo anterior à carta de Antonio Vicente, mas que perdurou durante todo o séc. XVII. É a terceira duma série de três *Taboas do Maranhão*, primeira tentativa da representação cartográfica dêste Estado, e, por conseqüência, traçada pouco depois de 1625. (3) Não tem designação de autor, nem ousamos identificá-lo.

Numa das cartas vem traçado o caminho aberto por Pedro Teixeira entre Belém e S. Luís do Maranhão. Pormenor de interêsse: entre a Ilha de Marajó, a que mais pròpriamente deveremos chamar arquipélago, pois aparece aqui muito fragmentada, e a parte do continente que lhe fica imediatamente a oeste, abre-

---

(1) Esta carta, ou melhor, a parte dela que a êste trabalho interessa, foi publicada pelo Barão do Rio Branco no *Atlas, t. VI, de Second Mémoire presenté par les Etats-Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse, Arbitre choisi selon les stipulations du Traité conclu à Rio de Janeiro le 10 Avril 1897, entre le Brésil et la France*, Paris, 1899, com o nº 10.

(2) Desta carta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um exemplar em quatro fôlhas coloridas.

(3) Os originais guardam-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

se uma larga enseada, — o *Lago Dorado* e por baixo a seguinte legenda: "No meyo perdese a terra de vista". Desmentida a existência de qualquer formação lacustre unindo o Tocantins ao Paraná ou ao Paraguai, o *Lago Dorado acabava* por ser transferido para a própria foz do Amazonas.

Porventura, de maior interêsse para a história da cartografia amazônica, é a forma particular que toma o rio ao desembocar no *Lago Dorado*. Léon Pinelo, ao descrever o Amazonas na obra a que já nos referidos "El paraiso en el Nuevo Mundo", informava: "... algunos años despues (1616) fué a reconocerlo por orden de S. M. Antônio Vicente Cochado, Piloto Mayor de Pernambuco y halló que asi la voca del Pará como las demas que al occidente della salen hasta el cabo del Norte, son todas de solo uno rio ...".

E, com efeito, nesta carta, o rio desemboca no *Lago Dorado* pelo *rio das Amazonas* e o *Grande Pará*. Ao contrário, na carta de Cochado o rio termina a ocidente da ilha de Marajó por uma só bôca. Esta foi, pois, a maior inovação introduzida pelo patrão de Pernambuco, que eliminou também da sua carta o *Lago Dorado*.

IV — Mapa geral do mundo de João Teixeira, traçado cêrca de 1630 e onde, pela primeira vez, segundo cremos, figura a comunicação entre o Amazonas e o Orinoco, assim como um rio, assimilável pela sua posição ao Madeira, que se aproxima nas cabeceiras das nascentes do Paraguai. Identificamos esta carta como sendo de João Teixeira, em 1944. Pertence a um conjunto de cartas que fizeram parte dum Atlas iluminado, o mais perfeito e interessante de todos os atlas dos Teixeiras. [1]

V — O mapa de todo o Amazonas, mandado fazer pelo governador Jácome Raimundo de Noronha, a que já nos referimos, e que foi desenhado com os informes ministrados em 1637 pela expedição em que tomaram parte o português Francisco Fernandes, como seu animador, e os dois leigos franciscanos, espanhóis, André de Toledo e Domingos de Brieva. Neste mapa, que não honra muito o autor, figura o Tocantins, traçado até à sua bifurcação com o Araguaia, embora por forma bastante imperfeita.

VI — A carta de tôda a bacia amazônica, traçada por Bento da Costa, pilôto da expedição de Pedro Teixeira, que subiu o rio e o baixou entre 1637 e 1639. Carta sumária, representa a bacia

(1) Guarda-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, da qual é um dos mais notáveis cimélios cartográficos.

amazônica, vista da foz sob forma de perspectiva. Malgrado as novidades de nomenclatura, a indicação dalgumas distâncias intermédias e de sondagens, o mapa não corresponde, quer às exatas informações sôbre o curso dos grandes afluentes amazônicos, colhidas durante a viagem da bôca dos indígenas, quer às observações matemáticas feitas pelo pilôto e outros membros da expedição.

VII — Devemos incluir nesta série, embora se não trate estritamente de cartografia amazônica, a carta geral do atlas do Brasil de João Teixeira de 1642.(1) Neste mapa os cursos dos rios Tocantins e Paraguai aparecem separados e distanciados um do outro com relativa correção. Pela primeira vez a ilha do Bananal está figurada com certa exatidão sôbre o Araguaia. Dos afluentes do Amazonas é o Xingu que entra em mais próximas conexões com o Paraguai, fazendo da "Província de Sta. Cruz a que vulgarmente chamão Brasil", segundo os dizeres do mapa, uma grande península de pequeno istmo.

Abrangendo, na sua quase totalidade os vales do Prata e do Xingu, figura no mapa a "Linha da demarcação das Conquistas de Castela e Portugal", traçada entre dois "marcos antigos", colocados, um ao norte sôbre o rio Pinzon, e o outro sôbre a baía de S. Matias, por 40° de latitude sul.

VIII — A carta da bacia amazônica, traçada e impressa pelo Conde de Pagan com o título de "Magni Amazoni fluvii in Amaerica meridionali, nova delineatio, 1655".(2)

Supomos ser esta a mais notável de tôdas as cartas, não apenas do Amazonas mas do conjunto da bacia amazônica, traçadas durante o século XVII. Grande geógrafo e matemático, o Conde da Pagan utilizou a fundo as relações da viagem de Pedro Teixeira para traçar a sua carta. A obra obedece principalmente ao propósito de influir no ânimo do Rei de França para a fundação duma grande colônia francesa sôbre o vale do Amazonas. A ela voltaremos a seguir.

IX — Mapa do "Grande rio das Amazonas, delineado e feito pelo Pe. Aloísio Conrado Pfeil, insigne matemático, para (o rei D. Pedro II) aí ver as terras e rios que tinha, desde o Pará até o

---

(1) Êste atlas pertence à Biblioteca do palácio da Ajuda de Lisboa; e dêle existe cópia na Mapoteca do Itamaraty, mandada executar pelo Barão do Rio Branco, o qual reproduziu também a carta geral, no *Atlas* da primeira *Memória* sôbre os limites do Brasil com a Guiana francêsa, já aqui citado.

(2) Figura apensa à obra do Conde de Pagan — «Relation Historique et Géographique de la Grande Rivière des Amazones dans l'Amérique», Paris, 1656.

marco do cabo do Norte pela costa, sita aquém do rio de Vicente Pinzon, e pelo rio das Amazonas arriba, até onde chega o distrito destas conquistas do Estado do Maranhão" [1] O padre Pfeil pertencia às missões jesuíticas e portuguêsas do Amazonas.

Não se conhece o destino desta carta. A sua falta representa lacuna lamentável na série dos mapas que estamos mencionando, pois nos daria o conceito português dos limites da Amazônia, em relação à América espanhola, no ano de 1685. A calcular pela opinião do Pe. João Ferreira, expressa na "América Abreviada", êles deveriam extender-se até ao Napo. Menciona-se, também, porque deve ter servido de modêlo à carta seguinte.

X — A célebre carta do Pe. Samuel Fritz, traçada em 1691, após a descida do Amazonas por êsse missionário jesuíta, até Belém do Pará e o regresso aos Omágua. É mais vulgarmente conhecida pela edição impressa, em 1707, com o título — "El Gran Rio Marañon o Amazonas con la Mission de la Compañia de Jesus Geograficamente delineado por el Pe. Samuel Fritz Missionero continuo en este Rio. P.J. de N. Societatis Iesu quondam in hoc Marañone Missionaris Sculpebat Quiti anno 1707". [2]

O Padre Serafim Leite, repetindo e citando João Lúcio de Azevedo, afirma que a cartografia amazônica, digna dêsse nome, foi fundada pelos jesuítas com o grande mapa do Pe. Fritz. [3] Nenhum dos dois ilustres historiadores está na razão.

Não é fácil traçar no tempo e para uma determinada região o limite exato entre a cartografia científica e aquela cujos lineamentos obedecem à pura estimativa. Em boa verdade a cartografia estritamente científica nasce com a observação conjunta das coordenadas dum lugar por métodos astronômicos. E, nessas rigorosas condições, deveríamos datar o início da cartografia amazônica com a carta de La Condamine, de 1743. Mas, a nosso ver, desde que os portuguêses começaram a aplicar às suas cartas as observações das latitudes com o astrolábio e as das longitudes estimadas, mas corrigidas com o resultado daquele cálculo, e a relacionar umas e outras com o Equador e um primeiro meridiano graduados, o que fizeram no primeiro quartel do século XVI, a cartografia científica dá os primeiros, ainda que vacilantes, passos.

---

(1) O trecho pertence à «Crônica», do Pe. Battendorff, citada pelo Pe. Serafim Leite, na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. III, pág. 255.

(2) A edição a que nos estamos referindo foi reproduzida pelo Barão do Rio Branco no *Atlas* antes cit., com o nº 91; a edição de 1707 foi, por sua vez, reproduzida no seu *Atlas* da segunda *Memória* sob o nº 16.

(3) *Obra ant. cit.*, t. IV, pág. 283.

Em conformidade com êste critério supomos que a cartografia científica do Amazonas começa com a carta do Conde de Pagan. Aproveitando-se de todos os dados das expedições de Pedro Teixeira, principalmente a do Pe. Acuña, estabeleceu o primeiro "canevas" de meridianos e paralelos para situar cientificamente o Amazonas. Dentro da sua época, êsse notabilíssimo trabalho obedece já a um critério científico escrupulosíssimo e representa para a época um esfôrço, que honra a escola geográfica francesa.

Como resultado dum trabalho cartográfico, que aproveitou ao máximo os dados geográficos fornecidos pelos descobridores, a carta do Conde de Pagan contém duas notáveis melhorias sôbre o mapa do próprio pilôto Bento da Costa.

Em primeiro lugar o Rio Negro está desenhado desde as suas origens na direção leste-oeste, ao contrário da figuração daquele pilôto, mas conforme a realidade e as notícias recebidas da boca dos indígenas pelos expedicionários, na foz do rio.

Além disso, a carta do Conde de Pagan oferece o excepcional avanço, sôbre tôdas as cartas anteriores, de representar o Madeira nascendo na região de Sta. Cruz de la Sierra. Esta particularidade, tão notável, é omitida quer no mapa de Bento da Costa, quer no do Pe. Samuel Fritz.

Acrescentemos que a carta do Conde de Pagan oferece ainda sôbre as outras duas a vantagem de representar a ligação entre o Rio Negro e o Orinoco, informação de origem indígena, já figurada, como vimos, no mapa de João Teixeira, de c. 1630.

Como explicar o traçado do Madeira, a partir das suas origens na região de Sta. Cruz de la Sierra?

A leitura atenta da sua obra leva-nos à conclusão de que o Conde de Pagan utilizou, em primeiro lugar, as informações do Pe. Cristóbal de Acuña, que repete por sua vez as notícias dos indígenas; e, em segundo lugar, informes de origem espanhola, e provàvelmente de caráter cartográfico. Êle próprio escreve no capítulo XVIII da sua *Relation*: "Quanto às fontes do Madeira... elas estão situadas, segundo a melhor opinião, na muito rica e opulenta Província da Prata do reino do Peru, a oriente das montanhas dos Andes, a 21° de lat. sul e 313° de longitude. Gabam-se os tupinambás de o ter descido em todo o seu curso, como diremos mais adiante; e contam maravilhas da sua grandeza, como doutros rios que de todos os lados o engrossam. Enfim, quando sua nave-

gação fôr descoberta, os séculos futuros publicarão as grandes riquezas, que êle sem dúvida há-de trazer ao comércio do grande Amazonas, desde a montanha do Potosi, a 30 ou 40 léguas apenas da sua fonte". E, com efeito, mais adiante conta que "êstes tupinambás habitavam outrora as costas meridionais do Brasil, onde não podendo suportar o rigoroso tratamento dos portuguêses, abandonaram voluntàriamente a terra natal... marcharam, pois, em conseqüência, na direção do ocidente e sob o mesmo paralelo. Atravessaram a nado os rios do Paraná e do Prata, e deixando à esquerda a província de Tucumã, alojaram-se enfim na região das nascentes do grande rio Madeira. Aí chegados, como um dêsses tupinambás tivesse matado uma vaca, pertencente a um espanhol da fronteira do Peru, pelo que foi rudemente castigado, resolveram todos os outros abandonar essa nova morada. Embarcaram, pois, todos em canoas, que tinham em grande número, e deixaram-se ir à aventura sôbre as águas do Madeira; até que, após muitos meses de navegação se encontraram no grande Amazonas e, a seguir, sôbre as margens da ilha dos Tupinambás". (Capítulo XXIX).

Supomos, repetimos, que para chegar a êste traçado do rio Madeira, o Conde de Pagan utilizou os mapas espanhóis do tipo Lucas de Quirós, à luz dos quais interpretou as afirmações indígenas, transmitidas pelo Pe. Cristóbal de Acuña. Poderia, é certo, admitir-se a hipótese de que êle houvesse conhecido os resultados da expedição de Antônio Raposo Tavares, que alguns anos antes baixara o rio Madeira. Mas não só não menciona essa viagem na pormenorizada história que faz de tôdas as expedições descobridoras que sulcaram o Amazonas e os seus afluentes, mas dado algum, dentre todos os que êle escrupulosamente coligiu, se refere à expedição do grande bandeirante. Assim, e pela primeira vez, aparecia na cartografia amazônica um traçado verdadeiro, ainda que muito sumário, da direção e da situação do Madeira em relação às colônias espanholas e à lagoa dos Xaraiés, independente desta.

Não obstante, as cartas jesuíticas do Paraguai, como a de 1646-49, figuram o curso superior do Madeira, ou melhor do Mamoré, como pertencente ao Paraguai; e as cartas francesas dos Sanson, e holandesas da mesma época, desconhecem o Madeira e reproduzem os antigos protótipos do Amazonas.

Quanto à carta de Fritz, segue de perto a arrumação, em longitudes, da carta de Pagan; é-lhe superior apenas na parte das missões espanholas da companhia de Jesus; no restante, desconhece a ligação do Negro com o Orinoco, e, nos poucos porme-

nores que acrescenta, deve ter aproveitado, em grande parte, os dados portuguêses da carta de Pfeil.

Acrescentemos que um breve, mas muito interessante Atlas do Estado do Maranhão faz parte do Atlas mencionado no número IV. Êle reflete, com o do número anterior, a preocupação de individuar e dar relêvo àquele Estado, que acabava de nascer.

Podemos agora relancear no seu conjunto esta série de mapas: do lado da América espanhola, as falsas noções sôbre as ligações fluviais entre as vertentes orientais dos Andes e o Amazonas, que vão perdurar, até na própria cartografia dos jesuítas espanhóis, durante cêrca de século e meio; ao lado da América portuguêsa, uma progressiva e segura evolução dos conhecimentos geográficos, no sentido de transformar e alargar a Ilha a uma vasta Península-Brasil.

Nas "Taboas" segunda e terceira do Maranhão, (III) cópia dum protótipo arcaico, que deve datar, nas suas origens, de 1622, o Tocantins, aqui inominado, nasce, a pouca distância da foz, na "Provinzia dos Tocantins", enquanto o Amazonas desemboca no *Lago Dorado*, por dois braços, um dos quais o *Grande Pará*, em cuja foz se lê a seguinte inscrição: "Por êste Rio baixou o capitam Arellana em tempo de Carlos 5°, fugindo à justiça no levantamento de Pissarro no Peru".

Êste falso conceito desaparece no mapa (II) de Vicente Cochado, verdadeira carta hidrográfica da foz e delta amazônico, com o traçado de seus múltiplos canais e a numeração das braças em profundidade. Representa o resultado duma exploração muito conscienciosa, embora o traçado geral da região sofra de grandes erros de orientação, devidos ao desvio geral da agulha. Mas o Tocantins, ainda que inominado, só ganha plena individualidade no mapa de João Teixeira (1630), ao passo que noutro mapa do mesmo autor e da mesma época (IV), os grandes afluentes do Amazonas, o Negro e o Madeira, também inominados e mal traçados, assinalam a sua presença e os seus caracteres mais singulares de posição.

Mas a grande novidade da cartografia portuguêsa por êste tempo, é o aparecimento do Tocantins nas suas ligações com o Paraná, o S. Francisco e o Paraguai. Seguramente devemos ligar êste fato central na história da formação territorial do Brasil com as expedições de Pero Domingues e a do bandeirante paulista que, cêrca de 1622, baixando o Tocantins veio ter a Belém do Pará. Excessivamente deslocado para oeste, o Tocantins-Araguaia, recebe pela sua margem direita afluentes que nascem na

"Província de las Charcas", — falso conceito que ainda domina na carta de Jácome Raimundo (V) e deve explicar em parte as razões da expedição de Pedro Teixeira. Também nesta última carta o Tocantins-Araguaia aparece delineado até grande extensão do seu curso, ainda que sem as conexões fluviais com a bacia do Prata e do S. Francisco. Mas o Brasil ganha realidade orgânica e o corpo mítico ajusta-se pela primeira vez aos delineamentos geográficos.

Na carta de João Teixeira, de 1642, o cartógrafo ensaia um nôvo ajustamento da Ilha-Brasil às realidades geográficas: o istmo da península brasileira está compreendido entre as nascentes do Paraguai e as do Xingu.

Finalmente, na carta do Conde de Pagan (VIII), aparece o esquema duma nova ampliação da Ilha-Brasil. O corpo do Estado em formação alarga-se desta vez até ao Madeira. Daí por diante e durante largo tempo, a cartografia portuguêsa, cartografia dirigida e de Estado, dir-se-ia que fica esperando pelas realizações políticas para lhes dar expressão gráfica.

APÊNDICE DOCUMENTAL

DOCUMENTO N° 1

RELAZION DEL GENERAL PEDRO TEJEIRA DEEL RIO DELAS AMAZONAS PARA EL S.or PRESIDENTE

En este gran sitio tiene Su Magestad una fortaleza que llaman el presepio, situada en la Ciudad de Velen, dista de la mar, veinte y zinco leguas queda de la venda de este, en una punta de tierra firme mui saludable y fertilisima de todos los frutos de la tierra, y muchos de España, como son Melones, Sandias, pepinos, ortalisas, granadas, Naranjas, Sidras, Limas, Duses, toronjas, Hijos, algunas Ubas, y los Razibos tan grandes que pesan tres y quatro libras, y todo con tan Lindo savor que exzede a las de españa, esta situada la dha Fortaleza, sobre una grande enseñada que alli haze el Rio, adonde a sus ójos tres caudalosos Rios, él primero, se llama Capin, el segundo, ôacaza, el terzero Moysu, todos abundantes de alguns pescados y muchas carnes del Monte tiene la énseñada linpio fondo, y de a seis hasta veinte brazas secano de tierra y de bajo de la Artileria, aunque âbierta la vaia tiene ciertas islas, de adonde con poca costa se puede defender, tiene mas, ôtro sitio én la costa de la misma parte de éste, que llaman los índios, el Puerto de el Sol, que es el mejor de el Mundo por defensa de el y vasta para serla, estar en la Mar; Zercano ay muichisimas chozas de los Purtegueses, échas con esclavos suios e algunos pueblos de Indios livertos.

La segunda Fortaleza, éstá situada en él Curupa Zient leguas de la Ciudade de Velen tiene por nombre la Poblazion Sn Joseph él fuerte Sn Antonio está tambien de parte deste atributase(?) para ir alla camuta, rrio de los tocantines, el Rio de yguape, el Rio de el Pacaja, el Rio de Guanapus — Rios todos mui caudalosos, y con tanto numeros de Indios de diferentes Naziones hue es Imposible poderlos nombrar: lo de Tocantines por ôtro nombre de las Piedras, tiene fama de âver én el muchas Riquezas, y por no haber génte no se ha sabido la verdad, ésta Fortaleza de el Curupá, tiene fama no defiende cosa ninguna por estar sobre una gran barranca, és solamente para conservazion delos Indios horros, que por alli zercano viven. y para correr la costa de el cabo del Norte, por donde de contino entran los enemigos a poblar y comerzear con los âruacas, araguoazis, comaus, y todos los Moradores de tocusingue, és una Montaña de mas de cinquenta leguas hasta genipapo por cuesta del rrio, y tierra adentro, mas de Ziento y cinquenta leguas en la tierra dentro, en si algunas quinze naziones de Indios diferentes, y cada nazion tiene mucho numero de Pueblos, gente mui hermanada con los estrangeros, y mui grandes soldados, y en serlo, en defensa de sus compadres le ha costado la vida, a mas de quinze mill Almas, toda la dha tierra, mui llana de sabanas con mui grandes pastos para ganados y la mas tierras de todo quanto les embiaren, para el sustento humano, tierra

âreenta o ai âlgunos Montes, maiormente de yaguora coru hasta genipapo de donde dizen salen las piedras verdes, y se sacará metales, si los buscaren, en este Curupa, haze desaguadero, el gran rrio de Parnayva, que corre âl sur tendra de ancho tres quartos de legua Lindas âguas, y mejores tierras, de una parte y de otra mui lleno de Indios corpulentos, las caras riscadas y tan menudo que les queda la cara toda tan denegrida que tiennen por nombre serunas que quiere dizir voca negra, es gente tan balerosa que quando salen en sus canoas, a guerra traen las mugeres consigo, y tan confiados en ellas que pelean los maridos, y ellas ilan sus âlgodones comversando unas con otras no â ninguno que de relazion de el nazibiento deste rrio, sino que biene de mucha tiérra âdentro. Atravesando este rrio vienese corriendo tierra, hasta los tapajos que distan ôchenta leguas del curupa, y todo este caminho, es despoblado sobre él Rio, mas â dos ô tres leguas tierra adentro no tiene quento los Indios que hai, usan ya todos los desta quadrillera de flecha heruada tan ponzoñosa, que en quitando qualquiera sangre no hâi remedio ninguno ni los que la usan, lo saben, son todos carnizeros a marabilla comiendose unos a ôtros como hazen todos los del rrio, los tapazos estan situados en la voca de un gran rrio que quanto â mi es braso de lo de pernaiba, porque a mi, lo afirman algunos naturales, tendrá este pueblo, de quinze mil vesinos para arriba el rrio muchismos âqui trataron mal a los religiosos de San Franc.º que viajaron desta ciudad de Quito quitandole el Abito âl padre Fr. Andres de Toledo, dandole âlgunos rempujones, y el le puso el nombre de barbias rojas, por las tener tintas y arriscadas como los xeruúnas en este mismo Pueblo mataron una poca de gente de Franc.º de Arellana, que aun oy estan Arvoles de las estacas de su serca én el mismo lugar donde hizemos las nuestras, quando alli venimos!

dejando este rrio, caminamos al oeste, como ôchenta Leguas, siendo el rrio siempre a dos Leguas, y dos y media de anche, âsta una ângostura, que no tiene mas de un quarto de Legua, mas, tanto fondo, que ôchenta braças no se pude tomar en él canal. tiene lindas playas para fortalezas y defensa de el rrio, y lindos puestos pegadito â tierra y âunque este es despoblado sobre el âgua de una parte, e otra, luego zercano, es el gentio tanto como en las demas partes, de este sitio para ârriba se torna â ensanchar el rrio, con tanta largura, que nos fue forzoso venir siempre â mano Hizquierda por no derrotar nuestro camino, e ânsi de la otra parte hasta el rrio negro no dare rrazon — Havia de este sitio, hasta los tupinambas ziento y veinte leguas, esta nazion de gente es mui feroz, carnicera, y no han nunca querido conocer sugezion y por eso vinieron buidos de el Brasil, rrompiendo por tierra, y conquistando muchisimo numero de gentios, hasta llegar al gran rrio y sitio donde oi viven, éstos nos dieron muchas nuevas de las Almasonas mui verificadas, y que estavan solo seis Jornadas, de alli. como no las vide solo âfirmo por verdad âbrá de esta gente ê otras diversas naziones, que ellos tienen sugetas a su Dominio, como trezientos pueblos, y mas. no tiendran mas que hasta quinientos, ô ochozientos casales cada uno âqui se acaban las flechas Hervadas peligrosas, y aunque por todo el rrio, las âi, no matan como las susodhas.

de esta para el rrio, que nase de el cusco, segun las Informaziones âbra quarenta leguas, el rrio mui caudaloso y de mucho fondo Pusimos el nombre de la Madera, por la mucha, que echaba de si. Hallamos Informaziones, haver en las cavezeras españoles y Padres, y muchos ganados, los

rrumos a que corren este y los mas Rios, que son de quenta y sus Alturas, declará el piloto maior que como era Ofizio suio, no trate de tomalo, én memoria.

Avra desde aqui âl rrio Negro como sesenta leguas, tendra en la boca, poco mas de media legua, mas â poco espazo para dentro, se ba ensanchando con largura de a dos y tres Leguas, én lo que ândube por el, que fueron dos Jornadas, éste rrio és notable de grande y mucho fondo que sin ser verano, âl tiempo que entré en el no le vide vajo ni corona alguna, el Agua es mui mala para beverse por ser mui gruesa, mas metense én el muchisimos rrios de âgua mui clara y buena para se beber, no corre nada el rrio, y esta denegrido, que parace fino Azabache y quitando la én êlgo es clara como las demas, tiene Angosturas para se hazer todas las defensas que quisiesen con mucha piedra para fortalezas y caserias, lindas Playas para Haziendas, las tierras prometen de si mucha fertilidad, por lo que bi, en los pueblos de Indios que comuniqué, con tantos que no me atrebo a darle numero, gente de guerra, mas politica que los mas que hasta alli biben, en su poder, Hallé algunos pedazillos de plata metidos, en palos, que trahian en las orejas, mas poca cantidad tiene el rrio, ânsi poco pescado, mas mucha tortuga y muchissima caza, pusimosle el nombre de Santa Luzia, porque én su dia llegamos âlla aqui hisimos quinientas anegas de Arina de Ayuca por nuestro rescate por haver muchisima, y mais, que [es] el sustento de todos los moradores de uno y otro rrio. Todos los moradores del rrio de Sta. Luzia deje contentos é satisfhos, con dadibas de Achas, cosillas, Anzuelos y valorios, y peines; y otras cosas, por me parezer ânsi combeniente âl servizio de S.M. por lo mucho que aquellas partes prometen y saliendo de alli torné a buscar el camino de el rrio Marañon y metido en el camino siete dias despoblado, âunque allé muchas canoas de que no pude tomar âbla, é al cabo de ellas, entré én el prinzipio de la Maquina de gentio, que esta poblado, sobre el rrio y tan vezino uno de otro que en trezentas leguas de camino se puede dezir, es solamente un pueblo, y acaba â donde pusimos el nombre él rrio del oro por haver en los Moradores, cantidad echos en panmetas(?) que trahian en las orejas y narizes de que trajimos âqui âlguno y écho examen, se halló ser alguno vasinilla, y otro oro de veinte y uno quilates, y mas y de todo esto, âi muchisima cantidad, porque todos los Indios, lo traen, y mucho cobre, de que no traté, por ser conoscido. Lindo gentio lo que lo usa vien condizionadas sus mugeres, bien agostadas, y confiadas, traendo de comer, a nuestros vogueros, y a los soldados.

Y caminando, de alli a otros siete dias, sin gente de el rrio, hasta el Primer Pueblo de los Omaguas, estando en el medio, un gran rrio que llaman de las Barreras, por las tener grandes en la boca, corre al sur, no dan relazion los Naturales, de su Nazimiento, solamente que viene de mui lejos, y todo poblado de mucho gentio, y valientes, porque ningunos se atreven a tomarlos, dizen viene tambien del Piru. Al cabo destas Jornadas, empiezan los omaguas, que usan las cabezas chatas, ocuparan de Longitud de el rrio zient leguas y tendran de Pueblos quatrozientos poco mas o menos, gente mui carnizera, y supuesto, que todos los del rrio lo son y se comen unos a otros, estos pasan la mano, porque no usan ôtra carne sino la umana y tienen por trofeo las calaveras de los que matan, colgadas en sus casas, y tan grandes comedores son que la grosura de la gente, los haze todos pelados, y esta gente desindio huida de los quijos, los pueblos, los mas dellos son grandes y abundantes de todo lo necezario.

Dejando estos pueblos, hasta el rrio napo én los quijos, és todo él rrio despoblado à vera mar, mas tierra adentro, no ây tierra despoblada ni en todo el rrio, ây âtrebome afirmar, no tiene quenta la gente que âi. La fertilidad de este rrio es Increhible porque tiene muchos pescados de diferentes suertes, muchas carnes del Monte muchisima yuca Y mas muchisimas frutas de castas diferentes, gran numero de tortugas. Maderas én gran numero de diversas suertes. ây muchisimos rrios, que bajan âl gran rrio, assi de una parte, como da otra. en ellos entra el gran rrio de Tunguragua, y otro curaray de los quales aqui âi tambien mucha cantidad de algodon de que hazen los Moradores sus camisetas y mantas de que se sierven — Todo este gran rrio es navegable y pueden llegar envarcaziones grandes hasta el rrio del oro, partiendose del Curupa, con las monsiones que émpiezan por el S.n Juan y con élas se pueden rromper las corrientes, y de âi para aca no se puede Navegar, si no a rremo, por falta de los Vientos, que empiezan âlli a ser contrarios, que es fondo, hasta Napo ây mucho. Ay dentro de este rrio mas de treinta mill Islas, y muchas de ellas, pobladas, y mui grandes, ai tanto numero de Leguas, por las muchas bueltas, que haze, y tan grande que por vezes, llegando a sinco y seis grados al sul y mucho al... equinosial.

La ciudad del Parà, esta en dos terzios âl sul menos ziertos minutos. los olandeses, tienen llegado sondando âsta el sitio de la caza Juru, todo quatro Jornadas ârriba de Tapazos, y en poblarle han echo muchisima fuerza.

Es todo éste gran rrio, mui saludable, porque no tiene calor Rigoroso ni frio que obligue â pujar por ropa, prueba de sano, no hallar, un enfermo en toda la Maquina de Pueblos que âi.

La cantidad de Leguas, no declaro, ni las comvenienzias de las Maquinas de los rrios que entran en el gran Maranón por quanto tengo dho no tome en Memoria sus Rumbos ni alturas, porquanto el piloto maior lo hizo y de éso darà relazion él suso dho.

Supuesto que este gran rrio, tiene ochenta y tres legua de boca, desde la punta del separará hasta la punta de Araguoari, con todo éso, es defensable, porque en la costa no puede éstar el enemigo, surto por causa de las muchas corrientes, éntrandose âdentro como todo son Islas y canales diferentes, quando por las Armas no se pueda impedir su assistenzia, con balsas de fuego, no puede pasar ninguna q̃ supuesto, que a S.M. le han embiado relaziones e que la gran canal que da én la parte que llanman Cabo del Norte, son advertidas Imaginadas solamente del enemigo â ser por âlli mas curso, la causa es porque nunca han savido hasta ôi, el Puerto del Sol, y por esa causa no le cursan Y de la ôtra vanda âfuera los muchos vazos que tiene cada ôra, se mudan los canales y con tanto peligro, que no ai año, que no se pierdan Nabios por causa de la pororoca, que es tan Impituosa, que cogiendo un Nabio surto, aunque sea â quatro Amarras, los haze pedazos, y de esto solo yo puede dar verdadera relazion, por lo haver Navegado e experimentado por algunas vezes, y hallado Nabios de mucho Porte Perdidos, y todo lo contiudo en esta relazion Zertifico e Juro por los Santos Evangelios, pasar todo en la verdad, por lo haver ândado y visto por mis ojos y me âcordo én muchas cosas, por no parezer fabuloso.

Fha én esta ciudad de S.an Fran.co del Quito, en dos dias del mes de Henero de mill y seiszientos y treinta y nuebe años.

El General Pedro Tejeira.

DOCUMENTO N° 2

CONSULTA DE EL CONSEJO DE INDIAS A ZERCA DE LA ENTRADA QUE HIZO EL CAPITAM PEDRO TEJEIRA, POR EL RIO DE AMAZONAS, AL PERU

Señor

En el consejo se ha leido una carta de el Governador de Caracas su fecha en 4 de Julho de el año passado de 1639, en que dà quenta de que en aquella Prov.a se vendem y tienen por esclavos publicam.te los Indios que para este efecto embiam a ella los Portugueses que ham poblado en la boca del rrio, que llaman el gran Parà, ô prov.as de S.n Luis del Marañon, y dize que el no puede dissimular este abuso, por ser tan contra Justizia cautibar y vender ombres libres y que da quenta de el, para que se le mande lo que mas combenga al servizio de Dios, y al descargo de la R.l conzienzia de V. M.

Tambien se han leido otras cartas, y relaziones que han venido en los Galeones pasados del Virrey de el Perù, y Presidente de la R.l Audi.a de Quito, Iacome rraymundo de Norona Gov.or, que dizen ser de el Marañon, embió por el rrio arriba a Pedro de Tejeira con titulo de Cap.am mayor, y canoas con Indios y soldados, para, que descubreese su Navegazion, por donde el año antes habian bajado unos religiosos Fran.os y las poblaziones de Indios que ai de una parte y ôtra de las barrancas de este rrio, y sus bocas, y estrechos, asta llegar a la Prov.a de Quito, y de todo le trujesen relazion, I que en efecto, este cap.am ejecutando lo que se le ordenó, llegó a ella, con toda su gente; y aunque se trató de detenerle y no permitir, que bolviese a bajar por donde avia subido, y sobre esto, se comunicó el Presidente con el Virrey, y se confirió la materia en barios acuerdos, al cabo le permitieron bajar, dando-lhe dos religiosos de la Compañia de Jhs, que fuesen en la suia, y tubiesen quenta de enterarse de la oha Navegazion y poblaziones para Imformar mejor a V. M., y ber si abia que añadir sobre el derrotero y mapas que primero se hizo com la relazion de Tejeira, el qual mapa y las cartas de el Presidente y Virrey se embian con esta a V. M.

Por se fuere servido de mandar se le lean a la letra para compreender mejor la importanzia de el caso de que se trata, que en la estimazion de el consejo es tan grande, que pocos se le ofresen de maior considerazion porque Juzga por mui digno y de gran demonstrazion el suzeso de este Gov.or en haver emprendido y ejecutado esta jornada y descubrimiento sin consulta y Liz.a particular de V. M. y de este Consejo pues por ella segun pareze, y antes se tenia entendido, y el suzesso lo ha mostrado se abre puerta franca para subir asi los Portugueses como los enemigos de esta

corona, quando y como quisiesen a las Prov.as del Perù, que todos los rrios dellas, entran en este, y son navegables, y estan sin defensa alguna y no tendran cosa segura, asi en sus personas y haziendas como en las contrataziones Thesoros y derecho que a V. M., se le traen de aquellas Prov.as si se abren tantas puertas, por donde entrarlas, y extrabiarlas y, lo que peor es, los Portugueses estan en costumbre de hazer y vender por esclabos a los Indios de las Prov.as que ocupan, como ôi venden los de el Marañon y aun los de el Paraguay, que nos Roban y saltean, con no ser de su demarcaz.on y asi se puede temer, hagan lo mismo de los que avitam las Poblaziones de estos rrios, que son inumerables, cosa tan contraria al. . . . y Piadoso zelo e intento de V. M., que ninguna tiene mas prohibida como consta de Infinitas zedulas, que para ello en todos tiempos se han despachado, entre las quales, ai algunas, que aun quando la corona de Castilla y de Portugal estaban, en diferentes reys, disponen, que ni aun los Indios de la demarcazion de Portugal no se hagan ni tengan por esclabos [como] en la de Castilla, y a la parte de las Indias que cae en su demarcazion, y a este consejo real de ellas como es notorio y se provarà siempre que combenga, y si sobre lo que en esta Usurpaz.on se les ha disimulado se les permitiese aora continuar las Navegaziones por este rrio no ai sino dar por suio todo el Perù, y esperar que le ocupen ellos, ô los olandeses, haziendo dueños de sus riquezas y contrataziones, y saqueando, quando les pareziere, sus mas opulentas Ciudades. siendo asi actualmente esta V. M. tratando de medios, para que los Portugueses salgan de la Indias de Castilla, por graves rraziones, que a ello ôbliga, y que desde el prinsipio de su descubrimiento por infinitas zedulas estan dados y declarados por estraños y prohibidos, de pasar a ellas y de su comerzio y contratazion, lo qual se ha ejecutado tan mal, que casi soñ los que mas las Avitam, disfrutan, y frequentan, siendo asi que en sus Prov.as de la India oriental, no se hallarà que permitan ellos un Castellano. Estas cosas S.or requieren brebes y aprestados remedios, y asi parece que se trate dellos, de forma que se consigan i permanezcam. Juzga el consejo que debe V. M. siendo serbido, ordenar por el de la corona de Portugal que por ningum Acontezimiento, en sus Prov.as ni en las de Castilla, no se permitan cautibar, vender, ni tener por esclabos los Miserables Indios Renovando las zedulas, que desto tratan y agrabando sus penas.

Lo segundo que sea gravemente repreendido y castigado, el dho Jacome Raymundo de Noroña Gov.or que dize ser de las Prov.as de SanLuis de el Marañon por haber se atrevido sin consulta y Liz.a de V. M. a hazer las dhas entradas y Navegaziones, y descubrir los senos de las del Perù, que, aun quando estubieron mui patentes, se avian de procurar encubrir y vorrar de la Mem.a de los ombres.

Lo Terzero, que ia, que está echo este daño, se trate, por la via y medios que V. M. le parezieren mas ajustados y comv.tes de que los Portugueses dejen esta voca y Prov.as de el Marañon que tienen Usurpadas a la corona de Castilla, y se restituan, y pongan debajo de el govierno della y deste consejo, y echo esto se presidie la voca de el dho rrio, y otras Angosturas que se han descubierto en su Navegazion, de suerte que no puedan por lo de adelante, ôcuparlas ni pasar, ô subir por ellas los Ôlandeses, ni otros enemigos destas monarchias, ni los mismos Portugueses, si acaso lo Intentaren porque mientras esto no se hiziere y prebiniere eficazm.te se puede tener todo por abenturado. otros muchos Incomv.tes se pudieran

considerar Que resultam desta Navegazion, pero dejanse de referir, porque ellos sobvienen a los ojos, y porque se podran colegir, de las cartas de el Virrey del Perù y Presidente de Quito. V. M. lo mandarà ber, y en todo lo que mas combenga a su serbizio en Madrid a 28 de Henero de 1640 — Con siete Rubricas de los S.ores de el consejo que fueron — e El conde Castrillo.

Dn Lorenzo Ramirez

Juan Parcho

Juan de Solorzano

D.n Bar.me Morquecho

D.n Juan de Sanfelizes

D.n Fran.co Zapata.

Biblioteca da Ajuda — Mss. — Livº 51-IX-28 — fols. 25 a 26vº

DOCUMENTO Nº 3

CARTA DE FILIPE DE MATOS COTRIM PARA O CONSELHO ULTRAMARINO SÔBRE O DESCOBRIMENTO DO RIO DO OURO

Ordename V. Exª por carta sua de 10 do passado q̃ recebi em 4 do corrente lhe de conta da Viagẽ que fiz á cidade de Quitto, e do que della resultou, a que satisfaço.

Ha outo annos que sahi do Pará aonde era sargentomor em compª de Pero Teixeira que hia por capitão mor em direitura à cidade de Quito a descobrir o nascimento do Rio das Amazonas. Quatorze legoas antes de chegarmos àquella cidade, aonde fomos e fizemos autos autenticos de nossa Viagem, descobrimento, e deligencia, achamos o nascimento do ditto Rio.

Meada a Viagem q̃ ha do Pará ao nascimento deste Rio nos sahirão alguns Indios de povoações vizinhas á Canoa em q̃ hiamos a comerciar comnosco, Vendendonos mantimentos a troco de mercadorias que levavamos e ali lhes vimos algũas meas luas e argolas de ouro, das quaes nos derão algũas a troco de outras mercadorias. E perguntandolhes nós de donde vinha aquelle ouro, disserão que se tirava de hũ Rio que se metia no mesmo das Amazonas a quatro jornadas e derão nos informação que ali se tirava ouro em tanta quantidade que os moradores daquelles lugares tinhão m.to em potes p.a resgate de mercadorias, e que por ser m.to não se cançavão em buscar senão os grãos grandes que com mais facilidade se lavrassẽ e perguntados q̃ gente avia nas Povoações donde se tira aquelle ouro, e quem os governava, responderão que todos erão Indios de cor morenos, e que em cada povoação avia hũ Governador que p.a differença dos outros traz na cabeça hũa coroa que pella figura que fizerão he imperial, e pendurada hũa lamina grande de dentro do nariz que lhe cobre a garganta e outras nas orelhas do mesmo tamanho todas de ouro, que era o metal que somente avia naquellas povoações, e que não tinhão outro meneo nem resgate mais que ouro.

Esta he a informação que ali se ouve daquelles Indios e q̃ o g.or do hũa lamina grande de dentro do nariz que lhe cobre a garganta e outras entreguei a Fr.co de Lucena, e deve estar na secretaria.

Tambem no Rio Pará a dez ou doze dias de viagem aonde chamão os Tocantins ha grandes minas segundo se soube por informação de hũ Portugues que de S. Paulo foi ali ter com outros que os Indios matarão e os mesmos Indios me mostrarão os lugares aonde os Portugueses cavavão os metaes q̃ tiravão e este mesmo Portuguez que veio com estas informações a este Reino foi despachado no anno de 1624 com comissão p.a este des-

cobrimento que não teve effeito por elle morrer na viagem e este mesmo comissario me disse q̃ se a Comissão surtisse effeito seria de mais proveito que o Peru, e Indias de Castella. Dandome S. Mag.de licença para poder fazer abzencia per alguns dias do cargo q̃ estou servindo hirei a esse Tribunal p.a responder as duvidas que neste particular se offerecem que oje não posso antever. Deos g.de a V. Ex.a como pode etc. De Moura em Agosto 9 de 1645. Fellipe de Matos.

DOCUMENTO N.º 4

INFORMAÇÃO DE FELIPE DE MATOS COTRIM SARGENTO-MOR DA VILA DE MOURA, SÔBRE AS MINAS DE OURO DO RIO AMAZONAS, QUE EXPLOROU EM 1637

Snor.

Phellipe de Mattos Cotrim Sargento mor da Villa de Moura satisfaz na forma seguinte a Informação que V. Mg.de lhe manda fazer sobre o descobrimento do Rio das Amazonas.

No Anno de 637 sobio elle respondente por aquelle Rio asima indo por Sargento Mayor dos portuguezes, na qual naveguação e Jornada gastou dois annos de Ida e volta ate dezembarcar no guoverno dos quixos setenta legoas da cidade de quitto do Reyno do Peru e depois de quinhentas legoas andadas pello dito Rio asima achamos hua nação de yndios que trazião pendurado nas Orelhas y narizes meas luas de Ouro do qual resgatamos muyto e lhe puzemos por nome a provincia do Ouro. estes Indios diserão que por hu braço daquelle Rio lhe vinha aquelle metal por seu resgate e que era só o comercio q.e tinhão os moradores daquella provincia e duvida que só naquella paragem o ha porque yndo nós continuando a naveguação pello Rio asima não achamos mais ouro nem mostras delle ou seja porque delle não tem conhecimento ou porque só naquelle braço se acha e nos diserão os yndios que era em tanta cantidade que só dos grãos grossos fazião cabedal para delles fazerem as medalhas que usão.

Q.e segundo a larga esperiencia que tenho daquellas partes me parece que sendo V. Mg.de servido Intentar o descobrimento destas novas Indias a de mandar sincoenta canoas a vinte indios por canoa que as remen por ser muyto rapida a corrente daquelle Rio que vem a fazer ao todo numero de mil Yndios aos quoaes se ade pagar com resgates de roupas que pello custo deste Reyno para fazer mil cruzados de despeza à rezão de cruzado por Indio e isto bastará para os contentar e obrigar que de outra maneira querendo os violentar sem paga fugirão do caminho e ficará a Jornada Impossibilitada como nos sucedeu na que fizemos pello ditto Rio em q.e nos fogirão mais de oito centos Yndios por que se lhes não pagou.

São necessarios para esta Jornada ao menos cento e sincoenta soldados a tres por canoa, estes ande ir desde Reyno para se trocarem naquelas conquistas com os mais praticos e mais curssados nos Sertoens, muyto bem fornecidos de roupas e vestidos, de Monição ou de que os fação porque não tem naquellas partes donde se possão prover pello estado em que os tem as guerras em que andão.

Nesta Jornada e descobrimento se gastará hu anno de Ida e volta e para o descursso deste tempo são necessarios ao menos dois mil cruzados empregados em Machados, fouces, facas, thesoiras, Espelhos, anzoes, pentens, cascavees, e velorios, para com este resgate se comprarem os mantimentos necessarios e fazerem prezentes aos principaes que se forem avaçalando e reçebendo a voz de paz e amizade que lhes prometemos por assim ser uso e costume entre elles.

E para se comprarem as sincoentas Canoas que são neçessarias para este descobrimento que custara hua por outra ha oyto mil rs que vem a fazer soma de coatro centos mil rs., e levando deste Reyno empregados duzentos mil rs. com elles se poderão comprar as dittas sincoentas canoas. Em Lx.ª 23 de Outubro de 645.

(Arquivo Histórico Colonial de Lisboa. [Documentos do Maranhão]).

TOMO II

CONTEÚDO

PARTE I — A ECONOMIA DO AÇÚCAR E A CONQUISTA HOLANDESA.

Cap. I — *A cartografia do açúcar nos atlas portuguêses.*

Cap. II — *A cartografia holandesa do Brasil no século XVIII: carta de Marcgraf e a cartografia dos currais.*

Cap. III — *O Brasil nas gravuras holandesas do século XVII. Lista de algumas gravuras mais importantes de tema brasileiro.*

PARTE II — OS ATLAS DOS TEIXEIRAS E O SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO.

Cap. I — *Os Atlas da Razão do Estado* (1613 c.1626) *e a Descrição das costas do Brasil* (1627).

Cap. II — *Os Atlas hidrográficos de João Teixeira* (1630).

Cap. III — *O Atlas "Estado do Brasil" de João Teixeira Albernaz* (1631).

Cap. IV — *Os Atlas do Brasil de João Teixeira* (1640).

Cap. V — *Atlas do Brasil de João Teixeira Albernaz* (1666).

PARTE III — OS BANDEIRANTES PAULISTAS E OS JESUÍTAS.

Cap. I — *Geopolítica das missões do Paraguai e das bandeiras paulistas.*

Cap. II — *As bandeiras de Antônio Rapôso Tavares* (1627-1651).

Cap. III — *As bandeiras e a sua cartografia.*

Cap. IV — *A Colônia do Sacramento e as cartas dos Teixeiras.*

PARTE IV — UNIFICAÇÃO GEOGRÁFICA E SANÇÃO DIPLOMÁTICA.

Cap. I — *Antecedentes do Tratado de Madri.*

a) Renascimento da cultura geográfica e cartográfica em Portugal.
b) A missão dos Padres Matemáticos.
c) Cartografia de índios, bandeirantes e sertanistas.
d) Mapa dos padres Diogo Soares e Domingos Capacci.

Cap. II — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Limites.*

a) Mapa das comunicações entre o Prata e o Amazonas de Francisco Tosi Colombina (1751).
b) Carta hidrográfica das origens do Madeira e do Paraguai de José Gonçalves da Fonseca (1750).

Cap. III — *A cartografia dos limites de 1750 e as partidas do Sul.*

a) Cartografia das partidas do Sul.
b) Lista dos trabalhos cartográficos de Manuel Antônio de Ciera.
c) Lista dos trabalhos cartográficos de Sá e Faria.
d) A cartografia das partidas do norte.

Cap. IV — *Os tratados do Pardo de 1761 e o de Santo Ildefonso de 1777. Os novos limites. A cartografia das partidas do Sul.*

a) Atlas e cartas das partidas do Sul para o Tratado de Santo Ildefonso.
b) A cartografia das partidas do Norte.
c) Lista de cartas das partidas do Norte.
d) Cartas várias do século XVIII.

Cap. V — *O "Espirito de Fronteira" e a independência do Brasil.*

a) Um precursor brasileiro das cartas de ventos e correntes.
b) Mapas de José Fernandes Portugal.
c) O Arquivo Militar do Rio de Janeiro e a "Corografia Brasilica".

PARTE V — O BRASIL INDEPENDENTE E OS PROBLEMAS DE FRONTEIRAS A LUZ DA CARTOGRAFIA ANTIGA.

Cap. I — *Os legados do Brasil independente e os precursores do Barão do Rio-Branco.*

Cap. II — *A carta geral do Império e a contribuição do Barão da Ponte Ribeiro.*

Cap. III — *Rio-Branco e a questão do território de Palmas.*

Cap. IV — *O Mapa das Côrtes como base dos direitos brasileiros; a ciência geográfica de D'Anville e de Gusmão.*

Apêncide Documental

Cap. V — *Rio-Branco. Rui Barbosa e o Tratado de Petrópolis.*

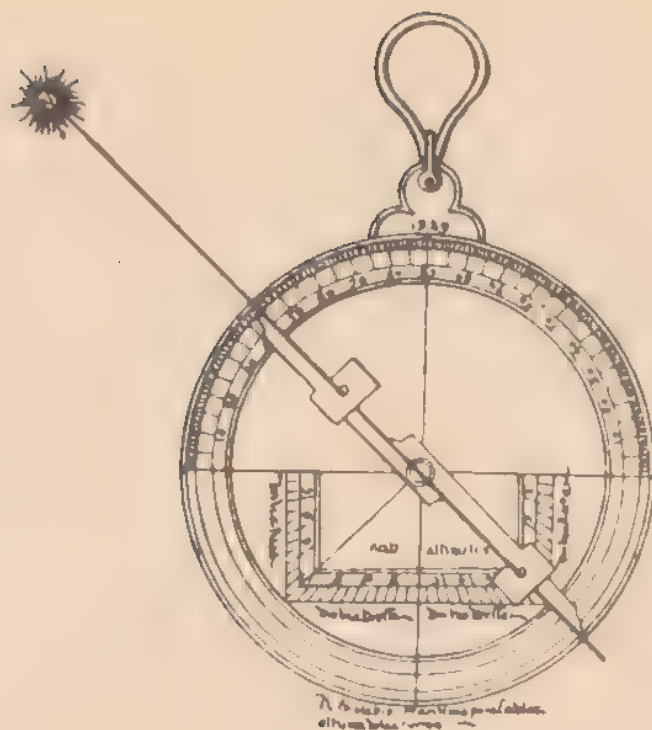



FIG. XII - Astrolábio marítimo segundo uma representa_
ção na Carta Universal de Diogo Ribeiro, de 1529, com
a indicação do seu uso na medição da altura do sol.

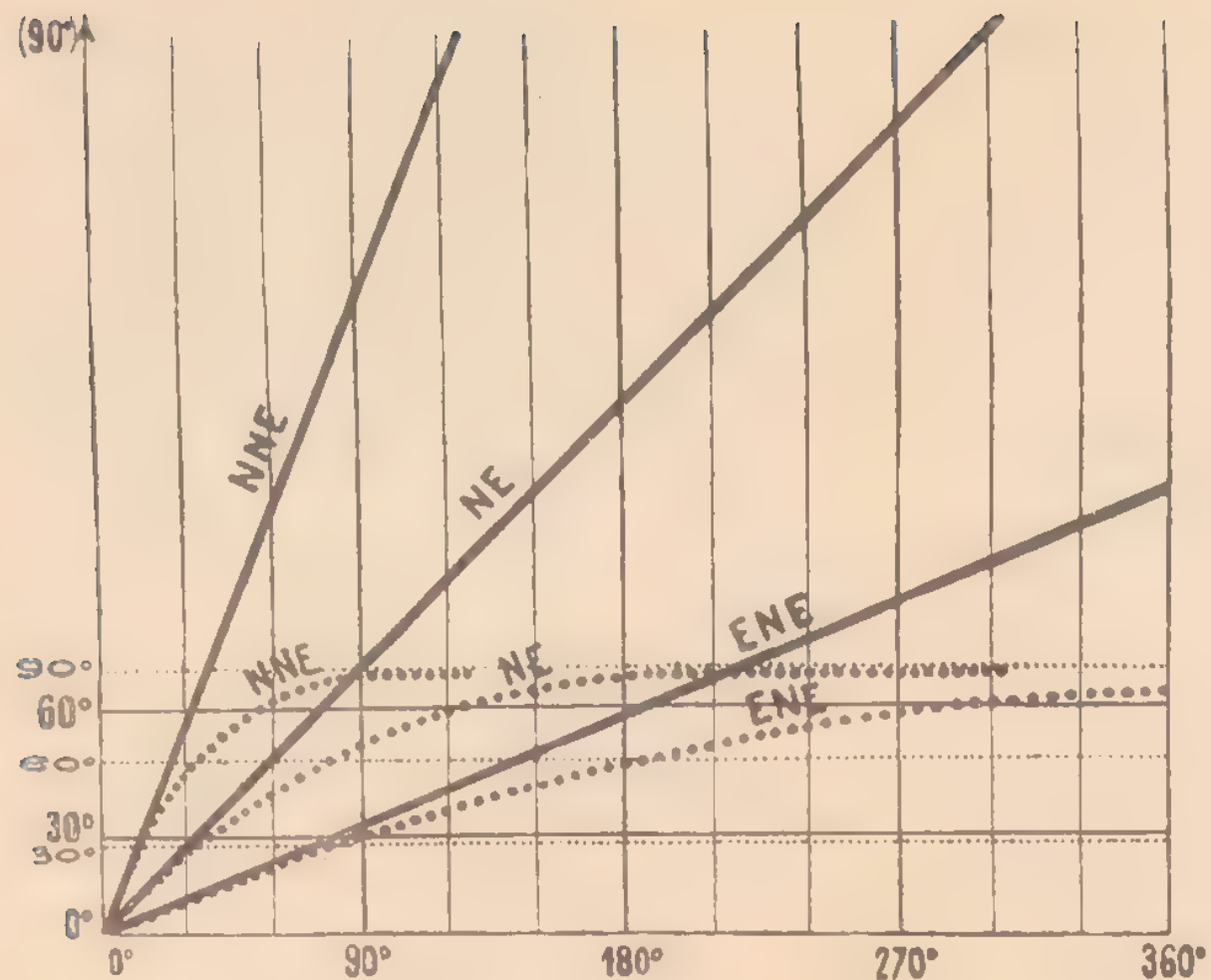



FIG. XIV - Esquema que mostra o traçado das loxodrómias numa carta plana quadrada (linhas pontuadas) e numa carta de latitudes crescidas (linhas cheias), segundo reprodução de Luciano Pereira da Silva, em um dos seus trabalhos.

FIG. XI - As Antilhas, Sete Cidades e Ilha Brasil, no mapa de Graciosus Benincasa, 1482. (Original: Biblioteca da Universidade de Bolonha, Itália).

FIG. X - Caravelão - Barco ligeiro e ágil usado na pesca e na guerra. O seu principal papel era o de trazer notícias das armadas e dos seus sucessos, escapando, pela sua ra_ pidez, aos assaltos e abordagens por parte de navios estrangeiros.

FIG. X - Caravelão - Barco ligeiro e ágil usado na pesca e na guerra. O seu principal papel era o de trazer notícias das armadas e dos seus sucessos, escapando, pela sua rapidez, aos assaltos e abordagens por parte de navios estrangeiros.

FIG. IX - Caravela, séc. XV. - Navio ligeiro de armação latina, concebido e aperfeiçoado pelos Portuguêses para a navegação no Atlântico.

FIG. XVI - Traçado do meridiano divisório entre as possessões de Portugal e Espanha, a oeste, segundo várias concepções, uma das quais o fixava a 100 léguas de qualquer das ilhas dos Açôres ou Cabo Verde.

Fig. XV - Uma das muitas cartas de autoria de Jean Baptiste Bourguignon D'Anville (1697-1782).

Fig. XVII - Representação esquematica da Carta de Vaz Dourado (1568) e da linha de contôrno do Brasil, em relação ao meridiano de Tordesilhas. O desvio para leste, representado na citada Carta, revela o propósito dos Portuguêses de incluírem, na sua esfera de soberania, área mais vasta do que permitia a posição aproximada daquele célebre meridiano.

FIG. XIII - Planisfério anónimo, de c. 1519, conhecido também como "Kunstmann IV", por ter sido reproduzido por Friedrich Kunstmann, no seu célebre Atlas - 1859. Sua autoria é hoje atribuída a Jorge Reinel.

FIG. XVIII - Representação esquemática do litoral brasileiro e do traçado do meridiano de Tordesilhas nas Cartas de Luís Teixeira (português) e de Juan Lopez de Velasco (espanhol), em comparação com o contôrno de um mapa atual do Brasil e a verdadeira posição daquela tão discutida linha.

FIG. XIX - Desenho concebido em substituição ao que está reproduzido na obra de Jaime Ferrer (não localizada). Interpreta a concepção do célebre cosmógrafo catalão, manifestada em 1495 aos Reis Católicos, com relação às pretensões portuguêsas de posse de terras austrais a 370 léguas a oeste do meridiano das ilhas de Cabo Verde. Para efeito de comparação, está reproduzido, em detalhe, o pequeno desenho que figura na obra de Navarrete.

FIG. XX - Reprodução do livro "Descobrimento do Brasil", conferências de Gago Coutinho pronunciadas no Liceu Literário Português - Rio de Janeiro.

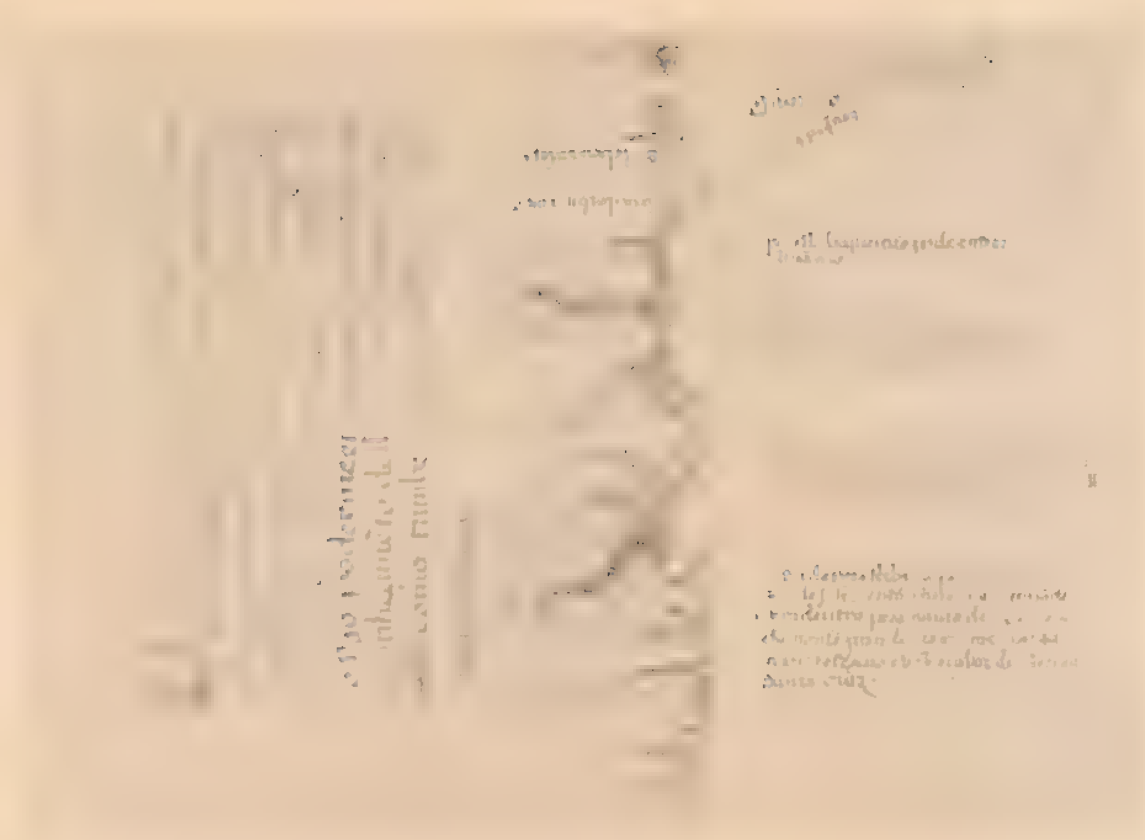



FIG. XXI - Uma das cartas parciais da costa do Brasil, do Roteiro--Atlas de Luís Teixeira (c. 1586, segundo estudos mais recentes) que mostra a região onde ocorreram os fatos narrados na Carta de Caminha, relacionados com a abordagem e permanência da armada de Cabral nas terras do Nôvo Mundo.

FIG. XXII - Carta que ilustra a 1ª edição, de 1511, das Décadas de Pedro Mártir d'Anghiera.

FIG. XXIII - Uma das cartas do chamado atlas de Egerton, n. 2803, cuja fatura remonta a 1509, na qual se vê assinalada, no canto inferior direito, a insula de s. ioanne baptista, hoje, Fernando de Noronha.

FIG. XXIV - Representação esquemática do contôrno do litoral brasileiro nas cartas de Diogo Ribeiro (1525 e 1529), cujo traçado já se mostra mais próximo da realidade em comparação com o de uma carta moderna do Brasil. O mesmo se pode dizer da posição do meridiano de Tordesilhas, cujo desvio para oeste revela um êrro muito menor em confronto com o de outras cartas da época.

FIG. XXV - Uma das cartas do códice intitulado Descripcion Sumaria de las Yndias, atribuído a Juan Lopez de Velasco, de c. 1574, na qual o meridiano de Tordesilhas está traçado segundo a concepção espanhola. (Original: Mapoteca do Itamaraty).

ESCALA
500 0 500 1000 1500 km
AMÉRICA DO NORTE
GROENLANDIA
EUROPA
ÁFRICA

AMERICA
DO
SUL
VENTOS NO ATLÂNTICO DURANTE O MÊS DE AGOSTO
ARYDMATE
1951

Fig. I-B

ESCALA
500
0
500
1000
1500 Km
GROENLANDIA
AMÉRICA DO NORTE
EUROPA
ÁFRICA
Cor. do Lavrador
Golf-Stream
Mar dos Sargassos
Cor. das Canarias
Cor. das Antilhas
Cor. Equatorial do Norte
Cor. da Guiné

Cor. Equatorial do Sul
AMÉRICA
DO
SUL
Cor. do Brasil
Cor. de Benguela
Cor. das Falklands
Cor. das Agulhas
CORRENTES MARITIMAS DO ATLÂNTICO
ARYOVARTE
1951
Fig. II

FIG. III - Derrota dos navios à vela no Atlântico. (Segundo mapa editado em Portugal por ocasião dos festejos henriquinos).

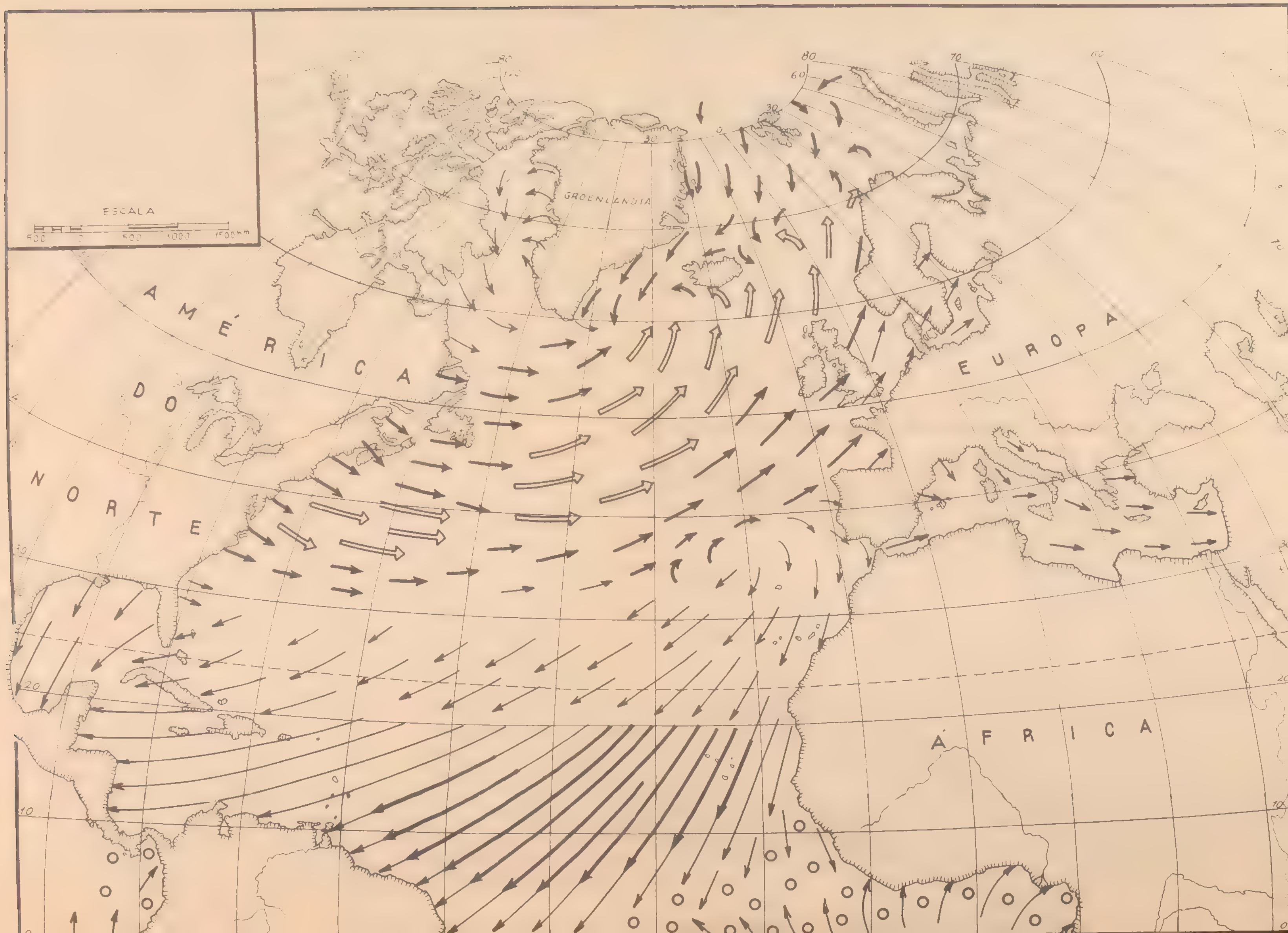
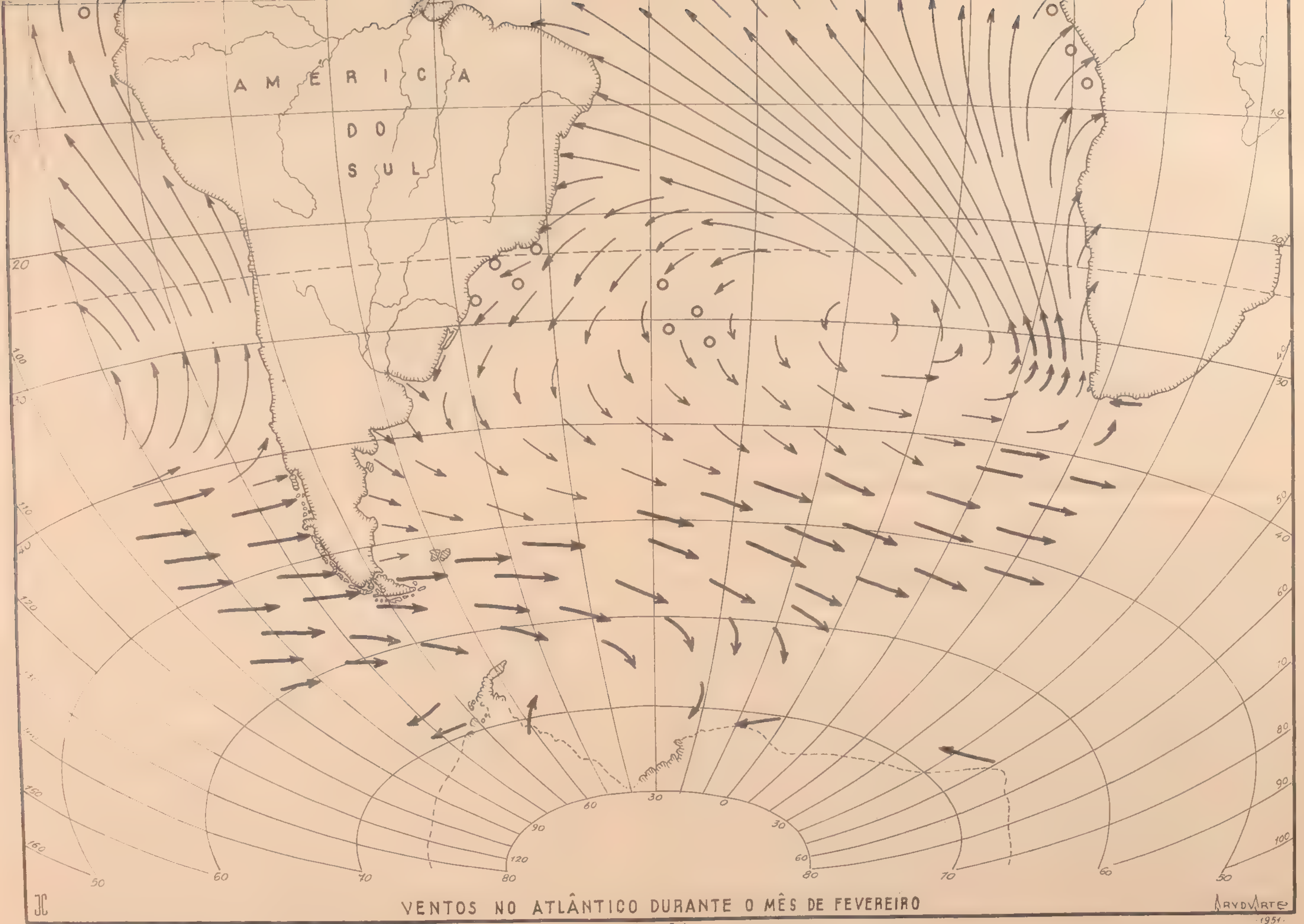
ESCALA
500 0 500 1000 1500 km
GROENLANDIA
AMÉRICA DO NORTE
EUROPA
ÁFRICA

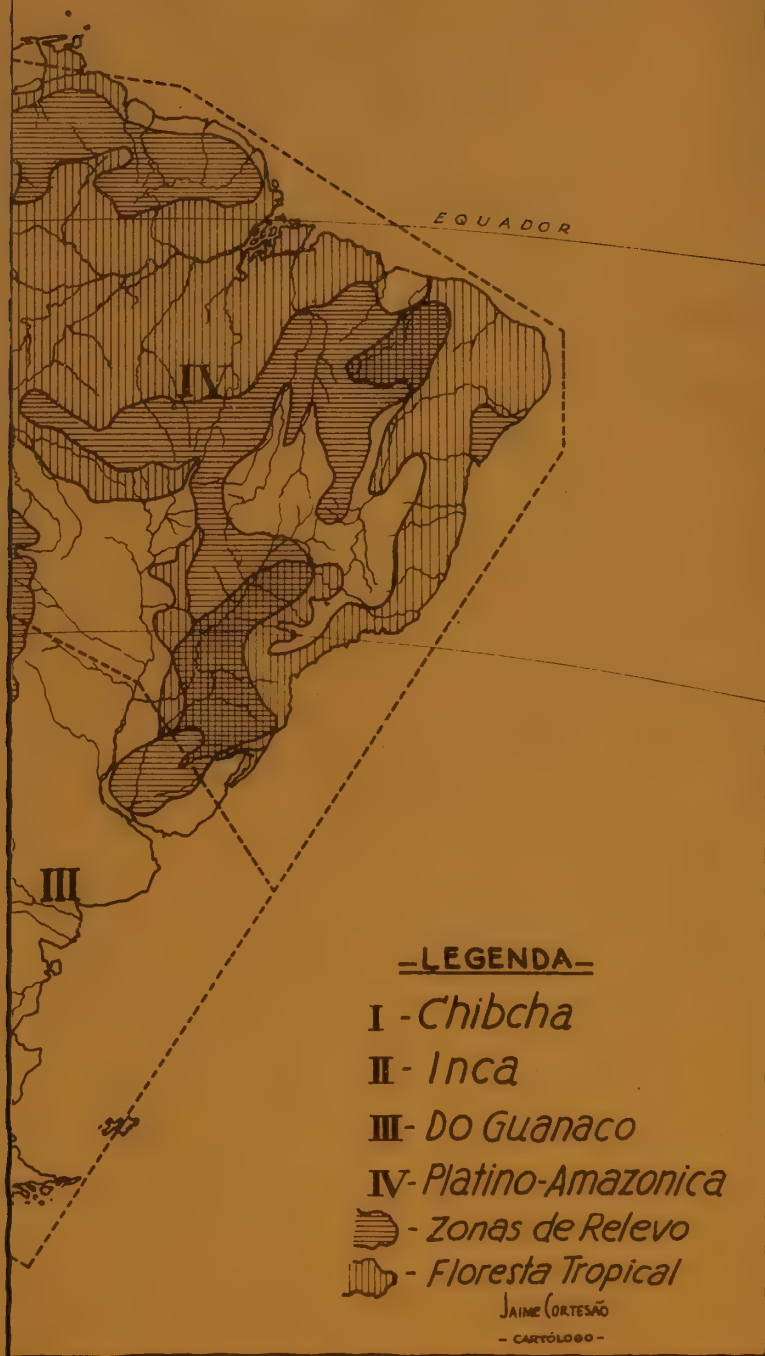
AMÉRICA
DO
SUL
VENTOS NO ATLÂNTICO DURANTE O MÊS DE FEVEREIRO
ARYDARTE
1951

Fig. I-A

Fig. IV - Mapa do Brasil - Relêvo e vegetação.

BRASIL
FAIXAS OU CENTROS FOR
MADORES DE FRONTEIRAS
1 SERRAS DE ACARI E TUMUCUMAQUE
2 " DE PARIMA E PACARAIMA
3 CACHOEIRAS DO RIO UAUPÉS
4 DO RIO JAPURÁ
5 " DO RIO MADEIRA
6 PANTANAIS
7 SALTO DAS SETE QUEDAS
8 SALTOS DO IGUAÇU
SANTA CRUZ
DE LA SIERRA
Salto das
Sete Quedas
Salto de IGUAÇU

Fig. V

ÁREAS CULTURAIS DA AMÉRICA MERIDIONAL

(SEGUNDO WISSLER)

ZONAS DE CULTURA
GEOGRÁFICA INDÍGENA
(SÉCULO XVI)

III
IV
II
I

-LEGENDA-

I - ZONA INTER-OCEÂNICA
II - " MADEIRA-PARAGUAI
III - " AMAZONAS-ORINOCO
IV- " AMAZONAS-ATLANTICO

Jaime Cortesão
-CARTÓLOGO-

ÁREAS CULTURAIS DA
AMÉRICA MERIDIONAL
(SEGUNDO WISSLER)

I
IV
II
III

-LEGENDA-

I - Chibcha
II - Inca
III - Do Guanaco
IV - Platino-Amazonica
- Zonas de Relevo
- Floresta Tropical

Jaime Cortesão
-CARTÓLOGO-

Fig. VI

FIG. VII - Região das nascentes do rio Xingu, segundo esbôço feito por um índio. Reproduzido do livro de Karl Von den Stein, Durch-Central-Brazilian, Leipzig, 1886, p. 214.

VIAS DE DIFUSÃO
CULTURAL.
SINTESE DOS MAPAS DE NORDENSKIÖLD
MIRAÑA
KURUBA
ARAUA
PALMARI
MANETENERY
PURINA
CANAMIRIM
MANAO
LINGUA GERAL
EMERILLON
MARAWAN
OIAMPI
MAUE
ANAMBE
TEMBE
TURIVARA
MANAJE'
GUAJAJARA
TUPINAMBA
MUNDURUCU
CHIPAYA
CURUAHE
YURUNA
TAPIRAPE
APIACA
KAMAYURA
KUSTANAU
AUETO
PAUSERNA
PAICONETA
PAUNACA
CHIRIGUANO
CHIRIGUANO
CHIRIGUANO
POTOSI
CHANE
GUANA
GUARANI
TUPINAMBA
TUPINAMBA
TUPINAMBA
TUPINAMBA
TUPINAMBA
TUPINAMBA
1502
LEGENDA
TUPIS
ARAUAQUES
VIAS DOS TUPIS GUARANIS
" " ARAUAQUES
DIFUSÃO DOS TUPIS GUARANIS PARA OS INCAS

Fig. VIII

NOTA — Para não sobrecarregar o volume e a fim de facilitar a consulta, as ilustrações que deveriam figurar em apêndice foram incluídas em sobrecarta anexa.